



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE DOUTORADO**

RAFAEL VILAÇA EPIFANI COSTA

**“UNIDADE NA DIVERSIDADE, UNIDADE NA ADVERSIDADE”:
A IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL E AS MÚLTIPLAS
IDENTIDADES DO ANGLICANISMO NO SÉCULO XXI**

RECIFE-PE

2021



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE DOUTORADO**

RAFAEL VILAÇA EPIFANI COSTA

**“UNIDADE NA DIVERSIDADE, UNIDADE NA ADVERSIDADE”:
A IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL E AS MÚLTIPLAS
IDENTIDADES DO ANGLICANISMO NO SÉCULO XXI**

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em
Ciências da Religião, pela Universidade
Católica de Pernambuco.

Linha de pesquisa: Tradições e
Experiências Religiosas, Cultura e
Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Newton Darwin de
Andrade Cabral.

RECIFE-PE

2021

C837u

Costa, Rafael Vilaça Epifani

“Unidade na diversidade, unidade na adversidade”:
a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e as múltiplas
identidades do anglicanismo no século XXI / Rafael
Vilaça Epifani Costa, 2021.

650 f. : il.

Orientador: Newton Darwin de Andrade Cabral.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutorado
em Ciências da Religião, 2021.

1. Igreja anglicana - Brasil. 2. Cristianismo. 3. Igreja.
4. Comunhão anglicana. I. Título.

CDU 283 (42)

Luciana Vidal – CRB-4 / 1338

RAFAEL VILAÇA EPIFANI COSTA

**“UNIDADE NA DIVERSIDADE, UNIDADE NA ADVERSIDADE”:
A IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL E AS MÚLTIPLAS
IDENTIDADES DO ANGLICANISMO NO SÉCULO XXI**

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco.

Data da Defesa: 10 de novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral - Unicap
Orientador e Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques - Unicap
Examinador Interno



Prof. Dr. Sérgio Sezino Douets de Vasconcelos - Unicap
Examinador Interno



Prof. Dr. Carlos Eduardo Brandão Calvani - UFS
Examinador Externo



Prof. Dr. Sérgio Ricardo Coutinho dos Santos - UnB
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Ao longo das páginas seguintes, narrarei não apenas uma parte da história do Anglicanismo e da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Esse trabalho é fruto tanto da minha trajetória acadêmica na área de Ciências da Religião e Teologia, no curso de doutorado na Universidade Católica de Pernambuco, quanto da minha caminhada na IEAB, com todos os desafios e dificuldades que surgiram nos últimos anos. Alguns episódios narrados foram testemunhados por mim, junto a pessoas que se tornaram mais do que amigas, mas irmãs e confidentes, pais e mães na Fé.

O meu interesse em pesquisar sobre o Anglicanismo teve início durante o Mestrado em Ciências da Religião, quando comecei as minhas leituras sobre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. No ano de 2016, conheci a comunidade do Bom Samaritano, recentemente inaugurada, após uma longa luta pela devolução de parte dos templos, espoliados durante a “Grande Crise do Recife”, de 2005. Ao buscar compreender um pouco mais da história da Igreja Nacional e da própria Diocese Anglicana do Recife, acabei me engajando não apenas na vida comunitária e sacramental – ajudando na liturgia e na música –, mas também senti um interesse cada vez maior em estudar os acontecimentos que estava acompanhando de perto.

Foi dessa forma que, – junto com o discernimento da minha vocação ao Ministério Ordenado e o início dos estudos teológicos – decidi que faria a minha pesquisa de doutorado sobre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Em 2017, iniciei, ao mesmo tempo, a graduação em Teologia e o doutorado em Ciências da Religião. No primeiro curso, realizei o TCC sobre o trabalho da Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana (CONAC) e, no segundo, fiz uma longa pesquisa – que muitas vezes, parecia interminável –, cujo resultado se encontra nesse texto.

Como escrevi em um dos capítulos, esta tese é uma verdadeira “radiografia” sobre a Igreja e as mudanças ocorridas nas últimas décadas. Embora o tamanho do trabalho e a quantidade de páginas possam assustar, a maneira como foi estruturada e escrita, tornam a leitura mais fácil, de modo que, desde um membro “sênior” do clero, um “neófito”, ou até quem nunca leu sobre o Anglicanismo, encontrará nestas páginas um guia para entender melhor este fenômeno religioso, tão complexo, para uns, tão controverso, para outros, e, ao mesmo tempo, apaixonante para aqueles que, de alguma forma, estão conectados a ele.

Independente das conclusões dos leitores e leitoras, o objetivo principal dessa pesquisa, foi o de apresentar o fenômeno anglicano e suas implicações na história do Cristianismo – especialmente para o contexto religioso brasileiro –, em toda a sua diversidade, problemas, desafios e possibilidades. Ou utilizando as palavras do teólogo J. I. Packer: “o Anglicanismo contém a mais rica, a mais vasta e a mais sábia herança de toda a cristandade”.

Gostaria de agradecer ao clero e laicato da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil pelo apoio dado à minha pesquisa durante esses anos, fornecendo documentos e informações sobre os episódios mais marcantes da história da Província. De modo especial, agradeço aos bispos e bispas da Câmara Episcopal: Ao Reverendíssimo Naudal Alves Gomes, Primaz da IEAB e Bispo da Diocese do Paraná; Ao Revmo. Maurício José Araújo de Andrade, Bispo da Diocese de Brasília e Presidente da JUNET; Ao Revmo. Francisco de Assis da Silva, Bispo da Diocese Sul-Occidental; Ao Revmo. Humberto Eugenio Maiztegui Gonçalves, Bispo da Diocese Meridional; Ao Revmo. João Cância Peixoto Filho, Bispo da Diocese do Recife; Ao Revmo. Eduardo Coelho Grillo, Bispo da Diocese do Rio de Janeiro; À Revma. Marinez Rosa dos Santos Bassotto, Bispa da Diocese da Amazônia; À Revma. Meriglei Borges Silva Simin, Bispa da Diocese de Pelotas; e ao Revmo. Francisco César Fernandes Alves, Bispo da Diocese de São Paulo. E à reverenda Magda Guedes, Secretária-geral. Obrigado por todo o incentivo, pelas orientações, e pelas inúmeras contribuições a esta pesquisa, especialmente nos últimos anos.

Aos bispos eméritos da Diocese Anglicana do Recife Clovis Erly Rodrigues, por ter me enviado uma cópia na íntegra do “Caso Robinson” – sem a qual não seria possível reconstruir os episódios das crises que aconteceram nesta Diocese –, e a Sebastião Gameleira, por ter enviado uma verdadeira biblioteca de obras até então desconhecidas para mim, que serviram para fundamentar boa parte da pesquisa. Ao reverendo Arthur Cavalcante e ao deão Gustavo Gilson de Oliveira, por terem me cedido cópias de cartas escritas durante o processo da “Grande Crise do Recife”.

Ao biblista Paulo Ueti, do escritório da Anglican Alliance, pelas informações compartilhadas sobre a Conferência de Lambeth de 2022. Ao reverendo Mark Bozzuti-Jones e à equipe pastoral da Trinity Church Wall Street, pela organização do Encontro de Parcerias para a América Latina e Caribe, evento que me possibilitou compreender melhor a conjuntura atual das Províncias nesta região. De modo mais

que especial, aos membros da União da Juventude Anglicana do Brasil (UJAB): Paula Mello, Ruan Isnardi, Vivian Liz, Tiago Luddu e Celiane Suguinoshita, pelas conversas, ideias e esclarecimentos sobre a história da Igreja. A todos os clérigos e clérigas, secretários e secretárias que enviaram informações de suas Dioceses e da Província, para que eu pudesse descrever o Sínodo Geral de 2018. E de modo especial, à Junta Nacional de Educação Teológica (JUNET), que me concedeu a bolsa de estudos. Todo apoio que veio da Igreja e de cada membro, foi essencial para que este trabalho fosse desenvolvido e finalizado.

Ao meu orientador, Professor Doutor Newton Darwin de Andrade Cabral, pelos anos de orientação, conselhos e conversas. Por ter se disponibilizado a acompanhar a elaboração deste trabalho e lapidar o “diamante bruto”, até alcançar o resultado final. Aos professores da Unicap: Luiz Carlos Luz Marques e Sérgio Sezino Douets de Vasconcelos; e aos professores Carlos Eduardo Brandão Calvani (UFS) e Sérgio Ricardo Coutinho dos Santos (UnB), por aceitarem o desafio de fazerem seus apontamentos para esta tese e pela disponibilidade de comporem a Banca. Também agradeço demais docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Unicap, Drance Elias da Silva, Gilbraz de Souza Aragão, João Luiz Correia Júnior, José Afonso Chaves, José Tadeu Batista de Souza, Luiz Alencar Libório, Valdenice José Raimundo e Zuleica Dantas Pereira Campos, pelos anos em que estive com vocês e pelas contribuições individuais que me moldaram como pesquisador e cientista da religião.

Aos funcionários e funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação da Unicap e da Biblioteca Central, que me auxiliaram de diferentes maneiras desde o começo de minha caminhada no Mestrado. Às funcionárias da Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, Juliana Santiago e Aruza de Holanda, por terem me dado acesso ao acervo de folhetos, livros e catálogos sobre a presença dos ingleses em Pernambuco, alguns dos quais, sobreviveram à cheia do Rio Capibaribe de 1975.

Agradeço aos meus amigos e amigas, do Colégio, da Graduação e do Mestrado e Doutorado, que de muitas formas contribuíram com seus comentários e incentivos, para que eu prosseguisse na caminhada. Aos meus confrades do “Círculo de Eranos”, Mailson Cabral e Max Rodrigues, pela amizade durante o Mestrado e pelos cafés e debates que contribuíram para a nossa formação como cientistas da religião.

Agradeço à minha namorada (e companheira acadêmica): Heloísa Lira de Castro, que no meio desse percurso, acompanhou a escrita das 560 páginas que “brotaram” no último ano. Essa tese tem bastante de nossas conversas, cafés e horas que gastamos falando, brincando e “perdendo a cabeça” com esse tal de Anglicanismo.

Agradeço aos meus pais, que me deram todo o apoio e suporte para começar e chegar até o final desta caminhada: Eliane Vilaça Figueirêdo e Ariosto dos Reis Costa. Também agradeço à minha avó, Alaíde Vilaça Figueirêdo (*in memoriam*), que no auge dos seus 107 anos, me observou, diversas vezes, escrever esta tese pela madrugada. Vocês são os meus exemplos de superação.

Por fim, agradeço a Deus, autor e consumidor da vida, que me sustentou ao longo desse trabalho, permitindo concluí-lo. Nas palavras da antiga oração judaica: “Bendito sejas Senhor, Rei do Universo, por teres me dado a vida, me protegido e me permitido chegar até aqui”.

RESUMO

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) é uma denominação cristã que abrange todo o território brasileiro. No contexto do Anglicanismo mundial, ela é a 19ª Província da Comunhão Anglicana. A sua fundação data de 1890, quando missionários da Igreja Episcopal dos Estados Unidos estabeleceram as primeiras comunidades de língua portuguesa no Sul do país. A sua história também foi marcada pela presença das capelanias inglesas, desde o século XIX, e pelo trabalho desenvolvido entre imigrantes japoneses, no início do século XX. Desde a autonomia, ocorrida em 1965, a Província brasileira passou por várias mudanças, desde sua estrutura administrativa, até suas posições teológicas, litúrgicas e eclesiológicas. A proposta desta pesquisa versou sobre como a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil construiu e consolidou a sua identidade eclesial, moldando-se como uma instituição “liberal, inclusiva, e em contínua reforma”, em conformidade com o *ethos* anglicano. O trabalho foi dividido em cinco partes: a História do Anglicanismo no Brasil e no mundo; um estudo de caso sobre a Diocese Anglicana do Recife; uma análise da construção das múltiplas identidades da IEAB; o Sínodo Geral de 2018; e as tensões, disputas e ressignificações em torno da ideia do que seria a identidade anglicana. A partir de uma revisão bibliográfica – com textos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e documentos da Igreja brasileira e da Comunhão Anglicana –, este trabalho buscou analisar como o conceito anglicano de “Unidade na Diversidade” está relacionado com o tema da Inclusividade, o qual vem dividindo a Comunhão Anglicana na contemporaneidade. A tese defendida é a seguinte: a Província brasileira moldou as suas múltiplas identidades a partir de quatro ênfases teológicas: a inserção da Igreja nas questões políticas e sociais, influenciada por correntes como o Evangelho Social e a Teologia da Libertação; a Inclusividade Litúrgica, com o novo Livro de Oração Comum, publicado em 2015; a Ordenação Feminina, aprovada em 1985, e consolidada com a eleição da primeira bispa em 2018; e a inclusão plena das pessoas LGBTQ+ na vida sacramental da Igreja, com a aceitação de sua ordenação para o sacerdócio e a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, durante o Sínodo Geral da IEAB de 2018. Como resultado, desenvolveu-se uma verdadeira “radiografia” da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, através de uma pesquisa inédita na área de Ciências da Religião e Teologia.

Palavras-chave: Cristianismo. Anglicanismo no Brasil. Comunhão Anglicana. Inclusividade. Eclesiologia.

ABSTRACT

The Anglican Episcopal Church of Brazil (IEAB) is a Christian denomination that covers the entire Brazilian territory. In the context of worldwide Anglicanism, it is the 19th Province of the Anglican Communion. Its foundation dates back to 1890, when missionaries from the Episcopal Church of the United States established the first Portuguese-speaking communities in the South of the country. Its history was also marked by the presence of English chaplaincies, since the 19th century, and by the work developed among Japanese immigrants in the beginning of the 20th century. Since the autonomy, in 1965, the Brazilian Province has undergone several changes, from its administrative structure to its theological, liturgical and ecclesiological positions. The proposal of this research was about how the Anglican Episcopal Church of Brazil built and consolidated its ecclesial identity, molding itself as a “liberal, inclusive, and in continuous reform” institution, in accordance with the Anglican ethos. The research was divided into five parts: the History of Anglicanism in Brazil and in the world; a case study on the Anglican Diocese of Recife; an analysis of the construction of the multiple identities of the IEAB; the 2018 General Synod; and the tensions, disputes and resignifications around the idea of what the Anglican identity would be. Based on a bibliographical review – with texts written by Brazilian and foreign researchers and documents from the Church and the Anglican Community –, this work sought to analyze how the concept of “Unity in Diversity” is related to the theme of Inclusiveness, that has been dividing the Anglican Communion in contemporary times. The thesis defended is that: the Brazilian Province shaped its multiple identities based on four theological emphases: The insertion of the Church in political and social issues, influenced by currents such as the Social Gospel and Liberation Theology; the Liturgical Inclusivity, with the new Book of Common Prayer, published in 2015; the Ordination of Women, approved in 1985, and consolidated with the election of the first female bishop in 2018; and the full inclusion of LGBT+ people in the sacramental life of the Church, with the acceptance of their ordination to the priesthood and the approval of same-sex marriage, during IEAB’s General Synod of 2018. As a result, a true “radiography” of the Anglican Episcopal Church of Brazil was developed, through an original research in the area of Religious Studies and Theology.

Keywords: Christianity. Anglicanism in Brazil. Anglican Communion. Inclusivity. Ecclesiology.

RESUMEN

La Iglesia Episcopal Anglicana de Brasil (IEAB) es una denominación cristiana que cubre todo el territorio brasileño. En el contexto del Anglicanismo mundial, es la 19ª Provincia de la Comunión Anglicana. Su fundación se remonta a 1890, cuando misioneros de la Iglesia Episcopal de Estados Unidos establecieron las primeras comunidades de habla portuguesa en el Sur del país. Su historia también estuvo marcada por la presencia de capellanías inglesas, desde el siglo XIX, y por el trabajo desarrollado entre los inmigrantes japoneses a principios del siglo XX. Desde la autonomía, en 1965, la Provincia brasileña ha experimentado varios cambios, desde su estructura administrativa hasta sus posiciones teológicas, litúrgicas y eclesiológicas. La propuesta de esta investigación fue sobre cómo la Iglesia Episcopal Anglicana de Brasil construyó y consolidó su identidad eclesial, conformándose como institución “liberal, inclusiva y en continua reforma”, de acuerdo con el *ethos* anglicano. La investigación se dividió en cinco partes: la Historia del anglicanismo en Brasil y en el mundo; un estudio de caso sobre la Diócesis Anglicana de Recife; un análisis de la construcción de las múltiples identidades del IEAB; el Sínodo General de 2018; y las tensiones, disputas y resignificaciones en torno a la idea de lo que sería la identidad anglicana. A partir de una revisión bibliográfica – con textos de investigadores brasileños y extranjeros, y documentos de la Iglesia brasileña y la Comunión Anglicana –, este trabajo buscó analizar cómo se relaciona el concepto de “Unidad en la Diversidad” con el tema de la Inclusividad, que ha estado dividiendo la Comunión Anglicana en la época contemporánea. La tesis defendida es la siguiente: la Provincia brasileña dio forma a sus múltiples identidades a partir de cuatro énfasis teológicos: La inserción de la Iglesia en cuestiones políticas y sociales, influenciada por corrientes como el Evangelio Social y la Teología de la Liberación; la Inclusividad Litúrgica, con el nuevo Libro de Oración Común, publicado en 2015; la Ordenación de Mujeres, aprobada en 1985 y consolidada con la elección de la primera mujer obispo en 2018; y la plena inclusión de las personas LGBT+ en la vida sacramental de la Iglesia, con la aceptación de su ordenación al sacerdocio y la aprobación del matrimonio entre personas del mismo sexo, durante el Sínodo General de IEAB de 2018. Como resultado, se desarrolló una verdadera “radiografía” de la Iglesia Episcopal Anglicana de Brasil, mediante una pesquisa original en el área de Estudios Religiosos y Teología.

Palabras-claves: Cristiandad. Anglicanismo en Brasil. Comunión Anglicana. Inclusividad. Eclesiología.

ABREVIATURAS

ACC – *Anglican Consultative Council*
ACNA – *Anglican Church in North America*
ARCIC – *Anglican Roman Catholic International Commission*
ASTE – Associação de Seminários Teológicos Evangélicos
CEA – Centro de Estudos Anglicanos
DAA – Diocese Anglicana da Amazônia
DAB – Diocese Anglicana de Brasília
DAP – Diocese Anglicana de Pelotas
DAPAR – Diocese Anglicana do Paraná
DAR – Diocese Anglicana do Recife
DARJ – Diocese Anglicana do Rio de Janeiro
DASP – Diocese Anglicana de São Paulo
DM – Diocese Meridional
DMO – Distrito Missionário do Oeste
DSO – Diocese Sul-Occidental
FCA – *Fellowship of Confessing Anglicans*
GAFCON – *Global Anglican Future Conference*
IAB – Igreja Anglicana no Brasil
IAET – Instituto Anglicano de Estudos Teológicos
IEAB – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
IECB – Igreja Episcopal Carismática do Brasil
JUNET – Junta Nacional de Educação Teológica
LOC – Livro de Oração Comum
MANB – Movimento Anglicano no Brasil
SAET – Seminário Anglicano de Estudos Teológicos
SETEK – Seminário Teológico Egmont Krishcke
STIEB – Seminário Teológico da Igreja Episcopal do Brasil
TEC – *The Episcopal Church*
UMEAB – União das Mulheres Episcopais Anglicanas do Brasil
UJAB – União da Juventude Anglicana do Brasil
VTS – *Virginia Theological Seminary*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	272
Tabela 2 – Número de Comunidades da IEAB em 2020	283
Tabela 3 – Número de Batismos na IEAB	287
Tabela 4 – Número de Confirmações na IEAB	288
Tabela 5 – Denominações protestantes históricas no Censo de 2000	289
Tabela 6 – Censo 1970-2010	289
Tabela 7 – Percentual da população brasileira por denominações Protestantes históricas nos anos de 2003 e 2009	291
Tabela 8 – Correntes do Anglicanismo – Católicos	439
Tabela 9 – Correntes do Anglicanismo – Protestantes	440
Tabela 10 – A Rosa dos Ventos de Thomas McKenzie	443

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 ANGLICANISMO: UM RAMO HISTÓRICO DO CRISTIANISMO	28
2.1 A IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL	38
2.2 AS CAPELANIAS INGLESAS NO BRASIL	42
2.3 A MISSÃO EPISCOPAL NORTE-AMERICANA E A MISSÃO JAPONESA	48
2.4 OS PRIMEIROS BISPOS BRASILEIROS E O 1º CONGRESSO EPISCOPAL	68
2.5 A PROVÍNCIA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL	79
2.6 AS NOVAS ÊNFASES TEOLÓGICAS DE UMA IGREJA CENTENÁRIA	92
2.7 OS NOVOS MOVIMENTOS ANGLICANOS E EPISCOPAIS	123
2.7.1 A GAFCON e a Fraternidade de Confessantes Anglicanos	125
2.7.2 O Movimento Carismático	130
2.7.3 O Movimento Continuante	135
2.7.4 As Igrejas Anglicanas Independentes	140
3 UM ESTUDO DE CASO: A DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE	154
3.1 O ANGLICANISMO NO NORDESTE E A DIOCESE SETENTRIONAL	159
3.2 O EPISCOPADO DE EDMUND SHERRILL	170
3.3 O EPISCOPADO DE CLOVIS RODRIGUES	177
3.4 O EPISCOPADO DE ROBINSON CAVALCANTI	186
3.4.1 A Pequena Crise do Recife	191
3.4.2 A Grande Crise do Recife	206
3.5 O EPISCOPADO DE SEBASTIÃO GAMELEIRA	238
3.6 O EPISCOPADO DE JOÃO PEIXOTO	243
3.7 ATUAL SITUAÇÃO DO ANGLICANISMO NO RECIFE	251
3.7.1 A Igreja Anglicana no Brasil e o Cristianismo Hipster	252
3.7.2 A Igreja Episcopal Carismática do Brasil e a sua autonomia	260
3.7.3 A reconstrução da Diocese Anglicana do Recife	265
4 AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DA IEAB: UNIDADE NA DIVERSIDADE	269
4.1 UMA IGREJA DE PROPORÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	271
4.2 UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS ESTATÍSTICOS DA IEAB	282
4.3 AS NOVAS ÊNFASES TEOLÓGICAS	302
4.3.1 Uma Igreja inserida nas questões políticas e sociais	306

4.3.2 O novo Livro de Oração Comum e a Inclusividade Litúrgica	324
4.3.3 A Ordenação Feminina	347
4.3.4 A Ordenação e o Casamento de Pessoas LGBTQ+	369
4.4 A INCLUSIVIDADE COMO PARTE INERENTE DO <i>ETHOS</i> ANGLICANO	384
5 UMA IGREJA PARA O SÉCULO XXI: O SÍNODO GERAL DE 2018	393
5.1 OS SÍNODOS QUE PREPARARAM O CAMINHO	394
5.2 O XXXIV SÍNODO GERAL: UM NOVO AMANHECER PARA A IEAB	398
5.3 A VOTAÇÃO E A MUDANÇA CANÔNICA	401
5.4 A RECEPÇÃO DAS DIRETRIZES DO SÍNODO NAS DIOCESES	405
5.5 A RECEPÇÃO DAS DIRETRIZES DO SÍNODO EM OUTRAS IGREJAS	410
6 ANGLICANISMO: TENSÕES, RUPTURAS E CONTINUIDADES	416
6.1 O ANGLICANISMO A PARTIR DE PIERRE BOURDIEU E PAUL TILlich	419
6.2 A DISPUTA PELAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES ANGLICANAS	428
6.3 (DES)CONSTRUÇÕES NOS CAMPOS SIMBÓLICOS DO ANGLICANISMO	451
6.4 O QUE É SER EPISCOPAL-ANGLICANO NA CONTEMPORANEIDADE?	459
6.5 PARA ONDE CAMINHA O ANGLICANISMO NO BRASIL E NO MUNDO?	472
6.6 A CONFERÊNCIA DE LAMBETH DE 2022 E A PARTICIPAÇÃO DA IEAB	484
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	491
REFERÊNCIAS	498
LISTA DE ANEXOS	510
LISTA DE IMAGENS	511

1 INTRODUÇÃO

O Anglicanismo é uma tradição cristã oriunda da Inglaterra, que se apresenta e se identifica como uma *Via-Média* entre o Catolicismo e o Protestantismo¹. O termo “anglicano” deriva da palavra latina *anglicanus* (“anglo”), que era utilizada pelo Império Romano para se referir aos povos que habitavam as Ilhas Britânicas, especialmente onde hoje se encontra a Inglaterra. Já a expressão *Igreja Anglicana* se origina da sentença latina medieval *ecclesia anglicana*, que data de pelo menos 1215, presente na Carta Magna, e é sinônimo para “igreja inglesa”; posteriormente foi utilizada no Ato de Supremacia de 1534, promulgado pelo rei Henrique VIII.

O uso moderno dessa expressão foi feito no título da defesa de John Jewel sobre a Reforma Inglesa, *Apologia Ecclesiae Anglicanae* (1572), associando-a com a Igreja da Inglaterra, organizada como hoje se encontra, após o cisma de Henrique VIII com o Catolicismo (HEIN; GARDINER; SHATTUCK, 2004, p. 13). Já a palavra Anglicanismo “aparece pela primeira vez em inglês em 1838, na pena de Newman, mas se encontra a palavra em francês desde 1801” (*In*: LACOSTE, 2004, p. 124).

Porém, vale destacar que não existe apenas uma só instituição denominada de “Igreja Anglicana”. Nos últimos dois séculos, o Anglicanismo se espalhou por todo o mundo, organizando-se através de uma associação de Igrejas Nacionais, autônomas e interdependentes (ou autocéfalas, utilizando o termo do Cristianismo ortodoxo), que estão em comunhão plena com o Arcebispo de Cantuária² e unidas entre si por “laços históricos e de afeição”. Atualmente, a cátedra de Santo Agostinho é ocupada por Sua Graça, Justin Welby³, o seu 105º Arcebispo.

Por isso, ao invés de utilizarmos o termo no singular “Igreja Anglicana”, seria mais adequado falar na “Comunhão Anglicana”⁴, formada pelas Províncias⁵ que estão em plena comunhão com a Sé de Cantuária⁶, pois esta é a expressão que melhor designa a terceira maior denominação cristã em número de fiéis, após a Igreja Católica Romana e as Igrejas que formam a Comunhão Ortodoxa.

¹ Damos destaque ao conceito de Igreja Anglicana apresentado pelo então secretário-geral da Comunhão Anglicana, o Bispo Kenneth Kearon, durante visita à Diocese Anglicana do Recife, no ano de 2013, que aprofundamos ao longo deste trabalho. De acordo com as suas próprias palavras: “A Igreja Anglicana é uma Igreja Católica Reformada com uma forma particular de governo”.

² Vide Anexo A, com a lista dos Arcebispos de Cantuária.

³ Vide Imagem 1, com a fotografia do Arcebispo Justin Welby.

⁴ Vide Imagem 2, com a fotografia da “Rosa dos Ventos”, símbolo da Comunhão Anglicana.

⁵ Vide Anexo B, com a lista das Igrejas que fazem parte da Comunhão Anglicana.

⁶ Vide Imagem 3, com a fotografia Catedral de Cantuária.

O contexto histórico do surgimento do Anglicanismo é ainda alvo de debates acadêmicos e institucionais, nos quais os estudiosos do tema ora situam esta tradição religiosa como pré-medieval, possuindo uma ligação direta e continuidade com o Cristianismo estabelecido entre os povos celtas do século II, ora também situando-a no contexto da Reforma Protestante, no século XVI, com a separação da Igreja da Inglaterra (*Church of England*) da jurisdição de Roma, pelo rei Henrique VIII. O que sabemos é que a sua organização, estrutura e consolidação como religião oficial do Estado inglês, ocorreu sob o reinado de Elizabeth I.

Séculos depois, o estabelecimento do Anglicanismo no Brasil ocorreu através de três frentes. A primeira delas, pelo processo de transferência do governo português para o Brasil, patrocinado e salvaguardado pela Coroa Inglesa. Em troca dessa proteção, os anglicanos estabeleceram capelanias exclusivamente voltadas para atender aos cidadãos ingleses que vieram ao Brasil no início do século XIX, graças ao Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e a Inglaterra. Entretanto, devido às leis religiosas da época, o proselitismo e a conversão de brasileiros eram proibidos. Com o fim da Monarquia e o estabelecimento de uma República laica, no ano de 1890, chegaram ao Brasil dois missionários oriundos da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris.

Os missionários Kinsolving e Morris se estabeleceram na cidade de Porto Alegre, realizaram os primeiros ofícios litúrgicos na língua portuguesa e fundaram as primeiras comunidades voltadas exclusivamente para o público brasileiro. Em pouco tempo a frente norte-americana se expandiu, e a então chamada Igreja Episcopal dos Estados Unidos no Sul do Brasil foi elevada ao *status* de um Distrito Missionário. Em 1949, este distrito foi dividido em três dioceses, fato que alimentou os desejos dos membros de verem a missão transformada em uma Igreja autônoma e independente. Por fim, o trabalho missionário do reverendo japonês João Yasoji Ito, que desenvolveu várias comunidades anglicanas de cultura nipônica nos estados de São Paulo e do Paraná, e difundiu a religião entre as colônias de imigrantes.

Com a sua expansão pelo país, em 1965 a Igreja brasileira deixou de fazer parte da jurisdição da Igreja Episcopal dos Estados Unidos; obteve autonomia administrativa e financeira; e tornou-se, a partir de então, a chamada Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), integrando a Comunhão Anglicana como sua

19ª Província. Desde então, ela tem sido a mais antiga representante do Anglicanismo e a maior denominação de rito episcopal/anglicano no país.

Porém, a partir dos anos 2000, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil começou a sofrer uma série de crises que levaram à criação de outras instituições que, hoje, compõem o cenário religioso do Anglicanismo brasileiro. Como exemplo de denominações oriundas da IEAB, temos a Igreja Anglicana no Brasil (IAB), fundada na cidade do Recife, pelo bispo Robinson Cavalcanti. Existem Igrejas que surgiram da IEAB, mas que não estão alinhadas com as instâncias associativas do Anglicanismo mundial, como a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB), do arcebispo Paulo Ruiz Garcia, igualmente com sede no Recife. Também temos grupos independentes, como o Movimento Anglicano no Brasil (MANB), sediado na Catedral Anglicana de São Paulo, liderado pelo reverendo Aldo Quintão.

No início deste século, outras denominações surgiram no país, porém, sem nenhuma ligação com a IEAB, como é o caso da Diocese Anglicana de Votorantim, fundada pelo bispo Theodoro de Oliveira, a partir do Movimento Anglicano Continuar. Existem outros grupos classificados como Igrejas Anglicanas Independentes: Igreja Anglicana Reformada, estabelecida no Brasil como missão da Igreja Livre da Inglaterra (*Free Church of England*), liderada pelo bispo Josep Rossello; Igreja Anglicana do Brasil, fundada pelo bispo Ricardo Lorite; Igreja Episcopal do Evangelho Pleno, fundada pelo bispo Josué Torres; e outros grupos menores que se multiplicaram em anos mais recentes.

Toda Igreja que é parte do Anglicanismo possui como característica um conjunto de crenças que são centro da sua unidade doutrinária. Esta, por sua vez, é definida a partir de pontos comuns partilhados por todas as Igrejas que fazem parte da Fé anglicana, os quais são conhecidos como o “Quadrilátero de Chicago-Lambeth”. Os pontos desse Quadrilátero são a Bíblia, que “contém as doutrinas necessárias para a salvação”; os Cremos Apostólicos e Niceno, que constituem “a declaração suficiente da fé cristã”; os Sacramentos do Batismo e da Eucaristia, que são “sinais eficazes da graça e da presença de Deus no meio do seu povo”; e o Episcopado histórico, como “forma de organização eclesial e garantia da universalidade e da sucessão apostólica presente na Igreja” (BETTENSON, 2001, p. 428).

Apesar dessa aparente unidade doutrinária, o Anglicanismo também é conhecido pela pluralidade de tendências, ou correntes, entre suas Igrejas, que são, muitas vezes, opostas entre si. Essa aparente contradição, realçada pela existência (e convivência) de Igrejas com posicionamentos diferentes sobre as mais variadas questões, é sintetizada no conceito anglicano de “Unidade na Diversidade”.

Jorge Aquino discorre que essa identidade do Anglicanismo se evidencia não pelas crenças e doutrinas (pois estas já fazem parte do Cristianismo tradicional), mas, sim, por causa do “temperamento”, o modo de ser e agir anglicano (2000, p. 122). Nesse sentido, o chamado *Ethos Anglicano* seria a maneira como os anglicanos pensam a sua Teologia e atuam no mundo enquanto Igreja Cristã. A partir dessa premissa, é possível que cada Igreja desenvolva uma exegese própria, partindo de uma das três tendências teológicas apontadas pelo autor: Liberal, Neofundamentalista e Evangelical (2000, p. 230-231).

Devido ao crescimento de grupos que se identificam como “liberais”, e lançam mão de recursos hermenêuticos e histórico mais críticos para a interpretação das Escrituras, das doutrinas e da própria estrutura do Anglicanismo, a partir do final da década de 1990, as Igrejas da Comunhão Anglicana vivenciaram controvérsias crescentes entre grupos que defendiam uma posição mais progressista, ao passo que outros buscavam zelar pelo que entendiam ser a tradição da Igreja, a “ortodoxia”.

Este processo agravou-se no ano de 2003, pela eleição e sagração de um bispo norte-americano, chamado Gene Robinson, para a Diocese de New Hampshire. O problema em questão estava no fato de que o neoepíscopo era homossexual e vivia em uma relação não-celibatária com seu parceiro. O fato acirrou ainda mais o embate entre clérigos e lideranças “progressistas” e “conservadoras”, entre grupos que assumiam posturas mais “liberais” e os que defendiam, a todo custo, a “ortodoxia”.

Na América do Sul, esse movimento de contestação à presença e crescimento da tendência liberal no Anglicanismo, ficou marcado por duas crises ocorridas na Diocese Anglicana do Recife, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. A primeira foi promovida pelo então deão da Catedral Anglicana do Recife, o reverendo Paulo Ruiz Garcia, que rompeu com a instituição, em 2002, e fundou a Igreja Episcopal Carismática do Brasil, a partir da comunidade de sua Catedral.

A segunda crise, de proporções ainda maiores, foi promovida pelo então bispo da Diocese Anglicana do Recife, Robinson Cavalcanti, que discordava da postura da IEAB, a qual permitia a ordenação de clérigos homossexuais para o sacerdócio. Por causa dos sucessivos atritos entre as lideranças locais e nacionais, o bispo Robinson sofreu processo canônico e foi deposto de seus cargos. Como consequência desses atritos, uma nova denominação anglicana surgiu na cidade, a Igreja Anglicana no Brasil, o que gerou grave dano patrimonial e institucional na Diocese e repercutiu em toda a Província e também na Comunhão Anglicana.

Porém, esta cadeia de acontecimentos não está dissociada do contexto do Anglicanismo mundial. Eles coincidiram com a eleição de Rowan Williams, um liberal, para o arcebispado de Cantuária, de modo que a Comunhão Anglicana assinalava os rumos que iria tomar pelos próximos anos em pautas cruciais de sua agenda. Podemos dizer que, graças a estes dois momentos – a sagração de Gene Robinson para o episcopado nos Estados Unidos, e a eleição de Rowan Williams para a Sé de Cantuária –, o Anglicanismo no Brasil desenvolveu um processo gradual de rupturas institucionais que levou à criação de inúmeras Igrejas e dioceses que alegam preservar os elementos constitutivos da tradição anglicana.

Como consequência, o Anglicanismo brasileiro encontra-se, hoje, em um momento bastante delicado e com suas Igrejas fragilizadas pelas divisões do passado, o que demanda um estudo aprofundado sobre esta crise institucional, uma vez que se fala, inclusive, na possibilidade da Comunhão Anglicana deixar de existir no futuro, por causa das disputas institucionais entre as suas Províncias e Igrejas alinhadas com outras instâncias associativas mundiais, a exemplo da GAFCON (*Global Anglican Future Conference*).

Como objetivo deste trabalho, buscamos analisar como a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil construiu e vem consolidando sua identidade eclesiástica com a afirmação de posições teológicas, doutrinárias e políticas nos últimos anos. Através de uma abordagem histórica, apresentamos um estudo sobre a atual situação do Anglicanismo no Brasil e a sua relação e relevância com o Anglicanismo mundial. Ao longo dos capítulos, fazemos uma análise de como as relações e as tensões provocadas entre os grupos considerados “liberais” e “conservadores” da Comunhão Anglicana, estão repercutindo nas Igrejas estabelecidas no Brasil, sobretudo após o ano de 2005, quando ocorreu a maior fragmentação da IEAB.

Buscamos traçar um paralelo sobre as diferenças doutrinárias, litúrgicas e teológicas do Anglicanismo, comparando-as com as novas ênfases promovidas pela IEAB, em especial, sobre questões ligadas aos Direitos Humanos e a hermenêutica desenvolvida acerca de questões sobre Gênero e Sexualidade. Dessa forma, poderemos compreender como a atuação e posicionamentos adotados pela Província brasileira da Comunhão Anglicana em seu Sínodo Geral de 2018 podem reestruturar nos próximos anos o Anglicanismo em nosso país, através da consolidação de um novo *ethos* e de diferentes identidades eclesiais.

Quando se reflete acerca do Estado da Arte nas pesquisas acadêmicas feitas no Brasil sobre o Anglicanismo, temos algumas lacunas a serem preenchidas. As obras e pesquisas presentes no Brasil abordam, em sua maioria, a história institucional da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Teologia desenvolvida por esta denominação na contemporaneidade, e temas considerados polêmicos debatidos até hoje, a exemplo da questão da Inclusividade e da ordenação e casamento de pessoas LGBTQ+ na vida sacramental e comunitária da Igreja.

Porém, as pesquisas acadêmicas feitas em nosso país ainda carecem de uma análise mais profunda e de novas interpretações do que aconteceu nos últimos anos dentro do espectro do Anglicanismo brasileiro e mundial. Notamos que, embora algumas obras tenham sido publicadas recentemente, estas apresentam as mesmas informações históricas de outras publicações do gênero, dando algumas novas pinceladas sobre os temas atuais acima citados, sem se aprofundar neles. Notamos também que, até o momento, não foi desenvolvido um trabalho em nível de Doutorado sobre o tema Anglicanismo, que aborde tais questões, atualizando as pesquisas anteriores, da maneira como foi desenvolvida nestas páginas.

Ainda sobre as publicações sobre o tema desta pesquisa, no campo da historiografia, destacamos algumas publicações antigas sobre o Anglicanismo e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil⁷, além de obras publicadas recentemente⁸. Também destacamos algumas obras publicadas a partir dos anos 2000, que tratam de temas relevantes e que ainda se encontram em debate no universo do

⁷ Aqui são indicados apenas os títulos e o ano de publicação, uma vez que a referência completa das obras citadas está presente na lista bibliográfica deste trabalho: *História da Igreja Episcopal Brasileira* (1949); *A Igreja Militante* (1951); *O Anglicanismo: panorama histórico e síntese doutrinária* (1960); *Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil* (1995).

⁸ *Conheça a Igreja Anglicana* (2010); *Nossa Identidade* (2012); *História do Anglicanismo nos Estados Unidos da América* (2017); *História do Anglicanismo na Inglaterra* (2017).

Anglicanismo nacional e mundial⁹. Alguns trabalhos de pós-graduação também são dignos de nota, a exemplo de pesquisadores como Elton Roney da Silva Carvalho, Cristiany Moraes de Queiroz¹⁰ e Gecionny Rodrigo Pinto de Souza¹¹ – estes dois últimos transformados em livros –, contribuindo para o presente Estado da Arte e para a atualização dos estudos sobre o referido tema.

Salientamos que o conteúdo apresentado neste trabalho não reflete, necessariamente, as posições oficiais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e das demais denominações, ou de suas respectivas lideranças, de modo que esta pesquisa apresenta a visão do autor acerca do fenômeno religioso do Anglicanismo brasileiro e mundial, que lançou mão dos recursos metodológicos apresentados para fazer uma análise crítica do objeto de estudo. Ressaltamos, ainda, que o fato de o autor, além de pesquisador, também ser clérigo da IEAB, torna necessário o afastamento do seu objeto de estudo, para conseguir alcançar os resultados esperados e apresentar as teses aqui defendidas, de maneira a contribuir com as pesquisas acadêmicas na área de Ciências da Religião e Teologia.

Do ponto de vista eclesiológico e pastoral, destacamos que esta pesquisa visa a tornar-se mais um recurso de estudo para a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, contribuindo para uma melhor compreensão dos processos que estabeleceram as múltiplas identidades presentes nesta denominação, de modo a servir como um instrumento de análise de sua história recente, e propor caminhos possíveis para uma atuação mais pragmática, a partir dos eventos que definiram o seu perfil eclesial para o século XXI, explicitado no próprio título deste trabalho¹².

Por se tratar de uma pesquisa de natureza exploratória, requerendo detalhamento nos dados para se alcançar a tese defendida; assim, o trabalho foi dividido em capítulos. No Capítulo 2 é apresentada a história do Anglicanismo como uma “Historiografia Eclesiástica”. Para isso, foi realizada uma abordagem de cada período histórico e das Igrejas que compõem o Anglicanismo¹³. Também é abordado

⁹ *Anglicanismo: uma introdução* (2000); *Reforçando as trincheiras* (2007); *Anglicanismo: Identidade, Relevância, Desafios* (2009); *Missão que Amplia a Vida: Perspectivas Globais da Comunhão Anglicana* (2015).

¹⁰ *Anglicanismo: um estudo antropológico da Catedral Anglicana do Recife* (2017).

¹¹ *Os desafios da Igreja Anglicana na atualidade* (2020).

¹² O título “Unidade na Diversidade, Unidade na Adversidade” foi inspirado na edição nº 1822, de abril de 2017, do Estandarte Cristão, o periódico oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

¹³ Igreja entre os Povos Celtas; Igreja Católica na Idade Média; Igreja da Inglaterra; Igreja da Escócia; Igreja Episcopal Escocesa; Igreja da Irlanda; Igreja do País de Gales; Igreja Episcopal dos Estados Unidos; e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

o surgimento da Comunhão Anglicana, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e dos novos movimentos anglicanos e episcopais presentes no país e no mundo, trazendo uma classificação para os diferentes grupos surgidos a partir do século XXI. Como método utilizado, escolhemos a revisão bibliográfica, a partir da escolha de obras, tanto de autores brasileiros quanto estrangeiros, assim como de documentos da Igreja e notícias sobre as respectivas Igrejas e comunhões eclesiais.

No Capítulo 3, foi feito um estudo de caso sobre a Diocese Anglicana do Recife (DAR). Nesta parte fizemos uma análise da história da DAR, desde a sua fundação, passando pelo episcopado de cada bispo diocesano. O recorte histórico estabelecido foi 1976 até os dias atuais, o que dá continuidade à pesquisa realizada por Cristiany Moraes de Queiroz – que abordou a primeira crise promovida por Paulo Garcia, então deão da Catedral da Santíssima Trindade. Por conta dos acontecimentos, que ainda estão tendo suas consequências, utilizamos a Teoria da História do Tempo Presente.

Neste Capítulo, de modo especial, trazemos um conteúdo inédito até hoje nas pesquisas sobre o assunto – e jamais publicado pela própria IEAB –, que é o estudo da segunda crise desta Diocese a partir da análise do Caso Robinson. Para isso, uma cópia do processo canônico foi obtida junto ao Arquivo Provincial da IEAB, através do bispo Clovis Erly Rodrigues. Além das resoluções diocesanas e provinciais – e demais documentações –, para fundamentar alguns dos episódios, foram utilizados trechos de cartas e textos compartilhados pelos reverendos Arthur Cavalcante, Carlos Calvani e Gustavo Gilson de Oliveira, testemunhas oculares daqueles acontecimentos. Como finalidade desta parte da pesquisa, apresentamos um panorama das Igrejas episcopais e anglicanas e das Comunhões e instâncias associativas internacionais, presentes na cidade do Recife e na região Nordeste.

No Capítulo 4, foi feita uma radiografia da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a partir de uma análise da sua estrutura enquanto instituição e dos dados coletados nas últimas décadas. Na segunda parte deste capítulo, trazemos uma análise sobre a construção das múltiplas identidades da IEAB: através de quatro eixos: a inserção da Igreja em questões políticas e sociais; a Ordenação Feminina; a Ordenação e o Casamento de Pessoas LGBT+¹⁴; e o novo Livro de Oração Comum. Estes eixos estão ligados por um elemento em comum. Em todos eles perpassa o

¹⁴ Conhecemos que o termo mais adequado e utilizado na Academia e na sociedade é LGBTQIA+, porém, para facilitar a escrita e a leitura ao longo do trabalho, optamos pelo uso da sigla LGBT+.

conceito da Inclusividade, o qual, neste trabalho é apresentado como parte inerente do *ethos* anglicano, ou “o jeito de ser” da Província brasileira.

No Capítulo 5, voltado para a análise do Sínodo Geral de 2018, realizamos uma “observação em campo” pelo autor, mais precisamente foi utilizada a técnica da Observação Participante.

A Observação Participante é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica (CORREIA, 1999, p. 31).

Uma vez que sou pesquisador e membro da Igreja – à época, na condição de seminarista –, pedi autorização do meu bispo diocesano para estar presente no Sínodo, na condição de participante observador (sem direito a voto), viajando até Brasília, junto com a delegação da Diocese Anglicana do Recife – o que ironicamente, na prática, me colocava na posição de um pesquisador dentro do Sínodo¹⁵ –, inclusive, com conhecimento dos bispos e dos delegados da assembleia sinodal sobre a razão da sua presença e o trabalho que ali seria desenvolvido.

Um pesquisador participa como membro do grupo que está estudando. Às vezes, o pesquisador informa ao grupo que ele é um observador e também um participante, e às vezes o pesquisador finge ser um membro comum (VOGT, 1999, p. 208).

Assim, estive presente em todas as sessões plenárias, ofícios religiosos e debates, de modo que foi possível registrar boa parte da programação do Sínodo em imagem e vídeo¹⁶, os quais serviram de fonte para a redação deste trabalho e para a análise etnográfica dos temas debatidos e do comportamento dos delegados e delegadas durante os momentos mais importantes. Devido ao fato de que como pesquisador não estive fingindo ser um membro da Igreja, mas interagindo de modo constante, inclusive nos intervalos das sessões, posso apontar que, ao invés de uma “observação participante”, ali foi desenvolvida uma “participação observante”.

¹⁵ O autor ficou hospedado junto com as delegações no Centro Israel Pinheiro, que abrigou o evento.

¹⁶ Além das imagens e vídeos – os quais registraram alguns trechos das sessões e o momento da votação da alteração canônica – o autor também escreveu alguns textos da edição nº 1825 do Estandarte Cristão, publicado em dezembro 2018, que abordou o Sínodo Geral.

Durante os dias da CONFELIDER e do Sínodo Geral, estive em contato com os participantes, observando a programação e seus temas durante os dias de reunião, inclusive buscando mais informações sobre a Igreja e os temas ali debatidos, entre as sessões e em conversas informais, com membros do laicato, do clero e da Câmara Episcopal, e também junto às lideranças da juventude, para melhor entender a participação de cada pessoa e a dinâmica holística do evento.

No Capítulo 6, é apresentado um estudo sobre as múltiplas identidades do Anglicanismo, e as razões pelas quais a identidade anglicana até hoje é disputada por diferentes grupos que, em meio a esta luta fratricida, buscam obter legitimidade para suas respectivas instituições. Para isso, utilizamos a teoria de Pierre Bourdieu sobre a economia dos campos simbólicos, aplicando-a ao Anglicanismo, através da sua relação com as ideias de Paul Tillich sobre a “Substância Católica” e “Princípio Protestante” presentes no *ethos* anglicano.

No final deste capítulo também tratamos da Conferência de Lambeth de 2022. Como esta não foi realizada em 2018 – devido a questões de natureza político-eclesial –, nem no ano de 2020, como era esperado – devido à Pandemia do COVID-19 –, passei a acompanhar as notícias publicadas pelo site do evento e o Serviço de Notícias da Comunhão Anglicana, para permanecer atualizado sobre os acontecimentos e a participação da Província brasileira. Para me aprofundar ainda mais na estrutura organizada e na programação, também mantive contato com o professor e biblista Paulo Ueti – representante da Anglican Alliance e do Escritório da Comunhão Anglicana para a América Latina.

Diante do vasto material produzido, visamos a publicação de quatro obras, a partir de recortes da pesquisa, intitulados previamente: “História do Anglicanismo no Brasil e no mundo”, tomando como base o conteúdo da primeira parte da tese; “História do Anglicanismo no Nordeste e a Diocese Anglicana do Recife”, com a segunda parte; “A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e as novas ênfases do Anglicanismo no século XXI”, contemplando a terceira e quarta parte do texto; e “Os novos movimentos episcopais e anglicanos”, fazendo um recorte da primeira, da segunda e da última parte da pesquisa. Dessa maneira, planejamos publicar a tese na íntegra, junto com um material inédito que não foi inserido em seu texto. Além disso, também pretendemos publicar, nos próximos anos, uma coletânea sobre “Temas de Anglicanismo”, com artigos que foram escritos durante o doutorado.

Ao longo da pesquisa foi utilizado o método da Análise de Conteúdo. Este se fundamenta como uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que, quando analisados adequadamente, nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social, de outros modos inacessíveis. De acordo com Roberto Richardson (1989), por se tratar de uma pesquisa qualitativa, abre-se a possibilidade de lançar mão de fontes que não podem ser expressas em palavras. Para este estudo, além dos instrumentos bibliográficos já mencionados, são apresentados gráficos sobre os dados demográficos do Censo de 2010, e também dados estatísticos relativos aos templos, fiéis, clero, da IEAB, buscando atualizar tais informações. Para facilitar o acesso ao conteúdo aqui exposto a leitores brasileiros, optamos por traduzir para o português todos os textos em outras línguas e, quando necessário, destacamos em *itálico* os termos estrangeiros.

O problema aqui levantado é que, partir da sua autonomia administrativa, conquistada em 1965, quando se tornou a 19ª Província da Comunhão Anglicana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil passou a construir a sua identidade de uma Igreja Nacional a partir de referenciais ou eixos específicos. Quais foram os parâmetros escolhidos e quais as influências internas e externas que a IEAB recebeu durante este processo de construção de sua identidade eclesial?

A hipótese que buscaremos apresentar é que, desde a década de 1980, a crescente atuação da IEAB, através da promoção de ações, debates e reflexão teológica, inseridos no contexto sócio-político do país, vêm moldando a sua identidade eclesial enquanto Igreja “liberal, inclusiva, e em contínua reforma”, ao mesmo tempo em que ela preserva a histórica tradição anglicana. Este seria o seu *ethos* anglicano – o seu jeito de ser – que, ao longo dos anos foi-se consolidando através de quatro eixos aqui elencados, os quais chamamos de “ênfases teológicas”: a inserção da Igreja em questões políticas e sociais; a Ordenação Feminina; a Ordenação e o Casamento de Pessoas LGBTQ+; e o novo Livro de Oração Comum, os quais estão intimamente relacionados pelo conceito da “Inclusividade”, aprofundado pela Igreja no início dos anos 2000.

Com as diretrizes do Sínodo Geral de 2018, estes eixos foram consolidados na eclesiologia da IEAB, constituindo-se no que chamamos de “múltiplas identidades”, um processo que, apesar de estabelecido, ainda continuará sendo

reformado e aperfeiçoado ao longo dos próximos anos na vida da Igreja. A aplicação deste conceito e suas inter-relações também estão presentes em outras Províncias da Comunhão Anglicana, como a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, e em outras denominações cristãs ao redor do mundo. Tais afirmações constituem a nossa tese.

Em um país como o Brasil, cuja crise de identidade não apenas religiosa, mas também política e cultural está tão semelhante à que se passa na Comunhão Anglicana – pautada em uma polarização e fragmentação sem precedentes, entre promotores de pautas “progressistas” por grupos considerados “liberais” e os defensores de uma suposta “ortodoxia” por grupos considerados “conservadores” –, o papel das Igrejas como agentes de transformação social e instituições formadoras da opinião pública, não pode ser ignorado.

O poder e o impacto dos diferentes discursos religiosos e dos posicionamentos eclesiásticos devem ser estudados, ainda mais no momento de instabilidade institucional que estamos vivendo no país, com a ascensão de lideranças políticas e religiosas que ameaçam a pluralidade e a diversidade inerentes da sociedade brasileira. E como representante mais antiga do Anglicanismo em nosso país, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil torna-se um imperioso objeto de pesquisa para os nossos dias.

2 O ANGLICANISMO: UM RAMO HISTÓRICO DO CRISTIANISMO

Quando analisamos o Anglicanismo, precisamos compreender a sua história. Para facilitar os estudos desse ramo do Cristianismo Histórico e o tema proposto para este trabalho, alguns teólogos e historiadores anglicanos dividem a História do Anglicanismo em períodos *Antigo* e *Medieval*, *Moderno* e *Contemporâneo*, a exemplo do reverendo Jorge Aquino (2000); enquanto outros o dividem por fases, a saber, a *Fase Celta*; a *Fase Católico-Romana* e a *Fase Reformada*, como propõe o bispo Robinson Cavalcanti (2009).

Para esta pesquisa propomos a seguinte divisão histórica, indo além da classificação definida por Robinson Cavalcanti, sendo esta dividida em quatro fases, a saber: a) *Fase Celta* (que se inicia no século II, com a formação da Igreja entre os Povos Celtas nas Ilhas Britânicas, indo até o estabelecimento de Santo Agostinho como o primeiro Arcebispo de Cantuária, em 597); b) *Fase Católico-Romana* (que se inicia com o Sínodo de Whitby em 664, passando pela Questão das Investiduras e até a crise do Papado de Avignon, no século XIV); c) *Fase Reformada* (que se inicia com o processo da Reforma Inglesa, com John Wycliffe no século XIV, passando pelo rompimento do rei Henrique VIII com o Papado e a Reforma Litúrgica promovida por Thomas Cranmer, até chegar ao movimento evangélico Metodista no século XVIII); d) *Fase da Comunhão Anglicana* (que se inicia no século XIX, com o reavivamento Anglo-Católico promovido pelo Movimento de Oxford, o consequente surgimento da Comunhão Anglicana na primeira Conferência de Lambeth, de 1867, e vem até os dias atuais).

Quando falamos sobre a presença do Anglicanismo no Brasil, a principal e mais antiga denominação representante deste ramo do Cristianismo histórico é a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Neste trabalho, buscando apresentar de forma didática a história da IEAB, propomos sua divisão em cinco fases: a) *Fase das Capelarias* (1810-1890, que se inicia com o Tratado de Amizade e Comércio Portugal-Inglaterra); b) *Fase Missionária* (1890-1940, iniciada com a missão episcopal norte-americana no Sul do Brasil); c) *Fase Emancipatória* (1940-1965, iniciada com a eleição do primeiro bispo anglicano brasileiro, Athalício Pithan); d) *Fase Expansionista* (1965-1985, com a instalação da IEAB como 19ª Província da Comunhão Anglicana); e) *Fase de Consolidação* (de 1985 até a hodiernidade).

Todavia, ao longo desse trabalho, não trabalhamos a História do Anglicanismo a partir dessa divisão rígida das fases históricas – tanto em nível mundial (Comunhão Anglicana) quanto em nível provincial (IEAB) –, mas abordamos episódios importantes, que acabaram por marcar e desenhar a linha cronológica com estes marcos, os quais consideramos necessários apontar para se compreender melhor a atual dinâmica das Igrejas Episcopais e Anglicanas.

Para narrar a História do Anglicanismo no Brasil, utilizamos as obras *Nossa Identidade: História e Teologia Anglicanas* (2012), de Carlos Calvani e Vera de Oliveira; *Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil* (1995), de Oswaldo Kickhöfel; e *Dados biográficos do Clero da Igreja Episcopal do Brasil* (1988), de Marçal Oliveira. Também utilizamos como fontes auxiliares outras publicações, atas e documentos oficiais da IEAB. Algumas informações foram obtidas a partir de conversas com membros, incluindo anotações feitas durante o “Curso de Formação de Lideranças” (organizado em 2016 pelo reverendo Eduardo Henrique na Diocese Anglicana do Recife). Quanto aos dados biográficos do episcopado nacional, eles foram coletados a partir das obras acima citadas, junto a bispos e bispas (diocesanos e eméritos) e através de relatos de parentes daqueles que já faleceram.

O Anglicanismo histórico se organiza em torno da Comunhão Anglicana. Ela é formada por todos os fiéis anglicanos que estão em comunhão com o Arcebispo de Cantuária. Estes fiéis, por sua vez, estão distribuídos em quarenta e uma Províncias, Igrejas autônomas e interdependentes, que possuem uma forma particular de governo, seguindo a estrutura comum do episcopado histórico e o seu tríplice ministério. Ela não é uma federação ou confederação de Igrejas (semelhante à Federação Luterana Mundial), muito menos uma Igreja Universal, mas se organiza de modo bastante semelhante à Comunhão Ortodoxa, sendo esta última uma família de Igrejas autocéfalas¹⁷, ligadas entre si através do Patriarcado de Constantinopla.

O conceito desta família de Igrejas cristãs se encontra na própria ideia de Comunhão de Igrejas – do grego, *koinonia*. Dessa forma, podemos dizer que há um aspecto original na maneira como ela se organiza, tanto em nível interno quanto externo, marcado por instâncias ao mesmo tempo hierárquicas e democráticas,

¹⁷ É o estado, segundo o qual, uma Igreja Ortodoxa não precisa se reportar a nenhuma outra. Esse autogoverno, porém, é limitado, pois, as Igrejas ainda dependem, em algum grau, das decisões de sua “Igreja-Mãe” e do Patriarca que a lidera. Por tais características, a forma de organização das Províncias da Comunhão Anglicana muitas vezes é comparada à autocefalia das Igrejas Ortodoxas.

centralizadas e dispersas, verticais e horizontais. Da mesma forma, por causa da natureza relacional com outras igrejas, desde a sua origem existe um *ethos* ecumênico que é próprio da Comunhão Anglicana, refletindo na maneira como as suas Províncias se relacionam com outras tradições cristãs e também não-cristãs.

Trinta e oito das Igrejas que formam a Comunhão são denominadas Províncias, quatro delas são Igrejas Unidas¹⁸, e duas delas, a Igreja Episcopal Reformada da Espanha e a Igreja Lusitana, não são em sua origem anglicanas ou episcopais, mas passaram por um processo de separação da Igreja Católica Romana e, posteriormente, se juntaram à Comunhão Anglicana.

As Províncias são organizadas de diferentes formas, inclusive em sua hierarquia e unidade¹⁹. Elas podem assumir a forma de Igrejas nacionais (como a Igreja Anglicana do Canadá ou Igreja Anglicana do Japão) ou uma Igreja que engloba mais de um país (como a Igreja Anglicana das Índias Ocidentais ou a Igreja Anglicana da África Central). Dessas comunidades eclesiais, existem cinco Igrejas extraprovinciais que estão sob a autoridade metropolitana direta do Arcebispo de Cantuária²⁰. A última Província a ser criada foi a da Igreja Anglicana de Moçambique e Angola²¹, instalada em 24 de setembro de 2021, pelo Arcebispo de Cantuária e por muitos bispos africanos (ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE, 24 set. 2021).

Devido às relações ecumênicas que fluem dentro do Anglicanismo, algumas Províncias da Comunhão Anglicana também são membros de outras instâncias ecumênicas e comunhões, a exemplo do Conselho Mundial de Igrejas (CMI)²² e da

¹⁸ Na Comunhão Anglicana as Igrejas Unidas são comunidades eclesiais nas quais os anglicanos são parte dessa Igreja, mas não os únicos membros. Elas são formadas pela Igreja de Bangladesh, do Paquistão, do Norte da Índia e do Sul da Índia. Em algum momento da história, anglicanos, batistas, luteranos, metodistas, reformados, decidiram se juntar em uma única denominação. Dessa forma, existem várias tradições dentro destas Igrejas, nas quais a liderança é compartilhada entre os membros dessas diferentes denominações, os quais seguem uma liturgia própria, através do Livro de Culto Comum (*Book of Common Worship*).

¹⁹ Como não existe uma autoridade superior no Anglicanismo – a exemplo de um Papa –, as Igrejas são lideradas por um Arcebispo ou um Bispo Primaz, a exemplo da Igreja da Inglaterra e da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, respectivamente. Já a Igreja Episcopal dos Estados Unidos – dado o processo histórico de formação dos episcopais norte-americanos – possui um Bispo Presidente (*Presiding Bishop*). Na Igreja Episcopal Escocesa, o bispo que a lidera é chamado de *Primus*. E a Igreja do Paquistão não possui Primaz, Bispo Presidente, ou *Primus*, mas um Moderador, que é eleito a partir de uma das tradições cristãs que compõem aquela Igreja (anglicana, luterana, metodista, etc.), alternando-se essa representatividade a cada mandato.

²⁰ Igreja Anglicana das Bermudas; Igreja do Ceilão (Sri Lanka); Paróquia das Ilhas Malvinas; Igreja Lusitana; e Igreja Episcopal Reformada da Espanha.

²¹ A nova Província engloba doze Dioceses. O bispo Carlos Matsinhe, de Moçambique, foi escolhido como Bispo Presidente em exercício e o Bispo André Soares, de Angola, como Decano.

²² Organização inter-eclesiástica mundial, fundada em 1948, que desenvolve trabalhos voltados para o Ecumenismo. Possui 350 igrejas-membros e também conselhos regionais e nacionais.

Comunhão de Porvoo²³, esta última formada por anglicanos, luteranos e reformados, constituída a partir da “Declaração de Porvoo”, assinada em 1993, entre as Igrejas da Inglaterra, Escócia, Irlanda e Gales e as Igrejas Luteranas da Escandinávia.

Este documento chamado de “Declaração de Porvoo” reconhecia que as igrejas participantes eram membros da Única, Santa, Católica e Apostólica Igreja de Cristo; reconhecia que nestas igrejas a palavra era corretamente pregada e os sacramentos devidamente administrados; reconhecia que estas igrejas compartilhavam de uma confissão de fé comum à fé apostólica; reconhecia que os ministros ordenados destas igrejas eram chamados por Deus, e finalmente, que a supervisão pessoal, colegial e comunal toma corpo e exercício em todas estas igrejas em uma diversidade de formas, em continuidade com a vida apostólica, a missão e o ministério. Em decorrência disto, a declaração fazia com que as igrejas signatárias se comprometessem com uma vida comum na missão e no serviço, a receber aos membros respectivos na administração dos sacramentos e outros atos pastorais, a receber os ministros ordenados de cada uma destas igrejas, a estabelecer vias de contato e de consulta colegial e conciliar, e a trabalhar por um entendimento comum do ministério diaconal (AQUINO, 2000, p. 182).

Outras Províncias, mediante concordatas, estabelecem a comunhão plena²⁴ entre as suas Igrejas e outras denominações não anglicanas²⁵, a exemplo do acordo estabelecido com as Igrejas Velho-Católicas, na Conferência de Bonn, de 1931.

Ainda existe um aspecto intra-anglicano no que diz respeito à jurisdição territorial das paróquias da Igreja da Inglaterra e da Igreja Episcopal dos Estados Unidos em determinadas regiões da Europa e em outros países. Na Europa, a Igreja da Inglaterra possui a Diocese de Gibraltar. Formada em 1842, é a maior diocese da Inglaterra e a maior da Comunhão Anglicana. Inicialmente, ela cobria todas as Igrejas que faziam parte das capelanias anglicanas, à época, sob a jurisdição do

²³ A Comunhão de Porvoo é formada por doze Igrejas anglicanas e luteranas da Europa, que decidiram se unir em comunhão plena após diálogo ecumênico e que celebraram a Eucaristia no último domingo dessas reuniões, em 1992, na Catedral Luterana da cidade de Porvoo. Dessa forma, bispos, presbíteros e diáconos de todas as igrejas membros podem exercer seu ministério em todas as demais. As Igrejas anglicanas membros da Comunhão de Porvoo são: Igreja Episcopal Escocesa; Igreja da Inglaterra; Igreja da Irlanda; Igreja do País de Gales; Igreja Episcopal Reformada da Espanha; e Igreja Lusitana. E as Igrejas Luteranas são: Igreja da Noruega; Igreja da Suécia; Igreja Evangélica Luterana da Estônia; Igreja Evangélica Luterana da Lituânia; Igreja Evangélica Luterana da Finlândia; Igreja da Islândia; Igreja Evangélica Luterana na Dinamarca; Igreja Evangélica Luterana Letã no Exterior; e Igreja Evangélica Luterana da Grã-Bretanha. A Igreja Evangélica Luterana da Letônia possui um *status* de igreja observadora desde 1994, mas ainda não é signatária do acordo.

²⁴ Todas as Igrejas da Comunhão Anglicana possuem comunhão plena entre si. Exemplos: um reverendo do Brasil pode celebrar a Eucaristia na Igreja dos Estados Unidos, após autorização episcopal, pois fazem parte da Comunhão Anglicana. Da mesma forma, por conta de acordos comuns, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos está em comunhão plena com a Igreja Evangélica Luterana dos Estados Unidos (ELCA), assim como a Igreja da Inglaterra está em comunhão plena com as demais Igrejas que fazem parte da Comunhão de Porvoo.

²⁵ Também há plena comunhão com as Igrejas Independente das Filipinas e Mar Thoma de Malabar.

Bispo de Londres, que ficava responsável pela supervisão destas regiões, sendo designado um bispo missionário (sem uma Sé).

Em 1980, John Satterthwaite foi nomeado bispo de Fulham e bispo de Gibraltar e, em 30 de junho de 1980, a Diocese de Gibraltar foi oficialmente criada, sendo conhecida popularmente como Diocese na Europa (*Diocese in Europe*), e Satterthwaite instalado como o seu diocesano. Atualmente ela congrega todas as paróquias da região, também possuindo igrejas no Marrocos, Turquia, Mongólia e Rússia. O seu atual bispo é Robert Innes e o sufragâneo o bispo David Hamid. Sua sede é a Catedral da Santíssima Trindade, em Gibraltar, possuindo também duas co-catedrais, São Paulo (em Valletta), e da Santíssima Trindade (em Bruxelas).

Por sua vez, a Convocação das Igrejas Episcopais na Europa (*Convocation of Episcopal Churches in Europe*) é uma jurisdição da Igreja Episcopal dos Estados Unidos organizada em 1859, através da Convenção Geral. Dessa forma, os episcopais estão presentes em sete países europeus: Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Suíça e Geórgia. Ela está submetida à jurisdição do Bispo Presidente da Igreja Episcopal, porém, por razões administrativas, ele delega a supervisão a outro bispo. Em 06 de abril de 2019, o bispo Mark Edington recebeu a sagração episcopal das mãos do bispo Michael Curry, em uma grande cerimônia na Catedral Americana de Paris (*Cathédrale Américaine de Paris*).

Por esta razão, podemos ter em uma mesma cidade – Roma, por exemplo –, diferentes paróquias da Igreja da Inglaterra (*All Saints*), da Igreja Episcopal (*St. Paul's Within the Walls*), ou de Igrejas em comunhão plena com a Comunhão Anglicana, dentro do mesmo território, sendo supervisionadas por bispos distintos²⁶. Uma vez que a Comunhão Anglicana funciona como uma família de Igrejas, não existe uma autoridade central ou alguma instituição com autoridade para governá-la em nível de magistério ou jurisdição. Por outro lado, existem os Instrumentos de Comunhão, organismos internacionais que funcionam como veículos de consulta e de persuasão em diversas questões de doutrina, disciplina, liturgia e ética. Atualmente a Comunhão Anglicana possui quatro Instrumentos de Comunhão: o

²⁶ Por exemplo, Robert Innes é o bispo da Diocese na Europa, residindo em Gibraltar. Mark Edington é o bispo da Convocação das Igrejas Episcopais na Europa, residindo em Paris. Jorge de Pina Cabral é o atual bispo diocesano da Igreja Lusitana (Comunhão Anglicana em Portugal), com sede em Lisboa. Matthias Ring é o bispo da diocese da Igreja Vêtero-Católica em Bonn, na Alemanha, que possui comunhão plena com a Comunhão Anglicana, através da União de Utrecht. Todos estes bispos trabalham em conjunto, de acordo com a Declaração de Porvoo, reunindo-se com regularidade, através da ideia do episcopado comum e integrado que estas Igrejas possuem.

Arcebispo de Cantuária, a Conferência de Lambeth, o Conselho Consultivo Anglicano e o Encontro de Primazes.

As Províncias da Comunhão Anglicana estão unidas por laços históricos e de afeição. Por sua vez, esta unidade também está relacionada com a plena comunhão com a Sé de Cantuária e o Arcebispo de Cantuária (*Archbishop of Canterbury*), atualmente exercido por Sua Graça, Justin Welby, conforme já explicitado. Antes de seu ministério na Igreja da Inglaterra, Welby trabalhou como executivo da indústria do petróleo. Bispo de Durham entre 2011 e 2013, foi eleito para suceder Rowan Williams.

O Arcebispo de Cantuária é um *primus inter pares*, ou seja, o “primeiro entre os iguais”. Ele não está “acima” dos demais bispos, mas “entre” eles. Esse título indica uma primazia de honra, semelhante a do Patriarca de Constantinopla em relação à Comunhão Ortodoxa. Ele atua como um líder espiritual, um símbolo de unidade do episcopado e não como o líder supremo do Anglicanismo, visto que, segundo a própria doutrina, “Cristo é o cabeça da Igreja” (Efésios 5:23). Dessa forma, o Arcebispo não exerce sua jurisdição fora da Igreja da Inglaterra. A eleição para o Arcebispado de Cantuária é feita através de uma Comissão de Candidatura, formada por dezesseis clérigos e leigos, que indicam nomes ao Primeiro Ministro do Reino Unido, que, por sua vez, encaminha a candidatura à Rainha Elizabeth, para que a monarca, como a “Governadora Suprema da Igreja”, tome a decisão final.

O Arcebispo de Cantuária obrigatoriamente deve ser cidadão do Reino Unido para exercer o cargo. O Arcebispo anterior, Rowan Williams nasceu no País de Gales. Já o Arcebispo de York anterior, John Sentamu²⁷, nasceu em Uganda, na África, mas adquiriu a nacionalidade inglesa durante seus estudos seminarísticos. Politicamente, a razão dessa exigência para os Arcebispados está ligada às suas funções eclesiais na coroação dos monarcas do Reino Unido. Historicamente, a tradição dessa exigência acerca da nacionalidade de ambos os arcebispos, tem sua origem em Santo Anselmo, que também exerceu o papel de conselheiro do rei Guilherme II, em um tempo de crise. Inclusive, por conta desse *status* e proximidade com a Casa Real, o Arcebispo de Cantuária também faz parte da linha de sucessão da Inglaterra, em caso da morte ou abdicação dos membros da família real britânica.

²⁷ O atual Arcebispo de York é o Reverendíssimo Stephen Cottrell, que substituiu John Sentamu, em 09 de julho de 2020.

Em relação aos outros três Instrumentos de Comunhão, o Arcebispo de Cantuária possui a função de convocar os demais bispos da Comunhão Anglicana para participarem da Conferência de Lambeth, os representantes de cada Província para as reuniões do Conselho Consultivo Anglicano e os bispos ou bispas que representam e lideram suas Províncias para o Encontro de Primazes. Dado o caráter internacional e ecumênico do Anglicanismo, o Arcebispo de Cantuária exerce um papel de liderança espiritual e representação de todos os fiéis anglicanos ao redor do mundo no diálogo ecumênico estabelecido com outras denominações cristãs, fazendo parte do Conselho Mundial de Igrejas, como um dos presidentes do Conselho de Cristãos e Judeus do Reino Unido e também da organização ecumênica Igrejas Unidas na Inglaterra (*Churches Together in England*).

Além dessas funções administrativas internas e internacionais, ele também atua como bispo da Diocese de Cantuária, na Inglaterra, e também como Arcebispo da Província de Cantuária, semelhante ao papel do Arcebispo de York em sua Diocese e Província. Além da Diocese de Cantuária, sua jurisdição inclui a Diocese da Europa da Igreja da Inglaterra (paróquias que se encontram fora deste país), e as cinco Igrejas extraprovinciais. No campo da política, o Arcebispo também ocupa um assento na Câmara dos Lordes, do Parlamento Britânico, recebendo igualmente as honras de um Chefe de Estado. Por conta da *Common Law*, ele também se encontra como parte da linha de sucessão da Coroa Britânica, caso as demais pessoas venham a falecer ou se encontrem incapazes de assumir o Trono Real.

Como se pode perceber, estes três órgãos constituem um foro privilegiado para realizar debates e consultas e para criar oportunidades de apoio mútuo para a totalidade da Comunhão. Não existe na Comunhão Anglicana um corpo legislativo internacional já que cada Província é autônoma. A presença do Arcebispo de Cantuária representa, desta forma, a expressão visível de uma liderança espiritual. Ele é, como se costuma dizer, o primeiro entre os iguais (AQUINO, 2000, p. 145-146).

O segundo Instrumento de Comunhão é a Conferência de Lambeth (*Lambeth Conference*), o encontro de bispos da Comunhão Anglicana, organizado regularmente a cada dez anos. Excetuando-se o período das duas Grandes Guerras, a Conferência de Lambeth ocorreu a cada dez anos desde sua primeira versão em 1867, com a presença de 76 dos 144 bispos anglicanos à época.

A primeira iniciativa para a realização destas conferências foi uma sugestão de um encontro de bispos feita pelo então Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos

Estados Unidos, John Henry Hopkins, em 1854, sendo reiterado quinze anos depois por requisição feita pela Igreja Anglicana do Canadá ao Arcebispo de Cantuária, Charles Longley, para que se convocasse um “sínodo nacional”, com os bispos da Igreja Anglicana na Inglaterra e no exterior.

Em maio de 1866, a Convocação de Cantuária nomeou um Comitê para “considerar e informar” a petição canadense, e todo o assunto foi amplamente debatido na Convocação na primavera seguinte. Dificuldades e perigos óbvios foram sugeridos, mas, no final, a Câmara dos Deputados transmitiu ao Arcebispo de Cantuária “uma respeitosa manifestação de um desejo sincero de que ele teria a satisfação de convidar todos os bispos em comunhão com a Igreja da Inglaterra a se reunirem, em determinado momento e local, e acompanhados por pessoas que julguem adequadas, com afeição cristã e propósitos de aconselhamento mútuo, sobre assuntos que afetam o bem-estar da Igreja na pátria e no exterior” (DAVISON, 1920, p. 4).

Até o ano de 1958 as Conferências de Lambeth foram organizadas no Palácio de Lambeth, em Londres. Todavia, em virtude do aumento do número de bispos participantes, na edição seguinte, em 1968, foi realizada na *Church House*²⁸. A partir de 1978, passou a ser realizada na Universidade de Kent, Província de Kent, localidade onde se encontra a Catedral de Cantuária. A próxima Conferência de Lambeth seria realizada em julho de 2020. Porém, devido à pandemia do COVID-19, a 15ª Conferência de Lambeth²⁹ foi adiada para ocorrer entre 27 de julho e 08 de agosto de 2022. No último capítulo deste trabalho dedicaremos uma análise sobre os eventos ocorridos entre a Conferência de 2008 e sua próxima edição.

O Arcebispo de Canterbury anunciou datas atualizadas para a 15ª Lambeth Conference. Realizada em Canterbury, Kent, a conferência presencial será planejada para ocorrer entre 27 de julho e 8 de agosto de 2022 (com a conferência oficial terminando em 7 de agosto e partidas para casa em 8 de agosto). A conferência foi reagendada das datas originais de 2020 devido ao impacto da pandemia de COVID-19. [...] Esta será a primeira Lambeth Conference realizada tanto presencialmente quanto virtualmente. Junto com a reunião em Canterbury em 2022, a Lambeth Conference agora será planejada como uma jornada de conferência, que ocorrerá em fases antes, durante e depois do encontro presencial (LAMBETH CONFERENCE, 21 out. 2020).

²⁸ A Casa da Igreja (*Church House*) é um edifício localizado no Dean's Yard, próximo à Abadia Westminster, em Londres. É a sede da Igreja da Inglaterra, com os seus escritórios administrativos e salas de reunião, onde se encontram o Conselho dos Arcebispos, o Conselho de Pensões da Igreja da Inglaterra, e o Sínodo Geral. O edifício também forneceu um local de reunião para o Parlamento do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial e também para alguns dos órgãos das Nações Unidas após a sua fundação, em 1945.

²⁹ As Conferências de Lambeth ocorreram nos seguintes anos: 1867; 1878; 1888; 1897; 1908; 1920; 1930; 1948; 1958; 1968; 1978; 1988; 1998; e 2008.

A maior contribuição até hoje das Conferências foi a criação do “Quadrilátero de Chicago-Lambeth” (também chamado de modo simplificado no meio anglicano de “Quadrilátero de Lambeth”). Ele consiste em quatro pontos fundamentais da identidade anglicana, constituindo-se não apenas em bases nas quais se assentam a doutrina do Anglicanismo, como também o ponto de partida para a promoção do Ecumenismo e o diálogo com outras Igrejas Cristãs.

O Quadrilátero tem a sua origem em um artigo, escrito em 1870, pelo sacerdote episcopal norte-americano William Reed Huntington. Em 1886, os quatro pontos foram aprovados numa resolução da Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, em reunião ocorrida em Chicago. Dois anos depois, durante a terceira Conferência de Lambeth, ele também foi aprovado na sua Resolução 11.

Que, na opinião desta Conferência, os seguintes Artigos fornecem uma base sobre qual abordagem pode ser a bênção de Deus feita para a Casa Habitada: As Escrituras Sagradas do Antigo e do Novo Testamento, como "contendo todas as coisas necessárias para a salvação" e como sendo a regra e padrão último da fé. O Credo dos Apóstolos, como o Símbolo Batismal; e o Credo Niceno, como a declaração suficiente da fé cristã. Os dois sacramentos ordenados pelo próprio Cristo - o Batismo e a Ceia do Senhor - ministraram com uso infalível das palavras da instituição de Cristo e dos elementos por ele ordenados. O Episcopado Histórico, adaptado localmente nos métodos de sua administração às diversas necessidades das nações e dos povos chamados por Deus para a Unidade de Sua Igreja (DAVISON, 1920, p. 122).

Esta base de Fé do Anglicanismo foi estabelecida para servir de guia e dar continuidade ao diálogo com Igrejas que possuem o governo episcopal, como as Igrejas Católica Romana, Ortodoxa, Vétero-Católica e Igrejas Luteranas nórdicas. Posteriormente, o Quadrilátero também foi utilizado para o diálogo ecumênico com outras Igrejas Cristãs de tradição Protestante.

Além do Quadrilátero de Lambeth, as Conferências deram origem às Resoluções, que são aprovadas a cada reunião. Entretanto, estas resoluções não têm efeito legal ou tornam-se uma espécie de norma de Direito Canônico para serem seguidas por todas as Províncias, mas são influentes em assuntos relativos à moral e espiritualidade, por causa dos temas abordados durante os encontros.

O terceiro Instrumento de Comunhão, o Conselho Consultivo Anglicano (*Anglican Consultative Council*) – também conhecido por sua sigla em inglês ACC –, foi criado em 1968, sendo a instância mais democrática da Comunhão Anglicana.

Ele é formado por representantes do clero e do laicato, que se reúnem a cada três anos, para avaliar os desafios, os progressos e as novas questões levantadas.

A Comunhão Anglicana não tem uma estrutura tão grande e tão dispendiosa quanto a que existe no Vaticano. Porém conta com um Conselho composto por clérigos e leigos, homens e mulheres, jovens e anciãos, vindos de diversas partes do mundo e que se reúne a cada dois ou três anos para tratar de assuntos de interesse das igrejas membros. Este Conselho – o Conselho Consultivo Anglicano (CCA) – se formou por sugestão da Conferência de Lambeth de 1968. Lá os bispos perceberam a necessidade de um encontro mais representativo e mais freqüente entre as igrejas, e que fosse além daqueles encontros que só reuniam os bispos de dez em dez anos (AQUINO, 2000, p. 148).

Sem dúvida, a maior contribuição do Conselho Consultivo Anglicano para a eclesiologia foi a criação das “Cinco Marcas da Missão”. Elaboradas em 1988, elas constam em um documento do ACC que foi revisado em 1991, o qual expressa da melhor maneira, como as Igrejas devem pautar a suas experiências pastorais e atuação missionária no mundo marcado pelo secularismo. São elas: 1) proclamar as boas novas do reinado de Deus; 2) ensinar, batizar e nutrir os novos crentes; 3) responder às necessidades humanas com amor; 4) procurar a transformação das estruturas injustas da sociedade, desafiar toda espécie de violência, e buscar a paz e a reconciliação; 5) lutar para salvaguardar a integridade da Criação, sustentar e renovar a vida da terra.

Estas marcas da “missão anglicana” consistem em um convite a cada Província da Comunhão Anglicana para agir além de si mesma, promovendo um fortalecimento com base na vocação ecumênica do Anglicanismo, caracterizado pelo serviço, tendo este como objetivo alcançar a paz e a justiça. Aqui, vemos a importância do Conselho Consultivo Anglicano na promoção de uma atuação concreta da Comunhão Anglicana sobre os desafios do século XXI, promovendo Igrejas inseridas e engajadas na construção de uma sociedade mais fraterna.

O quarto e mais recente Instrumento da Comunhão é o Encontro de Primazes (*Primates Meeting*) que se reuniu pela primeira vez em 1979, e permanece até os dias atuais, congregando os Primazes, Arcebispos, Bispos Presidentes e Moderadores das suas respectivas Igrejas.

O então Arcebispo de Cantuária, o Dr. Donald Coggan, propôs que os bispos primazes de cada Província se reunissem com a finalidade de “refletir, sem pressa, orar e realizar consultas profundas”. Ele imaginou

estas reuniões como um lugar próprio para o intercâmbio real de “opiniões, vontades e desejos”. Também fez questão que as reuniões trabalhassem em estreito contato com o Conselho Consultivo Anglicano (AQUINO, 2000, p. 149).

Uma vez que os Primazes das Igrejas da Comunhão Anglicana vêm se reunindo regularmente, a Conferência de Lambeth atualmente constitui-se em uma grande assembleia para a reflexão, troca de experiências e consultas mútuas entre bispos e bispas, abarcando diversos temas da Teologia e da vida da Igreja, enquanto que o Encontro de Primazes tornou-se uma instância mais intimista, com foco na espiritualidade, buscando uma maior aproximação entre as Províncias e estreitando ainda mais os laços entre os seus representantes. O último Encontro de Primazes aconteceu de 13 a 15 de janeiro de 2020, em Amman, na Jordânia.

É importante frisar que, para fazer parte desta família de Igrejas, as Províncias precisam reconhecer a primazia de honra do Arcebispo de Cantuária, além de colaborar financeiramente para a manutenção do Escritório da Comunhão Anglicana. Também precisam enviar regularmente seus bispos para representar a Província na Conferência de Lambeth e no Encontro de Primazes e eleger representantes (bispos, clérigos ou leigos) para fazerem parte do Conselho Consultivo Anglicano.

O atual contexto no qual se insere a Comunhão Anglicana será abordado e analisado no último capítulo deste trabalho, que também analisará questões atuais que envolvem a sua 19ª Província, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

2.1 A IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL

Antes de falarmos sobre a história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, primeiro precisamos pensar no processo de estabelecimento e expansão das Igrejas Anglicanas e Episcopais na América Latina, uma vez que este fenômeno ocorreu de diferentes maneiras. Em primeiro lugar, porque existiam diferentes perspectivas de missão nos países latino-americanos já cristianizados séculos antes pelo catolicismo romano. Em segundo lugar, porque as regiões em questão possuíam características culturais, políticas e sociais totalmente diferentes.

No mundo de língua hispânica, o Anglicanismo chegou por duas frentes, uma inglesa e outra norte-americana. No Brasil, o cenário era totalmente distinto, uma

vez que o fato da Igreja Episcopal dos Estados Unidos ter se estabelecido em um país lusófono, isto também repercutiu na maneira como esta missão se consolidou no país. Em decorrência dos processos históricos e políticos, algumas Igrejas se tornaram autônomas, administrativa e financeiramente. Porém, outras dioceses ainda permanecem sob a jurisdição da Igreja da Inglaterra ou da Igreja Episcopal.

No final do século XIX e início do século XX, a missão foi um tema que causou divisão entre as próprias agências missionárias da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, porque os grupos Anglo-Católicos entendiam que não era necessário realizar missão em locais já atendidos pela Igreja Católica Romana, enquanto os grupos Anglo-Evangélicos entendiam que deveriam levar o Evangelho como um elemento civilizatório e progressista às regiões colonizadas.

Historicamente, a expansão da Igreja e o estabelecimento de novas missões dentro dos Estados Unidos sempre foram patrocinados por agências Anglo-Católicas, enquanto que as missões organizadas em países estrangeiros eram coordenadas por agências Anglo-Evangélicas, estas, por sua vez, defensoras da Doutrina do Destino Manifesto³⁰. Do ponto de vista destas agências missionárias, em 1910 aconteceu o Congresso do Panamá que discutiu o tema na América Latina, definindo o perfil das missões entre as Igrejas protestantes históricas nesta região.

No Brasil, o trabalho da igreja anglicana começou com os missionários americanos de tendência evangélica, em virtude da oposição dos grupos anglo-católicos que argumentavam que a igreja não devia fazer missão nos países onde os católicos romanos eram bastante ativos. Foi necessário fundar sociedades missionárias independentes para obter apoio principalmente financeiro. A divergência era tão acentuada que, no início do século XX, não era permitido a um bispo anglo-católico pregar nas dioceses mantidas pelas sociedades missionárias de tendência evangélica. Mais tarde, um entendimento entre os dois grupos permitiu que os evangélicos ficassem com as missões estrangeiras e os anglo-católicos com as missões domésticas. Hoje essa distinção desapareceu e a tarefa evangélica é preocupação da igreja toda, tanto no país como no exterior (KICKHÖFEL, 1995, p. 40).

Na América Latina, o Anglicanismo se estabeleceu de maneira diversa, ora através das capelanias inglesas, ora através das missões episcopais norte-americanas. Em outros lugares não foi a atividade missionária, mas os processos

³⁰ O Destino Manifesto é uma doutrina filosófica e religiosa do século XIX que defendia que os colonos dos Estados Unidos da América foram escolhidos por Deus para civilizar e evangelizar o continente americano. Assim, os puritanos norte-americanos utilizavam-se da interpretação da história da humanidade comparando-a com as histórias da Bíblia, afirmando que suas políticas de expansionismo geográfico e político pelo “Novo Mundo” eram o cumprimento da vontade divina.

históricos que deram origem às Igrejas que, por sua vez, acabaram por aderir à doutrina, à disciplina e aos padrões de culto do Anglicanismo.

A Igreja Anglicana do México é um desses exemplos, pois ela não se formou através do estabelecimento de uma capelania inglesa ou de uma missão episcopal, mas devido às reformas religiosas³¹ que ocorreram naquele país em 1857, que instituíram a liberdade religiosa e o Estado Laico, com uma separação da Igreja Católica Romana do governo mexicano que produziu uma violenta guerra civil.

As sociedades missionárias inglesas formaram Província do Cone Sul da América (hoje renomeada Igreja Anglicana da América do Sul), com sede em Buenos Aires, que agrega seis dioceses – na Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai –, e em alguns lugares do Caribe poucas Igrejas ainda continuam diretamente ligadas à Igreja da Inglaterra. Em outros países da região, existem nove dioceses que estão ligadas à Província IX da Igreja Episcopal dos Estados Unidos³². Em 1997, após a autonomia da Igreja Anglicana do México, foi criada uma nova Província a partir da união de cinco dioceses que hoje formam a Igreja Anglicana da Região Central da América (IARCA).

O Anglicanismo chegou ao Brasil no ano de 1810, com o estabelecimento de capelanias para atender cidadãos britânicos, que realizavam apenas celebrações em língua inglesa. Foi a primeira Igreja não católica a ser estabelecida em solo brasileiro. Durante o período colonial e durante o Império, a chegada de missionários protestantes – nome dado aos não-católicos (também chamados de *acatólicos*) –, tinha como objetivo dar suporte espiritual às comunidades religiosas formadas por imigrantes ou estrangeiros residentes no país, como anglicanos, luteranos, batistas, presbiterianos e congregacionais.

Após o estabelecimento do Anglicanismo no Brasil através do Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra, seguiu-se a implantação de outras igrejas. Imigrantes alemães trouxeram a Igreja Luterana, em 1824; imigrantes norte-americanos trouxeram a Igreja Batista, em 1871, a Igreja Metodista e a Igreja

³¹ Em 1860, padres católicos romanos, que deixaram sua Comunhão com Roma, entraram em contato com a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, buscando dar continuidade à sua sucessão apostólica. Em 1879, o primeiro bispo, Henry Chauncey Riley, foi consagrado. O quarto bispo missionário do México, José G. Saucedo, conduziu o processo de autonomia da Igreja Anglicana do México, na segunda metade do século XX, o qual tornou-se uma província da Comunhão Anglicana em 1º de janeiro de 1995, também sendo eleito o seu primeiro Bispo Primaz.

³² Equador Central, Equador Litoral, Colômbia, República Dominicana, Honduras, Porto Rico e Venezuela.

Adventista, em 1890. Por fim, os missionários Robert Kalley e Ashbel Green Simonton estabeleceram a Igreja Congregacional, em 1855, e a Igreja Presbiteriana, em 1859. Diferente das demais denominações, voltadas para as comunidades de estrangeiros, os congregacionais e presbiterianos organizaram as primeiras Igrejas Protestantes voltadas para o público brasileiro, realizando cultos em português.

Já o marco de fundação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é o ano de 1890, quando os missionários episcopais Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris organizaram as primeiras celebrações em língua portuguesa, voltadas exclusivamente para o público brasileiro. Tempos depois, desenvolveu-se um robusto trabalho missionário entre os imigrantes japoneses nos estados do Paraná e São Paulo, através do reverendo João Yasoji Ito. Por esta razão, o processo de formação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil se deu pela confluência de três frentes, formadas pela presença das capelanias inglesas, a missão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, e o trabalho pastoral junto à comunidade japonesa.

Institucionalmente, a IEAB organizou-se seguindo os moldes da sua Igreja-Mãe norte-americana, e teve sua expansão patrocinada pelas sociedades missionárias. Os ingleses presentes no país passaram a integrar comunidades brasileiras a partir de um acordo assinado, em 1955, entre a Igreja da Inglaterra e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Entretanto, estes nunca conseguiram se integrar totalmente, formando um corpo estranho dentro das comunidades de língua portuguesa. Nas cidades em que as capelanias britânicas encerraram suas atividades, os templos históricos foram incorporados ao patrimônio da nova Província, e em outros lugares, em que a comunidade inglesa ainda era atendida em sua língua, permaneceram como um ente exótico.

Quando analisamos o processo histórico e missionário, que culminou na formação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil como uma Igreja autônoma e independente dentro da Comunhão Anglicana, podemos apontar as influências das demais Igrejas como sendo as antepassadas da Província brasileira. Dessa forma, como os próprios episcopais anglicanos brasileiros apontam, em termos coloquiais, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos pode ser considerada a sua “Igreja-Mãe”, a Igreja Episcopal Escocesa a “Igreja-Avó” e a Igreja da Inglaterra a “Igreja-Bisavó”.

Embora a “matriarca” da Comunhão Anglicana, seja a mais distante de todas estas acima citadas, nas relações institucionais com a IEAB, a Igreja da Inglaterra foi

a primeira que enviou sacerdotes para atender aos cidadãos de língua inglesa presentes no estrangeiro, ora desenvolvendo uma Igreja Colonial (aos moldes do que aconteceu nos Estados Unidos, no Canadá, na África do Sul, ou na Austrália), ora instalando capelanias locais, para atender aos súditos da Coroa que se encontravam nestes países, como foi o caso de países como o Brasil.

2.2 AS CAPELANIAS INGLESAS NO BRASIL

De acordo com a historiografia, o Anglicanismo chegou oficialmente ao Brasil através do trabalho das capelanias inglesas. Em 1810, foram assinados os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, entre Portugal e o Reino Unido, permitindo o atendimento pastoral aos cidadãos britânicos que se encontrassem a trabalho ou residindo no Brasil. Estes acordos permitiram a construção das primeiras capelas e de cemitérios não-católicos para atenderem aos súditos da Coroa e cidadãos estrangeiros. Junto com a religião, os ingleses também fundaram bancos, empresas, clubes e agremiações esportivas, impulsionando do comércio, ao mesmo tempo em que influenciavam a cultura local com seus costumes e expressões.

Durante a fase inicial de estabelecimento do Anglicanismo no Brasil, Sua Graça, Charles Manners-Sutton era o Arcebispo de Cantuária e a Rainha Vitória a monarca do Reino Unido. Naquela época, comerciantes e navegadores da Inglaterra já se encontravam presentes no território do Reino de Portugal. Em terras portuguesas, um decreto de 1800 proibia a reunião pública destes súditos ingleses para o culto e o direito de terem cemitérios destinados aos seus mortos.

Porém, as investidas de Napoleão Bonaparte sobre o reinado de Dom João VI mudaram esta política, o que forçou a Família Real a fugir para o Brasil, em 1808, quando foi escoltada pela Marinha britânica. A partir disso, estreitaram-se os laços entre as duas nações através da Abertura dos Portos do Brasil às nações amigas, por ato régio. Assim, o Anglicanismo tornou-se a primeira tradição religiosa não católica a ser tolerada legalmente no Brasil.

Mesmo que tenha sido por outras razões, não de evangelismo ou preservação da fé protestante, o fato é que o anglicanismo foi o responsável pela abertura do protestantismo reconhecido e legal no Brasil. Esse benefício e essa proteção ao protestantismo foram incluídos na primeira Constituição imperial do Brasil em 1824, o que representou enorme oportunidade para que outros imigrantes europeus protestantes pudessem

vir, principalmente aqueles convidados pelo próprio governo brasileiro. O acordo não permitia aos imigrantes protestantes combater a religião católica, nem fazer prosélitos ou provocar conversões religiosas, pois tal atitude seria considerada um delito e os infratores poderiam ser mandados a sair do Brasil (HACK, 2017, p. 216).

Junto com a imigração, os súditos britânicos trouxeram consigo novas habilidades profissionais e tecnologias para a indústria e a agricultura, o que fomentou um crescimento comercial inédito no Brasil. Essa presença estrangeira trouxe consigo os primeiros clérigos anglicanos, enviados como capelães da Marinha, para atenderem militares e civis que passaram a residir nas principais cidades portuárias, como Rio de Janeiro, Santos, Recife, Salvador e Belém.

No mesmo período também temos a forte atuação das sociedades bíblicas estrangeiras, como difusoras do Protestantismo no Brasil. O trabalho desenvolvido por tais grupos e suas respectivas Igrejas tinha finalidade em comum: a distribuição de Bíblias e folhetos evangelísticos entre a população.

As sociedades bíblicas foram as grandes apoiadoras do trabalho dos capelães anglicanos junto aos marinheiros, nos principais portos brasileiros, onde o navio servia de território inglês com direito de realizar cultos protestantes, incentivando os demais marinheiros de outros credos religiosos a participar. Podemos dizer que o navio inglês, como território e espaço restrito, foi o primeiro meio usado para a divulgação das ideias protestantes a partir do século XIX, sem sofrer as restrições impostas para quem desejasse se reunir para celebrações religiosas (HACK, 2017, p. 101).

Durante a Fase das Capelarias (de 1810 a 1890), foram estabelecidas as primeiras comunidades anglicanas e construídos os primeiros templos em cidades portuárias do país que contavam com uma considerável presença de cidadãos ingleses. A primeira foi no Rio de Janeiro (*Christ Church*, em 1819), seguida por Recife (*Holy Trinity Church*, em 1838), Salvador (*St. George's Church*, em 1853), São Paulo (*St. Paul's Church*, em 1873), Belém (*St. Mary Church*, em 1912), Nova Lima (*St. John the Baptist Church*, em 1913), Niterói (*All Saints Church*, em 1914) e Santos (*All Saints Church*, em 1918). No entanto, uma cláusula do Tratado proibia que os templos tivessem elementos arquitetônicos de uma igreja. As capelas foram construídas com fachadas sem torres, cruzeiros etc. Somente após a Proclamação da República foram feitas reformas nos templos, conferindo-lhes suas formas atuais.

Embora Portugal tenha reconhecido a independência do Brasil em 1825, agora sob uma monarquia constitucional, os missionários ainda enfrentavam muitas

dificuldades devido ao sistema do Padroado Régio. Ele tem as suas raízes com a *Inter Cetera*, assinada pelo Papa Calisto III em 1456, a qual tratava da expansão marítima de Portugal. Através dessa bula, a Santa Sé delegava ao monarca português a administração e a organização da Igreja em territórios coloniais. Assim, a Coroa ficava responsável pela arrecadação de dízimos, construção e manutenção de templos, nomeação de párocos através de concursos e também pela indicação de nomes de bispos, que seriam apontados pelo Papa para as respectivas dioceses.

Essa política de concentração de poder secular e religioso ainda estava presente no governo de Dom João VI e continuou nos períodos do Primeiro Reinado, da Regência e início do Segundo Reinado no Brasil, quando aconteceram as principais crises e revoltas de cunho liberal e anti-monárquico. É importante frisar que, o Protestantismo de imigração e a presença das capelanias britânicas não ameaçavam o sistema do Padroado, nem tinham a intenção de aboli-lo, embora nessa época, surgiram lideranças no campo religioso e político que chegaram até a propor reformas no Catolicismo brasileiro, a exemplo do Regente do Império, o Padre Diogo Antônio Feijó, o qual defendeu um projeto de lei para a formação de uma Igreja Católica nacional, muito semelhante ao Anglicanismo.

Diante de muitos estrangeiros que não comungavam com o Catolicismo, o Brasil se tornou um país visado por aqueles que buscavam novas oportunidades não apenas comerciais, mas também maior liberdade religiosa para realizar as suas pregações, devido aos tratados de 1810 que garantiram tolerância à presença de protestantes. Antes da presença das capelanias inglesas e do atendimento espiritual voltado para os súditos britânicos, houve apenas um contato missionário e duas tentativas frustradas de implantar a doutrina anglicana em terras brasileiras. O primeiro episódio se deu através de um clérigo chamado Henry Martin, que passou 15 dias em Salvador, no ano de 1805. Este se encontrava em viagem para a Índia.

Ao chegar à Bahia, o reverendo Martin manteve contato com padres e pessoas da alta sociedade local, escrevendo em seu diário sobre sua experiência: “quem será o ditoso missionário que irá trazer o nome de Cristo a esta região ocidental? Quando será este país libertado da idolatria e do cristianismo espúrio? Cruzes há em abundância, mas quando será aqui anunciada a doutrina da Cruz?” (KICKHÖFEL, 1995, p. 33). Após sua breve passagem pela América do Sul, Martin chegou à Índia, passando por Calcutá, vindo a falecer na Pérsia, no ano de 1813.

A primeira tentativa de estabelecer uma missão oficial se deu através de um missionário da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Em 1853, um episcopaliano residente no Rio de Janeiro – provavelmente da comunidade americana local –, enviou um pedido à Sociedade Missionária, que enviou o reverendo William Cooper. Porém, durante a sua viagem, o navio em que se encontrava naufragou, e o clérigo desistiu da sua missão, retornando à América do Norte. Por causa do fracasso e da brevidade dos acontecimentos, mais detalhes de sua vida e ministério ainda são desconhecidos, requerendo-se uma pesquisa mais aprofundada para melhor se compreender este episódio.

Tempos depois, em 1860, chegou um missionário escocês chamado Richard Holden, financiado pela Igreja Episcopal e pela Sociedade Bíblica Americana. O reverendo Holden nasceu em 1828, na Escócia, e após passar por um processo de conversão, estudou no Seminário Teológico da Diocese de Ohio. Após concluir sua formação, optou por viajar ao Brasil. Durante essa empreitada, iniciou seu trabalho evangelístico em diferentes regiões do Norte e Nordeste do país, passando por cidades como Belém, navegando pela bacia amazônica, chegando até a Bahia.

No Pará, Richard Holden participou da fase inicial da Questão Religiosa, envolvendo-se em conflitos com a imprensa local e com o bispo de Belém, Dom Antônio de Macedo Costa. Porém, pela falta de apoio para sua missão, acabou desiludido com a Igreja Anglicana, deixando a denominação em 1864, sem estabelecer nenhuma comunidade permanente, passando um tempo na Bahia, onde empreendeu algumas frentes missionárias em cidades do interior.

Tempos depois, filiou-se ao Congregacionalismo, sob a influência e patrocínio do Dr. Robert Kalley, para trabalhar como pastor na Igreja Fluminense, no Rio de Janeiro. No final de sua vida, tornou-se darbista³³, vindo a falecer em 1986.

A chegada de Holden no Pará foi a terceira tentativa de estabelecer um trabalho missionário não católico romano naquela região. A primeira tentativa fora feita em 1839 por Daniel P. Kidder, missionário metodista, e a segunda por Robert Nesbitt, capitão de navio norte americano que também vendia bíblias e que em 1857 se transformou em agente de tempo integral da Sociedade Bíblica Americana. Holden adquiriu um ponto no centro comercial em Belém para depósito e venda de bíblias e panfletos. Começou a realizar cultos em inglês com o objetivo de criar uma comunidade

³³ Fundado em 1830, o movimento religioso tem origem em John Nelson Darby, um evangélico que acreditava que todos os cristãos eram sacerdotes em si, não havendo a necessidade de ministério ordenado, rejeitando, inclusive a organização do grupo em uma denominação. Ficaram conhecidos como “Os Irmãos Livres” ou “Os Irmãos de Plymouth”.

permanente na cidade, mas não foi bem sucedido nesse propósito. Usou a imprensa local para difundir suas idéias protestantes, os evangelhos, as epístolas e artigos que escrevia, suscitando intermináveis polêmicas pela imprensa com as autoridades eclesiásticas locais, especialmente com o bispo de Belém, Dom Antônio de Macedo Costa. Entre dezembro de 1860 e junho de 1891 fez quatro viagens pelos diversos afluentes do Amazonas, vendendo bíblias e panfletos nas vilas e cidades ribeirinhas. O fracasso do trabalho de Holden no Pará foi devido às inúmeras polêmicas com o bispo de Belém, que ajudaram a fortalecer a ideia de que existia um movimento maçônico e protestante para destruir a Igreja Católica Romana, como primeiro passo para a invasão da Amazônia pelos Estados Unidos. Holden começou a perder terreno e percebeu que o seu trabalho estava sendo prejudicado pelas medidas políticas e econômicas adotadas pelo bispo (KICKHÖFEL, 1995, p. 35-36).

O reverendo Holden foi o mais importante missionário anglicano do período das capelanias, devido à sua iniciativa para desenvolver a evangelização em terras brasileiras. Um dos maiores legados do reverendo Richard Holden foi a primeira tradução do Livro de Oração Comum para o português³⁴. Em certa medida, eles seguiram os passos de missionários anglicanos antes de seu nascimento, quando qualquer evangelismo entre a população nativa de não-católicos era ilegal, exceto para serviços em inglês realizados de acordo com uma concessão limitada aos termos do Tratado de 1810, o qual era fortemente marcado pelo Padroado Régio.

Porém, aos poucos, as relações entre os poderes secular e religioso no Brasil sofrerão sucessivos abalos que culminarão com a separação entre Igreja e Estado. A influência das ideias filosóficas articuladas pela Maçonaria, como o Liberalismo e o Positivismo, e a busca por uma maior liberdade religiosa por parte dos protestantes, marcaram a fase final do Padroado Régio, derrubando de vez a monarquia em 1889.

Com a Proclamação da República, uma nova legislação foi promulgada, estabelecendo a laicidade do Estado brasileiro e garantindo de fato e de direito a liberdade religiosa, através do Decreto 119-A, de 1890, elaborado por Ruy Barbosa. Dessa forma, muitas restrições, antes impostas às Igrejas não católicas e seus clérigos, foram suspensas, abrindo espaço para uma nova ênfase missionária, agora marcada por forte proselitismo. No contexto do Anglicanismo no Brasil, houve maior liberdade para o trabalho das capelanias, inclusive em relação à construção dos templos, a exemplo da *St. Mary Church*, em Belém do Pará (1912), e a *St. John the Baptist*, em Nova Lima (1913), agora eridigas com elementos arquitetônicos de igrejas britânicas, livres das restrições impostas pelo Tratado de 1810.

³⁴ Esta tradução, concluída em 1861, perdeu-se no tempo, sem cópias conhecidas até o momento, de modo que hoje se tem apenas o relato de tal feito.

Ainda sobre o tema, também precisamos levar em conta a política imigratória que se estabeleceu no país, a partir do início do século XIX. A imigração europeia no Brasil teve de início, razões mais políticas e comerciais do que religiosas. Se por um lado, inicialmente os súditos ingleses se estabeleceram em cidades portuárias como Rio de Janeiro, Santos, Recife, Salvador e Belém, um novo fenômeno migratório estava se desenvolvendo em outra região do país.

Osvaldo Henrique Hack, na obra *Reforma Protestante no Sul do Brasil*, enfatiza que a Coroa portuguesa e, posteriormente, o Império brasileiro, tinham interesse em colonizar a Região Sul, diante das disputas territoriais com a Espanha, cujas raízes se expandiam pelas províncias meridionais desde o Tratado de Tordesilhas. Essa política de imigração estabeleceu as suas diretrizes desde essa época, criando núcleos coloniais, e, assim, oferecendo a possibilidade dos imigrantes se tornarem proprietários dessas terras, diferentes de outras regiões, onde eles acabavam trabalhando para latifundiários locais.

A política colonizadora do governo brasileiro teve objeções no Parlamento no período de 1824 a 1830. Os núcleos coloniais em formação foram surpreendidos com o corte de toda a ajuda financeira para o transporte e assentamento de imigrantes. Ainda a situação se agravou quando o governo transferiu para a administração provincial a condução da política de colonização, sendo a região rio-grandense muito prejudicada com a instabilidade e a crise da Guerra Farroupilha (1835-1845). [...] A emigração para o Sul do Brasil oferecia muitos pontos positivos, porque era uma região pouco povoada, poderia suportar uma população dez vezes maior e as condições climáticas eram favoráveis, para que os agricultores continuassem a cultivar os mesmos produtos e a usar as mesmas técnicas de plantio e conservação do solo. A região contava com muitas colônias espalhadas no Sul que poderiam ser mutuamente apoiadas nos momentos de crise (HACK, 2017, p. 111-112).

Isso teria um impacto futuro sobre as novas ondas de colonização que se estabeleceriam no Sul do Brasil a partir da República. A gradual colonização da região facilitaria a escolha geográfica dos missionários episcopais para começarem a sua empreitada evangelística. Se os cidadãos ingleses foram pioneiros em introduzir o Anglicanismo no Brasil, na virada do século XIX para o século XX, os episcopais norte-americanos serão pioneiros em estabelecer uma Igreja voltada para o público brasileiro e celebrar sua liturgia em língua portuguesa.

Apesar das tentativas mal sucedidas de William Cooper e Richard Holden de implantarem o Anglicanismo no Brasil, a empreitada seguinte terá seu êxito, com a chegada dos missionários Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris da Igreja

Episcopal dos Estados Unidos. O estabelecimento da missão norte-americana em 1890 será o início da trajetória de uma Igreja centenária, que no futuro se tornará a 19ª Província da Comunhão Anglicana: a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

2.3 A MISSÃO EPISCOPAL NORTE-AMERICANA E A MISSÃO JAPONESA

O Seminário Teológico de Virgínia (*Virginia Theological Seminary*, ou VTS, como hoje é conhecido no meio episcopal) tem uma importância ímpar não só para a história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, mas, sobretudo, para a sua identidade construída nos primeiros cinquenta anos, enquanto uma missão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Fundado em 1823 na cidade de Alexandria, Estado de Virgínia, desde o início esta instituição demonstrou sua aptidão missionária, exercendo grande influência sobre os teólogos e sacerdotes recém-formados. De suas salas e de suas capelas, saíram diversos ministros que iniciaram trabalhos de evangelização na Grécia (1830), China (1835), África (1836) e Japão (1853), deixando suas marcas até hoje com o estabelecimento de Igrejas nestas regiões.

O relato mais detalhado e fiel sobre a origem e estabelecimento da Igreja no Brasil foi feito pelo reverendo Carl E. Grammer, professor de História Eclesiástica e Cânones do VTS, escrito em 1897, intitulado *The Origin of the Brazilian Mission*. De acordo com este texto, em 1824 foi organizado um núcleo da Aliança Missionária de Seminários, a qual incentivava a formação e o envio de jovens norte-americanos para outros países. Em meio às reuniões, discursos dos oradores e palestrantes que contagiavam os alunos, um importante registro do seminarista R. A. Rodrick descreve o espírito missionário que estimulava os seus demais colegas de Virgínia a se lançarem nestes projetos intercontinentais.

Havia um entusiasmo pelas missões como nunca houve antes. Não só faziam reuniões e palestras inspiradas, como também reuniões de oração com os estudantes. Nenhuma hora da noite era tarde demais para falar sobre as missões e orar por elas. O resultado foi que doze estudantes assinaram um documento, comprometendo-se a partir para o campo missionário no exterior. Tínhamos reuniões de oração com os voluntários e outras pessoas interessadas. O efeito dessas reuniões foi extraordinário e ajudou a manter e fortalecer o entusiasmo que já existia. A missão brasileira deve sua origem a esse espírito missionário provocado por aqueles dois homens. Assim, na providência divina, eles foram o começo das missões (GRAMMER, 1897, p. 6).

O então presidente da Aliança Missionária de Seminários³⁵ em Virgínia, o estudante James Watson Morris, soube por meio da filha do reverendo presbiteriano Ashbel Simonton, as histórias de uma nação sul-americana que ela acabara de conhecer. Logo, os demais estudantes do VTS ficaram entusiasmados com as informações dos relatos narrados e pelos registros do folheto *The Brazilian Leaflet*. Após algumas reuniões, decidiram que seria uma organizada uma ação missionária para esse distante país chamado Brasil.

Alguns estudantes se candidataram como missionários. Em 10 de dezembro de 1988, os seminaristas R. A. Roderick e F. P. Clark participaram da reunião com uma comissão da Sociedade Missionária da Igreja, porém, ambos acabaram sendo descartados por motivos de acidente e de doença, respectivamente. Diante do infortuito, foram substituídos por dois colegas de seminário: James Watson Morris e Lucien Lee Kinsolving³⁶. Na ata da comissão executiva da Sociedade Missionária, registra-se a aceitação de ambos como missionários para o Brasil.

Resoluções tomadas pela comissão executiva da Sociedade Missionária da Igreja Americana: Que tendo recebido um relatório do Dr. McGuire, informando que o Sr. R. A. Roderick sofreu um sério acidente, que o incapacitará para o trabalho pelo menos por dezoito meses, e poderá deixá-lo permanentemente manco, nós nos vimos forçados a retirar sua nomeação como missionário no Brasil. Que, tendo recebido o relatório da junta médica composta dos Drs. Powell, Purvis e Slaughter, informando que o Sr. F. P. Clark recentemente sofreu um ataque de epilepsia, e pode estar sujeito a outros ataques, nós nos vimos forçados a retirar sua nomeação como missionário no Brasil. Que, tendo sido recebido o pedido do Sr. James W[atson] Morris de 15 de maio de 1889, para ser enviado ao Brasil como nosso missionário, declarando que já enviara o seu pedido de demissão como missionário no Japão ao conselho diretor, bem como a permissão do bispo de Virgínia e o endosso da sua ação pelos professores do seminário; que o Sr. James W[atson] Morris seja, e de fato está nomeado como missionário desta Sociedade no Brasil, efetivo após a sua ordenação ao diaconato, sendo entendido que ele fica exonerado do seu acordo com o conselho diretor. Que, o pedido do Sr. Lucien L[ee] Kinsolving, para ser enviado ao Brasil como nosso missionário, datado de 17 de maio de 1889, tendo sido recebido juntamente com um certificado médico do Dr. Powell, recomendações dos professores do Seminário de Virgínia, do Ver. Dr. Norton, e permissão do bispo de Virgínia, o Sr. Lucien Lee Kinsolving, seja, e de fato está nomeado como missionário desta Sociedade no Brasil, efetivo após sua ordenação ao diaconato. Que se for julgado conveniente pelo bispo e comissão permanente de Virgínia, os Srs. Morris e Kinsolving sejam ordenados ao presbiterato antes de viajar em julho próximo, pois é regra da Sociedade que um missionário não deve voltar do seu campo antes de sete anos (COMISSÃO EXECUTIVA DA SOCIEDADE MISSIONÁRIA DA IGREJA AMERICANA (ACMS), 21 mai. 1889, p. 348-349).

³⁵ Órgão interdenominacional responsável por enviar seminaristas a países estrangeiros.

³⁶ Vide Imagem 4, com as fotografias de Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris.

Após as entrevistas com os dois missionários escolhidos, treze bispos da Igreja Episcopal foram entrevistados sobre a viabilidade da missão para o Brasil, os quais defenderam a nomeação do bispo George W. Peterkin como superintendente. A Igreja não apenas reconhecia neles o preparo necessário para a empreitada, mas também enxergava sinais de que seriam pioneiros eficientes.

Lucien Lee Kinsolving³⁷ nasceu em 14 de maio de 1826, no Estado de Virgínia, nos Estados Unidos. Dentre os seus antepassados, encontravam-se dois que assinaram a Declaração de Independência dos Estados Unidos, membros da Igreja Colonial. Em 1886, matriculou-se no Seminário Teológico de Virgínia, logo destacando-se como orador, levando-o a aceitar a empreitada missionária.

Sobre James Watson Morris temos poucas informações. Sabemos que ele nasceu em 1859, e era filho de Charles Morris e Mary Minor Morris. Desde o início de seus estudos teológicos foi atuante no Seminário de Virgínia. Ocupava uma posição de liderança entre os seus colegas e era próximo de muitos professores, de modo que foi apontado como presidente da Aliança Missionária de Seminários. Mesmo após a sua ida ao Brasil, sempre manteve vínculos com a sua *Alma Mater*.

O bispo da Diocese de Virgínia, Francis McNeece Whittle realizou a ordenação diaconal de Lucien Lee Kinsolving e de James Vson Watson Morris, em 29 de junho de 1889. No dia 04 de agosto do mesmo ano, ambos foram ordenados presbíteros na Capela do Seminário. Então, eles partiram de Newport, em 1º de setembro de 1889, a bordo do navio *Aliança*, da *U.S. and Brazil Steamship Company*, em uma tempestuosa viagem marítima ao Brasil, patrocinada pela Sociedade Missionária da Igreja Americana (*American Church Missionary Society*).

Kinsolving e Morris desembarcaram no porto de Santos, rumando para a cidade de Cruzeiro, onde aprenderam a língua portuguesa com a ajuda do pastor presbiteriano Benedito Ferraz. Diante da notícia da presença de dois episcopais na pequena cidade do interior paulista, o padre local promoveu um levante popular contra os missionários, que acabaram fugindo para a capital em busca de proteção. Quarenta e cinco dias após a chegada dos missionários, um golpe de Estado depôs

³⁷ A vida de Lucien Lee Kinsolving pode ser encontrada em três obras biográficas: *Kinsolving* (1961), um pequeno livro escrito por Ivo (pseudônimo adotado pelo autor); *Lucien Lee Kinsolving – A Missionary Bishop of Southern Brazil* (1945), escrito por seu filho, Arthur B. Kinsolving (sem tradução para o português); e o folheto *Rev. Lucien Lee Kinsolving – O abnegado homem de Deus* (2019), de Maria de Lourdes da Rocha Pirangine e Edison Mattos da Rosa.

Dom Pedro II, estabelecendo uma República Federativa, garantindo a liberdade religiosa e pondo fim à religião estatal, que até então era o Catolicismo Romano.

Neste tempo, Kinsolving e Morris decidiram se mudar para o estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo-se na sua capital, Porto Alegre. Dentre as razões, estava o fato de que o povo gaúcho havia recebido muitos imigrantes europeus durante as décadas anteriores, especialmente alemães luteranos, de modo que a presença dos missionários norte-americanos não chocaria a população local.

Os dois missionários chegaram a Porto Alegre em 21 de abril de 1890, onde auxiliados por Vicente Brande – diretor de um colégio misto – passaram a pregar em português, desenvolvendo, em pouco tempo, um núcleo dos primeiros brasileiros que se juntaram aos episcopais, formado por Antonio Machado, André e Cândida, filhos de um rico fazendeiro da localidade, o coronel Zeferino José de Moraes Fraga.

Em uma das propriedades da família, localizada na Rua Voluntários da Pátria, número 1345, iniciou-se um ponto de pregação que ficou conhecido como “Casa da Missão”. Ali, em pouco tempo os missionários conquistaram o interesse de famílias que buscaram conhecer a nova Igreja. Segundo consta nos registros eclesiásticos, o primeiro ofício religioso público. Como às três horas da tarde do domingo, 1º de junho de 1890 – dia da Santíssima Trindade –, Lucien Kinsolving conduziu o culto ao passo que James Morris ficou responsável pela pregação. Até hoje este dia é considerado como a data oficial de fundação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

No relato de um dos contemporâneos de Kinsolving, temos a descrição dos primeiros anos da missão, com a chegada de novos membros e como a Igreja era apresentada à sociedade.

Naquele edifício da rua Voluntários da Pátria nº 1345, que ficou conhecido por Casa da Missão, ferido pelo verbo inflamado dos pregadores estrangeiros, converteu-se um moço empregado do comércio, dono de raro talento oratório. Era Américo Vespúcio Cabral, que se havia de fazer ministro do Evangelho e arroubar os auditórios, levando-os a Cristo, como um novo Crisóstomo dos pampas. O próprio Dr. Kinsolving declarou a seu irmão Arthur que «Cabral era o pregador mais eloquente que êle jamais ouvira em qualquer língua». Perguntavam aos missionários: «Dizem que há uma Igreja Católica, mas não Romana. É essa a Igreja que os senhores representam?». E êstes respondiam: «Exatamente. Possuimos os dois Cremos, o dos Apóstolos e o Niceno; e um ministério derivado da primitiva Igreja Apostólica. Defendemos também a liberdade com que Cristo nos libertou. Contamos viver em paz e amor fraternal com todos os que trabalham em nome de nosso bendito Senhor». Êsse espírito liberal tinha de apelar para um povo liberal, como é o do meio-dia do Brasil. E interessou também as autoridades civis. Convenceram-se essas de que os forasteiros tinham vindo para ajudar verdadeiramente o povo brasileiro. A fé não fingida

dos evangelizadores, a pureza de vida de suas famílias e a sua consagração ao trabalho atraíram a boa vontade de todos (IVO, 1962, p. 20-21).

Ao período que vai de 1890 a 1940, chamamos de Fase Missionária, pois, a partir de então, as comunidades passaram a florescer em diferentes cidades do Rio Grande do Sul. Em Rio Grande, a Igreja se estabeleceu através de uma congregação presbiteriana que decidiu ingressar com todos os seus membros na Igreja Episcopal. Em Santa Rita, surgiu uma pequena comunidade a partir da família de Zeferino Fraga, que aderiu aos episcopais após as pregações de Morris. Já em Porto Alegre, os missionários desenvolveram dois núcleos, a Capela da Trindade e a Capela do Bom Pastor. Em 1891, o reverendo Kinsolving viajou aos Estados Unidos para se casar com Alice Brown, com quem teve dois filhos: Charles e Arthur.

Pouco tempo depois, o Seminário Teológico de Virgínia promoveu uma nova empreitada para o envio de missionários. A turma dos estudantes de 1891 era formada por jovens entusiastas de missões. Dentre eles, se encontravam William Cabell Brown³⁸ e John Gaw Meem³⁹, que logo optaram pelo Brasil. Também se juntou a eles a leiga Mary Packard⁴⁰, filha do reitor do VTS, o reverendo Joseph Packard. Coube a este realizar o ofício de envio na véspera do embarque. Em 12 de

³⁸ A vida de William Brown confunde-se com a história da Igreja no Brasil, à qual deixou um vasto legado. Ao final do seu curso de Teologia e de Direito, aceitou a empreitada missionária junto com seu colega de classe, John Gaw Meem. Foi ordenado diácono junto com William Brown, na Capela do Seminário, em 28 de junho de 1891 e a 02 de agosto do mesmo ano elevado ao presbiterato. Antes de sua viagem ao Brasil, casou-se com Ida Dorsey, a qual partiu junto com os demais missionários. Ao chegar ao país, foi nomeado pároco da Igreja do Salvador, em Rio Grande. Em 1906, foi transferido para a então Capital Federal, o Rio de Janeiro, para iniciar os trabalhos da Igreja nesta região. Neste período, foi escolhido junto com outros eruditos para fazer parte da comissão ecumênica que publicou a "Tradução Brasileira da Bíblia" (1913), feita a partir dos textos originais em hebraico e grego. Em julho de 1914, despediu-se do Brasil, voltando aos Estados Unidos, onde foi eleito para se tornar Bispo Coadjutor da Diocese de Virgínia. Faleceu em Londres, em 1927.

³⁹ John Gaw Meem nasceu em 02 de agosto de 1864, em Lousiana. Atendendo ao apelo missionário de Kinsolving e Morris, apresentou-se para trabalhar no Brasil, após sua formação pelo Seminário Teológico de Virgínia. Chegando ao país, foi encarregado de abrir a missão na cidade de Pelotas, permanecendo por um longo tempo na região, onde contribuiu para o rápido crescimento da Igreja do Redentor. Após a eleição do reverendo Brown para bispo da Diocese de Virgínia, Meem foi transferido para o Rio de Janeiro, onde também contribuiu para o crescimento da Igreja na região. Foi o primeiro a hastear uma bandeira do Brasil dentro de um templo, sempre ao lado da bandeira da Igreja. Casou-se com Elza Krischke, neta do cônsul americano em Rio Grande. Faleceu em 20 de novembro de 1921, na cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁰ Mary Packard foi uma importante liderança do período, uma vez que, enquanto filha do reitor do Seminário de Virgínia, logo se apresentou para trabalhar como professora na escola que seria fundada pelos missionários no Brasil. Essa decisão tomada em outubro de 1890, ajudou a fortalecer ainda mais o corpo missionário. Ela se tornaria a primeira leiga missionária enviada ao Brasil pela Igreja Episcopal. Faleceu em 22 de abril de 1940, após cinquenta anos de serviço à Igreja.

setembro de 1891, partiram de Newport no mesmo navio *Aliança*, que havia trazido Morris e Kinsolving dois anos antes.

De acordo com a tradição estabelecida entre os episcopais brasileiros, os cinco norte-americanos, quatro clérigos e uma leiga, são considerados os fundadores da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil⁴¹, pois foram os primeiros missionários a organizar uma Igreja voltada para falantes de língua portuguesa e voltada para o público brasileiro. Em Porto Alegre e Rio Grande, a Igreja era dirigida pelo reverendo Morris e Vicente Brande. Já em Pelotas, o reverendo Meem assumiu os trabalhos junto com o catequista Antônio Machado Fraga.

Em geral, o que caracterizava esta fase missionária, era sempre começar pelas principais cidades do estado, com o aluguel de um imóvel em um bairro central, sempre de frente para a matriz da Igreja Católica local, como forma de demarcar espaços. Isto ainda é possível ver na posição da Catedral do Mediador, em Santa Maria, de frente à Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição. Em suas práticas, visitavam famílias da região, quando realizavam orações e leitura bíblica, cântico de hinos, encerrando com um convite para o culto de inauguração do ponto de pregação; na ocasião apresentavam a história do Anglicanismo e a liturgia da Igreja. Após a aderência das pessoas, se organizavam conferências para a evangelização dos neófitos e os encaminhavam para a Escola Bíblica Dominical.

Com a Igreja se estabelecendo aos poucos na região Sul do Brasil, o bispo de West Virginia, George Peterkin, realizou a primeira visita episcopal em agosto de 1893, durante a qual ele ordenou Vicente Brande, Antônio Machado Fraga, Américo Vespúcio Cabral e Boaventura de Souza Oliveira à ordem do diaconato⁴², sendo estes, os primeiros ministros episcopais nativos do Brasil. Nesta visita, o bispo confirmou 142 pessoas em quatro missões e providenciou traduções para o português da Bíblia e do Livro de Oração Comum, para o uso na liturgia. Também naquele ano, os episcopais começaram a publicar em Porto Alegre o periódico *Estandarte Cristão*, que se tornaria a imprensa oficial da Igreja.

⁴¹ Vide Imagem 4, com as fotografias de William Cabell Brown, John Gaw Meem e do túmulo de Mary Packard. Sobre a última, é digno de nota que, até hoje, não foi encontrada uma foto ou pintura. O único registro localizado foi no site “Find a Grave”, de busca de sepulturas. Através uma futura pesquisa, existe a possibilidade de se encontrar algum registro fotográfico no Seminário Teológico de Virgínia ou em outro banco de dados da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

⁴² O primeiro brasileiro a ser ordenado pelo bispo George Peterkin foi Vicente Brande, na Capela do Salvador, em Rio Grande, no dia 28 de agosto de 1893. Antônio Machado Fraga foi ordenado em Pelotas, em 1º de setembro de 1893. Já Américo Vespúcio Cabral e Boaventura de Souza Oliveira foram ordenados no dia 08 de setembro de 1893, em Porto Alegre.

A segunda visita episcopal aconteceu em 6 de maio de 1897, pelo bispo Waite H. Stirling, que era responsável pelas Ilhas Falklands e pelas capelanias da Igreja da Inglaterra na América do Sul. O pedido desta nova visita foi feito por Peterkin, após Kinsolving visitar o bispo Stirling em Buenos Aires, apresentando as necessidades pastorais da comunidade brasileira.

Na época, os oito clérigos haviam estabelecido novas missões, uma em Viamão (próximo a Porto Alegre) e outra em Boa Vista (próximo de Pelotas). Em 13 de maio de 1897, o bispo Stirling ordenou três dos diáconos brasileiros – Brande, Fraga e Cabral – para a ordem do presbiterato, realizando confirmações de novos membros da Igreja. No campo da assistência social Alice Kinsolving, esposa de Lucien Lee Kinsolving, juntamente com Mary Packard, fundaram a Sociedade de Socorro das mulheres episcopais.

Como as comunidades ainda eram parte de uma missão episcopal dos Estados Unidos e não como Diocese, não havia Concílios, mas Convocações organizadas pelos bispos visitantes. Nessas reuniões a missão brasileira foi oficialmente formalizada, foram apresentados os avanços e desafios enfrentados e debatidas novas formas de evangelização para a expansão da Igreja.

As reuniões da igreja que hoje levam o nome de concílios diocesanos se chamavam antigamente convocações. O vocábulo é uma tradução literal da palavra inglesa *convocation* e tem o significado de reunião oficial. Nesse sentido, a primeira convocação foi realizada em 1892, em Porto Alegre, mas sem a presença de um bispo e de leigos. Os missionários estavam sob a jurisdição eclesiástica provisória da Diocese de West Virgínia. Por isso, essa primeira reunião informal não teve caráter canônico, nem autorização episcopal para funcionar. Situação semelhante tinha enfrentado a igreja americana durante o período colonial. Os membros da igreja eram admitidos à comunhão sem confirmação episcopal e não havia também ordenações de ministros por causa da falta de bispos. Com a visita do bispo diocesano de West Virgínia, George W. Peterkin, em agosto de 1893, a missão foi regularmente organizada (KICKHÖFEL, 1995, p. 83).

No total foram organizadas cinco Convocações, sendo a primeira realizada em março de 1894, na cidade de Rio Grande, seguida de outras ocorridas em 1895 (Porto Alegre), 1896 (Pelotas), 1897 (Porto Alegre) e 1899 (Rio Grande). Durante a segunda convocação, foi discutida e aprovada a primeira constituição e os primeiros cânones da missão, que passou a se chamar “Igreja Protestante Episcopal no Sul dos Estados Unidos do Brasil” (este era o nome utilizado na época para se referir à denominação). Estes documentos, por sua vez, eram uma cópia dos mesmos

usados pela Igreja-Mãe. Na mesma reunião, foi feito, pela primeira vez, o pedido de consagração de um bispo permanente para a missão brasileira, o qual foi negado.

Durante a terceira Convocação tratou-se da primeira tradução brasileira do Livro de Oração Comum, que William Brown havia concluído em junho de 1896. Um LOC em português era uma necessidade urgente, uma vez que até então, os missionários usavam pequenas porções de uma tradução encontrada em Lisboa, feita pelo reverendo Richard Holden. O texto revisado foi levado por Kinsolving para os Estados Unidos, onde foi impresso dois anos depois. No mês de janeiro de 1898, aconteceu a quinta Convocação, responsável pela criação do seminário para a formação dos novos clérigos. Porém, a questão da presença de um bispo entre os episcopais brasileiros continuava a movimentar os debates entre o clero e os leigos.

Em 30 de maio de 1898, de acordo com o conselho do bispo Peterkin, clérigos e leigos se reuniram em Porto Alegre em uma Convocação extraordinária e elegeram Lucien Lee Kinsolving para ser o primeiro bispo da Missão da Igreja Episcopal no Brasil⁴³. O reverendo John Meem foi designado como representante para levar as notícias da eleição à Convenção Geral, que a aprovava em princípio. Em 06 de janeiro de 1899, doze bispos participaram da consagração de Kinsolving na Igreja de São Bartolomeu (Nova York), em cerimônia liderada pelo bispo George Peterkin, então presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

O Rev. Dr. Arhur Kinsolving, irmão do Bispo recém-eleito e, por aquele tempo, pároco da Igreja de Cristo, em Brooklin, recebeu uma carta do Rev. Dr. David H. Greer, em que este oferecia, para a cerimônia da consagração, a igreja de São Bartolomeu, em Nova York, da qual era reitor. Aceita a gentil proposta, no dia da Epifania de 1899, estando presente 8 Bispos, foi o Rev. Kinsolving consagrado. O sermão alusivo à solenidade esteve a cargo do Revmo. Dr. George Henbert Kinsolving, Bispo de Texas, que tomou por tema o texto da Epístola aos Gálatas 2:8: «Aquele que operou eficazmente em Pedro para o apostolado da circuncisão, esse operou também em mim com eficácia para com os gentios». Frisou o pregador as duas tendências na empresa missionária apresentadas por São Pedro e São Paulo. Dos dois, São Paulo era o espírito intrépido e progressivo, contrastando flagrantemente com a timidez de São Pedro. O apóstolo aos gentios deu-nos um grande exemplo de iniciativa e coragem na empresa missionária e nós cremos que a Missão no Brasil está na tradição paulina. Indo por diante o orador sacro nas suas nobres palavras, aditou mais ou menos isto: «Muito embora haja sido o Evangelismo ou baixo ritualismo virginiano quem deu o pioneiro Kinsolving para a Igreja Brasileira, quando soou a hora de designar o primeiro Bispo dessa Igreja, foi um alto ritualista que se apressou a apresentar-lhe o nome aceito com entusiasmo pela Câmara em pêso. Tem, assim, o novo prelado o apôio moral e material de todos os matizes litúrgicos da Igreja» (IVO, 1962, p. 34-35).

⁴³ Vide Anexo C, com a lista dos bispos e bispas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Os novos missionários concentraram seu trabalho de evangelização pela primeira vez na região leste do Rio Grande do Sul, onde novas comunidades floresceram, com o estabelecimento de muitas capelas (Bom Pastor, Trindade, Espírito Santo, Redentor, Salvador, Mediador, Graça). Em 1895, foi lançada a pedra fundamental do primeiro templo episcopal construído em solo brasileiro. Consagrada em 1900, a Igreja do Calvário existe até hoje, na cidade de Nova Santa Rita. A Igreja do Salvador foi a segunda inaugurada, em 08 de agosto de 1901, construída no estilo neogótico inglês. Em um relatório da Diocese de West Virginia, o bispo Peterkin relatava a situação do Brasil, que, à época, possuía quatro clérigos americanos e três nativos (o reverendo Boaventura deixou o ministério, em 1895).

Fui solicitado pela American Church Missionary Society para assumir o comando de seu trabalho no Brasil, e o Bispo Presidente cumpriu o pedido, indicando-me para o cargo. Tal supervisão, se necessária, envolverá pelo menos uma viagem a esse país distante, o que talvez consuma até quatro ou cinco meses. Tanto quanto pude aprender com a opinião geral expressa sobre o assunto, e após consulta ao Comitê Permanente, parece ser meu dever aceitar a incumbência assim confiada a mim, e me esforçar para cumprir a responsabilidade da melhor maneira que eu puder. Quando proposto pela primeira vez, o dever parecia algo que não me atreveria a assumir, exigindo uma ausência prolongada e continuada da Diocese, que embora seja ainda mais animador do que agora, exige um constante cuidado e supervisão por parte do Bispo. Várias considerações, entretanto, modificaram minha primeira impressão sobre o assunto. O pedido foi de uma Sociedade que tem sido, e ainda é, muito liberal em suas apropriações para nosso trabalho missionário na Virgínia Ocidental; o Bispo Presidente expressou-se claramente a favor de minha ida, e outros de meus irmãos bispos, notadamente o Bispo da Virgínia, a cuja jurisdição canônica nossos quatro clérigos agora no Brasil pertencem; tenho a mesma opinião, e meus amigos e o clero em geral em minha própria diocese pensam que eu deveria ir. Por isso, consenti em fazê-lo e confio que a missão assim empreendida será para a glória de Deus e para o bem da sua Igreja. Sempre achei que essa obra no Brasil tinha reivindicações especiais sobre nós, não só porque teve sua origem, e até agora trouxe trabalhadores da Virgínia, mas pelo esforço de estreitar relações comerciais entre nosso próprio país e aquela grande República Sul-americana. Certamente é hora de o cristianismo da América do Norte começar a se fazer sentir mais na parte sul do mundo ocidental, e que devemos fazer a nossa parte para tentar trazer todo este hemisfério ocidental cativo à obediência de Cristo (PETERKIN, 1902, p. 337-338).

A expansão da Igreja no Rio Grande do Sul exigia cada vez mais do pequeno clero que se encontrava presente pelas cidades do interior gaúcho. Nas cidades de Rio Grande e Santa Maria, à época com 25 mil e 20 mil habitantes, respectivamente, a Igreja contava apenas com os reverendos Morris e Brande para liderar as

paróquias. Em Pelotas, à época com 45 mil cidadãos, tinha o reverendo Meem à frente da missão. E Jaguarão, com 15 mil moradores, contava com um só clérigo.

Dessa forma, era necessária a organização de um seminário para a formação de novos quadros com um clero nacional, como foi decidido na quarta Convocação, uma vez que a sustentação financeira de ministros estrangeiros exigia bastante da Igreja norte-americana. Após reunião do clero nacional convocada pelo bispo Kinsolving, o Seminário Teológico foi fundado em 1903, na cidade de Rio Grande.

Afinal, a 13 de junho de 1903, à justa, 13 anos após ter sido estabelecida a Igreja Episcopal Brasileira, concretizou-se a sua alta pretensão. Com a celebração da Sagrada Eucaristia, na Igreja do Salvador, na cidade do Rio Grande, inaugurou-se o Seminário Teológico, tendo, anexo um Curso de Preparatórios. O seu corpo discente compunha-se de oito rapazes de boas famílias, começando quatro os estudos teológicos e quatro os preparatórios. O seu primeiro reitor foi o Rev. Dr. William Cabell Brown, que regiu as cátedras de teologia, grego, hebraico e latim. Os demais docentes foram os Revs. John Gaw Meem, que lecionou matemática, ciências e História Eclesiástica; Rev. George Wallace Ribble, que lecionou inglês e filosofia; e o Sr. Mario de Artagão, notável poeta e literato, que dirigiu as aulas de português. Posteriormente, com enfermidade do Rev. Ribble, que o obrigou a retirar-se para os Estados Unidos, o Revmo. Dr. Kinsolving prelecionou várias matérias, tanto do curso teológico como do preparatório. No ano de 1906, substituiu ao Rev. Dr. Brown na reitoria do Seminário o não menos proveito Rev. Dr. Meem, pároco da Igreja do Redentor na vizinha cidade de Pelotas (IVO, 1961, p. 42-43).

Em 1906 foi realizado o primeiro Concílio. Na foto oficial, constam ao lado do bispo Kinsolving oito presbíteros e cinco diáconos. Na época, as Igrejas do Mediador (Santa Maria), Santíssima Trindade (Porto Alegre) e Redentor (Pelotas) mostravam sinais de sua autonomia financeira, não sendo mais dependentes da ajuda financeira das sociedades norte-americanas, mas sustentando-se com as doações e ofertas dos seus próprios paroquianos.

A Igreja também se espalhou para novas regiões: São Gabriel, Jaguarão, Canguçu, São Leopoldo. Assim, mediante o reconhecimento da expansão da ação missionária no Brasil e de um pedido formal da comunidade episcopal brasileira durante o Concílio em Bagé, em julho de 1907, a Convenção Geral da Igreja dos Estados Unidos elevou o país ao *status* de um Distrito Missionário.

Um dos frutos da organização da Igreja como uma entidade canonicamente estabelecida e vinculada à Igreja Episcopal norte-americana, foi a expansão missionária com a abertura de novas comunidades no centro de poder nacional. No final daquele ano, o reverendo William Cabell Brown mudou-se para o Rio de

Janeiro, onde anteriormente havia ministrado ocasionalmente às congregações de capelães anglicanos (então sob a jurisdição do Bispo das Ilhas Falklands).

O bispo Kinsolving imaginou que mudar a sede da diocesana para a capital federal, ajudaria na expansão da Igreja; porém, tal projeto não vingou. Um dos problemas estava na distância em relação ao centro missionário, localizado no Sul do Brasil. Outra dificuldade encontrada por Kinsolving, dizia respeito à existência das capelanias da Igreja da Inglaterra, à época, sob a jurisdição do bispo das Ilhas Falkland, Edward Francis Every – que visitou o Brasil pela primeira vez em 1905. Após negociações, pela primeira vez, o bispo manifestou seu desejo de transferir a administração das capelas inglesas para a missão episcopal. Porém, tal incorporação não se realizou.

Em 1908, Kinsolving participou da 5ª Conferência de Lambeth. No mesmo ano, o reverendo Brown fundou a Igreja do Redentor, a primeira congregação episcopal do estado. No ano seguinte, organizou a Capela da Trindade, no bairro do Méier, antes de ser chamado de volta à Virgínia para se tornar seu bispo coadjutor.

O trabalho missionário dos episcopais estava cada vez mais enraizado na cultura gaúcha. Em 1912 foi fundado o Colégio Cruzeiro do Sul, com sede no bairro de Teresópolis, em Porto Alegre. O Colégio, que funcionava em regime de internato, era um verdadeiro complexo, ocupando todo o quarteirão do terreno localizado atrás da Igreja da Ascensão, que lhe servia de capela para os ofícios diários. Durante as décadas seguintes, formou várias gerações de alunos, ajudando a estabelecer a Igreja entre a alta sociedade portoalegrense. Esta empreitada foi liderada pelo reverendo William Matthew Merrick Thomas – enviado pelo Seminário de Virgínia para compor o quadro de clérigos no Brasil – trabalhando na diretoria por anos.

Em um folheto intitulado *Under the southern cross: A sketch of our work in Brazil* (Sob o Cruzeiro do Sul: um esboço do nosso trabalho no Brasil, em tradução livre), publicado pelo Departamento de Missões da Igreja norte-americana, o país era apontado como um importante campo de missão. A década de vinte será importante para a expansão do Distrito Missionário, com o surgimento de novas comunidades. Na Baixada Santista, o reverendo José Orthon iniciou o trabalho entre os moradores da região em 1921. Dois anos depois, foi concluída a construção da Paróquia da Ascensão, em Porto Alegre. O espaço era um verdadeiro complexo na capital gaúcha. Junto à Igreja em estilo gótico, nos edifícios anexos foram

estabelecidas as novas sedes do Seminário e do Colégio Cruzeiro do Sul, que serviriam para a formação das futuras gerações de leigos e clérigos.

No mesmo ano, uma nova frente missionária se instalou na Igreja Brasileira, entre a comunidade de imigrantes japoneses. Após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil recebeu uma grande onda de imigração, especialmente nos estados de São Paulo e Paraná, que passaram a contar nos anos seguintes com mais de 100 mil japoneses, devido ao seu alto índice de natalidade. A organização social nipônica mostrava-se bastante organizada quando comparada a dos italianos e alemães. O sistema de colonização garantia seus próprios médicos e escolas, as comunidades em cidades do interior paulista, como Santos e Registro, forneciam mão de obra barata e lucro rápido, com as plantações de café, algodão, milho e outros produtos.

Embora os cristãos fossem minoria no cenário religioso japonês, o governo brasileiro dava preferência ao ingresso de membros de Igrejas, inclusive da Igreja Anglicana do Japão (*Nippon Sei Ko Kai*). Com fácil adaptação às terras brasileiras, a comunidade nipônica mostrava-se também aberta à aceitação de novas idéias e crenças. Dessa forma, diante do novo quadro da imigração, um leigo japonês formado pelo Seminário Teológico de Tóquio, João Yasoji Ito começou a trabalhar entre os seus conterrâneos então presentes no Brasil.

A história desse missionário japonês começa do outro lado do mundo. João Yasoji Ito era um jovem marinheiro, quando em 10 de setembro de 1908 o navio em que se encontrava naufragou. Sobrevivendo ao episódio, dias depois decidiu batizar-se e dedicar a sua vida à Igreja, tornando-se um missionário. Após escolher o Brasil, pela forte presença de imigrantes e seus descendentes, engajou-se nesta tarefa que duraria o resto de sua vida.

Ao chegar ao Brasil, Ito se estabeleceu primeiramente na cidade do Rio de Janeiro. A primeira celebração foi realizada 13 de março de 1923, para um grupo de seis imigrantes japoneses. Duas semanas depois, rumou à Baixada Santista, chegando até a colônia japonesa de Registro, no interior paulista. Ali, fundou uma comunidade que permanece até hoje. A partir de então, vários outros imigrantes e seus descendentes passaram a trabalhar para o crescimento da Igreja Anglicana em Registro, com destaque para as famílias Asakawa, Ikegami, Nakamura e Baba.

Desde a vinda dos missionários americanos, a Igreja dos Estados Unidos teve o enfoque voltado à evangelização dos brasileiros e, para isso, com o

tempo, passaram a formar e ordenar ministros brasileiros. Entretanto, segundo Ito, com o crescimento do número de imigrantes no Brasil, vindos de diversos países do mundo, Kinsolving, já como bispo, viu a necessidade de desenvolver o trabalho missionário também entre os imigrantes. Em 1923, quando o bispo Kinsolving veio a São Paulo, Ito foi ao seu encontro no Hotel Esplanada, no dia 23 de outubro. E Kinsolving foi até o quarto e sala de Ito, na rua Conde de Sarzedas, onde aos domingos era realizado o culto com os japoneses. Desde esse primeiro encontro de Ito com Kinsolving, o bispo recebeu com alegria o plano de trabalho missionário entre os imigrantes japoneses no Brasil. E ele passou a considerar a possibilidade de, inclusive, formar outros missionários ou ministros japoneses para promover a evangelização dos imigrantes que viviam aqui (KAWANO, 2010, p. 36).

João Ito percorreu bastante as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Em fevereiro de 1925, a Igreja em Pelotas aceitou receber a comunidade de imigrantes, apoiando o seu trabalho pastoral e financeiramente. Dessa forma, a missão japonesa foi oficialmente incorporada à Igreja Brasileira. Com as notícias do estabelecimento de comunidades e o fervor missionário entre os japoneses, o bispo Kinsolving delegou a realização dos serviços a Ito, que, diante do reconhecimento do seu trabalho junto à comunidade nipônica, ordenou-o ao diaconato, em 1926, na Igreja do Mediador, em Santa Maria. Dois anos depois, no dia 24 de abril de 1928, o bispo William Thomas o ordenou ao presbiterato, na Igreja do Salvador, em Rio Grande.

A cidade de Registro foi, por muito tempo, o campo missionário do reverendo João Yasoji Ito. Na colônia de Manga Larga, localizada numa região mais afastada, a família Ikegami destinou um pedaço de seu terreno para ser construído o primeiro templo anglicano na região, a Capela de Todos os Santos. A comunidade de imigrantes se uniu na empreitada, erguendo a capela que é considerada a construção religiosa mais antiga feita por japoneses no Brasil, sendo inaugurada em 1929. Ela é uma construção única do gênero, por possuir traços da arquitetura do Japão em seu telhado e ter sido erigida sem a utilização de pregos.

Através do seu trabalho missionário, outras comunidades surgiram entre as famílias japonesas e seus descendentes, impulsionando a expansão e consolidação da Igreja Episcopal em diferentes cidades dos estados de São Paulo e do Paraná: Cristo Rei (Registro), Santo André (Pereira Barreto), São Mateus (Bilac), Santo Estêvão (Araçatuba), São João (São Paulo), São Lucas (Londrina) e tantas outras missões. Todas elas estão em atividade até hoje. Este foi o principal legado deixado por João Yasoji Ito, que faleceu no dia 07 de agosto de 1969, aos 80 anos.

Os números desse período atestavam o rápido crescimento da Igreja entre a população brasileira, desde o início do episcopado de Kinsolving.

Em 1989 não havia paróquias emancipadas e o trabalho educacional não tinha começado. Em 1925 havia três paróquias emancipadas e outras em processo de independência financeira. O Colégio Cruzeiro do Sul era auto-sustentado, o Seminário Teológico bem organizado e as várias escolas paroquiais tinham suas vagas preenchidas (KICKHÖFEL, 1995, p. 146).

Em 1925, buscando atualizar a Liturgia da Igreja, o bispo Kinsolving publicou *Officios Divinos*, um pequeno livro de fórmulas provisórias de oração que circulou na Igreja até 1930, quando foi publicado novo Livro de Oração Comum. O ano também marcou a eleição de um bispo sufragâneo para o Distrito Missionário. Devido à sua experiência pastoral, foi escolhido o reverendo William Matthew Merrick Thomas⁴⁴.

Thomas foi sagrado bispo no dia 28 de dezembro de 1925, na Igreja de São Paulo, em Baltimore, Estados Unidos, em cerimônia presidida pelo bispo presidente da Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos, Ethelbert Talbot, sendo co-sagrantes Joseph Blount Cherise, de Carolina do Norte, e Lucien Lee Kinsolving, do Brasil. Todos os oito bispos presentes participaram da tradicional imposição das mãos. Foi pregador William Cabell Brown, ex-missionário no Brasil, bispo diocesano de Virgínia e presidente da Câmara dos Bispos (KICKHÖFEL, 1995, p. 152).

William Thomas foi o segundo bispo missionário no Brasil⁴⁵ e o sexto clérigo norte-americano, em ordem de chegada. Durante o seu episcopado, a expansão missionária fez a Igreja chegar a outras regiões, fazendo surgir novas comunidades nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A marca do período foi a forte ênfase na pregação, com o destaque para o clero, o qual era formado em homilética e retórica, voltando suas prédicas com ênfases na evangelização do povo brasileiro. Também ocorreu uma renovação do clero com a chegada de novos seminaristas.

Mas o período também marcou a morte dos pioneiros da Igreja no Brasil. Diagnosticado com problemas no coração devido ao exaustivo trabalho missionário e suas longas viagens, o bispo Kinsolving percebia que era necessário aposentar-

⁴⁴ William Matthew Merrick Thomas nasceu em 03 de maio de 1878, no condado de St. Mary, Maryland. Era filho do ex-capitão confederado George Thomas e de Ellen Ogle Beall. Ele se formou no Seminário Teológico da Virgínia em 1904. No Brasil, foi reitor da Igreja do Salvador e na Igreja da Ascensão. Em 1925, quando foi eleito bispo para o Distrito Missionário do Brasil, o Seminário de Virgínia concedeu-lhe o título de Doutor em Teologia. Em 1943, no 18º ano de sua sagração, o clero da Igreja o presenteou com um báculo, que até hoje é guardado no Arquivo Provincial, sendo o primeiro a ser usado pelos bispos da Igreja.

⁴⁵ Vide Anexo C, com a lista dos bispos e bispas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

se, o que ocorreu em 1927. Com a vacância do cargo, o Bispo Presidente da Igreja norte-americana, John Murray, nomeou William Thomas para ser o bispo diocesano do Brasil Meridional, sendo eleito em 18 de outubro de 1928.

Um ciclo se encerrava e outro começava. Após trinta e nove anos dedicados ao trabalho missionário, Lucien Lee Kinsolving faleceu no dia 18 de dezembro de 1929, em Forest Hills, Nova York. Em sua homenagem, um busto em bronze foi erigido na frente da Igreja do Salvador, na cidade do Rio Grande, como homenagem ao primeiro pastor da Igreja brasileira. Aquele ano também marcou a partida de James Watson Morris do Brasil. Este faleceu em 1954, aos 95 anos, sendo sepultado no cemitério do Seminário de Virgínia, ao lado do Seminário que o formou e de onde partiu para as terras brasileiras.

No período, a Igreja deu um passo importante na sua organização. Devido ao tamanho do país, a administração do Distrito Missionário exigia uma supervisão mais constante por parte dos bispos e uma aproximação maior entre as comunidades. Em 1929 foi criada a imprensa episcopal, na cidade de Pelotas, sob a supervisão do reverendo José Severo da Silva. Nessa época, muitos panfletos e livros foram publicados, cobrindo décadas em que a Igreja carecia de obras para a educação e instrução dos seus membros.

A mesma imprensa facilitou a difusão da identidade da Igreja, através de sua teologia, doutrina e liturgia. Em 1930 o Distrito Missionário publicou a primeira edição completa do Livro de Oração Comum, baseada na edição de 1928 da Igreja dos Estados Unidos. Thomas foi quem supervisionou a revisão do novo LOC, procurando afastá-lo da edição norte-americana, para dar-lhe um caráter essencialmente brasileiro. O bispo era um entusiasta da nova edição, e esperava que clérigos e leigos o usassem em todos os ofícios e devocionais.

A maior preocupação era não se afastar muito do modelo americano. Foi a revisão que teve mais feição brasileira, sem ser um livro novo, mas uma versão autorizada e declarada como a liturgia da igreja e assim devia ser usada por todos os seus membros e ministros. O bispo Thomas atribuiu grande importância a esta revisão, porque na sua visão os membros e ministros da igreja estavam sujeitos ao culto e à disciplina estatuídos no novo livro. “Governamo-nos pelo Livro de Oração Comum”, escreveu o bispo num extenso relatório que apresentou ao concílio de 1933. Por isso, exortava o clero a examinar as rubricas concernentes ao culto público, a ler de novo o ofício de ordenação com seus solenes votos, a recordar a promessa de submissão feita como condição para a ordenação e a fazer de sua lealdade e obediência uma questão de honra (KICKHÖFEL, 1995, p. 181).

A expansão da Igreja também passou pela construção de escolas que serviam tanto para educação secular quanto religiosa. Esse período foi fortemente marcado por uma ênfase no nacionalismo e na inserção da Igreja na sociedade. Em outubro de 1930, o bispo Thomas convocou o clero para uma reunião no Seminário de Porto Alegre, para discutir o momento nacional que estavam vivendo. Era uma época em que a afirmação dos valores nacionais também passava por uma afirmação das crenças religiosas do país.

Na Igreja Episcopal isso não foi diferente, com a formação de uma frente de participação na política nacional, que se envolveu na Revolução Constitucionalista de 1932, cujo objetivo era derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.

A comissão formada pelo bispo Thomas e pelos reverendos George Upton Krischke e João Batista Barcelos da Cunha visitou o Dr. Getúlio Vargas no palácio e ofereceu em nome da Igreja assistência espiritual e material, colocando à disposição das autoridades os edifícios do Colégio Cruzeiro do Sul e do salão paroquial da Igreja da Trindade de Porto Alegre. Este apoio oficial ao movimento de purificação da política nacional gerou grande entusiasmo na paróquia da Trindade, por poder auxiliar a campanha revolucionária em favor da moralização política da nação. Cerca de 30 homens e jovens ligados à paróquia serviram nos batalhões regulares e nos provisórios. As senhoras auxiliaadoras, lideradas pela presidente Aracy Feijó Marques, confeccionaram roupas para a Cruz Vermelha e para a intendência da guerra. Grande número de senhoras se reunia todas as tardes no salão paroquial para trabalhar e levar costuras, recebendo das autoridades elogiosos ofícios de agradecimentos. Na noite de 26 de outubro de 1930, foi realizado um culto conjunto das paróquias episcopais da capital, tomando parte nele grande número de eclesianos, todos os ministros da capital e os estudantes do Seminário Teológico. A bandeira nacional esteve hasteada na torre da igreja durante 15 dias. A imprensa diária publicava com destaque a patriótica participação dos episcopais. Uma comissão de senhoritas distribuía postais com textos bíblicos aos soldados por ocasião da partida das tropas (KICKHÖFEL, 1995, p. 162).

Indo além das questões políticas, o bispo Thomas enfrentou o primeiro grande desafio da Igreja no campo religioso, diante das mudanças que vinham ocorrendo na sociedade brasileira. Em 1931, o governo brasileiro votou o projeto de tornar obrigatório o ensino religioso nas escolas públicas, proibido desde 1924. Porém, o projeto que seria levado à votação na Câmara e no Senado, tinha um problema, uma proposta de monopólio do ensino religioso a partir da Igreja Católica Romana. A Igreja Episcopal não era contrária ao ensino religioso nas escolas

públicas, mas defendia que fosse baseado em princípios cristãos amplos, com base nos valores republicanos.

O presidente Getúlio Vargas, que era olhado pelos católicos romanos com certa desconfiança por sua imagem de ateu e positivista, autorizou o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, ao promulgar o decreto 19.941 de 30 de abril de 1931. Houve protestos em todo o país. A Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil, da qual era vice-presidente o bispo Thomas, entregou um memorial à Getúlio Vargas, solicitando que fosse mantida na futura constituição o artigo 72 da Constituição de 1891, em que a Igreja Católica Romana era posta em pé de igualdade com as demais igrejas e garantia plena liberdade de culto. Thomas estava diante de um dos mais polêmicos problemas vividos pela sociedade civil da época: a questão religiosa, não no sentido em que se deu no fim do império e início da república, mas no sentido da instrução religiosa nas escolas públicas (KICKHÖFEL, 1995, p. 158-159).

Dessa forma, ao respaldar a posição do bispo, a Igreja Episcopal defendia, não apenas a liberdade de pensamento e de consciência dos cidadãos brasileiros, mas também a necessidade de um engajamento político por parte da instituição.

Thomas acreditava que a Igreja Episcopal tinha uma valiosa contribuição a dar ao povo brasileiro. Ela mantinha a verdade evangélica e as ordens apostólicas. Era a única igreja católica com heranças e sentimentos protestantes. Por um lado, era a única denominação evangélica, no sentido original do termo, que oferecia um culto que conservava a prática e a fé católicas. Por outro lado, sua catolicidade era evangélica e liberal, cuja fé estava baseada na liberdade, não se submetendo a um modelo fixo e imutável, nem sendo submissa a uma autoridade centralizada (KICKHÖFEL, 1995, p. 158-159).

Mas, na prática, esta liberdade de pensamento e consciência não foi totalmente aplicada na Igreja, e o episcopado de Thomas também ficou marcado pelo caso do reverendo Salomão Barbosa Ferraz.

Ele foi uma importante figura no cenário religioso brasileiro que, ao longo de sua vida, trilhou o ministério ordenado em diferentes Igrejas, iniciando a sua caminhada na Igreja Presbiteriana, em 1902. Após divergências com sua denominação de origem – devido à prática do rebatismo de fiéis oriundos da Igreja Católica –, ingressou na Igreja Episcopal, sendo recebido pelo bispo Kinsolving e ordenado ao presbiterado em 1917. Desde o começo o seu pastorado teve fortes bases ecumênicas. Ao longo de sua vida, Salomão escreveu vários livros, cartas e

artigos para a imprensa secular e religiosa⁴⁶. Da mesma forma traduziu vários hinos, que estão presentes em diversos hinários brasileiros⁴⁷.

Em seus escritos teológicos, enfatizava a importância da tradição e dos sacramentos, como ponto de unidade entre as Igrejas. Por conta de tais posições, avançadas demais para a época, Salomão Ferraz se firmou como uma das primeiras lideranças religiosas a promover o Ecumenismo de forma ampla no Brasil. Em seu *Manifesto do clero evangélico do Rio de Janeiro* (1922), uma resposta ao arcebispo do Rio, defendia uma Igreja que se harmonizasse com as tradições e hábitos piedosos do povo brasileiro, buscando uma maior tolerância entre católicos e protestantes. Como consequência, também criticava o institucionalismo e as disputas pessoais que geravam uma fragmentação na unidade cristã.

Criticava severamente o sectarismo míope, que não enxerga além de suas acanhadas fronteiras. Para Salomão Ferraz, o sectário era um indivíduo ignorante, ancorado num mestre infalível, empenhado em demolir tudo o que encontra, sem nenhum respeito à tradição. Para ele a grande tarefa religiosa no Brasil não era hostilizar a Igreja de Roma ou lhe render uma vassalagem incondicional, mas ajudar as almas a se emanciparem através da instrução religiosa e infundir-lhes o sentimento da fraternidade cristã, livre e respeitosa, e acima de quaisquer questiúnculas ou rivalidades que enfraquecem a fé cristã. Sua ousadia de pensar e escrever era quase profética numa época em que participar de movimentos ecumênicos era praticamente impossível (KICKHÖFEL, 1995, p. 164).

Em 1925 foi designado pelo bispo Kinsolving para ser o segundo pároco da Capela do Salvador, na cidade de São Paulo. Esse período, que coincide com a eleição de Thomas, também foi a época em que o reverendo Ferraz iniciou um tortuoso processo de inovações litúrgicas na Igreja, utilizando textos e orações que não faziam parte do Livro de Oração Comum. Nos anos seguintes, publicou três ofícios denominados *A Liturgia do Sagrado Coração de Jesus*, uma *Liturgia para a Sexta-Feira Santa* e o *Ofício de Decisão*, para ser usado nas confirmações.

⁴⁶ Dentre as várias publicações de Salomão Ferraz, temos os livros *Princípios e Métodos* (1915); *Manifesto do clero evangélico do Rio de Janeiro* (1922); *Oração da Pedra* (1924); *Manual de Oração* (1925); *Liturgia da Santa Comunhão* (1929); *A Santa Igreja Católica* (1930); *A Fé Nacional* (1932); *Liturgia da Santa Missa* (1934); *a Igreja e a Sinagoga* (1936); e *Maioridade nacional: civil e religiosa* (1941). Também publicou vários artigos, cartas e foi redator em periódicos como *A Espada*, *Aleluia*, *Estandarte Cristão* e *O Católico Livre*. Durante a sua estadia na Bahia, organizou o jornal *Imprensa Evangélica*, junto com o presbiteriano Matatias Gomes dos Santos, e tempos depois, traduziu o livro *O Apóstolo São Paulo* (1925), de James Stalker.

⁴⁷ No Hinário Presbiteriano têm-se letras de Salomão Ferraz em *Divino Instruidor* (nº 83), *Pequena Vila de Belém* (nº 232) e *Brilhando por Jesus* (nº 362). Já no Hinário Evangélico constam *Oráculos Divinos* (nº 143) e *Brilhando por Jesus* (nº 156). E no Hinário Episcopal encontram-se *Pequena Vila de Belém* (nº 20), *Oráculos Divinos* (nº 319) e *Brilhando por Jesus* (nº 339).

Gradativamente, Ferraz passou a defender a doutrina da transubstanciação e o uso da palavra “missa” no sentido católico romano da expressão, ao invés de “culto”. Também adotou muitos ritos da liturgia romana, que entravam em confronto com a disciplina e a liturgia da Igreja da época. Assim, seus próprios paroquianos, que não concordavam com tais mudanças, levaram o caso ao Concílio Diocesano, que julgou que somente os bispos poderiam realizar alterações litúrgicas, sendo estas inovações proibidas pelo bispo Thomas.

Podemos dizer que as tensões surgidas entre Thomas e Ferraz se desenvolveram por conta da sua produção de liturgias particulares, mas também de suas concepções teológicas: um bispo de linha evangélica contra um reverendo de linha católica. Em 1932, Salomão Ferraz lançou a sua obra mais importante, “A Fé Nacional”, em que discutia a questão da união das Igrejas com base na Eucaristia. Mas ele também atacava a baixa visão do clero, que se esquivava de se envolver em causas sociais, a pobreza do cerimonial da Igreja da época e a política institucional, vinculada à Igreja norte-americana, defendendo uma maior autonomia.

Com os sucessivos conflitos crescendo entre ele e o seu superior diocesano gradativamente, em 1936 a Igreja declarou que o reverendo abandonou a comunhão eclesial. Neste mesmo ano, Salomão Ferraz organizou um congresso em que reuniu católicos livres, vétero-católicos e católicos romanos que, posteriormente, ingressaram na Igreja Católica Apostólica Brasileira. A partir desse evento, fundou a “Igreja Católica Livre”, sendo ele eleito o seu primeiro bispo. Em 1945 recebeu a consagração episcopal pelas mãos de Carlos Duarte Costa, após o seu rompimento com Roma. Porém, inúmeras divergências com o Bispo de Maura os conduziram a caminhos diferentes, levando Ferraz a abandonar a Igreja que ele próprio havia fundado anos antes. A aceitação do primado papal e a confissão dos demais dogmas por parte de Salomão Ferraz se consolidaram na sua conversão ao Catolicismo, em 1959, sendo este recebido e tendo as suas ordens reconhecidas pelo arcebispo de São Paulo, o Cardeal Motta.

O caso Salomão Ferraz foi uma situação inédita na história⁴⁸, uma vez que ele era casado e tinha filhos, o novo bispo – nomeado *Titular de Eleutherna* – encontrou-se com o Papa João XXIII e, anos depois, participou como membro da

⁴⁸ Existem outros trânsitos religiosos na história do Brasil como o do presbiteriano Antônio Ferreira Campos, que se tornou católico, e do padre José Manuel da Conceição, que se tornou presbiteriano.

delegação brasileira do Concílio Ecumênico Vaticano II, vindo a falecer em 11 de maio de 1969, aos 89 anos, como epíscopo da Igreja Católica Romana.

Diante do caso apresentado, ele tornou-se o único religioso brasileiro a trilhar seu ministério ordenado como pastor presbiteriano, reverendo anglicano e bispo católico, sendo recebido na comunhão desta última denominação sem precisar da reordenação, como prevê a doutrina. Embora sua conturbada trajetória e seus conflitos com o bispo Thomas tenham sido vistos como escândalos para a época, o seu legado é reconhecido pela Igreja com certo pesar: “percebe-se hoje que o episódio Salomão Ferraz foi uma sentença condenatória da estreiteza de visão de que a Igreja Episcopal foi prisioneira na época” (KICKHÖFEL, 1995, p. 175).

O caso Salomão Ferraz foi a maior crise que a Igreja havia enfrentado até então. A falta de habilidade e tato pastoral por parte das lideranças episcopal e clerical, ainda provocaria novas divisões na Igreja no século seguinte. Este episódio evidenciou como as relações eclesiais funcionavam na época. Por outro lado, questões que antes eram polêmicas, hoje são vistas como um rico elemento da identidade do Anglicanismo e como parte da diversidade presente e latente na vida das comunidades. Com o passar do tempo, muitas das teses defendidas pelo reverendo, passaram a ser difundidas e seguidas por muitos membros da Igreja Nacional, de modo que os fatos deste período, entre 1915 e 1936, merecem um estudo mais aprofundado por pesquisadores da área.

O reverendo Nataniel Duval da Silva (1912-1983), professor de História Eclesiástica, chegou a afirmar que a influência de Salomão Ferraz na vida da Igreja Episcopal foi tão acentuada que poderíamos dividir a história da Igreja Episcopal em antes e depois dele. Se houve um teólogo que se preocupava com a implantação de uma igreja verdadeiramente nacional esse teólogo foi Salomão Ferraz. Suas posições e idéias, às vezes radicais e quase sempre isoladas do contexto do clero nacional, mostravam a postura de um pensador inconformado com a situação de dependência estrangeira da igreja brasileira (KICKHÖFEL, 1995, p. 175).

Estes episódios serviram para que a Igreja amadurecesse ainda mais em sua teologia e liturgia, buscando consolidar o projeto de uma Igreja realmente brasileira.

Em 1945 o bispo Thomas autorizou a revisão da edição do Livro de Oração Comum e, em 1949, a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos autorizou o uso da nova tradução, publicada no ano seguinte, encerrando a questão cerimonialista. No período, por conta da forte presença de missionários e da ida de

bolsistas para os Estados Unidos, começam a chegar ao Brasil idéias anglo-católicas que marcariam a Igreja no futuro. O bispo Thomas se aposentou após vinte e quatro anos de trabalho no seu episcopado⁴⁹.

2.4 OS PRIMEIROS BISPOS BRASILEIROS E O 1º CONGRESSO EPISCOPAL

O surgimento de um episcopado nacional vai além de um desejo particular dos episcopais brasileiros. Ele é resultado da expansão missionária da Igreja. Após quase meio século da chegada de Kinsolving e Morris, a Igreja havia formado mais de cinquenta ministros e estabelecido dezenas de comunidades, das quais muitas já se encontravam emancipadas. Diante de tal conjuntura, o clero e os fiéis do Distrito Missionário sentiam que havia chegado o momento de elegerem um bispo nativo.

A primeira manifestação tomou forma durante o Concílio de 1934, realizado na Paróquia do Salvador, em Rio Grande. Um memorial assinado por clérigos e leigos⁵⁰ foi encaminhado por William Thomas à Câmara dos Bispos da Igreja dos Estados Unidos, que não se manifestou, pedindo que a proposta fosse amadurecida. Um segundo memorial⁵¹, foi enviado após o Concílio de 1936.

Dentre as novas razões alegadas, estava a necessidade de um bispo sufragâneo para auxiliar o bispo missionário nas visitas episcopais e na administração de um território tão grande, visto que o número de comunidades tinha aumentado. O reverendo Athalício Theodoro Pithan propôs a realização de uma eleição por voto secreto, a qual cada membro conciliar votaria a partir de uma lista tríplice. A proposta foi aprovada, mas com a condição de que o resultado não seria revelado naquela data, mas que o bispo apuraria em segredo e encaminharia a questão no ano seguinte para a Câmara dos Bispos da Igreja norte-americana.

Os envelopes foram fechados e guardados até 1939. Após abertos, os nomes mais votados foram os dos reverendos George Upton Krischke⁵² e Athalício

⁴⁹ De acordo com o relato do Rev. Marçal de Oliveira (1984), o bispo Thomas faleceu na noite de 18 de setembro de 1951, com o Livro de Oração Comum nas mãos, enquanto fazia as suas leituras.

⁵⁰ Este histórico memorial foi assinado pelos reverendos Salomão Ferraz, George Upton Krischke, Nemésio de Almeida, João Batista Barcellos da Cunha, Orlando Batista e Athalício Theodoro Pithan, além dos leigos Frontino Peixoto da Silveira e José Luiz Albuquerque.

⁵¹ O segundo memorial foi assinado pelos reverendos George Upton Krischke, Orlando Batista, Athalício Theodoro Pithan e Martin Samuel Firth.

⁵² Nascido em Rio Grande, George Upton Krischke foi um importante reverendo desse período, fazendo parte da primeira turma do Seminário quando este foi aberto em 1903. Foi o primeiro a documentar a História da Igreja a partir de um ponto de vista nacional. Dentre tantas obras que

Theodoro Pithan⁵³, recebendo cada um o mesmo número de votos, porém, menos da metade necessária para conquistar a eleição. Embora não fosse o costume, a decisão coube ao bispo Thomas que escolheu este último. Assim, diante do resultado, a Igreja dos Estados Unidos emitiu a seguinte decisão:

A Câmara dos Bispos assegura aos irmãos da igreja brasileira sua boa vontade de lhe conceder o episcopado nativo, contanto que as condições de progresso, cooperação e de liderança clerical e leiga justifiquem a utilidade e indicação recomendável dessa medida (KICKHÖFEL, 1995, p. 191).

Assim, no dia 21 de abril de 1940, ano em que a Igreja Episcopal dos Estados Unidos celebrava seus 50 anos de missão no país, Athalício Theodoro Pithan⁵⁴ foi sagrado na Catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre, tornando-se o primeiro bispo brasileiro da Comunhão Anglicana.

O aniversário jubilar foi festejado com intensa programação: concílio anual. Na inauguração do novo prédio do Seminário Teológico e sagração do primeiro bispo brasileiro da Comunhão Anglicana. Athalício Theodoro Pithan foi elevado ao episcopado numa cerimônia tão bonita quanto longa, talvez a mais longa de todas já realizadas no Brasil, que correu o risco de não se realizar. O motivo foi o atraso do avião que trazia os bispos Alexander Hugo Blankingship, de Cuba, e Efrayn Salinas y Velasco, do México. A sagração estava marcada para às 9 horas do dia 21 de abril de 1940, na Catedral da SS. Trindade. Havia apenas uma maneira dos dois bispos chegarem à capital gaúcha: pelo avião da Panair no sábado à tarde. Naquela época, as viagens aéreas apresentavam freqüentes atrasos, quando não cancelamentos de voo. O tempo em Porto Alegre estava bom e o dia claro mostrava um sol brilhante. No sábado de manhã, houve sessão conciliar. A tarde foi reservada para recepcionar os ilustres visitantes. Um grupo de conciliares foi ao aeroporto, mas lá chegando, foi informado de que o tempo na capital federal estava ruim e que o avião só chegaria no dia seguinte. A igreja estava lotada naquele domingo, tendo comungado mais de 300 pessoas. Thomas informou à congregação que o avião, trazendo os bispos, só chegaria ao meio dia. Mas durante a celebração, o bispo foi novamente

escreveu, a mais importante delas é *História da Igreja Episcopal Brasileira*, publicada em 1949. Outras obras publicadas foram *Dinamismo do Credo Cristão*, *Religiões do Mundo*, e *Do Reto Uso de Preposições em Língua Portuguesa*. Também conhecedor do alemão e do inglês, fez parte da Comissão Revisora da Bíblia, sendo eleito membro da Academia Sul-Riograndense de Letras.

⁵³ Athalício Pithan nasceu em Santa Maria, no dia de 20 de setembro de 1898. Era filho de Henrique Pithan e de Adelaide Höher Pithan. Em 1921 ingressou no Seminário Teológico, sendo ordenado ao diaconato em 1924 e, dois anos depois, ao presbiterato pelo bispo Kinsolving. Estudou Direito na Universidade de La Sallex, nos Estados Unidos, período em que entrou em contato com outras realidades da Igreja neste país, no Canadá e na América do Sul. Em 1937 representou o Brasil na Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, quando recebeu o título de Doutor Honoris Causa em Teologia, pelo Seminário Teológico de Virgínia (VTS). Foi um maçom de alto grau na cidade de Santa Maria. Também foi um escritor profícuo e teatrólogo, publicando obras como *História da Literatura Brasileira*; *O Romantismo e a Poesia Brasileira*; *Labaredas* (poesias); *Curso Bíblico* (em dois volumes); *Meditações*; *Caminhos da Fé*; *O Divino Mestre*; *Lendas e Alegorias*; e *Treze Anos da Paróquia de Bagé*. Casou-se com Anita Bühner Pithan com quem teve quatro filhos.

⁵⁴ Vide Imagem 5, com a fotografia do bispo Athalício Pithan.

informado de que o avião poderia chegar às 11h ou às 11h30min. Quando o longo culto terminou, o bispo ficou esperando na vestimenta, enquanto um grupo de clérigos se dirigiu ao aeroporto para receber os ansiosamente esperados antistes, que desembarcaram exatamente às 11h30min. Não houve outra alternativa senão correr para a igreja, onde a congregação aguardava pacientemente, vestir os paramentos litúrgicos e dar início à cerimônia, a primeira no gênero realizada no Brasil, que só terminou às 15h30min. Descontado o intervalo da espera, foram mais de cinco horas de adoração naquele dia, duplamente histórico – pelo evento em si e pelo inusitado das circunstâncias – sem contar com o culto da noite, quando novamente a igreja ficou lotada para ouvir a pregação do bispo de Cuba (KICKHÖFEL, 1995, p. 191-192).

A eleição do primeiro bispo brasileiro da Comunhão Anglicana marcou o início da Fase Emancipatória da Igreja, que foi um período de desenvolvimento de ideias e posicionamentos que culminariam na autonomia da Igreja Episcopal Brasileira em relação à sua Igreja-Mãe. O episcopado de Athalício Pithan, entre 1940 e 1955, também criou as condições para que o Distrito Missionário fosse dividido em três dioceses. A Igreja crescia e as distâncias entre as comunidades aumentavam, dificultando o atendimento das paróquias e missões mais longínquas. Da mesma forma havia o desejo da expansão para o centro e o norte do país.

O bispo Pithan foi o pioneiro a discutir a reorganização e divisão do Distrito Missionário em dioceses, cuja proposta foi encaminhada em 1945 e apresentada no Concílio pelo reverendo Euclides Deslandes. Na prática, a Igreja já estava dividida em áreas. Na parte norte do Distrito, o clero se encontrava isolado por conta das distâncias e dificuldades com a comunicação. Na parte sul, havia poucos delegados representando as comunidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. No Concílio do ano seguinte foi encaminhada uma proposta para a divisão do território em três dioceses, onde cada uma se comprometeria a pagar parte do salário do bispo eleito.

A Câmara dos Bispos e a Convenção Geral da Igreja norte-americana aprovaram, em setembro de 1949, o plano de partilha do território brasileiro. A nova divisão era formada por novas regiões eclesiais: a Diocese Meridional, com sé em Porto Alegre; a Diocese Sul-Occidental, com sé em Santa Maria; e a Diocese Central, com sé no Rio de Janeiro, então capital federal. O plano tinha onze pontos:

1. O distrito missionário do Brasil foi dividido em três dioceses: *Brasil Meridional*, formada pela região leste do estado do Rio Grande do Sul, onde começou o trabalho da igreja, abrangendo Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, São Leopoldo, Viamão, São Francisco de Paula, e a parte leste do estado de Santa Catarina; *Brasil Sul-Occidental*, formada pela região oeste do estado do Rio Grande do Sul, abrangendo Jaguarão, Pinheiro Machado, Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel, Rosário do Sul, Santana do Livramento,

Cacequi, Santa Maria e Erechim, e a parte oeste de Santa Catarina; Brasil Central, que era a jurisdição do bispo coadjutor – formada pelos estados do Paraná, São Paulo e Distrito Federal (então Rio de Janeiro), e outros territórios a serem ocupados pela igreja ao norte de São Paulo.

2. Os novos bispos a serem eleitos, seriam escolhidos entre o clero brasileiro pelo concílio para aprovação pela Câmara dos Bispos da igreja americana.

3. Foi organizado um Conselho Nacional formado pelos três bispos, um presbítero e um leigo de cada diocese, eleitos pelo Sínodo, e um representante da Igreja - Mãe.

4. O Conselho Nacional ficou incumbido de organizar o orçamento anual comum para toda a igreja, fixando as contribuições das dioceses para a manutenção e desenvolvimento do trabalho, bem como o total dos recursos que seriam solicitados a Igreja - Mãe.

5. O Conselho Nacional da igreja americana nomeou um representante, clérigo ou leigo, para cuidar do recebimento e distribuição dos recursos.

6. A igreja brasileira passou a realizar um sínodo a cada três anos, com representantes leigos e clericais para tratar de todos os assuntos referentes às atividades e progresso da igreja no Brasil.

7. Cada distrito passou a ter um concílio anual para estudar e estabelecer planos e metas para a extensão e desenvolvimento do trabalho, fixar cotas paroquiais, programas e orçamentos que eram submetidos à aprovação do Conselho Nacional.

8. Ao bispo coube a faculdade de designar o clero para atribuições e localidades que julgasse mais conveniente, respeitando, no entanto, o que fosse estabelecido para as paróquias emancipadas, e aceitar os seus próprios candidatos às sagradas ordens.

9. A igreja conservou o nome de Igreja Episcopal Brasileira e passou a ser representada por um bispo presidente eleito pelo Sínodo para um período de três anos.

10. As propriedades e imóveis interdiocesanos foram considerados como pertencentes à igreja nacional sob a jurisdição do Conselho Nacional.

11. Os cânones nacionais e diocesanos permaneceram em conformidade com os cânones gerais da Igreja - Mãe. (KICKHÖFEL, 1995, p. 198-199).

Com a criação das Dioceses e a proximidade da aposentadoria do bispo William Thomas, após este liderar o Distrito Missionário por duas décadas, a Câmara Episcopal da Igreja estadunidense decidiu que deveriam ser escolhidos novos bispos para o Brasil. Em 1948, o reverendo Louis Chester Melcher⁵⁵ foi eleito para ser o primeiro bispo coadjutor do Brasil.

A eleição de um norte-americano para assumir a Diocese Central, no Rio de Janeiro, contrariou a expectativa dos episcopais brasileiros que esperavam outro bispo nativo como previa o plano de partilha do Distrito Missionário. Melcher havia sido reitor da Trinity Church em Columbia, da Diocese da Carolina do Sul, tendo

⁵⁵ Louis Chester Melcher nasceu 08 de agosto de 1898 em Baraboo, Wisconsin. Era filho de Francis Robert Melcher e Edna Emma Walters. Estudou na Universidade de Wisconsin e na Sewanee – A Universidade do Sul. Foi ordenado ao sacerdócio em 1925. Durante o seu ministério serviu na zona do Canal do Panamá, no Tennessee e na Carolina do Sul. Foi sagrado ao episcopado em 05 de fevereiro de 1948, sendo enviado para trabalhar no Brasil. Faleceu em 21 de setembro de 1965 em Pinehurst, sendo sepultado no cemitério da Trinity Episcopal Cathedral, em Columbia, Carolina do Sul, onde havia sido reitor.

experiência como missionário no Panamá. Ao chegar ao Brasil, assumiu a Diocese Brasil Central, no Rio de Janeiro. Porém, ele era desconhecido do grande público, além de ter um perfil mais anglo-católico, diferente da marcante identidade evangelical do bispo William Thomas.

Após a indicação do bispo Melcher pela Igreja dos Estados Unidos, foi a vez de um novo bispo ser eleito. Dessa vez, durante o Concílio realizado em 1949, o processo de votação, dessa vez, não seguiu as regras do que ocorrera com a eleição do sufragâneo em 1936, de modo que os conciliares resolveram declarar seus votos, dando a indicação dos nomes de preferência para o episcopado. Os mais votados foram Egmont Machado Krischke, com 48 votos; Plínio Lauer Simões, com 20, Orlando Batista, com 16; Virgínio Pereira Neves, com 15; e Henrique Todt Júnior, com 13 votos. Assim, o reverendo Egmont Machado Krischke⁵⁶ foi eleito o mais novo bispo, para assumir a recém-criada Diocese Sul-Occidental⁵⁷, com sé na cidade de Santa Maria. A sua sagração ocorreu em 12 de março de 1950, na Paróquia do Crucificado, em Bagé. Já para pastorear a Diocese Meridional, com sé na cidade de Porto Alegre, foi designado o bispo Athalício Theodoro Pithan.

Quando foi realizada a divisão do Distrito Missionário em três dioceses, o plano previa a criação de um Conselho Nacional para representar a Igreja Brasileira, conferindo-lhe certa unidade administrativa, facilitando a comunicação entre as dioceses e o trabalho interno. Este mesmo Conselho teria a função de operar como um órgão executivo, quando esta se tornasse uma Província autônoma. Desde o início, a administração se mostrou democrática, influenciando a organização da Igreja no futuro. O primeiro presidente do Conselho Nacional foi o bispo Melcher e o reverendo Curtis Fletcher seu primeiro secretário-executivo, ambos estadunidenses.

Em 1950 foi publicada a terceira edição do Livro de Oração Comum e, em 1952, ocorreu o primeiro Sínodo da Igreja Episcopal Brasileira, realizado na Catedral da Santíssima Trindade, na cidade de Porto Alegre. Esta reunião foi de grande

⁵⁶ Egmont Machado Krischke nasceu em 26 de junho de 1909, em São Leopoldo, RS. Era filho do reverendo George Upton Krischke e de Maria José Vale Machado Krischke. Formou-se em Teologia no Seminário de Porto Alegre e estudou no College of Preachers da Catedral Nacional de Washington. Foi ordenado diácono, no dia 30 de novembro de 1930 e em 10 de dezembro de 1933 ao presbiterato. Como reitor das Paróquias do Mediador (em Santa Maria), Ascensão (em Porto Alegre), Redentor (Porto Alegre) e da Paróquia do Crucificado (Bagé), consolidou ainda mais a presença da Igreja nestas regiões. Na área acadêmica, Krischke produziu muitos artigos e livros, dentre os quais *Vozes do Calvário*; *Nos dias de Tua Mocidade*; *Perspectivas da Juventude*, *Numa era de Inquietação*, *A Estrutura da Fé*, *Crise e Renovação*, também sendo professor do Seminário Teológico da Igreja, em Porto Alegre.

⁵⁷ Vide Anexo D, com a lista de Bispos e Bispas da IEAB por Diocese.

importância, pois contou com representantes das três Dioceses. A principal pauta foi a aprovação de uma nova Constituição e Cânones Gerais, baseados na legislação da Igreja norte-americana. O período foi marcado pela ascensão de novos bispos. Naquela época a Igreja foi dividida em cinco departamentos: Educação Religiosa⁵⁸, Assistência Social, Propagação, Finanças e Instituições. Estes últimos eram geridos diretamente pela Igreja norte-americana. Pela primeira vez a juventude foi reunida em torno de uma organização de proporção nacional, a União da Mocidade Episcopal⁵⁹. E para ajudar na formação teológica das lideranças, foram publicadas as primeiras obras historiográficas: *História da Igreja Episcopal Brasileira* (1949), de George Upton Krischke, e *A Igreja Militante* (1951), de Nataniel Duval da Silva.

Note-se que até então não se falava na presença da denominação em outros centros urbanos do país, com o Norte e o Nordeste. A presença das capelanias inglesas em Belém, Recife e Salvador impedia a jurisdição de outros bispos nestes territórios, de modo que, a Igreja concentrava toda a sua estrutura no Rio Grande do Sul, ocupando poucas cidades da região Sudeste, incluindo o Distrito Federal, localizado em torno da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1956 a Diocese Sul-Occidental elegeu seu segundo bispo, Plínio Lauer Simões⁶⁰ transferindo o bispo Egmont Krischke para a Diocese Meridional, diante da aposentadoria de Athalício Pithan por motivos de saúde⁶¹. Na Diocese Central, os esforços do bispo Melcher para a expansão missionária resultaram em um crescimento da Igreja Brasileira nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. O trabalho junto às capelanias e à comunidade japonesa também gerou resultados.

Com a contínua expansão da Igreja Episcopal sobre o território brasileiro, iniciou-se uma série de negociações para a transferência de grande parte das capelanias inglesas para a administração da Igreja norte-americana. O processo foi intermediado pelo então reverendo Edmund Knox Sherrill⁶², representando os

⁵⁸ Os primeiros secretários foram o reverendo Jaci Correia Maraschin e a missionária Carman Wolff.

⁵⁹ A União da Juventude Episcopal no futuro se tornaria a União da Juventude Anglicana do Brasil.

⁶⁰ Plínio Lauer Simões nasceu em Cachoeira do Sul (RS), em 08 de julho de 1915. Coursou Teologia no Seminário de Porto Alegre, sendo ordenado ao diaconato em 1941 e ao presbiterato em 1943. Em 1950 foi enviado ao Rio de Janeiro onde assumiu a Paróquia do Redentor. Em 04 de março de 1956 foi sagrado bispo da Diocese Sul-Occidental. Durante o seu episcopado, a Diocese experimentou uma grande expansão, com o surgimento de comunidades e instituições. Ele também representou a Igreja em congressos no Brasil e no exterior. Recebeu dois títulos de doutor em Teologia, pelos Seminários de Nova York e de Virgínia. Faleceu em 06 de julho de 1994.

⁶¹ Pithan faleceu em 29 de agosto de 1966, no Rio de Janeiro, sendo sepultado em Porto Alegre.

⁶² Edmund Knox Sherrill nasceu em 23 de maio de 1925, na cidade de Boston. Era filho do então Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Henry Knox Sherrill e de Barbara Harris

episcopais, e o bispo Caryl Tucker, da Argentina, que até então detinha a jurisdição sobre as capelanias no Brasil. Por muito tempo a Igreja brasileira permaneceu abrindo novas comunidades, enquanto a Igreja da Inglaterra continuava com suas capelanias, voltadas apenas para os cidadãos ingleses residentes no país. Porém, a distância entre o *ethos* americano e britânico era o principal problema a ser superado, pois se tratava de um problema de jurisdição entre bispos de duas Igrejas da Comunhão Anglicana, que se encontravam em um mesmo território.

Após encontrar um denominador comum, em 1955, um Acordo foi assinado entre a Igreja da Inglaterra e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, através do Arcebispo de Cantuária, Geoffrey Fisher, e o Bispo Presidente, Henry Knox Sherrill. Nas décadas seguintes, a liderança dessas capelanias foi sendo assumida por ministros da Igreja Brasileira.

A decisão do bispo Tucker de não mais visitar seu rebanho no Brasil facilitou a atuação do bispo brasileiro, que se mostrou disposto a assumir essa responsabilidade pastoral. A consequência dessa nova política foi que, em Belém do Pará, os remanescentes da comunidade britânica doaram a capela e o terreno à igreja brasileira; em Recife, a congregação inglesa local se filiou à Diocese Central em 1967; em Nova Lima, Minas Gerais, a Companhia de Mineração São João Del Rey, antes de vender seu patrimônio, separou a Capela de São João Batista e um terreno para doá-los à Igreja Episcopal; no Rio de Janeiro, onde a Igreja de Todos os Santos e a Igreja de Cristo formam uma unidade legal, o bispo da Diocese Central foi reconhecido como autoridade clesialística (KICKHÖFEL, 1995, p. 198).

Para consolidar a expansão da Igreja nas regiões em que ela estava se estabelecendo, foi criado, em 1956, o Departamento Nacional de Educação Religiosa. Este órgão teve um papel importantíssimo na formação de inúmeras gerações de clérigos e leigos. Com a finalidade de integrar toda a Igreja e desenvolver um programa de Educação Religiosa integral, este projeto rompeu com o sistema tradicional de Escola Dominical, que até então focava seu trabalho no ensino doutrinal da Igreja, para crianças, jovens e adultos.

Até então as Escolas Dominiciais tinham um currículo que se centralizava no ensino do Credo, do Pai Nosso, dos Dez Mandamentos para as crianças menores; para crianças com idade mais avançada (o que hoje se chama

Sherrill. Estudou na Academia Militar e na Universidade de Yale, onde se formou Bacharel em Artes. Fez os seus estudos teológicos no Seminário de Cambridge, sendo ordenado ao diaconato e presbiterato em 1951. Após chegar ao Brasil, em 1953, trabalhou com a comunidade americana. Mas foi na cidade de São Paulo que desenvolveu seu trabalho entre os brasileiros, na Igreja da Santíssima Trindade.

“adolescentes”) ensinava-se o Catecismo e as estações do Ano Eclesiástico. Jovens estudavam as coletas do Livro de Oração Comum, epístolas e os evangelhos e classes de adultos estudavam os Artigos de Religião (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 196).

Liderado pelo bispo Egmont Krischke, o reverendo Jaci Maraschin e a missionária Carmen Wolff, o Departamento Nacional de Educação Religiosa buscou abordar também outros temas religiosos e sociais, importantes para desenvolver o pensamento da Igreja na época. Junto com os programas de estudo, foram publicados livros e folhetos sobre a história da Igreja, matrimônio, liturgia, sacramentos, e a importância da Eucaristia dominical como o centro da vida e da adoração da Igreja. Pela primeira vez a Igreja estava desenvolvendo uma identidade que ia além do proselitismo, centralizado na pregação e na conversão individual.

A Igreja fez inúmeras publicações para orientar famílias, professores e alunos, suprimindo, após muitas décadas, a necessidade de materiais institucionais próprios. A Publicadora Ecclesia dava suporte à grande quantidade de obras que foram lançadas nesta época. Merecem destaque *Rol do Berço* (programa desenvolvido junto aos pais para a educação das crianças desde o nascimento até os quatro anos de idade), *Jesus Amigo das Crianças* (um volumoso caderno ilustrado para crianças de 5 a 7 anos), *Meu Lugar no Mundo de Deus* (para crianças já alfabetizadas); e o manual de *Treinamento de Professores da Escola Dominical*. Foram lançadas obras importantes como *Meditações - Vida, Imortalidade, Dor, Morte* (1958), *Mais do que Palavras* (1958), *A Fé que Professamos* (1960), *As Santas Escrituras* (1961), e *Kinsolving* (1961). Também foram publicados muitos folhetos de evangelização para divulgar a Igreja entre o público brasileiro. Foi uma fase áurea deste setor.

No Rio de Janeiro, a Diocese Central se apresentava como uma das que mais crescia, como fruto do trabalho episcopal. Em 1958, a Convenção Geral elegeu o reverendo Edmund Knox Sherrill para ser o novo bispo da Diocese Central. Em 1959, Melcher entregou o comando da Diocese ao bispo Sherrill. Diferente do perfil anglo-católico do antecessor, o novo diocesano seguia uma linha evangelical e missionária, a qual contribuiria para a expansão do Anglicanismo na região, bem como para o estabelecimento da Igreja Episcopal no Norte e no Nordeste.

Embora o Brasil estivesse vivendo uma época de idolatria ao patriotismo e a Igreja precisasse reafirmar sua identidade nacional, era necessário que a autonomia administrativa e a independência financeira fossem conduzidas de modo

responsável pelos seus bispos, em um diálogo entre lideranças de ambos os países. A divisão do distrito missionário em três unidades territoriais motivou as lideranças a organizarem um evento que buscava não apenas a autoafirmação da Igreja Episcopal Brasileira em um país que passava por grandes mudanças, mas defender sua dupla herança histórica: Católica e Protestante.

Seguindo esse espírito de autoafirmação da eclesiologia e teologia nacional, em 17 de julho de 1960 foi realizado, em Porto Alegre, um evento que marcou a história, tanto pela sua proporção quanto pelas suas propostas: o 1º Congresso da Igreja Episcopal Brasileira. As teses defendidas pelas lideranças clericais e laicas⁶³ deram origem à obra *A Igreja Episcopal no País do Futuro*. Foi a concretização de um desejo conjunto do clero e do laicato, que sonhavam construir um modelo de Igreja baseado em uma visão nacional e não importada do estrangeiro.

Esse “Primeiro Conclave” – como foi denominado o evento pelos próprios participantes à época – foi uma espécie de cartão de visita não somente para o público brasileiro, que passou a conhecer mais o Anglicanismo, também para a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e demais Províncias da Comunhão Anglicana, mostrando o crescimento e amadurecimento da Igreja Nacional.

Realizou-se afinal a aspiração que tinham os episcopalianos brasileiros de se congregarem fraternalmente num conclave de âmbito nacional e de caráter popular. O I Congresso da Igreja Episcopal Brasileira foi, por muitos títulos, a concretização desse acalentado sonho. Os planos preliminares do Congresso foram traçados em princípios de 1959, recebendo plena aprovação do Sínodo reunido naquele mesmo ano. A sua estrutura geral foi, pouco a pouco, se formando, com diretoria, comissões, entidades participantes, programa, temário, etc. Na qualidade de Secretário Executivo do Congresso, coube ao Rev. Henrique Todt Jr., Deão da Catedral da SS. Trindade, articular a ação de todos os elementos de que se compunha a complexa engrenagem do Congresso. Não obstante os numerosos contratempos que sempre surgem nos planos e na execução de empreendimento dêste vulto, o Congresso, a bem dizer, atingiu com êxito as suas finalidades. Fazia já dez anos que a antiga Diocese do Brasil Meridional se dividira em três dioceses, impedindo, assim, que o clero tivesse o ensejo de reunir-se em pêso, como outrora, nos concílios diocesanos, o mesmo sucedendo com os líderes leigos agora agrupados em três zonas eclesiásticas. O Congresso constituiu, portanto, neste longo

⁶³ As teses e seus autores, foram, respectivamente: *A Posição Histórica e Doutrinária da Comunhão Anglicana*, do bispo Egmont Machado Kriskche; *A Igreja Episcopal na Comunhão Anglicana*, do reverendo Nataniel Duval da Silva; *Nosso Lugar no Cristianismo e Nossas Relações com Outras Comunhões*, do bispo Plínio Lauer Simões; *Origens Bíblicas do Culto Cristão e sua Continuidade Histórica*, bispo Edmund Knox Sherrill; *O Sentido e o Valor da Eucaristia na Vida Diária*, do reverendo Jaci Correia Maraschin; *O Homem e a sua Salvação*, do reverendo José Del Nero; *A Igreja e a Família*, do reverendo Arthur Kratz; *A Igreja e o Cidadão*, do Dr. João Del Nero; *A Tarefa dos Leigos*, do Dr. Samuel Duval da Silva; *A Igreja em Ação*, do arcebispo Antônio Guedes.

período, o primeiro encontro geral do clero e do povo da Igreja Episcopal no Brasil. Todos suspiravam por essa expressão de fraternidade que predominou no ambiente do conclave, perdurando até o fim (*In: KRISCHKE et al*, 1960, p. 9).

A dimensão projetada para o evento era tamanha que ele ocupou diferentes lugares em toda Porto Alegre. O pavilhão do Colégio Batista acolheu as celebrações de abertura e encerramento. O Instituto de Belas Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, acolheu as sessões plenárias. O Colégio Americano, da Igreja Metodista, recebeu as atividades voltadas para as mulheres. E a própria Catedral da Santíssima Trindade recebeu exposições. Todos os veículos de comunicação de Porto Alegre se voltaram para o Congresso, em uma cobertura inédita para a época.

Os jornais publicaram notícias diariamente. As emissoras de rádio anunciavam a chegada das caravanas de peregrinos e estrangeiros para participar do evento. A rede de televisão Piratini – a única existente à época na cidade – transmitiu cenas do congresso, enquanto que os cinemas locais exibiam o trabalho social e educacional da Igreja Episcopal. Em toda a cidade foram colocados cartazes, destacando o lema do Congresso: “Pela grandeza espiritual da Pátria”.

Na vasta programação, encontravam-se ofícios religiosos, a apresentação das teses escritas por bispos, clérigos e leigos, exposições de arte sacra e conferências organizadas pelos diferentes Departamentos da Igreja. O bispo Krischke continua seu relato descrevendo as pessoas presentes, os espaços organizados e as atividades desenvolvidas durante os oito dias de reunião.

Tanto o pavilhão desportivo do Colégio Batista Americano, onde se ergueu para os principais ofícios um Altar, ao mesmo tempo, imponente e sóbrio, como o auditório do Instituto de Belas Artes, onde se realizaram as sessões plenárias, se tornaram pequenos para as multidões que acorreram a esses locais. Cêrca de mil eclesianos inscreveram-se como congressistas, porém as congregações presentes às quatro cerimônias religiosas mais importantes foram superiores a duas mil pessoas. As comunhões incorporadas dos homens, das senhoras, dos jovens e dos educadores, bem como a solene comunhão geral dos congressistas foram, sem dúvida, os instantes mais comoventes daquela semana. As dez teses lidas perante o plenário foram escutadas com inusitado interesse e, depois, discutidas pelos grupos em que se dividiram os congressistas para este fim. As manhãs do congresso dedicaram-se às conferências promovidas pelas organizações masculinas, femininas, e juvenis da Igreja, ao que devemos acrescentar o Encontro de Educadores Episcopais. Inegavelmente, cresce, entre os membros da Igreja Episcopal, a consciência de sua vocação, do seu tipo de culto litúrgico, da sua mensagem e, como conseqüência, da sua missão no mundo. Mais e mais compreendemos que a própria natureza apostólica da Comunhão Anglicana, por um lado, e suas relações com a Reforma, pelo outro, nos colocam em posição de generalizada simpatia

entre as demais corporações cristãs. E bem visível se nos tornou neste Congresso que Deus nos chama agora a utilizar ao máximo esta posição honrosa para estimular o presente movimento ecumênico de aproximação das Igrejas, como é manifesto desejo da cristandade contemporânea (*In: KRISCHKE et al*, 1960, p. 9-10).

A importância do 1º Congresso Episcopal está na projeção externa da Igreja, tanto nacional quanto mundialmente. Na ocasião, foram recebidas mensagens do Arcebispo de Cantuária e Primaz da Comunhão Anglicana, Geoffrey Fischer; do Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Arthur Lichtenberger; do Bispo da Igreja Lusitana (Comunhão Anglicana em Portugal), Antônio Ferreira Fiandor; da Confederação Evangélica do Brasil, nas pessoas dos reverendos Derly Chaves e Abron Sapsejian, e também de outras Igrejas do Brasil que enviaram representantes ao evento. O Congresso também foi prestigiado por autoridades civis, como o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola.

Na Carta Pastoral que assinaram, os bispos Egmont Machado Krischke, Plínio Lauer Simões e Edmund Knox Sherrill, assinalavam o contexto social do Brasil e a projeção da Igreja no campo missionário, sendo um momento propício para a sua expansão nas décadas seguintes.

Uma penetração geográfica mais profunda da nossa Igreja possui igualmente sentido sociológico. Nos centros de crescente industrialização está emergindo verdadeira massa de operários que clama por um sistema de vida que proteja a dignidade da pessoa humana. As universidades são verdadeiros campos de batalha entre as várias ideologias que pleiteiam a liderança da mocidade e procuram até decidir o próprio destino do povo. No interior surgem novas comunidades onde, faz pouco, havia florestas virgens. A grande aventura do estabelecimento da nova Capital Federal é bem o símbolo dos dias empolgantes que atravessamos na história nacional. As atividades de um clérigo Episcopal em Brasília, dizem da nossa determinação no sentido de tornar presente a Igreja Episcopal nestes decisivos eventos, não somente para contribuir com aquilo que Deus nos concedeu da Sua verdade e da Sua graça, como, ao mesmo tempo, aprender, junto com o povo deste país, as grandes lições proporcionadas pelo Senhor da História. Esperamos que a intensificação da nossa obra missionária, social e educativa, resulte de um senso mais desenvolvido de responsabilidade da parte de todos, nos trará novas oportunidades para contatos mais frutíferos com os cristãos de outras denominações. (*In: KRISCHKE et al*, 1960, p. 18-19).

Seguindo essa visão missionária, o projeto de expansão da Igreja alcançou o Planalto Central. Em 1958 o bispo Louis Melcher, acompanhado pelo arcebispo Gaudêncio Vergara dos Santos e o reverendo Raymond Karl Riebs, fazem a primeira visita em Brasília. O segundo momento foi no ano seguinte, quando após

sua sagração, o bispo Sherrill fez uma para implantar a Igreja na região. Através da influência do reverendo Octacílio Moreira da Costa, foi possível obter o terreno para a construção do primeiro templo não-católico romano da cidade.

Em 05 de junho de 1960, foi celebrado o primeiro ofício anglicano na cidade de Brasília, presidido pelo bispo Sherrill e o reverendo Saulo Marques da Silva, que foi instalado como o primeiro clérigo da cidade. Tempos depois, foi construída a Igreja da Ressurreição, cujo projeto foi elaborado pelo arquiteto Glauco Campello, indicado por Oscar Niemeyer, inspirando-se na arquitetura e forma triangular da Igreja da Santíssima Trindade, em São Paulo. O lançamento da pedra fundamental do templo aconteceu no dia 21 de maio de 1961.

Este segundo momento nacional era reflexo de um projeto para que a Igreja brasileira conquistasse a tão sonhada autonomia. Isso podia ser atestado em várias publicações e símbolos da época, a exemplo do botom do Congresso Episcopal⁶⁴, nas cores da bandeira do Brasil, assim como na flâmula do lançamento da pedra fundamental da Igreja da Ressurreição na capital federal, que tinha, de um lado, a bandeira da Igreja dos Estados Unidos – nas cores azul, vermelho e branco – e, do outro, a bandeira da Igreja Brasileira – nas mesmas cores da Bandeira Nacional⁶⁵. Embora a Igreja tivesse uma forte presença de um clero norte-americano e seguisse à risca as tradições episcopais, aos poucos se criava uma nova mentalidade.

A Igreja dava sinais claros de seu amadurecimento, tanto na sua teologia quanto na eclesiologia. O sucesso e repercussão positivas do Congresso entre o público brasileiro e os bispos norte-americanos foi um dos fatores que pesaram para o encaminhamento da decisão, de modo que a autonomia era apenas uma questão de tempo. Assim, a Fase Emancipatória estava chegando ao seu fim, marcada pelo 1º Congresso Episcopal, e abrindo espaço para a Fase Expansionista, quando a Igreja Episcopal Brasileira se tornou uma Província da Comunhão Anglicana.

2.5 A PROVÍNCIA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL

Desde a primeira visita do bispo George William Peterkin, que a ideia de uma autonomia da Igreja brasileira vinha sendo pensada e construída. Em seu relatório

⁶⁴ Vide Imagem 6, com o botom do Congresso.

⁶⁵ Devido ao momento nacionalista vivido pela Igreja, suas lideranças pretendiam que os símbolos oficiais exibissem as cores do Pavilhão do Brasil e não do estadunidense. Porém, a ideia não vingou.

de viagem, afirmou que os missionários norte-americanos deveriam buscar o desenvolvimento de "igrejas nacionais livres", evitando manter missões dependentes do sustento estrangeiro. Logo, a Igreja brasileira deveria ser sustentada pelo povo brasileiro, porque só assim seria possível o desenvolvimento de uma Igreja nacional, autônoma, independente.

Na primeira década do século XX, o reverendo Júlio de Almeida Coelho, já concebia e buscava divulgar o conceito de uma *Igreja Nacional*, em oposição ao conceito da Igreja Católica Romana.

A Igreja deve ser nacional. O fim da religião, em sua propaganda, não é conquistar, mas evangelizar e doutrinar as almas para a salvação. Não há maior anomalia do que uma igreja estrangeira existir no seio do país. A igreja, qualquer que seja ela, representa a religião de um povo, e a religião é a promessa de seu credo na formação do caráter nacional. Da religião professada decorre a moral da família, a educação patriótica e social, a política e o governo da nação. Assim sendo, deve-se concluir que a igreja estrangeira no país não é somente grande atraso como também um perigo aos mais altos interesses da nação. Nesse caso está, sem dúvida, a Igreja Católica Romana. Apesar de ser a mais antiga neste país, é ainda romana e jamais deixara de ser romana, a menos que o Vaticano fosse transferido para o Brasil. [...] No entanto, a Igreja Presbiteriana, que conta apenas sessenta e poucos anos nesta parte da América, há muito que fez sua independência da igreja-mater, sendo agora uma igreja nacional. A Igreja Episcopal Brasileira, que trabalha para o mesmo fim, declara em seus cânones que será independente logo que tenha três bispos nacionais. [...] O Brasil carece de igrejas brasileiras, igrejas essencialmente nacionais, tanto em liturgia como em política. Igreja católica apostólica sim, porém, não romana (ESTANDARTE CRISTÃO, 15. set. 1913, p. 1).

Da mesma forma, o bispo Louis Chester Melcher, apesar de ser norte-americano, se posicionava abertamente a favor da autonomia da Igreja Brasileira. Durante o 7º Concílio da Diocese Central apresentou um projeto de expansão missionária da Igreja que implicasse a emancipação financeira das paróquias, pelo compromisso de seus membros, uma reafirmação da Liturgia da Igreja, com base no conteúdo tradicional do Livro de Oração Comum e numa consciência do povo de que a Igreja estava espalhada pelo mundo, através da Comunhão Anglicana. Em outras palavras, o bispo desejava fortalecer a identidade nacional, de modo que culminasse na construção de uma Igreja autônoma. Ao mesmo tempo, reafirmava as origens do Anglicanismo como parte da Igreja “una, santa, católica e apostólica”.

Não somos um grupo de protestantes ou um grupo separado da Igreja Católica Romana. Somos parte da igreja histórica e universal. Temos nossas próprias doutrinas, nossa própria liturgia e uma contribuição própria

a dar para melhorar a vida da humanidade. Temos nosso modo particular de ser e fazer as coisas. É nosso dever nos adaptarmos aos costumes litúrgicos universais de nossa grande Comunhão Anglicana (MELCHER, 1956, p. 21).

Como rezavam os Cânones, a Igreja poderia enviar o pedido para a sua autonomia logo que tivesse “três bispos eleitos e sagrados pela Câmara Episcopal dos Estados Unidos”. As Dioceses Meridional, Sul-Occidental e Central já se encontravam estabelecidas e em plena atividade, com seus respectivos bispos (Krischke, Pithan e Melcher). Em setembro de 1961, foi feita a primeira tentativa de autonomia da Igreja, através de um memorial enviado ao Conselho Nacional da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

Foi criada uma comissão conjunta composta por membros da Câmara dos Bispos norte-americanos e do referido Conselho para avaliar a viabilidade do pedido. Foi elaborada uma Concordata (também chamada de “Declaração de Princípios”) que estabelecia a relação mútua entre as Igrejas e obrigava as próprias lideranças brasileiras a estudarem o projeto e os encargos financeiros que teriam que suportar.

Havia algumas questões e objeções levantadas por ambas as partes. A eleição do bispo Edmund Sherrill, para o Rio de Janeiro, era uma delas, pois ele era mantido pela Igreja americana. Com a separação, quem faria a manutenção deste bispo? Quem enviaria os missionários? De onde viriam os recursos: da Igreja dos Estados Unidos ou da Igreja Nacional? A autonomia administrativa envolvia necessariamente a financeira. Outro problema era a questão da identidade. A Igreja ainda possuía uma mentalidade anglo-saxã, mas se encontrava presente em um país latino-americano como o Brasil, com suas demandas específicas, necessitando de ações concretas, que refletissem as características da nação e de sua cultura.

Embora a Igreja do Brasil ainda não tivesse um plano financeiro de captação de recursos concreto – dependendo da contribuição nem sempre regular dos membros – as notícias que circulavam revelavam o entusiasmo e a expectativa deste momento. Em várias edições do Estandarte Cristão, se abordava o projeto emancipacionista. Nelas, destacou-se que a ideia não havia surgido a partir de um “movimento de rebeldia contra a tutela da igreja-mãe ou de falsos pruridos nacionalistas, mas de sábia iniciativa de nossa igreja-mãe, que nos considera suficientemente maduros para gozarmos dos privilégios da auto-determinação” (ESTANDARTE CRISTÃO, ago. 1961, p. 11).

Para completar o processo da autonomia, em agosto de 1964 foi realizado um Sínodo Extraordinário em Porto Alegre, aprovando por unanimidade a solicitação à Igreja norte-americana. Dentre os documentos elaborados, se encontravam a Declaração de Fé e Ordem, o Plano Decenal (1972-1982), a Constituição, os Cânones Gerais, um documento em que os episcopais brasileiros reconheciam o trabalho de evangelização feito pelos missionários episcopais e um plano de criação de novas dioceses. O projeto do Sínodo foi levado à votação na 61ª Convenção Geral, realizada de 11 a 23 de outubro do mesmo ano, na cidade de St. Louis, no Missouri, sendo aprovada a autonomia plena da Igreja Brasileira.

Considerando que a Igreja Episcopal Brasileira, através de seu Conselho Nacional, apresentou ao Conselho Nacional da Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América, através de seu Departamento de Além-Mar, reunido em Detroit, em setembro de 1961, um memorial manifestando o desejo de lhe ser concedida a autonomia administrativa, e desse modo dar início aos entendimentos visando a tal objetivo;
Considerando que, em atendimento aos termos do referido memorial, o bispo presidente houve por bem designar uma comissão conjunta de membros da Câmara dos Bispos e do Conselho Nacional para entrar em entendimentos com a igreja no Brasil;
Considerando que o Sínodo da Igreja Episcopal Brasileira, reunido na cidade de Santa Maria, no mês de maio de 1962, autorizou o Conselho Nacional da mesma a preparar os documentos a serem apresentados à Convenção Geral; Considerando que a Câmara dos Bispos da Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos, em sua reunião de novembro de 1963, em Little Rock, aprovou uma resolução, manifestando-se favorável à concessão de autonomia administrativa, contanto que os termos da mesma sejam satisfatórios a ambas, especificando que os respectivos documentos deveriam incluir uma declaração canônica, uma declaração de reconhecimento de responsabilidade pela evangelização progressiva do Brasil e da participação na missão mundial da igreja;
Considerando que o Conselho Nacional elaborou os documentos referidos em sucessivas reuniões;
Considerando que o Sínodo da Igreja Episcopal Brasileira, em reunião extraordinária, na cidade de Porto Alegre, de 5 a 7 de agosto de 1964, estudou e aprovou os documentos que se encontram anexos;
Resolve-se solicitar à Convenção Geral da Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América a concessão de autonomia administrativa, a tornar-se efetiva a partir da reunião do Sínodo, a realizar-se no dia 22 de abril de 1965, A.D. (KICKHÖFEL, 1995, p. 226-227).

Este ato teve grande repercussão na imprensa norte-americana, porque era a primeira vez em que um Distrito Missionário estabelecido pelos episcopais tornava-se uma Província dentro da Comunhão Anglicana⁶⁶.

⁶⁶ Além do Brasil, outro Distrito Missionário estabelecido pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos que posteriormente conquistou sua autonomia foi a Igreja Episcopal das Filipinas (*The Episcopal Church in the Philippines*). Esta missão fundada em 1901, pelo bispo Charles Henry Brent, se tornou uma Província da Comunhão Anglicana em 1º de maio de 1990.

Em 1956, quando o Bispo Pithan se aposentou, a Câmara dos Bispos transferiu o Bispo Krischke para a Diocese Meridional com sede em Porto Alegre. Com a criação das três Dioceses mudou a estrutura da Igreja e formou-se o Sínodo, sua Assembléia máxima composta de bispos, presbíteros e leigos. O primeiro Sínodo se reuniu de 17 a 20 de abril de 1952 na Catedral da Santíssima Trindade sob a presidência de Dom Athalício Pithan. No Sínodo histórico reunido no mesmo local em abril de 1965 com a presença do Bispo presidente da Igreja-Mãe, Revmo. John Hines, foi proclamada a autonomia da Igreja no Brasil, constituindo-se na 19ª Província da Comunhão Anglicana, e solenemente instituído o primeiro Bispo Primaz, na pessoa de Dom Egmont Krischke, eleito pelo mesmo Sínodo. Bispo Krischke, homem de grandes qualidades espirituais e intelectuais, além das atividades na Diocese e na Primazia, participou de encontros, conferências e congressos nacionais e internacionais. Realizou muitas viagens ao exterior em função de seus cargos, participando da Conferência Internacional de Missões em Madrastra-Índia, em 1938; das Conferências de Lambeth 1958 e 1968, em Londres; do Congresso Anglicano no Canadá; do Congresso Evangélico em 1948, em Buenos Aires; do Conselho Mundial de Sociedades Bíblicas – 1948 em Nova York; de duas reuniões do Conselho Consultivo Anglicano em Londres e Jerusalém; além de convenções gerais da Igreja Episcopal nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 1988, p. 20).

Durante o histórico Sínodo realizado em Porto Alegre, no dia 25 de abril de 1965, o Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, o Reverendíssimo John Elbridge Hines, realizou a solene proclamação⁶⁷ e a investidura de Egmont Machado Krischke⁶⁸ como o primeiro Bispo Primaz⁶⁹ da mais nova Província da Comunhão Anglicana, desde então conhecida como *Igreja Episcopal do Brasil*⁷⁰.

É uma função administrativa exercida atualmente por um período de três anos. O bispo primaz é eleito pelo Sínodo. Nos seus impedimentos eventuais e regulares, é substituído interinamente pelo bispo sênior (o mais antigo na ordem de sagração), até o próximo Sínodo regular, que elegerá o novo primaz (KICKHÖFEL, 1995, p. 367).

Desde o início, a autonomia foi mais administrativa do que financeira. Como a mais nova Província da Comunhão Anglicana, a Igreja Episcopal do Brasil passou a elaborar seus próprios cânones e disciplina eclesiástica, bem como formular seus próprios manuais litúrgicos. O ano de 1974 teve a sua importância, uma vez que o

⁶⁷ Vide Imagem 7, com o documento assinado em 1965, pelo Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, John Elbridge Hines, outorgando autonomia à Igreja Episcopal do Brasil.

⁶⁸ Vide Imagem 8, com a fotografia do Bispo Primaz Egmont Machado Krischke.

⁶⁹ Vide Anexo E, para a lista dos Bispos Primazes da IEAB.

⁷⁰ Uma das novidades trazidas pela nova Constituição e Cânones Gerais foi a mudança do nome da denominação, de *Igreja Episcopal Brasileira* para *Igreja Episcopal do Brasil*, que refletia o momento nacionalista vivenciado, apresentando uma Igreja Nacional para o Brasil e “do Brasil”. Podemos dizer que esta identidade foi fruto direto da construção das teses do Congresso realizado cinco anos antes.

Brasil recebeu, pela primeira vez, a visita de um Arcebispo de Cantuária: Arthur Michael Ramsey. Esta visita era uma oportunidade de dialogar com um dos maiores líderes e teólogos cristãos da época e também de apresentar a nova Igreja ao resto da Comunhão Anglicana.

O período da Primazia de Egmont Machado Krischke coincidiu com o Golpe de 1964 e a instauração do Regime Militar. Desde então o bispo precisou lidar com a delicada situação política do país. A própria Igreja precisou proteger algumas pessoas que estavam sendo procuradas, chegando a “exportar” clérigos para lugares seguros fora do Brasil, como o caso do reverendo Caetano, que recebeu apoio dos bispos para fugir do Brasil e não ser preso e torturado, como era a prática comum da época. Isso motivou a organização da “Conferência Nacional do Clero”, em 1967, o primeiro encontro geral de toda a Igreja após o 1º Congresso Episcopal.

O documento emitido ao final desse encontro foi a primeira declaração pública da Igreja que expressava sua preocupação pela delicada situação que o país vivia, com a perda gradual de direitos por parte de seus cidadãos e uma crise financeira que se abatia sobre toda a América Latina. Essa tentativa de diálogo com a sociedade e o enfrentamento dos problemas políticos e econômicos por parte de alguns clérigos marcou esse período da Igreja, que passou a construir uma Teologia Pública e a militar em torno de questões sociais que não só uniam o clero e outras denominações em torno de propósitos comuns – a defesa de direitos e a busca pela diminuição das desigualdades sociais no país⁷¹.

Alguns clérigos brasileiros foram obrigados a abandonar o país; outros foram presos por sua postura ideológica contrária ao regime militar instituído no país. A igreja americana por sua vez, envolvida com seus próprios problemas internos, praticamente esqueceu a filha brasileira durante e depois do período Hines. O Brasil vivia sua maior crise institucional, caracterizada pela negação do direito de livre manifestação da juventude, pela perseguição aos intelectuais, pelo caos econômico e afundamento da dívida externa, pela desintegração dos partidos políticos e o surgimento do paternalismo militar, pelo aumento da fome e da miséria, pela submissão dos interesses nacionais às imposições estrangeiras, pelo aumento do desemprego e o congelamento dos salários, o desprezo pelos camponeses, a repressão política e o culto à segurança nacional (KICKHÖFEL, 1995, p. 235-236).

Devido a motivos de saúde, o bispo Krischke resignou como diocesano, mas permaneceu como Primaz do Brasil, vindo a falecer no exercício do cargo, em 28 de

⁷¹ Uma análise mais aprofundada desse período da Igreja pode ser encontrada no tópico 4.3.1.

junho de 1971. No mesmo ano, o reverendo Arthur Rodolpho Kratz⁷² foi eleito bispo para a Diocese Meridional, sendo sagrado na Catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre. Durante a reunião extraordinária do Sínodo, no ano seguinte, foi eleito o segundo Bispo Primaz da Igreja Episcopal do Brasil.

Durante o primado do bispo Kratz, a Igreja passou por uma grande reforma administrativa. Até então, o Distrito Missionário havia sido dividido em três dioceses. Agora, a Diocese Central (com sede na cidade do Rio de Janeiro) dava origem a mais três unidades eclesiais, todas voltadas para regiões em que a Igreja já estava consolidada, ou em outros casos, onde ela ainda não havia se estabelecido por conta da histórica presença das capelanias inglesas. A primeira a ser criada foi a Diocese Sul Central, em 1970 (com sede na cidade de São Paulo). Em seguida veio a Diocese Setentrional, em 1976 (com sede na cidade do Recife). Em 1982 também foi criada uma Diocese Missionária, sediada na Capital Federal, o que indicava a política dessa fase emancipacionista da Província, com foco na expansão da Igreja.

Desde a autonomia da Igreja, foram feitas duas tentativas de transferir a sede nacional da Igreja: uma para São Paulo, em 1965, e outra para Brasília, em 1977. Nesta época, o Distrito Federal, ainda era uma área remota para os episcopais. Teve como seus pioneiros os bispos Edmund Knox Sherrill e Agostinho Guillon Sória, junto com os presbíteros Saulo Marques da Silva, Diamantino Bueno, Ernest Bernhoeft, Benedito Guilherme Luz e Enil Alves. A escolha da localidade não poderia ser outra, uma vez que a cidade, centro de poder do país, apresentava vertiginoso crescimento populacional com a presença maciça de cidadãos estrangeiros, o que facilitaria a expansão da Igreja no Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Entretanto, a proposta não vingou e a sede nacional continuou em Porto Alegre, como era desde o princípio.

Em outras regiões, a abertura de novas frentes missionárias se deu no contexto da transição das capelanias inglesas para a administração pela Igreja Episcopal. Essa vocação missionária foi confirmada nos anos seguintes, com o Norte e Nordeste registrando um aumento de 42% no número de confirmações de

⁷² Arthur Rodolpho Kratz nasceu em Pelotas, em 19 de dezembro de 1920. Fez seus estudos no Seminário Teológico, em Porto Alegre, em 1944. Foi ordenado ao diaconato durante o 49º Concílio da Igreja, reunido na Catedral da Santíssima Trindade, em 09 de fevereiro de 1947 e ao presbiterato em 1948, pelas mãos do bispo William Thomas. Atuou em paróquias como Calvário (Santa Rita), Redenção (São Gabriel), Transfiguração (Rosário do Sul), Ascensão (Porto Alegre), sendo eleito pároco da Igreja do Redentor em Pelotas, em 1968. Também foi redator-chefe do Estandarte Cristão.

novos membros, a partir da visão do bispo Edmund Sherrill e a dinamização do trabalho em diferentes cidades no território da Diocese Setentrional, com a abertura de novas comunidades nas suas capitais e no interior.

A Diocese Sul Central, com sede em São Paulo, também viveu uma notável expansão nesta época desde a sua instalação em outubro de 1970 e a eleição do primeiro bispo diocesano, o norte-americano Elliott Lorenz Sorge⁷³, sagrado na Paróquia da Santíssima Trindade. Este marco teve importância na história da Igreja, pois era a primeira vez que uma diocese escolhia o seu próprio após a autonomia administrativa. Todavia, a escolha de mais um bispo estrangeiro causou indignação. No mesmo período as comunidades das capelanias inglesas em Santos (*All Saint's Church*) e em São Paulo (*Saint Paul's Church*) pediram a integração na Igreja Brasileira. Por outro lado, o desafio da sustentação financeira da Diocese enfrentou alguns problemas, quando o bispo propôs um plano de reestruturação administrativa e financeira, para que cada paróquia custeasse os custos referentes a salários, viagens e demais gastos. A emancipação das paróquias era algo difícil para a época, o que gerou atritos entre as comunidades e a administração diocesana.

Vale salientar que, agora a Igreja estava vivendo um momento de protagonismo de lideranças nacionais, e a presença de outro bispo estadunidense não agradou aos episcopais brasileiros. Não é errado dizer que problemas relacionados à xenofobia ocorreram ao longo da história, onde cargos foram disputados por brasileiros. No período Vargas e durante a Segunda Guerra havia certa desconfiança com os episcopais japoneses em Registro, assim como com a maciça presença dos americanos que conduziam a Igreja em seus principais postos.

Aos poucos, bispos e clérigos norte-americanos mais tradicionais foram perdendo espaço entre os brasileiros, à medida que estes buscavam uma renovação na Igreja e na sua liderança. Alguns clérigos e leigos enxergavam algumas posturas e discursos dos bispos dos Estados Unidos como uma espécie de intervenção na

⁷³ Elliott Lorenz Sorge nasceu em 31 de janeiro de 1929 na cidade de Michigan, Indiana. Fez a sua formação teológica no Seabury-Western Theological Seminary. Foi ordenado diácono em junho e presbítero em dezembro de 1954, pelo bispo Richard R. Emery, da Diocese de Dakota do Norte. Em 1964, tornou-se missionário no Brasil, organizando a missão de Santo André, em São Paulo. Em 1966, foi para Belém, onde foi diretor da Escola Episcopal John F. Kennedy, entre 1966 e 1970, e administrador do Hospital Pediátrico São Lucas. Em 1970 tornou-se reitor da Igreja de Todos os Santos e da Igreja de São Marcos, na cidade de Santos. Em 31 de janeiro de 1970 foi eleito o primeiro bispo da Diocese do Centro-Sul do Brasil, sendo consagrado em 1971, pelo bispo Plínio Lauer Simões. Após sua renúncia em 1977, voltou aos Estados Unidos, sendo eleito bispo de Easton, em 1983, ocupando o cargo até sua aposentadoria em 1993. Faleceu em 06 de dezembro de 2011.

autonomia da Igreja brasileira, de modo que, após se tornar Província, a presença do clero estrangeiro praticamente extinguiu-se, abrindo espaço para que brasileiros assumissem a liderança plena da Igreja. Embora alguns bispos estadunidenses fossem bem quistos, como Edmund Sherrill, outros não foram, como Elliott Sorge.

Assim, entre 1976 e 1977 foram realizados dois Concílios Extraordinários para escolher o sucessor do bispo Sorge. Os candidatos foram os reverendos Jaci Correia Maraschin e Saulo Marques da Silva, que não alcançaram o número de votos necessários. Em 30 de abril de 1977, o reverendo Sumio Takatsu⁷⁴ foi eleito para se tornar o segundo bispo de São Paulo, sendo sagrado no dia 12 de junho do mesmo ano, na Igreja de São Paulo (*St. Paul's Church*), pelo Bispo Primaz, Arthur Rodolpho Kratz, e pelo co-sagrantes os bispos Olavo Ventura Luiz, Plínio Simões, Elliott Sorge e Agostinho Sória (KICKHÖFEL, 1995, p. 288).

O novo bispo era um japonês naturalizado no Brasil e trabalhava como coordenador da Junta Nacional de Educação Teológica. De forte perfil acadêmico, formou-se nos Seminários de Virgínia e de Nova York e possuía doutorado pela Universidade de São Paulo, ao mesmo tempo em que, em sua teologia, buscava uma Igreja humilde, pautada no diálogo e no respeito às diferenças. Dos seus escritos saíram as primeiras posições favoráveis à ordenação de mulheres ao sacerdócio e ao acolhimento pastoral do público homossexual na Igreja. Ele também foi o primeiro bispo celibatário da Igreja, algo que chocou os delegados conciliares durante a sua eleição e também durante o exercício de seu episcopado⁷⁵.

Da mesma forma, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, um novo grupo de lideranças foi-se formando. No início do ano de 1976 foi sagrado o novo bispo da Diocese Sul-Occidental, o reverendo Olavo Ventura Luiz⁷⁶, eleito aos trinta e

⁷⁴ Sumio Takatsu nasceu na cidade de Sapporo, Japão, em 03 de janeiro de 1927, filho de Shin e Setsu Takatsu. Em 1933 a família imigrou para o Brasil, chegando à cidade de São Paulo. Estudou no Seminários de Porto Alegre e, posteriormente, nos Seminários de Virgínia e no Union de Nova York. Foi ordenado ao diaconato, em 05 de novembro de 1955, e ao presbiterato, em 30 de setembro de 1956, pelo bispo Louis Melcher. Foi eleito e sagrado bispo da Diocese Anglicana de São Paulo em 1977. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* em Teologia do Seminário de Virgínia, em 1979. Foi membro do Conselho Consultivo Anglicano de 1983 até 1998. Sumio participou das Conferências de Lambeth de 1978 e 1988, como bispo diocesano, e como membro do Conselho Consultivo Anglicano da reunião de 1998. Resignou ao episcopado em 1990, falecendo em 23 de janeiro de 2004.

⁷⁵ Durante o Concílio, alguns delegados buscaram impugnar o resultado, alegando que o bispo era solteiro e que isso contrariava a Primeira Carta de São Paulo a Timóteo 3:2-5, em que o apóstolo recomendava que o bispo devia ser “irrepreensível, marido de uma mulher [...] Que governe bem a sua própria casa, tendo seus filhos em sujeição, com toda a modéstia (Porque, se alguém não sabe governar a sua própria casa, terá cuidado da igreja de Deus?)”.

⁷⁶ Olavo Ventura Luiz nasceu em Bagé, em 28 de dezembro de 1938. Estudou Teologia em São Paulo, onde foi ordenado ao diaconato, em 1969, e ao presbiterato, em 1970. Foi pároco em

sete anos, substituindo Plínio Lauer Simões em seu longo episcopado. Durante o seu período, lançou um programa chamado Linha de Ação Pastoral, para incrementar a participação dos leigos na vida comunitária e melhorar a formação deste e também do clero, para que conhecessem melhor a própria Igreja.

Já a Diocese Setentrional foi criada em 1975 e instalada em 1976, sendo desmembrada da Diocese Central. A nova unidade territorial abrangeria todo o Nordeste, cobrindo os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Alagoas, Sergipe e Bahia. A sede ficaria na cidade mais desenvolvida da região, Recife. O bispo Edmund Sherrill optou pela nova Diocese e foi sucedido pelo deão de Porto Alegre, Agostinho Guillon Sória⁷⁷, eleito em 11 de novembro de 1976 e sagrado ao episcopado em 24 de abril de 1977, na Christ Church, pelo Bispo Primaz Arthur Rodolpho Kratz, tendo como co-sagrantes os bispos Edmund Sherrill, Elliott Sorge e Olavo Ventura Luiz.

Em 1981, quando ainda era bispo do Rio de Janeiro, Agostinho Sória nomeou uma comissão diocesana para construir um projeto de criação de uma nova diocese no Planalto Central. O Sínodo aprovou o projeto e o Conselho Executivo assumiu os custos para o estabelecimento do bispo na capital federal. Dentre as fontes orçamentárias, se encontrava uma reserva disposta pelo testamento do reverendo John Gaw Meem e do programa *Venture in Mission*, que estavam à disposição da Igreja Brasileira. Assim, foi criada a Diocese Missionária de Brasília e a Igreja se consolidou em uma nova região do país: o Centro-Oeste.

A importância dessas eleições e a relevância de seus episcopados foram sentidos não apenas na Província, pelas mudanças litúrgicas e teológicas, mas ficaram marcados nas participações destes bispos brasileiros nas Conferências de Lambeth, com o assessoramento e produção de textos pastorais e teológicos, que influenciaram uma geração de clérigos. Esta renovação na Câmara dos Bispos

Jaguarão. Foi eleito pelo Concílio para ser o terceiro bispo da Diocese Sul-Occidental, sendo sagrado em 28 de novembro de 1976. O Sínodo de 1986 o elegeu como Bispo Primaz, cargo que ocupou por dois anos. Faleceu em 09 de março de 1993, aos 53 anos de idade, vítima de malária, contraída em Moçambique durante uma visita à Diocese dos Libombos.

⁷⁷ Agostinho Guillon Sória nasceu na cidade de Bagé em 28 de agosto de 1922. Embora de família católica romana, o seu pai o matriculou no Colégio Independência, fundado e dirigido por Athálcio Theodoro Pithan. Após ano tendo contato com a realidade da Igreja, decidiu ser confirmado aos 16 anos, sendo encaminhado aos estudos para o ministério ordenado. Formou-se em Teologia e Filosofia, em Porto Alegre, sendo ordenado ao diaconato em 1947 e ao presbiterato no ano seguinte. Exerceu seu pastorado em cidades como Santana do Livramento, São Gabriel, São Paulo, Rio Grande e Porto Alegre, onde se tornou deão da Catedral da Santíssima Trindade, função que ocupou durante 15 anos. Como bispo, atuou na Diocese Central e posteriormente foi enviado para a Diocese Missionária de Brasília, tornando-se o seu primeiro bispo residente. Faleceu em 27 de junho de 1996.

representou um importante período, em que novas ideias teológicas e práticas litúrgicas passaram a circular, sendo difundidas, especialmente no Sul e Sudeste.

No campo missionário, a Igreja realizou importantes empreitadas, aproximando-se de outras Igrejas Anglicanas lusófonas pela primeira vez. Em março de 1967, o reverendo Lauro Borba da Silva foi enviado para trabalhar em Lisboa como missionário na Igreja Lusitana (Comunhão Anglicana em Portugal). Já em 1971, os reverendos Clovis Rodrigues e Hanz Krolow foram enviados a Moçambique, onde tiveram contato com a dura realidade daquele país em meio à Guerra Civil, estabelecendo um importante diálogo com o bispo Daniel Pina Cabral; lá desenvolveram um importante trabalho de formação teológica entre o clero da Diocese dos Libombos. Mas nem tudo foi bom para a nova Província no período.

Dez anos após o reverendo Lauro Borba ser enviado para trabalhar em Portugal, a Igreja Episcopal do Brasil enviou, em 1977, os reverendos Clovis Erly Rodrigues e Jubal Pereira Neves ao Uruguai. No país vizinho, a única comunidade da região, a *Parroquia de la Santíssima Trinidad* (também conhecida no Uruguai como “Templo Inglês” pelas suas origens como capelania) permanecia isolada da Igreja mais próxima, que ficava em Buenos Aires. Mais tarde, ela se tornou a Catedral da Diocese do Uruguai (Igreja Anglicana da América do Sul), crescimento este que, em parte, deve-se ao trabalho dos missionários brasileiros.

Devido às novas ênfases teológicas que começavam a surgir na Igreja, importadas do continente norte-americano e europeu, a Província também passava por um lento e gradual processo de abertura para questões sociais. A formação de reverendos em seminários nos Estados Unidos, juntamente com a formação do movimento ecumênico no Brasil, contribuiu para um maior aprofundamento nas relações eclesiais com outras Províncias e denominações cristãs por meio do trabalho social e engajamento na vida pública e política do país.

O campo das relações institucionais foi marcado por uma aproximação com denominações que se engajaram na luta pelos direitos e liberdades frente ao encrudecimento das políticas nacionais e o avanço do projeto da Ditadura. Assim, no período, a Igreja Episcopal do Brasil se aproximou da Igreja Luterana e da Igreja Católica, buscando uma fé mais engajada. A própria educação teológica estava mudando, ganhando novas ênfases, trazidas por revisões nos métodos de fazer a Teologia. A missão não poderia ser mais feita a partir de uma evangelização

meramente proselitista que seguia uma agenda norte-americana, mas precisava ter um contexto latino-americano e brasileiro. Assim, na década, a Igreja passou por uma fase na transição de lideranças estrangeiras para brasileiras.

Em 1975, a Igreja Brasileira deixou de receber apoio financeiro da Igreja dos Estados Unidos, devido ao “Plano Decenal” que fora firmado com a criação da Província brasileira. A cada dez anos, os episcopais norte-americanos retirariam parte de seu montante investido no Brasil. Entretanto, a autonomia, antes de ter sido uma oportunidade de independência administrativa e oportunidade de crescimento, se revelou um pesadelo que ainda assombra a Província. Um desses alvos do corte de gastos foi a educação teológica. Com a gradativa diminuição dos recursos nos anos setenta, o Seminário de Porto Alegre foi fechado. Para preencher a lacuna financeira e sustentar a formação de novos clérigos, foi criada a Junta Nacional de Educação Teológica, a JUNET (em 1973). Mas este plano teve suas consequências. No ano seguinte, foi extinta a Publicadora Ecclesia e fechada a livraria da Igreja.

Ao contrário das décadas anteriores, quando o clero se destacava pela sua formação distinta e dedicação integral, a qualidade acadêmica na Educação Teológica das novas lideranças da Igreja caiu vertiginosamente, sendo sustentada pela boa vontade de clérigos e bispos que atuaram como professores, organizando, em nível diocesano, os chamados Centros de Estudos Teológicos. O déficit na formação clerical fez diminuir o senso de pertença à Comunhão Anglicana, fortalecendo a noção de que a Igreja era uma denominação voltada apenas ao Sul do país, mentalidade esta que perdurou durante as duas décadas seguintes.

Em 1979, o primeiro CET surgiu em São Paulo, sob o nome de Instituto Anglicano de Estudos Teológicos. O IAET foi organizado por iniciativa de um grupo de clérigos e do bispo Sumio Takatsu. Em 1984, diante da necessidade de um espaço adequado para a formação do clero, o bispo Arthur Kratz reorganizou o Seminário, que passou a atender as Dioceses Meridional e Sul-Occidental, agora intitulado Seminário Teológico da Igreja Episcopal do Brasil. O STIEB foi elevado ao *status* de Seminário Nacional, funcionando em regime de internato, sendo administrado pela JUNET (KICKHÖFEL, 1995, p. 251).

Essa experiência da vida comunitária marcou a formação da maioria do clero que atualmente lidera a Igreja, contribuindo para uma maior proximidade entre os seminaristas e professores e a maior difusão de novas idéias começaram a circular

pela Província. Neste período a Igreja passou por um aprofundamento em sua identidade, no debate teológico, ao mesmo tempo em que era desafiada a responder às demandas pastorais e eclesiais que surgiam no final do século XX.

No campo do Ecumenismo, a Igreja teve uma importante participação como membro fundador de diversas organizações de igrejas e movimentos cristãos. No ano seguinte à sua autonomia, a Igreja Brasileira se filiou ao Conselho Mundial de Igrejas. Em 13 de junho de 1973, participou da fundação, em Salvador, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). E também participou da criação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). No Brasil, o movimento ecumênico estava florescendo e a Igreja Episcopal era uma das maiores entusiastas.

As primeiras reuniões para a criação de uma entidade ecumênica nacional ocorreram em 1975, até que, em 1982, na cidade de Porto Alegre, o CONIC foi oficialmente fundado, através da união das principais Igrejas históricas do país⁷⁸. Em nível continental, foi uma das denominações que criou o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), em 1983, no Peru, para promover a unidade entre os cristãos da América Latina e do Caribe. Nesta mesma época também foi formada a Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana (CONAC), inspirada na sua versão internacional, a ARCIC (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 209). O diálogo com os luteranos e com presbiterianos e metodistas foi estabelecido nesta época, porém não continuou em nível institucional. Até hoje, a Igreja encontra dificuldades para estabelecer ou até iniciar um diálogo com as Igrejas Pentecostais e, principalmente, as Neopentecostais, por causa de suas práticas, sobretudo devido às suas pautas político-teológicas.

A Igreja avançou em aspectos sociais e ecumênicos, mas se retraiu internamente, com uma progressiva diminuição na quantidade de fiéis. Nessa época, a Província mudou sua visão sobre novas conversões, pois entendia o proselitismo como algo negativo. O número de batismos e confirmações começou a cair, devido à falta de recursos financeiros e de um projeto de missão concreto. O crescimento deixou de ser orgânico para ser feito por região; não mais com o estabelecimento de uma paróquia para iniciar outra, mas com a abertura de novas missões em áreas e cidades distantes, sem a renovação de fiéis de comunidades já existentes.

⁷⁸ As Igrejas que fundaram o CONIC foram: Católica Apostólica Romana, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil e Metodista (esta última não integra mais). Em 2017, a Aliança de Batistas do Brasil (ABB) também passou a integrar a organização.

A Igreja ainda era uma denominação pequena, quando comparada a outras Igrejas, mas dispersa por todo o país. Com a estagnação e em seguida o declínio de “membros em plena comunhão” (que eram aqueles contribuintes regulares), algumas missões e paróquias acabaram fechando. Outra consequência notada foi o aumento na faixa etária dos membros, o que levou a Igreja a ter um perfil mais “idoso”. Com isso, a crise financeira e demográfica foi sentida em toda a Província.

Gradualmente, a Igreja Episcopal do Brasil afastou-se do mundo protestante brasileiro, cada vez mais fechado às novas tendências teológicas vindas do exterior. Ao mesmo tempo, a Província aproximou-se cada vez mais da Igreja Católica Romana, através de suas boas relações com a CNBB à época, restringindo seus vínculos ecumênicos ao espaço do próprio CONIC. No campo político, a lenta e gradual abertura política no Brasil e o retorno dos valores democráticos através da campanha das “Diretas Já” impulsionaram o movimento ecumênico a se unir a partidos políticos para que a Nova República fosse estabelecida, em conjunto com a Constituição Federal de 1988, também chamada de “Constituição Cidadã”.

Apesar de ainda possuir forte rigidez litúrgica e certa aversão a novas formas de evangelismo e de proselitismo, foi realizado um novo alinhamento com a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, não mais a partir de um unilateralismo, mas com a criação de uma comissão bilateral, cujo contato influenciaria nas próximas décadas as novas ênfases teológicas da Igreja do Brasil e a sua atuação. Embora pareça contraditório, nessa época encerrou-se o que chamamos de Fase Emancipatória, dando início à Fase Expansionista, que vai de 1985 até os nossos dias.

2.6 AS NOVAS ÊNFASES TEOLÓGICAS DE UMA IGREJA CENTENÁRIA

A partir da década de oitenta do século XX, a Província tornou-se muito mais diversa em sua composição, comunitária em sua gestão e governança e diversa em seus ministérios e discursos teológicos. A Igreja Episcopal, que antes possuía uma “marca” essencialmente norte-americana e gaúcha, a partir desse período passou a ser cada vez mais paulista, carioca, nordestina, candanga, amazonense, buscando consolidar-se não apenas como uma Igreja Nacional, mas genuinamente brasileira. Da mesma forma, uma maior diversidade nas Dioceses e suas ênfases teológicas, litúrgicas e pastorais, evidenciam um “momento novo” vivenciado pela Província.

O ano de 1985 marca um período importante, quando a Província brasileira da Comunhão Anglicana passou por importantes mudanças, que aqui apontamos como sendo o início de sua Fase de Consolidação. A construção de sua identidade – ou as múltiplas identidades, no plural, como passaremos a tratar a partir de agora –, teve como característica a aprovação de mudanças significativas na teologia, doutrina e disciplina eclesiástica. A mais importante conquista em termos eclesiológicos desse período foi, sem dúvida, a aprovação da Ordenação Feminina.

Os primeiros debates tiveram início em 1973, quando a Diocese Sul-Occidental encaminhou o assunto ao Sínodo, por iniciativa do bispo Plínio Lauer Simões. A proposta tinha fundamento nas mudanças que vinham acontecendo na Igreja Episcopal dos Estados Unidos e que vinham repercutindo no resto da Comunhão Anglicana. Na América do Norte, a ordenação de mulheres às Sagradas Ordens foi aprovada pela Convenção Geral, em 1976. No mesmo ano a Igreja Anglicana do Canadá ordenou sua primeira mulher ao sacerdócio. A ordenação feminina passava a ser uma realidade que não podia mais ser ignorada ou negada na Comunhão Anglicana. No Brasil, um dos maiores defensores da ordenação feminina foi o bispo Sumio Takatsu, que escreveu inúmeros textos teológicos para a reflexão e debate dentro da Igreja⁷⁹ (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 213).

Também se iniciou em todo o país, uma campanha em prol da inclusão das mulheres no sacerdócio. Porém, outros bispos eram contrários, a exemplo de Arthur Kratz, uma vez que esta ainda não era uma prática comum na Comunhão Anglicana, e que, segundo o Primaz, poderia prejudicar as relações ecumênicas com outras Igrejas. O argumento sustentado por ele era que a ordenação feminina contrariava os ensinamentos das Escrituras e a Tradição da Igreja. Por outro lado, o bispo Kratz e o cônego Sebastião Teixeira foram responsáveis por criar a primeira Ordem Religiosa de freiras da Província: a Ordem de Santa Maria.

Embora não solucionasse a questão da Ordenação Feminina, a criação desta Ordem permitiu o desenvolvimento de uma espiritualidade então inédita na Igreja. Das cinco candidatas que fizeram o teste vocacional, apenas uma senhora, Maria Nylde Amaral da Cunha, deu continuidade ao projeto. Porém, sem a perspectiva de novas vocações, a recém criada Ordem não poderia continuar. A “Irmã Maria” –

⁷⁹ Alguns desses textos podem ser encontrados na obra *Sumiu Takatsu – Vida e Teologia* (2019), da reverenda Carmen Kawano.

nome religioso pelo qual era conhecida –, foi ordenada ao diaconato em 1981 e ao presbiterato em 1990, exercendo o seu ministério na Diocese de Pelotas.

Mas, a questão não demorou a ser levada para a votação e, no Sínodo de 1984, foi aprovada, permitindo que as mulheres fossem ordenadas ao diaconato, ao presbiterato e também ao episcopado. Essa decisão foi importante, porque, em geral, as Igrejas Anglicanas permitiam a ordenação feminina para as duas primeiras Ordens Sagradas, mas não para o ofício de bispas, sendo a primeira Província a estender este direito à sagração episcopal.

Quase um ano depois, a Igreja Episcopal ordenou a primeira mulher ao ministério sagrado, no dia 5 de maio de 1985, na matriz do Nazaraeno em Livramento, quando Carmem Etel Alves Gomes, 30 anos e primeira estudante feminina a frequentar o curso regular no Seminário, recebeu a ordem de diácono, abrindo assim novas perspectivas para o trabalho da mulher na igreja. O ato foi presidido pelo bispo Olavo Ventura Luiz e teve a participação dos colegas Cláudio Vinicius de Senna Gastal e Plínio Lauer Simões, que foi o primeiro bispo a propor que a igreja estudasse a possibilidade de ordenar mulheres, durante o seu episcopado na Diocese Sul Ocidental. No contexto da Comunhão Anglicana, o histórico acontecimento colocava a Igreja Episcopal em terceiro lugar entre os países do continente americano que ordenavam mulheres. Os outros dois eram Estados Unidos e Canadá. No ano seguinte, Carmem Etel foi ordenada ao presbiterado (KICKHÖFEL, 1995, p. 319).

Uma das passagens mais marcantes na história da ordenação feminina na IEAB se encontra no ministério da reverenda Dione Guindo dos Santos. Nascida em 11 de janeiro de 1918, na cidade de São Gabriel, onde frequentou por muito tempo a Paróquia da Redenção. Após a aprovação da Ordenação Feminina na Igreja, cursou teologia com mais de setenta anos de idade, sendo ordenada ao diaconato pelo bispo Olavo Ventura Luiz e como diácona permaneceu durante toda a sua vida, dizendo que não era digna de receber a ordem do presbiterato. O ministério do diaconato permanente feminino tem na atuação da reverenda Dione um registro impar, semelhante à história da “Irmã Maria”. Dione faleceu no dia 07 de agosto de 2008, aos 90 anos de idade.

Na Liturgia da Igreja também ocorreram importantes mudanças com a publicação da nova edição do Livro de Oração Comum. Em 1979 a Igreja Episcopal dos Estados Unidos aprovou a reforma do seu LOC, cuja última versão datava de 1928. O novo Livro norte-americano trouxe mudanças significativas na sua linguagem e teologia. Por sua vez, o Livro brasileiro necessitava de atualizações, visto que, sua última edição vinha de 1950.

O Sínodo de 1984 aprovou o novo Livro de Oração Comum, que trazia um novo lecionário, uma diminuição das longas leituras do antigo LOC, tornando a liturgia mais leve e dinâmica, como pretendiam as reformas propostas pela Comissão Nacional de Liturgia. Entretanto, ele não era completo, faltando o Ordinal e outros ritos que se encontravam em edições anteriores. Por outro lado, essa atualização litúrgica refletia os novos tempos em que a Igreja vivia, divulgando as novas ênfases teológicas que circulavam há alguns anos e que se consolidaram na Igreja nos anos seguintes⁸⁰. A edição passou a circular a partir de 1988. Seguindo o espírito de renovação litúrgica, uma nova reimpressão do Hinário Episcopal passou a circular em toda a Província.

Na década de 1980, a Igreja presenciou um movimento de fortalecimento de lideranças oriundas do Sul e Sudeste do Brasil, com um perfil mais “católico-liberal”. Em outubro de 1983, a reunião do Concílio da Diocese Meridional elegeu o reverendo Cláudio Vinícius de Senna Gastal⁸¹, que foi sagrado como novo bispo da Diocese Meridional, na Catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre. Atuou como Bispo Diocesano da Diocese Meridional de 1984 a 1998. E durante dois anos exerceu o cargo de Primaz da Igreja como interino.

Em 1984, o Sínodo Geral da Igreja realizou a eleição de um Bispo Coadjutor para a Diocese Setentrional, que iria suceder ao bispo Edmund Knox Sherrill no Recife. Após uma grande expectativa das comunidades do Nordeste, foi escolhido o deão da Catedral do Mediador, da Diocese Sul-Occidental, Clovis Erly Rodrigues⁸². O novo bispo foi sagrado no dia 17 de março de 1985, na Catedral da Santíssima

⁸⁰ As questões pertinentes às novas ênfases teológicas assumidas pela Igreja a partir da década de 1970 serão abordadas com mais profundidade no capítulo 4.

⁸¹ Cláudio Vinícius de Senna Gastal nasceu em 21 de setembro de 1937, na cidade do Rio de Janeiro. Fez a sua formação teológica no Seminário Teológico da Igreja Episcopal do Brasil, na cidade de São Paulo, entre 1965 e 1968. Foi ordenado ao diaconato em 18 de junho de 1968, na Capela da Ressurreição do Seminário, e ao presbiterado, em 21 de dezembro de 1969, na Catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre. Exerceu seu ministério como coadjutor na mesma Catedral na capital gaúcha; foi ministro encarregado da Capela do Bom Pastor, e capelão da Escola do Bom Pastor e do Colégio Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre (1970 a 1972). Também foi reitor da Paróquia da Santíssima Trindade no Rio de Janeiro, entre 1973 a 1976. Posteriormente, tornou-se Deão da Catedral onde iniciou seu ministério. Faleceu em 23 de fevereiro de 2000.

⁸² Natural da cidade de Jaguarão, no extremo sul do Brasil, Clovis Erly Rodrigues nasceu em 18 de setembro de 1935. Fez seus estudos secundários no Colégio Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre, já residindo no Seminário Teológico, já tendo escolhido seguir o ministério ordenado. Após sua formação, foi ordenado ao diaconato e ao presbiterato em 1961. Durante o seu ministério, esteve à frente das paróquias de Jesus Cristo (Erechim), Crucificado (Bagé) e Nazareno (Santana do Livramento). Após alguns anos em missão na Igreja Anglicana em Moçambique, em 1980, retornou ao Brasil, onde assumiu a direção da Catedral do Mediador como deão, assessorando o bispo Olavo Ventura Luiz na condução da Diocese. Neste período, criou o devocionário diário “Sementes”, que é publicado pela Igreja até os dias atuais.

Trindade, em Porto Alegre, pelo próprio Sherrill, na época o Primaz em exercício. Participaram como co-sagrantes os bispos brasileiros e o bispo argentino David Leake, Primaz da Província Anglicana do Cone Sul, que também foi o pregador.

O episcopado de Clovis foi marcado por uma intensa agenda missionária, com a parceria com a Diocese de Rhode Island, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Este companheirismo trouxe junto com missionários, a fundação de novas comunidades e a construção de novos templos, como a Igreja do Bom Samaritano, na cidade do Recife. Da mesma forma, o bispo Clovis foi responsável por investir na educação teológica, fundando o Núcleo Anglicano de Estudos Teológicos (NAET) que, futuramente, seria transformado em Seminário Provincial (o SAET). Devido ao vasto território diocesano, idealizou o desmembramento para a criação de uma nova unidade eclesiástica que abrangeria a região Norte do país. Entretanto, este projeto ainda levaria algumas décadas para se tornar uma realidade.

No Rio de Janeiro, após disputar a eleição com Jaci Maraschin e Paulo Garcia, o reverendo Sydney Alcoba Ruiz⁸³ foi eleito no terceiro escrutínio durante o Concílio da Diocese Central de novembro de 1984, para substituir o bispo Agostinho Guillon Sória que foi transferido para a Diocese de Brasília. Sydney foi sagrado em 24 de março de 1985, na Igreja do Redentor, sendo sagrante principal o bispo Edmund Knox Sherrill – na época o Primaz em exercício –, e co-sagrantes Agostinho Guillon Sória, Cláudio Vinícius de Senna Gastal, Clovis Erly Rodrigues e Sumio Takatsu. No primeiro Concílio presidido pelo novo bispo, novas diretrizes administrativas e de formação teológica foram estabelecidas. Na mesma reunião, a *Christ Church* foi arrolada oficialmente como uma das paróquias da Diocese Central.

Na mesma época, correntes teológicas que vinham sendo construídas se consolidaram em diferentes regiões da Província. No Sul, Sudeste e no Nordeste, os carismáticos trouxeram uma renovação para a vida comunitária, aumentando o número de membros e também de vocações, especialmente nas Dioceses do Recife e do Rio de Janeiro. Em Porto Alegre e no Recife, a Teologia da Libertação também

⁸³ Sydney Alcoba Ruiz nasceu em Vera Cruz, São Paulo, em 20 de outubro de 1932. Em 1957 se formou pelo STIEB, também estudando Filosofia na Pontifícia Universidade Católica. Foi ordenado ao diaconato e ao presbiterato em 1957. Começou o seu pastorado como Coadjutor da Paróquia de São Paulo, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Depois, como presbítero, trabalhou em Londrina, Rolândia, Mauá, Santa Helena e Arapongas, no Paraná. Em Porto Alegre foi coadjutor e deão da Catedral da Santíssima Trindade. Anos depois voltou ao Rio de Janeiro, onde foi pároco na Igreja do Redentor e na Paróquia de São Paulo Apóstolo, no bairro de Santa Tereza. Faleceu em 14 de novembro de 2001, aos 69 anos, sendo sepultado no Cemitério dos Ingleses do Rio de Janeiro.

teve um papel determinante no engajamento social e na perspectiva de missão que a Igreja vinha construindo desde as décadas anteriores.

A influência da Teologia da Libertação, posteriormente, seria marcante na eclesiologia da Diocese do Recife – cuja identidade, desde a sua fundação, girava em torno de ênfases evangélicas e carismáticas –, enquanto nas Dioceses Meridional e de São Paulo – de perfis voltados para ênfases mais católicas e liberais –, estas influências teriam impacto sobre as práticas missionárias, pastorais e litúrgicas (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 211). Outras Dioceses, a exemplo da Sul-Occidental, de Pelotas e de Brasília, permaneceram com comunidades de perfil mais tradicional na forma de celebrar e de organizar as suas atividades.

Neste período a Igreja também viveu o nascimento de Ordens Religiosas que contribuíram para a renovação da liturgia e da espiritualidade. No Sul surgiu a Ordem de São Tiago (OST), através do “Encontro Momento Novo”, do qual, sete clérigos se reuniram em torno de uma espiritualidade socialmente engajada e de raiz ecumênica. Na Diocese Meridional, o reverendo Sebastião Teixeira, através de seus contatos com os beneditinos da Igreja Católica, fundou a Ordem de São Bento entre os anglicanos, espalhando a proposta de viver a espiritualidade monástica sem viver numa clausura (oblato). No final do século XX, através de clérigos locais, a Ordem de São Francisco (que posteriormente se tornaria a Terceira Sociedade de São Francisco), surgiu praticamente ao mesmo tempo, em São Paulo e no Recife. Nesta Diocese, clérigos e seminaristas fundaram a Ordem de Santo Estêvão (OSE).

Por conta das mudanças que estavam ocorrendo na Igreja, a União da Mocidade Episcopal⁸⁴ também resolveu se reorganizar em nível nacional. Foi criada a Comissão Interdiocesana de Integração, como órgão representativo da UME junto ao Sínodo. Em 1988 foi organizado um encontro para fomentar entre os jovens a ideia de uma Igreja Nacional e das novas ênfases que estavam surgindo. Assim, a entidade passou a denominar-se “União da Juventude Anglicana do Brasil” (UJAB).

Em 1988, uma nova unidade eclesiástica foi criada: a Diocese Anglicana de Pelotas. Através de sucessivas reivindicações de membros – devido ao tamanho da área coberta e à antiga presença da Igreja da região – em 1984, o então bispo, bispo Cláudio Gastal, resolveu desmembrar parte do território da Diocese

⁸⁴ A UME surgiu da necessidade da Igreja criar uma associação que reunisse toda a mocidade numa só entidade de nível nacional, visto que, durante as primeiras cinco décadas de existência da Igreja, nada foi feito neste sentido. O primeiro núcleo da UME foi organizado na cidade de Pelotas, em 1940.

Meridional. Três anos depois, o reverendo Luiz Osório Pires Prado⁸⁵ foi eleito no primeiro escrutínio – fato inédito nas eleições de bispos na Igreja. Foi sagrado bispo sufragâneo da Meridional, na Catedral de Santíssima Trindade, em Porto Alegre.

Posteriormente, o bispo Prado foi eleito para ser o primeiro diocesano de Pelotas. Em 12 de março de 1989 a Igreja do Redentor⁸⁶ foi elevada à condição de Catedral, com a presença do novo Primaz, o bispo Olavo Ventura Luiz. Até então a Igreja só havia conhecido uma forma de organizar a expansão da Igreja, através de Dioceses Missionárias. A criação desta “microdiocese” foi uma estratégia que se mostrou ao mesmo tempo pioneira, enquanto uma solução para resolver o inchaço e as dificuldades territoriais para o trabalho do bispo e do clero local.

O bispo Prado abriu as portas da Diocese de Pelotas para a chegada de novas pessoas e organizações de outras Províncias, estabelecendo parcerias, em especial, com os Estados Unidos, a Inglaterra, a Escócia e o Canadá. No campo da Educação Teológica, a Diocese voltou-se tanto para crianças e jovens quanto para a formação do clero e das lideranças, reafirmando a identidade anglicana através da Liturgia – uma de suas marcas – e das tradições pelotenses. A criação do CETEPEL foi fundamental para a expansão da Igreja na região, através do fortalecimento dos cursos de formação, dos retiros espirituais e das escolas dominicais.

O ano de 1988 também marcou a continuidade do projeto de expansão da Igreja no Planalto Central. Após assumir a Diocese de Brasília, em 1982, o bispo Agostinho Sória se aposentou por motivos de saúde. Os candidatos para a sucessão na capital federal foram a reverenda Patrícia Powers, uma missionária norte-americana que trabalhava no Brasil, e o reverendo Almir dos Santos. Foi a primeira vez que uma mulher concorreu ao episcopado na Igreja. Devido à falta de consenso,

⁸⁵ Natural da cidade de Porto Alegre, Luiz Osório Pires Prado nasceu em 27 de março de 1943. Formou-se pelo Seminário Teológico da Igreja Episcopal do Brasil, em São Paulo. Foi ordenado ao diaconato, em 1966, e ao presbiterato, em 1967. No ano seguinte, obteve uma bolsa de estudos na França, onde defendeu tese sobre “A Antropologia de Teilhard de Chardin”, na Faculdade de Teologia da Igreja Reformada da França, em Montpellier. Como clérigo, Prado atuou na Paróquia da Bênção Divina, em São Francisco de Paula. Também atuou como pároco na Paróquia da Trindade, e nas cidades de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e Feitoria Velha. Foi professor no Seminário Teológico da Igreja, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na UNISINOS. Representou a Igreja no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, foi acessor teológico do CEDI, no Rio Grande do Sul, e no Conselho Mundial de Igrejas. Faleceu em 2009.

⁸⁶ A Igreja do Redentor foi erigida em tempo recorde, de apenas um ano, sendo concluída em 1909, com projeto arquitetônico elaborado pelo reverendo e engenheiro John Gaw Meem. Construída em estilo neogótico-céltico, conta com uma alta torre, uma única nave com o altar ao fundo, preenchido por um conjunto de três vitrais. Fora o templo, conta com uma êxedra em anexo e um grande jardim, sendo uma das principais construções da cidade. Por conta de uma hera que cobre a fachada e as laterais do templo, ela é popularmente conhecida como a “Igreja Cabeluda”.

a votação levou quatro escutíneos, quando Almir⁸⁷ foi eleito (KICKHÖFEL, 1995, p. 307). Tempos depois, Patrícia se tornou a primeira deã da Catedral de Brasília.

A sua sagração aconteceu em 09 de abril de 1989, pelas mãos do Bispo Primaz da época, Olavo Ventura Luiz, tendo como cosagrantes, os bispos Clovis Erly Rodrigues, Agostinho Sória e Edmund Sherrill. A Diocese viveu um processo de interiorização, com a fundação de novas comunidades onde hoje se encontra o Distrito Missionário do Oeste, do qual Almir ficou encarregado durante três anos. A visão expansionista do novo bispo foi crucial para o estabelecimento da Igreja em cidades como Campo Grande (Mato Grosso do Sul) e Ariquemes (Rondônia).

Em julho de 1989, o reverendo Glauco Soares de Lima⁸⁸ foi eleito bispo coadjutor na Diocese Anglicana de São Paulo, época em que exercia seu ministério na histórica comunidade da *St. Paul's Church*, então frequentada por brasileiros, americanos, ingleses, e pessoas de outras nacionalidades. Foi elevado ao episcopado em 1º de outubro no histórico templo da capital paulista, pelas mãos do Bispo Primaz, Olavo Ventura Luiz, tendo como co-sagrantes mais sete bispos. Assumiu a Diocese em janeiro do ano seguinte, e investiu nas áreas da Educação Teológica, Liturgia e Comunicação.

Como resultado, a expansão da Igreja em São Paulo também ajudou na consolidação das comunidades do Paraná, proporcionando, em pouco tempo, a possibilidade de se criar uma nova Diocese na região. Como consequência do seu perfil pastoral e espiritual, Glauco tornou-se referência na história da Província.

⁸⁷ Almir dos Santos nasceu em 18 de abril de 1942, na cidade de Bagé. Formado pelo Seminário em São Paulo, no STIEB (1966-1969), foi ordenado ao diaconato, em 14 de dezembro de 1969, e ao presbiterato, em 21 de fevereiro de 1971. Atuou nas paróquias de Jesus Cristo (Erechim) e São Lucas (Londrina). Com a sua eleição para o episcopado, se transferiu da cidade de Erechim para Brasília. Atuou na Pastoral Indígena pelo GTME (Grupo de Trabalho Missionário Evangélico) e pela PIÁ (Pastoral Indigenista Anglicana), em parceria como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) da Igreja Católica Romana. Foi um dos fundadores da Ordem de São Tiago (OST).

⁸⁸ Glauco Soares de Lima nasceu em 28 de janeiro de 1934, em Pelotas. Estudou Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Teologia no STIEB. Foi ordenado diácono em 30 de novembro de 1956, na Paróquia da Ascensão, em Porto Alegre, pelo bispo Egmont Machado Krischke. Obteve seu mestrado na Escola Teológica Episcopal em 1961. Mais tarde obteve doutorado na mesma instituição e trabalhou como professor de teologia pastoral no Seminário Teológico da Igreja. Participou como observador ecumênico no Concílio Vaticano II, representando a IEAB. Em 1989 Glauco foi eleito bispo da Diocese Anglicana de São Paulo, quando atuou de 1990 a 2002, sendo substituído pelo bispo Hiroshi Ito. Foi agraciado em 1991 com o título de Doutor *Honoris Causa* da Escola Episcopal de Teologia, da Universidade de Harvard. Foi Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – 1993 a 2003 – e presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Em parceria com a CNBB, foi responsável pela supervisão e recomendação da edição brasileira da *Tradução Ecumênica da Bíblia* (TEB). Faleceu em 26 de dezembro de 2017.

O ano de 1990 marcou o centenário da Igreja. Nesta época foi desenvolvida a campanha intitulada “Igreja a Gente Vive”, cujo tema era emprestado de uma música homônima, do cantor e compositor anglicano Xico Esrael. Outras composições neste período enfatizavam o momento novo vivido pela Igreja e suas comunidades. As celebrações de abertura ocorreram no dia 20 de maio, na Catedral da Santíssima Trindade, marcando também a segunda visita do Arcebispo de Cantuária ao Brasil.

A segunda visita foi do Arcebispo Robert Runcie, que chegou a Porto Alegre no dia 18 de maio de 1990, acompanhado de sua esposa Rosalind, do secretário para Assuntos da Comunhão Anglicana Roger Symon, do capelão Graham James e da secretária pessoal Eleonor Philips. Runcie veio ao Brasil para participar das comemorações do primeiro centenário da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e manter contatos com autoridades civis e religiosas do país. Em Porto Alegre, se reuniu com os bispos da Igreja Episcopal e com a diretoria do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. Em Brasília foi recebido pelo Presidente da República Fernando Collor e em São Paulo pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. No roteiro de viagem estavam também Recife e Rio de Janeiro (KICKHÖFEL, 1995, p. 355-356).

Durante as comemorações do centenário, a principal celebração ocorreu no domingo, 03 de junho. Foi oficiada por quatorze bispos e acompanhada por mais de duas mil pessoas, no ginásio da brigada militar de Porto Alegre. Além da presença de representantes ecumênicos e clérigos de várias Igrejas da Comunhão Anglicana, a pregação coube ao então Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Edmond Lee Browning, que destacou a caminhada iniciada pelos missionários norte-americanos até a autonomia da Igreja Brasileira.

Os primazes dos Estados Unidos e do Brasil estabeleceram uma comissão bilateral visando a uma reaproximação que havia sido perdida nas décadas anteriores. Este comitê encorajou futuras parcerias e o estreitamento das relações entre dioceses. Assim, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil juntou-se às Igrejas do México, da Região Central da América, das Filipinas e da Libéria, que possuem convênios com a Igreja norte-americana. Da mesma forma, foi organizada uma terceira consulta “Companheiros em Missão” e a realização do XXIV Sínodo Geral.

Nos dias 03 e 04 de novembro, durante o Sínodo realizado em Porto Alegre, foi votado um projeto que propunha uma nova alteração no nome da denominação, acrescentando-se o termo *Anglicana*. A partir do ano do seu centenário, a *Igreja Episcopal do Brasil* passou a se chamar *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*. Seguindo o projeto de renovação da identidade eclesial, o brasão da Província

também foi alterado⁸⁹. Antes ele mantinha a mesma forma da heráldica da Igreja Episcopal dos Estados Unidos – o escudo com a cruz de São Jorge em vermelho e as estrelas do Cruzeiro do Sul em um quadrado azul no canto superior esquerdo. Já o novo brasão preservou as cores anteriores, porém optou por um traço moderno, próprio dos anos 90⁹⁰, dando destaque a uma cruz branca ao centro de uma flâmula vermelha, com o quadrado azul inclinado à esquerda e suas estrelas deslocadas. Este símbolo foi exibido em publicações, folhetos e em diversos momentos celebrativos, sendo utilizado até hoje pela Igreja.

Em 1993 o então bispo da Diocese Anglicana de São Paulo, Glauco Soares de Lima, foi eleito o novo Primaz, permanecendo no cargo por dez anos. Sob a sua liderança, a Igreja experimentou aprofundamento em diferentes áreas. No Ecumenismo, fortaleceu os laços com outras denominações, especialmente os luteranos e católicos romanos, em suas comissões. Sob seu episcopado a Comissão Bilateral entre a Igreja brasileira e a norte-americana realizou importantes encontros entre representantes das duas Províncias. No mesmo ano, ocorreu a eleição do cônego Jubal Pereira Neves⁹¹, durante o 45º Concílio Extraordinário, para suceder ao bispo Olavo Ventura Luiz na Diocese Sul-Occidental, que faleceu durante uma missão em Moçambique. A sagração aconteceu em 19 de setembro de 1993, pelas mãos do bispo Sumio Takatsu e outros bispos da época.

Em 1994, a Província realizou um Sínodo Constituinte, uma vez que os Cânones Gerais precisavam ser atualizados. A Comissão de Cânones propôs uma reforma geral, diante da nova conjuntura nacional. Muitas mudanças aconteceram nos últimos anos, como a alteração do nome da Igreja, a consolidação da Ordenação Feminina, e novas questões relativas à Educação Teológica e aos Sacramentos, como a inclusão plena das crianças com a sua participação na Eucaristia desde o Batismo. Também ficou aprovado que as Dioceses seriam renomeadas como “*Diocese Anglicana de...*”, levando-se em conta a cidade onde se encontrava a sé. Porém, nem todas as Dioceses aderiram à proposta; algumas

⁸⁹ Acerca deste projeto que resultou na mudança de nome e na ressignificação da identidade da Igreja – e suas reais motivações –, iremos tratar nos próximos capítulos.

⁹⁰ Vide Imagem 6, com a Heráldica da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

⁹¹ Jubal Pereira Neves nasceu em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 29 de março de 1943. Estudou Teologia no Seminário Teológico de Porto Alegre, sendo ordenado ao diaconato, em janeiro de 1966, na Catedral do Mediador em Santa Maria, e ao presbiterato na Paróquia de Cristo, em Jaguarão, 1967, onde começou seu ministério. Também atuou na Paróquia do Natal (Dom Pedrito), Paróquia da Transfiguração (Rosário do Sul), Paróquia do Nazareno (Santana do Livramento), todas no Rio Grande do Sul. Foi secretário-geral da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil entre 1983 e 1993.

preferiram manter seus nomes originais, e até optaram, em alguns casos por designações distintas⁹². Estas mudanças também definiram a atual heráldica presente nos selos das Dioceses⁹³, em que algumas mantiveram o desenho tradicional, enquanto outras optaram por um *design* mais moderno.

No mesmo ano de 1994 a Diocese Anglicana de São Paulo enfrentou um dos maiores problemas de sua história: o processo de modernização das cidades. A Prefeitura de São Paulo estava desapropriando terrenos nos bairros de Pinheiros e Vila Olímpia para dar passagem à nova Avenida Faria Lima. E uma das construções que se encontravam no caminho era a Paróquia de São João, fundada pelo reverendo e missionário japonês João Yasoji Ito, em 1933.

O primeiro edifício da Paróquia vinha da década de 1930. Mais tarde, um segundo edifício foi feito, de 1941 a 1947, com as contribuições de membros da igreja e simpatizantes da colônia japonesa. Com o crescimento da comunidade, uma nova capela foi construída, em estilo moderno, pelo arquiteto Motoi Tsubouchi. A cerimônia de consagração do terceiro edifício aconteceu em 1967. Em 1993, a Prefeitura de São Paulo iniciou outro processo de desapropriações de terrenos e edifícios também nos bairros de Pinheiros e Vila Olímpia, com o projeto Boulevard Sul, o que atingiria a Rua Pedroso de Moraes, onde se encontrava o templo.

O processo de desapropriação da Paróquia de São João mobilizou não somente a comunidade, mas outros movimentos da sociedade civil, buscando evitar que o edifício fosse demolido e o bairro descaracterizado. Vários esforços foram feitos, inclusive mobilizando desde lideranças políticas até lideranças religiosas. O movimento ganhou apoio de pessoas como o arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, do rabino Henry Sobel e bispos da Comunhão Anglicana, como o Primaz da Igreja Anglicana do Japão, Chirstopher Kikawada e do arcebispo Desmond Tutu (KAWANO, 2010, p. 185).

Após muita luta na Justiça, no início de 1995, a Igreja viu parte de sua história ser demolida pela força da lei. A Prefeitura determinou a execução da demolição do templo nas primeiras semanas de janeiro, o que ocorreu em meio a protestos dos

⁹² A Diocese Meridional e Sul-Occidental, por tradição e decisão interna das dioceses – uma vez que são autônomas –, decidiram não aderir a esta regra canônica. Outras Dioceses, como a da Amazônia, não utilizou o nome da sua cidade-sede, Belém do Pará. Já a Diocese Anglicana de Curitiba, posteriormente alterou o nome para Diocese Anglicana do Paraná, para abranger a região, e não apenas a capital paranaense.

⁹³ Vide Imagem 9, com os selos e logos das Dioceses da IEAB.

paroquianos, que buscaram ficar dentro do templo até o último minuto. Após o processo de demolição ser acompanhado e noticiado pelas TVs, rádios e jornais, a comunidade saiu do seu isolamento e ganhou a sociedade paulistana. Após várias reuniões para a construção do novo templo, a proposta aprovada previa a construção de um grande complexo arquitetônico do Instituto Tomie Ohtake, elaborado pelo arquiteto Ruy Ohtake, no qual, no térreo, ficaria a nova capela⁹⁴, em estilo moderno e, no subsolo, as salas paroquiais e escritórios para reunião. Hoje, a Paróquia é tida como um símbolo do renascimento da comunidade fundada pelo reverendo Ito. Até hoje, os ofícios são realizados em português e em japonês.

No ano de 1995 foi realizada uma Consulta Nacional de Educação Teológica para avaliar como esta estava sendo conduzida na Província. Como resultado, surgiu a recomendação, adotada em 1997, que criou o Centro de Estudos Anglicanos, e dois pólos presenciais, elevando o NAET, no Recife, ao status de uma instituição Provincial, agora chamado Seminário Anglicano de Estudos Teológicos (SAET), voltado para a formação nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, e a conversão do antigo STIEB no Seminário Teológico Dom Egmont Machado Krischke (SETEK), em Porto Alegre, para se tornar o pólo para o Sul e o Sudeste. Isso favoreceu o surgimento de novas vocações e proporcionou a formação de muitas das atuais lideranças da Igreja. Também foram criados novos Centros de Educação Teológica (CET's), nas Dioceses Meridional, Sul-Occidental, Brasília e Pelotas.

Em 1997, a Igreja ganhou novos bispos. No dia 05 de outubro de 1997, Edward Robinson de Barros Cavalcanti⁹⁵ foi sagrado pelo Primaz em cerimônia realizada no Centro de Convenções de Pernambuco, tornando-se o quinto bispo da Diocese Anglicana do Recife, substituindo a Clovis Erly Rodrigues no ofício. A figura carismática e emblemática de Robinson representou uma mudança na geopolítica eclesial, sendo o primeiro bispo nordestino eleito na Igreja. Seu episcopado foi

⁹⁴ O atual templo da Paróquia de São João foi consagrado em 11 de agosto de 2002 pelo Bispo Primaz, Glauco Soares de Lima, na presença de uma grande quantidade de membros da Igreja do Brasil e do Japão e de representantes da comunidade japonesa local.

⁹⁵ Edward Robinson de Barros Cavalcanti nasceu no Recife, em 21 de junho de 1944. Foi recebido na Catedral da Santíssima Trindade pelas mãos do bispo Sherrill, em 21 de junho de 1976, após deixar a Igreja Luterana. Ao completar sua formação teológica, foi ordenado ao diaconato, em 1984, e ao presbiterato, em 1985. Atuou na Diocese Anglicana do Recife na Catedral da Santíssima Trindade e nas paróquias do Bom Samaritano, Emanuel e Redentor. Também foi presidente da Junta Nacional de Educação Teológica (JUNET). Em 28 de junho de 1997 foi eleito Bispo Coadjutor da Diocese Anglicana do Recife pelo Concílio Extraordinário realizado na Ilha de Itaparica, na Bahia, sendo sagrado em uma grande cerimônia no Centro de Convenções de Pernambuco. Faleceu na cidade de Olinda, em 26 de fevereiro de 2012.

dicotômico, marcado por uma forte agenda missionária, com a abertura de novas paróquias na região, e o fortalecimento da Educação Teológica, com a ordenação de novos clérigos. Porém, tempos depois, duas crises se abateriam sobre a Diocese durante o seu episcopado, marcando a vida das comunidades locais e o futuro da própria Província, repercutindo, inclusive, na própria Comunhão Anglicana.

Já na Diocese Meridional, em 30 de novembro de 1997, Orlando Santos de Oliveira⁹⁶ foi sagrado na Catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre, pelas mãos do Bispo Primaz, Glauco Soares de Lima, substituindo o bispo Cláudio Gastal, que se aposentou no ano seguinte. Seguindo o lema “Que todos sejam um”, o episcopado do bispo Orlando teve um foco no fortalecimento da unidade diocesana, com a promoção de novas vocações, pela Educação Teológica, e nas relações ecumênicas com outras denominações cristãs. Durante esse período a Diocese desenvolveu um profundo debate acerca da Inclusividade, moldando sua identidade a partir da diversidade presente nas comunidades, as quais criaram diferentes ministérios e pastorais para acolher novas pessoas que chegavam à Igreja.

A partir dos anos 2000, a Igreja sofreu mudanças em sua estrutura administrativa e em suas dioceses, com uma renovação em massa dos membros da Câmara Episcopal. Celso Franco de Oliveira⁹⁷ foi eleito para ser o novo bispo da Diocese Anglicana do Rio de Janeiro, em Concílio Extradordinário, no dia 06 de novembro de 1999. Sua sagração ocorreu na *Christ Church*, no dia 27 de fevereiro de 2000, pelas mãos do Bispo Primaz, Glauco Soares de Lima, e dos demais bispos

⁹⁶ Natural da cidade de São Francisco de Paula, Orlando dos Santos Oliveira nasceu em 08 de janeiro de 1945. Fez seus estudos teológicos em São Paulo, graduando-se bacharel em Teologia, em 1968. Foi ordenado ao diaconato em fevereiro de 1969, durante o Concílio da Diocese Sul Ocidental, na cidade de Rosario do Sul (RS). Em 1970, foi elevado ao presbiterato na Paróquia de Jesus Cristo, em Erechim. Desempenhou funções de pároco na Matriz do Nazareno, em Santana do Livramento. Depois, transferido para Santa Maria, atuando na Paróquia São Paulo Apóstolo. Em 1979, foi transferido para Porto Alegre, onde foi professor e vice-reitor no Seminário Teológico da Igreja. Em 1985 foi eleito Deão da Catedral da Santíssima Trindade na capital gaúcha, durante o episcopado do bispo Cláudio Gastal. Em 30 de agosto de 1997, foi eleito o 7º Bispo da Diocese Meridional e foi sagrado em 30 de novembro do mesmo ano. Foi sagrante o então Primaz, Bispo Glauco Soares de Lima, e co-sagrantes os bispos do episcopado brasileiro da época, mais o bispo William Godfrey, do Uruguai. Além de ministrar aulas em várias cadeiras do Seminário, ocupou a sua reitoria entre as décadas de 1990 e 2000. O bispo Orlando também foi Primaz da IEAB de 2003 a 2009, representando a Igreja em várias reuniões internacionais da Comunhão Anglicana, do Conselho Mundial de Igrejas, Focolares, CONIC e outros órgãos.

⁹⁷ Celso Franco de Oliveira nasceu em 11 de julho de 1940, na cidade de Cabo Frio, Rio de Janeiro. Foi ordenado ao diaconato em 1º de dezembro de 1974 e, ao presbiterato, em 14 de dezembro de 1975. Estudou no Seminário Batista do Sul do Brasil e no Episcopal Theological Seminary of the Southwest, Texas. Além de Teologia, também é formado em Filosofia e Psicoterapia. Atuou nas Paróquias de St. Mark Church, em Austin, Texas; Redentor, Santíssima Trindade, São Paulo Apóstolo, Todos os Santos, Cristo Rei, e São Lucas, todas no Rio de Janeiro.

da Câmara Episcopal. Em seu episcopado, uma das ênfases foi no trabalho social da Diocese. Abriu novas frentes missionárias, em parceria com Dioceses de outras Províncias, e desenvolveu novas pastorais na Igreja, como o projeto “Igreja na Rua”, a partir do qual, clérigos da DARJ se reúnem na Uruguaiana, no Centro do Rio, junto a pessoas em situação de rua, realizando os ofícios litúrgicos e também o trabalho social de distribuição de comida e mantimentos.

Na cidade de Santa Maria, Naudal Alves Gomes⁹⁸ foi eleito bispo sufragâneo da Diocese Sul-Occidental. A cerimônia aconteceu na manhã do dia 08 de abril de 2000, sendo realizada na Catedral de Nossa Senhora da Conceição da Diocese de Santa Maria da Igreja Católica Romana, que acolheu fraternalmente a comunidade anglicana, devido às dimensões pequenas da histórica Catedral do Mediador. O rito contou com uma participação maciça do clero da Igreja, que entrou em procissão pelo templo, contando com a participação de representantes ecumênicos e de outras Províncias, como a bispa Barbara Harris, a primeira mulher ordenada bispa na Comunhão Anglicana, na Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Esta foi uma importante celebração que marcou a história da Igreja na virada do milênio.

No mesmo ano a Igreja presenciou outra eleição episcopal, quando o teólogo e reverendo Sebastião Armando Gameleira Soares⁹⁹ tornou-se o segundo bispo da Diocese Anglicana de Pelotas, após a aposentadoria do bispo Prado. A cerimônia de sagração ocorreu em Pelotas, em 23 de julho de 2000, na Paróquia Nossa Senhora da Luz, da Igreja Católica Romana, com a participação de muitos membros do clero

⁹⁸ Naudal Alves Gomes nasceu na cidade de Sant’Ana do Livramento, Rio Grande do Sul, em 19 de junho de 1953. Foi membro da Paróquia do Nazareno, onde foi batizado e confirmado. Concluiu a formação teológica em 1979, no Seminário de Porto Alegre, sendo ordenado ao diaconato 29 de dezembro do mesmo ano. Depois, foi ordenado presbítero, em 08 de dezembro de 1980, sendo pároco em diversas comunidades. Eleito bispo sufragâneo da Diocese Sul-Occidental, em 2000, pastoreou a Catedral do Mediador até 2003, quando foi eleito o primeiro bispo da Diocese Anglicana do Paraná, quando assumiu a Catedral de São Tiago, na cidade de Curitiba.

⁹⁹ Nascido no município de São Miguel dos Campos, em Alagoas, Sebastião nasceu em 19 de maio de 1945. Fez os seus estudos secundários no Seminário Metropolitano de Maceió e Filosofia no Seminário de Olinda, Pernambuco. Obteve o bacharelado e o mestrado em Teologia na Universidade Gregoriana, de Roma, com dissertação sobre Santo Anselmo, Arcebispo de Cantuária. Obteve também o mestrado em Ciências Bíblicas e mestrado em Filosofia na Universidade Lateranense, de Roma. Ainda em Roma, fez Especialização em Sociologia, na Universidade dos Estudos Sociais, com trabalho sobre a obra de Gilberto Freyre. É também bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda. Por muito tempo trabalhou no Nordeste como professor do Instituto de Teologia do Recife (ITER), nos tempos de Dom Helder Camara, sendo assessor da CNBB e da CRB do Nordeste II. Após conhecer o Anglicanismo, foi recebido oficialmente na Comunhão Anglicana em 1993, sendo ordenado diácono e presbítero em 1997, já atuando como professor e reitor do Seminário Anglicano no Recife. Em 1998 participou da Conferência de Lambeth, como consultor da Província, sendo dois anos depois eleito bispo no Concílio da Diocese Anglicana de Pelotas. Em 2006, foi eleito para ser o novo bispo da Diocese Anglicana do Recife, após a crise que se abateu sobre esta diocese, ocupando o cargo até 2013.

anglicano, e também de representantes católicos, evangélicos, teólogos e amigos do novo bispo que saiu do Nordeste para assumir a liderança da Igreja na região Sul.

Na Diocese Anglicana de São Paulo, após o longo episcopado do bispo Glauco Soares de Lima, durante o Concílio Extraordinário ocorrido em 06 de Abril de 2002, o reverendo Hiroshi Ito¹⁰⁰ foi eleito o novo bispo diocesano. Foi o segundo bispo de descendência japonesa na Igreja. Foi sagrado em 28 de Julho de 2002, na Catedral Anglicana de São Paulo, contando com a presença de inúmeros bispos do Brasil e do mundo¹⁰¹. As principais conquistas do seu episcopado estiveram relacionadas ao avanço do Ecumenismo e do Diálogo Inter-Religioso, à promoção da Inclusividade na DASP, à Educação Teológica, herdada da formação recebida pelo bispo Takatsu, e ao zelo pastoral com as comunidades.

No ano seguinte, em 07 de dezembro de 2001, Filadelfo Oliveira Neto¹⁰² foi eleito Bispo Sufragâneo da Diocese Anglicana do Recife. Sua sagração aconteceu em 28 de abril de 2002. A missão do novo epíscopo era auxiliar o seu bispo diocesano, Robinson Cavalcanti, na tarefa de conduzir a unidade diocesana que, à época, englobava o extenso território do Norte e Nordeste do Brasil, sendo até então, a que mais crescia na Província e uma das maiores em número de fiéis na Comunhão Anglicana.

Em 2003, o reverendo Maurício José Araújo de Andrade¹⁰³, que tinha servido como Secretário-Geral da Igreja, de 1994 até então, foi eleito o novo bispo da

¹⁰⁰ Natural da cidade de Nara no Japão, Hiroshi Ito nasceu em 07 de setembro de 1939. Foi ordenado ao diaconato em 1967 e ao presbiterado em 1968, tendo sido bacharel em Teologia e Filosofia. Foi o fundador e primeiro reitor da Paróquia da Santa Cruz, que nasceu em uma sala do Escritório Diocesano, por incentivo do então bispo Sumio Takatsu. Faleceu em 15 de novembro de 2015, sendo sepultado no cemitério da Paz, Morumbi.

¹⁰¹ Foi o Bispo SAGRANTE, o Primaz do Brasil, Glauco Soares de Lima. Como co-sagrantes estiveram presentes os bispos Edmund Knox Sherril (Emérito do Rio de Janeiro); Sumiu Takatsu (Emérito de São Paulo); Almir dos Santos (Diocesano de Brasília); Jubal Pereira Neves (Diocesano de Santa Maria); Orlando Santos de Oliveira (Diocesano de Porto Alegre); Celso Franco de Oliveira (Diocesano do Rio de Janeiro); Sebastião Armando Gamaleira Soares (Diocesano de Pelotas); Naudal Alves Gomes (Sufragâneo de Santa Maria); Mark Sisk (Diocese de Nova York); Jintaro Ueda (Diocese de Tokyo); Fernando Soares (Igreja Lusitana, Portugal); e Nathaniel Garang (Diocese de Bor, Sudão).

¹⁰² Natural de Garanhuns (PE), Filadelfo Oliveira Neto nasceu em 30 de maio de 1954. Após sua família mudar-se para São Paulo, estudou teologia no Seminário Presbiteriano Independente. Em 1989 fixou residência no Recife, sendo confirmado na Catedral da Santíssima Trindade, em 14 de dezembro de 1997, e foi encaminhado para complementar seus estudos no SAET. Foi ordenado ao diaconato, em 28 de fevereiro de 1999, e ao presbiterato, em 17 de outubro do mesmo ano. Desenvolveu atividades pastorais na Paróquia Emanuel e na Paróquia Anglicana do Bom Samaritano. Foi nomeado secretário executivo em outubro de 1999, acumulou a função de arcebispo a partir de março de 2000. Também lecionou em várias cadeiras no SAET.

¹⁰³ Nascido em 07 de março de 1962, na capital pernambucana, Maurício José Araújo de Andrade ingressou no Seminário Presbiteriano do Norte e, em 1986, complementou seus estudos no Seminário Anglicano de Estudos Teológicos, ambos localizados no Recife. Serviu em paróquias da

Diocese Anglicana de Brasília, sucedendo a Almir dos Santos. Sua sagração teve um fato peculiar, pois ocorreu na Catedral Metropolitana de Brasília, em 31 de agosto de 2003, e teve como sagrante o Primaz, Glauco Soares de Lima. Pela primeira vez na história, a Catedral foi utilizada para um rito de ordenação de um bispo não-católico romano¹⁰⁴.

Neste período, a Província experimentou dois fenômenos distintos. O primeiro, com o crescimento da Igreja no Sul e no Sudeste, com a expansão das Dioceses de Pelotas e de São Paulo. Na região do Paraná, as comunidades também passaram por uma consolidação, impulsionando a criação da Diocese de Curitiba, em 2003, sendo eleito como seu primeiro bispo Naudal Alves Gomes, à época deão da Catedral de Santa Maria. Semelhante ao bispo Maurício, a cerimônia de sagração ocorreu na catedral católica da cidade, em uma grande festa que contou com expressivo número de clérigos da IEAB e representantes de outras Igrejas da Comunhão Anglicana.

Em maio de 2003, o Encontro dos Primazes da Comunhão Anglicana foi acolhido pela IEAB, e ocorreu na cidade de Gramado (RS). Este foi o único Encontro ocorrido da América Latina e contou com a presença do Arcebispo de Cantuária Rowan Williams e outros bispos primazes.

O bispo da Diocese Meridional, o Reverendíssimo Orlando Santos de Oliveira, esteve presente para receber o Arcebispo Williams e os demais Primazes em sua chegada ao Brasil. Ele disse: "Em nome do clero e do povo de nossa diocese, dou as boas-vindas aos participantes deste primeiro Encontro de Primazes em um país da América Latina. É muito importante para nossa Diocese, a mais antiga, acolher tal reunião. Foi uma honra especial para mim ser convidado para ajudar com o capelão na próxima semana" (ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE, 20 mai. 2003).

Neste mesmo período, a primazia passou das mãos do bispo Glauco para o bispo Orlando Santos de Oliveira, da Diocese Meridional, que ficou no cargo entre

capital pernambucana como o Bom Samaritano e Redentor, nos bairros de Boa Viagem e na Várzea. Também foi pároco nas Igrejas do Mediador, na cidade de Santa Maria (Rio Grande do Sul), e de Santa Maria, em Belém do Pará. Em 1994 assumiu o cargo de secretário-geral da Igreja, desempenhando a função por dez anos, na cidade de Porto Alegre.

¹⁰⁴ Projetada por Oscar Niemeyer, a icônica Catedral de Brasília foi idealizada pelo presidente Juscelino Kubitschek para ser um "templo ecumênico" – uma vez que foi construído pelo Estado – e desse modo, aberto a todas as denominações cristãs. Por conta do alto custo da construção e a polêmica sobre o poder público pagar por uma obra religiosa, as obras foram entregues à Igreja Católica para ser concluídas, sendo inaugurada em 31 de maio de 1970. Desde então serve como a sé da Arquidiocese de Brasília. Entretanto, por conta de suas origens, ela pode ser cedida para a realização de celebrações de outras denominações.

2003 e 2006. Mas, ao contrário do que aconteceu no Sul e no Sudeste, com o fortalecimento da Igreja que vinha acontecendo nas últimas décadas, no Nordeste um violento processo de fragmentação ocorreu, quando a Diocese Anglicana do Recife foi palco de duas crises, cujo conturbado processo aconteceu entre 2002 e 2005. Apontamos que o seu desenvolvimento foi fruto de projetos pessoais, liderados, respectivamente, pelo seu deão e, posteriormente, pelo bispo diocesano, sendo os motivos justificados a partir de uma disputa teológica e retórica.

Em setembro de 2002, ocorreu o que chamamos de “Pequena Crise do Recife”¹⁰⁵, quando o reverendo Paulo Garcia, então deão da Catedral da Santíssima Trindade, rompeu com a Diocese e a Província. Nesse ato, o reitor da Catedral Anglicana do Recife, levou consigo quase todos os membros da comunidade, considerada a maior paróquia anglicana da América Latina, junto com o seu histórico templo (que estava registrado em nome de uma associação distinta e não da Diocese ou da Província, permitindo, assim, o espólio). Como resultado dos sucessivos desentendimentos com o bispo Robinson, e da grande influência do reverendo Garcia junto aos seus paroquianos (e o seu desejo de se tornar bispo), e do distanciamento do perfil da comunidade (teológico e litúrgico), do resto da Diocese e da Província, o deão filiou-se à outra Comunhão Internacional, fundando a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB), tornando-se, posteriormente, o seu primeiro bispo, estabelecendo esta denominação no Estado de Pernambuco.

Durante o processo de rompimento da Catedral da Trindade, outro projeto pessoal estava ocorrendo nas instâncias diocesanas e provinciais, de modo muito mais habilidoso e intenso. Apesar da maioria do clero e das paróquias da Diocese terem permanecido em comunhão com a Igreja Nacional, desde o ano de 2003 o bispo Robinson Cavalcanti vinha liderando uma cruzada pessoal, por discordar da posição adotada pela IEAB e pelo Seminário Anglicano de Estudos Teológicos (SAET), que passaram a aceitar a ordenação de sacerdotes LGBT+ não-celibatários e a apoiar esta política de flexibilização adotada por outras Igrejas da Comunhão Anglicana, bem como a bênção de casais do mesmo sexo.

Após um Concílio realizado em 2003, na cidade de João Pessoa, a Diocese do Recife aprovou novos cânones e diretrizes que estabeleciam uma disciplina mais rígida para o clero local e declaravam o rompimento formal com as Dioceses de New

¹⁰⁵ Este conceito e o episódios das Crises serão trabalhados de modo mais profundo no Capítulo 3.

Westminster, da Igreja Anglicana do Canadá, e da New Hampshire, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, por estas terem, respectivamente, aprovado bênçãos para casais homoafetivos e realizado a eleição de Gene Robinson – o primeiro bispo gay da Comunhão Anglicana que vivia maritalmente com seu parceiro. As tensões no Recife cresceram gradativamente através de uma longa batalha retórica que se seguiu, com a troca de cartas entre clérigos e teólogos da IEAB. A relação de Robinson com a Província Brasileira se desgastou e chegou a um ponto sem retorno. Em menos de dois anos, uma nova divisão se abateu sobre o Anglicanismo do Nordeste, desta vez, atingindo toda a Província.

Este novo processo de tensionamento – aqui nomeado de “Grande Crise do Recife” – foi conduzido pelo próprio Robinson Cavalcanti, entre 2003 e 2005. Após passar por um longo processo canônico-disciplinar e abandonar a comunhão da Igreja, o bispo deposto criou uma Diocese autônoma dentro da mesma cidade em que já existia uma Diocese da IEAB. Diferente do primeiro episódio, liderado por Paulo Garcia, este novo racha levou a uma crise sem precedentes, em que Robinson levou consigo cerca de 90% dos clérigos, membros e templos. O grupo, fiel às posições de seu bispo, formou uma nova denominação, chamada de Igreja Anglicana no Brasil (IAB), atualmente uma Província da GAFCON/FCA.

Com a crise instaurada em todo o Brasil, e a elevação de novas lideranças ao episcopado, houve mudanças na administração e nos cargos estratégicos dentro da Igreja. De um eixo que antes girava em torno do Sul e Sudeste, agora a sua cúpula era composta por clérigos oriundos do Nordeste. Este período coincide com a eleição do bispo diocesano de Brasília, Maurício José de Araújo Andrade, como o 6º Bispo Primaz da IEAB, durante o 30º Sínodo Geral (Curitiba, 26 a 30 de julho de 2006).

O primeiro ato do novo Primaz foi a criação da mais recente unidade territorial da Província: a Diocese Anglicana da Amazônia. Esta nova fase da história da Igreja na região era um sinal de que a Província estava vivendo novos tempos na Missão.

Surgiu a ideia da criação de uma diocese missionária englobando os estados da região Norte do Brasil. Proposta defendida na época principalmente pelo bispo Dom Clovis Erly Rodrigues. Em 2000, foi constituído o Distrito Missionário da Amazônia e seis anos depois o 30º Sínodo da IEAB aprovou a criação da Diocese Anglicana da Amazônia, com sede em Belém do Pará, abarcando os estados de Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Roraima (JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA, 2016, p. 11-12).

No mesmo Sínodo também foi eleito o reverendo Saulo Maurício de Barros¹⁰⁶ para ser o primeiro bispo da nova unidade diocesana. A cerimônia de instalação da Diocese e do seu novo pastor ocorreu no dia 15 de outubro de 2006, na Igreja de Santa Maria, em Belém do Pará. Depois de décadas servindo como capelania inglesa e à missão episcopal norte-americana, o templo foi consagrado como a Catedral Anglicana para a região amazônica. A cerimônia foi presidida pelo Bispo Primaz, Maurício Andrade, junto com outros bispos e membros do clero, sendo acompanhada por muitas pessoas. Esse desmembramento territorial permitiu a reorganização da Diocese Anglicana do Recife após os episódios que a dividiram e a expansão do trabalho missionário e da presença da Igreja no norte do país.

No Sul do Brasil, a Diocese Anglicana de Pelotas ganhou um novo bispo. Com a transferência de Sebastião Gameleira para o Recife, o reverendo Renato da Cruz Raatz¹⁰⁷, então deão da Catedral do Redentor, foi eleito o novo bispo diocesano. A sagração ocorreu no dia 15 de abril de 2007, em cerimônia presidida pelo bispo Primaz, Maurício Andrade. O pregador foi o bispo Naudal Gomes, seu colega de seminário. Estiveram presentes na sagração representantes dos principais projetos e sodalícios da Igreja, bem como lideranças das Dioceses de Ottawa (Canadá) e Saint Andrew (Escócia), com as quais a Diocese de Pelotas mantinha companheirismo. Seu episcopado foi marcado pelo fortalecimento do trabalho missionário no interior, promovendo comunidades, exemplo das missões São Pedro Pescador (Gurupá) e Divino Salvador (Ulianópolis).

¹⁰⁶ Saulo Maurício de Barros nasceu em 10 de março de 1962, na cidade de Olinda, PE. Formou-se em Teologia pelo SAET e é Mestre em Artes pela Universidade de Birmingham (1998). Também possui graduação em Letras. Como educador, tem trabalhado principalmente nos seguintes temas: História da Religião, Religião e Movimentos Populares e Missiologia. Mudou-se para Belém no dia 16 de setembro, junto com a sua família. Logo que assumiu a paróquia de Santa Maria se envolveu com o trabalho religioso e administrativo. Organizou as finanças da Igreja local, e desenvolveu grupos de trabalhos e departamentos da igreja. Também realizou algumas edições do Curso Alpha, Encontro de Jovens com Cristo, e vários estudos sobre Anglicanismo. Por suas contribuições à Igreja na região, em maio de 2017 recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Huron, no Canadá. É casado com Ruth Barros, com quem teve um filho: Thomas.

¹⁰⁷ Renato da Cruz Raatz nasceu em 25 de novembro de 1951, na cidade de Canguçu (RS). Fez sua formação no Seminário Teológico da Igreja Episcopal do Brasil (STIEB), sendo ordenado diácono em 30 de dezembro de 1979, na Catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre, e presbítero em 20 de julho de 1980, na Paróquia da Bênção Divina, em São Francisco de Paula. Atuou em São Pedro (Canela), Ascensão (Porto Alegre), Todos os Santos (Novo Hamburgo), Missão do Crucificado (Sapucaia do Sul), Trindade (São Leopoldo), Espírito Santo (Montenegro), São Paulo (Cachoeirinha), São Mateus (Santo Antônio da Patrulha) e na Catedral do Redentor (Pelotas). Também foi capelão dos Colégios Cruzeiro do Sul (Porto Alegre) e Santa Margarida (Pelotas). Também foi editor do Estandarte Cristão.

No ano seguinte, a Diocese Anglicana de São Paulo passou por uma nova eleição episcopal. Em 07 de junho de 2007, o reverendo Roger Douglas Bird¹⁰⁸ – então deão da Catedral Anglicana de São Paulo – foi escolhido como seu quinto bispo durante o Concílio Extraordinário realizado na capital paulista.

A sagração aconteceu na sé diocesana, no feriado nacional de 07 de setembro do mesmo ano, tendo como sagrante principal o Bispo Primaz da IEAB, Maurício Andrade, e como co-sagrantes os bispos Hiroshi Ito, Celso Franco, Naudal Alves Gomes, Glauco Soares de Lima, e Nathan Baxter, da Diocese da Pensilvânia Central, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Como parte das festividades da sagração, o novo prelado presidiu no mesmo fim de semana, o 42º Concílio da DASP, que acolheu a delegação estrangeira e elegeu o reverendo Aldo Quintão como o seu novo Deão. Sua instalação ocorreu durante a celebração dominical.

Em 2008, o bispo Filadelfo Oliveira foi eleito como o novo diocesano para a Diocese Anglicana do Rio de Janeiro, substituindo o bispo Celso Franco. Sua instalação aconteceu na Catedral do Redentor em 29 de agosto do mesmo ano. Em seu episcopado, presidiu a Comissão Nacional de Constituição e Cânones da IEAB (2006 a 2018) e foi eleito presidente do CONIC do Rio de Janeiro, ficando dois anos à frente deste conselho, estreitando as relações com outras Igrejas Cristãs (*In: ESTANDARTE CRISTÃO*, jul./ago. 2008, p. 20).

No período, a Igreja se voltou para o diálogo com outras igrejas anglicanas dos demais países lusófonos, sem deixar de lado a sua parceria com a Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Durante o primado do bispo Maurício Andrade, é possível constatar que a Província se envolveu de uma forma mais enfática com os problemas sociais e econômicos do Brasil. No campo da política, a Igreja se aproximou cada vez mais de ONGs e outras instituições que militam na defesa dos Direitos Humanos e da Democracia. No campo da religião, a Igreja aumentou sua participação em órgãos e instituições ecumênicas e de diálogo inter-religioso.

Isso pode ser explicado por causa da ampla formação teológica que os líderes da Igreja possuem, refletindo num maior engajamento das comunidades em

¹⁰⁸ Nascido em 16 de março de 1945, em uma família de ingleses da cidade de São Paulo, Roger Douglas Bird foi criado na África do Sul, onde viveu por 20 anos. Sua formação teológica foi feita no Instituto Anglicano de Estudos Teológicos, sob a orientação do bispo Sumio Takatsu, e no Seminário Episcopal Divinity School, nos EUA. Também é bacharel em Ciências, especializado em Matemática Aplicada e Estatística. Foi ordenado diácono, em 1989, e presbítero, em 1990. Quando foi eleito para o episcopado, exercia seu pastorado como Reitor e Deão da Catedral Anglicana de São Paulo (*Saint Paul's Church*), onde começou a celebrar a “Missa dos Ingleses” para a comunidade anglófona local.

temas ainda considerados tabus na sociedade brasileira, como o preconceito étnico-racial, a violência contra as mulheres e o machismo, a pobreza, e a homofobia. Nesse tempo, a produção teológica e as ações sociais sobre tais temas aumentaram consideravelmente, assim como eventos organizados pelo Centro de Estudos Anglicanos (CEA) e pelo Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento (SADD) – criado em 2008 –, para abordá-los em toda a Província.

Em cerimônia solene, no dia 30 de maio de 2010, a Catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre, foi instituída como a “Catedral Nacional” da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. A celebração integrou parte das comemorações dos 120 anos da IEAB. Este reconhecimento partiu do fato de que a capital gaúcha é o berço do Anglicanismo nacional, reconhecendo-a como a “Igreja-Mãe” da IEAB, visto que, ao longo de mais de um século, aquela comunidade foi um espaço de grandes celebrações provinciais, tais como encerramentos de sínodos, sagração de bispos, comemorações do centenário da Igreja, sendo, assim, uma Sé Provincial.

A Celebração Eucarística foi presidida pelo Bispo Primaz, Maurício Andrade, junto com o Bispo Diocesano Orlando Santos e outros membros da Câmara dos Bispos. Também estiveram presentes os representantes do Conselho Executivo do Sínodo Geral, do Conselho Diocesano da Meridional e o Cabido da Santíssima Trindade, bem como representantes de outras Igrejas e religiões, ocupando todo o templo¹⁰⁹. Durante a Celebração houve a Instituição da Catedral, o descerramento de uma placa comemorativa feito em conjunto pelo Bispo Primaz e o Diocesano e foram acesas e abençoadas dez velas, representando cada Diocese e o Distrito Missionário, como sinal da unidade da Igreja no Brasil.

Em 25 de outubro de 2010, foi realizado o Concílio Extraordinário da Diocese Sul-Occidental para a eleição de novo bispo coadjutor que iria suceder Jubal Neves, o qual estava no cargo desde 1993. A DSO repetiu seu costume em eleições episcopais, de eleger o bispo no primeiro escrutínio. Dessa forma, foi escolhido o

¹⁰⁹ Também estiveram presentes autoridades civis e convidados ecumênicos, como dom Remídio Bohn, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Porto Alegre e o padre João Tadeu, da Igreja Católica Apostólica Romana; o pastor Ervino Schmidt da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e membros do Grupo de Diálogo Inter religioso de Porto Alegre; a monja Shoden, do Zen Budismo e o Dr. Nelson Morroni, do Budismo Tibetano; o Dr. Ahlmad Ali, da Federação Islâmica do Rio Grande do Sul; o Babalorixá Clovis de Xangô do Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros do Rio Grande do Sul; a Dra. Cristina Cânovas de Moura, da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Também esteve presente a reverenda Glenda McQueen, do Departamento de Missão Global da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

cônego Francisco de Assis da Silva¹¹⁰, que atuava como Secretário-Geral da IEAB. No momento de sua eleição, encontrava-se na Tanzânia, onde participava da assembleia da ACT Alliance. O ofício de sagração ocorreu no dia 20 de março de 2011, na Catedral do Mediador, em Santa Maria, com a presença de todos os bispos em atividade no Brasil e outros convidados¹¹¹.

No dia 20 de outubro de 2012, durante a reunião do 120º Concílio da Diocese Meridional, foi eleito o novo bispo coadjutor, o reverendo Humberto Eugenio Maiztegui Gonçalves¹¹². Este foi o primeiro nativo do Uruguai a se tornar bispo na Igreja brasileira. Sua sagração ocorreu no dia 09 de dezembro de 2012, na Catedral Nacional da Santíssima Trindade de Porto Alegre, que contou com a participação de inúmeros bispos nacionais e de outros países. A instituição como Bispo Diocesano aconteceu no dia 05 de maio de 2013, no encerramento do 121º Concílio Diocesano.

No ano seguinte, a Diocese Anglicana de São Paulo também elegeu o seu bispo. Em um longo Concílio, Flávio Borges Irala¹¹³ foi eleito para suceder ao bispo

¹¹⁰ Natural de Olinda, Francisco de Assis da Silva nasceu em 05 de setembro de 1959. cursou teologia no Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, complementando seus estudos no então Núcleo Anglicano de Estudos Teológicos (NAET), no Recife. Foi ordenado diácono, em janeiro de 1991, e presbítero, em dezembro do mesmo ano, atuando na Paróquia do Bom Samaritano, no Recife. Foi Reitor da Catedral de Santa Maria (Belém do Pará), coordenador do Centro de Estudos Anglicanos e reitor da Paróquia de Todos os Santos (Novo Hamburgo). De 2003 a 2006, ocupou, concomitantemente, a presidência da Câmara de Clérigos e Leigos. Tem formação em Direito e obteve o grau de Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

¹¹¹ Estiveram presentes Maurício Andrade, Bispo Primaz e da Diocese de Brasília, que presidiu a sagração; Orlando de Oliveira, da Diocese Meridional; Filadelfo Neto, da Diocese do Rio de Janeiro; Naudal Gomes, da Diocese de Curitiba; Sebastião Gameleira, da Diocese do Recife; Saulo Barros, da Diocese da Amazônia; Renato Raatz, da Diocese de Pelotas; Roger Bird, da Diocese São Paulo; e dois bispos eméritos, Clovis Rodrigues e Almir dos Santos. A cerimônia também contou com a presença do bispo Julio Murray, da Diocese do Panamá; Miguél Tamayo, da Diocese do Uruguai, e Gilberto Porcal, bispo sufragâneo do Uruguai.

¹¹² Humberto Eugenio Maiztegui Gonçalves nasceu em Montevideo, Uruguai, em 6 de dezembro de 1964. Filho de mãe brasileira, Ramona Gonçalves Viganó, e pai brasileiro, Humberto Gaspar Maiztegui. Foi batizado por um pastor da Igreja metodista, Earl Smith, uma vez que a Igreja Anglicana local funcionava apenas como capelania inglesa. Conheceu a Igreja Episcopal do Brasil através do trabalho missionário realizado na década de 1970, sendo confirmado e instituído ao ministério leigo aos 19 anos de idade. Concluiu os estudos teológicos em 1990, no SETEK em Porto Alegre. Em 26 de maio do mesmo ano, dia de Agostinho de Cantuária, foi ordenado na Catedral da Santíssima Trindade, da Diocese Anglicana do Uruguai, pelo bispo William Godfrey e pelo Arcebispo de Cantuária, Robert Runcie, que estava em visita ao país. Trabalhou como coadjutor na Paróquia de Santo Agostinho, em Montevideo e como professor no Instituto Teológico Anglicano do Uruguai (ITAU). Ao retornar à Diocese Meridional, foi ordenado ao presbiterato, em 12 de abril de 1992. Trabalhou em uma missão entre indígenas no Mato Grosso, que teve como pioneiro o bispo Almir dos Santos. Neste período cursou Mestrado e Doutorado, trabalhando na Igreja Nacional como professor do SETEK e na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana ESTEF, da Igreja Católica. Foi pároco em diversas paróquias do Rio Grande do Sul. Na Comunhão Anglicana, foi nomeado, em 2016, pelo Arcebispo de Cantuária, Justin Welby, membro da Comissão Internacional de Diálogo Teológico Ortodoxo-Anglicano (ICAODT).

¹¹³ Nascido na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, Flávio Borges Irala estudou no Instituto Anglicano de Estudos Teológicos (IAET). Fez parte de uma geração de jovens da Igreja, liderando e

Roger Douglas Bird. Porém, a sua eleição provocou uma divisão na DASP, cujo resultado foi contestado pelo grupo ligado à Catedral Anglicana de São Paulo. Diante das disputas retóricas e jurídicas entre as pessoas que participaram da assembleia conciliar, os bispos Roger Bird e Glauco Soares, junto com o reverendo Aldo Quintão – que atuava como deão da Catedral –, romperam com a Província, fundando o Movimento Anglicano no Brasil (MANB). Este episódio seguiu um *modus operandi* semelhante à “Pequena Crise do Recife”, quando a Catedral da Santíssima Trindade, liderada pelo deão, Paulo Gracia, deixou a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, levando consigo a comunidade e o templo de origem inglesa, fundando uma nova denominação na região.

Entre 14 e 17 de novembro de 2013, ocorreu o 32º Sínodo, na cidade do Rio de Janeiro. Durante a assembleia geral, o bispo Francisco de Assis da Silva – da Diocese Sul-Occidental – foi eleito o 7º Bispo Primaz da IEAB, dando encerramento aos dois mandatos do bispo Maurício Andrade, que ocupava o cargo desde 2006. Outras importantes decisões deste Sínodo foram a recondução do reverendo Arthur Cavalcante, para a Secretaria-Geral, e a aprovação do interregno sinodal, que passou de três para quatro anos. A celebração de encerramento ocorreu na Catedral do Redentor, no bairro da Tijuca, na qual foi instalado o novo Primaz, substituindo Maurício Andrade. Nessa ocasião foi realizada uma homenagem ao bispo emérito do Rio de Janeiro e do Recife, Edmund Knox Sherrill¹¹⁴, pelos mais de 50 anos de seu episcopado e sua contribuição para o crescimento da Igreja em sua história.

No mesmo Sínodo, ocorreu a eleição do novo bispo da Diocese Anglicana do Recife, João Cândio Peixoto Filho¹¹⁵, que substituiu Sebastião Gameleira. O rito de

influenciando toda uma geração de anglicanos. Como músico, trabalhou ao lado do reverendo Jaci Maraschin, criando várias composições, que marcaram a Igreja na época. Na capital paulista, enquanto estudava, engajou-se nos movimentos missionários realizados pela Diocese, como os Encontros do Povo de Deus, Encontro de Treinamento de Líderes, Encontros da Juventude, da gravação daquele que viria a ser o primeiro disco (vinil) da IEAB, intitulado Vitral, com a participação dos jovens do coral da Paróquia da SS. Trindade e Encontros da Família Anglicana. Destaca-se também sua contribuição e participação no livro de partituras dos novos hinos e canções da IEAB: *O Novo Canto da Terra*, editado pelo IAET sob a coordenação do Rev. Jaci Maraschin. Foi ordenado diácono em 1985. Após sua ordenação ao Presbiterado, trabalhou como Arcediago e pároco nas paróquias e missões do ABC, e São Lucas, em Vila Maria. Em 1996 assumiu a Paróquia de São João, em São Paulo, onde tornou-se o primeiro reitor de origem não japonesa. Anos mais tarde, atuou na São Lucas (Londrina-PR), tornando-se deão da Catedral de São Tiago, em Curitiba. Flávio Irala também foi um dos fundadores da Ordem de São Tiago (OST).

¹¹⁴ Dois anos depois, faleceu, em 02 de outubro de 2015, no Rio de Janeiro, gerando grande comoção em toda a Igreja. Foi velado na Christ Church, sendo sepultado no Cemitério dos Ingleses.

¹¹⁵ João Cândio Peixoto Filho nasceu em Recife, em 17 de maio de 1961. Ingressou na Igreja em março de 1983, na Catedral da Santíssima Trindade, ainda na época do bispo Edmund Sherrill. Em

sagração ocorreu na noite de 14 de dezembro de 2013, na Catedral da Santíssima Trindade, na capital pernambucana, em clima festivo pelo momento de reconciliação que a Diocese vivia, após anos de crise. A cerimônia foi presidida pelo Bispo Primaz, Francisco de Assis da Silva, e os demais co-sagrantes foram os bispos Sebastião Gameleira, Maurício Andrade, Saulo de Barros e Filadelfo Oliveira.

O seu episcopado tem sido marcado pela recuperação de templos e propriedades espoliadas durante a Crise de 2005. Da mesma forma, a Diocese Anglicana do Recife tem chegado a novas cidades do Nordeste, com a abertura de novas frentes missionárias. O perfil regionalista e inclusivo das comunidades e suas lideranças tem sido crucial para retomada da missão em todo o Nordeste. Ainda existem dificuldades, sobretudo de ordem financeira, a serem resolvidas; porém, o momento vivido nesta parte da Igreja, que foi fragmentada no passado, evidencia o estabelecimento de um período de reconstrução na vida da Igreja local.

Em matéria publicada pelo Estandarte Cristão, tem-se um panorama dos acontecimentos mais importantes que envolveram a IEAB nestes anos em suas relações institucionais com a Comunhão Anglicana. Em 2014 ocorreu a visita do 105º Arcebispo de Cantuária, Justin Welby. Ao invés da última visita do Primaz da Inglaterra, que ocorreu na cidade de Porto Alegre, este foi recebido na Paróquia da Santíssima Trindade, em São Paulo, cidade em que se encontrava a Secretaria Geral. No evento, estiveram presentes vários membros do clero e da Câmara Episcopal, e também representantes de outras Igrejas. Esta visita representou um sinal de unidade da Província Brasileira junto à Comunhão Anglicana.

Recentemente a IEAB recebeu importantes visitas de membros de igrejas-irmãs da Comunhão Anglicana. Destacam-se a visita da Sociedade da Rosa dos Ventos (Compass Rose Society), ocorrida em abril de 2011, as reuniões da Comissão Bilateral Igreja Episcopal-IEAB, na mesma época, e o II Encontro de Dioceses Lusófonas da Comunhão Anglicana, em 2015. Reveste-se de importância a visita oficial do Arcebispo de Cantuária, Primaz da Inglaterra e primus inter pares da Comunhão Anglicana, Revmo. Justin Welby. Tal visita ocorreu em São Paulo, e contou com reuniões e celebrações com representações clericais e leigas de todo o país. Já a então Bispa Presidente da Igreja Episcopal, Revma. Katharine Jefferts-Schori, visitou-nos em maio de 2015, na celebração de 125 anos de IEAB, 30 anos de ordenação feminina e lançamento do Livro de Oração Comum de 2015. E o Primaz do Canadá, Arcebispo Fred Hiltz, esteve acompanhado

de comitiva em novembro do mesmo ano, visitando as dioceses de Brasília e Amazônia (ESTANDARTE CRISTÃO, jan. 2017, p. 9).

De 04 a 07 de setembro de 2015, a Igreja organizou um grande encontro em Brasília. O Encontro Nacional da Juventude Episcopal Anglicana (ENUJAB), foi um propício para reunir a juventude de cada Diocese e comunidade do país, para discutirem o papel das novas gerações na Igreja. Com o tema “Jovens em Oração”, o ENUJAB foi uma experiência de interação e integração que reuniu mais de 250 jovens; tal encontro é frequentemente lembrado pelas lideranças da IEAB, inclusive com pedidos para que uma nova edição seja realizada.

Dos dias 16 a 19 de junho de 2016 aconteceu uma das mais relevantes reuniões do Sínodo Geral. Reunida no Centro Mariápolis, em Vargem Grande Paulista, a assembleia extraordinária teve como pauta a reforma canônica, uma vez que a última atualização havia acontecido há mais de vinte anos. Foram aprovados os novos Cânones Gerais e Constituição da IEAB¹¹⁶.

Dentre as mudanças realizadas, esteve a adequação dos Estatutos da Igreja conforme o novo Código Civil vigente no país e uma ampla reforma para atender aos novos desafios pastorais, missionários e administrativos, para proteger a Província de novos espólios e divisões, como os que aconteceram na DAR e posteriormente na DASP. Do ponto de vista jurídico, foi feita a mudança na sede e no foro da IEAB, que passaram de Porto Alegre para a cidade de São Paulo. A Catedral da Santíssima Trindade, na capital gaúcha, foi instituída como a “Catedral Nacional” e as “Dioceses Missionárias” passaram por uma alteração na nomenclatura, desde então, sendo chamadas apenas de “Dioceses”.

No campo litúrgico e pastoral, este Sínodo ratificou a publicação da nova edição do Livro de Oração Comum (lançado em 2015), cuja principal mudança contemplou adequações aos novos tempos que a Igreja estava vivendo, passando a incluir um novo Santoral, Lecionário e Ritos que antes não estavam contemplados no antigo LOC. Da mesma forma, foi repensada a questão racial e de gênero, com o uso da linguagem neutra. Ainda relativas a essa questão, neste mesmo Sínodo retomou-se uma questão que há muito tempo vinha sendo debatida na Igreja e exigiu atenção redobrada, a discussão sobre o Cânon do Matrimônio Cristão. Cada grupo que se colocou na defesa tanto da mudança como da manutenção do *status*

¹¹⁶ Esta nova Constituição da Igreja substituiu os textos anteriores que foram aprovados pelos Sínodos em 1952 e 1954 e que receberam alterações em 1965, 1980, 1986, 1990 e 1994.

do casamento na IEAB, não conseguiu alcançar os votos necessários para a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Seguindo as recomendações do Sínodo de 2013, a assembleia adiou a votação para aprofundar o debate na Província.

Nessa fase, em meio às reuniões preparatórias para o Sínodo Geral, a Igreja ganhou um novo bispo para a Diocese Anglicana do Rio de Janeiro. Em 02 de novembro de 2016, o reverendo Eduardo Coelho Grillo¹¹⁷ foi eleito bispo coadjutor pelo Concílio extraordinário da DARJ, após a resignação do bispo Filadelfo Oliveira. Na manhã do dia 08 de abril de 2017, ocorreu a cerimônia de sagração episcopal na Catedral do Redentor, que ficou lotada para a cerimônia, sendo o principal sagrante o Bispo Primaz, Francisco de Assis da Silva, e co-sagrantes os demais bispos da Província. Em 29 de julho de 2017, Eduardo foi instituído como o novo diocesano.

O ano de 2018 foi importante para a história e identidade da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. A Diocese Anglicana da Amazônia elegeu, pela primeira vez na história da IEAB, uma bispa: a reverenda Marinez Rosa dos Santos Bassotto¹¹⁸, então deã da Catedral de Porto Alegre. A cerimônia de ordenação e sagração episcopal ocorreu no dia 21 de abril, nas dependências da Catedral de Santa Maria, em Belém do Pará, com a presença maciça do clero feminino da Igreja, dos bispos da Câmara Episcopal, e das bispas Griselda (Cuba) e Linda Nicholls (Canadá), que fez a homilia. No dia seguinte, Marinez foi instalada como bispa diocesana.

¹¹⁷ Eduardo Coelho Grillo nasceu em 19 de novembro de 1964, na cidade de Porto Alegre. Foi batizado em 1965, na Catedral da Santíssima Trindade, na capital gaúcha, onde a sua família congregava. Estudou Teologia no STIEB, formando-se em 1988. Em 08 de janeiro de 1989, foi ordenado ao diaconato, pelo bispo Cláudio Vinícios de Senna Gastal, na Diocese Meridional, e ordenado presbítero sete meses depois, em 20 de agosto de 1989, na Diocese Anglicana de Pelotas, pelo bispo Luiz Osório Pires Prado. Foi professor no SETEK e colaborou por muitos anos na JUNET (Junta Nacional de Educação Teológica). Também foi Custódio do Livro de Oração Comum, de 1997 a 2003. Em sua atuação pastoral esteve à frente de Paróquias, como ministro encarregado no Divino Semeador (Pelotas) e pároco na Ressurreição (Porto Alegre). Com a eleição do Bispo Celso Franco para a Diocese Anglicana do Rio de Janeiro, foi convidado pelo mesmo para substituí-lo como reitor na Paróquia de São Lucas, cargo que ocupou de março de 2001 a setembro de 2017, quando foi eleito novo bispo diocesano.

¹¹⁸ Natural de Canguçu, no Rio Grande do Sul, Marinez Rosa dos Santos Bassotto nasceu em 09 de março de 1971. Sendo criada desde cedo na Igreja, optou pelo ministério ordenado. Formou-se em Teologia pelo Seminário Teológico da Igreja e pela Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF), em Porto Alegre. Foi ordenada ao diaconato, em 14 de maio de 1995, e ao presbiterato, em 17 de março de 1996. Atuou como reitora na Paróquia São Paulo Apóstolo, de Cachoeirinha (RS), e ministra encarregada da Missão do Natal, em Glorinha, região metropolitana de Porto Alegre. Também foi a primeira mulher a assumir a reitoria da Catedral Nacional da Santíssima Trindade, de Porto Alegre, por vários mandatos, sendo a sua primeira deã. Também foi Custódia do Livro de Oração Comum, sendo uma das responsáveis pela nova edição do LOC, em 2015.

Desde que a primeira mulher foi ordenada no Brasil, em 1985, a sagração da primeira bispa da Igreja representou significativa conquista para todas as clérigas. Havia muitas mulheres diáconas e presbíteras, mas a Câmara Episcopal e os espaços da Igreja eram essencialmente masculinos. Nas palavras da bispa Marinez:

Ao participar do processo de eleição na Diocese Anglicana da Amazônia eu tinha plena consciência de que disponibilizava meu nome também em favor da ordenação feminina, pois, agora no mês de maio deste ano de 2018, completaremos 33 anos de ordenação feminina no Brasil. Nossa Igreja brasileira foi ousada e inovadora ao possibilitar às mulheres, desde o início, o acesso às três ordens sagradas. Mesmo assim, nestes quase 33 anos, não havia tido a coragem profética de eleger nenhuma mulher ao episcopado. Era já chegada a hora de romper essa barreira – com a eleição um novo tempo com maior equidade de gênero foi inaugurado – espero que esta tenha sido a primeira de muitas que virão (CONIC, 17 abr. 2018).

Junto com a eleição da primeira bispa, outro acontecimento marcou a história da IEAB em 2018. Desde 1997¹¹⁹, a Igreja vinha desenvolvendo um ciclo de debates, ações e espaços de escuta sobre Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos, na busca por garantir a inclusão plena de todas as pessoas na vida da Igreja. Depois de duas décadas refletindo sobre a questão, e após atravessar uma grande crise no Nordeste devido ao tema, entre os dias 30 de maio e 03 de junho, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil se reuniu, na cidade de Brasília, durante o XXXIV Sínodo Geral¹²⁰, para votar uma proposta de mudança canônica visando a permitir a realização do rito de casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Em 1º de junho de 2018 – quando a Província Brasileira celebrava o seu 128º aniversário de fundação – a assembleia aprovou a matéria com ampla margem de votos; a decisão foi aplaudida por todos os delegados.

Num momento histórico, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) votou a favor de estender o matrimônio a casais do mesmo sexo por uma grande maioria de votos – 57 a favor, 3 contra e 2 abstenções. Esta é a terceira vez que o assunto é trazido à consideração do Sínodo Geral. A mudança canônica foi aprovada num ambiente pleno do Espírito Santo, amor mútuo e respeito. Foi precedida por um diálogo longo, profundo e espiritual. Esse diálogo formalmente iniciou em 1997, embora tenha um histórico informal muito mais antigo. Atingiu toda a província desde então, através da metodologia indaba, conferências, consultas, orações e publicações bíblico-

¹¹⁹ Em 1997, diante dos debates em toda a Comunhão Anglicana, a Câmara Episcopal expediu a “Carta Pastoral sobre Sexualidade Humana”, a primeira do gênero em toda a Província. Em 2002 e 2004 foram realizadas duas Consultas Nacionais sobre Sexualidade. Em 2007 a Câmara lançou uma segunda Carta, reafirmando a crença na Inclusividade. Desde então, o Centro de Estudos Anglicanos junto com o Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento, organizou muitas outras ações.

¹²⁰ O nº 1825, de dezembro de 2018, do Estandarte Cristão, foi dedicado ao XXXIV Sínodo Geral.

teológicas. [...] Não serão necessárias mudanças litúrgicas, visto que o rito matrimonial do Livro de Oração Comum de 2015 foi adequado à neutralidade de gênero e deverá ser usado para a celebração do matrimônio entre duas pessoas de quaisquer gêneros (PARÓQUIA DE SÃO JOÃO, 04 jun. 2018).

Assim, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil se tornou a primeira denominação histórica no Brasil e a terceira Igreja da Comunhão Anglicana a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo. A Igreja Episcopal dos Estados Unidos já realiza tal rito, desde 2015, e a Igreja Episcopal Escocesa, desde 2017. Nos anos seguintes, as Dioceses passaram a aplicar as novas diretrizes sinodais, através de uma gradual recepção que foi ratificada por seus Concílios. Durante o 34º Sínodo também foi eleito o novo Primaz da IEAB: o bispo Naudal Alves Gomes.¹²¹

A eleição da bispa Marinez abriu portas para a sagração de outras mulheres, dando continuidade à renovação da Câmara Episcopal. A Diocese Anglicana de Pelotas, em Concílio realizado no dia 27 de abril de 2019, elegeu a reverenda Meriglei Borges Simin da Silva¹²², que substituiu o bispo Renato da Cruz Raatz, que havia atingido a idade da aposentadoria compulsória. Meriglei foi sagrada pelo Bispo Primaz, Naudal Gomes, em 17 de novembro de 2019, na sua cidade natal, Canguçu. A cerimônia foi divulgada em toda a cidade e nos meios de comunicação locais. Vários clérigos nacionais e de outras Províncias, junto com cidadãos e amigos da nova bispa estiveram presentes. A posse como a nova diocesana de Pelotas aconteceu em 14 de março de 2020, na Catedral do Redentor.

Dando continuidade à renovação da Câmara Episcopal, em 09 de julho de 2019, durante Concílio Extraordinário, o reverendo Francisco César Fernandes Alves¹²³ foi eleito o novo bispo coadjutor da Diocese Anglicana de São Paulo. A

¹²¹ Um estudo sobre o XXXIV Sínodo Geral da IEAB pode ser lido no capítulo 5, onde foi abordado, dentre outras coisas, como cada Diocese recepcionou as decisões da assembleia sinodal e o impacto dessas diretrizes sobre a Igreja e seus membros.

¹²² Meriglei Borges Silva Simin nasceu em 29 de junho de 1967, na cidade de Canguçu (RS). Tem formação pelo Seminário da IEAB, em Porto Alegre, e Pós-graduação em Gestão Ministerial. Foi ordenada ao diaconato em 23 de abril de 1995 e, ao presbiterato, em 28 de setembro de 1997, pelo bispo Luiz Osório Pires Prado. Atuou como capelã do Instituto Reverendo Severo da Silva, em Capão do Leão (RS). Atuou em algumas paróquias da Diocese Anglicana de Pelotas como São João Batista (Pelotas), Salvador (Canguçu), dentre outras. Na Diocese Anglicana do Rio de Janeiro, com a missão São Pedro Apóstolo (Belo Horizonte) e São João Batista (Nova Lima), da qual esteve à frente por muito tempo, até ser eleita no Concílio Extraordinário em Pelotas.

¹²³ Natural de Quixeramobim, no Ceará, César Fernandes foi ordenado ao diaconato, em julho de 1995, e presbítero, em junho de 1996, exercendo seu ministério em várias paróquias da IEAB, com destaque para a sua atuação junto à comunidade anglicana japonesa, como reitor da Paróquia São João, em São Paulo. O clérigo fez a sua formação teológica no IAET, em São Paulo, e possui especialização em anglicanismo pelo Centro Anglicano de Birmingham na Inglaterra.

cerimônia de sagração ocorreu no dia 25 de janeiro de 2020 – festa de São Paulo, Apóstolo –, na Paróquia da Santíssima Trindade, na capital paulista, e contou com a presença maciça de vários membros do clero e do laicato da IEAB, e de representantes ecumênicos de várias Igrejas locais. A sagração fez parte das comemorações dos 50 anos de fundação da DASP.

No dia 24 de abril de 2021, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil escolheu sua terceira bispa. A reverenda Magda Guedes Pereira¹²⁴ foi eleita para suceder o bispo Naudal Alves Gomes, na liderança da Diocese Anglicana do Paraná. O Concílio Extraordinário foi realizado de forma online, devido à Pandemia do COVID-19. A bispa Magda foi sagrada no dia 17 de outubro de 2021, pelo Bispo Primaz e Diocesano de Curitiba, na Catedral de São Tiago. Este foi o primeiro rito de sagração episcopal da IEAB, realizado durante a Pandemia. A nova bispa da DAPAR foi instalada na manhã de 12 de dezembro de 2021, na Catedral diocesana.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil está presente em mais de 150 cidades, e é formada por 205 de missões e paróquias (dados relativos ao ano de 2020¹²⁵), organizadas em nove Dioceses e um Distrito Missionário, liderados por bispos ou bispas, eleitos em Concílio¹²⁶. Em sua história, a Igreja teve um total de trinta e seis bispos – da eleição de Lucien Lee Kinsolving, em 1903, até 2020 – e três bispas – eleitas a partir de 2018. Atualmente, a Primazia da Igreja é exercida pelo bispo Naudal Alves Gomes¹²⁷.

As unidades territoriais da IEAB são a Diocese Meridional, pastoreada pelo Bispo Humberto Maiztegui Gonçalves¹²⁸, com sé na Catedral Nacional da Santíssima Trindade; a Diocese Sul-Occidental, pastoreada pelo Bispo Francisco de Assis da Silva¹²⁹, com sé na Catedral do Mediador; a Diocese Anglicana do Rio de

¹²⁴ Magda Guedes Pereira nasceu em Sant’Ana do Livramento, Rio Grande do Sul, fronteira com Uruguai, em 03 de setembro de 1967. Estudou no Seminário Teológico Nacional da IEAB, concluindo o curso em dezembro de 1995. Em 24 de março de 1996 foi ordenada ao diaconato, em sua cidade natal, na Matriz do Nazareno, e em 21 de dezembro de 1997, ao presbiterato, na Paróquia de Jesus Cristo, em Erechim (RS). Além da Teologia, possui graduação em Pedagogia. Foi Capelã (1996-1999) da Escola Anglicana em Erechim e desde sua ordenação atuou nas Dioceses Sul-Occidental (1996-2006), Paraná (2007-2010) e Brasília (2011-2017), quando exerceu o cargo de Deã. Também integra a diretoria do CONIC. Atualmente reside na Diocese de Pelotas, onde, desde julho de 2018 exerce a função de Secretária-Geral da IEAB.

¹²⁵ Um estudo mais detalhado acerca dos dados da IEAB pode ser encontrado no Capítulo 4.

¹²⁶ Vide Anexo D, com a lista de Bispos e Bispas da IEAB por Diocese.

¹²⁷ Vide Imagem 10, com a foto do Bispo Primaz.

¹²⁸ Vide Imagem 11.

¹²⁹ Vide Imagem 12.

Janeiro, pastoreada pelo Bispo Eduardo Coelho Grillo¹³⁰, com sé na Catedral do Redentor; a Diocese Anglicana de São Paulo, pastoreada pelo Bispo Francisco César Fernandes Alves¹³¹ (atualmente sem uma sé instituída, devido à crise ocorrida na Catedral Anglicana de São Paulo, em 2013); a Diocese Anglicana do Recife, pastoreada pelo Bispo João Cândio Peixoto Filho¹³², com sé na Catedral do Bom Samaritano; a Diocese Anglicana de Brasília, pastoreada pelo Bispo Maurício José Araújo de Andrade¹³³, com sé na Catedral da Ressurreição; a Diocese Anglicana de Pelotas, pastoreada pela Bispa Meriglei Borges Simin da Silva¹³⁴, com sé na Catedral do Redentor; a Diocese Anglicana do Paraná, pastoreada pela Bispa Magda Guedes Pereira¹³⁵, com sé na Catedral de São Tiago; e a Diocese Anglicana da Amazônia, pastoreada pela Bispa Marinez Rosa dos Santos Bassotto¹³⁶, com sé na Catedral de Santa Maria. Já o Distrito Missionário do Oeste atualmente é pastoreado pelo Bispo Maurício Andrade.

Também é digno de nota que cada membro do episcopado brasileiro possui um registro próprio, seguindo a ordem de sagração. Desde o estabelecimento da missão no Brasil, os bispos eleitos e sagrados pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos possuíam o seu número vinculado à Província norte-americana, o que foi iniciado a partir de Lucien Kinsolving, primeiro bispo missionário do Brasil¹³⁷. Desde 1965, com a autonomia da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, os bispos e bispas possuem um registro próprio, sendo enumerados a partir do bispo Arthur Kratz¹³⁸. A razão desse registro se justifica, não apenas, pela necessidade de se ter um banco de dados sobre o episcopado histórico nas Igrejas e na Comunhão Anglicana, mas, também, para facilitar a organização das linhas de sucessão apostólica, pelas quais é possível saber quem foram os bispos ou bispas que conferiram as ordenações.

¹³⁰ Vide Imagem 13.

¹³¹ Vide Imagem 14.

¹³² Vide Imagem 15.

¹³³ Vide Imagem 16.

¹³⁴ Vide Imagem 17.

¹³⁵ Vide Imagem 18.

¹³⁶ Vide Imagem 19.

¹³⁷ Lucien Kinsolving (MB1, *First Missionary Bishop to Brazil*); William Thomas (318); Athalício Pithan (422); Louis Melcher (475); Egmont Kriskche (495); Plínio Simões (542); Edmund Sherrill (560).

¹³⁸ Arthur Kratz (01); Elliot Sorge (02); Olavo Ventura (03); Agostinho Sória (04); Sumio Takatsu (05); Cláudio Gastal (06); Clovis Rodrigues (07); Sydney Ruiz (08); Luiz Prado (09); Almir dos Santos (10); Glauco Soares (11); Jubal Neves (12); Robinson Cavalcanti (13); Orlando Oliveira (14); Celso Franco (15); Naudal Gomes (16); Sebastião Gameleira (17); Filadelfo Oliveira (18); Hiroshi Ito (19); Mauricio Andrade (20); Saulo Barros (21); Renato Raatz (22); Roger Bird (23); Francisco Silva (24); Humberto Maiztegui (25); Flávio Irala (26); Marinez Bassotto (27); Meriglei Simin (28); César Fernandes (29); Magda Guedes (30).

Nos últimos anos, a IEAB tem-se destacado por seu compromisso em combater problemas que afetam a sociedade brasileira, tais como a desigualdade social, a concentração fundiária, a intolerância religiosa, a violência doméstica, o racismo, a homofobia e a xenofobia. Durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, a IEAB se posicionou institucionalmente em defesa dos valores democráticos, defendendo a posição de que o episódio significava uma manobra de setores conservadores da sociedade que visavam acabar com programas sociais construídos nos últimos anos, e que ajudaram a combater e diminuir a desigualdade social no país. Em alguns pronunciamentos, a Igreja afirmou tratar-se de um “Golpe de Estado”, orquestrado por estes mesmos setores.

Desde a transição do governo de Michel Temer para o de Jair Bolsonaro, a Igreja endureceu suas críticas diante das posturas e declarações anti-democráticas do atual presidente, e da má gestão da máquina pública durante o seu mandato. Em parceria com o CONIC e outras Igrejas históricas, a IEAB vem consolidando um discurso institucional de defesa dos Direitos Humanos e de grupos sociais vulneráveis que vêm sendo negligenciados pelo Estado brasileiro.

As posições e declarações da Câmara Episcopal receberam críticas de setores externos à Igreja, mas internamente ganharam maciço apoio de seus fiéis e clérigos e de suas comunidades, com manifestações semelhantes. Sua postura em relação à inclusão de todos os seus membros na vida comunitária e sacramental tem atraído pessoas oriundas de diferentes denominações cristãs ou até mesmo sem pertença religiosa, que acabam descobrindo na Igreja um espaço seguro de aceitação e de acolhimento. Por outro lado, a questão da Inclusividade – tida como uma das maiores controvérsias e pontos de tensionamento entre as Igrejas – vêm dividindo o mundo anglicano e colocando em xeque a unidade das Províncias.

Como consequência das disputas entre os diferentes grupos e suas lideranças, estamos assistindo ao surgimento de novos movimentos anglicanos e episcopais no Brasil que não estão em comunhão com a sé de Cantuária, mas que vêm ganhando cada vez mais destaque e espaços – no meio secular e religioso – em meio às atuais disputas presentes no Anglicanismo global. Em geral, tais Igrejas surgem de forma autônoma, a partir de lideranças que se apropriam da identidade anglicana, fundando Igrejas Independentes. Outros, porém, tem as suas origens a partir das estruturas da IEAB, obtendo rápido crescimento e consolidação.

As questões que motivam o surgimento desses novos movimentos vão além da ordenação feminina, reforma litúrgica ou sexualidade humana. É preciso entender as mudanças surgidas no mundo entre o final do século XX e o início do século XXI, de modo que é impossível dissociar a crise da(s) pós-modernidade(s) e as transformações ocorridas no Anglicanismo global. Portanto, o fenômeno do Realinhamento Anglicano não é o fundamento para o surgimento desses novos grupos, mas consequência das mudanças que estão ocorrendo em algumas Províncias da Comunhão Anglicana que passaram a assumir pautas progressistas.

2.7 OS NOVOS MOVIMENTOS ANGLICANOS E EPISCOPAIS

Quando falamos dos novos movimentos anglicanos e episcopais, em primeiro lugar, é preciso considerar que, a partir da segunda metade do século XX – e de modo mais intenso, a partir dos anos 2000 –, alguns grupos passaram a se organizar e se alinhar sob a supervisão de uma autoridade episcopal alternativa, em relação às suas respectivas Dioceses ou Províncias. Dentre os vários grupos que surgiram neste período, o principal movimento, desde o início dos processos de rompimento com a Comunhão Anglicana é o chamado Realinhamento Anglicano.

Este fenômeno se desenvolveu como uma reação às novas posturas institucionais quanto à aceitação da pluralidade de expressões da sexualidade humana nas Igrejas Episcopal norte-americana e Anglicana do Canadá, e à eleição do bispo Gene Robinson para a Diocese de New Hampshire, nos Estados Unidos. Em alguns casos, grupos ou dioceses inteiras deixaram sua jurisdição episcopal ou seu vínculo provincial, promovendo diferentes arranjos eclesiais fora da Comunhão Anglicana. Mas, em outros casos, ao invés de se separarem, buscaram nova supervisão episcopal, inclusive à revelia da autoridade do Arcebispo de Cantuária.

Em poucas palavras, o Realinhamento Anglicano é um fenômeno institucional em que, grupos e lideranças ligados à Comunhão Anglicana não desejam sair da Comunhão com a Sé de Cantuária, mas, ao mesmo tempo, por defenderem posições ortodoxas e de cunho conservador, não coadunam com as mudanças ocorridas em algumas Províncias. Nas palavras do bispo Robinson Cavalcanti:

Não dá para os conservadores simplesmente deixarem a Comunhão Anglicana, por duas razões: a *primeira* é que nós somos os continuantes do que o Anglicanismo sempre representou; e, a *segunda*, é que nós somos a imensa maioria, e nunca maiorias deixam instituições. São as minorias que deixam, ou são deixadas, como aconteceu com as heresias dos primeiros séculos. Com a falta de poder jurisdicional por parte dos Instrumentos de Unidade/Instrumentos de Comunhão, e a autonomia de Províncias e Dioceses, o processo segue necessariamente lento, mas segue (CAVALCANTI, 2009, p. 163.)

Considerando que o texto de Robinson Cavalcanti foi publicado um ano após a Conferência de Lambeth de 2008, liderada sob o primado de Rowan Williams, percebemos que, como resultado desses tensionamentos e disputas, tivemos uma visível fragmentação no interior das Províncias que eram alvo de tais críticas. A saída maciça dos grupos divergentes acabou dando origem a novas Igrejas anglicanas, a exemplo da saída do grupo que formaria a Igreja Anglicana na América do Norte – ao desligar-se da Igreja Episcopal dos Estados Unidos –, e do grupo liderado pelo próprio bispo Robinson e que formaria a Igreja Anglicana no Brasil – após o seu processo de enfrentamento institucional e rompimento com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Porém, ao analisarmos com mais profundidade o que foi o Realinhamento Anglicano, e seus processos de rompimento institucional com as denominações de origem e a criação de novas Igrejas ou movimentos anglicanos e episcopais, o que vislumbramos, é que tais episódios foram, em sua grande maioria, fruto de projetos pessoais de suas lideranças, cujos motivos para tais rompimentos eram sempre justificados por questões de ordem doutrinária, moral ou disciplinar.

Em alguns casos, acima citados, estes rompimentos levaram a uma fragmentação de Províncias, como o caso da Igreja Episcopal dos Estados Unidos ou da própria Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Mas o surgimento desses novos movimentos também possui outra face. Em diferentes momentos ao longo dos séculos XX e XXI, estes processos de rompimento institucional tomaram caminhos diferentes, criando comunhões eclesiais distintas do Anglicanismo, ou até mesmo foram mal sucedidos, criando grupos independentes que são conduzidos por uma liderança sem expressão ou relevância no meio religioso, a exemplo de bispos que buscavam apenas um simples *status* perante suas comunidades. Sejam quais forem as razões e as consequências desses episódios, iremos analisar as origens e características dos novos movimentos episcopais e anglicanos.

2.7.1 A GAFCON e a Fraternidade de Confessantes Anglicanos

A *Global Anglican Future Conference* – GAFCON (sigla em inglês para Conferência Global sobre o Futuro do Anglicanismo) é uma conferência organizada por bispos anglicanos de linha conservadora, que se reuniram pela primeira vez em 2008, na cidade de Jerusalém, para discutir os riscos do crescente “secularismo” e do avanço da chamada “teologia liberal”, assim intitulada por eles para definir declarações, posições e ações assumidas por grupos ou alas progressistas em algumas Igrejas que fazem parte da Comunhão Anglicana. O seu lema é: “Guardando e proclamando a imutável verdade em um mundo em mudança”.

Como fruto dessa Conferência, surgiu a Fraternidade de Confessantes Anglicanos (em inglês, *Fellowship of Confessing Anglicans* – FCA), uma rede de Igrejas que apoiaram e assinaram a Declaração de Jerusalém, sustentando uma apologia da fé anglicana “ortodoxa e evangélica”, como foi conceituada por este grupo, como sendo a saída para a crise existente no Anglicanismo mundial.

Nesta Declaração de Fé, os participantes reconheciam o papel histórico do Arcebispo de Cantuária na condução da Igreja Anglicana, mas rejeitavam que sua liderança fosse tomada como uma pedra angular no estabelecimento e consolidação da identidade anglicana, de modo que o reconhecimento da autoridade das Igrejas Anglicanas não passava pela sua comunhão com a Sé de Cantuária, mas pela defesa de crenças e doutrinas cristãs inegociáveis.

Assim, para garantir a defesa da fé anglicana “ortodoxa e evangélica”, a Declaração apelou para a formação de uma “Fraternidade de Confessantes Anglicanos”, a partir da reorganização das Igrejas ali representadas. A consequência política desse movimento foi o estabelecimento do Realinhamento Anglicano, fenômeno analisado pelo bispo Robinson Cavalcanti logo após a Conferência de Jerusalém, o qual apresentou os propósitos centrais da reunião da GAFCON.

Enquanto a maioria das Províncias Asiáticas se isola do conflito e as Províncias da África vão consolidando uma entidade regional forte, ortodoxos de 17 Províncias promovem, em Jerusalém, a Conferência sobre o Futuro Global do Anglicanismo (GAFCON), simbolicamente em Jerusalém, para comunhão e apoio mútuo, avaliação da conjuntura, estabelecimento de metas de ação conjunta na missão. Alguns Bispos comparecendo, também, para “*marcar presença*” na Conferência de Lambeth; outros não. O importante é a não aceitação do fato de que a

minoria liberal rica do primeiro mundo dite a agenda e o espaço. Usando a imagem, os ortodoxos estão tomando a brideira nos dentes... (CAVALCANTI, 2009, p. 165).

Junto aos demais bispos que subscreveram a Declaração de Jerusalém, o Brasil teve como sua maior liderança o bispo Robinson Cavalcanti. Rapidamente o bloco ligado à Conferência se converteu na maior instância de reunião de lideranças anglicanas dentro – e também fora – da Comunhão Anglicana. Além da Conferência de 2008, outros encontros foram organizados em Londres (2012), em Nairobi (2013) e novamente em Jerusalém (2018), celebrando os dez anos da primeira Conferência. Esta última reuniu lideranças leigas e clericais, bispos e arcebispos das diversas Províncias ligadas à GAFCON/FCA. Sob a ótica do grupo, todos estes encontros representaram uma resposta das Igrejas realinhadas frente à missão do grupo de difundir uma “doutrina correta” e de enfrentar as “pautas liberais” dentro da Comunhão Anglicana e do mundo cristão.

O número de arcebispos ativos e aposentados que compareceram foi de trinta e oito, incluindo sete primazes de Igrejas da Comunhão Anglicana¹³⁹ do Sul-Global alinhados com o grupo. Além deles, cabe frisar a participação de dois dos bispos mais influentes na GAFCON, Foley Beach (atual primaz da Igreja Anglicana na América do Norte) e Miguel Uchôa (atual primaz da Igreja Anglicana no Brasil), os quais lideram as novas denominações que deixaram a comunhão com suas Igrejas de origem (a TEC e a IEAB, respectivamente). Outros seis primazes eméritos também participaram¹⁴⁰. Todavia, nomes importantes, como Justin Badi Arama (Igreja Anglicana do Sudão do Sul) e Maimbo Mndolwa (Igreja Anglicana da Tanzânia), não compareceram ao encontro, apesar de confirmarem presença¹⁴¹.

A maior delegação nesta Conferência foi da Igreja da Nigéria, com 472 membros. Do ponto de vista teológico, o número de anglo-católicos diminuiu muito em comparação às duas Conferências anteriores. Desse modo, percebemos uma influência da GAFCON no Sul Global, com uma presença também da Igreja

¹³⁹ Jackson Ole Sapit (Igreja Anglicana do Quênia), Stanley Ntagali (Igreja Anglicana de Uganda), Laurent Mbanda (Igreja Anglicana de Ruanda), James Wong (Província Anglicana do Oceano Índico), Nicholas Okoh (Igreja Anglicana da Nigéria), Stephen Than Myint Oo (Província Anglicana de Mianmar) e Gregory Venables (Igreja Anglicana da América do Sul).

¹⁴⁰ Peter Akinola (Nigéria), Eliud Wabukala (Quênia), Onesphore Rwaje (Ruanda), Jacob Chimeledya (Tanzânia), Tito Zavala (América do Sul) e Robert Duncan (América do Norte).

¹⁴¹ Uma conferência adicional, denominada G19, também aconteceu de 25 de fevereiro a 1º de março de 2019, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, para aqueles que não puderam comparecer ao GAFCON III do ano anterior.

Anglicana na América do Norte (*Anglican Church in North America* – ACNA), em oposição à Igreja Episcopal dos Estados Unidos e à Igreja Anglicana do Canadá.

O perfil teológico e litúrgico da GAFCON se fortalece cada vez mais em torno da corrente teológica Evangelical e de uma tradição litúrgica *Low Church*, com o crescente afastamento dos anglo-católicos de perfil conservador, que, em alguns casos, esvaziaram as Conferências do grupo; outros, diante das novas configurações do Anglicanismo mundial, iniciaram um movimento de ingresso na Igreja Católica Romana, após a publicação da Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*, em 2009, pelo Papa Bento XVI.

Este período foi decisivo para o Anglicanismo global, pois foi marcado pela realização – quase que simultânea – da 14ª Conferência de Lambeth, e da primeira Conferência da GAFCON, em Jerusalém, ambas ocorridas em 2008. Podemos apontar, também, que a criação da Fraternidade de Confessantes Anglicanos foi fundamental para a formação da Igreja Anglicana na América do Norte (ACNA), a reafirmação das posições teológicas da Diocese Anglicana de Sydney (da Igreja Anglicana da Austrália) e o realinhamento protagonizado pela Igreja Anglicana do Cone Sul da América, especialmente com o apoio dado ao bispo Robinson Cavalcanti, quando do seu rompimento com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

A Igreja Anglicana na América do Norte (*Anglican Church in North America* – ACNA) foi fundada, em 2009, por membros e lideranças clericais oriundos da Igreja Episcopal nos Estados Unidos e da Igreja Anglicana do Canadá que estavam insatisfeitos com os ensinamentos doutrinários e sociais considerados por eles como “liberais” e contrários às crenças do Anglicanismo histórico. O episódio que desencadeou a formação desta nova denominação foi a eleição de Gene Robinson – o primeiro sacerdote gay da Comunhão Anglicana a assumir publicamente que não era celibatário –, juntamente com a aprovação e a realização de ritos de bênção para uniões do mesmo sexo, na Diocese de New Westminster, na Igreja canadense.

Desde o início dos anos 2000, vários grupos de anglicanos conservadores começaram a receber apoio de Províncias apoiadoras do Realinhamento Anglicano. Estas Igrejas, com forte influência no Sul Global, passaram a fornecer apoio pastoral e suporte financeiro aos grupos insatisfeitos. Assim, muitas paróquias dos Estados Unidos e do Canadá decidiram manter a sua lealdade às Igrejas da América do Sul e da África, rompendo com as suas Dioceses e Províncias.

Em dezembro de 2008, delegados escolhidos por estes grupos organizaram uma Convenção Constitucional, se reunindo em West Chicago, Illinois, para formar uma nova “estrutura eclesial separada na América do Norte”. Em 22 de junho de 2009 foi organizado um encontro na Catedral de São Vicente, em Bedford, Texas, para a aprovação da nova Constituição e dos Cânones. Nesta reunião, Robert Duncan, bispo da Diocese de Pittsburgh, foi eleito o seu primeiro arcebispo, sendo oficialmente fundada a nova denominação alinhada com as demais Províncias que fazem parte da GAFCON: a Igreja Anglicana na América do Norte (*Anglican Church in North America* – ACNA).

Diferente da Igreja Episcopal e da Igreja do Canadá, a ACNA não é uma Província da Comunhão Anglicana. Desde o seu surgimento esta Igreja buscou estabelecer plena comunhão apenas com outras Províncias que mantêm a “fé anglicana ortodoxa”, segundo os princípios apresentados pela Declaração da GAFCON. Buscando se fortalecer como uma instituição recém-criada, todo o espectro do Anglicanismo conservador foi incorporado à nova denominação. Como resultado, até certo ponto ela conseguiu acomodar diferentes orientações teológicas (anglo-católicas, evangélicas e carismáticas), muitas vezes divergentes entre si.

Ao incluir sob um mesmo teto grupos que se opõem e rejeitam e que, ao mesmo tempo, promovem e apoiam a ordenação feminina, foi gerada uma situação peculiar: em algumas dioceses as mulheres podem ser ordenadas, enquanto que outras mantêm um clero exclusivamente masculino. Porém, existe um ponto comum, o de impedimento da ordenação de mulheres ao episcopado. Estas divergências acerca da ordenação de mulheres aumentaram as barreiras dentro da ACNA para o estabelecimento de uma “comunhão” entre algumas de suas dioceses, de modo que esta é a questão que mais divide a Igreja atualmente. Já no campo da moral, a ACNA define o casamento como uma união entre um homem e uma mulher, sustentando que existem apenas duas expressões da sexualidade humana fiéis aos ensinamentos bíblicos: o casamento ou a abstinência. Como consequência dessas posições, a igreja também apoia pautas “pró-vida”, quanto ao aborto e à eutanásia.

Atualmente, a Igreja Anglicana na América do Norte está presente em todo o território do Canadá e dos Estados Unidos, também possuindo paróquias e missões no México e em Cuba. Em 2014, Robert Duncan deixou a primazia, sendo escolhido Foley Beach para assumir o cargo como o segundo arcebispo da denominação. Ele

vem se destacando como liderança importante nas Conferências da GAFCON, desde que assumiu a presidência do Conselho de Primazes. Também é um dos bispos mais influentes da Fraternidade de Confessantes Anglicanos.

Já em relação à Igreja Anglicana da Austrália (*Anglican Church of Australia*), que é parte da Comunhão Anglicana, a influência da GAFCON ocorreu apenas na Diocese Anglicana de Sydney. Todavia, esta tem exercido um papel decisivo dentro do movimento de realinhamento anglicano, desde que o arcebispo Peter Jensen se opôs às decisões em prol da inclusão de pessoas homoafetivas na Igreja Episcopal dos Estados Unidos e na Igreja Anglicana do Canadá.

Por conta de sua participação na primeira Conferência de Jerusalém, em 2008, o arcebispo de Sydney assumiu a presidência da GAFCON, posteriormente conduzindo a Diocese Anglicana de Sydney e a Diocese Anglicana do Noroeste da Austrália a declararem plena comunhão com a Igreja Anglicana na América do Norte (ACNA), emitindo posições completamente divergentes do resto da Província australiana. Atualmente, a Igreja australiana se encontra polarizada internamente, de modo semelhante à Igreja da Inglaterra no tocante à Ordenação Feminina, embora não indique que venha a acontecer uma crise como em outras Províncias.

Embora estas duas dioceses não ordenem mulheres ao sacerdócio, a Igreja Anglicana da Austrália é um caso emblemático acerca da inclusividade, pois, juntamente com a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, foi uma das primeiras Províncias da Comunhão Anglicana a aprovar a ordenação feminina, em 1992. Anos depois, em 2008, a Diocese de Perth consagrou a primeira bispa anglicana da Austrália, Kay Goldsworthy. E em agosto de 2017, os delegados conciliares da Província da Austrália Ocidental elegeram-na como a primeira arcebispa¹⁴² da Igreja australiana. Entretanto, a decisão não foi aceita por toda a cúpula da Igreja.

Em uma declaração que representa uma visão conservadora e que acentua as posições dessa parte da Igreja, o bispo Gary Nelson, da Diocese Noroeste da Austrália (vinculada à Província da Austrália Ocidental), disse que não reconheceria a jurisdição da nova arcebispa, uma vez que não concordava teologicamente com a

¹⁴² Atualmente a Igreja Anglicana da Austrália é liderada pelo Primaz Phillip Aspinall, Arcebispo de Brisbane. Por conta de sua extensão territorial, a Igreja australiana é administrada por um sistema arquiépiscopal, sendo dividida em Províncias compostas por Dioceses, cujos bispos estão subordinados aos seus metropolitas. A Província da Austrália Ocidental é composta pelas dioceses Noroeste, Bunbury e Perth, da qual saiu a eleição da bispa Kay para ser arcebispa daquela Província.

ordenação feminina nem com o casamento entre pessoas do mesmo sexo, posições defendidas por Kay Goldsworthy.

Kay conhece minha posição como um evangelical conservador que não vemos na Bíblia como permitindo mulheres em posições como liderança de igrejas. [...] As escrituras estão dizendo em vários lugares que posicionam para liderança na Igreja que Deus deu aos homens, não às mulheres. Deus se opõe a isso, portanto eu sou contra (THE WEST AUSTRALIAN, 15 fev. 2018).

Por fim, é necessário também falar da militância da Fraternidade de Confessantes Anglicanos na América Latina a partir da Igreja Anglicana do Cone Sul da América e, mais recentemente, pelo surgimento da Igreja Anglicana no Brasil. A primeira denominação teve papel fundamental no processo do realinhamento global, através do bispo Gregory Venables no início dos anos 2000, especialmente quando se desenvolveram as tensões entre o bispo Robinson e a Província Brasileira.

Como consequência da articulação entre os dois bispos, a Grande Crise que fragmentou a Diocese Anglicana do Recife acabou originando uma Província ligada à GAFCON nesta região. Esta questão será analisada de modo mais aprofundado no capítulo seguinte, no qual apresentamos um estudo de caso sobre a Diocese Anglicana do Recife e os episódios que culminaram com a crise promovida por seu bispo diocesano, os quais impactaram profundamente a Província brasileira da Comunhão Anglicana e colocaram a capital pernambucana como um centro estratégico – ainda desconhecido pelo público em geral, mas relevante em termos geopolíticos – nas relações eclesiais que ainda estão em disputa no seio do Anglicanismo mundial.

2.7.2 O Movimento Carismático

A origem do Movimento Carismático é bastante complexa. Um dos marcos de sua fundação é estabelecido por uma ligação entre movimentos distintos: a Renovação Carismática Católica e o Movimento Carismático no Anglicanismo, de modo que não é possível dissociar a influência de ambos para o crescimento desse fenômeno e suas diferentes manifestações no Cristianismo. A troca de experiência entre os grupos que dele surgiram foi fundamental para a rápida expansão e o estabelecimento de bases ecumênicas entre as Igrejas em que ele se manifestou.

No Anglicanismo muitas paróquias da Igreja Episcopal dos Estados Unidos começaram a organizar grupos de oração voltados para os dons do Espírito, e seus párocos passaram a pregar de maneira entusiasta, manifestando fenômenos como a glossolalia durante os ofícios. Um desses acontecimentos mais notáveis se deu em uma celebração dominical, no dia 03 de abril de 1960, na Paróquia de São Marcos, na Califórnia, depois de uma homilia do reverendo Dennis Bennett, quando este anunciou que ele e seus paroquianos começaram a falar em línguas.

A Igreja indicou uma comissão para avaliar o impacto do crescimento do movimento carismático na Diocese da Califórnia. Mas o resultado foi que, em termos gerais, em outras paróquias e em outras dioceses, surgiram manifestações desse tipo. Na década de 70 surgiram os movimentos do Cursilho e do Fé Viva que também ajudaram a espalhar o surgimento do entusiasmo evangélico através da Igreja. E nesta década, cada diocese episcopal tinha ao menos uma paróquia que se declarava a si mesmo como *renovada*. O movimento carismático cresceu cada vez mais e passou a tomar uma dimensão social. Muitos evangélicos e episcopais carismáticos tornaram-se ativos em suas comunidades, alimentando os famintos e trabalhando com os sem-teto. (OLIVEIRA, 2017b, 136).

A partir de então, estas práticas passaram a ser cada vez mais difundidas não somente na Igreja Episcopal, chegando a alcançar também a Igreja da Inglaterra.

Nos anos 60 do século XX, em alguns países e denominações (batistas, presbiterianos, metodistas, congregacionais) veio a se dar o Movimento de Renovação Espiritual, que as divide institucionalmente entre “*tradicionais*” e “*renovados*” (os que aceitam os princípios pentecostais). Nos anos 70 ocorre o Movimento de Renovação Carismática, que, no caso do Anglicanismo inglês, se dá em sua ala Protestante, com figuras como os Reverendos Michael Harper (então Coadjutor do Rev. John Stott, na Paróquia de All Souls) e David Watson, um evangelista itinerante. A permanência no interior da instituição, uma visão menos legalista e uma visão menos centrada na glossolalia, diferenciam esse “carismatismo anglicano” dos seus congêneres pentecostais, embora se reconheça seu impacto na consagração de vidas, na flexibilização e inculturação litúrgicas e no fervor missionário (CAVALCANTI, 2009, p. 104).

Nos idos de 1960, uma leiga presbiteriana chamada Florence Dodge passou a organizar um grupo de oração carismático em sua casa, em Pittsburg. Possivelmente, através do contato com o movimento carismático nascente na Igreja Episcopal, ela teve a experiência que chamam de “Batismo do Espírito Santo”, que, dentre os fenômenos, dizem os seus adeptos que incentiva a pessoa a uma vida espiritual mais profunda e a manifestação de “dons” como o “falar em línguas”. Uma

das freqüentadoras do grupo, Betty Schomaker, que era episcopal, levou alguns professores católicos a uma reunião.

Em 1967, um grupo da Universidade de Duquesne decidiu organizar um retiro no antigo centro *Ark and Dove*, em Pine, no qual uma das pregadoras era protestante. A partir desse evento houve uma maior difusão e aderência às práticas carismáticas entre fiéis católicos, sempre marcadas pela troca de experiências com protestantes. A influência do retiro em Duquesne foi decisiva para o surgimento da Renovação Carismática Católica. Parte dessa história é narrada por Patti Gallagher Mansfield, em sua obra sobre a origem do movimento *As By a New Pentecost*.

No Brasil, a Renovação teve origem na cidade de Campinas, através dos padres estadunidenses Haroldo Joseph Rahm e Eduardo Dougherty, que tiveram contato com o movimento nos Estados Unidos. Outras lideranças católicas deste período são os padres Daniel Kiakarski, Clemente Krug e Jonas Abib, fundador da Canção Nova. Não por acaso, no Brasil, os principais grupos e representantes do movimento se concentraram inicialmente no Estado de São Paulo.

Já o Movimento Carismático no Anglicanismo chegou ao Brasil no início da década de 1980, sendo divulgado em um periódico chamado “Trindade: Boletim de renovação espiritual na Comunhão Anglicana”, que tinha por objetivo dar “orientação geral sobre a vida no Espírito”. Nesta fase inicial da “renovação carismática anglicana”, ela era liderada por clérigos da IEAB, como o bispo Arthur Kratz, o então reverendo Celso Franco de Oliveira – posteriormente eleito bispo do Rio de Janeiro –, o reverendo Júlio Pedro Seeling e o reverendo Paulo Garcia.

Da mesma forma como em outros países, no Brasil, o Movimento Carismático já nasceu “ecumênico”, construindo um profundo diálogo entre as diferentes denominações. Destacamos os encontros com membros católicos e luteranos – no Sul e Sudeste do Brasil –, e com batistas, presbiterianos e pentecostais – em geral, no Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Dentre as características do Movimento Carismático Anglicano estava a não-uniformidade, cujas práticas giravam em torno de seminários e retiros espirituais, até a apresentação de pastores e palestrantes em eventos “importados” do exterior, com temas como “unção, cura e libertação”, a exemplo do *Catch the Fire*, cujas práticas divergiam do Anglicanismo tradicional. Foi a partir desses eventos patrocinados pelos grupos carismáticos, que a Catedral Anglicana do Recife construiu o seu perfil,

conseguindo atrair, sob o mesmo teto, fiéis de diferentes tradições, a partir de celebrações dinâmicas e grande ofertas de eventos.

Alegria nos cultos, fervor emocional dos louvores, igreja sempre cheia nos três horários de culto, principalmente no culto das 17h do domingo (conhecido como o “culto dos jovens”), sem contar a grande quantidade de freqüentadores (tanto jovens quanto adultos) que faziam parte de outras denominações religiosas, mas, sempre que possível, não deixavam de compartilhar dessa realidade: eis o cenário que encontrávamos na Igreja. Quanto aos membros que freqüentavam a Carneiro Vilela e que atualmente se encontram na Igreja Anglicana, encontramos ex-católicos romanos, ex-presbiterianos, ex-pentecostais, ex-messiânicos e até ex-espíritas que optaram, seja pela Igreja Anglicana, seja pela Episcopal Carismática. Também a grande quantidade de eventos (Cursilhos da Cristandade, Encontro de Casais com Cristo, Encontro de Jovens, Seminários de Vida no Espírito Santo, Acampamento Juvenil, dentre outros) aglutinam muitos fiéis e passam, muitas vezes, a serem verdadeiros “divisores de água” na vida do membro convertido (QUEIROZ, 2018, p. 174).

Aqui é preciso fazer a distinção entre o Movimento Carismático no Anglicanismo e a Igreja Episcopal Carismática. O primeiro é um movimento de renovação espiritual que surgiu na década de 1960, dentro da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, a partir da interação de lideranças episcopais com cristãos de outras denominações nos círculos de oração e a manifestação de tais fenômenos em algumas paróquias. Este movimento rapidamente chegou à Igreja da Inglaterra e a outras Províncias da Comunhão Anglicana, como a IEAB, movimentando paróquias e dioceses inteiras, estando presente até hoje em algumas delas.

Já a Igreja Episcopal Carismática surgiu a partir de um movimento cristão internacional distinto do Anglicanismo. A Comunhão Internacional da Igreja Episcopal Carismática (*International Communion of the Charismatic Episcopal Church* - ICCEC) é fruto do chamado “Movimento de Convergência”, que surgiu em maio de 1977, quando um grupo de pastores e teólogos de várias denominações passaram a se reunir para debater a unidade cristã em torno de pontos comuns, combinando o ensino evangélico e o culto carismático, com o uso do Livro de Oração Comum episcopal estadunidense na liturgia. Como fruto dessas reuniões, foi assinada a Declaração de Chicago¹⁴³, que é um dos seus documentos de fundação.

¹⁴³ A Declaração de Chicago foi publicada pela Conferência Nacional de Evangélicos pelo Cristianismo Histórico, reunida em Warrenville, Illinois. Liderada pelo Dr. Robert E. Webber (Professor Associado de Teologia da Wheaton University), junto com Peter E. Gillquist, Thomas Howard, Richard Holt, Donald Bloesch, Jan Dennis, Lane Dennis e Victor Oliver, a Conferência discutiu a necessidade dos cristãos evangélicos redescobrirem a sua fé e se reconectarem às raízes históricas da Igreja. As seções da Declaração de Chicago incluem: *Um chamado para raízes históricas e continuidade*; *Um*

Em 26 de junho de 1992 Randolph Adler foi consagrado o primeiro bispo e primaz da Igreja Episcopal Carismática, pela imposição de mãos de Timothy Michael Barker, arcebispo da Comunhão Católica Internacional Livre. Poucos anos após a sua fundação, aconteceu uma primeira crise na Igreja. Para evitar o avanço de doutrinas consideradas “liberais”, que partiam do bispo Barker – especialmente o seu apoio à ordenação feminina e uma moral sexual mais flexível sobre pessoas homoafetivas –, a Comunhão Episcopal Carismática determinou a reordenação de todos os seus clérigos, através de um acordo bilateral com os bispos da Igreja Católica Apostólica Brasileira, estabelecendo uma nova linha de sucessão apostólica a partir da ICAB e instituindo, em 1997, Adler como o seu primeiro Patriarca. Porém, este acordo logo foi quebrado por parte da ICCEC.

Nas Constituições e Cânones foram publicadas a *Declaração de Visão*¹⁴⁴, de 1992, e a *Declaração de San Clemente*¹⁴⁵, assinada em 1999, na Catedral de São Miguel Arcanjo, sede da denominação. Estas são as suas principais declarações de princípios, que em suma, reproduzem os mesmos quatro pontos do Quadrilátero de Lambeth. Com a aposentadoria de Adler, em 2007, a liderança da Comunhão Internacional da Igreja Episcopal Carismática passou para as mãos do bispo Craig W. Bates, sendo instituído o seu segundo patriarca em 09 de janeiro de 2008. Ela é governada pelo Conselho do Patriarca (*Patriarch's Council*), composto por oito bispos e arcebispos das Igrejas que compõem a ICCEC e que se reúne anualmente.

Esta denominação chegou ao Brasil no ano de 2002. Após o rompimento do reverendo Paulo Garcia com a Diocese Anglicana do Recife, este estabeleceu, na

chamado à fidelidade bíblica; Um chamado para a identidade do credo; Um chamado para a salvação holística; Um chamado à integridade sacramental; Um chamado à espiritualidade; Um chamado à autoridade da Igreja; e Um chamado à unidade da Igreja.

¹⁴⁴ A Igreja Episcopal Carismática “existe para tornar visível o Reino de Deus às nações do mundo; trazer o conhecimento das riquezas da vida litúrgica e sacramental da Igreja Primitiva para os evangélicos e carismáticos, bem como o poder de Pentecostes para os nossos irmãos e irmãs das Igrejas históricas. E, finalmente, prover um lar acolhedor para todos os cristãos que buscam por uma Igreja litúrgica-sacramental, evangélica e carismática como alicerce para suas vidas e dons ministeriais” (CHARISMATIC EPISCOPAL CHURCH, 2016).

¹⁴⁵ “Em sincera antecipação por uma futura revelação da plenitude da unidade da única, santa, católica e apostólica Igreja, a Comunhão Internacional da Igreja Carismática Episcopal adere a estes artigos de unidade exemplificados pela indivisa Igreja Católica durante os primeiros onze séculos: As sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento como a Palavra escrita de Deus, a principal testemunha do ensino apostólico, a fonte do alimento e da força da Igreja. O Credo dos Apóstolos como símbolo do Batismo; e o Credo Niceno como a declaração suficiente da fé cristã. Os Sete Sacramentos estabelecidos por Cristo, incluindo: Batismo, Eucaristia, Confirmação, Confissão/Reconciliação, Santo Matrimônio, Ordens Sagradas, Cura/Unção. O Episcopado Histórico na Sucessão Apostólica, o dom da autoridade de Cristo à Igreja e o depositário da fidelidade da Igreja ao ensino apostólico” (CHARISMATIC EPISCOPAL CHURCH, 2016).

mesma cidade, a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB), sendo eleito o seu primeiro bispo. Esta Igreja tem a sua sede na Catedral da Santíssima Trindade, cujo templo histórico pertencia, até então, à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB). Devido ao perfil carismático e comunicativo do seu líder, este ramo evangélico logo passou de um pequeno grupo para se tornar uma Igreja de proporções nacionais, mesmo permanecendo concentrada, em sua maior parte, na região Nordeste.

Quando comparada à Comunhão Anglicana e outras Igrejas ligadas à GAFCON, a ICCEC é bastante pequena, tanto em membros quanto em comunidades. No entanto durante anos ela firmou uma expressiva presença na cidade do Recife, desde a fundação da Igreja Episcopal Carismática do Brasil. Por conta de problemas com a sucessão da liderança de Paulo Garcia, em 2019 o arcebispo brasileiro rompeu com o Patriarca Bates e a denominação carismática se tornou uma Igreja independente no Brasil, formando a sua própria Comunhão¹⁴⁶.

2.7.3 O Movimento Continuar

O Movimento Anglicano Continuar (*Continuing Anglican Movement*) consiste em um grupo de Igrejas de tradição anglicana que se encontra fora da comunhão com o Arcebispo de Cantuária. Os grupos ligados a esse movimento se posicionam contrários ao que entendem como o “desvio da fé anglicana ortodoxa”, sendo resistentes a revisões doutrinárias, dos costumes ou disciplina até então presentes nas Igrejas da Comunhão Anglicana. Mas, diferente das Igrejas ligadas à GAFCON, em sua maioria, elas seguem uma linha mais católica e conservadora, enquanto as Províncias ligadas àquela, seguem uma linha mais evangelical. Dentre as suas crenças, acreditam que estão preservando ou dando “continuidade” às linhas anglicanas de sucessão apostólica e às crenças e práticas históricas.

Em 1976, a Convenção Geral da Igreja Episcopal nos Estados Unidos da América, votou pela aprovação da ordenação de mulheres ao sacerdócio e ao episcopado. Anos mais tarde, em 1979, também foi aprovada a nova versão do Livro de Oração Comum. Podemos afirmar que o Movimento Anglicano Continuar teve início, oficialmente, em 17 de setembro de 1977, com a reunião de clérigos e leigos no Congresso de Saint Louis, no Missouri. Os membros desse encontro rejeitaram

¹⁴⁶ A história da IECB e esses episódios serão tratados com mais profundidade no capítulo 3.

as propostas para a ordenação feminina e as mudanças doutrinárias e disciplinares do novo LOC, assinando a “Declaração de Saint Louis”¹⁴⁷.

A principal liderança do Movimento Continuantista foi o bispo emérito da Diocese de Springfield, Albert Arthur Chambers. O grupo foi endossado com o apoio do bispo Francisco Pagtakhan, da Igreja Filipina Independente, e do bispo da Igreja Anglicana da Coreia, Mark Pae. Na América Latina o movimento foi liderado pelo arcebispo colombiano Victor Manuel Cruz-Blanco, da Província Católica de Rito Anglicano da América Latina, vinculada à Igreja Católica de Rito Anglicano, da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América.

Desde então, surgiram várias denominações como a *The Anglican Catholic Church* (denominada de a Província Original), *Anglican Province of America* e a *Anglican Church in America*. As Igrejas Continuantistas nos Estados Unidos rejeitam a versão, de 1979, do Livro de Oração Comum da Igreja Episcopal e utilizam a sua versão do LOC, de 1928, ou versões anteriores. Em alguns casos, grupos anglo-católicos usam o Missal Anglicano ou o Missal Inglês nas celebrações da Eucaristia. Dentre estes últimos, um grupo continuante que chamou a atenção da mídia mundial e repercutiu de maneira significativa, tanto no meio anglicano quanto católico romano, foi a Comunhão Anglicana Tradicional (*Traditional Anglican Communion*).

A Comunhão Anglicana Tradicional surgiu em 1991, a partir da separação de clérigos e comunidades da Comunhão Anglicana, uma vez que estes sustentavam posições contrárias à ordenação feminina, às revisões litúrgicas no Livro de Oração Comum (atualizado pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos, em 1979), e à promoção da abertura a questões sobre a tradição, a moral e a sexualidade. Nesse sentido, a Comunhão Anglicana Tradicional defende posições bastante semelhantes às da Igreja Católica.

Em outubro de 2007, a Comunhão Anglicana Tradicional apresentou à Santa Sé um pedido de união plena como uma identidade jurídica, e não apenas de indivíduos. No dia 05 de Julho de 2008, o Cardeal William Levada anunciou que a Congregação para a Doutrina da Fé ia analisar este pedido de adesão. Vale salientar que, desde 1980, existem paróquias católicas de “Uso Anglicano”, que surgiram após o pedido de padres anglicanos que, ao converterem-se ao

¹⁴⁷ Esta declaração foi tida como uma defesa da tradição anglicana “para continuar na fé católica, na ordem apostólica, na tradição ortodoxa e no testemunho evangélico da Igreja Anglicana tradicional, fazendo todas as coisas necessárias para se continuar igual”.

Catolicismo, desejavam exercer o seu sacerdócio na Igreja Católica¹⁴⁸. Existem poucas paróquias desse rito, sendo todas elas localizadas nos Estados Unidos.

Em 2009, devido ao crescente pedido de anglicanos que desejavam ingressar em plena comunhão com a Igreja Católica, o Papa Bento XVI publicou a Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*, permitindo a organização de ordinariatos pessoais¹⁴⁹. No dia 03 de março de 2010, um grupo de anglicanos dissidentes da Comunhão Anglicana Tradicional – juntamente com leigos e padres católicos casados –, solicitou a criação de um ordinariato nos Estados Unidos.

Entre 2011 e 2012, a Congregação para a Doutrina da Fé erigiu três ordinariatos pessoais sob a supervisão de um bispo, porém, sem um território definido, como uma diocese, seguindo o modelo dos ordinariatos militares. Eles são o Ordinariato Pessoal Nossa Senhora de Walsingham (*Personal Ordinariate of Our Lady of Walsingham*), para a Grã-Bretanha; o Ordinariato Pessoal da Cátedra de São Pedro (*Personal Ordinariate of the Chair of Saint Peter*), para o Canadá e Estados Unidos; e o Ordinariato Pessoal de Nossa Senhora do Cruzeiro do Sul (*Personal Ordinariate of Our Lady of the Southern Cross*), para a Austrália e Japão.

Como consequência da criação desses ordinariatos, houve um desgaste nas relações ecumênicas entre Roma e Cantuária. Algumas aproximações foram feitas nos anos seguintes, na tentativa de estabelecer uma mínima cooperação no que dizia respeito à compensação financeira às Igrejas da Comunhão Anglicana, em face da perda de patrimônio. O processo de diálogo e reconciliação se mostrou visível nos anos de 2010 e 2012, com as duas visitas do Papa Bento XVI à Inglaterra, quando ocorreu seu encontro com o Arcebispo de Cantuária, Rowan Williams. Com a eleição do Papa Francisco, a política disciplinar e ecumênica do Vaticano foi alterada. Ao invés de facilitar a entrada de anglicanos na Igreja Católica, o Papa prefere que permaneçam em suas Igrejas. Isto pôde ser visto durante o

¹⁴⁸ Em 1980, em conformidade, o Papa João Paulo II emitiu uma Provisão Pastoral a pedido da Conferência Episcopal dos Estados Unidos da América. Esta provisão permitia a criação de paróquias que celebram a liturgia segundo o “Uso Anglicano”, sendo lideradas por clérigos casados.

¹⁴⁹ O Ordinariato Pessoal para Anglicanos é um sistema de acolhimento de fiéis das Igrejas Anglicanas e Episcopais convertidos ao Catolicismo Romano. Criado em 2009 pelo Papa Bento XVI, a partir da Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*, o ordinariato permite que ex-anglicanos possam manter sua identidade litúrgica e outras tradições, ao mesmo tempo em que estão em comunhão com a Igreja Católica Romana, porém, possuindo certa autonomia em relação ao bispo diocesano local. Bem recebida pelos católicos e muito criticada pelos anglicanos, essa estrutura canônica tem sua origem no processo de “migração” de anglicanos para o Catolicismo, que vem acontecendo há um tempo.

discurso feito em sua visita à Igreja Anglicana de Todos os Santos, em Roma, a primeira do gênero.

Em 2009, quando o Papa Bento XVI criou o ordinariato pessoal, a nova estrutura jurídica para os anglicanos que se convertem ao catolicismo, Bergoglio chamou o bispo Gregory Venables, primaz anglicano do Cone Sul (em comunhão com Canterbury) e residente em Buenos Aires. Durante o almoço, recorda Venables, 'disse-me muito claramente que o ordinariato era algo absolutamente desnecessário e que a Igreja precisava de nós como anglicanos' (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 03 fev. 2015).

No Brasil não existe nenhum grupo oficialmente reconhecido pela Igreja Católica Romana e nem pela Comunhão Anglicana Tradicional, ou grupos de tradição Anglo-Católica que estejam ligados a algum ordinariato pessoal. Da mesma forma, até o momento não houve manifesto de um grupo de reverendos anglicanos brasileiros para entrarem em comunhão com Roma.

Por influência da crise norte-americana, vimos aportar no Brasil várias jurisdições anglicanas Continuantes (sem comunhão com a Sé de Cantuária), embora algumas de suas lideranças tenham demonstrado limitados conhecimentos de Anglicanismo (CAVALCANTI, 2009, p. 121).

O primeiro brasileiro a ser sagrado dentro do Movimento Continuarante foi o bispo James Roque, em cerimônia ocorrida em 2013, tendo recebido a sagração episcopal pelas mãos do bispo colombiano Victor Manuel Cruz-Blanco. O novo bispo, por sua vez, organizou a Diocese Anglicana do Japí, na cidade de Jundiaí, em São Paulo; em seguida, ordenou muitas pessoas ao episcopado, a exemplo de José Kennedy de Freitas, Marcos Mattos, Albertino de Sousa Barreiros, Claudinei Rodrigo Ferreira, Itabira Jonas, Francisco de Assis Coelho e Pinho e José Barbosa da Silva. Anos mais tarde, a Diocese Anglicana do Japí foi extinta e estes novos bispos seguiram caminhos distintos, fundando Igrejas Anglicanas Independentes, sem vínculos com alguma instância associativa, nem com o Movimento Continuarante.

Por outro lado, vale destacar um grupo continuarante que se estabeleceu no Brasil e que se mantém em atividade até hoje: a Diocese Anglicana de Votorantim. Sua origem está no Mosteiro da Eparquia Grego-Melquita, à época ligado ao arcebispo Greco-Melquita para todo o Brasil, dom Farès Maakaroun, sendo supervisionado pela Arquidiocese de Sorocaba. No início de 2015 ocorreu o rompimento do padre Theodoro A. C. de Oliveira com a comunhão com Roma,

diante de desentendimentos com seu bispo diocesano, no qual o clérigo decidiu tornar-se anglicano. Após deixar o Catolicismo Romano, a Diocese Anglicana foi erigida em 09 de janeiro de 2015 e, no mês seguinte, o sacerdote foi sagrado como o seu primeiro bispo diocesano.

O Monsenhor Theodoro A. C. de Oliveira foi ordenado na noite da última segunda-feira (9) bispo da Diocese Anglicana Santa Mãe de Deus Votorantim. A cerimônia, que contou com a presença de centenas de fiéis, foi realizada Santuário Theodoro Mártir, na Barra Funda, em Votorantim. Participaram da ordenação o Arcebispo Metropolitano da Província Católica de Rito Anglicano da Colômbia Dom Víctor Manuel Cruz-Blanco, o Bispo da Diocese Anglicana do Japi, da cidade de Jundiá, Dom James Roque e o Abade Nullius da Abadia Cisterciense S. Raphael, de Aparecida de Goiânia/GO Dom Rafael Ribeiro Campos. Após receber imposição das mãos, ele recebeu a mitra, sinal de autoridade, anel episcopal e o cajado. Ao final da cerimônia, o agora bispo, disse estar preparado para os novos desafios. “As dificuldades sempre existem na formação da nova diocese, em sua organização, mas Deus e Nossa Senhora nos darão a força necessária. Não estamos para impor, para condenar, para excomungar, mas para guiar e servir ao povo de Deus”, afirmou. O colombiano Dom Víctor Cruz-Blanca também comentou a respeito. “Ele representa o personagem da igreja católica dentro da nova diocese de Votorantim” (GOUVEA, 18 fev. 2015).

A nova denominação apresenta-se como parte do Movimento Anglicano Continuar, filiada à Província Anglicana Cristo Salvador. Atualmente possui sete paróquias e missões, incluindo um distrito missionário no Chile. Dentre as suas características está a não aceitação da ordenação feminina e o uso de ritos mais elaborados, seguindo uma linha mais católica. Durante o 2º Concílio da Diocese, James Tavares foi escolhido como o bispo sucessor, sendo ordenado ao episcopado em 14 de outubro de 2018, na Catedral da Santa Mãe de Deus, em Votorantim.

No Brasil, a *Anglican Catholic Church* também se estabeleceu através da Diocese de Nova Granada, na Colômbia, liderada pelo bispo Germán Orrego Hurtado, que instituiu a Paróquia Anglicana Cristo Rei, em Anápolis, Goiás. Desse grupo, ligado à Diocese colombiana, surgiram outras Igrejas que seguem o Movimento Continuar. Uma delas é a Província Anglo-Católica da Santíssima Trindade, atualmente formada por quatro bispos: Dom Antônio Bessa, em Fortaleza (CE), Primaz; Dom Rafael Moraes, em Nova Friburgo (RJ); Dom Cristiano Alves, no Rio de Janeiro (RJ); e Dom Rafael Mendes Martins, em Paraisópolis (MG). O grupo, fundado em 2018, afirma-se como parte do Movimento Anglicano Continuar e segue uma linha teológica e litúrgica, ao mesmo tempo, tradicional e carismática.

2.7.4 As Igrejas Anglicanas Independentes

A fragmentação do Anglicanismo é uma realidade visível em países onde encontramos diferentes Igrejas que se intitulam “anglicanas” ou “episcopais”. A esse fenômeno nós damos o nome de Igrejas Anglicanas Independentes. Embora seja um fenômeno que ganhou força nos últimos anos, ele se mostra bastante antigo na história. As primeiras denominações independentes a surgir foram a Igreja Livre da Inglaterra (*Free Church of England*) – fundada em 1844, como reação e rejeição ao Movimento de Oxford e cuja doutrina enfatiza o caráter Protestante do Anglicanismo –, e a Igreja Episcopal Reformada (*Reformed Episcopal Church*) – fundada em 1873, nos Estados Unidos e no Canadá, pelas mesmas razões. Apesar de terem surgido muito tempo antes de movimentos como o GAFCON ou o Anglicanismo Continuar, ambas mantêm estreitas relações com estes grupos, devido à semelhança entre suas crenças e doutrinas. Da mesma forma, é possível que haja acordos bilaterais e de cooperação entre Igrejas desses movimentos.

Na atualidade, as Igrejas Anglicanas Independentes surgem por motivos bastante distintos das denominações acima citadas, e estão presentes em vários países do mundo, principalmente nos Estados Unidos da América, Inglaterra e Canadá, manifestando-se no Brasil em um período relativamente recente, após o Anglicanismo ganhar a grande mídia e as redes sociais, e até ter-se tornado uma espécie de “grife” que dá certo destaque a esta nomenclatura, por conta dos casamentos de membros da Família Real realizados recentemente no Reino Unido.

Ao longo dos últimos anos, surgiram algumas Igrejas denominadas anglicanas ou episcopais que classificamos como independentes, pois não estão ligadas a nenhuma instância associativa mundial, a exemplo da Comunhão Anglicana, GAFCON, Comunhão Internacional da Igreja Episcopal Carismática, Comunhão Anglicana Tradicional ou outros grupos. Dentre as Igrejas Anglicanas Independentes presentes no país, temos dois perfis de grupos totalmente distintos: aqueles que surgiram de uma dissidência da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e aqueles que surgiram de forma autônoma.

Temos no Brasil, ao menos dois diferentes fenômenos, que eu classificaria como “anglicanos cismáticos” e “anglicanos autodefinidos”; Anglicanos “cismáticos” seriam as igrejas lideradas e formadas por ex-membros da IEAB. Anglicanos “autodefinidos” seriam grupos que nunca fizeram parte de

qualquer igreja da Comunhão Anglicana, mas que, por algum motivo, se encantaram pelas tradições anglicanas, foram atraídos por sua liturgia, espiritualidade e por suas concepções teológicas e que, de algum modo, reclamam para si também o rótulo de “anglicanas”, mesmo nunca tendo sido propriamente anglicanos nem vivido a identidade anglicana. Trata-se de uma identidade anglicana “autodefinida” porque toma de empréstimo as tradições anglicanas, mesmo sem nunca terem vivido a experiência do anglicanismo. Alguns desses grupos vincularam-se a igrejas anglicanas cismáticas ou autodefinidas (CALVANI, OLIVEIRA, 2012, p. 231-232).

Dentre as igrejas do primeiro grupo, encontram-se aquelas que surgem de lideranças clericais que romperam com a IEAB por razões estritamente pessoais e, em geral, formam grupos extremamente pequenos, que giram em torno de um bispo. Embora se identifiquem como “Anglicanas” ou “Episcopais”, estes nomes sempre são seguidos por referências a outros ramos do Cristianismo, como “Reformadas”, “Ortodoxas”, “Celtas”, “Latinas” e até “Papistas”. Algumas até mesmo formaram “comunhões independentes”, como a *Anglican Free Communion*, originada em 1897.

Essas Igrejas Anglicanas Independentes arrogam para si jurisdições sobre o país inteiro e, em alguns casos, possuem mais bispos e dioceses do que membros e até clero ordenado. O único propósito dessas lideranças é obter uma ordenação episcopal “válida”, com base em uma linha de sucessão apostólica, para garantir a “legitimidade” deste grupo que surge em torno da liderança desses novos bispos, seguindo as características de um *episcopus vagans*. Tais bispos sempre fazem questão de apresentar sua linha de sucessão apostólica (geralmente destacando a “sucessão petrina”), como uma espécie de “pedigree episcopal”.

Todavia, estes bispos que foram sagrados geralmente permaneceram atuando de forma autônoma e sem vínculos institucionais com a denominação dos seus bispos sagrantes. Estes são o que chamamos de *episcopi vagantes* (“bispos errantes” ou “bispos perdidos”), os quais deixaram as comunhões com suas Igrejas de origem, e que, por causa de ordenações feitas de maneira “clandestina” ou “irregular”, acabaram gerando novas linhas de sucessão apostólica¹⁵⁰.

O nome dado às pessoas que foram consagradas ao bispo de maneira irregular ou clandestina ou que, tendo sido regularmente consagradas, foram excomungadas pela Igreja que as consagrou e estão em comunhão sem reconhecimento. Um homem também é incluído nesse grupo quando o

¹⁵⁰ As principais linhas de sucessão apostólica criadas por tais bispos, no século XX, se iniciaram com Arnold Mathew, Joseph René Vilatte e Leon Chechemian. Em seguida vieram com os bispos Aftimios Ofiesh, Carlos Duarte Costa, Paolo Miraglia-Gulotti, Emmanuel Milingo, Pierre Martin Ngô Ninh Thục e Marcel Lefebvre.

número em comunhão com ele é tão pequeno que sua seita parece existir apenas por si (*In*: CROSS; LIVINGSTONE (orgs.), 2005, p. 558).

Há uma estreita ligação entre o Anglicanismo e o surgimento dos *episcopi vagantes*, fenômeno este relatado na obra escrita por Henrique Brandreth¹⁵¹. Estes bispos lideram seus pequenos grupos, principalmente na Inglaterra e Estados Unidos, apresentando-se desde pessoas honestas, que acreditam na sua vocação, até pessoas desonestas que buscam *status* ou enriquecer às custas daqueles que os seguem, ou até mesmo pessoas emocional e mentalmente desequilibradas, que buscam tal título, por diferentes razões.

O *episcopus vagans* moderno apresenta vários problemas aos encarregados da administração eclesiástica. Atualmente, existem consideravelmente mais de cento e vinte desses bispos vivos, dos quais mais de trinta residem na Grã-Bretanha, e o número total aumenta muito se adicionarmos o número de seitas exóticas na América que afirmam possuir bispos, mas não reivindicam uma sucessão, e o número de nativos africanos que reivindicam o título de 'bispo' apenas para ganhar prestígio aos olhos de sua tribo. Os *episcopi vagantes* dos dias atuais estão agrupados em quatro correntes principais de sucessão, embora outras surjam periodicamente e, após um breve período, partam para a obscuridade de onde vieram. Cada uma dessas várias correntes de sucessão apresenta características e problemas peculiares, e não apenas isso, mas seus representantes são homens que diferem amplamente uns dos outros: alguns são honestos e acreditam que têm uma vocação genuína para guiar, isolados do resto da cristandade, o pequeno punhado de pessoas que reconhece suas reivindicações; outros claramente não são honestos e usam seu suposto status episcopal como meio de enriquecimento pessoal às custas de qualquer um que esteja equivocado a ponto de apoiá-los; outros, novamente, são mentalmente desequilibrados. (BRANDRETH, 2006, p. 2).

Este controverso fenômeno dos *episcopi vagantes* é principalmente notado nos últimos anos com o surgimento de inúmeras Igrejas Anglicanas Independentes. Em geral estas Igrejas não possuem um templo próprio sequer, precisando usar outros espaços de culto para celebrarem. Algumas atuam de forma improvisada, com celebrações pontuais nas casas de suas lideranças, ou até mesmo nas casas de famílias recém-convertidas ao grupo. Em outros casos utilizam espaços cedidos, como escolas, auditórios e similares, não sustentando atividades regulares, ou funcionando como “igrejas virtuais”, apenas presentes em perfis nas redes sociais, principalmente no Facebook.

¹⁵¹ A obra *Episcopi Vagantes and the Anglican Church*, mostra o contexto e o surgimento de um número incontável de “bispos errantes” e os grupos que deram origem, chegando até o ano de 1947.

Percebemos que essa “febre” de Igrejas Independentes tem sido atrativa para alguns ex-seminaristas e ex-padres católicos romanos que encontram na pertença ao Anglicanismo certo *status* e um espaço sem vigilância para se apresentarem como clérigos “tradicionais”. Dentre as razões se encontra o fato de que estes católicos independentes (também chamados de católicos nacionais) começaram a ser denunciados por bispos da CNBB, uma vez que, muitas vezes, os fiéis que participam de tais celebrações, acreditam estarem em uma missa da Igreja Católica.

Uma das questões mais intrigantes destas Igrejas é que, em boa parte dos casos, seus ministros não passaram por uma formação teológica regular, seja numa faculdade ou seminário e, em casos mais extremos, sequer possuem a formação do Ensino Médio. Também não é raro encontrar clérigos que fizeram cursos por correspondência, ou até aqueles que se intitulam mestres e doutores em Teologia, sem terem a devida formação na área, também usando títulos de “bispos”, “arcebispos”, “patriarcas” “hierarcas” etc. Além disso, muitas ordenações episcopais são compradas de outros bispos, para a obtenção do título, os quais, muitas vezes, são apresentados em suas redes sociais como uma espécie de “pedigree religioso”.

Juntamente com a criação dessas Igrejas e suas hierarquias, estas lideranças também abrem “seminários fantasmas”, oferecendo cursos de graduação, mestrado, doutorado e “pós-doutorado” em Teologia à distância (sempre na modalidade EaD), devido às facilidades encontradas na Internet com os “cursos livres”, nos quais não apenas os seus ministros e bispos são formados, mas também vendem estes cursos a pessoas que buscam um diploma, ao passo em que desconhecem a origem e procedência de tais instituições. Algumas destas lideranças – que orbitam em torno ora do Catolicismo Independente, ora do Anglicanismo Independente – foram investigados pela Polícia Federal pela prática de crimes como falsificação de diploma e estelionato, como foi o caso da Igreja Católica Apostólica Missionária de Evangelização, liderada pelo bispo Dirceu Milani.

Dirceu Milani é um gaúcho que, como tantos de seus conterrâneos, decidiu desbravar a Amazônia. Em vez de desmatar a floresta, porém, preferiu grilar almas. Autoproclamado “Monsenhor Doutor Dom” e “Arcebispo Katholikós e Primaz do Brasil” da Igreja Católica Apostólica Missionária de Evangelização (Icame), é procurado pela Polícia Federal e pela Polícia Civil de quatro Estados por estelionato. Dom Katholikós e outros cinco membros do “Katholikossato Supremo de São Miguel”, como é chamada a “Sé Apostólica Primacial da Igreja” que fundou, foram denunciados pelo Ministério Público do Estado do Pará na quarta-feira. No mesmo dia, a Justiça decretou a prisão preventiva de quatro pessoas: Dirceu Milani,

Cleudimar Milani, Luis Fernando Bertol e Ricardo Breier. A cúpula religiosa é acusada de semear falsas universidades e plantar diplomas sem validade em 30 municípios do interior paraense. As vítimas acreditavam que estavam diante de uma obra da Igreja Católica Romana, devido à proposital semelhança do nome, e depositavam todo mês R\$ 150 na conta pessoal de Milani. Pobres, todas elas sonhavam com um diploma de curso superior e assistiam a aulas fraudulentas em finais de semana e feriados. Depois da diplomação fictícia, a “universidade” desaparecia. Ou melhor, migrava para outras terras. Uma das testemunhas conta que, por ter prestado alguns trabalhos para a igreja, nem sequer precisou assistir às aulas. Ganhou como presente de aniversário de Dom Katholikós em pessoa dois diplomas: “especialista em Filosofia” e “bacharel em Filosofia” (BRUM, 19 dez. 2005).

Em outros casos semelhantes, envolvendo Igrejas Anglicanas Independentes, recentemente a IEAB teve que ir à imprensa para fazer esclarecimentos quanto à filiação de tais religiosos, após estes cometerem crimes e a mídia veicular os termos “episcopal” e “anglicano” de modo generalizado, confundindo os próprios fiéis da Igreja. O primeiro caso aconteceu em 2013, quando um padre da Igreja Anglicana Tradicional, à época sediada em Campina Grande do Sul, no Paraná, estava sendo procurado pela Polícia por acusações de estupro, maus tratos e exploração de trabalho infantil no orfanato do qual ele era diretor.

O posicionamento da IEAB fez-se necessário depois de divulgação na imprensa que a polícia do Paraná está procurando um padre identificado como pároco de comunidade que se apresenta como Igreja Anglicana Tradicional, localizada em Campina Grande do Sul. O padre é acusado de prática de estupro, maus tratos e exploração de trabalho infantil em orfanato do qual era diretor. Ele está foragido e nada tem a ver com a IEAB, alerta o comunicado oficial da igreja anglicana, lamentando que tal informação tenha semeado confusão entre fiéis (CONIC, 07 jun. 2013).

Um segundo caso semelhante aconteceu no início de maio de 2021, quando jornais da cidade do Rio de Janeiro noticiaram, em suas manchetes, que “Padre da Igreja Anglicana é preso em Nova Friburgo por suspeita de tráfico de drogas”. O religioso em questão era membro de uma instituição intitulada “Diocese Católica Apostólica de Confissão Anglicana”.

No dia seguinte, o bispo Eduardo Grillo, da Diocese Anglicana do Rio de Janeiro, veio a público esclarecer, tanto para membros da Igreja, de grupos ecumênicos e da sociedade em geral, que o referido sacerdote não fazia parte da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

O homem de 35 anos disse à polícia que pertence a Diocese Católica Apostólica de Confissão Anglicana e também é diretor de uma escola

municipal no distrito de Conselheiro Paulino. A prisão aconteceu na casa do padre, no bairro São Jorge. O Bispo da Diocese Anglicana do Rio de Janeiro informou que o homem preso e o grupo ao qual é vinculado não fazem parte da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que é uma província da comunhão Anglicana, única Igreja Anglicana reconhecida pela Comunhão Anglicana no Brasil - que tem comunhão com a Sé da Cantuária na Inglaterra e com as famílias de igrejas Anglicanas no mundo (G1 REGIÃO SERRANA, 07 mai. 2021).

Embora não seja comum acontecerem casos dessa natureza, devido à quantidade de denominações que têm se intitulado como “anglicanas” ou “episcopais”, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil tem agido de maneira mais ativa na reafirmação de sua pertença à Comunhão Anglicana e sua presença histórica no Brasil desde a época das capelanias inglesas e dos missionários norte-americanos.

Como exemplo de Igrejas Anglicanas Independentes que surgiram a partir de clérigos que saíram da IEAB, temos a “Igreja Anglicana do Brasil”¹⁵² originada a partir de um grupo formado por ex-membros da Diocese Anglicana de São Paulo (DASP), Ricardo Lorite de Lima, Rui Costa Barbosa, Luis Fernando Salgado e Josué Sousa Torres. Após receberem as ordens do diaconato e do presbiterato por bispos independentes, Ricardo Lorite e Rui Barbosa tiveram sua ordenação episcopal através dos bispos Norman Dutton, Frank Peachey e Iranildo Macieira da Silva (Igreja Episcopal Latina do Brasil). Todos eles surgiram de movimentos eclesiais semelhantes, alimentando ainda mais o número de *episcopi vagantes*.

Após certo tempo, cada um deles tomou um caminho próprio. Josué Torres fundou a Igreja Episcopal do Evangelho Pleno, em Taboão da Serra, e o bispo Rui Costa Barbosa, em parceria com outros clérigos, criou a Diocese Anglicana Católica do Brasil, que sequer saiu do papel e, posteriormente, foi renomeada Igreja Anglicana Tradicional do Brasil, em Santo André. Em 30 de outubro de 2017, a Igreja Anglicana do Brasil encerrou suas atividades, deixando uma mensagem em seu site, restando apenas este como registro dos acontecimentos acima narrados. Após isto, o bispo Ricardo Lorite reorganizou o grupo e fundou a Igreja Protestante Unida, filiando-se à Aliança de Batistas do Brasil.

Em seu Sínodo de 2017, que ocorreu entre os dias 14 a 16 de abril de 2017, na cidade de Ribeirão Preto, seus delegados chegaram a conclusão que

¹⁵² Não confundir com a Igreja Anglicana no Brasil (cuj sigla IAB será utilizada ao longo deste trabalho para identificá-la), que surgiu a partir de uma divisão na Diocese Anglicana do Recife da IEAB, em 2004, conduzido pelo bispo Robinson Cavalcanti, filiada à GAFCON e à Fraternidade de Confessantes Anglicanos.

diante do panorama confuso que se estabeleceu no Brasil, onde pessoas e instituições que não têm qualquer vínculo com o Anglicanismo surgem a todo o momento se auto denominando "anglicanos" ou "episcopais", criando um mal para o real Anglicanismo, resolveram que atuariam somente até a data de 30 de outubro de 2017, assim a partir desta data a referida igreja deixou de existir, sendo que neste Sínodo ficou reafirmado que no Brasil somente a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) é verdadeiramente anglicana, visto que pertence a Comunhão Anglicana. Ficou registrado ainda que após anos de tentativa de vivência no "ethos" anglicano ser parte da Comunhão Anglicana é a única forma de pertença ao Anglicanismo, sendo que os movimentos fora de Cantuária tem se mostrado muito mais maléficos do que benéficos ao Anglicanismo, pois por fruto do ego surgem jurisdições das mais excêntricas se auto denominando anglicanas ou episcopais e agindo de forma a macular o verdadeiro Anglicanismo, colocando aqueles que são sérios e verdadeiros anglicanos em situação delicada. Assim sendo, sem comunhão plena como o Arcebispo de Cantuária, é impossível uma jurisdição ser realmente anglicana (IGREJA ANGLICANA DO BRASIL, 30 out. 2020).

Por outro lado, existe uma Igreja Anglicana Independente que rompeu com a IEAB, e que, atualmente, forma um grupo significativo que vem ganhando destaque na televisão e na grande mídia: a Catedral Anglicana de São Paulo, liderada pelo reverendo Aldo Quintão¹⁵³. Esta comunidade tem origem com a construção do primeiro templo anglicano da cidade de São Paulo, a *Saint Paul's Church*, erigido em 1873, para atender as famílias de membros que eram funcionários da *Railway*, empresa britânica de construção de ferrovias. O atual edifício data do ano de 1967, quando ocorreu a sua consagração. Em 1972, a *Saint Paul's* se filiou à Igreja Episcopal do Brasil, sendo elevada ao *status* de Catedral da Diocese Anglicana de São Paulo em 1995. Sua história encontra-se na introdução da edição da *Bíblia Comemorativa dos 200 anos de Anglicanismo no Brasil*.

Durante quase 90 anos as celebrações em inglês foram realizadas nesse templo. No entanto, à medida em que São Paulo cresceu, a área no entorno da Igreja deteriorou e a comunidade foi residir em outras áreas. O Arcebispo B. J. Townsend, O.B.E., Reverendo da Igreja na época, idealizou um ambicioso projeto para mudar a Igreja para sua localidade atual. Em 31 de dezembro de 1961, a última celebração foi realizada naquele templo. A pedra fundamental da Igreja atual foi colocada em 24 de novembro de 1963 e, finalmente em 13 de maio de 1967, o Rev. G. T. Tucker consagrou nossa belíssima Igreja. Em 1972, nossa Igreja se associou à Igreja Episcopal do Brasil e, em 1995, se tornou a Catedral da Diocese Anglicana de São Paulo (BÍBLIA, 2008, n.p).

¹⁵³ Aldo Quintão nasceu em Brasília, em 1962, e entrou para o seminário carmelita da Igreja Católica Romana, em 1979, na cidade de Itu (SP). Depois estudou em Camocim de São Félix (PE), em Curitiba e em São Paulo, tornando-se frade carmelita. Após ingressar na Igreja Anglicana, já ordenado sacerdote, estudou e morou em Toronto, no Canadá. É formado em filosofia, teologia e pedagogia, com especialização em psicologia da educação. Tornou-se deão da Catedral Anglicana de São Paulo quando da eleição do bispo Roger Douglas Bird, em 2009.

A principal razão desta nova crise institucional que assolou a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil foi a divergência quanto ao resultado da eleição do novo bispo da Diocese Anglicana de São Paulo, durante o 47º Concílio, ocorrido em 2013.

A comunidade da Catedral – liderada pelo reverendo Aldo Quintão –, apoiava a candidatura do reverendo Francisco Cézar Fernandes Alves, e os demais delegados conciliares, a candidatura do reverendo Flávio Augusto Borges Irala. Após uma série de escrutínios, este último acabou eleito para se tornar o sexto bispo diocesano de São Paulo¹⁵⁴. Mesmo tendo recebido parecer favorável da Comissão Nacional de Constituição e Cânones da IEAB, a eleição foi considerada irregular pelo bispo Roger Douglas Bird¹⁵⁵, declarando o cancelamento do Concílio. Dado o impasse, foi realizada uma petição de membros da IEAB, em favor da unidade da Igreja e, em seguida, impetrada uma ação na Justiça Civil para anular o resultado.

Com o acirramento das tensões entre o bispo diocesano e a Diocese, em 13 de março de 2013 a Catedral Anglicana de São Paulo, junto com outras comunidades, organizou o Movimento Anglicano no Brasil (MANB). Após realizar uma assembleia, foi votada a modificação dos estatutos da Catedral, em 06 de abril de 2013. Assim, a comunidade, junto com o reverendo Aldo Quintão e os bispos Roger Douglas Bird – então diocesano – e Glauco Soares de Lima – emérito da DASP –, se desligaram formalmente da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Os dois bispos passaram a exercer supervisão episcopal sobre o reverendo e a comunidade através do Movimento Anglicano no Brasil. O grupo se constituiu em uma Igreja Anglicana Independente, pois não possui ligação com qualquer tipo de associação ou comunhão eclesial, ao mesmo tempo em que, aparentemente, não possui divergências doutrinárias com a IEAB, em termos de crenças e de práticas. Para organizar juridicamente a nova denominação, e por se tratar de uma Igreja de governo episcopal, foi criada a *Diocese Anglicana no Brasil*.

¹⁵⁴ Durante o 47º Concílio da DASP o reverendo Flávio Irala foi eleito bispo desta diocese por 19 a 18 votos na ordem leiga e 15 a 13 votos na ordem clerical.

¹⁵⁵ Interpretamos que a crise na DASP só teve início e continuidade por conta das ações tomadas por Roger Bird: quem cancelou o Concílio Extraordinário foi o Bispo Diocesano, colocando a eleição sob suspeição. O mesmo participou da assembleia ocorrida na Catedral, para discutir sua saída da IEAB, consentindo com a decisão. O bispo Bird autorizou a Catedral a mudar o seu Estatuto, desfilando-se da DASP, o que foi feito através de assinatura do Bispo, dando a sua autorização. Por esses motivos, afirmamos que, sem o bispo, não haveria o rompimento. Do mesmo modo, somente com a eleição de um novo episcopo, após o mandato do bispo Flávio Irala, seria possível resolvê-la.

Uma característica desse movimento é a centralidade na figura do reverendo Aldo Quintão, como uma liderança carismática. Sua maneira de celebrar mescla a liturgia com louvores modernos, mas, ao mesmo tempo, ele atua de maneira isolada, sem o auxílio de outros presbíteros ou diáconos quando está conduzindo a missa, apenas saindo de cena quando outro ministro ordenado de confiança o substitui. A Liturgia segue o Livro de Oração Comum, mas, de modo semelhante ao Movimento Carismático, não é utilizado em sua totalidade, a exemplo da Oração Eucarística.

Quintão abandonou o serviço público quando recebeu um convite para dar aula de religião no Colégio Pio XII, no Morumbi, e depois no São Luís, na região da Avenida Paulista. "Ele foi fundamental para formar meu caráter", conta o ex-aluno Carlinhos Nascimento, filho do jornalista Carlos Nascimento. "Em sala de aula, falávamos de sexo e éramos incentivados a fazer trabalho comunitário em favelas." Mesmo tratando de religião no dia a dia das escolas, Quintão começou a sentir falta do ambiente da Igreja. Por sugestão de amigos, resolveu conhecer a Anglicana. "Senti uma empatia imediata, pois o clima ali era mais liberal", recorda. Depois de fazer um curso no Canadá, assumiu o cargo de pároco da igreja da Zona Sul em 1998. Quinze anos depois, rompeu com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que possui sete templos em São Paulo. "Ele não se submetia às regras eclesiais, discordava da hierarquia", afirma o reverendo Arthur Cavalcante, secretário-geral da entidade. "A catedral dele, hoje, funciona de forma independente." Aldo Quintão comemora que seis colegas o acompanharam na cisão, engrossando as fileiras de sua catedral. "Tenho recebido também padres católicos", diz (VEJA SÃO PAULO, 01 jun. 2017).

Constantemente Aldo dá destaque ao público que acompanha suas missas, desde figuras ilustres da cidade até celebridades que são membros da Catedral, frequentaram a comunidade em algum momento ou tiveram algum casamento ou batizado celebrado pelo reverendo. Por isso a Revista Veja, em 2017, publicou uma polêmica reportagem intitulada *Fé, botox e celebridades: Aldo Quintão, o pároco moderninho*. O texto dava destaque ao perfil do religioso, que celebrava casamentos gays, defendia o uso de contraceptivos e a possibilidade do aborto.

Já o bispo Roger Bird celebra pela manhã uma missa em inglês, com o uso do órgão e canto coral, semelhante às celebrações que acontecem nos Estados Unidos ou na Inglaterra, dando continuidade à tradição da comunidade. O público são cidadãos americanos e ingleses ou descendentes que residem na capital.

Devido à relação do Anglicanismo com as Lojas Maçônicas desde o século XVIII, a Catedral já abrigou eventos ligados à Maçonaria, como a *Missa Templária*, evento que reúne diversas lojas da capital, junto com outros grupos, como os DeMolays e as Filhas de Jó. Também foi criado, em 2015, o Instituto Anglicano,

sediado no bairro de Paraisópolis. Por meio dele, o reverendo Aldo administra uma rede de creches, obra social em que se concentram as atividades da Catedral, cujos donativos vêm de celebridades e de pessoas da alta sociedade paulistana.

Em 29 de junho 2018, a Revista Veja publicou uma matéria intitulada “Cansados da solidão”, apresentando um movimento de saída de padres católicos romanos de suas dioceses, por terem rompido o voto do celibato e se envolvido em relacionamentos amorosos. Após o pedido de incardinação na Diocese Anglicana no Brasil, filiaram-se à Catedral. Segundo a reportagem “em dois anos, mais de duas dezenas de padres católicos migraram para a Igreja Anglicana. Obrigação do celibato é, quase sempre, o motivo da mudança” (BATISTA JR. 29 jun. 2018).

A reportagem apresentou a história desses padres que se juntaram ao grupo liderado pelo reverendo Aldo. Um dos casos mais famosos foi o do padre Wilson Vitoriano, com fortes tendências de liderança semelhante à Renovação Carismática Católica, que, por atritos com o bispo da Diocese de Jundiaí, deixou a comunhão com Roma, fundando a “Igreja Anglicana de Jundiaí”. Dessa forma, percebemos que, após alguns anos, o Movimento Anglicano no Brasil passou a agregar padres católicos romanos que romperam a comunhão com seus respectivos bispos.

Mesmo após o falecimento do bispo Glauco, em 2017¹⁵⁶, a Catedral Anglicana de São Paulo continua sendo liderada pelo seu deão, o reverendo Aldo. Atualmente ela possui apenas um bispo, Roger Bird, ao passo que, Aldo não parece almejar o episcopado, uma vez que o seu título de “reverendo” já está consagrado na mídia e na sociedade paulistana. Na IEAB, fala-se de uma busca por diálogo e de um possível retorno da comunidade à sua denominação de origem. Mas só o tempo e uma articulação bem feita por ambas as partes poderão resolver a questão.

Outro fenômeno semelhante do estabelecimento de uma Igreja Anglicana Independente aconteceu na *Christ Church*, no Rio de Janeiro. Fundada em 1819, durante o reinado de Dom João VI, ela é a mais antiga Igreja Anglicana em atividade no país. O templo e o endereço atuais remontam ao ano de 1944, quando uma nova capela foi erigida na Rua Real Grandeza, no bairro de Botafogo. Desde a sua fundação ela serve como capelania inglesa, atendendo à comunidade britânica local.

¹⁵⁶ O bispo Glauco Soares de Lima faleceu no dia 27 de dezembro de 2017 na cidade de São Paulo, tendo o seu velório sido feito na Catedral Anglicana de São Paulo e a cremação, no Crematório de Vila Alpina. Apesar da sua saída da IEAB, Glauco ainda era muito querido pelos leigos e clérigos da DASP e da Província brasileira, de modo que, em seu velório, foram lidas declarações do então Bispo Primaz da IEAB, Francisco de Assis da Silva.

Uma vez que, em 1955, a Igreja da Inglaterra transferiu a administração de todas as capelanias no Brasil para a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, estas passaram a ser supervisionadas por bispos brasileiros do Distrito Missionário. Em 1985, por iniciativa do bispo Sydney Alcoba Ruiz, ela foi arrolada como uma das paróquias da Diocese Central (hoje Diocese Anglicana do Rio de Janeiro), após decisão do Concílio Diocesano. Porém, o seu patrimônio nunca foi incorporado à Província, sendo utilizada tanto por capelães ingleses quanto por clérigos da IEAB. Até o episcopado do bispo Filadelfo Oliveira, o seu templo abrigava duas comunidades distintas: a Christ Church, que desde a sua fundação atendia ao público estrangeiro e celebra em inglês; e a Paróquia de São Lucas, fundada como missão da Igreja Episcopal em 1933, e que celebra em português.

Por causa do seu rápido crescimento, em 1955, a então missão São Lucas foi promovida ao status de paróquia, e passou a partilhar o templo da Christ Church com a comunidade inglesa. Na década de 1960, a São Lucas passou a ter um maior engajamento social, passando a atender a população marginalizada da cidade, desenvolvendo trabalhos nos morros e favelas. As mulheres passaram a ter maior participação nas celebrações e na liderança e a comunidade passou a acolher pessoas divorciadas. Por conta das influências do movimento litúrgico da época, o estilo de culto também passou por mudanças, tornando-se mais católico e inclusivo.

Todavia, nas décadas de 1970 e 1980, começam sinais de crise na partilha do templo com a comunidade da Christ Church e a Escola Britânica que funcionava ao lado. Desde o seu início, os membros ingleses eram bastante independentes, inclusive na sua relação com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, uma vez que seus administradores faziam parte da comunidade britânica local e o seu público era bastante itinerante, sendo composto, em sua maioria, por estrangeiros que trabalhavam, mas não possuíam residência na capital carioca. Por ser voltada para um perfil de classe média e alta – e ao mesmo tempo conservador e evangelical –, sua identidade dependia bastante do capelão do momento e de seu perfil pastoral.

Como em outras capelanias inglesas, a interação com as comunidades brasileiras sempre foi difícil, sobretudo por causa da língua e dos costumes distintos. Em 2013, pela primeira vez, as Paróquias de São Lucas e da Christ Church participaram juntas de uma celebração bilingue, na qual partilharam os testemunhos de alguns membros. Porém, momentos como este eram raros. Em junho de 2016, o

reverendo Mark Simpson (que era membro da DARJ), informou aos clérigos da São Lucas que, por decisão da Junta Paroquial, a Paróquia da IEAB não mais utilizaria o histórico templo, tomando a todos de surpresa. Com isso, a comunidade brasileira teve que buscar um novo espaço celebrativo, transferindo-se para a Rua Guimarães Natal, para o templo da Igreja Presbiteriana Bethesda, na Zona Sul do Rio.

A partir de então foi feita uma reformulação na identidade da comunidade inglesa, que passou a se chamar *Christ Church Rio*. Diferente do perfil de Aldo Quintão, o reverendo Mark está voltado para o modelo de Igreja Hipster e reproduz, de modo bastante semelhante, os cultos da PAES de Miguel Uchôa. Embora ainda possua um público mais antigo – o que levou a realizarem uma celebração em outro horário, mais tradicional –, a Igreja de Cristo busca um público mais jovem, sendo uma comunidade essencialmente anglófona.

Desde 24 de maio de 2020, a Christ Church Rio é liderada por Wainer Guimarães, que atua como pastor auxiliar. Seus capelães são nomeados com a ajuda da *Intercontinental Church Society* (ICS). O Capelão preside o Conselho da Igreja, composto por membros leigos eleitos da congregação, que é responsável pelo funcionamento da Igreja. Porém, os bispos da DARJ realizam, ocasionalmente, sermões ou até mesmo ritos que necessitam de um epíscopo, como a Confirmação de novos membros. Assim, em termos eclesiológicos, a Christ Church hoje funciona seguindo um modelo de governo Congregacional e não Episcopal, mas recorre aos bispos quando os ritos sacramentais prescrevem sua presença.

Embora não pertença à IEAB, a Christ Church Rio não nega sua origem anglicana, nem busca declarar-se como uma nova denominação, pois perderia apoio das agências missionárias e a possibilidade de uma ligação direta com a Igreja da Inglaterra, o que faz dela uma Igreja Anglicana Independente na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente a capelania inglesa desenvolve uma série de atividades voltadas para adultos, jovens e crianças, como almoços para as famílias da comunidade, o *Kids Church* e turmas para aprender Inglês. Também desenvolve eventos voltados para a sociedade, como o "Chega Junto", um mercado mensal (*Market*) que ajuda refugiados e imigrantes a desenvolver pequenos negócios.

Já a Paróquia São Lucas da Diocese Anglicana do Rio de Janeiro, uma vez que, desde a sua fundação, não possui uma sede própria, iniciou durante o ano de 2021, uma campanha para a compra de um espaço adequado para servir como o

seu templo, uma vez que o contrato de aluguel com a Igreja Presbiteriana Bethesda cessou. Durante o período de partilha com a Christ Church, a São Lucas teve como reitores os reverendos Osborn, Custis Fletcher Jr., Gaudêncio Vergara dos Santos, Diamantino Bueno, os cônegos Jorge Macedo e Celso Franco de Oliveira (hoje bispo emérito da DARJ), e os reverendos Eduardo Coelho Grillo (atual bispo diocesano) e Luiz Caetano Grecco Teixeira. Depois da saída da comunidade do templo de Botafogo, tem como atual reitor o reverendo Luiz Coelho.

Sobre as demais Igrejas Anglicanas Independentes que não surgiram de uma divisão ou de lideranças que deixaram a comunhão com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, existe uma lista recente que elenca parte destas denominações presentes no país, levantada pela IEAB e publicada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), que abordaremos no último capítulo. Dentre estes grupos formados por “anglicanos autodefinidos” (segundo a terminologia de Carlos Calvani), temos um em especial, ligado à *Free Church of England* (FCE).

A Igreja Anglicana Reformada do Brasil surgiu em 2005, a partir da liderança do bispo Francisco Buzzo Rodrigues, a partir de uma comunidade em Bragança Paulista, no estado de São Paulo. Em 2009, ocorreu o primeiro Sínodo, cuja meta era estabelecer missões em outros estados. Em abril de 2012, o bispo missionário Josep Rossello foi eleito como o novo bispo da instituição.

Ele iniciou a sua caminhada na Igreja Espanhola Reformada Episcopal (IERE), a Comunhão Anglicana na Espanha. Posteriormente saiu da IERE, filiando-se à Igreja Evangélica Episcopal, na qual foi sagrado como bispo missionário. A partir de então, ele passou a pastorear a Igreja Anglicana Reformada do Brasil junto com o Buzzo. Em sua eclesiologia, sempre enfatizou o caráter protestante do Anglicanismo, dialogando com outros clérigos evangélicos, estrangeiros e locais.

Em fevereiro de 2014, a Igreja Anglicana Reformada foi recebida como uma missão oficial da *Free Church of England* para o Brasil e Josep Rossello tornou-se seu Bispo Primaz, permanecendo no cargo até maio de 2021, quando apresentou a sua renúncia como bispo e membro da FCE. Desde então, Buzzo assumiu como Primaz da denominação, liderando um clero formado por dois bispos missionários e poucas lideranças presentes em São Paulo, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal.

Embora seja uma denominação pequena em número de fiéis e comunidades, quando comparada a outras, como a Catedral Anglicana de São Paulo, esse grupo é

bastante sólido quanto às suas doutrinas e posições teológicas, que são de viés conservador. Quanto à liturgia, segue uma versão bastante sóbria do Livro de Oração Comum, preservando os mesmos princípios da *Free Church of England*¹⁵⁷.

Em sentido contrário, temos o caso da “Igreja Anglicana do Brasil”, liderada pelo reverendo Ricardo Lorite, que é o único que se tem notícia em que a liderança e a comunidade decidiram encerrar suas atividades. Em nota, o grupo reconhecia e lamentava o fenômeno da fragmentação do Anglicanismo Histórico, reiterando que, no Brasil, ele era representado pela IEAB. Em contrapartida, ao longo dessa pesquisa, encontramos várias comunidades e lideranças que surgiram em um período recente, e que tomaram para si os rótulos de “anglicanas” ou “episcopais”, aumentando ainda mais o número de Igrejas Independentes no país. Basta uma simples pesquisa na Internet e nas redes sociais para encontrarmos novos grupos.

Vale notar que, no início, as primeiras denominações anglicanas surgiram de rompimentos com a IEAB. Após alguns anos, o fenômeno da fragmentação do Anglicanismo no Brasil vem a partir de inúmeras divisões e a fundação de novas Igrejas a partir de outra anterior, geralmente originada a partir de uma liderança que decide se auto-denomina “anglicana” ou “episcopal”, ou a partir de rompimentos promovidos entre lideranças dessas mesmas Igrejas.

Concluindo essa análise, apontamos que, se a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil busca manter a sua unidade a todo custo – às vezes com muitas dificuldades –, essas novas Igrejas e suas lideranças estão contribuindo para fragmentar o Anglicanismo no Brasil, diluindo a sua centenária identidade a partir da promoção de um lugar comum aceito pela sociedade brasileira, de como se existisse apenas uma instituição chamada “Igreja Anglicana”. Sendo um fenômeno relativamente recente e em plena ascensão no país, a tendência é que as Igrejas Anglicanas Independentes continuem se multiplicando, até que surjam novas configurações no campo religioso que alterem o atual quadro do Anglicanismo no Brasil.

¹⁵⁷ A Igreja Anglicana Reformada do Brasil tem como padrão o Livro de Oração Comum de 1662. Ela também adere ao Livro de Oração Alternativo da Diocese Anglicana de Sydney, aos Trinta e Nove Artigos de Religião e ao Catecismo Anglicano do Século XXI. Em 2008, subscreveu a Declaração de Jerusalém da GAFCON. E em 2009 publicou a sua própria versão do Livro de Oração Comum.

3 UM ESTUDO DE CASO: A DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE

Para se compreender a história contemporânea da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, é necessário conhecer a história da Diocese Anglicana do Recife. Essa trajetória, ao ser analisada de uma maneira mais profunda, se apresenta como um fenômeno único no campo religioso do Anglicanismo brasileiro e também quando analisamos a história de outras denominações cristãs no Brasil.

Neste capítulo, partiremos da tese de que, durante as duas primeiras décadas após a criação da Diocese Anglicana do Recife, a construção da identidade da Igreja no Nordeste foi pautada numa disputa entre projetos pessoais de membros do clero, que culminaram nas duas principais crises no início dos anos 2000. Embora a repercussão destes eventos não seja tão conhecida do público local e no resto do Brasil, os mesmos tiveram um impacto direto no mundo anglicano, contribuindo para a atual bipolarização entre a Comunhão Anglicana e a GAFCON.

Devido ao aumento das tensões e do aprofundamento da crise nesta região, as disputas resultaram em cinco igrejas que surgiram nesta cidade e se expandiram nos anos seguintes, marcando seus espaços em todo o território do Nordeste: a) Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; b) Igreja Anglicana no Brasil; c) Igreja Anglicana da Santíssima Trindade; d) Igreja Episcopal Carismática do Brasil; e) Igreja Cristã Episcopal. Destas cinco, apenas as três primeiras são classificadas como anglicanas, uma vez que a Igreja Episcopal Carismática e a Igreja Cristã Episcopal fazem parte do chamado Movimento de Convergência. Em nível institucional, a presença dessas Igrejas se manifesta em sua organização por meio de duas províncias – uma ligada à Comunhão Anglicana e outra à GAFCON –, uma comunidade independente, e duas comunhões internacionais distintas.

Existem algumas outras Igrejas intituladas anglicanas e episcopais presentes na região territorial da Diocese Anglicana do Recife, que, por sua vez, não têm relação com as crises e se estabeleceram de modo independente. Elas são a Igreja Anglicana Reformada do Brasil (em Camaragibe-PE, Salvador-BA e São Luís-MA), Igreja Anglicana Ortodoxa do Brasil (em Paulista-PE e Cabo de Santo Agostinho-PE), a Igreja Episcopal Sul-Americana (em Caruaru-PE) e a Igreja Anglicana do Natal (formada pela Diocese Anglicana de Natal-RN). Todas estas denominações fazem parte do grupo que classificamos como “Igrejas Anglicanas Independentes”.

Do ponto de vista metodológico, dividimos a história do Anglicanismo no Nordeste e da Diocese Anglicana do Recife em quatro períodos, os quais foram nomeados *Período das Capelanias* – que vai do século XIX até 1976 –, *Período de Construção* – que vai de 1976 a 2002 –, *Período de Crise* – que vai de 2002 a 2017 –, e o *Período de Reconstrução*, que vai de 2017 até o presente momento. Sobre o *Período de Crise*, tal recorte ganhou um destaque especial neste capítulo uma vez que “se constitui no processo de maior fragmentação institucional da Diocese Anglicana do Recife, com o estabelecimento de três catedrais e três bispos diocesanos distintos em uma mesma área eclesiástica” (SOUZA, 2020, p. 28).

A instabilidade institucional desse período é evidenciada pela fragilidade das comunidades, em especial, da Igreja Catedral que, dentro da eclesiologia anglicana, deve ser o centro da unidade e comunidade modelo para toda a Diocese. Devido ao choque das posições e discursos das principais lideranças da Diocese, o Bispo e o Deão, teremos quase que um mesmo roteiro que foi seguido nas duas principais crises ocorridas na DAR. O palco para estes embates serão sempre os mesmos: Em primeiro plano, a Igreja Catedral e, em segundo, o Seminário Anglicano de Estudos Teológicos (SAET), pois nestas duas instituições temos a manifestação do carisma e da influência retórica de suas lideranças. Para analisar essa questão, utilizaremos o conceito de “carisma”, do sociólogo Max Weber.

Na sua estrutura, dividimos este estudo de caso por períodos específicos que cobrem o episcopado de cada um dos quatro bispos eméritos¹⁵⁸ e do atual bispo da Diocese Anglicana do Recife¹⁵⁹, apresentando os aspectos positivos e negativos de cada período. Abordamos a vida e obra de Edmund Knox Sherrill e Clovis Erly Rodrigues, passando pela eleição de Edward Robinson de Barros Cavalcanti.

Neste trecho, faremos um recorte para analisar o início da crise do seu episcopado, com os desentendimentos com o deão Paulo Garcia, que geraram a “Pequena Crise do Recife” e, em seguida, a “Grande Crise do Recife”, protagonizada pelo próprio bispo. Nessa pesquisa não iremos trabalhar tais episódios da história recente do Anglicanismo no Brasil como “cismas”, mas como “crises”. Nestes momentos, tivemos mudanças bruscas nas lideranças e estruturas da Diocese Anglicana do Recife, em que se acentuaram situações de conflitos entre as forças em jogo. Ocorreram rompimentos e a fundação de novas denominações, porém, tais

¹⁵⁸ Vide Imagem 20, com as fotografias dos bispos eméritos.

¹⁵⁹ Vide o Anexo D, para a lista dos bispos da Diocese Anglicana do Recife.

episódios não fizeram esta diocese deixar de existir, nem impediram que clérigos que saíram da IEAB retornassem à comunhão, nem impedem uma futura unidade.

Após isso, abordamos os episcopados de Sebastião Armando Gameleira Soares e João Câncio Peixoto Filho. Ao final, apresentamos a atual situação das denominações episcopais e anglicanas que se encontram presentes no Nordeste, cobrindo um período histórico que começa com a época da presença das capelarias inglesas, a fundação da Diocese, seus principais momentos, até o ano de 2020.

Parte deste estudo de caso foi desenvolvido a partir de registros históricos contidos em livros tanto da história da Igreja, quanto publicações mais recentes, do bispo Robinson Cavalcanti. Para fundamentar os episódios que resultaram na “Grande Crise do Recife”, a linha do tempo foi construída a partir de textos da época, cedidos pelo reverendo Gustavo Oliveira, e de artigos dos reverendos Carlos Calvani e Mário Ribas, que apresentam as disputas retóricas dentro da Diocese. Também foi obtida uma cópia, na íntegra, do processo canônico do “Caso Robinson”, junto ao bispo Clovis Erly Rodrigues, à época presidente do Superior Tribunal Eclesiástico e, atualmente, responsável pelo Arquivo Provincial da IEAB. Diante do vasto material coletado, o método escolhido para construir a narrativa desta parte da pesquisa foi baseado na História do Tempo Presente.

Segundo Paul Ricoeur (2007, p. 456), a História do Tempo Presente é “aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”. Um dos problemas que podemos enfrentar com tal método, é a sacralização dos eventos descritos, bem como a divisão dos personagens em “heróis”, “vítimas” e “vilões”.

A sacralização está relacionada com o isolamento de uma lembrança, negando-se a possibilidade de interlocução entre o passado e o presente. Uma população que sacraliza a memória de um trauma, por exemplo, não permite a reconstrução histórica do evento e sua discussão no presente. Aquele passado fica cristalizado e passa a ser alvo de rituais relacionados com a afirmação da identidade do grupo. Esse processo impede o esquecimento, mas também pode dificultar um trabalho de reelaboração da memória. No polo inverso está uma postura de banalização. Nesse caso, o presente passa a ser lido como repetição do passado. As lembranças são trazidas a todo momento e os acontecimentos do presente são assimilados a partir do prisma de um evento do passado. O perigo da sacralização e da banalização é que essas perspectivas reforçam a perpetuação de rótulos como o do herói, da vítima ou dos moralizadores. Ao se privilegiar um dever de memória, muitas vezes acaba-se resvalando nesses extremos e passando “do dever de memória aos abusos da memória” (FERREIRA, 2018, p. 95).

Como toda pesquisa científica deve prezar pela análise crítica dos acontecimentos. Sabemos que os temas e conclusões apresentados podem não agradar a todas as pessoas que venham a ler esta parte da tese. Foi preciso apurar cada um dos acontecimentos, reescrevendo-os diversas vezes até chegarmos a um resultado satisfatório e a uma narrativa concisa. Isso se reflete no fato que “os historiadores do Tempo Presente, tendo trabalhado sobre questões terrivelmente sensíveis, tiveram de inventar, senão métodos, pelo menos uma maneira de se colocar na paisagem” (ROUSSO, 2016, p. 186).

Sobre o estado da arte acerca dos estudos do Anglicanismo no Nordeste, aprofundamos mais as informações trazidas no início deste trabalho. Como fonte histórica sobre o estabelecimento das capelarias inglesas no Nordeste e a fundação da Diocese Setentrional (posteriormente denominada Diocese Anglicana do Recife), utilizamos a obra de Oswaldo Kickhöfel *Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*, parte do Projeto Memória, de 1995, a qual constitui a mais completa pesquisa até então publicada sobre a história da denominação.

Outra obra importante que utilizamos neste capítulo é o livro escrito por Robinson Cavalcanti, então bispo diocesano de Recife, intitulado *Igreja – Multidão Madura: Construindo uma Diocese Anglicana*, publicado em 2001, pela Secretaria Diocesana de Educação. Neste livro, os textos, artigos e reflexões do bispo, ilustram, como fonte primária, as tensões, disputas e conflitos existentes na Diocese.

Em 1998, Elizete da Silva defendeu sua tese de doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), intitulada *Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*, publicado em 2017, em que faz um resgate histórico desde a presença da capelaria inglesa na região. Em 2012, Cristiany Moraes de Queiroz defendeu sua tese de doutorado em Antropologia, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), intitulada *Um Estudo Antropológico na Catedral Anglicana do Recife: rumos, rumores e (re)construções*. Este estudo de caso foi o ponto de partida para esta tese de doutorado, visto que buscamos dar continuidade às pesquisas sobre o Anglicanismo a partir do período da crise que se instalou na Diocese Anglicana do Recife quando do rompimento com a IEAB pelo então bispo diocesano Edward Robinson de Barros Cavalcanti. Em 2017, a autora lançou um livro sob o mesmo título, que utilizamos como uma das fontes para este capítulo.

Temos dois estudos em nível de Mestrado. O primeiro foi feito em 2002, por Aldenor Alves Soares, intitulado *A Crença, o Ritual e a divisão do Poder no discurso oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*, pelo Mestrado em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O outro estudo foi feito na área de Ciências da Religião, pelo programa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por Elton Roney da Silva Carvalho, com a dissertação *(Homo)sexualidade em diálogo: imaginário cristão, intolerância religiosa e cisma anglicano*, concluído em 2014. Este estudo, apesar de ser mais atualizado, encerra-se no período inicial do arcebispado de Justin Welby como líder espiritual da Comunhão Anglicana, e do episcopado de Miguel Uchôa, como sucessor de Robinson Cavalcanti na GAFCON.

Em nível de especialização, temos dois trabalhos de conclusão de curso, um em 2003, no curso da Especialização em Direito Humanos, na Universidade Federal da Paraíba, intitulado *Os Direitos Humanos e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Diocese do Recife*. Esta pesquisa desenvolvida por Luís Filipe Paganella Cescani foi concluída logo após a Crise de 2002 e alguns meses antes do início das tensões com o bispo Robinson. O outro TCC é do reverendo Gecionny Rodrigo Pinto de Souza – responsável pelo Arcediagado Norte da DAR –, pela Escola Superior de Teologia (EST/RS), intitulado *A crise do Anglicanismo entre modernidade e pós-modernidade: o caso da Diocese Anglicana do Recife*, defendido em 2009 e, publicado sob o título *Os desafios da Igreja Anglicana na atualidade* (2020).

Também destacamos os trabalhos publicados pelo professor e pesquisador Adriano Portela¹⁶⁰ que também é reverendo na IEAB, em Feira de Santana. Porém, seus estudos versam sobre a história da presença dos anglicanos na Bahia, especialmente, no período das capelanias inglesas no Brasil, não abarcando o período mais recente. Outros estudos sobre o Anglicanismo no Nordeste ainda estão sendo produzidos em Programas de Pós-graduação. Todavia, teremos que aguardar o encerramento destes para fazermos novas análises sobre os temas abordados.

Uma vez que os problemas abordados neste capítulo são o ponto de partida para as análises que serão feitas nos próximos, buscamos reconstituir os fatos que marcaram esta parte da Igreja com profundidade que merecem, apresentando como produto final, uma história contemporânea da Diocese Anglicana do Recife.

¹⁶⁰ Adriano Portela é doutor em Literatura e Cultura (UFBA), presbítero anglicano, escritor e revisor. Seus textos se encontram em seu blog: <https://adrianoportela.wordpress.com/author/adrianoportela/>.

3.1 O ANGLICANISMO NO NORDESTE E A DIOCESE SETENTRIONAL

O Anglicanismo chegou ao Brasil no início do século XIX, por meio da presença de capelarias para atender aos súditos do Império Britânico que se encontravam em terras brasileiras. Já a Diocese Anglicana do Recife – originalmente denominada Diocese Setentrional –, foi fundada em 1976, como fruto da ação missionária da Igreja na região, abrangendo um vasto território do Norte e Nordeste do Brasil, estabelecendo-se nas capitais onde foram desenvolvidos trabalhos de assistência espiritual por meio de capelães enviados do Reino Unido.

Entretanto, antes da presença das capelarias inglesas no Nordeste, durante a ocupação holandesa no Brasil, têm-se registros que, junto às Igrejas dos calvinistas holandeses e franceses que fixaram residência na cidade do Recife, organizou-se uma comunidade anglicana para um grupo de ingleses, utilizando a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, que havia sido convertida em espaço de culto, liderada pelo reverendo Samuel Batsealer, chamado de *Ecclesiastes Anglicanus Mauritstadii*: “E não se pense que era pequeno o número de ingleses no Brasil Holandês. Há referências a uma companhia de soldados – 150 a 180 homens – composta por ingleses, sob o comando de John Godlad” (MELLO, 1987, p. 116).

Na obra historiográfica *Convento de Santo Antônio do Recife – 1606-1956*, encontramos a mesma informação, que relatava a conversão dos templos católicos em templos reformados e a presença de uma congregação de ingleses anglicanos: “A mesma fonte informa que havia sempre culto em nossa igreja aos domingos pela manhã e à tarde, em inglês. Aí pregava o reverendo Samuel Batselaer ‘Ecclesiastes Anglicanus Mauritstadii’” (MUELLER, 1956, p. 20).

A tese de Maria Eduarda Castro Magalhães Marques, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura pela PUC-Rio, que aborda história da Ordem Terceira de São Francisco no Recife, durante o período holandês, também aponta a presença do reverendo Batsealer liderando a congregação inglesa: “Na igreja do convento franciscano, também pregou o reverendo anglicano Samuel Batselaer, pois havia no Recife Holandês um bom contingente de soldados ingleses” (MARQUES, 2010, p. 60). Porém, com a expulsão dos invasores, os ingleses foram banidos, dissolvendo a congregação. Diante dos dados acima, podemos afirmar que os primeiros anglicanos que chegaram ao Brasil foram ingleses no Recife Holandês.

Muitos anos após isto, no início do século XIX, foi estabelecida uma capelania anglicana na cidade do Recife, com a construção do Cemitério dos Ingleses, tida como a primeira necrópole da cidade. Originalmente chamado *The British Cemetery*, o seu terreno foi doado ao Cônsul Inglês do Recife por ordem de Dom João VI, após o decreto da Abertura dos Portos às Nações Amigas. O artigo 12 do Tratado versava sobre o estabelecimento de lugares para o sepultamento de cidadãos britânicos que viessem a falecer em outros países. Naquela época, a cidade do Recife possuía aproximadamente duzentos mil habitantes e a colônia inglesa já era bastante expressiva, necessitando de um espaço apropriado para seus mortos.

No Brasil, a Igreja Católica Romana proibia o sepultamento de acatólicos em seus templos e ossuários, de modo que os súditos ingleses acabavam sendo enterrados em praias ou campinas. Depois de um pedido formal do Cônsul Britânico do Recife, o governador da província, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, sob as ordens do Príncipe Regente, mandou demarcar um terreno, em uma região portuária conhecida como Santo Amaro das Salinas, para a construção da necrópole.

*The British Cemetery*¹⁶¹ – como está gravado até hoje em uma placa no seu portão de entrada – foi inaugurado em 1814. Contava com uma pequena capela em formato octogonal em estilo neogótico, toda em alvenaria de tijolos, e um gradil de ferro trabalhado pela Fundição d'Aurora. Com o passar do tempo, a área foi ampliada através da aquisição de terrenos vizinhos. Desde então, o Cemitério dos Ingleses passou a abrigar não apenas túmulos de cidadãos britânicos, mas também de franceses e alemães, protestantes e maçons, e figuras ilustres da história local, como o general José Inácio de Abreu e Lima¹⁶². Além da cidade do Recife, foram construídas outras necrópoles no Rio de Janeiro e Salvador.

O Cemitério dos Ingleses do Recife foi a primeira necrópole da cidade. Até então, os sepultamentos eram realizados dentro dos templos católicos e administrados pelas irmandades da Igreja local. Porém, havia inúmeros problemas de ordem sanitária, sobretudo em dias de chuva, que junto com a água, trouxe

¹⁶¹ Vide Imagem 21, com a fotografia da capela do Cemitério.

¹⁶² Não só cidadãos britânicos estão enterrados no Cemitério dos Ingleses do Recife. O túmulo do general Abreu e Lima é uma das lápides mais famosas do local, pela Cruz Celta erigida na entrada da necrópole. Por ser maçom, o líder militar foi proibido de ser sepultado no Cemitério de Santo Amaro pelo bispo da época, e teve no Cemitério dos Ingleses o seu lugar de descanso, sendo enterrado com todas as honrarias. Como consta em seu epitáfio gravado na lápide: “Aqui jaz o cidadão brasileiro General José Inácio de Abreu e Lima, Propugnador esforçado da liberdade de consciência. Faleceu em 8 de março de 1869. Foi-lhe negada sepultura no Cemitério Público pelo Bispo D. Francisco Cardoso Ayres. Lembrança de seus parentes”.

inúmeras epidemias que assolaram a cidade ao longo do século XIX. Em 1825, um decreto imperial foi publicado “exigindo medidas higiênicas e criação de cemitérios fora das cidades e das igrejas”. No ano de 1832 a questão foi discutida nas Câmaras Municipais, gerando inúmeras controvérsias entre os católicos, que queriam ser enterrados “perto de Deus”. Somente em 1851 foi inaugurada a primeira necrópole pública da cidade, o Cemitério de Santo Amaro, localizado no bairro homônimo.

O reverendo John Penny foi o primeiro capelão britânico, instituído em 1822, servindo à rede consular no Recife. O seu primeiro trabalho pastoral ocorreu no dia 25 de abril daquele mesmo ano, quando batizou e sepultou uma criança chamada Edward, filho do casal William e Lucy Pelly, que residiam no bairro da Boa Vista. Em 1826, o reverendo Penny oficiou o seu primeiro casamento anglicano na cidade, unindo George Auglin – filho de britânicos, nascido em Portugal – e Sophia Lock – uma jovem inglesa, paroquiana de Kingston-upon-Thames.

John Penny trabalhou durante dezesseis anos na cidade, até ser substituído pelo reverendo Charles Adye Austin, que veio de Liverpool com esposa e três filhos, chegando ao Recife em 28 de abril de 1835. O padre Austin foi o primeiro pároco na capital, atendendo a Capelania Consular e o Cemitério. Posteriormente, ele foi incumbido de construir o primeiro templo anglicano fora da necrópole.

Às cinco horas da tarde do dia 5 de março de 1838, primeiro ano do reinado de Sua Majestade, a rainha Vitória, soberana do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, décimo sexto ano do Império do Brasil, governando a Província de Pernambuco o Sr. Francisco do Rego Barros, barão da Boa Vista, presentes o Ver. Charles Adye Austin, capelão consular residente; o médico John Loudon e o industrial Christopher Starr (proprietário da conhecida Fundação d’Aurora, visitada até por D. Pedro II), o cônsul britânico no Recife, Edward Watts, lançava na Rua da Aurora (coração do Recife) a pedra fundamental da Paróquia da Trindade, desde então conhecida como “Igreja dos Ingleses” (GARCIA, 1987, p. 14).

A Igreja da Santíssima Trindade (*Holy Trinity Church*) se localizava às margens do Rio Capibaribe, em um vasto quarteirão na esquina da Rua da Aurora com a Rua Formosa. Devido ao seu tamanho e filiação étnica, era apelidada pelo povo pernambucano de “Igrejinha dos Ingleses”¹⁶³.

As leis da época impediam que templos religiosos acatólicos fossem construídos com seus elementos arquitetônicos tradicionais. Assim, a Capela

¹⁶³ Vide Imagem 22, com fotografia da “Igrejinha dos Ingleses”.

Anglicana do Recife era uma construção que exibia uma fachada simples, com um frontão triangular com um pequeno vitral em círculo e sem a presença de uma torre sineira. Um pequeno pórtico com três arcadas dava acesso à porta de entrada em madeira envernizada, ladeada por dois janelões com vitrais. Nas laterais, um conjunto de três grandes janelas de vitrais em cada parede iluminava o interior do templo, que possuía duas sacristias. Do lado de fora, o pequeno templo era cercado por um elegante gradil de ferro sobre uma base de alvenaria e pedra, feito pela Fundação d'Aurora, a mesma empresa que fez o muro do Cemitério dos Ingleses.

Infelizmente ainda não foram encontradas fotografias do interior da Capela Anglicana do Recife, da Rua da Aurora, mas, graças ao registro do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco é possível ter acesso a uma descrição detalhada.

No santuario, de uma bella pintura, e ladrilho de mosaico, fica ao fundo um altar, sobre o qual se ostentam uma allegorias de boa pintura representando a *Agnus Dei* e os quatro Evangelistas; e aos lados, inscriptos em inglez em caracteres gothicos, o Decalogo e a Oração Dominical, sobre laminas metallicas, como são também aquellas allegorias; e no alto abre-se uma alterosa janella, de vidraça colorida, formando no seu todo um bello conjunto ornamental pelos seus caprichosos labores, e sobre cuja archivolta se lê esta legenda, em inglez, como que de consagração do templo: – Louvae á Deus neste santuario, na magestade do seu poder. A sala da oração, com o seu ladrilho de marmore branco, é bastante clara pela luz que recebe de oito grandes janellas, que são de um bello effeito pela sua vidraça colorida, e nas quaes se estampam, destacando-se das suas ornamentações, os Passos do Senhor, e alguns painéis de factos notáveis da sua vida. No côro, com a sua varanda volteada, de balaustres de madeira envernizada, ostenta-se ao centro, sobre um cornijamento geral, que serve de base á mesma varanda, um escudo das armas reaes da Grã Bretanha, dourado e em relevo, figurando no laço em que se inscreve a legenda – *Dieu et mon droit* – a data de 1838, allusiva á construcção do templo; e em baixo do côro, e junto a pia baptismal, de marmore branco, é de um bello trabalho artístico pelos seus primorosos labores em relevo. A um lado do santuario ergue-se o pulpito, isoladamente, de fórma octogonal, deixando ver em cada uma das suas faces lindas ornamentações de talha, e na propria cor da madeira de que é feita toda a peça. Foi construído em Pernambuco, e inaugurado em 1897, como se vê de uma inscripção em latim sobre uma placa de metal collocada na base da mesma peça. No centro da entrada do santuario, e voltada para a sala de oração, ergue-se uma alterosa estante de latão polido, e de um primorosissimo trabalho de modelação e cinzel. Uma grande aguia, de azas distendidas e com as garras apaiadas sobre a parte superior da columna, é propriamente dita a estante, sobre a qual se vê uma Biblia *in-folio*, de primorosa edicção ingleza e luxuosa encadernação. Esta bella e importante peça, cujo custo attingiu a quantia superior a um conto de reis, foi offerecida em 1882 pelos filhos de David Willian Bowman e sua consorte Eliza Gilroy, em memoria de seus pais, como se vê de uma inscripção aberta no extremo superior da columna, sobre o qual a aguia se ostenta. Nas paredes da sala de oração, e em altura superior, figuram varias placas de marmore branco com inscripções abertas, e algumas com braços d'armas, em relevo, consagradas á memória de pessoas notaveis da colonia ingleza fallecidas

em Pernambuco, quer particularmente, como bemfeitores da Igreja, quer por outra ordem de serviços e distinções (REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO, 1902. p. 533-535.)

Após o término da construção da Igreja, foi concedida a Charles Austin uma licença prolongada, sendo substituído pelo seu cunhado, o reverendo Benjamin F. Tuckniss. Porém, quem assumiu, de fato, os trabalhos no Recife foi o reverendo Austin, de modo que sua memória se perpetuou na história da cidade. A casa do capelão ficava em uma transversal da Rua Formosa, que passou a ser conhecida como “Beco do Padre Inglês”, em referência à batina utilizada pelo clérigo. Hoje, a “Rua do Padre Inglês” é uma das mais conhecidas no bairro da Boa Vista.

Embora estivesse sob jurisdição do Bispo de Londres, este nunca veio ao Brasil. Somente em 1869, o Bispo de Honolulu, Thomas Staley, veio ao Brasil, visitando as cidades em que se encontravam as capelanias. Em sua visita ao Recife, o bispo consagrou o templo e a capela do Cemitério. Embora em 1874, o bispo Waite Kockin Stirling, das Ilhas Malvinas, tenha assumido a administração das capelanias da América Latina, a Holy Trinity Church continuou utilizando o título de “Capelania Consular Britânica”, pois servia exclusivamente à população inglesa.

Desde a sua fundação, diversos capelães passaram pela *Holy Trinity Church*, marcando a “religião dos ingleses” na memória da sociedade recifense.

O Rev. Midgley foi capelão anglicano no Recife de 1874 a 1892, ou seja, do fim do Império no Brasil aos primeiros anos da República, tendo como sucessor o Rev. William Ding que morreu de febre amarela e foi enterrado no Cemitério dos Ingleses (British Cemetery), no bairro de Santo Amaro. Na ordem de sucessão foram anotados os seguintes: Rev. W. E. Macray (1893-1900); Rev. F. M. Lane (1900-1902); Rev. George W. Baile (1903-1918); Rev. J. Meredith Bate (1920-1922); Rev. Archibald Nicol (1922-1936); Rev. H. J. Dobb (1940-1941). Seguiram-se à frente da Capelania o Rev. Eric C. Wilcokson, Rev. J. Gould, Rev. D. N. Jackson, Rev. Theodore Hina, Rev. Cecil R. Burton, Rev. R. F. Pearce, Rev. John Ellesworth, Rev. Denis Pape, sem registros precisos sobre as datas de suas funções (GARCIA, 1987, p. 16).

Os ingleses concorreram muito para o desenvolvimento do Nordeste, especialmente do Recife. Eles fundaram, na cidade, o Bank of London, a West Telegraph Company e a Fundação d'Aurora; junto com ela, trouxeram novas técnicas da construção de redes ferroviárias, que eram administradas pela Great Western. A presença inglesa na cidade foi além das atividades religiosas e econômicas, marcando a sociedade e a cultura da época, com a construção de um hospital e a

fundação de vários clubes de Futebol, a exemplo do Tramways Sport Club, o Clube Ferroviário do Recife (antiga Associação Atlética Great Western) e o English Eleven (um time formado por funcionários de companhias inglesas sediadas no Recife). Também construíram clubes de lazer que serviam de espaços de integração da comunidade britânica na cidade, como o British Country Club e outros.

Em 1842 foi construído no Recife também o hospital britânico (The British Hospital), instalado em época de epidemias, inclusive febre amarela que atingiu seu auge em 1849. O hospital funcionou até 1878 no Aterro da Boa Vista (hoje Rua da Imperatriz), uma edificação de quatro andares, com cais de embarque no Rio Capibaribe. Existiram também no Recife quatro clubes de origem britânica: o Pernambuco Cricket Club, o Lawn Tennis Club, o Pernambuco British Club (1906) e o The British Country Club (1920), no bairro dos Afritos, promovendo jogos atléticos e reuniões sociais. O Pernambuco Golf Club (1928) originou o Caxangá Golf & Country Club. Remanesce também o British and Country Club, na Av. Rosa e Silva, em cujo terreno foi edificado o templo anglicano (1940), quando o primitivo foi desapropriado para alargar a Avenida Conde da Boa Vista (1940) (PEREIRA, 2013, p. 27).

Durante a Primeira Guerra Mundial, 65 jovens e o capelão em Pernambuco, o Rev. Baile, foram recrutados para lutar pelo Reino Unido, sendo todos mortos em batalha. Em 1922, como uma homenagem aos filhos que faleceram, a comunidade inglesa do Recife encomendou um órgão de tubos à W. M. Hill & Son – Norrnan & Beard Ltd, companhia inglesa especializada na construção deste instrumento.

Naquela época, a Igreja Anglicana no Recife era de característica étnica, voltada exclusivamente para o público britânico, com celebrações na língua inglesa, a qual foi responsável por manter os costumes do Reino Unido, como o “culto da colheita” e o “culto das bandeiras”. Este último era bem peculiar, sendo realizado anualmente como uma homenagem à vitória obtida nas duas Guerras Mundiais; nele se utilizava as bandeiras de Pernambuco, do Brasil, dos Estados Unidos e do Reino Unido. A presença ativa de famílias inteiras, como os Paterson, Dobbin, Comber, foi decisiva para manter as tradições da Igreja durante as décadas seguintes.

Com o processo de urbanização da cidade, em 1944 a Prefeitura do Recife notificou os administradores da Igreja de que aquele terreno que o templo havia utilizado durante 106 anos interruptos seria expropriado para dar espaço às obras nas Avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista. Em 10 de junho 1945, foi realizado o último ofício na capela, com a presença de 112 pessoas. Os engenheiros ingleses, desmontaram todos os vitrais e a grade de ferro para realocarem no novo templo.

Em 1946, a Capela Anglicana do Recife foi demolida para dar lugar à atual Avenida Conde da Boa Vista, sendo em seu terreno construído o atual edifício que abriga o Cinema São Luiz. A comunidade dos ingleses foi transferida para a Rua da Matinha – atual Rua Carneiro Vilela, no Bairro dos Afritos –, onde foi erigido o novo templo da *Holy Trinity Church*¹⁶⁴ num breve período de um ano, através das doações dos paroquianos locais. No dia 08 de dezembro do mesmo ano, o bispo inglês Daniel Evans consagrou a nova igreja.

A nova construção, diferente da anterior, possuía uma arquitetura mais robusta e mais alta. O templo possuía uma única nave, mas agora havia ganhado uma fachada imponente com uma alta torre sineira. Nela foram gravadas três cruzes celtas, entalhadas abaixo das três janelas dispostas em cada face. Os vitrais da antiga capela foram reinstalados no novo santuário, junto com a mobília, o altar em madeira e o órgão de tubos. E parte da grade em ferro fundido passou a cercar a entrada do templo. Devido à ligação entre a cultura e religião inglesas, também havia um portão que ligava a Igreja e o British Country Club.

A partir de uma foto presente no folheto da *Holy Trinity Church* (de 1954), é possível vislumbrar o interior do templo¹⁶⁵, muito provavelmente organizado de modo semelhante ao da antiga Capela para preservar a memória dos fiéis. A pia batismal ficava no corredor central, à entrada do templo, sendo ladeada por duas fileiras de bancos. A nave e o altar eram divididos por três arcos, dois pequenos, onde, à esquerda, ficava o púlpito, com a bandeira do Reino Unido, e no direito, ficava uma águia dourada para a leitura das Escrituras e, ao seu lado, se encontrava hasteada a bandeira do Brasil. Ao fundo desse arco encontrava-se instalado o mesmo órgão trazido da Inglaterra, em 1922.

O presbitério ficava ao centro do grande arco, com dois pequenos bancos em cada parede lateral. O piso do altar era revestido de azulejo trabalhado, com os Evangelistas e o *Agnus Dei*. O altar, trabalhado em madeira escura, cobria a parede de fundo e as laterais. A mesa, também em madeira, ficava elevada em um patamar, sendo forrada por uma toalha branca e um frontão. Em cima se encontravam flores e uma cruz dourada. Nas laterais, dois castiçais se erguiam do chão. E, acima do altar, o templo era iluminado com a mesma janela vitral da capela da Rua da Aurora.

¹⁶⁴ Vide Imagem 23, com a fotografia da fachada do novo edifício da Holy Trinity Church.

¹⁶⁵ Vide Imagem 24, com a fotografia do interior do templo.

Na Bahia, o Anglicanismo se estabeleceu de maneira semelhante à ocorrida em Pernambuco. Assim como no Recife, a Igreja Anglicana encontrou em Salvador um campo religioso definido, a partir da hegemonia da Igreja Católica, mas com forte presença das religiões de origem africana (ou um “afro-catolicismo”), uma vez que as Irmandades possuíam muito prestígio, ao mesmo tempo em que lutavam pela alforria dos seus irmãos que foram escravizados e trazidos de África.

Apesar de a Bahia ser conhecida como um dos maiores centros do Catolicismo no país, o Anglicanismo se estabeleceu em Salvador através da colônia de comerciantes britânicos, os quais usufruíam das concessões do Tratado de 1810. Em dois anos de intensa troca comercial, os ingleses rapidamente atingiram grandes lucros, mas também precisaram enfrentar problemas sanitários. As epidemias de cólera e febre amarela logo fizeram suas vítimas, incluindo os cidadãos ingleses.

No início do século XIX, a questão do direito a um sepultamento digno aos mortos também foi levada pelos ingleses, residentes na Bahia, ao governador da época, Marcos de Noronha e Brito, o “Conde dos Arcos”, que diante do Tratado entre Portugal e a Inglaterra, permitiu que se enterrassem os “súditos de Sua Majestade Britânica” em um terreno próximo da capela de Santo Antônio da Barra. Mesmo sendo em um povoado distante da capital, era um espaço mais adequado, visto que, na cidade de Salvador, o Cemitério do Campo da Pólvora era o único local utilizado para depositar os restos mortais de indigentes, não-cristãos e traidores executados pelo governo¹⁶⁶. Somente após o Decreto Imperial do Brasil, de 1828, que proibiu os sepultamentos dentro dos templos católicos, foi possível estabelecer cemitérios públicos, inaugurando-se o Cemitério do Campo Santo.

Em 08 de fevereiro de 1811, o Conde dos Arcos permitiu a construção de uma necrópole para atender aos súditos ingleses na cidade. Localizado à beira do mar, em uma encosta, na atual Ladeira da Barra, o Cemitério Britânico de Salvador terminou servindo não apenas para os anglicanos, mas também para outros cidadãos acatólicos, sendo reservados espaços para luteranos alemães e judeus.

Na documentação eclesiástica, a data de fundação da Saint George Church ou da Bahia British Church não se apresenta unânime. Em ata de uma reunião do Conselho da Igreja em 1949, o presidente refere-se a alguma data desconhecida antes de 1821. Nos Estatutos da sociedade da Igreja de São Jorge e Cemitério Britânico, atualizado em 1950, no artigo 2 reza: “A

¹⁶⁶ Este local foi palco da execução dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817, como Padre Roma e Domingo José Martins. Por tal razão, ele também era chamado de “Campo dos Mártires”.

Igreja, estabelecida anteriormente ao ano de 1815". Nas fontes, a data mais antiga que foi encontrada é 8/2/1814, referindo-se à compra de terreno para o cemitério britânico. Em relação à capela, o registro oficial mais recuado é de 1836, informando ao Presidente da Província que a Capela funcionaria na Vitória e que o capelão era o Reverendo Edward Parker. Provavelmente, os anglicanos já se reuniam em alguma casa desde 1814, quando da instalação do cemitério, mas só posteriormente passariam a se congregar em capela própria (SILVA, 2017, p. 31).

No local foi construída uma pequena capela, conhecida como *Bahia British Church* ou *Saint George Church*. A Capela de São Jorge – erigida em homenagem ao padroeiro da Inglaterra – seguia os termos do artigo 12 do Tratado, sem os elementos arquitetônicos de templos cristãos. A capela em alvenaria comportava cerca de 70 pessoas e localizava-se ao fundo da necrópole, com vista para o mar. A fachada, bastante simples, possuía uma única porta e era ladeada por seis janelas. Ao visitarmos a capela encontramos toda a mobília feita em madeira e uma fonte batismal em pedra (doadada em 1856). Junto com o Cemitério, em 1815 foi construído o Hospital Britânico, para atender aos ingleses que chegavam à cidade. Nos anos seguintes, os anglicanos tiveram problemas para assegurar seu direito de culto.

Mesmo não tendo desenvolvido atividades proselitistas para angariar fiéis, a Igreja Católica e algumas autoridades da Província não viram com bons olhos o estabelecimento da Igreja Anglicana em Salvador. Compulsando a correspondência consular, encontra-se registrado um incidente ocorrido com o Reverendo Edward Parker, em 1847, uma prisão domiciliar, ordenada por um major da polícia, que tendo colocado dois soldados armados na porta da residência do clérigo, proibia qualquer pessoa de entrar ou sair da referida casa. De imediato o cônsul britânico oficiou ao Presidente da Província exigindo providências e a não repetição do fato (SILVA, 2017, p. 38).

Em uma época em que o proselitismo entre cidadãos brasileiros era proibido, a sociedade baiana viu aportar o missionário metodista norte-americano Daniel Kidder, o qual foi recebido pelo capelão, Edward Parker, e o cônsul norte-americano. Ele conheceu a realidade religiosa local, auxiliando a capelania inglesa com a venda de uma remessa de bíblias para a comunidade anglicana. Desde o começo, esse tipo de atividade não era bem vista pela Igreja Católica. Tempos depois, em 1963, o missionário escocês Richard Holden chegou a Salvador; indo de encontro às práticas protestantes, logo ele iniciou seu trabalho na cidade com a organização de cultos, a distribuição de bíblias e de literatura evangélica e a organização de uma escola dominical. A Igreja Católica logo respondeu, através do Arcebispo Dom

Manuel Joaquim da Silveira, que convocou a imprensa para alertar os baianos acerca da “falsa Bíblia” de Holden, que sofreu represálias semelhantes às do reverendo Parker, precisando acionar uma intervenção do cônsul inglês.

Em 1853 foi construído o primeiro templo anglicano fora do Cemitério, no bairro de Campo Grande, em um terreno comprado pelo consulado britânico. O capelão, à época, era o reverendo Edge. O templo, de maiores proporções, tinha em sua fachada quatro colunas jônicas, que sustentavam um frontão. Três grandes portas davam acesso ao templo, que era ladeado por oito janelas. Em seu interior, bastante simples, o espaço era preenchido pela mobília, púlpito e bancos em madeira escura. No altar erguia-se um grande vitral representando a Cristo como o “Bom Pastor”. Em 1857, o bispo australiano Mathew Hale consagrou a nova Igreja.

A Capelania Consular de Salvador foi encerrada em 1907, sendo, desde então, sustentada financeiramente pelos ingleses e administrada pelo conselho da Sociedade de São Jorge. Um dos primeiros problemas a serem enfrentados foi a falta de um capelão residente, desde a partida do reverendo Naish, em 1913. Por causa do baixo número de frequentadores, seus clérigos¹⁶⁷ tinham dificuldades para manter a regularidade dos ofícios. O bispo Edward Every, responsável pelo Brasil, buscava clérigos para Salvador, porém, o posto do capelão acabava permanecendo vacante: “É possível que muitos se recusassem a vir para a Bahia devido às dificuldades provocadas pelo clima e pelas péssimas condições higiênicas vividas pela população. No Cemitério Britânico da Bahia foram enterrados quatro clérigos” (SILVA, 2017, p. 35). Diante dessa vacância, a comunidade passou a ser visitada anualmente, às vezes pelo capelão do Recife ou pelo bispo das Ilhas Falklands.

Embora se trate de outra região, também é importante falarmos da chegada do Anglicanismo ao Norte do Brasil, especificamente no estado do Pará, pois, posteriormente, esta região passou a fazer parte da Diocese Setentrional da Igreja Episcopal, cuja sé foi estabelecida na capital pernambucana. Na cidade de Belém, os anglicanos chegaram de modo semelhante, por meio do Tratado entre Portugal e Inglaterra, mas somente se estabeleceram, de fato, quase um século depois.

Em 1815, os ingleses construíram um pequeno cemitério na Rua São Vicente de Fora, no bairro Batista Campos. Diante desse direito adquirido pelos

¹⁶⁷ Os capelães de Salvador foram o Rev. Robert Synge, Rev. Edward Parker, Rev. Edge, Rev. C. Nicolay, Rev. Cecil Luckman, Rev. Hockly, Rev. Augustin, Rev. Dubourg, Rev. John Williams, Rev. A. Butler, Rev. Naish, Rev. W. Waller e o Rev. Bate. Desde então, passou-se um longo período sem a presença de um clérigo anglicano, até a chegada dos episcopais norte-americanos no Nordeste.

estrangeiros, em 1842, os judeus da cidade construíram o Cemitério Israelita, localizado ao lado da necrópole inglesa. Somente em 1850, foi inaugurado o primeiro cemitério público, o “Nossa Senhora da Soledade”, localizado em frente ao britânico. Em 02 de setembro de 1912, a Igreja de Santa Maria (*St. Mary’s Church*) foi dedicada para atender aos estrangeiros que residiam na cidade. O trabalho partiu do reverendo Arthur Moss (conhecido na cidade como Padre Moss), que serviu à comunidade durante dezoito anos.

Em 1912, o missionário anglicano inglês Arthur Miles Moss desembarcou em Belém com dois propósitos claros em sua mente: estabelecer uma capelania para falantes de língua inglesa e construir uma pequena igreja no terreno do cemitério britânico. Na verdade fazia muito tempo que a forte colônia britânica estabelecida no Pará havia solicitado a presença de um clérigo para realizar as atividades religiosas utilizando o rito anglicano. Todavia, somente no final do ciclo da borracha, no apagar das luzes da “belle époque amazônica”, a demanda foi atendida. Moss era um homem de profunda dedicação à religião e à ciência, um apaixonado pesquisador de insetos e plantas. Um casamento comum para os ministros da Igreja da Inglaterra que conciliavam sua fé com a atmosfera científica que dominava a mentalidade européia de então. Também estava habilitado por uma experiência anterior na América Latina, durante cinco anos havia trabalhado na capital do Peru. Por isso, a South American Mission Society (SAMS) e a capelania inglesa aceitaram sua proposta para vir ao Brasil sem nenhuma dificuldade (JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA, 2016, p. 9-10).

A época, as atividades das capelanias inglesas seguiam paralelas às atividades da então chamada Igreja Episcopal Brasileira, presente no país desde 1890. Até então, a denominação de origem estadunidense não havia chegado às regiões Norte e Nordeste. Enquanto as capelanias continuavam como comunidades tradicionais fechadas, de caráter nacionalista, língua e cultura britânica, os episcopais brasileiros seguiam a obra que lhes foi confiada pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos, buscando tornar-se uma Igreja autônoma na Comunhão Anglicana, sem a interferência estrangeira em sua administração.

O processo de expansão da Igreja Episcopal era desigual nas diferentes regiões do Brasil, de modo que o Sul e Sudeste concentravam a totalidade dos fiéis, ao mesmo tempo em que havia um imenso território a ser administrado pelo bispo da Diocese Central. Apesar de existirem três dioceses – Diocese Meridional (com sé em Porto Alegre); Diocese Sul-Occidental (com sé em Santa Maria); e Diocese Central (com sé na cidade do Rio de Janeiro) –, esta última abrangia toda a região Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país.

A autonomia administrativa alcançada em 1965 encorajou a igreja a criar novas dioceses, a semelhança do que havia acontecido em 1950, quando o distrito missionário foi dividido em dioceses. A diferença agora era que apenas uma diocese – a Central – dava origem a mais três unidades eclesiais, todas em direção ao norte do país. A primeira foi a Diocese Sul Central em 1969; a segunda foi a Diocese Setentrional em 1976; e a terceira a Diocese Missionária de Brasília em 1982 (KICKHÖFEL, 1995, p. 305).

Com a criação de uma nova unidade diocesana no Recife, o Anglicanismo no Nordeste iniciou um segundo momento em sua história, marcado por uma intensa agenda missionária entre os brasileiros e pela busca por uma identidade própria na região. Com o passar dos anos, a Igreja local enfrentou uma série de problemas institucionais que definiram o atual quadro dessa tradição cristã no Brasil. Assim, encerrava-se o período das capelanias inglesas para iniciar-se a presença dos episcopais na região, com a criação da Diocese Setentrional.

3.2 O EPISCOPADO DE EDMUND SHERRILL

Em 1958 o reverendo Edmund Knox Sherrill¹⁶⁸ foi eleito o novo bispo da Diocese Central, para suceder a Louis Chester Melcher. Embora o Brasil estivesse vivendo uma época de idolatria ao patriotismo e a Igreja precisasse reafirmar sua identidade nacional, era necessário que a autonomia administrativa e a independência financeira fossem conduzidas de modo responsável pelos seus bispos e lideranças.

Como de costume, a Igreja brasileira tinha os bispos escolhidos pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos. O nome de Edmund Sherrill foi apontado para a Diocese Central. Dentre as razões, estavam a sua origem e o trabalho missionário.

A Convenção Geral de 1958 elegeu o reverendo Edmund Knox Sherrill, que há cinco anos trabalhava no Brasil como missionário junto à comunidade americana e como coadjutor e depois como pároco da Igreja da Santíssima Trindade em São Paulo. Filho de Henry Knox Sherrill, bispo presidente da igreja americana, que terminou seu mandato na mesma convenção que elegeu o filho para bispo no Brasil, Edmund Knox Sherrill nasceu em Boston em 23 de maio de 1925. Estudou na Academia Militar e na Universidade de Yale, onde recebeu o grau de bacharel em Artes. Serviu no exército americano por três anos, participando de operações no setor europeu. Estudou teologia no Seminário de Cambridge e foi ordenado ao diaconato e

¹⁶⁸ Vide Imagem 19, com a fotografia de Edmund Sherrill, o 1º Bispo Diocesano.

o presbiterado em 1951. Foi sagrado bispo no Rio de Janeiro por seu próprio pai, na Igreja de Cristo (Christ Church), tendo como co-sagrantes os bispos Daniel Ivor Evans, da Argentina, e os brasileiros Plínio Lauer Simões, Athalício Theoro Pithan e Egmont Machado Krischke (KICKHÖFEL, 1995, p. 274-275).

O perfil do novo bispo marcou profundamente a formação da nova Diocese. Teologicamente, apresentava-se como um neo-ortodoxo, ao mesmo tempo em que, por sua simplicidade, era adepto de uma liturgia despojada – típica da “Igreja Baixa” do Anglicanismo. Politicamente, Sherrill era uma pessoa de esquerda. Desde cedo apoiava a União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB) e participou como um dos oradores da famosa Conferência do Nordeste, que reuniu intelectuais, religiosos e estudantes para debaterem os problemas sociais do país naquela época.

Edmund Sherrill foi bispo diocesano, no Rio de Janeiro, de 1959 até 1976, quando assumiu a Diocese Setentrional. O processo para expandir o Anglicanismo nas regiões onde a Igreja Episcopal estava ausente, vinha ocorrendo desde 1955, quando o bispo Melcher visitou, pela primeira vez, Manaus e Belém, realizando a confirmação de sete pessoas. Em 1958, foi a vez de Sherrill, já eleito, visitar o Norte e o Nordeste pela primeira vez.

Em Recife, um capelão inglês trabalhava com uma pequena congregação de estrangeiros. Em Salvador, meio século havia passado desde a partida do último capelão. Nas outras cidades visitadas, era difícil encontrar alguém que soubesse ou tivesse ouvido falar da Igreja Episcopal. Entretanto, o trabalho realizado no passado pelos estrangeiros em Recife, Belém e Salvador se constituiu um importante ponto de apoio e estratégia para a expansão da igreja numa área onde os anglicanos brasileiros estavam praticamente ausentes. Quase uma década depois, o bispo Sherrill transferiu para Recife o rev. Alfredo Rocha Fonseca Filho, que veio a ser o primeiro capelão brasileiro da Paróquia da SS. Trindade, iniciando o lento processo de integração. Um segundo capelão brasileiro foi designado em 1968, que passou a trabalhar com os missionários americanos John Said e Phillip Getchell, que atendiam a congregação dos estrangeiros, formada principalmente por americanos e ingleses, até março de 1975, quando o bispo Sherrill determinou a transferência para o Recife do rev. Paulo Ruiz Garcia para assumir a reitoria da paróquia. Essa transferência significou o início do projeto que deu origem a nova unidade eclesial, que recebeu o complicado nome de Diocese Setentrional (KICKHÖFEL, 1995, p. 295).

Em 1966, ocorreu a transferência do reverendo Alfredo Rocha Fonseca para o Recife. Este foi o primeiro pároco brasileiro a realizar ofícios em língua portuguesa. O período foi importante para a consolidação da Igreja entre os recifenses. Durante a sua passagem pela capital pernambucana, o clérigo fez amizades na imprensa, realizou o primeiro ato ecumênico da cidade, durante o domingo de Páscoa, no

Country Club, com o padre da Matriz do Espinheiro e o pastor da Igreja Presbiteriana da Encruzilhada. Também promoveu conferências e concertos de órgão de tubo, trazendo o grande orador e músico da Igreja da época, o reverendo José Del Nero. Porém, no ano de 1968, devido à sua atuação política, teve que sair escondido da cidade para não ser preso pelos agentes da Ditadura Militar.

Após este período, foi designado para pastorear a Paróquia São Felipe, em Goiânia. Na mesma época, outros clérigos do Recife, como João Dias de Araújo e Áureo Bispo dos Santos – à época o reitor do Seminário Presbiteriano do Norte (SPN) –, também foram perseguidos pelas lideranças da Igreja Presbiteriana do Brasil¹⁶⁹. Após isto, João e outros pastores formaram a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (FENIP), que, depois, se tornou a Igreja Presbiteriana Unida, fundada em 1979, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo.

Em 1968, o reverendo Paulo Roberto Medeiros assumiu o pastoreio na Paróquia da Trindade, ficando até o ano de 1973. Nesse período os reverendos norte-americanos John Said e Philip Getchell trabalharam como có-párocos nos últimos anos. Este último permaneceu à frente da Igreja no Recife até 1975. No mês de março, o reverendo Paulo Ruiz Garcia¹⁷⁰ chegou ao Recife, junto com a sua esposa, Márcia Garcia, assumindo o templo que servira à capelania inglesa no Recife por décadas. Com o passar dos anos, promoveu o crescimento daquela comunidade, através de uma gradual mudança nos costumes e tradições da centenária Igreja. Vários estudiosos do Anglicanismo, como Jorge Aquino e Cristiany Moraes de Queiroz, apontam a figura de Garcia como o responsável pela rápida expansão do Anglicanismo no Nordeste.

Desde março do mesmo ano que o bispo Edmund Sherrill havia enviado para Recife o Rev. Paulo Garcia com a finalidade de incrementar o crescimento da Igreja naquela região. Lá chegando, o Rev. Paulo Garcia “encontrou apenas dez pessoas ligadas à igreja: oito ingleses e um casal de brasileiros. Mas, em dois anos, surpreendentemente, a paróquia já tinha mais de 200 membros” (AQUINO, 2000. p. 29)

A escolha do reverendo Paulo Garcia para assumir a comunidade no Recife se baseava principalmente na sua experiência pastoral. Garcia tinha passagem pela

¹⁶⁹ O livro “Inquisição Sem Fogueiras”, de João Dias de Araújo, narra a história dessas perseguições.

¹⁷⁰ Nasceu em 1939, na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Casou-se com Márcia Garcia em 1971. Tornou-se membro da Comissão de Ênfase Cristã da ACM (Associação Cristã dos Moços), no Rio de Janeiro, de 1970 a 1972. Formou-se em Teologia, Direito e Filosofia, e em 1973 realizou curso de pós-graduação em Teologia no Institut Oecuménique de Bossey, na Suíça.

Igreja Presbiteriana, sendo ordenado na Igreja Episcopal do Brasil em 1970. Em São Paulo, capital, foi auxiliar do pároco da Igreja da Santíssima Trindade (Santa Cecília), o reverendo Saulo Marques da Silva. No Rio de Janeiro havia desenvolvido trabalho na Catedral do Redentor (Tijuca) e nas Paróquias São Lucas (Botafogo) e Paróquia Cristo Rei (Cidade de Deus), da qual foi fundador.

Porém, nem tudo foi fácil no ministério do novo pároco. Logo após a sua chegada ao Recife, encarou uma das maiores tragédias ocorridas na cidade até então. Em 17 e 18 de junho do mesmo ano, aconteceu a grande cheia do Recife, em consequência do transbordamento do Rio Capibaribe. Muito do patrimônio da Igreja foi perdido ou se estragou. As águas derrubaram o púlpito, arrastaram os bancos e estragaram o órgão de tubos do templo. Dentre as várias coisas perdidas, estavam os livros, fotografias e registros da Igreja desde o tempo das capelanias.

Por ter sido um dos responsáveis por firmar o Acordo de 1955¹⁷¹ para a transição das capelanias inglesas para a administração da Igreja brasileira, Sherrill foi o responsável por planejar o desmembramento da Diocese Central, que até então abrangia os territórios do Rio de Janeiro, Minas, Espírito Santo, e todo o Norte e Nordeste do Brasil. Durante o Sínodo de 1975 foi criada a nova diocese missionária, com o nome de *Diocese Setentrional*, dada a sua localização geográfica.

Edmund Knox Sherrill foi eleito bispo missionário para o Nordeste, sendo substituído, no Rio de Janeiro, por Agostinho Guillon Sória. No final de junho do mesmo ano, foi realizado o primeiro Concílio, com a instalação da *sé diocesana* na Igreja da Santíssima Trindade, no Recife, iniciando o *Período de Construção*.

Teve lugar em Recife, Pernambuco, do período de 25 a 27 de junho passado, o primeiro concílio da Diocese Setentrional da Igreja Episcopal do Brasil. A esse conclave, de inegável significado histórico, em boa hora convocado pelo bispo diocesano Edmund Knox Sherrill, estiveram presentes representantes das paróquias da SS. Trindade (Recife), de Santa Maria (Belém, Pará) e da Missão Cristo Redentor (Salvador, Bahia). O objetivo do concílio foi reunir os cristãos que vinham há muito cooperando para a divulgação da boa nova do Evangelho, e em conjunto, estudar os principais problemas e definir diretrizes para a expansão e consolidação do trabalho da Igreja Episcopal nesta estratégica área de nosso país. O instrumento final que consolidou esse esforço de análise, sistematização e síntese foi a proposta de orçamento para o exercício de mil novecentos e setenta e sete. Assim, num clima de abertura, cordialidade vontade de servir, o primeiro concílio da Diocese Setentrional foi o início da conferência, a partir da qual dá início a uma nova e esperançosa fase da Igreja Episcopal

¹⁷¹ Vide Anexo F, com o texto na íntegra do Acordo sobre as Capelanias entre a Igreja da Inglaterra e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

do Brasil no norte e nordeste do país (ESTANDARTE CRISTÃO, 1976, p. 8).¹⁷²

Em Salvador, a capelania inglesa passou pelo processo de permuta de seus templos para a Igreja Brasileira, a partir da articulação do bispo Sherrill, sendo dividida entre duas comunidades, uma em língua inglesa, denominada Cristo Redentor, remanescente da capelania, e outra, denominada Bom Pastor, voltada para os brasileiros, que existe até hoje na capital baiana.

Cento e doze anos depois, a capelania passou a jurisdição da Diocese Central sob o pastado dos missionários Roger Blankley e Stuart Broughton, quando começou o trabalho missionário entre os brasileiros, surgindo as primeiras conversões. [...] Em treze de maio de 1977, o bispo Sherrill instituiu o rev. Lauro Borba da Silva como ministro encarregado da Missão do Cristo Redentor, enquanto o rev. Broughton permanecia no pastado da comunidade inglesa. A comunidade formada pelos brasileiros passou a se chamar Bom Pastor, em virtude de um antigo vitral datado de 1860 e trazido de Campo Grande para encimar o santuário. O ponto de pregação que havia na Casa Anglicana passou a se chamar Cristo Redentor. A nova igreja de Pituba foi inaugurada no dia 30 de outubro de 1976 pelo bispo Sherrill, quando foi organizado o primeiro conselho, sendo arrolada como parte integrante da diocese (KICKHÖFEL, 1995, p. 297).

Já em Belém do Pará, embora o trabalho entre os brasileiros tenha começado em 1956, com o reverendo Leslie Hallett, a presença anglicana é muito mais antiga, sendo datada a partir da tentativa de implantação do Anglicanismo, com Richard Holden, no século XIX. Embora a iniciativa não tenha deixado frutos missionários, a presença inglesa na cidade deu origem à Igreja de Santa Maria. Com a transição das capelarias, os episcopais organizaram uma missão, juntamente com uma escola primária chamada “Escola de Santa Maria”. Anos depois, o Rev. Moya iniciou a construção de outro prédio mais amplo, anexo ao templo e ao cemitério inglês, onde foi organizada a “Escola John F. Kennedy”, inaugurada em 1965.

A missão episcopal em Belém recebeu o nome de São Marcos e ficava na rua Arcipreste Manoel Teodoro, 219. Aos domingos realizava cultos em inglês e português. Em 03 de agosto de 1959 foi inaugurada uma escola primária em caráter experimental, que passou a funcionar oficialmente no ano seguinte. Um ambulatório também foi criado com a participação de senhoras brasileiras, americanas, inglesas, holandesas, dinamarquesas, indianas e canadenses, prestando serviços como enfermeiras e nutricionistas. Todo o trabalho em Belém era dirigido pelo missionário americano Alton Henry Stivers, que chegou ao Brasil em 1958, mas que teve de retornar aos Estados Unidos em 1960 por motivo de doença da

¹⁷² Vide Anexo G, com o texto completo do artigo sobre o Concílio.

esposa e filha. Foi substituído pelo colega Charles Moya. Em pouco menos de dois anos, Stivers apresentou vinte e cinco pessoas para a confirmação e abriu uma escola paroquial com setenta e cinco alunos e três professores e um ambulatório que atendia mensalmente 400 pessoas (KICKHÖFEL, 1995, p. 298).

A Diocese teve o seu início com três paróquias localizadas em cidades distantes, dificultando a integração. De forma diferente do que aconteceu em Salvador e em Belém, o rápido crescimento da Igreja da Santíssima Trindade, no Recife, logo chamou atenção, uma vez que esta paróquia em pouco tempo passou a ter uma dinâmica própria, tornando-se a propagadora dos eventos diocesanos.

Não tardou para que a Igreja Episcopal, no Recife, passasse a ser conhecida na cidade como a “Igreja de Paulo Garcia”, devido ao programa de Rádio que ele transmitia todas as manhãs. Tais fatos revelam o caráter personalista pelo qual essa comunidade construiu a sua identidade desde o início. Por conta de sua origem Reformada, não era raro Garcia atender, ao mesmo tempo, a paróquia anglicana e em outros momentos, uma congregação presbiteriana. O crescimento de fiéis era notável, mas, nos anos seguintes, ele passou a imprimir uma visão pessoal, abolindo algumas práticas da tradição anglicana que julgava como engessadas, para tornar o culto mais dinâmico. Uma delas foi o uso do Livro de Oração Comum.

Apesar da dificuldade enfrentada nesta época, o Pr. Garcia conseguiu, com o passar dos anos, transformar a “pequena igreja dos ingleses” numa espaçosa catedral, duas vezes ampliada e freqüentada aos domingos por cerca de 3600 fiéis. É difícil uma pessoa que mora no Recife nunca ter sequer ouvido falar na “Igreja do Pr. Paulo Garcia”. Uma igreja que sempre foi conhecida pela animação nos cultos, por um sermão bem estruturado e pelo carinho dos irmãos, ou seja, não podemos falar de Paulo Garcia sem nos referirmos ao carisma da sua comunidade religiosa e aos seus discursos penetrantes (QUEIROZ, 2017, p. 144).

O que explica em parte este fenômeno de “conversão” ou “desetnização” da tradicional *Holy Trinity Church* – voltada exclusivamente para os ingleses – para a moderna Igreja da Santíssima Trindade (uma das comunidades cristãs mais dinâmicas da cidade do Recife), é o vazio de representação institucional que se estabeleceu nos primeiros anos de vida da Diocese Setentrional. Embora a presença de um bispo fosse necessária para o atendimento e acompanhamento dos membros, o rebanho local encontrava-se sem a presença efetiva do seu pastor.

Mesmo após ser eleito para assumir a Diocese Setentrional, o bispo Sherrill mantinha as suas atividades mais voltadas para o Rio de Janeiro do que Recife.

Esta lacuna durou alguns anos, quando ele passou a residir de vez na capital pernambucana, passando a participar com mais frequência dos cultos na Santíssima Trindade. Na prática, quem administrava e realizava os ofícios era Paulo Garcia, que atuava como uma espécie de bispo *pro forma*, ganhando destaque na sociedade recifense, sobretudo entre famílias das classes média e alta da cidade.

Paulo Garcia expandiu a Igreja na cidade através de eventos como os Encontros de Casais com Cristo, Seminários de Vida no Espírito e o principal deles, os Cursilhos de Cristandade. O Movimento Cursilista (*Cursillos de Cristiandad*) surgiu no contexto da Igreja Católica, na Espanha, em 1944. A versão episcopal do “pequeno curso de Cristianismo”, tradução do termo hispânico, foi importada por Garcia após uma viagem aos Estados Unidos, em 1981, quando entrou em contato com a *St. Paul’s Episcopal Church*, em Darien, Connecticut, cujo reitor era o reverendo Terry Fullam. Após participar, junto com sua esposa, de um Cursilho da Diocese, eles solicitaram apoio para a sua implantação no Brasil. Durante a reunião do Sínodo da Igreja Episcopal do Brasil, em 1982, a proposta foi aprovada e a Igreja da Santíssima Trindade realizou a sua primeira edição em julho de 1984.

A versão brasileira do Cursilho de Cristandade permitia que qualquer pessoa participasse, sendo organizado para durar três dias consecutivos, começando numa quinta-feira à noite e encerrando-se no domingo. Nesse tempo, as pessoas que participavam, conviviam e estudavam juntas, compartilhavam suas experiências de vida, e buscavam, ao final do evento, uma sincera conversão e compromisso com a fé cristã. Estes eventos, em sua maioria, gravitavam em torno da Catedral. As celebrações aconteciam em três horários. A primeira era pela manhã, de perfil mais tradicional, com a participação das famílias inglesas que frequentavam a Igreja desde a época em que o pequeno templo se encontrava na Rua da Aurora. Este era conduzido pelo bispo Sherrill. À tarde, era a vez do culto da juventude, que chegava à Igreja Episcopal aos montes, através do Encontro de Jovens com Cristo.

Os EJC’s da Igreja movimentaram toda uma geração de jovens recifenses, com louvores contemporâneos ao som de bandas com guitarras e músicas que atraíam cada vez mais pessoas para estas celebrações, ao contrário dos ofícios mais tradicionais. Já o culto da noite era frequentado por famílias oriundas dos Encontros de Casais com Cristo, organizados por Paulo Garcia. Além desses, no

primeiro domingo de cada mês, um culto em inglês era celebrado para os membros da comunidade britânica ou pessoas que tivessem interesse em aprender a língua.

Em decorrência do seu prestígio na Igreja norte-americana, o bispo Sherrill não teve dificuldades para levantar generosas ofertas de amigos, parentes e instituições, abrindo novas frentes missionárias que viriam a se tornar Paróquias. Dentre elas, temos São Lucas, em Nova Marambaia (PA); Ressurreição, em João Pessoa (PB); O Salvador, na Ilha de Itaparica (BA); Emanuel, em Olinda (PE); e Redentor e o Bom Samaritano, ambas no Recife. A presença episcopal na Ilha de Itaparica e no bairro de Brasilit, na capital pernambucana, era marcada por uma forte ênfase no trabalho social, com a ajuda de organizações como a Visão Mundial, e o perfil de ambas as comunidades era marcado pela corrente anglo-carismática.

Na mesma época, foi construído, no Alto do Eucalipto, no Recife, o Centro de Vivência Cristã (CVC), vinculado à Igreja da Santíssima Trindade, que servia como um espaço de assistência social às comunidades e crianças carentes da cidade. No complexo, além dos dormitórios, casa de retiro, quadras e centros de recreação, se encontrava uma capela, onde eram realizados os ofícios religiosos.

Apesar do dinamismo missionário e dos vários seguimentos em que atuava, a situação da Diocese como um todo não era boa, pois apresentava um crescimento irregular. No Recife, a Igreja era bastante presente, mas, em outras cidades, não. Diante das dificuldades financeiras e estruturais da época, somada à grande extensão territorial e à distância entre as comunidades que eram fundadas, tudo isso dificultava o senso coletivo de uma pertença diocesana. A Igreja se tornava cada vez mais “bairrista” – literalmente voltada para a paróquia do bairro dos Afritos.

Por outro lado, a visão missionária do bispo Sherrill apontava para um processo de desenvolvimento e uma futura consolidação da Diocese, buscando, sobretudo, o crescimento do número de membros para firmar a presença da Igreja nestes territórios, para, depois, trabalhar a qualidade das comunidades episcopais. Assim, a Igreja participava e se tornava cada vez mais presente na sociedade local.

3.3 O EPISCOPADO DE CLOVIS RODRIGUES

Em 1984, o bispo Sherrill se encontrava desgastado pelo longo episcopado, realizado em duas dioceses de territórios imensos. Na época, devido ao falecimento

do Primaz, Arthur Rodolpho Kratz, ele exerceu as funções da Primazia da Igreja como interino. O trabalho do primeiro bispo da Diocese Setentrional, apesar das dificuldades, tinha gerado frutos, com um rápido crescimento do Anglicanismo na região. A Igreja Nacional passava por um momento de profundas mudanças, e a própria Diocese soube responder à altura, mostrando não apenas seu crescimento, mas amadurecimento naqueles anos.

No primeiro concílio realizado em Recife, em 1976 a diocese tinha quatro clérigos, três missionários, uma obreira leiga e três paróquias. Quando o bispo Sherrill se aposentou em 1985, a estatística havia alterado esses números para nove clérigos, seis paróquias e duas missões. Mas havia problemas. Belém sofria as conseqüências do isolamento e a absorção do tempo do pároco nas atividades da escola. Na Bahia, a igreja era totalmente desconhecida na capital e reclamava uma liderança nacional. Em Recife, não havia a necessária infraestrutura para desenvolver o trabalho. Uma importante medida tomada pelo concílio de 1977 ajudou a desenvolver a missão da igreja: a diocese não se preocupou em criar ou multiplicar fundos financeiros. Todo o dinheiro disponível foi empregado na obra missionária. Os conciliares compreenderam que a segurança da igreja estava naquele que afirmou que as portas do inferno não prevaleceriam sobre ela. A diocese também se pronunciou a favor da ordenação feminina, baseada num argumento praticamente irrefutável: se o Espírito Santo não quer a ordenação feminina, por que então está chamando as mulheres à ordenação e pondo em seus corações essa vocação com tanta clareza? (KICKHÖFEL, 1995, p. 298-299).

Quando o bispo Sherrill anunciou sua aposentadoria, em julho do mesmo ano, a Igreja realizou um Sínodo em Porto Alegre. Entretanto, ele não fez uma articulação na Câmara Episcopal, nem apresentou nomes alternativos ao de Paulo Garcia, deixando a assembleia sinodal em uma situação complicada. O candidato era reconhecido pelo seu carisma de evangelista, mas não era visto como um bispo em potencial, pois carecia de virtudes como a humildade. O perfil carismático de Garcia não atendia à corrente que se estabelecia como hegemônica na Igreja, ligada à ala “católica-liberal”. Além disso, na mesma época, outra corrente emergente, influenciada pela Teologia da Libertação, estava se consolidando na Província, através de clérigos das dioceses da região sul.

Realizada a votação, o resultado elegeu o reverendo Clovis Erly Rodrigues¹⁷³, então deão da Catedral do Mediador, da Diocese Sul-Occidental. Nascido em 18 de setembro de 1935, na cidade de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, Clovis formou-se em Teologia pelo Seminário de Porto Alegre, sendo ordenado, ao diaconato e ao

¹⁷³ Vide Imagem 19, com a fotografia de Clovis Rodrigues, o 2º Bispo Diocesano.

presbiterato, em 1961. Durante o seu ministério, esteve à frente das paróquias de Jesus Cristo (Erechim), Crucificado (Bagé) e Nazareno (Santana do Livramento).

Devido ao trabalho social desenvolvido ao longo do seu ministério, viajou como missionário para Moçambique, em 1970, cuja Igreja estava sob a liderança do bispo Daniel Pina Cabral. Após retornar ao Brasil, trabalhou no Instituto Barão do Rio Branco e na Secretaria de Educação da Diocese Sul-Occidental. Tornou-se deão da Catedral do Mediador, em 1980. À época, ainda como clérigo, apoiou abertamente as campanhas para a aprovação da Ordenação Feminina. Somado a tudo isso, teve pleno apoio dos membros da Câmara dos Bispos para assumir a Diocese Setentrional. Porém, diferente da vontade dos delegados sinodais, o resultado eleição episcopal contrariou a vontade do bispo Sherrill e dos membros da Diocese Setentrional, que esperavam a eleição de Paulo Garcia como seu sucessor.

Porém, diferente da vontade dos delegados sinodais, o resultado da eleição episcopal contrariou a vontade do bispo Sherrill e dos membros da Diocese Setentrional, que esperavam a eleição de Paulo Garcia como seu sucessor.

O resultado da eleição, que saiu no terceiro escrutínio, sob forte emoção, contrariou a vontade e os planos do bispo Sherrill e da delegação, que tinham como certa a indicação do reverendo Paulo Ruiz Garcia, pároco na capital pernambucana e líder espiritual naquela região. Contudo, a eleição do bispo Rodrigues foi uma fraterna resposta da igreja do sul, interessada na nova igreja que crescia no norte e nordeste que tinha muito a ensinar aos irmãos do sul e também muito a aprender com eles. Rodrigues foi elevado ao episcopado no dia 17 de março de 1985, na Catedral da SS. Trindade, em Porto Alegre, pelo primaz em exercício, Edmund Knox Sherrill, tendo participado como co-sagrantes os demais bispos brasileiros e o bispo argentino David Leake, primaz da Província Anglicana do Cone Sul, com sede em Salta, Argentina (KICKHÖFEL, 1995, p. 300).

Durante o ano de 1985, Clovis trabalhou ao lado de Sherrill, como bispo coadjutor, imediatamente assumindo a supervisão dos novos seminaristas, investindo na formação teológica dos mesmos. No início do ano seguinte, o primeiro diocesano do Recife renunciou, mudando sua residência para o Rio de Janeiro definitivamente.

Desde o início do seu episcopado, o novo bispo gostava de enfatizar que o seu ministério teria como marca a expansão da Igreja no Nordeste, enfatizado no lema do novo diocesano: “Para servir”¹⁷⁴. O bispo Clovis buscou fortalecer as

¹⁷⁴ Próximo da sagração, Clovis contratou um artista local, chamado Ângelo, para fazer os paramentos: A capa e a mitra foram feitas nas cores da terra do sertão e das praias nordestinas.

parcerias com entidades de diaconia e evangelização popular, como a Visão Mundial e a Sociedade Missionária da América do Sul (*South America Mission Society* – SAMS). Nos anos seguintes foram estabelecidas parcerias com as Dioceses de Oregon e de Rhode Island, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. E em 1988, o bispo Clovis participou da Conferência de Lambeth.

Como fruto do crescimento da Diocese, Clovis deu continuidade à construção de um novo templo para o bairro de Boa Viagem: a Igreja do Bom Samaritano¹⁷⁵. O templo, localizado na esquina da Rua José Maria de Miranda com a Rua José Aderval Chaves, merece destaque por ser único do gênero no Recife. Iniciado no episcopado do bispo Edmund Knox Sherrill, o projeto foi concebido em estilo moderno e financiado com ajuda da Diocese de Rhode Island, através do arquiteto e reverendo norte-americano Marston Price. A sua elaboração e execução foi feita pelo escritório Arquitetura 4, liderado pelas arquitetas Vera Pires, Clara Calábria, Carmem Mayrink e Liza Stacishin. Uma peculiaridade reside no fato de que, tradicionalmente, a arquitetura sacra sempre foi planejada por arquitetos homens, sendo este, o primeiro templo da cidade projetado exclusivamente por mulheres.

Outra peculiaridade que merece destaque é a estética do templo. O artista plástico e arquiteto paraibano Petrônio Cunha foi escolhido para assinar a decoração. Ele concebeu o revestimento das paredes internas e externas com azulejos azuis e brancos, que formavam um mosaico, representando um cacho de uva, uma jangada, uma ave e o Espírito Santo. Quando vistos de longe, traçavam a forma de uma toalha de renda, elemento típico da cultura nordestina. As paredes externas foram elaboradas utilizando como elemento estético blocos de cobogó que formavam os símbolos da Santíssima Trindade. Os móveis do templo eram todos em madeira e a Pia Batismal moldada em barro, no formato de uma jarra com peixes, veio da cidade de Tracunhaém. Este santuário, único do gênero na região, levou de 1981 até 1987 para ser construído. A obra começou pelo anexo e a parte estrutural do templo, ainda no período de Sherrill, mas a concepção estética foi pensada por Clovis, com os últimos detalhes do acabamento concluídos na década seguinte.

Nada foi feito de ouro ou prata, sempre utilizando como motivos dos bordados o sol e a jangada. O anel e a cruz peitoral foram feitos em osso. O báculo, esculpido em madeira escura, possuía na base da curva, um cubo com placas de metal em cada face, nas quais foram gravados os nomes dos Bispos da Diocese e o período de seus episcopados, começando com Sherrill, em seguida Clovis e, por último, Robinson. Quando este rompeu com a IEAB, o báculo ficou sob sua posse; atualmente é usado pelo Arcebispo Miguel Uchôa, que gravou o seu nome logo abaixo dos demais bispos.

¹⁷⁵ Vide Imagem 25, com fotografias do templo após a sua construção.

Observando a paróquia a partir da esquina, as faces azulejadas parecem conectar-se com as paredes externas do edifício feitas por peças quadradas brancas de elementos vazados (cobogó) de diferentes desenhos de temática litúrgica cristã. E no que seria o vértice entre os dois planos vazados (paredes de cobogós), há uma curva onde se dá o acesso principal. Esse acesso é em alvenaria e argamassa branca, conformando uma portada de linhas simples. Ao percorrer todos esses planos, começando na fronteira (entre o mundo laico e o eclesiástico) de azulejos massa que reduz, trajeto sombreado (intermediário) que prepara para celebração eucarística, massa vai se desfazendo através da renda do elemento vazado e por último a portada que emoldura a visão do interior recebendo e acolhendo. [...] há um muro entre a torre e o limite do terreno, também azulejada, entretanto o efeito visual a distância é apenas uma massa azul clara, provavelmente recebe esse tratamento por ser a fronteira mais profana. Segundo Petrônio, a concepção dos azulejos seguiu o mesmo princípio adotado para os cobogós, ou, nas suas próprias palavras “Quatro elementos-desenhos distintos, de simbologia eclesiástica, justapostos aleatoriamente, com a continuidade obtida através de um elemento decorativo constante formado pelos mesmos desenhos, em negativo”. Assim, a trama desenhada por Petrônio é responsável por tornar o espaço da igreja em lugar, combinando tanto o tradicional tapete quanto a trama aleatória, se valendo ainda de esquema de positivo e negativo promovendo continuidade e ruptura ao mesmo tempo (RACHED, 2018, p. 147-148).

Em 10 de fevereiro de 1990, a Igreja do Bom Samaritano foi inaugurada e instituída como Pró-Catedral diocesana¹⁷⁶. Este marco na história da Igreja no Nordeste ganhou destaque em toda a Província, inclusive com matéria no Estandarte Cristão. A inauguração contou com a presença do Bispo Primaz da IEAB, Olavo Ventura Luiz, e de George Hunt, diocesano de Rhode Island, que financiou a construção do templo, além da presença ecumênica de dom Helder Camara¹⁷⁷, arcebispo emérito de Olinda e Recife. A celebração foi acompanhada por um coral de mais de cinquenta vozes cantando os hinos. Durante a década de noventa, a comunidade vivenciou um forte crescimento, reflexo das atividades da Diocese à época, quando, em 1992, hospedou o Concílio Diocesano pela primeira vez. Este acontecimento revelava algumas situações que estavam acontecendo.

¹⁷⁶ Vide Imagem 26, com a matéria no Estandarte Cristão sobre a inauguração da Igreja.

¹⁷⁷ Este momento na história da Diocese Anglicana do Recife contém certa ironia. A Arquidiocese de Olinda e Recife havia então passado por uma crise, dada as suas posições teológicas, progressistas para a época, pela promoção da Teologia da Libertação. Com a sua aposentadoria e a eleição de dom José Cardoso Sobrinho para ocupar o arcebispado, dom Helder foi praticamente silenciado, enquanto que os movimentos ecumênicos e outras Igrejas históricas locais davam o novo tom da produção teológica e das relações ecumênicas. Nesta mesma época de perseguição acadêmica, o recém-criado Núcleo Anglicano de Estudos Teológicos se tornou um espaço aberto para o debate, inclusive agregando ex-professores do ITER, como Ivone Gebara e Sebastião Gameleira. Este último, posteriormente se converteu ao Anglicanismo, sendo eleito bispo para a Diocese Anglicana de Pelotas e depois para a Diocese Anglicana do Recife. Depois do ITER, o SAET se transformou no segundo seminário de características ecumênicas da cidade do Recife.

Além da importância da construção do novo templo, marcando a presença da Igreja em um bairro de classe média e alta da cidade – Boa Viagem –, a escolha desta comunidade para ser elevada a uma “Catedral em potencial”, mostrava o gradual distanciamento entre o bispo diocesano e a Catedral da Santíssima Trindade, “território” de Paulo Garcia. Por várias vezes Clovis visitava a Trindade aos domingos. Mesmo sem um convite formal, sentava-se na congregação e, na hora dos avisos, ia à frente e se apresentava como o bispo diocesano, o que sempre era uma surpresa para os paroquianos. Em muitas visitas oficiais, o deão Garcia recebia o bispo e depois se retirava, só aparecendo para a entrada da procissão.

Esta situação teve continuidade no episcopado seguinte, promovendo ainda mais o afastamento do bispo em relação ao seu deão, cuja vida da comunidade girava apenas em torno da Trindade, sempre isolada do resto da Diocese. Devido às tensões, cada vez mais crescentes, entre o deão e o seu bispo, a Catedral Anglicana do Recife abrigava eventos de grande porte que lhe davam destaque, enquanto as atividades administrativas e educacionais da Diocese se concentravam no templo de Boa Viagem, constituindo-se, assim, dois perfis de Igreja.

Na Santíssima Trindade, importantes mudanças ocorreram no período. No início de 1992, foram concluídas as obras de expansão do templo e de restauração dos vitrais. Ao longo dos anos seguintes, a arquitetura do templo foi bastante alterada¹⁷⁸, com a construção de mais duas naves laterais para comportar o número de fiéis que aumentava, sendo erigida uma nova estrutura, à esquerda, semelhante a uma arquibancada. Em virtude da nova disposição do espaço, os fiéis das laterais não conseguiam mais ver o altar em madeira ao fundo da nave principal. Parte do revestimento em madeira da parede ao fundo foi retirado e a peça foi reinstalada em outra capela. Em seu lugar foi colocado o grande órgão¹⁷⁹.

As sucessivas reformas significaram mais do que uma descaracterização da Igreja da Carneiro Vilela. Podemos traduzir essas mudanças na condução das celebrações, na liturgia e na arquitetura do templo como um rompimento com o passado, sobretudo com a tradição e a memória do Anglicanismo presente na comunidade, desde os tempos das capelarias. O templo se tornou um espaço para

¹⁷⁸ O templo original continha uma nave apenas. Na fachada havia uma torre e a porta de entrada, ladeada por dois vitrais. Em cada uma das paredes laterais, havia um conjunto de três vitrais, semelhantes à da entrada, representando episódios da vida de Cristo. E ao fundo do templo, acima do altar todo trabalhado em madeira escura, um grande vitral exibía uma cruz abaixo da archi-volta.

¹⁷⁹ Vide Imagem 27, com o espaço interno do templo após sua reforma.

acomodar grandes massas, semelhante a um teatro ou até mesmo um estádio de futebol¹⁸⁰ (QUEIROZ, 2017, p. 124).

Um desses eventos que marcou a vida da Catedral aconteceu no dia 30 de abril de 1994, quando Pelé casou-se com a cantora gospel Assíria Nascimento. A cerimônia de gala, oficiada pelo deão, fez com que os holofotes da mídia se voltassem não apenas para a cidade, mas também para a Igreja, que recebeu uma seleta platéia de quinhentos convidados. O perfil de Garcia, como um religioso de que realizava casamentos para a alta sociedade recifense, tornou-se não apenas um modelo a ser seguido por outros clérigos (tanto evangélicos quanto católicos), abrindo um rentável nicho no mercado religioso local até os dias atuais.

Porém, este casamento acabou-se convertendo em um foco de tensão entre o bispo Clovis e Paulo Garcia. Quebrando as leis canônicas, o deão não havia pedido a autorização do diocesano para officiar este casamento, visto que Pelé vinha de um casamento anterior, escolhendo a Igreja Episcopal para contrair suas segundas núpcias. A falta de comunicação e a dificuldade de seguir as regras da própria denominação refletiam-se na vida da Diocese, acirrando ainda mais as polarizações entre o escritório no Bom Samaritano e a Catedral.

A Igreja em Salvador também passou por problemas semelhantes. De acordo com a edição da Bíblia sobre os 200 anos de Anglicanismo na Bahia, Josafá Batista dos Santos, postulante às Ordens, ficou encarregado da Paróquia do Bom Pastor.

No início do ano de 1995, a Paróquia Anglicana do Bom Pastor passou por um momento de grande instabilidade entre a comunidade e o pároco da época, o que resultou na disciplina canônica do pároco, dissolução da Junta Paroquial e suspensão das celebrações na comunidade por alguns poucos meses. Em 23 de abril daquele ano, às 20h, os trabalhos foram oficialmente retomados na paróquia sob a responsabilidade do então postulante Josafá Batista dos Santos, nomeado pelo Bispo Diocesano D. Clovis Erly Rodrigues: “Neste espaço de tempo, representa-me na cidade de Salvador e Itaparica e trabalhos que venham a existir o postulante Josafá Batista dos Santos, tomando a si a responsabilidade de atendimento da Paróquia do Bom Pastor, Pituba”. Compareceram cerca de 80 pessoas à celebração, estando presentes dois remanescentes da antiga Junta Paroquial, o Sr. Pythágoras Alcântara e Sr.^a Mércia Rodrigues e também dois membros da Junta Paroquial da comunidade Cristo O Salvador, Sr. Olegário e Sr. Maricarlos. Nos domingos seguintes, os trabalhos foram normalizados. Josafá foi ordenado diácono em 26/06/1997 e presbítero em 07/02/1998 e exerceu a função de pároco da comunidade entre os anos de 1998 e 2003 (BÍBLIA, 2015, p. 2-3).

¹⁸⁰ Uma curiosidade é que o templo se localiza atrás do Estádio do Náutico, time de Paulo Garcia.

Também destacamos que, durante o episcopado de Clovis, foram criadas novas comunidades, entre elas Espírito Santo (Jaboatão dos Guararapes-PE); Reconciliação (Caruaru-PE) e Filadélfia (Maceió-AL). Neste mesmo período, um grupo de clérigos e leigos fundou a Associação Brasileira de Anglicanos Evangélicos e se filiaram à *Evangelical Fellowship in the Anglican Communion*¹⁸¹, reforçando a identidade teológica e pastoral evangelical da Diocese, em contrapartida ao perfil do seu Bispo, mais tradicional do ponto de vista litúrgico, mas progressista do ponto de vista teológico, com uma valorização da identidade regional, orientada pela Teologia da Libertação, cuja influência veio pelo contato com lideranças da Igreja Católica.

Durante o episcopado de Clovis, a Diocese Setentrional – então diocese missionária, sem autonomia –, foi elevada ao *status* de diocese plena – com autonomia para escolher o seu bispo em Concílio Diocesano. Em 1994, como fruto da reforma dos Cânones Gerais, a *Diocese Setentrional*, como era chamada até então, foi renomeada *Diocese Anglicana do Recife*, substituindo o selo anterior por um novo¹⁸² com a heráldica nas cores da bandeira da cidade do Recife, mantendo os símbolos que remetiam ao episcopado e ao Anglicanismo.

Outro marco de destaque do episcopado de Clovis foi a criação do Núcleo Anglicano de Estudos Teológicos, que teve o reverendo Francisco de Assis da Silva como seu primeiro reitor. Com a crescente demanda por um espaço de formação para o clero e o laicato na região, a Consulta Nacional de Educação Teológica, recomendou, em 1997, que o NAET, no Recife, fosse elevado, junto com o SETEK, em Porto Alegre, ao *status* de Seminário Provincial.

Assim, foi estabelecido o Seminário Anglicano de Estudos Teológicos (SAET), que passou a servir como pólo presencial para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste, sendo assessorado pelo Centro de Estudos Anglicanos (CEA) na organização do curso de Teologia e de outras áreas da Educação Cristã.

O seminário foi criado após o estabelecimento da Diocese Anglicana do Recife, da IEAB, em 1976. A partir deste momento, percebeu-se a necessidade de um centro formador de clérigos e leigos. Em 1988, foi criada a Comissão do Sagrado Ministério, que iniciou uma série de encontros semanais dos aspirantes ao pastorado, dirigidos pelo bispo diocesano Dom Clovis Erly Rodrigues e por Marston Price, o reverendo orientador (RIBEIRO; MATOS; MENDES, 2019, p. 37).

¹⁸¹ É uma associação, fundada nos anos sessenta, por iniciativa do teólogo John Stott e que congrega as associações nacionais de anglicanos evangélicos.

¹⁸² Vide Imagem 9, com os selos e logos das Dioceses da IEAB.

O SAET rapidamente ganhou destaque em toda a Província, dando origem a novas vocações e lideranças para a Igreja Nacional. Porém, a ênfase deste Seminário, pela sua própria característica regional, não estava na formação do laicato, mas, principalmente, do clero. Somado a este problema, a falta de uma educação teológica voltada para as demandas das comunidades acentuou os projetos pessoais de alguns clérigos e suas comunidades.

Um dos pontos positivos desse período de atuação do SAET foi o trabalho ecumênico realizado com outras instituições eclesiais, alinhando a formação da Diocese com comunidades eclesiais de base e grupos ligados à Teologia da Libertação, o que moldou o perfil teológico da Diocese Anglicana do Recife pelas décadas seguintes. Damos destaque ao trabalho do então reverendo Sebastião Armando Gameleira Soares, ex-professor do Instituto de Teologia do Recife (ITER), que mais tarde se tornaria bispo desta mesma Diocese.

No final da década de 1990, sob a reitoria do Rev. Sebastião Armando, o SAET envolveu-se em diversos trabalhos conjuntos com instituições que buscavam promover a transformação da realidade social, especialmente na Região Nordeste, como o Centro Nordestino de Animação Popular, o Centro Dom Helder Camara, a Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (RIBEIRO; MATOS; MENDES, 2019, p. 37).

A vida intelectual da Diocese foi marcada pela presença do seu Seminário, porém os debates, produções e frutos só repercutiam no meio clerical. De alguma forma, faltava uma visão de que a formação do laicato também era necessária para fortalecer a identidade diocesana. Formação esta, que deveria ir além das habituais escolas dominicais, abrangendo também a formação institucional, a partir do SAET, prática que talvez pudesse ter evitado problemas que persistem até os dias de hoje.

O período de consolidação do SAET e a consequente autonomia da Diocese, marcou o final do *Período de Construção*, que vai até 1997, dando início ao que nomeamos *Período de Crise*, que se estende de 1997 a 2017. Com a eleição de Robinson Cavalcanti como novo bispo diocesano, teve início um longo e tortuoso processo de tensões, chegando ao ápice com as duas Crises que abalaram e fragmentaram o Anglicanismo no Nordeste e a Diocese Anglicana do Recife, chegando a repercutir nas relações da Comunhão Anglicana com o Brasil.

3.4 O EPISCOPADO DE ROBINSON CAVALCANTI

Com a proximidade da aposentadoria do bispo Clovis, foi iniciado um novo processo de sucessão episcopal. A conjuntura demandava como novo epíscopo uma liderança diocesana que não apenas fosse natural da região, mas que, acima de tudo, conhecesse o cotidiano e as demandas do povo nordestino que iria pastorear. Foram realizadas algumas reuniões entre os membros do clero.

Após cinco meses de debates internos, ao final de um retiro, foi elaborado um programa com as propostas para o sucessor. Este documento, inédito na história da Igreja, por ser uma construção coletiva para a eleição de um bispo diocesano, foi intitulado *Carta de Paudalho* (em referência à cidade da Zona da Mata de Pernambuco). Foram levantados nomes já conhecidos do clero local e nacional, como Robinson Cavalcanti, clérigo do Recife conhecido tanto no meio religioso quanto acadêmico, e apoiado, ao mesmo tempo, pela ala intelectual e progressista da Diocese e pelo grupo ligado à Paulo Garcia; Ian Meldrum, missionário da *South American Mission Society* (SAMS); e Maurício Andrade, reverendo apoiado pelo bispo Clovis e pela Província.

O Concílio Extraordinário da Diocese Anglicana do Recife aconteceu em 28 de junho de 1997, na cidade de Vera Cruz, na Ilha de Itaparica (BA), e foi um dos mais conturbados da história da Igreja Nacional. Foram organizadas campanhas em torno dos candidatos, e dois logo saíram à frente na disputa: Andrade e Cavalcanti. Devido à falta de consenso e debates acalorados, o reverendo Ian Meldrum retirou a sua candidatura. Foram realizados sete escrutínios para se chegar a um resultado, e não se alcançava o número de votos mínimos para a eleição do novo bispo.

A disputa foi resolvida com o voto de um delegado de Belém do Pará, o que garantiu a eleição de Robinson Cavalcanti. O novo bispo coadjutor foi sagrado no dia 05 de outubro de 1997, em cerimônia realizada no Teatro Guararapes¹⁸³, do Centro de Convenções de Pernambuco, pelo Primaz, Glauco Soares de Lima, tendo como co-sagrantes os bispos Edmund Sherrill, Almir dos Santos e Clovis Erly Rodrigues. Em 19 de outubro do mesmo ano, Robinson foi instalado como terceiro bispo da Diocese Anglicana do Recife.

¹⁸³ Um fato curioso deste evento é que, ao passo em que todos os bispos sagrantes trajavam as vestes episcopais tradicionais, com capa e mitra, Robinson Cavalcanti foi o único bispo a vestir a roquete e chamarra vermelha, e o típete preto, como parte de sua identidade eclesial Evangélica. Desde então, ele sempre se apresentava nos ofícios litúrgicos trajado dessa maneira.

Edward Robinson de Barros Cavalcanti¹⁸⁴ nasceu em 21 de junho de 1944, na cidade do Recife, mas foi criado em União dos Palmares, interior de Alagoas. Durante a sua juventude, teve contato com diferentes tradições religiosas¹⁸⁵ até se firmar como membro da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, quando passou a frequentar a paróquia do bairro de Casa Amarela, em 1962, sendo confirmado na denominação no ano seguinte, durante do Dia da Reforma. De sua passagem pelo Luteranismo herdou uma sólida formação teológica, de linha conservadora, que marcou bastante a sua identidade como protestante.

Anos depois, deixou a IELB, devido ao fato de a Igreja brasileira ainda estar bastante enraizada na cultura germânica e não possuir um governo episcopal; optou, então pelo Anglicanismo. Foi recebido na Catedral da Santíssima Trindade pelas mãos do bispo Sherrill, em 21 de junho de 1976. Após períodos de discernimento espiritual e formação, suas ordenações diaconal e presbiteral foram realizadas, respectivamente, em 1984 e 1985. Desde então, passou a auxiliar na Catedral da Trindade (bairro dos Aflitos) e nas paróquias do Bom Samaritano (Boa Viagem), Redentor (Várzea) e Emanuel (na cidade de Olinda). Na época, também foi presidente da Junta Nacional de Educação Teológica (JUNET), da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Em sua vida acadêmica, Robinson ganhou destaque no ensino superior em Pernambuco, tornando-se diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, e um renomado cientista político em sua época. Sua formação em Direito, Ciências Sociais e Ciência Política permitiu uma abertura às novas ideias que estavam brotando nas universidades e nos centros de pesquisa do Nordeste, numa fase de transição política do país, bastante conturbada, formando seu perfil de liderança como professor e também como religioso.

Em nível internacional, participou da fundação da Fraternidade Teológica Latino-americana (1970), e integrou, por sete anos, a sua Comissão Executiva. Integrou também a Comissão de Convocação do Congresso de Lausanne (1974) –

¹⁸⁴ Vide Imagem 19, com a fotografia de Robinson Cavalcanti, o 3º Bispo Diocesano.

¹⁸⁵ Em sua adolescência, foi aluno do Colégio XV de Novembro, em Garanhuns, quando passou por sua experiência de conversão aos 15 anos. Naquela cidade, passou a frequentar a Igreja Presbiteriana Central. Após a transferência da família para o Recife, Robinson passou a estudar no Colégio Nóbrega, onde se tornou, em suas palavras “um protestante dentro da Igreja Católica”, frequentando missas, mas também, por conta da orientação religiosa de sua família, assistindo também a sessões espíritas, uma vez que o seu pai era médium. Também se aproximou da Igreja Adventista, mas por causa de divergências doutrinárias, não se filiou à denominação.

considerado o “Vaticano II” dos Protestantes –, e a Comissão de Lausanne para a Evangelização Mundial (LCWE). O Congresso de Lausanne para a Evangelização Mundial deu origem a um documento, o “Pacto de Lausanne”, que serviu de base para a produção de inúmeros outros textos que, em anos seguintes, influenciaram a “Teologia da Missão Integral” (também chamada de “Teologia Holística”), da qual Robinson tornou-se adepto e um de seus maiores defensores.

No Brasil, com o fim da Ditadura Militar e a retomada da democracia e com a promulgação da nova Constituição, em 1988, os movimentos populares se reorganizaram, tanto a partir de lideranças da sociedade civil, quanto de lideranças religiosas. Foi candidato a deputado estadual, em 1982, como membro do Diretório Municipal do PMDB do Recife, participando das campanhas pela Anistia e pelas “Diretas Já”. Também coordenou, entre as igrejas evangélicas, as campanhas presidenciais de Lula, em 1989 e 1994.

Em 1990, foi fundado o Movimento Evangélico Progressista (MEP), que teve Robinson Cavalcanti como um de seus articuladores. Assim, cada vez mais se aprofundava em militância política, mais à esquerda. Devido à sua participação na política regional, migrou para o Partido dos Trabalhadores (PT), e foi um dos seus fundadores em Pernambuco. Em 1996, concorreu para a prefeitura de Olinda como vice-prefeito, em chapa encabeçada por Arlindo Siqueira, embora não tenha vencido. Mas, devido à sua eleição episcopal, foi preciso se desfiliar do partido.

Em 1999, foi criada a Secretaria Diocesana de Defesa dos Direitos Humanos “Desmond Tutu”, por iniciativa do bispo. Uma vez montada e estruturada, o novo órgão começou a interagir com outras entidades locais, como o Gabinete de Assistência Jurídica a Organizações Populares (GAJOP), o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), o Centro Luiz Freire, dentre outros.

Em 14 de maio de 1999, a Diocese Anglicana do Recife também acolheu a visita do Arcebispo de Cantuária, George Carey, que foi recebido pelo bispo Robinson e clérigos, e visitou a Catedral da Santíssima Trindade, acompanhado por jornalistas. A visita do Primaz da Igreja da Inglaterra, e líder espiritual da Comunhão Anglicana, também incluiu outras cidades e igrejas da Província Brasileira.

O início do episcopado de Robinson teve algumas características marcantes, sobretudo pela quantidade de ordenações, no intuito de expandir a Diocese Anglicana do Recife para outras regiões do Nordeste. Em seus primeiros quatro

anos de episcopado, o bispo ordenou 37 pessoas ao diaconato e presbiterato (CAVALCANTI, 2001, p. 169). Da mesma forma, por conta do seu perfil acadêmico, Robinson publicou uma grande quantidade de cartas pastorais, textos e reflexões¹⁸⁶.

Lideranças atuais da IEAB, como os bispos Maurício Andrade e Francisco de Assis da Silva, e leigos, como Joanildo Burity, chegaram à Igreja por meio de Robinson. Esse "Grupo do Recife", que hoje se encontra nos principais postos da IEAB, foi apresentado à Igreja Anglicana através da influência de Cavalcanti na Aliança Bíblica Universitária, sendo eles próprios formados durante a juventude pelo então reverendo. Da mesma forma, oriundos de igrejas presbiterianas e batistas locais se filiaram ao Anglicanismo, tornando a Diocese uma espécie de abrigo para membros que não se identificavam mais com suas denominações de origem.

Outra marca positiva do período Robinson foi o fortalecimento da educação teológica a partir do SAET. Assim, novos estudantes e professores passaram a compor a instituição, permitindo uma troca não apenas de ideias, mas de experiências, entre clérigos, comunidades e dioceses da Igreja.

O crescimento da Diocese do Recife foi incrementado ainda mais com a posse de D. Robinson Cavalcanti, primeiro bispo anglicano nordestino e primeiro bispo anglicano evangélico em quase meio século. Cientista político e profundo conhecedor do mundo anglicano, para ele, o declínio que marcou a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil nas décadas de 80 e 90 deve-se basicamente à conjunção dos seguintes fatores: 1) Uma profunda carência financeira; 2) Uma consequente carência de obreiros; 3) Uma visão soteriológica sacramentalista que valoriza mais o rito em si do que a operação individual e pessoal do Espírito Santo; 4) Uma soteriologia universalista onde não há pecado pessoal, mas apenas social e estrutural (Liberais, TL); 5) Ausência de renovação litúrgica, confundindo o simplesmente "antigo" com o "eterno" e, por fim; 6) Uma visão de "missão" apenas como "presença" e "serviço", associando todo tipo de evangelização com proselitismo. O conjunto destes itens se mostrou fatal para muitas comunidades que literalmente agonizam, esperando que alguma coisa nova aconteça para mudar sua perspectiva de futuro (AQUINO, 2000, p. 29).

A partir dos seis pontos apontados por Aquino, percebe-se qual perfil de Diocese Robinson pretendia consolidar em seu território: uma Igreja exclusivamente

¹⁸⁶ No total, Robinson Cavalcanti escreveu 13 livros: *Cristo na Universidade Brasileira?* (1972); *Uma benção chamada sexo* (1975); *Cristão, esse chato* (1978); *As origens do coronelismo* (1984); *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica* (1985); *Igreja – Comunidade da Liberdade* (1987) e *Igreja – Agência de Transformação Histórica* (1989) – depois publicadas juntas sob o título *Igreja: um lugar de transformação e liberdade* (2005) –; *Libertação e Sexualidade: instinto, cultura e revelação* (1990); *A utopia possível: em busca de um cristianismo integral* (1993); *A Igreja, o País e o Mundo* (2000); *Igreja – Multidão Madura: construindo uma Diocese Anglicana* (2001); *Reforçando as Trincheiras: análise da problemática do homossexualismo à luz do cristianismo histórico* (2007); e *Anglicanismo – Identidade, Relevância, Desafios* (2009).

evangelical, a partir de um progressivo crescimento de membros por meio do evangelismo, o que, por fim, garantiria uma estabilidade financeira para esta unidade eclesiástica da IEAB. Na visão do bispo, este era o único caminho para garantir o crescimento e o sucesso do Anglicanismo na região Nordeste.

Outra característica do episcopado de Robinson foi a construção de uma linha de sucessão que acabou não sendo concretizada para o Recife. Em dezembro de 2001, durante o Concílio reunido na cidade de Paripueira (AL), foi realizada a eleição para bispo sufragâneo. Os reverendos Mitsuo Noyama e Filadelfo Oliveira foram os candidatos. Filadelfo foi escolhido e a sua sagração ocorreu em 28 de abril de 2002. O bispo Robinson projetava criar novas dioceses para o Nordeste, através do desmembramento da Diocese Anglicana do Recife. Entre as novas dioceses planejadas, uma seria criada na Bahia e outra na Paraíba, fato que se concretizou na cidade de João Pessoa, após o seu rompimento com a IEAB.

Nessa época, a Diocese alcançou o Rio Grande do Norte com as Missões da Natividade e Jesus de Nazaré e, na Bahia, a Igreja continuou a se expandir, com a formação de novas lideranças, consolidando um trabalho missionário de décadas.

Em junho de 2003 assumiu como ministro encarregado da Paróquia Anglicana do Bom Pastor o postulante Bruno Luiz Teles de Almeida, nomeado pelo Bispo Diocesano D. Robinson Cavalcanti. Bruno foi ordenado diácono em 25/10/2003 e presbítero em 25/01/2005 assumindo a função de pároco neste mesmo dia nomeado pelo Bispo D. Filadelfo Oliveira (BÍBLIA, 2015, p. 3).

Com esse foco na missão e expansão da Diocese, notava-se que a expansão da Diocese ocorria sob a égide de um projeto personalista do próprio Robinson. Anos antes de sua eleição ao episcopado, durante o Sínodo do Centenário da IEAB, em 1990, o então reverendo Robinson encabeçou o projeto de mudança do nome da denominação, adicionando o termo “Anglicana”, de modo que a antiga nomenclatura de “Igreja Episcopal do Brasil” tornou-se “Igreja Episcopal Anglicana do Brasil”, o que perdura até hoje.

Um dos argumentos utilizados foi a dupla herança, advinda dos episcopais dos Estados Unidos, mas também dos anglicanos da Inglaterra, com as capelanias. Dentre outras explicações para este projeto, encontrava-se uma visão do próprio Robinson que pretendia que, no futuro, com o crescimento maciço e autonomia plena da Diocese do Recife e por causa do tamanho do território brasileiro, a IEAB

fosse desmembrada em uma segunda Província da Comunhão Anglicana no país, a exemplo da Índia que possui duas, a Igreja Anglicana do Norte da Índia e do Paquistão e a Igreja Anglicana do Sul da Índia.

Esse projeto, muito provavelmente o elegeria como o seu primeiro Bispo Primaz. Na prática, isto acabou acontecendo, quando Robinson rompeu com a IEAB e criou uma diocese paralela na região. O próprio bispo expressou esse desejo em seus escritos afirmando que “como evangélico e como Anglicano, nunca deixei de sonhar com o estabelecimento de uma igreja reformada unida no Brasil, semelhante àquelas da Índia, Paquistão e Bangladesh” (CAVALCANTI, 2001, p. 17).

A eleição de Robinson não representou o fim das tensões existentes entre o bispo diocesano anterior e o seu deão; pelo contrário, elas se converteram em uma polarização ainda maior entre seus aliados e opositores, culminando nos episódios que desaguarão nas principais crises ocorridas na Diocese Anglicana do Recife

3.4.1 A Pequena Crise do Recife

O início da crise do episcopado de Robinson Cavalcanti pode ser apontado a partir dos processos de tensão – primeiro, em nível diocesano e, posteriormente, em nível Provincial – que foram consolidados em dois rompimentos institucionais dentro da Diocese Anglicana do Recife. A primeira crise institucional teve sua origem com o bispo diocesano e o então deão da Catedral da Trindade, o reverendo Paulo Garcia.

A este rompimento do reverendo Paulo Garcia com a Diocese, damos o nome de “Pequena Crise do Recife”, devido ao seu impacto, apenas local, nas relações institucionais com a Catedral e com os clérigos que orbitavam em torno dela.

O seu episcopado foi marcado por afastamentos de lideranças importantes para a igreja. Primeiro aconteceu a saída do rev. Paulo Garcia, acompanhado dos reverendos Célio Spineli, Edgar Ferreira e Frederico Bastos, que ficaram na posse do templo da Catedral Episcopal Anglicana, na Rua Carneiro Vilela, e as missões Bem-Aventuranças e Pedra Viva. Depois houve a saída do rev. Leonides Menezes, com a rev. Karla Patriota e Adonias Ramos Souza e as paróquias Betânia e Calvário (PEREIRA, 2013, p. 28).

O segundo processo de tensão se deu a partir de uma nova crise interna: uma crescente disputa entre a autoridade do bispo Robinson e as lideranças do

Seminário Anglicano de Estudos Teológicos (SAET), que acabou envolvendo o Primaz e os demais membros da Câmara Episcopal da IEAB.

Este conflito de ordem acadêmica e teológica foi o ponta-pé inicial para os episódios que foram finalizados com o rompimento do bispo com a sua Diocese e a posterior criação da *Igreja Anglicana – Diocese do Recife* (hoje denominada Igreja Anglicana no Brasil, Província da GAFCON). A esse segundo processo de tensão e rompimento damos o nome de “Grande Crise do Recife”, dada a sua importância na história da IEAB e o seu fator de impacto, inclusive, no Anglicanismo mundial.

Embora a eleição de Robinson, em 1997, tenha aberto a possibilidade de fortalecer a identidade de uma Diocese Anglicana no Nordeste, ainda havia uma clara centralização das atividades diocesanas que giravam em torno da Catedral da Santíssima Trindade, sob a liderança do deão Paulo Garcia, cuja identidade era criada em torno dos movimentos de Cursilho, Encontros de Casais, de Jovens, e outras atividades que captavam novos fiéis, vindos de diversas Igrejas cristãs. Por outro lado, existia outro núcleo, mais intelectualizado, que girava em torno do escritório do bispo e do próprio Seminário, que haviam se convertido em uma espécie de quartel general de Robinson Cavalcanti.

Em 2001, o bispo publicou um livro organizado pela Secretaria Diocesana de Educação, cujo título *Igreja, Multidão Madura – Construindo uma Diocese Anglicana*, aponta para um longo e árduo processo de amadurecimento então em curso.

Somos uma Diocese nova, formada, em quase sua totalidade, de egressos de outras denominações. Somos um espaço aberto, de acolhida. Graças a Deus por isso. Muitos do que aqui aportam, contudo, amam o nosso *ethos* e rejeitam outras das nossas características. Consciente ou inconscientemente trabalham para miná-las. O que sonham mesmo é com uma igreja batista com *ethos* anglicano, uma igreja presbiteriana com *ethos* anglicano, uma igreja pentecostal com *ethos* anglicano ou uma igreja romana com *ethos* anglicano (CAVALCANTI, 2001, p. 16).

Embora fosse uma coletânea de textos, sermões e reflexões que marcavam os quatro anos de episcopado de Robinson, o tom do livro é mais uma denúncia das tensões existentes em muitas das paróquias e missões, expondo a atitude de muitos clérigos frente ao seu bispo. As duras palavras, em um de seus textos da época, revelavam o sentimento de indignação frente a um movimento de oposição que vinha se formando na Catedral.

Diante do atual Bispo, restam para eles as atitudes de: a) Sofrida resignação diante da sua “*lamentável, porém inevitável*” existência; b) Resistência moderada, que termine por levar a uma “*solução parlamentarista*” (o Bispo como rainha da Inglaterra, e algum clérigo “*importante, puro e dos nossos*” como primeiro-ministro ou Lorde Protetor); c) Resistência extremada ao episcopado, aos bispos, e ao Bispo atual em particular, para que o mesmo seja tirado ou saia o mais rápido possível para ser substituído: I – Por um Bispo que aceite o seu papel apenas simbólico; II – Por “um dos nossos” (teológica, ética e politicamente), jamais por um continuador das convicções propostas do Bispo atual. Cremos que o que aqui sistematizamos vem sendo percebido pela maioria das nossas lideranças leigas e clericais, cujas comunidades se encontram em paz em missão (CAVALCANTI, 2001, p. 140).

Este movimento ocorreu no início de 2000, durante uma reunião na capela lateral da Catedral da Trindade, com um grupo de ministros leigos que havia saído da Igreja e de reverendos em trânsito. Além de Paulo Garcia, estiveram presentes Antonio Lessa, Miguel Cox, Sebastião Gameleira, dentre outras lideranças. Esse encontro secreto foi, posteriormente, descoberto pelo bispo, sendo visto por ele como traição, abalando ainda mais a sua relação com a Catedral. No episódio, ficou claro que, embora Robinson tenha sido eleito com apoio de Paulo, o deão não queria se tornar apenas um sufragâneo, mas tinha claras aspirações ao episcopado, para tornar-se o pastor da Diocese que, por décadas, havia ajudado a construir.

Como consequência do episódio, Sebastião foi destituído de suas funções na Paróquia do Semeador e no SAET. Uma vez que ele já era um presbítero bem conceituado em toda a Província, articulou-se a sua ida para Pelotas, através da Ordem de São Tiago, sendo eleito bispo daquela Diocese, em 2000. Assim, com o afastamento de Sebastião, Robinson havia se livrado de seu concorrente intelectual.

Fui eleito Bispo comprometido com um projeto: construir uma Diocese Anglicana, missionária, evangélica em sua hegemonia em razão de sua história e da sua realidade, ao mesmo tempo respeitando-se o princípio da inclusividade. Mas o bispo gostaria de passar o báculo para o seu sucessor com a certeza da missão cumprida. Como estou enfrentando seríssimos obstáculos para o cumprimento do meu mandato, suspendi qualquer data para a transição e estou disposto a me imolar no altar de Deus e da Igreja, para poder legar ao meu sucessor, um dia, aquilo que nos comprometemos. [...] Os que obstaculam contra esses elementares objetivos me forçam (contra minha vontade, e a um custo pessoal muito alto), a permanecer, por tempo indeterminado (CAVALCANTI, 2001, p. 40)

O tom dramático do texto claramente revelava a articulação que vinha sendo feita na Catedral da Trindade, cujo pastoreio de Paulo Garcia deu origem a outras comunidades como a Pró-catedral do Bom Samaritano ou a Paróquia Anglicana do

Espírito Santo, liderada pelo reverendo Miguel Uchôa, até hoje denominadas pelo próprio Garcia como suas “igrejas filhas”, uma vez que ele havia impulsionado a fundação dessas e de outras. Na visão de Robinson, a centralização do poder e o personalismo, vivenciados naquela comunidade, eram fatores que impediam a consolidação de uma Igreja Diocesana – a qual tem a sua liderança focada na figura do bispo como o verdadeiro pastor da Igreja Local, e não do seu pároco.

Diocese Anglicana do Recife, que ainda não é Diocese, e ainda não é anglicana. Vive-se tantas vezes, um congregacionalismo, com comunidades isoladas, com seus pastores ensimesmados e autoritários. Vive-se, tantas vezes, um assembleísmo de Deus, com um “templo central” e as “igrejas-filhas” o que não se vive é o anglicanismo com a consciência da Igreja como Diocese, na comunhão com o Bispo como seu pastor. Este tem sido, reiteradamente, desrespeitado, afrontado ou ignorado. Resistências estão sendo impostas à consolidação dos arce-dioceses. Ainda estamos longe de vivenciarmos o ideal anglicano e canônico de uma Diocese (CAVALCANTI, 2001, p. 39).

Ao longo da história da Diocese Anglicana do Recife, vários exemplos de culto à personalidade ou práticas personalistas e de centralização do poder em torno de lideranças carismáticas podem ser apontados como os motores que conduziram as sucessivas tensões e disputas que resultaram nas duas principais crises.

Um desses exemplos foi a publicação de duas obras no período, a primeira foi o livro *Paulo Ruiz Garcia 30 Anos de Pastorado – 1970-2000*, uma coletânea de depoimentos acerca da vida e do ministério do deão desde a sua chegada ao Recife. O livro de capa azul contava com diversas mensagens, desde lideranças religiosas da Igreja até personalidades, como Pelé, e políticos locais e nacionais. A outra publicação foi a “Bíblia de Paulo Garcia” que, na sua contracapa, continha a mesma fotografia do livro anterior, e a frase *31 Anos de Pastorado – 1970-2001*.

A liberdade que o bispo Sherrill deu ao seu deão para que este impulsionasse o crescimento da Diocese, teve uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que houve um maciço crescimento (que muitas vezes é chamado por alguns membros da IEAB de “inchaço”), por outro lado, proporcionou existirem dois centros de gravidade no qual orbitava a disputa pelo poder na cidade do Recife: a Catedral da Santíssima Trindade e o Escritório Diocesano, localizado no Bom Samaritano.

Para sermos sinceros, ainda não somos anglicanos. Alguns “estão” anglicanos. Nossa Diocese tem sido tantas vezes apenas um teto para projetos personalistas, de quem nunca rompeu com o seu passado. Os

nossos fiéis têm sido mantidos na ignorância denominacional, privados da construção da sua identidade: não se conhece a História, a doutrina, os Cânones ou a liturgia da sua própria igreja (quando se conhece algo das outras igrejas). A liderança desta Diocese está sendo chamada a se reconciliar com a sua Igreja. Ser ou não ser, eis a velha questão. Que queremos ser? Uma nova denominação? É preciso coragem para admitir e levar adiante as consequências. Uma denominação anglicana dissidente? Então se aja honestamente nessa direção. O que não podemos continuar é com o uso utilitarista da grife anglicana para fazermos o que quisermos. Vive-se um arremedo de anglicanismo. Um “anglicanismo sui gêneris”, em que os pretensos “anglicanos” não sabem o que é o Livro de Oração Comum ou quem é o Arcebispo de Cantuária (CAVALCANTI, 2001, p. 39-40)

Também havia um aspecto político-ideológico na disputa entre Robinson e Garcia. O público deste era formado por membros da classe média e média alta do Recife, alinhando-se com uma postura mais conservadora e à direita, enquanto o bispo e seus partidários eram alinhados à esquerda e até militavam em sindicatos e partidos políticos, como o PT. Estes membros que formavam o braço direito do diocesano vinham de Igrejas Evangélicas, e eram, em sua maioria, professores e intelectuais que também militavam no Movimento Evangélico Progressista (MEP).

As críticas de Robinson em seus sermões eram, frequentemente, direcionadas à Catedral da Santíssima Trindade, de modo que, gradualmente, as relações inicialmente amigáveis entre o bispo diocesano e o seu deão, tornaram-se rapidamente relações de tensão, as quais cresceram vertiginosamente.

A aparente “Pax Diocesana” era, frequentemente, quebrada durante os Concílios, em meio às discussões (muitas vezes acaloradas) entre os clérigos, junto com a produção de cartas (muitas vezes agressivas) do bispo Robinson. Durante o Concílio de Paripueira e na sagração de Filadelfo como sufragâneo, Garcia mostrava-se afastado do resto da Igreja, sinalizando que algo estava errado. No período, o reverendo Jorge Aquino ganhou espaço junto à Robinson como teólogo e liturgista, sendo promovido a reitor do SAET, após a saída de Sebastião. Somado a estes fatos locais, dois eventos na Comunhão Anglicana serviram de pretexto para alimentar as tensões entre a Catedral Anglicana do Recife e sua Diocese.

A notícia da eleição do novo Arcebispo de Cantuária, não foi bem recebida pela Catedral da Trindade. O novo líder espiritual da Comunhão Anglicana seria Rowan Williams, um notável teólogo e bispo galês que era visto como um liberal no mundo anglicano. Suas posições teológicas se chocavam com as práticas e os “Encontros” de Paulo Garcia, que eram a marca da comunidade há décadas.

De acordo com as declarações emitidas por Paulo Garcia, o novo Arcebispo de Cantuária defendia o casamento entre pessoas divorciadas, bem como a ordenação de sacerdotes abertamente homossexuais. Isto não apenas contrariava suas convicções pessoais, mas, de modo implícito, fazia o seu público questionar por que uma Igreja de movimento “casalista” defendia abertamente e “abençoava” o divórcio? E foi a partir de uma manchete do jornal local, que o deão levou até as últimas consequências sua guerra pessoal contra o bispo Robinson.

Tal clima se originou a partir de uma matéria publicada no Diário de Pernambuco em 28 de julho de 2002 (domingo), cuja manchete era “Liberal vai dirigir a Igreja Anglicana”. Essa notícia abalou os alicerces da Catedral Anglicana da Vilela, visto que, neste mesmo dia, o Pr. Paulo declarou durante culto que não era a favor de tal postura do clero anglicano, chegando a mencionar que se tratava de comportamento antibíblico a ordenação de sacerdotes homossexuais, por exemplo, e que sua igreja não apóia essa proposta. A maioria dos fiéis aplaudiu de pé, demonstrando fidelidade ao seu pastor. A matéria do Diário de Pernambuco dizia que o primeiro-ministro Tony Blair, havia confirmado naquela semana a escolha do novo Arcebispo de Canterbury, Rowan Williams. Este passaria a ser o novo líder da Igreja Anglicana, substituindo George Carey. Além de ser a primeira vez que um arcebispo de fora da Inglaterra é nomeado para o cargo, este apresentava posturas mais liberais, pois se apresentava favorável à ordenação de sacerdotes homossexuais e ao casamento de divorciados no religioso, o que estava abrindo as portas para uma futura união entre o príncipe Charles e Camila Parcker-Bowles, sua amante, bem como a aceitação dos dois no trono da Grã-Bretanha (QUEIROZ, 2017, p. 154).

Paralelo às notícias que circulavam desde o mês anterior, na mesma época foi publicado, a mando do bispo Robinson, o *Livro de Ritos Ocasionais*¹⁸⁷, uma compilação de novas liturgias que não estavam presentes no *Livro de Oração Comum* da Igreja e que serviriam de apoio ao clero diocesano. Dentre os ritos mais polêmicos a que Paulo Garcia se opôs, se encontravam a “Bênção dos Animais” e o “Rito de Divórcio”. Como a Catedral era uma igreja de perfil “cursilhista” e “casalista”, aquele livro era visto como uma pedra no sapato do discurso e das práticas do seu deão, que ganhou notoriedade pelos casamentos que realizava na cidade do Recife.

¹⁸⁷ O *Livro de Ritos Ocasionais* foi uma tradução e compilação de liturgias, elaborado pelo reverendo Jorge Aquino, juntamente com a Comissão de Liturgia da Diocese Anglicana do Recife, para servir de auxílio para determinadas celebrações, dentro do calendário litúrgico, e também ofícios religiosos específicos. Dentre os ritos se encontravam orações eucarísticas alternativas às do LOC, bênçãos diversas, credos, uma liturgia inspirada na linguagem poética do cordel, intitulado “Rito Eucarístico de Caaporã” e as polêmicas liturgias da “Bênção dos Animais”, o “Rito de Divórcio” e o “Rito de Exorcismo”. Os ritos poderiam ser realizados tanto por ministros ordenados, quanto por ministros leigos designados pelo bispo diocesano.

As críticas da Catedral também se voltavam para as novas ênfases teológicas e litúrgicas e para um engajamento cada vez maior em pautas políticas, adotadas pela Diocese através do seu bispo diocesano, às quais o deão se opunha, pois via nelas um perigoso “afastamento da ortodoxia”, juntamente com a “falta de disciplina do clero”. A Catedral era composta, em boa parte, pela elite do Recife, enquanto o resto das comunidades era de base popular. Podemos apontar que, a falta de diplomacia e de tato pastoral por parte de Robinson, consolidou as sucessivas tensões, culminando no rompimento de Paulo Garcia com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Há algum tempo a Diocese estava vivendo uma clara bipolarização entre a sua Catedral – representada pela defesa de posições pessoais e pragmáticas do seu deão – e o resto da Diocese – representada pela defesa das posições institucionais pelo seu bispo: “é como se fossem duas forças se opondo: unção, cura, fervor emocional, igreja lotada e carisma se contrapondo à razão, à liturgia, ao LOC, à tradição e à história” (QUEIROZ, 2017, p. 155).

Aplica-se a toda dominação carismática genuína a frase: “Está escrito – mas em verdade vos digo”. O profeta genuíno, bem como o príncipe guerreiro e todo líder genuíno em geral, anuncia, cria, exige mandamentos novos – no sentido originário do carisma: em virtude de revelação, do oráculo, da inspiração, ou então de sua vontade criadora concreta, reconhecida, devido a sua origem, pela comunidade religiosa, guerreira, de partido ou outra qualquer. O reconhecimento é um dever (WEBER, 2012, p. 160).

No dia 20 setembro de 2002, durante um culto noturno, Paulo Garcia anunciou o seu rompimento com a IEAB. Por meio de uma assembléia paroquial – convocada sem informar ao bispo diocesano –, a comunidade aprovou a desvinculação da Comunhão Anglicana; assim, o deão Garcia levou consigo o histórico templo e a quase totalidade dos membros da então considerada maior paróquia anglicana da América Latina; vinculou-se, depois, à Comunhão Internacional da Igreja Episcopal Carismática, e fundou, no Recife, a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB).

O debate religioso sobre o reconhecimento e aceitação de pessoas homossexuais nas igrejas cristãs foi acentuado em outubro de 2002, quando o Deão e a congregação de 3.500 membros da Catedral da Santíssima Trindade em Recife, no Nordeste do Brasil, decidiram retirar-se da Igreja Episcopal do Brasil. A Santíssima Trindade é a maior Igreja

Anglicana da América Latina. Em primeiro lugar, o Deão e a congregação alegaram que o motivo do cisma era o apoio do bispo ao desenvolvimento de ritos alternativos para abençoar os divorciados (no final de um processo de divórcio) e ritos alternativos para abençoar os casais que já viviam juntos ou não queriam casar de acordo com a lei civil, por causa das implicações econômicas. Mas estas são questões que a sociedade brasileira tem discutido há muito tempo e aceita. A Catedral da Santíssima Trindade é uma igreja evangélica conservadora, na principal Diocese evangélica e conservadora do Brasil. Os comentários posteriores do Deão indicaram que a verdadeira questão para o cisma era a "liberdade exagerada que a orientação homossexual, ou mesmo aqueles que aceitam essa orientação como normal, poderiam ser ordenados dentro dessa diocese. (Ribas, comunicação pessoal 2 de outubro de 2002) (*In*: FRANCOEUR; NOONAN (orgs.), 2004, p. 101).

Com o fim do embate teológico, iniciou-se um embate jurídico pela posse do templo da Carneiro Vilela. Ambas as partes contrataram advogados, e os argumentos confrontavam-se. Do lado episcopal anglicano, defendia-se a historicidade do templo que serviu por tanto tempo à Capelania Inglesa e que havia sido construído após a desapropriação da “Igrejinha dos Ingleses” da Rua da Aurora. O fundamento jurídico e canônico estava no Acordo de 1955, assinado entre a Igreja brasileira e o próprio Arcebispo de Cantuária para transferir a administração do santuário anglicano para a IEAB e que, em seu artigo 2. (c), estipulava que “todos os direitos de propriedade das capelarias permanecerão intocáveis”¹⁸⁸.

Em relação ao lado episcopal carismático, argumentava-se que a nova instituição não fazia parte da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Desde 1999 a comunidade e o seu templo haviam sido renomeados juridicamente. De *Holy Trinity Church* passou a se chamar *Igreja da Santíssima Trindade*, por meio de uma reforma em seu estatuto, prática esta que se tornou uma espécie de *modus operandi* para outras divisões que aconteceram na Província¹⁸⁹.

¹⁸⁸ Vide Anexo F, com a referida cláusula.

¹⁸⁹ Um dos aspectos jurídicos relevantes do processo de rompimento e da consequente apropriação de um templo, que, de fato e de direito, deveria estar vinculado à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, diz respeito ao seu estatuto. O templo que estava originalmente registrado em cartório como *Holy Trinity Church*, passou a se chamar *Igreja da Santíssima Trindade*, quando o registro foi emendado, em 1999, sem conhecimento do Bispo ou da Diocese, já que Garcia atuava de maneira autônoma, à revelia do bispo. Desde a época das capelarias o templo não estava registrado em nome da IEAB ou da própria Diocese Anglicana do Recife, pois o acordo era muito simples, típico de um *Gentlemen's agreement*, em que as partes confiam umas às outras o cumprimento mútuo do acordado. Obviamente não se imaginava o que aconteceria com a Diocese e sua Catedral no futuro. Desse modo, a falta de organização jurídica por parte da IEAB, permitiu que, por vias legais – por uma assembléia paroquial convocada para a alteração e registro de novos estatutos –, o templo ficasse em posse não mais dos episcopais anglicanos, mas dos episcopais carismáticos. Essas mesmas situação e *modus operandi* se repetiram, quando o reverendo Aldo Quintão rompeu com a IEAB, em 2013, levando consigo a comunidade e o templo da histórica Catedral Anglicana de São Paulo.

Também se argumentava que as várias reformas realizadas na Catedral foram custeadas pelos membros da comunidade, e que a gradual expansão do templo deveria ser levada em consideração. Em carta publicada no Estandarte Cristão, o bispo Robinson explicou com mais detalhes o processo que levou à Pequena Crise do Recife.

É fato lamentável e condenável que ex-clérigos desta Igreja tenham veiculado, de púlpito e por meio da imprensa, afirmações inverídicas e distorcidas que se constituem em graves calúnias, injúrias e difamações, em claro atestado de conduta dolosa, em uma inequívoca demonstração de falta de equilíbrio emocional, de crise espiritual e de ânimo delinquente. As acusações contra o Anglicanismo são meros pretextos, cortinas de fumaça, a esconder os reais e inconfessáveis motivos para tais práticas maldosas [...]. A Catedral Anglicana da Santíssima Trindade é uma paróquia (uma comunidade membro da DAR), e, no artigo 5º, aprovado em assembleia de 19 de dezembro de 1999, diz: é filiado à comunidade religiosa que neste país tem o qualificativo de Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, subordinada ao bispo e ao Concílio da Diocese Anglicana do Recife [...]. Como se explica, então, que um grupo restrito tenha criado, no mesmo dia 19.12.1999 uma outra (sic) instituição denominada de "Igreja da Santíssima Trindade" e somente registrada em cartório no dia 23 de setembro do corrente ano, nessa data em que essa "igreja" (e não a histórica paróquia) pede desfiliação do Anglicanismo (*In: ESTANDARTE CRISTÃO*, 2002).

Em outra publicação no Estandarte Cristão, o bispo Robinson apontava falta de transparência financeira e administrativa na condução da Catedral. Como consequência dessa condução personalista, a comunidade passou toda a sua história sem registros (ou talvez os registros tenham sido “perdidos”), fato que, até hoje, não foi possível averiguar com maior profundidade.

Há décadas que os bispos não tinham acesso aos livros (inclusive patrimoniais e contábeis) da Catedral; não se fazia assembléia paroquial, não se prestava contas do orçamento aos paroquianos, e a Catedral virou uma “galinha dos ovos de ouro”. O Rev. Paulo temia perder essas benesses com a próxima aposentadoria compulsória, e um eventual pedido de auditoria por parte de seu sucessor. [...] O divisionismo religioso, o sectarismo, o personalismo, o estrelismo, o congregacionalismo, a rebeldia contra as normas são pragas e tragédias que se abatem sobre o Cristianismo nas décadas recentes. Há também um messianismo burguês e urbano. A DAR foi vítima de um desses messias, que usou a IEAB para seus projetos pessoais. Quando uma reverenda pediu ajuda daquele líder para a programação da visita do então Arcebispo de Cantuária, sua resposta foi: Quem é esse George Carey? Anglicanismo no Nordeste chama-se Paulo Garcia (*In: ESTANDARTE CRISTÃO*, jan./fev. 2003).

Após os primeiros embates na justiça, Robinson e Paulo fizeram um acordo informal, uma promessa futura de que, após alguns anos, o templo seria devolvido à

IEAB. Embora as manchetes dos jornais locais destacassem a disputa do templo anglicano na Justiça¹⁹⁰, após alguns anos, parece que, tanto Robinson Cavalcanti, quanto a própria Província brasileira, aparentemente tinham desistido da disputa, diante das novas preocupações que surgiram com a crise seguinte.

É importante frisar que, apesar das tensões eclesiais, seguido do rompimento com a sua antiga denominação, o fato de Paulo Garcia ser, desde a fundação da Diocese, a principal liderança da Catedral Anglicana do Recife, lhe garantiu o total apoio de sua comunidade. Mesmo reconhecendo que Paulo havia agido errado, as suas atitudes foram legitimadas pelos seus próprios fiéis, que o viam não apenas como um guia espiritual, mas, inclusive, como responsável pelas suas conversões e mudanças de vida, desde que se integraram à comunidade da Santíssima Trindade.

O Pr. Paulo teve a legitimação da sua atitude através do apoio de todos os membros que aderiram à Igreja Episcopal Carismática e, mesmo que alguns membros desse grupo não concordassem com a sua posição de continuar no “Templo Inglês”, parece que o carisma e o espírito de liderança do pastor foram mais importantes em suas decisões. Assim comentou um dos nossos interlocutores: “Eu conheço um médico aposentado que disse: ‘eu estou na Igreja de Paulo Garcia, eu sei que ele errou, eu sei que ele fez muita coisa errada, mas foi ele quem me conduziu a Deus’”. A partir desse depoimento, observamos quão fortes são o carisma e a liderança do Pastor Paulo, bem como quanto a sua capacidade de atrair os membros para seu lado terminou vencendo a crença social e os princípios morais de algumas pessoas, provocando uma espécie de perda de identidade: o carisma passa a ser mais forte e enfatizado no momento de as decisões serem tomadas, pois a representação desse pastor como “o homem que foi capaz de me conduzir até Deus” termina superando qualquer barreira (QUEIROZ, 2017, p. 158).

Dessa forma, percebemos que Paulo Garcia detém a característica principal de uma liderança carismática, que é a atenção centralizada em sua presença¹⁹¹ e o consequente seguimento de sua figura por parte do povo, nos moldes de um “messianismo burguês e urbano”, como apontou Robinson Cavalcanti em sua análise pessoal sobre a “Pequena Crise do Recife”.

Temos, aqui, a relação simbiótica entre o líder e os seus seguidores, entre o pastor e o seu rebanho, que permaneceu fiel ao seu guia, mesmo em um momento

¹⁹⁰ Diário de Pernambuco – Recife, domingo, 27 de outubro de 2002.

¹⁹¹ Além do trabalho de pesquisa de Cristiany Moraes de Queiroz, as outras obras que falam sobre a história e a origem da Igreja Episcopal Carismática do Brasil são dois livros que giram em torno da vida e obra de seu fundador, *Paulo Ruiz Garcia: 30 anos de pastorado – 1970-2000* (2000), publicado em sua homenagem, ainda na época em que era deão da Catedral Anglicana do Recife, e *Cerimonial Eclesiástico e Liturgia de Sagração* (2004), publicado à época da sagração de Paulo Garcia como primeiro bispo da nova denominação.

de crise em que ele confrontava sua própria instituição. Essa característica da liderança carismática também será percebida com um tom ainda mais forte, durante a Grande Crise, do bispo Robinson com a IEAB. Tal conceito de carisma, cunhado por Max Weber, se manifesta na instituição a partir da “dominação burocrática”.

A dominação burocrática é especificamente racional no sentido da vinculação no sentido da vinculação a regras discursivamente analisáveis; a carismática é especificamente irracional no sentido de não conhecer regras. A dominação tradicional está vinculada aos precedentes do passado e, nesse sentido, é também orientada por regras; a carismática derruba o passado (dentro de seu âmbito) e, nesse sentido, é especificamente revolucionária. Esta não conhece a apropriação do poder senhorial ao modo de uma propriedade de bens, seja pelo senhor seja por poderes estamentais. Só é “legítima” enquanto e na medida em que “vale”, isto é, encontra reconhecimento, o carisma pessoal, em virtude de provas; e os homens de confiança, discípulos ou sequazes só lhe são “úteis” enquanto tem vigência sua confirmação carismática (WEBER, 2012, p. 160).

Isso explica o apoio maciço dos membros da Catedral da Santíssima Trindade ao seu reitor. Mesmo após ele passar por cima de todas as instâncias institucionais, éticas e até mesmo espirituais, colocando-se acima da autoridade do seu bispo diocesano, quando ele era um deão – embora os membros de sua comunidade, o enxergassem e o tratassem como um bispo *de jure* e *de facto*, afinal, desde o início aquela era a “Igreja de Paulo Garcia”.

Pouco tempo depois, as placas que indicavam o caminho para se chegar à Catedral da Santíssima Trindade tiveram seus nomes alterados. Ao invés de “Igreja Episcopal Anglicana” agora se tinha o nome “Igreja Episcopal Carismática”. Um ano após o rompimento de Garcia com a IEAB, outdoors espalhados pela cidade do Recife anunciavam a sagração do reverendo Paulo Garcia como primeiro bispo da Igreja Episcopal Carismática do Brasil¹⁹².

Toda a comunidade de ex-anglicanos (os carismáticos) começou a se preparar para a sua sagração. Suas vestes de bispo foram confeccionadas por um grupo da igreja, que tem verdadeira admiração e amizade pelo líder Garcia. Houve até um ensaio no Teatro Guararapes com vários membros da igreja, cantos, coreografia e cerimonial para que tudo saísse de maneira impecável. O evento aconteceu no dia 08 de setembro de 2003, às 20h, no Teatro Guararapes, Centro de Convenções – Olinda. O teatro estava repleto de fiéis, inclusive pastores de outros estados brasileiros, políticos e pessoas influentes da sociedade pernambucana. As pessoas pareciam ter colocado suas melhores roupas para prestigiar Paulo Garcia. Foi possível perceber o

¹⁹² Os bispos sagrantes foram os seguintes: Austin Randolph Adler (Patriarca e Primaz), Douglas Kessler, Randolph Sly, Dale Franklin Howard, Loren Thomas Hines, Kenneth Myers, Craig Bates, Elmer Belmont, John Holloway, Michael Davidson, Frank Constantino e Antônio Raposo.

ar de contentamento e orgulho dos fiéis em presenciar seu pastor sendo o Primeiro Bispo Brasileiro da Igreja Episcopal Carismática. Após uma longa e tradicional cerimônia com vários pastores que vieram dos Estados Unidos exclusivamente para este fim, o Pr. Paulo foi sendo cumprimentado por várias pessoas (QUEIROZ, 2017, p. 167).

A partir dessa cerimônia, que ganhou os holofotes de toda a cidade, o antigo deão da Catedral Anglicana do Recife passaria a ser conhecido como “Dom Paulo Ruiz Garcia” e a Igreja Episcopal Carismática do Brasil agora poderia levar adiante a sua expansão pela capital pernambucana e pelo Nordeste. O novo ordinário também passou a ser auxiliado por outros bispos como Alexandre Ximenes, André Novaes e Frederico Bastos, junto com novos clérigos que passaram a ser ordenados. Desde então, o templo da Carneiro Vilela permaneceu sob a posse da nova denominação.

Paralelo ao rompimento de Paulo Garcia com a IEAB, um novo movimento separatista, embora bem menor, de certa forma acentuou o processo de fragmentação do Anglicanismo no Nordeste, com a saída do reverendo Leonides de Menezes, que fundou a Igreja Episcopal Evangélica (hoje denominada Igreja Cristã Episcopal), a partir do desligamento da Paróquia Betânia da Diocese do Recife.

A Diocese do Recife sofreu, em 2002, um cisma, encabeçado pelo Rev. Paulo Garcia, que foi para a Igreja Episcopal Carismática, e outro pelo Rev. Leonides de Menezes para a Igreja Episcopal Evangélica, sem razões teológicas que os justificasse, além de projetos pessoais, e ambos do chamado “Movimento de Convergência” (CAVALCANTI, 2009, p. 121).

A saída do reverendo Leonides não teve um impacto na Diocese, uma vez que a perda ocorrida foi de apenas uma pequena paróquia que compunha a rede diocesana do Anglicanismo no Recife, diferente do desligamento da Catedral da Santíssima Trindade, que chamou a atenção não apenas da própria Província, mas também da sociedade local, dado o prestígio que Paulo Garcia possuía na região. Dessa forma, a fundação da Igreja Cristã Episcopal¹⁹³ apresentou-se como um movimento estritamente local, buscando autonomia frente à identidade evangélica da Paróquia Betânia e a liderança centrada na figura do reverendo Leonides.

¹⁹³ Em dezembro de 2006, em cerimônia oficiada pelos bispos William Paul Mikler, Hermes Carvalho Fernandes e Francisco Buzzo, o Rev. Leonides foi sagrado bispo diocesano e o 1º Distrito Missionário foi alçado à condição de Diocese Missionária. Em 2008, aconteceu o primeiro Concílio Diocesano, quando a Paróquia Betânia foi escolhida como a Catedral da diocese, passando a ser chamada Catedral Betânia. No mesmo evento, a Comunhão foi renomeada “Comunhão das Igrejas Cristãs Episcopais do Brasil (CICEB).

Inicialmente, este grupo se filiou à Comunhão das Igrejas Episcopais Evangélicas¹⁹⁴ (CEEC) e, posteriormente, tornou-se uma Igreja independente, com a sagração de Leonides como o bispo da “Comunhão das Igrejas Cristãs Episcopais do Brasil” (CICEB). Sobre sua presença geográfica, esta Igreja se concentra apenas no Recife e em regiões próximas, diferentemente da Igreja Episcopal Carismática, que se expandiu com dioceses e missões para além do Nordeste do Brasil.

Dentre as diferenças entre as Igrejas, destacamos que a Igreja Episcopal Carismática não permite a ordenação feminina, enquanto que a Igreja Cristã Episcopal realiza a ordenação de mulheres, embora não eleja para o episcopado. A primeira mantém o uso de vestes e paramentos mais sóbrios, restringindo o uso durante os cultos da alva e da estola, inclusive para os seus bispos. Somente outros paramentos como a mitra, a casula e a capa de asperge são usados em ordenações. Já a segunda, utiliza além destas vestes clericais comuns, as vestes corais próprias dos bispos anglicanos, como a roquete (túnica branca com mangas bufantes) e a chamarra (colete escarlate, semelhante a uma toga acadêmica).

Com as tensões e a disputa da Catedral da Rua Carneiro Vilela, por muito tempo houve uma confusão sobre a pertença das denominações. Um grupo de vinte pessoas ligadas a Paulo Garcia, que antes frequentavam a Catedral da Trindade, foram transferidos para a Igreja do Bom Samaritano que, na prática, passou a funcionar como uma espécie de sede improvisada, até a organização de um novo espaço de culto. Dentre essas pessoas que permaneceram na IEAB, se encontravam os reverendos Sérgio Andrade e João Cândio Peixoto.

Após o rompimento, a primeira celebração do grupo remanescente ocorreu no dia 13 de outubro de 2002, às 17h, na Igreja em Boa Viagem, repercutindo, inclusive, na comunidade local em frente ao templo.

Sérgio fazia questão de receber na porta cada pessoa que ia chegando. É como se cada fiel que entrasse na igreja fosse um a mais que estava disposto a “recomeçar”, além de demonstrar fidelidade à Comunhão Anglicana. A novidade não foi só para os anglicanos, mas também para a comunidade carente que morava ao lado da igreja. Na verdade, percebemos um certo impacto do grupo residente próximo à Igreja. Muitos deles se organizaram em suas calçadas para observar o “movimento”, pois,

¹⁹⁴ A *Communion of Evangelical Episcopal Churches* – Comunhão das Igrejas Episcopais Evangélicas faz parte do chamado “Movimento de Convergência”, que, assim como os Episcopais Carismáticos, adota a Declaração de São Clemente, em cujos cânones, nega ser parte da Tradição Anglicana. Por isso, assim como a Igreja Episcopal Carismática, apesar de utilizar o termo “Episcopal”, a denominação não é considerada parte do Anglicanismo.

até então, essa igreja só abria aos domingos às 10h da manhã, para a própria comunidade, sendo uma tarde de domingo bem diferente da que eles estavam acostumados a presenciar (QUEIROZ, 2017, p. 205).

Apesar da rotina do escritório diocesano e da vida acadêmica do Seminário girar em torno do Bom Samaritano, era preciso encontrar uma nova sede para a comunidade da zona norte que ficou sem seu lugar de culto.

Mesmo com o espaço cedido em Boa Viagem, era necessário realocar essa comunidade de remanescentes. A Catedral, estabelecida desde o início da Diocese, era a Santíssima Trindade e não o Bom Samaritano. A Trindade carregava toda uma história que vinha desde a época das capelanias inglesas. Mesmo que este processo de rompimento tivesse como consequência a perda do templo como espaço físico de culto, marcado pela história e pelas memórias¹⁹⁵, a Igreja não era apenas uma construção, mas, sobretudo, uma comunidade constituída de pessoas.

Após isso, a Diocese encontrou um novo espaço adequado para acolher a comunidade e dar continuidade à história iniciada na Igreja da Rua Carneiro Vilela. O novo templo que serviria como a Catedral Anglicana do Recife ficava em uma grande casa no bairro do Espinheiro, na Rua Alfredo de Medeiros, 96, próximo à antiga sede. Com o esforço da comunidade e após reformas, a primeira celebração ocorreu no dia 08 de junho de 2003, com a presença do clero e do bispo Robinson. No dia 17 de agosto, o reverendo Sérgio Andrade foi instituído como novo deão.

Após sete meses na Paróquia do Bom Samaritano em Boa Viagem, a comunidade anglicana conseguiu alugar uma casa no bairro do Espinheiro. Esta casa foi transformada no Templo da Catedral Anglicana. Toda a comunidade prestou solidariedade na doação de mesas, cadeiras, computadores, materiais para escritório, livrinhos infantis para a Escolinha Dominical, berços para o berçário, sem contar com a mão-de-obra dos membros que fizeram questão de realizar a faxina no local. Foi um marco na vida dos anglicanos após o cisma, como muitos colocaram: agora estamos no nosso cantinho. Foi um recomeço na vida desta comunidade. Cada quantia arrecadada, cada doação, cada objeto novo na “nova igreja” e até a compra do carro do pastor, foi motivo de festa, de abraços, de louvores, de agradecimento a Deus pela nova fase. A satisfação dos anglicanos também passou a ser expressa em camisetas, cuja mensagem era: “Prefira o que é certo, não o que é oportuno”. Essas camisetas pareciam demonstrar a indignação dos anglicanos com relação à opção dos carismáticos (QUEIROZ, 2017, p. 217).

¹⁹⁵ Na Catedral da Santíssima Trindade até hoje é possível visualizar placas da época da Capelania, com membros ilustres da comunidade. Na porta principal, encontra-se o Brasão da Coroa Inglesa. Nas paredes laterais do altar encontram-se cenotáfios. Nos bancos, pequenas placas carregam nomes de famílias que frequentaram a comunidade, desde a chegada de Paulo Garcia ao Recife. Nos vitrais, encontram-se ainda os nomes dos membros que doaram as peças para o templo.

Uma característica do período de retomada da comunidade da Santíssima Trindade foi o aprofundamento da comunidade em aspectos mais doutrinários e litúrgicos, no sentido de buscar educar aquele povo remanescente, para fortalecer a própria identidade da comunidade, como pertencente à Igreja Anglicana que, como parte do Anglicanismo, possuía suas características próprias. Da mesma forma, verificou-se, desde a crise com Paulo Garcia, um maior engajamento em questões sociais e nas atividades voluntárias da Igreja.

Além desta característica voltada para o trabalho social e voluntário, observamos outra, que é o fato da Igreja Anglicana ter se tornado mais litúrgica, pois, em todos os cultos, os fiéis oram o Credo Apostólico, fazem o sinal da cruz, além de haver uma forte presença do bispo nos cultos. Em outras palavras, a Igreja Anglicana retomou essa nova fase com um cuidado maior em não se desligar das doutrinas, do comportamento e do seu ethos (QUEIROZ, 2017, p. 216).

Embora tenha usado argumentos doutrinários, se colocando contra o que entendia ser o avanço do liberalismo na Igreja, Cristiany Queiroz (2017, p. 157) aponta que existiam três razões para o rompimento de Paulo Garcia com o Anglicanismo: o convite para ele ingressar na Igreja Episcopal Carismática – cujas práticas já eram similares à linha que a Catedral seguia –, as dificuldades que tinha em seguir as regras da religião – pois ele não se submetia à autoridade hierárquica de Robinson; e a sua proximidade para se aposentar – e de não ser sagrado bispo, segundo suas intenções que vinham desde os primeiros concílios da Diocese do Recife (Garcia ainda concorreu mais duas vezes ao episcopado durante as eleições para a Diocese de Brasília (1989) e para a Diocese do Rio de Janeiro (2000)).

As razões supracitadas se apresentam muito mais plausíveis do que os pretextos doutrinários e teológicos levantados por Paulo Garcia para justificar seu rompimento com o Anglicanismo. Assim, visando a alcançar um antigo projeto pessoal, a escalada de tensões com o bispo Robinson Cavalcanti serviu de justificativa para fundamentar o processo de rompimento com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e com a Comunhão Anglicana, uma vez que a sua liderança carismática e o reconhecimento do público local, estavam acima do discurso e da fidelidade à instituição a que pertencia. Assim, concretizou-se o que aqui denominamos como a “Pequena Crise do Recife”. Porém, outro processo de tensionamento, ainda mais grave, aconteceu pouco tempo depois.

3.4.2 A Grande Crise do Recife

Desde o início do seu episcopado, o bispo Robinson Cavalcanti expressava sua preocupação sobre o sectarismo no Anglicanismo brasileiro, diante dos conflitos que já eram visíveis dentro da instituição. Seus temores se concretizariam em sua própria Diocese dentro de poucos meses, com a crise desenvolvida por Garcia e, uma segunda vez, ironicamente, dois anos depois, por ele mesmo.

Como anglicanos, e como cristãos, estou certo de que todos queremos ser uma Igreja e não uma seita. Um espaço aberto, plural, e em constante renovação, e não um gueto estéril e uniformizante. Preocupa-nos influências estranhas ao anglicanismo (CAVALCANTI, 2001, p. 22).

No processo de sua eleição, em 1997, Robinson apresentou o seu projeto para o episcopado – aprovado pela maioria dos delegados presentes –; entre as propostas administrativas, ministeriais e missionárias, estava a questão sexual. Sobre esta última, o projeto apresentava três compromissos que seriam cumpridos pelo futuro diocesano do Recife: 1) reconhecimento da normatividade heteroerótica; 2) reconhecimento da pecaminosidade homoerótica; 3) não-ordenação de homossexuais praticantes.

Este Bispo, há 22 anos, não se tornou um anglicano porque necessitava casar, casar de novo, ou porque necessitava de um novo espaço ou um novo salário, ou porque simpatizava com determinada Paróquia ou determinado clérigo. Este bispo tornou-se um anglicano por livre e consciente opção. Este Bispo, quando de sua sagração, jurou cumprir e fazer cumprir os nossos cânones, e o fez com sinceridade e boa fé, o que inclui conformidade pessoal “à doutrina, disciplina e culto da IEAB”. Quando não concordamos com algo em nossa Igreja, os lugares adequados para se propor mudanças são os Concílios e os Sínodos, como estamos, aliás, fazendo estes dias com os cânones diocesanos (CAVALCANTI, 2001, p. 16).

Na época, as Províncias do Hemisfério Sul organizaram um encontro em Kuala Lumpur, na Malásia, para tratar a respeito da sexualidade humana, que estava sendo um dos temas mais debatidos ao redor da Comunhão Anglicana, em torno do conceito da “inclusividade” de pessoas LGBTQ+ na vida comunitária e sacramental da Igreja e que seria abordado na próxima Conferência de Lambeth.

Logo após a sua sagração, o novo bispo do Recife participou da Conferência de Lambeth, de 1998. Naquele encontro do episcopado anglicano mundial foi votada a polêmica “Resolução 1.10”, sobre a Sexualidade Humana, a qual foi amplamente apoiada por uma rede de correntes ortodoxas anglicanas, incluindo Robinson, que foi o único bispo brasileiro a votar pela aprovação do texto.

Assumi esse compromisso solene e publicamente no Concílio de Itaparica. Depois disso, participei, na condição de bispo eleito, de conferência de evangélicos, carismáticos e anglo-católicos no Texas, em 1997, que editou a Declaração de Dallas. Participei também das articulações e fui o único bispo do Brasil a votar a favor da Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth de 1998. Por fim, baixei a resolução diocesana que disciplinava a matéria, com posterior transformação em dispositivo canônico (CAVALCANTI, 2007, p. 39).

Segundo o bispo, o que estava em jogo na Diocese não era um conflito de projetos personalistas – como ocorreu durante a Pequena Crise do Recife –, mas um conflito de crenças e de ideologias em torno da identidade anglicana, cujo objeto em disputa era a Teologia promovida pela Igreja e o seu discurso como instituição.

Não existe nesta Diocese um conflito de personalidades, mas de concepções e ideologias. A realidade está suficientemente clara, e está na hora de definições opções e decisões. O futuro (e, até, a sobrevivência) da Diocese Anglicana do Recife depende do desdobramento do presente momento e conjuntura. O Bispo atual construiu uma trajetória secular e religiosa, por 33 anos, que ultrapassa fronteiras denominacionais. Não se insinuou para o episcopado. Não precisa, graças a Deus, desse cargo para sobreviver ou para ministrar. Por outro lado, está consciente da sua vocação e dos seus deveres para com a Igreja. Sua vida – e da Diocese – estão nas mãos de um Deus Providente. Qualquer que seja o desfecho do nosso drama eclesástico (com ou sem a sua presença) o Bispo está em paz, e com a consciência do dever cumprido (CAVALCANTI, 2001, p. 140).

O tom dramático, belicoso, e até mesmo de intimidação de Robinson Cavalcanti em seus escritos, revelava um conflito que já se encontrava em um estado muito mais avançado e violento do que os episódios que ocasionaram o rompimento de Paulo Garcia com a IEAB. Na História da Comunhão Anglicana, dois eventos concorreram simultaneamente para se tornarem fatos geradores da nova crise: a eleição do cônego Vicky Gene Robinson para a Diocese de New Hampshire, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, e a realização de um Rito de Confirmação na Diocese Episcopal de Ohio, em que o Bispo do Recife participou, porém, sem o conhecimento e autorização do bispo norte-americano.

O primeiro ciclo de eventos teve início em maio de 2003, quando o bispo Michael Ingham, da Diocese de New Westminster, autorizou um rito de bênção para casais do mesmo sexo – que havia sido aprovado pelo Sínodo da Igreja Anglicana do Canadá no ano anterior. Isto provocou o rompimento da Igreja Anglicana da Nigéria com esta diocese e protestos por outros Primazes da Comunhão Anglicana. No mês seguinte, ocorreu a principal polêmica em torno da questão da sexualidade humana. Durante a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Gene Robinson foi eleito para ser o novo bispo coadjutor da Diocese de New Hampshire.

A questão inédita estava no fato dele ser o primeiro bispo gay não-celibatário da Comunhão Anglicana. Após a conturbada aprovação de seu nome na Câmara Episcopal, em 02 de novembro de 2003 ele foi sagrado, no campus da Universidade de New Hampshire, na cidade de Durham, pelo Bispo Presidente, Frank Griswold, e mais seis bispos co-consagradores, sob um forte esquema de segurança¹⁹⁶.

Em julho de 2003, o sacerdote inglês Jeffrey John – que era homossexual, mas vivia em um relacionamento celibatário de longa data –, foi nomeado para ser o bispo da Diocese de Reading, na Igreja da Inglaterra. Devido à grande controvérsia, ele renunciou à sua própria eleição, após ser pressionado por várias lideranças da Igreja. Estes fatos passaram a dividir as opiniões em toda a Comunhão Anglicana.

Durante toda a história do Anglicanismo, a tradição permitia a ordenação de sacerdotes homossexuais, desde que permanecessem celibatários, como uma escolha consciente diante da crença da incompatibilidade da sua sexualidade perante as Leis Divinas. Com a ascensão da pós-modernidade e de novas ideias no campo da sexualidade humana e também da Teologia, gradualmente as Igrejas da Europa e da América do Norte passaram a flexibilizar a disciplina eclesiástica, permitindo não só a ordenação de sacerdotes homossexuais, mas também de clérigos que viviam com seus respectivos parceiros em relações conhecidas por toda a comunidade. O caso de Jeffrey John era peculiar, pois o clérigo vivia em uma relação homoafetiva, porém afirmava ser celibatário. Esta questão, embora fosse polêmica, não era uma novidade. Todavia, nos últimos anos, tornou-se um problema no seio da Comunhão Anglicana quando alcançou o episcopado, especialmente quando esta questão chegou à cúpula da Diocese Anglicana do Recife.

¹⁹⁶ Desde a eleição até depois de se tornar bispo, Gene Robinson recebeu inúmeras ameaças de morte. No dia da cerimônia de sua sagração episcopal, ele estava com um colete a prova de balas escondido debaixo das vestes, assim como aconteceu quando Barbara Harris foi sagrada bispa.

Além do ofício como religioso, Robinson Cavalcanti também era professor da UFPE e UFRPE. Os questionamentos e desafios propostos pelos estudantes conduziram à escrita de muitas obras ligadas a três temas caros ao seu episcopado: Cristianismo, Política e Sexualidade. O seu principal e mais polêmico livro sobre a questão foi *Uma bênção chamada Sexo* (publicado pela primeira vez pela editora da Aliança Bíblica Universitária, em 1975). Já o livro *Libertação e Sexualidade* (lançado em 1990), foi uma obra para lideranças da Igreja, do clero e do laicato. Nessas publicações encontramos a visão antropológica do bispo acerca da sexualidade, incluindo a sua dimensão espiritual e implicações para a prática do Cristianismo, abordadas como um tripé formado por “Cultura, Instinto e Revelação”. Mas, com o passar do tempo, seus livros deixaram de ser apenas reflexo da cosmovisão de um pesquisador, para levá-lo a um engajamento radical nestas questões.

Este debate teológico-acadêmico começou a ganhar maiores proporções, quando, no dia 08 de junho de 2003, o bispo do Recife publicou a carta pastoral *Amor e Verdade (Considerações sobre a problemática da homossexualidade)*. No documento ele expressava sua preocupação quanto à ortodoxia bíblica e relacionava a expansão de um “liberalismo teológico” nas Igrejas dos Estados Unidos – através da eleição do bispo gay e de bênçãos de uniões homoafetivas –, com a diminuição de fiéis, enquanto outras Igrejas, que se mantiveram ativas no proselitismo e no evangelismo, cresceram nas últimas décadas.

Para o bispo, este era o desafio a ser vencido pela Igreja Anglicana na contemporaneidade: “devemos orar por esses países, para que retornem às raízes cristãs da sua fundação, e pela maioria dos cristãos – inclusive anglicanos – que resistem a essa mudança”. Em um trecho da obra, lê-se o seguinte:

Em termos práticos, iremos propor ao Conselho Diocesano, em sua próxima reunião, a aprovação de uma moção em que a Diocese Anglicana do Recife: 1. Reafirma o seu apoio à Resolução sobre Sexualidade Humana da Conferência de Lambeth, 1998; 2. Reafirma o seu compromisso em implementar o seu Cânone Diocesano específico; 3. Protesta contra práticas de minorias agressivas e arrogantes, desobedientes e infratoras, que ameaçam a unidade da Comunhão Anglicana, promovem o escândalo e obstaculam as relações ecumênicas; 4. Considerando que as Dioceses de *New Hampshire*, EUA e *New Westminster*, Canadá, *de facto et de jure*, romperam com a Comunhão Anglicana, esta Diocese suspende, por tempo indeterminado, e enquanto durar essas irregularidades, qualquer relacionamento institucional com as mesmas, expressando, por outro lado,

a sua solidariedade fraternal para com os anglicanos fiéis e inconformados que as integram.¹⁹⁷

Durante Concílio realizado em João Pessoa, foi aprovado um documento que ficou conhecido como *A Afirmação do Recife*, em que a Diocese Anglicana do Recife rompia com as Dioceses de New Hampshire e New Westminster, reafirmando a Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth, de 1998. Este documento foi homologado pelo bispo Robinson Cavalcanti, em dezembro, após a eleição do “outro Robinson” nos Estados Unidos.

Porém, nem todos assinaram o documento e havia uma forte oposição por parte da ala progressista, que não concordava com o ato, nem com a maneira como o bispo conduzia o seu episcopado, pautado numa verticalização através da publicação de inúmeras “Cartas Pastorais”. Instaurada a polêmica decisão da Diocese Anglicana do Recife, em 11 de junho de 2003, o reverendo Mário Ribas¹⁹⁸ respondeu à carta de Robinson com o texto *É possível responsabilizar os gays e lésbicas pelos conflitos de poder na Comunhão Anglicana?*

Essa pergunta colocada no título também era uma denúncia de que, a “defesa da Verdade”, apresentada pelo bispo em sua Carta, era na verdade um jogo de poder, um alinhamento político, vinculando a Diocese ao “realinhamento anglicano” e às Províncias do Sul-Global (especialmente a Igreja da Nigéria), no qual o diocesano do Recife usou a questão da inclusão das pessoas homossexuais como um verdadeiro “bode expiatório” para levar a cabo seus projetos pessoais.

No extenso documento, Mário Ribas apresentava uma análise profunda do contexto global vivenciado na Comunhão Anglicana – especialmente das Igrejas apontadas por Robinson como exemplos a serem seguidos por seu “crescimento” e “fidelidade” ao Evangelho –, chamando a Carta deste último de uma “encíclica papal”. No documento, o teólogo ainda aponta uma possível articulação dos bispos de tais Igrejas, que estariam se movimentando para criar ou grupo dissidente ou até

¹⁹⁷ Vide Anexo H, com o texto da Carta Pastoral na íntegra.

¹⁹⁸ Mário Ribas foi um importante clérigo e teólogo da Diocese Anglicana de São Paulo, que no período aprofundou o debate sobre a questão do acolhimento de pessoas LGBTQ+ na IEAB. Também sendo homoafetivo, foi o primeiro teólogo já ordenado a “sair do armário”, em uma época em que o debate acerca da aceitação e ordenação de sacerdotes homoafetivos ainda era polêmica e se tornou um problema na DAR. Representou a IEAB em Comissões no Brasil e no Exterior, traduzindo muitos textos do inglês para o português. Faleceu em 19 de março de 2019. A IEAB está organizando uma coletânea de textos em sua memória, intitulado “Os Crimes do Padre Mário”, cujos textos contam a sua trajetória e luta pela questão da inclusividade na Igreja. No capítulo 4 abordamos mais sobre o seu trabalho.

mesmo uma nova comunhão eclesial, paralela à Comunhão Anglicana. Na prática, a consequência da articulação culminou com a organização da GAFCON.

Questiono se a sua atitude enquanto bispo, de romper as relações com a Diocese de New Hampshire, e também de New Westminster também não ferem os nossos princípios enquanto anglicanos, e o conceito do episcopado exercido em colegialidade com outros bispos? Não acredito que romper com essas dioceses sob a alegação que as mesmas romperam com o anglicanismo se justifique, pois até agora não ouvi dizer que o arcebispo de Cantuária ainda mantém comunhão com essas igrejas, o porquê a diocese do Recife deveria agir de modo diferente? Ou será que os arcebispos de Sidney, Malásia, Nigéria e Ruanda têm interesse em criar uma nova comunhão, em que um deles seria o centro de tudo, e outras adeririam a esse novo sistema?¹⁹⁹

Em outro texto-resposta à *Amor e Verdade*, o reverendo Carlos Calvani apontou o verdadeiro jogo retórico elaborado pelo bispo em outras cartas como “Fidelidade, Unidade, Esperança”, “Valores Eternos, Formas Temporais”, “Entender e Decidir”, “Verdades eternas, formas temporais” e na palestra “Os dois cristianismos”. A crítica ao bispo – não menos pesada do que suas próprias cartas –, se encontrava explícita no título do artigo de Calvani: *Deus e o Diabo na Terra do Frevo - O maniqueísmo retórico de Dom Robinson Cavalcanti*.

Na carta pastoral “Amor e Verdade”, o bispo revela ainda um maniqueísmo explícito gravíssimo, que muito me assustou. Ele chega a comparar a polarização de idéias como a luta entre Deus e o Diabo, ao falar em “Resistir a Satanás e às suas hostes”. O conjunto da argumentação refere-se claramente à ECUSA. Sim, a mesma ECUSA da qual fazem parte dioceses-companheiras da Diocese Anglicana de Recife (DAR). Em termos práticos, o bispo anuncia na carta a “suspensão por tempo indeterminado... de qualquer relacionamento institucional” com as Dioceses de New Hampshire (EUA) e New Westminster (Canadá). Achei muito curioso o anúncio dessa suspensão, pois ao que me consta, a Diocese Anglicana do Recife nunca teve qualquer relacionamento formal e contínuo com essas dioceses. Como é possível romper um relacionamento institucional que nunca existiu? Trata-se de mera estratégia política de demonstração de poder para angariar mais respeito por parte de algumas pessoas (CALVANI, 2003, p. 217).

Nas várias cartas publicadas por Robinson, percebe-se uma clara abordagem maniqueísta da questão, pelo uso de uma linguagem bélica que convoca seus partidários a lutar contra “Satanás e suas hostes”. Inclusive, isto chegou a ser instrumentalizado a partir do aparelhamento da ordem religiosa criada pelo próprio

¹⁹⁹ Vide Anexo I, com o texto-resposta.

bispo: a de Santo Estêvão. Fundada em 1998, a OSE²⁰⁰ era uma ordem religiosa inspirada na figura e na vida de Estevão, diácono e primeiro mártir cristão.

Rapidamente, inúmeros clérigos e leigos ingressaram na Ordem, que orbitava em torno da liderança de Robinson. Outros bispos, como Filadelfo, também ingressaram na OSE. Aos poucos, ela foi-se tornando uma espécie de "partido" de Robinson, sendo desvirtuada de sua função. Surgiam, então, muitas críticas de membros da Diocese, dentre elas, de que não era bom que as Ordens tivessem bispos liderando, e como consequência, controlando o grupo.

Certamente, Dom Robinson conseguiu com suas Cartas Pastorais recuperar o apoio de alguns clérigos que, por ocasião do cisma da Diocese de Recife em 2002, quase deixaram a Igreja, acompanhando o líder cismático, Rev. Paulo Garcia. Na ocasião (2002), esse era o grupo que fazia mais oposição ao bispo Robinson. Na minha interpretação, a Carta Pastoral do bispo Robinson representou típica jogada de estratégia política. O bispo é cientista político e conhece muito bem o momento de se manifestar para conseguir apoio. E o fez no momento certo. Vendo sua autoridade questionada por grupos mais conservadores que ele, lançou a Carta Pastoral e, desse modo, conseguiu atrair novamente o apoio de conservadores e fundamentalistas de sua diocese que até então o reprovavam. A estratégia adotada pelo bispo Robinson ao condenar o homossexualismo, diminuiu a oposição interna em sua diocese, da parte dos conservadores. Ao mesmo tempo, reforçou algo muito importante para ele – a posição de liderança que exerce junto à EFAC (Aliança Evangélica da Comunhão Anglicana) (CALVANI, 2003, p. 220).

Diante das disputas retóricas, alguns membros saíram da OSE e foram acolhidos pela Ordem Franciscana da Diocese. Outros clérigos, por sua vez, sofreram as consequências dessa disputa por autoridade e poder. No mesmo Concílio de 2003, o bispo Robinson fez aprovar uma norma canônica que impedia a ordenação ou a aceitação por transferência, de clérigos que não apoiassem ou subscrevessem a Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth de 1998.

Um episódio marcou o aumento das tensões entre Robinson e a Província, quando dois clérigos homoafetivos sofreram assédio moral por não assinarem o documento, por causa de sua orientação sexual. Estes foram colocados em disponibilidade pelo bispo – perdendo seus cargos e seu estipêndio –, mas acabaram acolhidos pelas Dioceses de Brasília e de São Paulo.

²⁰⁰ A Ordem Evangélica de Santo Estêvão Mártir (seu nome completo) era considerada, por seus membros, como a primeira ordem evangélica do Brasil. A proposta da comunidade começou a ser pensada em 1985, propondo um *karisma* de “serviço” ou “diaconal”. Teve como membros fundadores o bispo Robinson Cavalcanti e o então reverendo Filadelfo Oliveira, junto com outros clérigos e clérigas, como Daniel Barbosa, Edson Pimentel, Tibério Marques, Gorete Marques, Manoel Moraes, Ivaldo Sales, Estevão Menezes, Gustavo Gilson Oliveira e sua esposa, a leiga Anna Luíza Oliveira.

Diante dessa situação de abuso de poder e de autoridade, cópias das cartas de suspensão foram enviadas para lideranças da Igreja local, que, por sua vez, as fizeram chegar a outros reverendos como Mário Ribas, Gerson Darifi e Carlos Calvani. Várias pessoas da Igreja Nacional também responderam ao ato arbitrário de Robinson, de modo que tais acontecimentos alcançaram a Câmara Episcopal.

Segundo a narrativa de Robinson, existia um núcleo LGBTQ+ formado por clérigos e professores do Seminário, que liderava a oposição a ele na Diocese. Por estarem ligados ao SAET, também eram apoiados por outros bispos da Província.

Os bispos, o Conselho Diocesano e as demais lideranças da Diocese do Recife tomaram pronto e claro posicionamento desde o início da crise; contudo fomos surpreendidos com a presença, até então silenciosa e não transparente, de uma disseminação em nosso meio do pensamento liberal revisionista e de um influente núcleo GLBTS (*sic*), que se foi tornando mais evidente no segundo semestre de 2002 e se agravando até o que ficou explícito no Concílio Diocesano de 2003, em João Pessoa (PB), com a formação de um grupo de oposição. A grande surpresa, porém, foi a adesão a essa dissidência por parte de expressivas lideranças diocesanas oriundas dos quadros da ABU – de onde procede este bispo diocesano (CAVALCANTI, 2009, p. 40-41).

Em seu artigo *Deus e o Diabo na Terra do Frevo*, o reverendo Calvani resumiu os acontecimentos do ano de 2003, apontando que as atitudes do bispo, junto com suas “Cartas Pastorais” e demais publicações, extrapolaram os limites da retórica e passaram a configurar ataques gratuitos aos seus opositores, incluindo demais colegas de episcopado.

Nos últimos meses o bispo da Diocese Anglicana do Recife, Dom Robinson Cavalcanti tem escrito e distribuído diversos textos e Cartas Pastorais analisando o atual momento de debates na Comunhão Anglicana em torno da eleição do Rev. Gene Robinson para bispo da Diocese de New Hampshire (EUA) e a confirmação da mesma pela Assembléia Geral da Episcopal Church of the United States of America (ECUSA). Não pretendo entrar no debate em torno da possibilidade do ministério de homossexuais. Preocupa-me muito mais, o modo como Dom Robinson Cavalcanti tem alimentado a polêmica em seus textos e, particularmente pela linguagem que utiliza, recheada de polarizações, chavões, lugares-comum, maniqueísmo e explícito belicismo. Tenho procurado acompanhar quieto a divulgação desses textos sem lhes dar muita importância. O problema é que ultimamente, o bispo Robinson tem extrapolado em sua retórica e partido para ataques gratuitos. Some-se a isso o fato de que as “Cartas Pastorais” seriam, em princípio, a palavra de orientação do bispo diocesano para o clero e laicato de sua diocese. Porém, essas cartas são enviadas para todo o clero da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) e sabe-se lá a quem mais, e isso às vezes me soa ou como propaganda ou como provocação e poucos têm a coragem de se pronunciar publicamente, às vezes por temer o poder episcopal. Em seu último texto, “Os dois cristianismos”, ele diz estar

situado num “forte apache” que é sua Diocese, cercado por “índios” fundamentalistas e liberais, acusando “a tribo dos liberais da nossa Província (sic) de estar tocando os tambores da dança da guerra”. Aos poucos, vai se tornando difícil ler e ouvir passivamente essas acusações. Se é certo que devemos ter respeito aos bispos, estes também precisam aprender a respeitar tanto seus colegas de ministério, como presbíteros, diáconos e leigos da Igreja que têm o direito de não concordar com algumas idéias (CALVANI, 2003, p. 206-207).

Enquanto na Diocese Anglicana do Recife as disputas retóricas aumentavam cada vez mais, na Comunhão Anglicana estes problemas acabaram repercutindo em outras Províncias, a exemplo da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Em março de 2004, o *Episcopal News Service* noticiou que o bispo Robinson participou de um rito de Confirmação na Diocese de Ohio, sem conhecimento e autorização do bispo diocesano local. A cerimônia foi presidida por outros bispos aposentados da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, alinhados com as mesmas posições acerca da questão da homossexualidade. Tal ato repercutiu negativamente, pois foi uma violação à Constituição e aos Cânones da Igreja norte-americana, abalando suas relações com a Província brasileira.

A existência de conflitos entre posicionamentos teológicos ou declarações de apoio a bispos, clérigos ou Igrejas são legais do ponto de vista canônico e dos costumes da Comunhão Anglicana. Entretanto, a intromissão ou intervenção de bispos de outras Dioceses e Províncias sem a devida autorização, é considerado um ato ilegal e de gravíssima consequência, pois configura uma quebra da jurisdição episcopal, além de invasão de uma área geográfica, uma vez que cada bispo é responsável pelo território de sua diocese. Além de uma quebra da disciplina canônica, este ato representou ataque direto a um colega de episcopado.

Diante da delicada situação do episódio, o Bispo Primaz da IEAB – Orlando Santos de Oliveira –, enviou uma carta ao Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos – Frank Griswold –, esclarecendo os fatos e denunciando o ato unilateral de Robinson, situação que feria os Cânones Gerais e ameaçava a unidade da Igreja local e a relação amistosa entre as duas Igrejas.

Foi com surpresa, tristeza e preocupação que recebemos a notícia da participação do Bispo Robinson Cavalcanti, Diocesano da Diocese Anglicana do Recife, da Província da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, em um Ofício de Confirmação de 110 pessoas em Ohio, juntamente com cinco Bispos aposentados da ECUSA, sem a permissão do Bispo Diocesano, “como uma ilustração do apoio internacional para tais medidas”, conforme noticiado pela imprensa. Queremos fazer chegar a Vossa Revma.

nossa veemente desaprovação da atitude realizada pelo bispo brasileiro D. Robinson Cavalcanti, que além, de um gesto deselegante e desrespeitoso, violou a Constituição e Cânones da ECUSA, participando de um ato episcopal e sacramental na Diocese de Ohio, sem o conhecimento e a permissão do Bispo da Diocese de Ohio. Bispo Cavalcanti, neste ato e em qualquer outro durante sua presença nos USA, não representou oficialmente a Província Anglicana da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Sua presença foi iniciativa pessoal e não um mandato de nossa Província. Não obtive e jamais ele obteria permissão para tal ato, e sequer fomos informados de sua intenção a este respeito. Também em nossa Província Brasileira, este ato representaria uma violação disciplinar de nossa Constituição e Cânones, conforme a tradição mais primitiva da Igreja.²⁰¹

Quando a troca de textos – e de farpas – tomou proporções provinciais, devido a este episódio, as lideranças do Seminário do Recife viram nisso uma oportunidade para agir. No domingo do aniversário do bispo Robinson, um grupo de clérigos e leigos decidiu fazer-lhe uma visita, em privado, expondo a sua preocupação e desconforto diante da situação. O Bispo recebeu o grupo, ouviu, reafirmou seu discurso, e disse que estava aberto a novas reuniões, mas, que sua pretensão era propor ao próximo Concílio resoluções que visassem restringir a participação, na Diocese, de pessoas que não endossassem o discurso e o plano de ação que ele vinha adotando.

Percebendo que o diocesano não mudaria sua postura de enfrentamento, em 06 de julho de 2004 foi publicado o texto *Para além das trincheiras - Um chamado à reflexão conseqüente e responsável sobre a questão da (homos)sexualidade na Comunhão Anglicana*, um documento assinado por doze clérigos e leigos, em busca da reconciliação entre os grupos que se enfrentavam. Porém, isto foi tomado pelo bispo como um ataque pessoal; Robinson escreveu, uma semana depois, a sua resposta intitulada *Reforçando as trincheiras e as muralhas santas*, que viria a se tornar o seu livro homônimo, uma apologia de suas crenças sobre o tema.

Aqui se faz necessário destacar a importância do documento *Para além das trincheiras*. Este texto foi redigido por clérigos de linha moderada, em sua grande maioria, oriundos de Igrejas evangélicas, com posições teologicamente ortodoxas e contrárias às ações realizadas nas Dioceses de New Hampshire e New Westminster. Em sua quase totalidade, o conteúdo do documento ainda era bastante conservador, pois reconhecia a posição hegemônica dos bispos da Comunhão Anglicana, expressando seu apoio à Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth de 1998, que

²⁰¹ Vide Anexo J, com a Carta ao Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

considerava a ordenação de clérigos homossexuais e, bênçãos matrimoniais para casais do mesmo sexo, incompatíveis com a tradição cristã.

(h) Entendemos que a pluralidade de correntes teológicas e posicionamentos quanto ao tema dentro do anglicanismo não representa, necessariamente, uma fraqueza de nossa Igreja, mas, de fato, deve ser considerada um dado positivo – mesmo que incômodo – uma vez que nos permite – a todos – o privilégio de sermos continuamente questionados e confrontados, e de contribuirmos para o crescimento da Igreja através da multiforme graça de Deus. A pluralidade e a inclusividade podem e devem nos levar à humildade, humanidade, ao amadurecimento e, muitas vezes, ao pioneirismo de lidar com questões difíceis e ainda não enfrentadas pela maioria da Igreja, mas, somente, se formos capazes de nos respeitar mutuamente, ouvir, dialogar, e continuar crescendo juntos.

(i) Afirmamos por fim que, embora a pluralidade de opiniões e a abertura para o debate sejam lícitos, desejáveis e muito necessários, a posição hegemônica da maioria da Comunhão Anglicana e da tradição da Igreja, conquanto nos pretendemos uma Igreja Protestante e Católica, deve ser respeitada e mantida por todas as instituições ligadas à mesma, até que haja um consenso mínimo quanto à forma de lidar com as questões levantadas pelo nosso tempo. A ordenação ministerial e a sagração episcopal de pessoas que professam publicamente uma opção consciente e voluntária por viver em uniões homossexuais é inaceitável neste contexto, assim como a realização de ritos e cerimônias de bênçãos a uniões entre casais do mesmo sexo.²⁰²

Em outras palavras, o grupo não discordava das posições teológicas do bispo, mas considerava suas atitudes arbitrárias. O documento convocava todas as partes ao diálogo, buscando que elas deixassem as disputas de lado e se unissem em busca de um denominador comum. Nas palavras do próprio texto: “quando ‘baixar a poeira’ das batalhas e cessarem os ‘tambores de guerra’... Será necessário que tanto ‘conservadores’ quanto ‘liberais’ estejam abertos a rever suas histórias e suas posições e estejam prontos a ouvir e a aprender sob os eflúvios do Espírito Santo”. O bispo, todavia, viu nesse texto uma grande provocação.

Iniciou-se, então, uma campanha liderada pelo próprio Robinson, orientando os alunos a saírem do Seminário Provincial – aqueles que pretendiam cursar Teologia, eram aconselhados a não ingressarem no SAET. Durante a “Semana de Reflexão Teológica 2004”, que iria acontecer no final de agosto, foi organizado um boicote contra a participação de Carlos Calvani, por conta do texto *Deus e o Diabo na terra do Frevo*. A situação piorou no dia do evento, quando, o Bispo Primaz,

²⁰² Assinaram este documento: Rev. Gustavo Gilson S. de Oliveira, ose; Rev. Fábio S. Vasconcelos; Rev. Elias Leôncio de B. Filho, ose; Rev. João Cândia Peixoto Filho; Rev. Manoel S. Moraes de Almeida, ose; Rev. Sérgio F. Lomeu de Andrade; Prof. Fernando Antônio Gonçalves; Ministro Leigo Maurício Amazonas, ose; Frei Quintino Geraldo Diniz Melo, osf; Ministro Leigo Rodrigo Espíuca; Seminarista Senomar Teixeira Junior; Seminarista Sílvia de Freitas Barbosa.

Orlando, um dos palestrantes, enfrentou um piquete com apoiadores do bispo do Recife na frente da Igreja do Bom Samaritano. Durante a reunião com os convidados, o Diocesano insinuou ao Primaz – assim como mencionou em sua própria Carta Pastoral *Nem cismas, nem segredos* –, a sua intenção de romper “diplomaticamente” com a IEAB. O bispo Orlando logo respondeu, afirmando que dificilmente a Província acataria pacificamente uma situação injustificável como aquela. Em meio à guerra já instaurada e então oficialmente declarada, aconteceu o primeiro ato de espólio das propriedades da Diocese Anglicana do Recife.

Após o evento, foi publicada uma “Nota de esclarecimento”, em que o Reitor do SAET, o reverendo Gustavo de Oliveira, denunciava o movimento de boicote e as palavras agressivas que o bispo vinha utilizando para se referir aos seus opositores: “liberais”, “revisionistas”, “relativistas”, “hereges”, “infiéis”, “blasfemos”, “apóstatas”, “hipócritas”, “traidores”, “satânicos” e outras, como “GLS soft” e “light”.

Há algum tempo, vários clérigos da Diocese, especialmente no Recife e em Olinda, sinalizavam que eles estariam ao lado de Robinson, ajudando-o “no que fosse preciso” para defender a “causa evangélica”. Percebendo que a crise já estava em processo, algumas lideranças do Seminário se anteciparam, tirando os livros e materiais às pressas, e enviando-os para uma casa alugada na Estrada do Encanamento, no bairro de Casa Amarela, antes que o bispo trocasse as chaves, impedindo-os de entrar, o que aconteceu na última semana de agosto. Este ataque ao SAET seria decisivo para o seu desmonte e posterior fechamento.

Em 1º de setembro de 2004, foi publicado o texto intitulado *Não sairemos*, o primeiro documento que enfrentou Robinson quando este sinalizou que romperia com a Província, assinado pelo bispo sufragâneo, Filadelfo Oliveira, e vários outros clérigos e leigos da Diocese²⁰³ que reafirmavam o seu vínculo institucional com a

²⁰³ Assinaram este documento: Dom Filadelfo Oliveira Neto, ose (Bispo Sufragâneo da DAR); Revmo. Sérgio L. Andrade (Deão da Catedral Anglicana da SS. Trindade); Rev. Gustavo Gilson S. de Oliveira, ose (Reitor do Seminário Anglicano de Estudos Teológicos); Rev. Fábio Vasconcelos (Capelão do Seminário Anglicano de Estudos Teológicos); Rev. Edmar Pimentel (Catedral da SS. Trindade); Rev. Cláudio Linhares, osf (Paróquia da Reconciliação); Revda. Lílian Linhares, osf (Paróquia da Reconciliação); Rev. Israel Pereira C. da Silva, osf (Paróquia Boas Novas); Rev. Severino Abel da Silva, ose (Paróquia Jesus da Nazaré); Rev. Bruno Luís Teles de Almeida, osf (Missão Cristo o Salvador); Rev. Cláudio Norberto Melo da Silva, osf (Paróquia da Reconciliação); Rev. João C. Peixoto Filho; Rev. Francisco Sales de Melo Silva, osf; Rev. Joabe Gomes Cavalcanti; Rev. Josafá Batista dos Santos; Ministro Leigo Rodrigo Espiúca; Ministro Leigo Rodson Ricardo Souza Nascimento; Ministro Leigo Marli Wandermuren; Ministro Leigo Valter Farjado Pereira; Ministro Leigo Adilson Ferreira da Silva; Ministro Leigo Júlio Gomes da Silva Júnior; Prof. Fernando Antônio Gonçalves; Prof^a. Anna Luiza Oliveira, ose; Prof. Joanildo Burity; Prof. Ricardo Santiago; Seminarista Fred Machado; Seminarista Senomar Teixeira Júnior; Seminarista Slanney Espiúca; Seminarista

IEAB, independente das decisões tomadas pelo diocesano. Tal documento provocou uma resposta de Robinson, com a Carta *Com ordem e com decência*, em que o bispo ameaçava “afastar de cargos e funções”, para um “necessário período terapêutico e pedagógico de recomposição pessoal”, aqueles que não correspondessem à necessária “submissão institucional à autoridade diocesana” ou que apresentassem “sinais de crise existencial ou ministerial”.

Devido ao aumento das tensões, os reverendos que eram professores do Seminário ou se opunham às atitudes do bispo, passaram a perder seus espaços dentro da Diocese. Como exemplo, temos o último sermão do reitor do SAET, o reverendo Gustavo Gilson de Oliveira, proferido na Paróquia Emanuel, em Olinda, na qual ele era coadjutor. O texto foi baseado no Evangelho de Mateus 10:34 – “Eu não vim trazer a paz, mas a espada” –, que utilizou como metáfora um trecho da música do grupo O’Rappa – “Paz sem voz não é paz, é medo” –, através da qual criticava as atitudes arbitrárias do bispo. Na segunda feira, o reverendo recebeu a sua carta de suspensão, e foi destituído do cargo paroquial.

Diante de outras situações semelhantes, em 16 de setembro de 2004, mediante solicitação de 13 clérigos e clérigas, a Câmara Episcopal, na pessoa do Primaz, decretou uma supervisão episcopal para as comunidades e parte do clero da DAR. O bispo Mauricio Andrade foi escolhido para ser o supervisor especial, sem prejudicar a atuação do bispo Filadelfo Oliveira, então sufragâneo da Diocese.

* Considerando as manifestações recebidas das paróquias, missões e pontos missionários, as quais manifestaram por suas lideranças leigas o apoio a seus respectivos ministros ordenados na busca da unidade da Igreja e da comunhão com a IEAB;

* Considerando as freqüentes manifestações do Bispo diocesano da DAR, Dom Robinson Cavalcanti, no sentido de intimidar clérigos e clérigas, leigos e leigas com pretensas medidas disciplinares em razão de divergências teológicas e pastorais;

* Considerando a necessidade de reafirmar a unidade da IEAB e a preservação dos laços de afeição e de respeito à diferença;

Silvio Freitas Barbosa; Valeska Gelenske Vasconcelos; Kátia Maria Cavalcanti Gonçalves; Adriana da Silva Rocha; Aline Bautista; Daniel F. Macedo; Eliane Cristina Vieira Cardoso; Rubenita Ferreira dos Santos; Maria Ana Auta; Querlânio Correia da Silva; Eduardo Firme da Silva; Bianca Daeb's; Danilson Santos; Márcia Regina Barboza Ferreira; Maria do Socorro da Silva; Mirandulina Medeiros de Souza; Graciele Medeiros; Michel Medeiros; Reisilva Medeiros; João Batista Neto; Valquíria do Amaral Ribeiro; Lucineide da Silva; Maria das Neves; Lorena do Amaral; Lauro do Amaral; Cristiane Jorge; Rosália da Silva; Ânderson Roberto; Valdecí do Amaral Ribeiro; Lucilene Leôncio; Herlon Alves Bezerra; Antônio Ivlandir Souza da Costa; Paulo Dércio Rodrigues; Anne Silva de Oliveira; Jean Pierre; Amaro Manoel da Silva; Leonardo Costa da Silva, osf; José Ribamar Exidro, osf; Gerlane Maria Nunes.

* Considerando o que estabelece o Capítulo 1, Cânon 3, dos Cânones Gerais da IEAB, em seu art. 1º e alíneas,

RESOLVEU:

1. Decretar a supervisão episcopal especial das comunidades e clérigos e clérigas da Diocese Anglicana do Recife que se sentem pastoralmente desassistidos por seu Bispo diocesano, face a divergências teológicas e pastorais.

2. Nomear o Revmo. Bispo Dom Mauricio Andrade, bispo diocesano de Brasília para desempenhar a função de supervisor episcopal especial para o clero e as comunidades em dissenso com a orientação pastoral e teológica do bispo diocesano da DAR, respondendo pela assistência espiritual e sacramental das respectivas comunidades e seus ministros e ministras.

3. A presente decisão, naturalmente supõe que o Bispo Sufragâneo, Dom Filadelfo Oliveira, de acordo com suas prerrogativas canônicas, continua seu ministério pastoral junto às comunidades da Diocese Anglicana do Recife.²⁰⁴

Diante dos fatos, nos utilizamos do termo “Grande Crise do Recife”, cunhado ao longo de nossa pesquisa, para referir-se ao processo de tensionamento e de rompimento, conduzido pelo bispo Robinson Cavalcanti, considerando as suas consequências no contexto da Igreja local e nacional.

Durante as tensões de Paulo Garcia com a IEAB, ocorreu uma “Pequena Crise do Recife”. Quando comparamos os números, as consequências geradas, na Diocese, pela saída da Catedral da Santíssima Trindade foram poucas e pontuais, quando comparadas aos desgastes que surgiram com Robinson Cavalcanti. Por isso, este último episódio pode ser chamado de “Grande Crise do Recife”, devido à sua repercussão internacional, que, inclusive, envolveu outras Igrejas, Dioceses e lideranças da Comunhão Anglicana. O próprio bispo escreveu em sua Carta Pastoral *Amor e Verdade*: “nunca na Igreja Cristã uma maioria ‘rompe’ com a minoria e deixa a instituição em suas mãos”. E foi assim que ele resolveu agir. Ao mesmo tempo em que as tensões entre os apoiadores e opositores do bispo aumentavam, um segundo episódio contribuiu para aprofundar ainda mais a crise na Diocese, jogando Robinson contra a Câmara Episcopal. Dali em diante, os eventos que se seguiram foram atravessados pela troca de insultos, ligações, reuniões extraoficiais pela madrugada, até culminar em alguns episódios marcados pela violência.

O mais grave desses episódios ficou conhecido, na Diocese Anglicana do Recife, como “Noite de São Bartolomeu”²⁰⁵. A Paróquia do Mediador – localizada em Tejiupió, bairro periférico de Jaboatão dos Guararapes –, havia se tornado um reduto

²⁰⁴ Vide Anexo K, com o texto do Decreto da Câmara Episcopal da IEAB.

²⁰⁵ Ocorrido entre 23 e 24 de agosto de 1572, na noite da Festa de São Bartolomeu, este massacre marcou a história da França, com a perseguição e assassinato de mais de três mil protestantes huguenotes, após uma campanha desencadeada pelos reis católicos do país.

para as lideranças da Diocese que foram destituídas de seus cargos, passando a frequentar as celebrações naquele templo. Na noite de 19 de setembro, os reverendos Fábio Vasconcelos e Gustavo Oliveira e o então secretário do SAET, Joelson Félix, se preparavam para iniciar a celebração.

Um pouco antes do início, Robinson chegou com um grupo de clérigos e leigos, com o intuito de conseguir arrebanhar os membros dessa comunidade, para se somarem às outras que o apoiavam. Os sermões inflamados do bispo, logo tomaram forma de uma convocatória para que os fiéis se apossassem do templo e combatessem os “hereges” e “falsos cristãos – identificando-os com o grupo ligado à Província e ao Seminário. Uma reverenda ligada ao bispo começou a “profetizar” contra os “inimigos”, deixando os presentes atônitos com a cena. Sob palavras de ordem, profecias desvairadas e troca de insultos, os membros do SAET foram expulsos para a área externa, onde as palavras logo se transformaram em ameaças, não demorando para as primeiras agressões físicas começarem entre eles. Em meio ao tumulto, sabendo que um dos partidários de Robinson estava armado, e temendo que algo pior acontecesse, após separem as brigas, as lideranças do Seminário decidiram se retirar do local e avisar outros clérigos.

Ao serem informados do episódio na Paróquia do Mediador e que a multidão leal a Robinson estaria a caminho da Catedral para tomá-la, o pânico tomou conta dos membros da comunidade, que, no momento, estava cheia de crianças. O deão, Sérgio Andrade, decidiu encerrar o culto, mandando que todas as pessoas saíssem. Todas as luzes do templo foram apagadas e as portas fechadas, para que em caso de tentativa de invasão, pensassem que não havia ninguém no local. No entanto, as ameaças não se cumpriram, talvez devido ao medo de que a situação pudesse envolver a polícia e comprometer o próprio bispo diocesano. Outros levantes semelhantes foram feitos em comunidades como Reconciliação (Caruaru), Natividade (Natal), e em algumas missões da Diocese.

Após várias convocações para se reunir com a Câmara Episcopal, Robinson Cavalcanti relutou em se retratar de suas ações intra-diocesanas e extra-provinciais. O contínuo e constante enfrentamento institucional, somado às notícias de suas ações de espólio do patrimônio no Recife, culminou com o encaminhamento da denúncia pelo Procurador Eclesiástico e a abertura de um processo canônico contra o bispo no Superior Tribunal Eclesiástico, recebida no dia 11 de outubro de 2004. Na

época, a Suprema Corte da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil era presidida pelo bispo emérito, Clovis Erly Rodrigues.

Em sua própria defesa, em obras publicadas posteriormente – como o livro *Reforçando as Trincheiras* – o bispo Robinson alegou estar sendo perseguido pela cúpula da IEAB por conta de suas posições “evangélicas e ortodoxas”. Também alegou não ter tido o devido direito de defesa, e que foi tolhido do exercício de sua autoridade sobre a Diocese. Junto com a instauração do processo canônico, um texto, intitulado *A Verdade Canônica na DAR* foi publicado pelo reverendo e advogado da Diocese, Senomar Teixeira Júnior, detalhando os acontecimentos e as medidas legais tomadas pela Câmara Episcopal.

- (i) A decisão do Bispo Primaz é amparada nos Cânones da IEAB, sendo providência de natureza cautelar e provisória, de cunho pastoral, não invadindo a autonomia administrativa da DAR, tendo legitimidade porque praticada por quem de direito na forma do Capítulo IV, Cânon 1, Art. 3º, §2º dos Cânones Gerais, ouvida inclusive a Câmara dos Bispos;
- (ii) A resistência em reconhecer e dar cumprimento à decisão da IEAB, através de seu Primaz, caracteriza-se como transgressão disciplinar dos cânones, na forma estatuída nas alíneas “f” e “i”, do Capítulo IV, Cânon 1, Art. 1º, §1º dos Cânones Gerais, sendo tanto clérigos e clérigas, como o Bispo Diocesano da DAR (artigo 2º, Cânon 1, do Capítulo IV dos Cânones Gerais) passíveis de sanção desde advertência verbal ou escrita, passando por suspensão das funções canônicas e deposição do ministério, até suspensão da Comunhão Anglicana;
- (iii) A IEAB é a 19ª Província da Comunhão Anglicana e as suas decisões têm o reconhecimento e o respaldo de Cantuária e, em consequência, das demais províncias que integram a Comunhão Anglicana;
- (iv) Está assegurado ao Bispo Diocesano da DAR o seu direito de defesa, nas instâncias adequadas da IEAB e na forma processual disposta nos Cânones Gerais da Igreja. Sendo o foro legítimo para que decline suas razões.
- (v) A supervisão episcopal dos clérigos e clérigas, suas paróquias e da Catedral da Santíssima Trindade, pelo Bispo Diocesano da DAB, Dom Maurício Andrade, assim como, pelo Bispo Sufragâneo da DAR, Dom Filadelfo Oliveira, está em plena validade e é reconhecida em toda a IEAB, no Brasil, por Cantuária e, por conseguinte, em toda a Comunhão Anglicana. Qualquer ato atentatório a essa supervisão episcopal é violação dos Cânones, da sã doutrina da Igreja e da Disciplina da IEAB.²⁰⁶

No mesmo texto, Senomar aponta outros acontecimentos que contribuíram para a crise da Diocese. Sem nomear as pessoas envolvidas ou detalhar os fatos ocorridos – dada a delicada situação e o segredo processual –, estes tinham ligação com o assédio moral e a suspensão de dois clérigos homoafetivos que, em 2003, após o Concílio de João Pessoa, se negaram a assinar a *Afirmação do Recife*.

²⁰⁶ Vide Anexo L, com o texto na íntegra.

No tocante aos fatos, além dos que já são de conhecimento público, existem questões de igual ou maior gravidade quanto ao Bispo Diocesano da DAR que, todavia, por expressa previsão nos Cânones, devem ser protegidos pelo sigilo que o processo canônico requer, sendo conferido ao denunciado amplo direito de defesa na instância adequada. Está existindo um aproveitamento do segredo processual para desviar a atenção para a questão da homossexualidade, que não é a tônica do estremecimento das relações pastorais que estão em jogo.

O advogado também expôs as reais motivações por trás dos acontecimentos: “o movimento de resistência à disciplina da IEAB é em verdade uma ação cismática disfarçada, levando os que a ela integram a serem desligados da Comunhão Anglicana como consequência inevitável”. Com o passar dos dias, o desfecho, de proporções ainda maiores e mais graves, mostrava-se inevitável, sobretudo pelo apoio que o bispo recebia de boa parte dos seus eclesianos na cidade do Recife. Em 26 de novembro de 2004 o Bispo Primaz emitiu um Decreto Episcopal suspendendo a realização do Concílio da Diocese Anglicana do Recife que estava marcado para acontecer em dezembro. Com esta decisão, buscou-se evitar – embora sem sucesso –, qualquer tomada de decisão do bispo ou de qualquer liderança diocesana que apoiava o levante.

DECRETO EPISCOPAL Nº 001/2004

O Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Dom Orlando Santos de Oliveira, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição e os Cânones Gerais da Igreja

CONSIDERANDO

- * os graves problemas vivenciados pela Diocese Anglicana do Recife relativos a questões pastorais envolvendo o Bispo Diocesano, Dom Edward Robinson de Barros Cavalcanti e parcela do seu clero e membresia leiga;
- * a necessidade de atuação pastoral, de caráter preventivo e cautelar;
- * a recusa do Bispo Diocesano, Dom Edward Robinson de Barros Cavalcanti, em acatar o Decreto de Supervisão Episcopal Especial de 16 de setembro de 2004, consubstanciada em documento de sua autoria no qual declara publicamente a ineficácia da decisão provincial;
- * a concordância formal do Bispo Diocesano da Diocese Anglicana do Recife quanto à proposta de reunião de conciliação, aprazada para o dia 17 de dezembro de 2004, com vistas ao melhor delineamento dos cenários possíveis para o futuro, ao nível pastoral e institucional,
- * parecer da Comissão de Constituição e Cânones da Igreja reconhecendo o poder e a competência do Bispo Primaz para a expedição do presente Decreto Episcopal.

RESOLVE

1. Determinar a suspensão da realização do Concílio Diocesano da Diocese Anglicana do Recife, convocado para os dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2004, enquanto perdurarem os conflitos pastorais ensejadores da medida especial de Supervisão Episcopal.

2. Declarar como ato de insubordinação e indisciplina de natureza gravíssima a não observância da presente determinação;
3. Reputar nulos e sem nenhum efeito, perante a IEAB, quaisquer atos contrários ao presente decreto episcopal.²⁰⁷

Como resultado do Concílio irregular, convocado por Robinson, em carta publicada em 25 de janeiro de 2005, o bispo declarou a suspensão do relacionamento da Diocese Anglicana do Recife com a IEAB, sob o argumento de que a Diocese era uma unidade autônoma dentro da Comunhão Anglicana, não possuindo mais vínculos com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. O bispo solicitou a supervisão primacial de outra Província e deslocou a Catedral da Santíssima Trindade para o Bom Samaritano, a fim de reagrupar os clérigos.

Buscando manter a frágil unidade diocesana e evitar novos atos de sedição, foi emitida a Resolução 001/2005, em 18 de fevereiro de 2005²⁰⁸, suspendendo o bispo diocesano em caráter preventivo. Ato contínuo, a Resolução 002/2005, de 22 de fevereiro²⁰⁹, nomeou o bispo Filadelfo Oliveira como Autoridade Eclesiástica da Diocese Anglicana do Recife. No mês seguinte, o bispo Maurício Andrade, foi instituído como “bispo interventor” e foram agendadas visitas pastorais com os bispos Filadelfo e Sebastião Gameleira, na tentativa de uma reconciliação.

Para garantir o apoio das comunidades e de suas lideranças, Robinson convocou um Concílio Extraordinário para acontecer em 26 de fevereiro de 2005. Na véspera, o bispo Filadelfo declarou nulas todas as decisões e ações que fossem tomadas naquele conclave, por meio da Resolução Diocesana 001/2005²¹⁰. Porém, o bispo suspenso seguiu ignorando as resoluções. Buscando ser juridicamente amparado e reconhecido como titular da Diocese, ele entrou com uma ação na Justiça Civil contra a IEAB; porém, ela foi julgada improcedente, na primeira e na segunda instâncias, como consta na sentença prolatada em 15 de abril de 2005.

Como consequência do contínuo enfrentamento às decisões da Câmara Episcopal, em 10 de junho de 2005, Edward Robinson de Barros Cavalcanti foi deposto de todos os seus cargos na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, anulando-se, canonicamente, qualquer ato que ele praticasse a partir de então, representando a Província em qualquer instância local ou mundial. Assim, ao deixar a comunhão

²⁰⁷ Vide Anexo M, com o texto do Decreto Episcopal Nº 001/2004.

²⁰⁸ Vide Anexo N, com o texto da Resolução 001/2005.

²⁰⁹ Vide Anexo O, com o texto da Resolução 002/2005.

²¹⁰ Vide Anexo P, com o texto da Resolução Diocesana 001/2005.

com a IEAB, Robinson também acabava rompendo os “laços históricos e de afeição” com a Comunhão Anglicana.

DO EXPOSTO

Tendo em vista os fatos articulados acima, e que o Tribunal Superior Eclesiástico, por unanimidade de seus membros, reconhece a culpabilidade do Bispo Dom Edward Robinson de Barros Cavalcanti, o Bispo Primaz decreta, na forma do Capítulo IV, Cânon 4, Artigo 1º, alínea D, dos Cânones Gerais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a sua deposição do exercício do ministério ordenado desta Igreja. Em decorrência do que cessam todos os seus vínculos canônicos, sacramentais, pastorais e litúrgicos, bem assim com seus direitos, prerrogativas e deveres do ministério ordenado da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Dado e passado sob nosso selo e assinatura, na cidade de Porto Alegre, no dia 10 de junho de 2005, Anno Domini.

D. Orlando Santos de Oliveira

Bispo Primaz²¹¹

Após ser julgado, condenado e suspenso de suas ordens ministeriais “por grave ofensa à disciplina e aos Cânones da Província”, Robinson organizou um manifesto de apoio à sua liderança, assinado por grande quantidade de pessoas do clero e do laicato, e suas respectivas comunidades, no qual reafirmavam a sua plena comunhão com o bispo deposto.

35 paróquias, missões e pontos missionários e 32 clérigos, representando 90% dos membros, rejeitaram as ações ilegais, ilegítimas e imorais da liderança liberal da província e emitiram a *Carta de Setúbal*, na qual reafirmavam sua lealdade ao “legítimo bispo diocesano” (CAVALCANTI, 2009, p. 42).

A *Carta de Setúbal* – assinada na paróquia de bairro do Recife com o mesmo nome – foi um sinal visível de que a unidade diocesana havia sido rompida. Como consequência, todos estes clérigos e clérigas foram desligados da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e destituídos das suas Sagradas Ordens, por meio do Decreto Diocesano nº 01 de 2005. Na Carta de Exposição de Motivos aos Bispos da IEAB, anexada ao decreto, foram apresentadas as razões do abandono da comunhão com a Província, como explicitam os Cânones Gerais e os Cânones Diocesanos:

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Já há algum tempo, os clérigos da Diocese Anglicana do Recife, conforme nomeados no anexo I, vêm afirmando, reiteradas manifestações de

²¹¹ Vide Anexo Q, com o texto do Processo Canônico nº 001/2005.

desacato, desobediência e, como eles mesmos afirmam suspensão de relacionamento com o estamento de poder que dirige a IEAB.

Em 4 de julho do ano em curso, este expositor de motivos, no uso da sua autoridade eclesiástica, convocou por carta (anexo II), os clérigos citados no anexo 1, para prestarem esclarecimentos quanto ao vínculo deles com a IEAB, em razão de tais manifestações.

Os clérigos não atenderam à convocação e declararam, via carta (anexo III), resposta que: continuamos a honrar os nossos votos de ordenação, mantendo plena comunhão com o bispo diocesano Revmo. Dom Edward Robinson Cavalcanti...

A declaração de plena Comunhão com o bispo destituído de suas ordens e, por via de consequência, do cargo de Bispo Diocesano, constitui, clara e insofismavelmente, uma declaração firmada de abandono da doutrina, culto e disciplina da IEAB, estabelecido no artigo 1º, do Cânon 5, do Capítulo IV, dos Cânones Gerais da IEAB.

A vista do exposto, esgotadas as tentativas de diálogo e de demover ditos clérigos de suas manifestações intransigentes e rebeldes, o expositor decidiu adotar as seguintes providências canônicas de sua competência, conforme DECRETO DIOCESANO em anexo.²¹²

Após deixar a comunhão com a IEAB, Robinson pediu uma supervisão primacial, com jurisdição, ao Arcebispo de Cantuária e ao Painel de Referência da Comunhão Anglicana, criado para este fim. Entretanto, o arcebispo Rowan Williams não atendeu à solicitação. Todavia, em 23 de setembro de 2005, a Igreja Anglicana do Cone Sul, por meio do seu Primaz, o bispo Gregory Venables, aceitou o pedido, criando uma estrutura canônica para acolher os clérigos excomungados, passando a exercer jurisdição extra-provincial dentro de seu ministério. Ao nos debruçarmos sobre os acontecimentos, sob a perspectiva de Robinson, temos o seguinte relato:

A posição firme do Bispo, do Clero e do Povo desta Diocese em defesa da fé bíblica e apostólica e contra o revisionismo, custou todo tipo de pressão e cooptação, terminando pela deposição do Bispo em um processo politicamente motivado e espúrio, a excomunhão de 32 clérigos e a exclusão da maioria das comunidades, não convidadas para o irregular pretense Concílio de nº 24. Desde setembro de 2005, reconhecidas nossas Ordens e Ministérios, estamos sob a Autoridade Primacial da Igreja Anglicana do Cone Sul da América, na pessoa do Revmo. Gregory J. Venables (CAVALCANTI, 2009, p. 121).

Independente da versão dos fatos, a situação, anômala e inédita na história do Anglicanismo, foi uma surpresa para todos. Agora existiam duas dioceses dentro de um mesmo território, uma ligada à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e outra ligada à Igreja Anglicana do Cone Sul. Tal situação contrariava o princípio da não intervenção de um bispo sobre outra diocese, repetindo na IEAB, os mesmos problemas que ocorreram na Diocese de Ohio. Diante da nova conjuntura do Recife,

²¹² Vide Anexo R, para a lista completa dos membros do clero que foram desligados da IEAB.

o Bispo Primaz, Orlando, publicou uma declaração, repudiando o que considerou ser uma interferência do bispo Venables na jurisdição da Província Brasileira.

Não estamos desrespeitando os Primazes, o Arcebispo de Cantuária ou o Painele de Referência, como V. Revma afirma, indevidamente, pois, para exercermos a disciplina legítima e contida em nossos cânones, não necessitamos de instâncias externas. O que parte da Comunhão Anglicana não entende, ou intencionalmente não quer entender, é que os fatos no Brasil são matéria de tratamento disciplinar canônico, de alguém que desrespeitou as leis eclesásticas, pelas quais as pessoas legalmente constituídas zelam pelas mesmas e pela comunhão e unidade da Província brasileira. O bispo deposto, Robinson Cavalcanti, foi afastado do ministério ordenado da Igreja, não por um ato sumário do Primaz, mas após um longo processo canônico e trabalho de uma Comissão de Investigação dos fatos; foi condenado pelo Tribunal Superior Eclesiástico, constituído por três (3) bispos canonicamente eleitos pelo Sínodo provincial e referendado unanimemente pela Câmara dos Bispos. Em nenhum momento do processo, o acusado, usando do direito de defesa, contestou o conteúdo das denúncias a ele imputadas, mas, sim, ateve-se a discorrer, segundo ele, sobre problemas formais do processo. Nós seguimos a tradição anglicana, que intencionalmente parece não interessar a muitos hoje, reconhecendo o direito de cada província agir conforme os seus Cânones para exercer a disciplina, sem que tal decisão afete a vida e as decisões das outras Províncias. A Vossa ação, sim, foi a de interferência na jurisdição da Província brasileira, sem qualquer contato prévio com o seu Primaz, conforme promessa feita pessoalmente a mim inúmeras vezes. Lamentamos e refutamos esta ação de vossa parte.²¹³

Em 14 de novembro de 2005, foi enviada uma carta aberta da Câmara Episcopal da IEAB ao Arcebispo de Cantuária, assinada pelo Primaz e por todos os bispos diocesanos e aposentados, explicando o caso de Robinson Cavalcanti, destacando que “é a primeira vez na história da IEAB que isso acontece”. Esta carta também serviu como um protesto ao 3º Encontro de Igrejas do Sul-Global (*South to South Encounter*), que ocorreu no Egito, no mês anterior. O Arcebispo Peter Akinola, da Igreja Anglicana da Nigéria, enviou correspondência a uma série de lideranças, excluindo a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil do evento; convidou, todavia, representantes do Brasil: o bispo Robinson e o reverendo Miguel Uchôa.

Com a ruptura definitiva, inaugurou-se um período marcado por intenso desgaste institucional. Em nível local, Robinson utilizou-se da imprensa secular e de jornais do Recife para publicar inúmeros artigos e notas atacando “a outra Diocese”. Na imprensa religiosa, o bispo passou a publicar com frequência na Revista Ultimato, que circulava em todo o país entre membros de várias Igrejas Evangélicas,

²¹³ Vide Anexo S, com a Declaração do Primaz da IEAB ao Primaz da Província do Cone Sul.

do Catolicismo Romano e também do Espiritismo, dando a sua versão dos fatos e do processo que culminou com a fragmentação do Anglicanismo no Nordeste.

No campo da política institucional na América Latina, Robinson passou a frequentar ainda mais as reuniões da Igreja Anglicana do Cone Sul, dada a sua proximidade com o bispo argentino Gregory Venables. Em nível internacional, Cavalcanti tinha o apoio do reverendo Chris Sugden, que era um dos articuladores do grupo das Igrejas que, posteriormente, organizariam a GAFCON. Sugden regularmente publicava, e enviava para a Comunhão Anglicana e ao próprio Arcebispo de Cantuária, relatórios sobre o que estava acontecendo no Recife, a partir da versão da história que defendia a existência do grupo ligado à Robinson.

Do outro lado, em decorrência da proximidade com outras lideranças da Comunhão Anglicana, o professor Joanildo Burity e o reverendo Gustavo Oliveira respondiam, institucionalmente, em nome da Diocese Anglicana do Recife. No mesmo período, vários teólogos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil publicaram textos sobre a situação no Recife, a exemplo de *Simulações e Simulacros em Recife*, do reverendo Jaci Maraschin, e *Solidariedade: a nossa defesa*, do então bispo diocesano de Pelotas, Sebastião Gameleira. Ambos foram traduzidos para o inglês e enviados para outras Províncias da Comunhão, com o objetivo de explicar os acontecimentos.

Analisando a situação, percebemos que dois problemas afetaram a Diocese Anglicana do Recife. Primeiro, havia uma falta de articulação própria entre suas lideranças, que não possuíam contato ou acesso às instâncias oficiais da Comunhão Anglicana, ao passo que, Robinson e os reverendos Miguel Uchôa, Ian e Simea Meldrum, não só tinham contato direto com o escritório do Arcebispo de Cantuária, como também dominavam a língua inglesa, facilitando essa articulação. Assim, o bispo tinha esta rede a seu favor, reforçando suas trincheiras retóricas.

O segundo problema que aqui pontuamos, foi a falta de uma posição oficial da própria Diocese Anglicana do Recife, por parte das lideranças ligadas ao SAET, que nem assumiam uma postura clara em defesa das pautas pró-inclusividade, nem se colocavam ao lado dos que a rejeitavam. Uma das razões era que, tais pessoas constituíam um grupo dividido teologicamente com amplas opiniões sobre o tema, mas fiel à Igreja Nacional. Com isso, perderam um possível apoio da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e a Diocese ficou isolada das demais Províncias,

acabando por lidar sozinha com seus problemas. Sobre a questão do espólio do patrimônio pelo grupo cismático, algumas lideranças da IEAB se posicionaram sobre o tema, a exemplo do reverendo Sérgio Andrade, deão da Catedral da Santíssima Trindade, o qual relatou a difícil situação do processo de reintegração de posse.

Olha, na verdade acontece que em 2002 houve o cisma com Paulo Garcia e depois em 2004 com Robinson. E, Robinson, na verdade, ele promove um cisma, mas já fora da igreja, porque ele foi exonerado da sua função episcopal. Mas, ele toma posse dessa função e rompe com a igreja, permanecendo com as propriedades. Hoje, ele é Bispo de uma diocese ligada à Província do Cone Sul, ligada à Argentina e outros países. Ele tem muitos dos reverendos que eram da nossa diocese, tem a posse. [Mas ele se utiliza do nome “Anglicana”?] Diocese do Recife, ele chama Diocese do Recife, mas nas falas e em outros movimentos aparece “Diocese Anglicana do Recife”. Agora, a DAR (Diocese Anglicana do Recife) da IEAB (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil) é a nossa. Então, estamos aí num processo, evidentemente doloroso, constrangedor de reintegração de posse. Eu acho que com grande possibilidade de nós ganharmos; não, não da Carneiro Vilela, dos outros templos nós temos, não é? Em Olinda, nós temos em Boa Viagem, em Tejipió. Paulo Garcia ficou com o templo da Catedral e Robinson ficou com os demais. [E em relação ao Prédio da Carneiro Vilela?]. Paulo assumiu a posse e nós não fizemos nenhum tipo de intervenção. Deixamos, acreditamos que Deus vai solucionar de uma outra maneira. Como, eu ainda não sei (QUEIROZ, 2017, 164-165).

Aprofundando as perguntas da entrevista destacada nos colchetes, vale salientar que Robinson ficou utilizando o registro do CNPJ da Diocese, uma vez que o escritório diocesano e a sede da instituição ficavam no templo do Bom Samaritano. Dessa forma, controlando as informações que saiam e as correspondências que chegavam dos correios, o bispo detinha o controle administrativo sobre todos os templos e propriedades que estavam sob seu poder.

A Diocese paralela continuou a utilizar o título de “Anglicana” e “do Recife”, o que gerou um conflito de identidade na região, visto que já existia uma instituição com o mesmo nome. Assim, teve início uma nova batalha, não apenas pela posse dos templos, mas, também, pelo direito de uso legal do nome, da imagem e do selo da Diocese Anglicana do Recife, que foi alterado por Robinson, como foi destacado no ponto 3 do Processo Canônico 001/2005. Semelhante ao que aconteceu após o rompimento de Paulo Garcia, inúmeras paróquias trocaram suas placas “episcopais anglicanas” pela nova filiação à “Diocese do Recife”; mantinham, porém, a referência à Comunhão Anglicana. Como exemplo, temos a Paróquia Anglicana Jardim das Oliveiras, no bairro de Setúbal, no Recife, que por muito tempo exibiu em sua placa

o título “Diocese do Recife – Comunhão Anglicana”²¹⁴. Outro exemplo são duas publicações da época, a edição do *Livro de Oração Comum Brasileiro*²¹⁵ e o folheto *A Diocese Anglicana do Recife e a sua Doutrina*.

O folheto, datado de 28 de setembro de 2005, foi publicado logo após o reconhecimento das ordens ministeriais pelo Primaz da Igreja do Cone Sul. Em seu conteúdo, resumia as Doutrinas e seus Cânones, como o próprio bispo coloca no prefácio “especialmente nesses tempos pós-modernos de negação da verdade”. Em sua capa, exibia o mesmo design do selo da DAR e as seguintes inscrições: “1976 - Diocese Anglicana do Recife” e, ao lado, em letras maiores “Comunhão Anglicana”, com o título da obra logo abaixo, sem fazer referência à IEAB como consta no original. Em nota de rodapé, Robinson ainda se colocava como bispo da Diocese Anglicana do Recife, agradecendo o acolhimento feito pela Província Sul-Americana.

Em virtude das sérias divergências doutrinárias com a IEAB, a Diocese Anglicana do Recife, através do seu Bispo e Clero, pediu uma supervisão primacial com jurisdição ao Arcebispo de Cantuária e ao Painel de Referência, criado para este fim. A Igreja Anglicana do Cone Sul, pelo seu Primaz Revmo. Bispo Gregório J. Venables, com o apoio de outros Primazes da Comunhão Anglicana, reconheceu as ordens do bispo e do clero e recebeu-nos com o status de reconhecimento extra-provincial sob seu ministério (CAVALCANTI, 2005, p. 5).

Já o Livro de Oração Comum Brasileiro foi publicado em 2008, após Robinson utilizar temporariamente outro LOC²¹⁶. Elaborado após o rompimento com a IEAB, este LOC tupiniquim, era, uma compilação das liturgias do Livro de Ritos Ocasionalmente, organizado pelo reverendo Jorge Aquino, para ser utilizado na Diocese Anglicana do Recife. Este foi o mesmo livro que desencadeou a Pequena Crise, promovida por Paulo Garcia, devido a Bênção dos Animais e o Rito de Divórcio.

O LOC Brasileiro continha na sua capa o mesmo selo da Diocese Anglicana do Recife, mas com as seguintes alterações, que podem ser encontradas em pesquisa na Internet e comparadas com o selo da respectiva Diocese da IEAB. Nas laterais lia-se, então, a seguinte inscrição: “1976 - Diocese do Recife” e no outro lado “Igreja Anglicana do Cone Sul da América”, e abaixo do selo a expressão “Diocese do Recife – Comunhão Anglicana”, reiterando seu pretenso vínculo institucional.

²¹⁴ Vide Imagem 28, com as alterações no selo da Diocese Anglicana do Recife.

²¹⁵ O nome completo é: *Livro de Oração Comum Brasileiro Conforme adotado pela Diocese do Recife - Comunhão Anglicana Sob Autoridade Primacial da Igreja Anglicana do Cone Sul da América*.

²¹⁶ Segundo o Processo 001/2005, pouco antes de romper com a IEAB, Robinson passou a usar, na Diocese Anglicana do Recife, o LOC da Igreja Episcopal Reformada, substituindo a Liturgia da Igreja.

Este uso indevido da imagem, tanto do selo da DAR quanto do vínculo como Diocese da Comunhão Anglicana, gerou um processo judicial que culminou na proibição do uso da expressão *Diocese Anglicana do Recife*, e dos seus símbolos, pelo grupo ligado a Robinson. Posteriormente, a instituição religiosa foi reorganizada juridicamente, e passou a ser nomeada *Igreja Anglicana – Diocese do Recife*.

Sobre sua política institucional, percebemos que após a Grande Crise, Robinson buscou a todo custo o reconhecimento por parte do Arcebispo de Cantuária e de outras lideranças religiosas da Comunhão Anglicana, o que garantiria a legitimidade do grupo como bispo diocesano e liderança legítima do Anglicanismo no Nordeste. Essas ações do ex-diocesano, ora legais, ora claramente eivadas de má-fé, não alcançaram os objetivos esperados, uma vez que a Diocese Anglicana do Recife continuou a existir juridicamente, com registro em cartório sob o nome de “Associação Anglicana do Nordeste” – devido à perda do antigo CNPJ –, permanecendo vinculada à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Em 2008, o bispo Robinson participou, na cidade de Jerusalém, da Conferência Global sobre o Futuro do Anglicanismo (GAFCON). A Diocese do Recife tornou-se uma diocese extra-provincial da GAFCON, filiando-se, posteriormente, à Fraternidade de Confessantes Anglicanos, criada após aquele evento. Para divulgar e consolidar as suas ideias na Diocese, ele fundou o Seminário Anglicano Teológico nas cidades do Recife e João Pessoa e os Institutos Anglicanos de Teologia, em Olinda, Casa Amarela e Gravatá. Robinson também publicou duas obras que explicitavam o seu pensamento sobre a Igreja: *Reforçando as trincheiras – Análise da problemática do homossexualismo à luz do cristianismo histórico* (2007), no qual apresenta a sua versão da história da Grande Crise do Recife, e *Anglicanismo: Identidade, Relevância e Desafios* (2009), que serviu como fonte para o curso de formação do clero. Esse livro traz as suas cosmovisão e análise crítica acerca da fé anglicana. Para ajudar na condução da Diocese, em 04 de junho de 2011, o Concílio elegeu os reverendos Flávio Adair e Evilásio Tenório como bispos sufragâneos.

Em seus atos, Robinson Cavalcanti foi além do *modus operandi* de Paulo Garcia. Diferente do primeiro processo de tensão, nesse segundo percebemos que o bispo utilizou-se de uma “Retórica Fundamentalista” para conquistar o apoio dos conservadores de sua Diocese, rapidamente superando a primeira crise e virando o jogo a seu favor. Não pretendemos nos aprofundar no debate sobre o conceito de

“fundamentalismo”, mas alguns pensadores definem a postura fundamentalista a partir de diferentes visões. Para Pedro Oro (1996, p. 121):

O fundamentalismo: (a) origina-se da vontade de defender a Bíblia contra os ataques do mundo moderno, como a descrença, a irreligião, imoralidade, secularização, e, sobretudo, contra os inimigos de dentro, que diminuem o caráter divino da Bíblia; (b) distingue-se por uma estrita identificação da palavra de Deus à letra mesma da Escritura e (c) singulariza-se por uma hostilidade em relação às concepções que enfatizam os autores e meios humanos da produção dos textos sagrados.

Traduzindo-se no aspecto institucional, o Fundamentalismo acaba se transformando em uma “gestão autoritária do sagrado” (LUSTOSA, 1994). Para Rubem Alves (1979, p. 91), a aderência ao fundamentalismo acaba produzindo comportamentos, no fiel ou na liderança religiosa, que beiram ao autoritarismo ou imposição da sua vontade:

O autoritarismo é resultado de uma obsessão emocional que exige que os riscos sejam transformados em conhecimento absoluto. No risco, a realidade permanece além do nosso controle. No conhecimento absoluto, afirmamos que conseguimos dominar intelectualmente o real.

Quando aplicadas ao “Caso Robinson”, todas essas características do fundamentalismo convergem para compreendermos melhor os discursos veiculados em suas obras e em suas ações na gestão da Diocese Anglicana do Recife.

Uma das características do fundamentalismo é a legitimação do líder pelas verdades do passado. Nesse caso, o líder impõe sua autoridade sobre os fiéis de modo inquestionável, lançando mão de idéias ou conceitos tidos como “verdades” no passado e estabelecendo-as como imutáveis. Abre-se aqui outra discussão: o próprio conceito de verdade, como algo absoluto que existe em alguma esfera transcendente e à qual temos acesso (trata-se da antiga discussão entre realismo e nominalismo). Os textos de Dom Robinson pressupõem o conceito idealista, essencialista e abstrato de “verdade” como algo que se possui e que está definido em alguma idéia. Vale lembrar que até pouco tempo, boa parte dos teólogos cristãos acreditava piamente na “verdade” de que os negros são seres inferiores, destinados “naturalmente” a serem dominados, subjugados e escravizados pelos brancos. Alguns homens ainda pensam assim em relação às mulheres. Esse apelo a uma “verdade” encontrada no passado é típico dos movimentos fundamentalistas (CALVANI, 2003, p. 226-227).

Assim, no discurso articulado em seus textos, Robinson claramente elegeu como seus adversários – ou até mesmo “traidores da causa anglicana” –, o dito “núcleo LGBT+” da Diocese Anglicana do Recife, composto pelas lideranças do

SAET e, em um segundo momento, a própria Câmara Episcopal, vendo em seu processo canônico e na sua posterior “excomunhão” na IEAB, um ato de motivação política, conduzido pelos assim adjetivados “liberais” (CAVALCANTI, 2007, p. 41).

O caráter teológico fundamental dos modernos fundamentalistas – sem esquecer que também há outros – é o oposicionismo. Em todo e qualquer contexto, o fundamentalismo começa a tomar forma quando os membros de movimentos já conservadores ou tradicionais se sentem ameaçados. Alguma coisa ou alguém, seja a modernidade ou o modernismo, a secularização ou o Ocidente, o infiel ou o Grande Satã, ataca a sua cultura, seu grupo, a eles mesmo. O adversário de fora ou o transigente ou traidor de dentro é percebido por eles como um adversário. E eles passaram a contra-atacar (MARTY, 1992, p. 333).

Sobre as posições teológicas do bispo, estas eram claras quando se tratava da sua visão de Igreja: uma teologia evangelical e eclesiologia reformada, com uma liturgia pautada exclusivamente no Livro de Oração Comum, junto a uma apologética enraizada na defesa das crenças consideradas inegociáveis, quando se tratava dos dogmas centrais da fé cristã, como explicitado na obra *A Diocese Anglicana do Recife e a sua Doutrina*. Entretanto, do ponto de vista da moral cristã tradicional, suas posições eram contraditórias e até mesmo controversas entre os evangélicos.

De um lado, Robinson Cavalcanti condenava veementemente o casamento entre casais do mesmo sexo, pois considerava a relação homoafetiva e suas práticas contrárias aos ensinamentos bíblicos e incompatíveis com o Cristianismo. Por outro lado, defendia abertamente a poligamia, inclusive quando praticada entre membros do clero – visto que, em algumas Províncias da Comunhão Anglicana, a exemplo da África, muitos bispos vivem em relações poligâmicas, sendo padrões aceitos na cultura local, uma vez que tais práticas são parte dos arranjos sociais.

Muitos defensores da “ortodoxia evangélica” viam diversos problemas na teologia pregada por Robinson Cavalcanti, sendo ele uma liderança considerada, muitas vezes, em alguns meios cristãos, como “herética”, apesar de ter militado e defendido posições tradicionais e conservadoras em alguns temas da Moral cristã, como a questão da homossexualidade. O problema estava na complexidade de suas posições. Inicialmente Robinson defendia a união civil entre pessoas do mesmo sexo, chegando a defender o tema em público como um direito de base constitucional. Por outro lado, não aceitava o casamento religioso, posicionando-se, em seus discursos e textos, contrário não apenas às uniões, mas também às

ordenações de clérigos gays. Em sua cosmovisão cristã, sempre sustentou que a homoafetividade e suas práticas eram contrárias às crenças, doutrina, e modo de vida propostos pelas Escrituras. Assim, percebemos que Robinson fazia uma separação radical do que era considerado “sagrado” e “profano”, constituindo-se como duas situações existenciais apresentadas pelo bispo.

Pode-se medir o precipício que separa as duas modalidades de experiência – sagrada e profana – lendo-se as descrições concernentes ao espaço sagrado e à construção ritual da morada humana, ou às diversas experiências religiosas no Tempo, ou às relações do homem religioso com a Natureza e o mundo dos utensílios, ou à consagração da própria vida humana, à sacralidade que podem ser carregadas suas funções vitais (alimentação, sexualidade, trabalho etc.) (ELIADE, 2013, p. 19-20).

Em sua obra *Libertação e Sexualidade*, o bispo aborda as várias expressões da sexualidade humana, inclusive as diferentes formas de casamento, nas sociedades, tanto no Oriente quanto no Ocidente, analisando-as à luz da Teologia, da História, da Sociologia e de outras áreas do conhecimento. Acerca da poligamia, ela era fundamentada teologicamente (citando Abraão, Davi e Salomão) e tratada em termos pastorais, nos capítulos 4 e 5, buscando compreender os casos em que ela se manifestava dentro das Igrejas, e como as lideranças religiosas poderiam lidar com esta situação; chega a citar o bispo anglicano Senyonjo, e defende que “a poligamia é uma forma válida no contexto africano”. Ainda afirma que a poligamia pode ser mais cristã que o divórcio (1990, p. 92).

Sobre o modelo da monogamia, Robinson defende a existência de uma gama de possibilidades que não se esgotam dentro de uma sociedade pós-conjugal, como a que vivemos atualmente; defende que existem “outras opções válidas”, como o celibato, e a “poligamia simultânea”, que ele não entende ser pecado. Em nenhum momento o bispo elucida os critérios de aceitação de uma forma de relação poliafetiva e a rejeição da forma homoafetiva.

A impossibilidade histórico-sociológica de se assegurar o direito e a possibilidade de uniões monogâmicas para todos, e/ou a necessidade de se preservar valores maiores, tem levado as pessoas à prática de dois outros estados de vida sexual-afetivo não monogâmicos, em diversidade de manifestações: o celibato e a poligamia (CAVALCANTI, 1990, p. 79).

Após sua análise no capítulo 4, intitulado “Poligamia como Alternativa Histórica”, Robinson levanta algumas teses defendendo que a “Poligamia

Simultânea não é Adulterio" – contrastando-a com a Poligamia Sucessiva –, e indaga se esta forma de relacionamento sexual-afetivo não seria uma "opção atual no Ocidente?".

O que caberia às lideranças cristãs esclarecidas, maduras e não-preconceituosas, seria uma tarefa pastoral de apoio aos que a vivenciam. Apoio humano e teológico, que os faça ver que não são anormais, que não são os únicos, que não estão sozinhos, que não devem ser discriminados, nem são pecadores, encarando de outro modo a sua situação, livres dos fardos culturais indevidos, para melhor perceberem o amor de Cristo, melhor poderem servir o Deus de Abraão e de Davi. Por outro lado, não se pode, realisticamente, antever num futuro próximo outro caminho para os minoritários e ocasionais cristãos polígamos ocidentais do que um certo tipo de "clandestinidade". O clandestino sempre existiu e é uma força social considerável, desde as organizações políticas revolucionárias às micro-empresas de "fundo de quintal". A clandestinidade tem sido o caminho – e o risco – de revolucionários de todos os gêneros e todas as épocas. Não se pode exigir "transparência" de dissidentes de sistemas intolerantes e repressores. [...] O controvertido bispo episcopal norte-americano John Shelby Spong, de Newark, New Jersey, diz que começou a repensar a moralidade sexual quando um paroquiano, que não desejava se divorciar de sua esposa paralisada, decidiu viver maritalmente com uma viúva, com o consentimento da primeira e o compromisso de apoio da segunda. "Pela primeira vez eu me confrontei com o fato de que pode ser mais amoroso e doador de vida um relacionamento fora do matrimônio do que ser moralista. Pareceu-me que ninguém se sentia ferido". O que o bispo fazia, ao apoiar aquela família, era restaurar uma prática que fora vigente por oito séculos no cristianismo: a instrução de Gregório II. O que parecia tão inusitado tinha raízes históricas profundas na ética cristã. Do antigo se recriam soluções para os novos desafios, e o vínculo do amor "excede todo o entendimento" (CAVALCANTI, 1990, p. 114-115).

A militância de Robinson no campo dos estudos da sexualidade humana era bastante divergente em seus argumentos. Em um artigo intitulado "Sexualidade – o prazer que liberta", publicado na 2ª edição da "Revista Inclusividade", ele afirma que a defesa dos direitos humanos inclui, necessariamente, o direito à realização da própria sexualidade: "existindo a Lei e os costumes em razão da pessoa humana e não das instituições, devem estas – sociais, estatais ou eclesiais – concorrer para a realização e não para a sua privação, no contexto de cada conjuntura" (*In: REVISTA INCLUSIVIDADE*, jun. 2002, p. 7).

Embora a sua posição quanto à questão homossexual, a partir de "amplo consenso histórico da Igreja", já fosse conhecida e consolidada no meio cristão, ao mesmo tempo Robinson reconhecia a ineficácia da polêmica "cura gay" e que "as possibilidades de reversão às orientações heteroeróticas, por terapia ou milagre, são ainda alvo de controvérsias". Por outro lado, em outros textos, fazia uma distinção

entre o adultério nos contextos das relações monogâmicas e das poligâmicas, afirmando que “a poligamia entre os da família da fé seria dentre essas imperfeições (padrões possíveis aquém do ideal) a alternativa menos danosa, e que merece despreconceituosa reelaboração nos planos teológico e pastoral”.

O que torna o discurso e a prática de Robinson Cavalcanti contraditórios, é que ele, em seu ministério e na condição de autoridade eclesiástica esclarecida, em teoria, defendia um tratamento e comportamento “maduros” e “não-preconceituosos” por parte das lideranças religiosas, pautado no “apoio humano e teológico” aos fiéis que viviam em situações heterodoxas acerca da moral cristã. Porém, quando a questão versava sobre os homossexuais na Igreja, suas ações eram opostas. Na prática, as crescentes tensões dentro da Diocese levaram o bispo a tratar de modo distinto algumas pessoas que estavam sob seu pastoreio, sobretudo, clérigos homossexuais, o que ia de encontro ao seu discurso de “que não são anormais, que não são os únicos, que não estão sozinhos, que não devem ser discriminados, nem são pecadores”; tudo isso, evidenciava ser a retórica de Robinson bastante contraditória.

Dentro da escalada de tensões – desde as primeiras Cartas Pastorais, passando pelos enfrentamentos das decisões da Câmara Episcopal, até episódios que extrapolaram os limites do rompimento do bispo com a Província, como a “Noite de São Bartolomeu” –, a sequência de fatos apenas evidenciou o poder de persuasão e o carisma que o bispo exercia sobre o seu público. Aqui retomamos a abordagem weberiana apresentada no tópico sobre a Pequena Crise do Recife. Indo além da dominação carismática, exercida por Paulo Garcia, Robinson Cavalcanti obteve, também, uma dominação burocrática durante a Grande Crise, através do uso da máquina diocesana e da aderência de seus partidários à causa. Assim, ele garantiu a condução do seu episcopado e da sua gestão nos anos seguintes, dispondo do patrimônio da Igreja, mesmo que de modo ilegal.

Esse domínio, de caráter emocional, se encontrava no discurso proferido durante o episódio na Paróquia do Mediador e em outros semelhantes, em que Robinson se colocou no lugar de uma liderança do movimento, sendo correspondido em sua “Retórica Fundamentalista” pela maior parte do clero e do laicato. Assim sendo, nos eventos cruciais para o golpe institucional e patrimonial da Diocese, o bispo manteve ao seu lado o grande público sob sua autoridade, através da

formação de uma estrutura emocional subjetiva que garantiu a concretização da empreitada, ignorando as consequências. Aqui não temos a figura do líder que se sustenta por si mesmo, mas a construção de relações e interações criadas. Assim, o grau de comprometimento, e não o número dos seguidores de Robinson, determinou o sucesso para a criação do novo grupo denominado *Diocese do Recife*.

Isso fez com que os enfrentamentos atingissem graus cada vez maiores – do retórico aos protestos –, culminando nos episódios de violência testemunhados na “Noite de São Bartolomeu” e na ocupação de paróquias estratégicas, com a consequente expulsão dos membros da IEAB daqueles espaços. Dessa forma, Robinson foi capaz de conquistar estes espaços, a partir da aceitação por parte dos seus partidários, de que se encontravam em uma “Guerra Santa” e, por causa da sua fé, deviam combater o grupo “inimigo”.

Aplica-se a toda dominação carismática genuína a frase: “está escrito – mas em verdade vos digo”. O profeta genuíno, bem como o príncipe guerreiro e todo líder genuíno em geral, anuncia, cria, exige mandamentos novos – no sentido originário do carisma: em virtude de revelação, do oráculo, da inspiração, ou então de sua vontade criadora concreta, reconhecida, devido a sua origem, pela comunidade religiosa, guerreira, de partido ou outra qualquer. O reconhecimento é um dever (WEBER, 2012, p. 160).

Uma vez que o *carisma* da liderança é um bem transitório, se necessita de constante renovação por parte da comunidade, o que levou Robinson a continuar publicando seus escritos, tanto em nível local – para garantir a legitimação de suas ações diante do seu grupo –, quanto em nível internacional – criando a retórica da superação de uma crise –, através da defesa da “ortodoxia” e dos “valores evangélicos” junto à comunidade anglicana internacional e à comunidade cristã brasileira. Com isso, ele seria capaz de garantir o reconhecimento de seus atos diante do público religioso e da sociedade civil, juntamente com a proteção jurídica frente ao violento espólio do patrimônio da Igreja que havia provocado. Mesmo que essa legitimação durasse pouco tempo, esse período foi essencial para que o bispo reorganizasse e utilizasse a máquina burocrática diocesana a seu favor.

A dominação burocrática é especificamente racional no sentido da vinculação a regras discursivamente analisáveis; a carismática é especificamente irracional no sentido de não conhecer regras. A dominação tradicional está vinculada aos precedentes do passado e, nesse sentido, é também orientada por regras; a carismática derruba o passado (dentro de seu âmbito) e, nesse sentido, é especificamente revolucionária. Esta não

conhece a apropriação do poder senhoral ao modo de uma propriedade de bens, seja pelo senhor seja por poderes estamentais. Só é “legítima” enquanto e na medida em que “vale”, isto é, encontra reconhecimento, o carisma pessoal, em virtude de provas; e os homens de confiança, discípulos ou sequazes só lhe são “úteis” enquanto tem vigência sua confirmação carismática (WEBER, 2012, p. 160).

De líder evangélico progressista, Robinson Cavalcanti tornou-se um líder conservador fundamentalista. De bispo defensor da Teologia da Missão Integral, com um perfil político voltado mais à esquerda, passou, depois, a proferir discursos com declarações mais radicais do que as tecidas por Paulo Garcia nos anos mais críticos da Catedral Anglicana do Recife. Como exemplo dessa mudança, temos um de seus últimos sermões, no dia 17 de fevereiro de 2012: *A Igreja Brasileira – Do fenômeno dos “vira-casacas” evangélicos abjurantes*. Esse foi o caminho trilhado pelo bispo nos últimos anos de sua vida. Quando analisamos o discurso do início de sua carreira percebemos uma mudança radical. As críticas tecidas por Carlos Calvani em seu texto-resposta às “Cartas Pastorais” de Robinson elucidam ainda mais as controvérsias e a autocontradição da retórica do bispo do Recife.

No último mês de agosto, quando da realização do Seminário de Estudo sobre o Relatório de Virgínia, em Curitiba, tive a oportunidade de sentar-me com o bispo Robinson e conversar rapidamente sobre esse assunto. Disse-lhe que aprecio muito o livro *Libertação e Sexualidade* e que, no futuro, quando os historiadores fizerem menção à evolução dos debates éticos no protestantismo brasileiro, certamente farão referência a esse por sua coragem e ousadia em desafiar o moralismo evangélico. E disse ainda ao bispo que, exatamente por isso não me parece coerente seu atual posicionamento em relação ao homossexualismo. Devo dizer que Dom Robinson mostrou-se extremamente aberto ao diálogo e mesmo ao confronto, mas infelizmente, quando começávamos a conversar mais especificamente sobre o assunto, fomos interrompidos e não tivemos tempo de retomar a discussão. Por isso volto a afirmar que alguma coisa está “fora da ordem” nessa enxurrada de textos que o bispo vem despejando mensalmente a respeito do tema do homossexualismo. Ou ele mudou muito (e nesse caso, o tucanismo “esqueçam o que escrevi” é apropriado) ou ele utiliza pesos e medidas diferentes, de acordo com conveniências não de ordem intelectual, mas de ordem política (CALVANI, 2003, p. 213).

As conclusões a que o teólogo chegou acerca daqueles episódios, apontam que as crises abatidas sobre a Diocese Anglicana do Recife, foram fruto de projetos pessoais de suas lideranças, e não resultante de questões de cunho teológico ou moral – especialmente as posições levantadas durante a Grande Crise.

Naquele momento foi possível perceber que o que dividia a Igreja eram projetos pessoais e personalistas e não as ênfases tipicamente

“evangélicas” (no sentido *low church*) ou tipicamente “católicas” (no sentido *high church* ou “anglo-católico”). Foi, sem dúvida, um momento em que a Igreja revelou seu amadurecimento eclesiológico (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, pp. 218-219).

Com a vacância do episcopado na Diocese Anglicana do Recife, era preciso organizar e reestruturar o que havia restado. Algumas ordenações foram realizadas, às pressas, para suprir o êxodo de clérigos: foram, então, ordenados oito novos diáconos. Na transição para o episcopado seguinte, surgiram novos Pontos Missionários: Cristo, o Bom Pastor; Jesus de Nazaré; Monte Sinai; e São Francisco de Assis. Mas a necessidade de um bispo diocesano era urgente, para guiar uma Diocese sem pastor, que, na ocasião, mal tinha um rebanho.

3.5 O EPISCOPADO DE SEBASTIÃO GAMELEIRA

Com a consolidação da Grande Crise do Recife, o esvaziamento do seu clero e a perda da maioria das comunidades, a DAR acabou retornando ao *status* de Diocese Missionária, sob a autoridade do Primaz, representado interinamente pelos bispos Glauco Soares, Maurício Andrade e, depois, Filadelfo Oliveira. Estes postos foram ocupados entre os anos de 2004 e 2006, no auge da crise. As tensões haviam se encerrado com a saída de Robinson, e era preciso eleger um novo bispo.

Foi realizada uma prévia para levantar as possíveis candidaturas. Na lista, foram considerados os nomes dos reverendos Josafá Batista e João Peixoto, e dos bispos Filadelfo Oliveira e Sebastião Gameleira. Os reverendos Joabe – que se encontrava morando na Inglaterra –, e Caetano – da Diocese do Rio de Janeiro –, também foram cotados, mas logo declinaram da indicação. Uma vez levantados os nomes, foi organizado um Grupo de Trabalho²¹⁷ para a eleição.

Foi realizado o ensaio de uma eleição episcopal, para sondar o nome de preferência da maioria, e o de Sebastião foi o mais votado. Na mesma época, foi criada uma nova unidade diocesana no Paraná, e houve solicitação para que ele fosse o primeiro bispo daquela Diocese. Porém, outro candidato surgiu: Naudal Alves Gomes, bispo auxiliar da Diocese Sul-Occidental. No decorrer do processo eleitoral, Sebastião declinou a indicação e Naudal foi eleito para a sé de Curitiba.

²¹⁷ Este GT era composto pelos reverendos Gustavo Oliveira, Rodrigo Espiuca, Rose Cunha, Silvio Freitas, e Senomar Teixeira, e os seminaristas Fernando Gonçalves, Fábio Vasconcelos, pois não havia um Conselho Diocesano, devido à saída dos membros anteriores durante a Grande Crise.

Com o nome de Sebastião Gameleira²¹⁸ cotado para o Recife, a Câmara Episcopal deu o seu apoio, diante da delicada situação da Diocese. Era preciso um bispo nordestino para entender as demandas de uma diocese na região. Foi aberto um canal de diálogo com a Diocese de Pelotas para realizar-se a transferência. Dada a sua experiência, ele foi eleito diocesano do Recife no Sínodo Geral de 2006. O novo bispo foi instalado em 11 de outubro de 2006, em cerimônia ocorrida no auditório da Faculdade de Administração, da Universidade de Pernambuco (UPE), com a presença de clérigos de toda a Província e de outras Igrejas Cristãs locais, com grande presença de representantes do movimento ecumênico e da Teologia da Libertação. O Bispo Primaz da época, Maurício Andrade, presidiu a cerimônia, o mestre de cerimônias foi o Secretário-geral, reverendo Francisco de Assis da Silva, e a homilia foi feita pelo reverendo Gustavo Oliveira. O lema da instalação e do episcopado foi "Para anunciar o Evangelho"²¹⁹, tirado de Lucas 4:17-21.

Sebastião Armando Gameleira Soares nasceu na cidade São Miguel dos Campos, interior de Alagoas, e foi criado e educado em uma família de tradição católica romana. Realizou seus estudos secundários no Seminário Metropolitano de Maceió e estudos de Filosofia no Seminário de Olinda, Pernambuco. Posteriormente, foi enviado a Roma para fazer o bacharelado e o mestrado em Teologia na Universidade Gregoriana, com dissertação defendida sobre o pensamento de Santo Anselmo, Arcebispo de Cantuária. Nos anos de sua formação, Sebastião entrou em contato com as novas idéias trazidas pelo Vaticano II.

De volta ao Nordeste, tornou-se professor do Instituto de Teologia do Recife, permanecendo dezesseis anos à sua frente, período em que conviveu com o então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara. A experiência aprofundou ainda mais a sua vivência eclesial e teológica, fazendo-o assumir a Teologia da Libertação como sua corrente de exegese e de militância nos espaços acadêmicos e sociais. Em 1989, entrou em contato com a Comunhão Anglicana, quando o então bispo, Clovis, o convidou para integrar a equipe do recém-fundado Núcleo Anglicano de Estudos Teológicos. Com o fechamento do Instituto de Teologia do Recife (ITER) e

²¹⁸ Vide Imagem 19, com a fotografia de Sebastião Gameleira, o 4º Bispo Diocesano.

²¹⁹ Seu brasão episcopal contém este lema escrito em uma Bíblia aberta, junto com outros símbolos: Dois pés que caminham de uma terra árida para a terra prometida, cruzando a Bíblia que encontra-se sobre o "rio de águas vivas". Acima das Escrituras, ergue-se o cajado do pastor. Na outra margem, tem-se um campo de flores e, acima das montanhas, as sete chamas com os dons do Espírito Santo.

do Seminário Regional Nordeste II (SERENE II), em 1989, por determinação do Vaticano, Sebastião aproximou-se ainda mais do Anglicanismo²²⁰.

Em 1993, foi recebido na IEAB, junto com a sua esposa, Maria Madalena Gameleira, iniciando sua caminhada na Igreja. Em 1995, foi nomeado Reitor do Seminário; foi ordenado ao diaconato em 05 de janeiro de 1997 e, seis meses depois, ordenado presbítero, exercendo o seu ministério, inicialmente, na Paróquia do Semeador, em Olinda. No ano seguinte, seu nome foi indicado pela Câmara Episcopal para participar na condição de assessor, da Conferência de Lambeth de 1998. Apesar de ser um anglicano “neófito”, por conta do seu currículo acadêmico e experiência, foi eleito bispo da Diocese Anglicana de Pelotas, para substituir o primeiro ordinário, Luiz Osório Pires Prado, sendo sagrado em 23 de julho de 2000.

O episcopado de Sebastião no Recife começou no mesmo ano em que a Diocese Anglicana da Amazônia foi criada, pelo desmembramento da DAR; trata-se de uma Diocese geograficamente grande, embora após a Grande Crise, ela tornou-se estruturalmente pequena. Assim, este desmembramento permitiu não apenas a reorganização da Diocese no Nordeste, mas também permitiu a diminuição de custos com deslocamentos do Bispo para regiões distantes da Amazônia, além da possibilidade de focar o trabalho missionário, objetivando o crescimento do número de leigos e clérigos.

Em dezembro de 2006, foi realizado o XXV Concílio, com a participação maciça dos membros da Diocese; nele foram construídas as novas diretrizes para a Igreja no Nordeste. Uma das marcas do seu episcopado foi a criação de novas comunidades, para compensar as que foram perdidas. Da mesma forma, realizou novas ordenações diaconais e presbiterais para renovar o clero.

Após novas reformas, no ano seguinte, o templo da Catedral da Santíssima Trindade, que funcionava de maneira improvisada na mesma casa alugada no bairro do Espinho, foi reinaugurado com um novo presbitério em granito, com seis janelas de vitrais coloridos e uma grande cruz celta acima do altar. A fachada possuía uma cruz, e, acima da porta de entrada, tinha-se um mosaico da “Santíssima Trindade”. Sua localização, próxima à antiga Catedral, indicava uma espécie de memória

²²⁰ Em conversa com o bispo Sebastião, ele deu alguns detalhes sobre a noite de 24 de novembro de 1989, quando, reunido com professores e alunos, em assembleia no auditório da FAFIRE, o Instituto de Teologia do Recife (ITER) foi oficialmente fechado por ordem emanada de Roma, da qual a Arquidiocese de Olinda e Recife foi executora. A partir de então, ele passou a considerar a possibilidade de continuar a sua caminhada, no Cristianismo, na Igreja Anglicana.

afetiva, que pode ter motivado a permanência da comunidade no mesmo bairro, uma vez que muitos dos membros que permaneceram na IEAB, participaram, por muito tempo, da Igreja da Carneiro Vilela.

O interessante foi o apego da comunidade ao Bairro do Espinheiro. Antes de essa propriedade ser alugada, todos deixaram clara a sua escolha pelo Espinheiro. O fato de uma das primeiras Igrejas Anglicanas ter sido nesse bairro, parece ser uma maneira de manter viva a Tradição dos Ingleses (QUEIROZ, 2017, p. 217).

O SAET continuou a funcionar como Seminário Provincial. A sua sede foi transferida, inicialmente, para uma casa no bairro de Santo Amaro, em uma rua atrás das sedes da Igreja Universal do Reino de Deus e da Assembleia de Deus em Pernambuco. Tempos depois, foi novamente transferido para um espaço apropriado na Catedral da Santíssima Trindade, na Rua Alfredo de Medeiros. No período, a Diocese aproximou-se novamente de movimentos sociais e organizações ecumênicas, firmando parcerias com o MJ-POP, Visão Mundial, CENDHEC, GAJOP, e organizando eventos regulares com o CONIC e a CESE.

Como bispo, Sebastião também realizou diversas palestras e encontros de formação em parceria com o Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI) e universidades do Brasil, rendendo a publicação de algumas obras com outros professores²²¹ da área das Ciências da Religião e Teologia. Em 2007, foi produzido um documentário sobre o Anglicanismo, com o bispo Sebastião, para o Observatório Transdisciplinar das Religiões no Recife²²², ligado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco. Esse documentário deu uma boa visibilidade à Igreja e continua, até hoje, como um dos

²²¹ Dentre as suas publicações se encontram textos nas seguintes obras: *La Globalización y sus implicaciones en América Latina: Un desafío para la Iglesia Episcopal Anglicana* (2005); *Comunicações, Ética e Cidadania* (2006); *Comentário Bíblico Latino-Americano do Evangelho de Marcos* (2012); *Novos desafios para o Cristianismo - a contribuição de José Combin* (2015); *A Espiritualidade de Jesus* (2016); *Roteiro para analisar textos da Bíblia* (2017); *Paulo: Contextos e Leituras* (2018). Também escreveu para diversos cadernos do CEBI, para a série Estudos Bíblicos da Editora Vozes e para a Revista Inclusividade da IEAB.

²²² O Observatório tem sua origem em um grupo de estudo transdisciplinar sobre diálogo inter-religioso, coordenado pelo professor Gilbraz Aragão, criado para ser uma das atividades do então aprovado curso de Mestrado em Ciências da Religião da Unicap, no ano de 2005. Pouco a pouco as atividades do grupo se expandiram além dos muros da Universidade, com a promoção de peripateias, visitas a centros religiosos organizadas pelos docentes, atividades estas que continuam até hoje. Além dos alunos dos cursos de graduação e do Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião e de Teologia da Unicap, tais visitas são destinadas a qualquer pessoa que tenha interesse em conhecer os grupos e manifestações religiosas que existem na cidade do Recife e Região Metropolitana. Desde 2007, o grupo passou a promover, mensalmente, o Fórum Inter-religioso.

principais registros sobre a IEAB no Youtube. O documentário, filmado na Catedral da Santíssima Trindade, o bispo abordou a história, crenças, práticas e questões da denominação como o celibato opcional e a ordenação feminina ao sacerdócio (ANGLICANISMO, ago. 2007).

Em 2008, Sebastião participou, pela segunda vez, da Conferência de Lambeth, dessa vez como bispo. Sua primeira participação foi em 1998, como membro da equipe de assessoria no tema "Evangelificação", convidado pelo Arcebispo de Cantuária, por indicação dos Bispos do Brasil. Na condição de bispo do Recife, ele tentou construir parcerias com outras Dioceses durante a Conferência de 2008. Porém, os bispos não mostraram interesse devido à situação de instabilidade institucional que a Igreja vivia na região.

A Diocese ainda se encontrava com um grande débito e com problemas financeiros, fruto da crise de 2004, que não conseguiu ser resolvida nos anos de seu episcopado. Por outro lado, no Ceará foram criadas novas comunidades para se juntar à missão de Maracanaú – existente desde o tempo de Robinson –, uma nas cidades de Russas e outra em Fortaleza; esta última, todavia, não conseguiu progredir. As primeiras ordenações no Ceará também ocorreram no período. Na Bahia, dois padres que vieram da Igreja Católica abriram comunidades em Ilhéus. Mas a DAR continuava com um clero disperso, decorrente do fato de o ministério ordenado ser exercido de maneira voluntária²²³, o que dificultava a formação de um grupo mais sólido.

As lideranças da Igreja são formadas pela educação teológica regular, pelo esforço pessoal e, com o passar do tempo, pelas experiências pastorais. Entretanto, naquele contexto, mesmo com todo o esforço para manter as portas abertas, existia um sentimento de desgaste, o que dificultava a criação de laços mais fortes entre as lideranças e suas comunidades, o que dificultava também incidia na ausência do sentimento de unidade diocesana. Percebemos que, ao menor sinal de uma fragilidade institucional, o problema se acentuava ainda mais. Em certas ocasiões, alguns membros do clero deixaram a IEAB, ingressando em outras denominações ou, até mesmo, fundando Igrejas Anglicanas Independentes, oriundos de estados como o Rio Grande do Norte e o Ceará.

²²³ Vale salientar que tal situação de um clero não estipendiário, trabalhando sob um regime voluntário, perdura até o momento na Diocese Anglicana do Recife, onde somente o bispo diocesano é o único membro do clero local a receber um salário regular, juntamente com o capelão dos marítimos, em SUAPE, estabelecido pela organização *The Mission to Seafarers*.

Como um dos últimos acontecimentos do episcopado de dom Sebastião, em agosto de 2013 o então Secretário-Geral da Comunhão Anglicana, o bispo Kenneth Kearon, veio ao Recife para acompanhar com mais proximidade a situação da Crise de 2005 e conhecer melhor a Igreja na região. Após visitar comunidades e ouvir relatos sobre a história da Igreja, o secretário presenteou o bispo diocesano com uma placa com a Rosa dos Ventos – o símbolo da Comunhão Anglicana.

Esta é a razão pela qual não podemos apontar que a chegada do bispo Sebastião representou um Período de Reconstrução da Diocese Anglicana do Recife. A falta de unidade diocesana ainda perduraria durante alguns anos, e somente começou a ser superada no episcopado de João Cândio Peixoto Filho.

3.6 O EPISCOPADO DE JOÃO PEIXOTO

Com a aproximação da aposentadoria compulsória do bispo Sebastião, houve uma preparação para a sucessão episcopal. Em abril de 2013 foi realizado um Concílio Diocesano no qual o nome do reverendo João Cândio Peixoto Filho²²⁴ foi, por unanimidade, escolhido pelos presentes. Em 16 de novembro, durante o 32º Sínodo Geral que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, João Peixoto foi eleito o novo bispo da Diocese Anglicana do Recife. Na mesma reunião, Francisco de Assis da Silva, da Diocese Sul-Occidental, foi escolhido para assumir a Primazia da Igreja, substituindo o bispo Maurício Andrade, que estava no cargo desde 2006.

A cerimônia de sagração aconteceu no dia 14 de dezembro de 2013, na Catedral da Santíssima Trindade, no bairro do Espinheiro. Estiveram presentes o Primaz da Igreja Anglicana no Brasil, dom Francisco de Assis da Silva, que presidiu a liturgia. Os demais co-sagrantes foram os bispos Sebastião Gameleira, Maurício Andrade, Saulo Barros e Filadelfo Oliveira. Na homilia do bispo Maurício, ele destacou o serviço como o alicerce do ministério episcopal e a importância da unidade da Igreja. É importante destacar que esta foi a primeira sagração episcopal realizada em uma Catedral da Diocese, uma vez que os bispos anteriores foram sagrados e instituídos em outras cidades e espaços que não eram templos²²⁵.

²²⁴ Vide Imagem 15, com a fotografia do atual Bispo Diocesano.

²²⁵ Edmund Sherrill foi sagrado na Christ Church, no Rio de Janeiro; Clovis Rodrigues na Catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre; Robinson Cavalcanti no Teatro Beberibe, no Recife; e Sebastião Gameleira foi sagrado na Catedral do Redentor, em Pelotas e, anos depois, instituído diocesano do Recife no auditório da Escola Politécnica, da Universidade de Pernambuco.

Nascido em 17 de maio de 1961, na cidade do Recife, João Câncio ingressou na IEAB em março de 1983, através de um Encontro de Jovens com Cristo da Catedral da Santíssima Trindade. Casado com Flávia Vasconcelos e pai de três filhos, em 1999 foi convidado pelo Deão da Catedral, Paulo Garcia, para trabalhar com os jovens; posteriormente, realizou estudos no Seminário. Em fevereiro de 2002, inaugurou a missão Monte Moríá (Gravatá); passou por outras comunidades diocesanas: Liberdade (Jaboatão dos Guararapes) e Paróquia do Bom Samaritano (Recife).

No ano de 2003, João Peixoto foi ordenado ao diaconato e, em 2005, ao presbiterato. Durante o episcopado de Sebastião, tornou-se reitor do SAET, função que exerceu por sete anos. Diferente dos seus antecessores, seu perfil é mais voltado para a administração da Diocese do que para a Academia, uma vez que, durante o seu ministério, atuou como auxiliar da Catedral Anglicana do Recife, juntamente com seu trabalho secular como dentista, sendo o único bispo do Nordeste, até o momento, a acumular essa “dupla função” enquanto estava no exercício do cargo.

Com a eleição de João como o quinto diocesano do Recife, o processo de transição do episcopado de Sebastião foi marcado por uma progressiva superação da Grande Crise. Por outro lado, no mesmo período, o SAET foi extinto junto com o SETEK, passando a funcionar de maneira esporádica, oferecendo cursos pontuais para a formação do clero e laicato locais. A antiga biblioteca foi armazenada, de forma precária, na Catedral Anglicana da Santíssima Trindade. Posteriormente, o acervo do antigo seminário foi transferido para a sede do Arquivo Provincial, em Porto Alegre, para ser mais bem conservado e também digitalizado.

Na entrevista realizada na Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, o Bispo Dom João Câncio Peixoto relatou que existe uma biblioteca na igreja com aproximadamente 7000 exemplares, que antes pertenciam ao extinto SAET (Seminário Anglicano de Estudos Teológicos). Quanto às ações para visualização da memória, foi dito que compreendem a celebração de cultos festivos de aniversário da igreja, que em 2015 comemorou os 40 anos da Diocese Anglicana do Recife. No que tange à preservação da memória, a instituição não realiza ações de preservação, mas existia na biblioteca local apropriado e um bibliotecário, que cuidava do acervo, mas, devido a dois cismas, perderam o espaço. Muitos livros, inclusive, foram perdidos por falta de conservação em razão da falta de um ambiente adequado para armazená-los. Ao complementar o assunto, respondeu que não se tiram cópias dos documentos, não encadernam os materiais, não restauram a documentação nem armazenam atualmente o acervo de forma adequada, uma vez que o local não é apropriado. Foi comentado que não possuem

controle de pragas nem de higienização do local, mas que possuem um plano de prevenção contra incêndios ou desastres. Foi dito, ainda, que não realizam digitalização do acervo localmente, porém, nacionalmente está sendo realizada a digitalização de documentos no Estado do Rio Grande do Sul (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 155).

A conquista mais importante do episcopado de João Peixoto foi, sem dúvida, a devolução das propriedades espoliadas durante a “Grande Crise do Recife”. A reintegração de posse dos templos foi concretizada somente em 2016, após uma longa batalha judicial para o cumprimento da sentença. Se contarmos o período que se estende desde a tomada do templo da Carneiro Vilela, a Diocese viveu uma sequência de incertezas sobre o seu patrimônio, que durou treze anos e oito meses.

Em 2013, a Diocese do Recife pôde, finalmente, contemplar a devolução de cinco templos, com todos os seus pertences, que haviam sido ocupados por grupo cismático conduzido pelo então bispo diocesano Robinson Cavalcanti. A devolução de tais propriedades tem sido lenta e gradual, permitindo, contudo, o desenvolvimento de novos ministérios e a reabertura de frentes de evangelização no Nordeste. Além disso, a postura unânime e inequívoca da Câmara Episcopal tem sido, sempre, reafirmar o ordenamento canônico aprovado no último Sínodo, o qual expressa que qualquer movimento interno da IEAB, organizado deliberadamente sem o consentimento episcopal, constitui uma desobediência ao voto de ordenação e que a manifestação de ameaças de cisma relativas a qualquer decisão tomada ou em discussão dentro da IEAB, constitui uma atitude explicitamente mencionada nos novos cânones é passível de medidas disciplinares (ESTANDARTE CRISTÃO, jan. 2017, p. 8).

Somente após o tortuoso processo judicial de devolução dos templos é que a Província atualizou os Cânones Gerais, objetivando tornar praticamente impossível que outro movimento cismático se aproprie indevidamente do patrimônio da Igreja. Com essa sentença, os cinco templos devolvidos foram o Semeador e Emanuel (em Olinda), Ressurreição (em João Pessoa) e, na cidade do Recife, o Redentor (no bairro da Várzea), e o mais importante deles, o Bom Samaritano (em Boa Viagem).

As atividades litúrgicas e pastorais no templo do Bom Samaritano foram retomadas durante o XXXI Concílio da Diocese Anglicana do Recife, ocorrido de 26 a 29 de maio de 2016. Em cerimônia festiva, contando com a participação de outros clérigos da Província, o bispo João Peixoto conduziu a re-consagração do templo²²⁶. Em 05 de junho foi realizada a primeira celebração como paróquia diocesana.

²²⁶ Nesse Concílio, Heidi Schmidt e Monica Veja, missionárias da Paróquia Episcopal de St. Stephen, em Richmond, Virgínia, presentearam a comunidade com uma Cruz de São Damião, símbolo da espiritualidade franciscana e da reconstrução de uma Igreja em ruínas. Este ícone representou não apenas uma nova era que se iniciava para a Diocese, mas, também, uma reafirmação da identidade

Após anos acompanhando os eventos à distância, o bispo Clovis visitou novamente o templo, onde teve a oportunidade de compartilhar sua vivência no espaço, rememorando a história da comunidade em uma emocionada homilia. Embora, ainda sem muitos recursos, o pequeno grupo começou a crescer aos poucos, fazendo com que pessoas ao redor do bairro se interessassem pela igreja.

Desde então, o Bom Samaritano tornou-se o novo centro das atividades diocesanas. Em outubro do mesmo ano, a Diocese recebeu a visita do reverendo jamaicano Mark Bozzuti-Jones²²⁷, da Trinity Wall Street. Nos dias em que esteve no Recife, ele teve a oportunidade de compartilhar um pouco de sua experiência como clérigo que trabalha junto a comunidades na América Latina e sobre o “Movimento de Jesus” (*The Jesus Movement*), citado muitas vezes nos sermões de Michael Curry, Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

No ano seguinte ocorreu nova visita estrangeira no Bom Samaritano. O bispo Graham Kings – responsável pela área de Teologia de Missões na Comunhão Anglicana – veio ao Recife, para coordenar um seminário sobre “Teologia Pública Anglicana e Engajamento Político”. Esses dois eventos marcaram o realinhamento da Diocese Anglicana do Recife com a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e com a Comunhão Anglicana, através da presença de representantes delas no campo da Missão. Entretanto, nem todos os movimentos dentro da Diocese apontaram para o fortalecimento do elo entre suas comunidades.

No final de 2016, iniciou-se um movimento na Diocese que culminou em uma nova crise no Recife. Liderado pelo então deão da Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, o reverendo Sérgio Andrade criou um grupo que se intitulava “Aliança de Comunidades Anglicanas”, lançando um manifesto em que se opunha à postura da

de uma Diocese que mantinha a eclesiologia de uma “Igreja em Saída”, voltada para os grupos marginalizados e excluídos da sociedade, alinhando-se com a Teologia da Libertação.

²²⁷ Uma nota de rodapé que vale a pena adicionar é que, durante a visita do reverendo Mark Bozzuti-Jones, em 2016, o autor deste trabalho serviu de guia ao mesmo na cidade do Recife. Uma das motivações para esta pesquisa, veio dos relatos de Mark sobre sua trajetória no Anglicanismo e na Igreja Episcopal. O reverendo Mark iniciou sua vocação religiosa na Igreja Católica Romana, através do carisma jesuíta e, por muitos anos, trabalhou pela Companhia de Jesus na Universidade Católica de Pernambuco. Posteriormente converteu-se ao Anglicanismo e tornou-se sacerdote na Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Durante sua visita ao Recife, teve a oportunidade de reencontrar antigos companheiros na frente da Capela da Universidade e passar uma tarde conversando com eles, como padre Antônio Mota, padre Lúcio Flávio e outros jesuítas da UNICAP. Mark também foi o articulador do Encontro de Parcerias para a América Latina e Caribe (LAC), promovido pela Trinity Wall Street que, em 2019, se reuniu em Curitiba, e significou um importante momento de articulação e formação para as Igrejas de todo o continente americano, antes da Conferência de Lambeth. No último capítulo deste trabalho abordamos com mais profundidade a importância daquele encontro.

IEAB para com casais homoafetivos e apontava para um rompimento com a Igreja Nacional, caso o Sínodo de 2018 aprovasse tais ritos matrimoniais.

Infelizmente, o ano de 2017 começou com movimentações negativas na Diocese do Recife. A expedição de comunicado por parte das lideranças clericais propondo a criação de uma "Aliança de Comunidades Anglicanas", obrigou o bispo diocesano, D. João Peixoto a emitir requisição para que os mesmos se conformassem à doutrina da IEAB e que se manifestassem em apoio às decisões sinodais que a mesma venha a tomar. Entretanto, alguns desses clérigos, sobretudo aqueles que se relacionavam ao staff da catedral diocesana, decidiram partir e romper a comunhão com nossa Igreja, alegando que não poderiam permanecer em comunhão caso o sínodo de 2018 aprove ritos matrimoniais para casais do mesmo sexo e que a maioria dos membros iriam sair, não tendo como sustentar a igreja. Isso levou a um racha na então catedral diocesana, a Catedral da Santíssima Trindade. Contudo, remanescente fiel à IEAB reconstituiu-se como Comunidade da Santíssima Trindade, reunindo-se toda manhã de domingo no templo da atual Catedral do Bom Samaritano, na Boa Viagem. Mesmo em meio à dor, encontramos alegrias, e a comunidade renasce entre as cinzas (ESTANDARTE CRISTÃO, abr. 2017, p. 8).

Após a saída do grupo ligado ao reverendo Sérgio, foi assumido o nome de “Igreja Anglicana da Santíssima Trindade”, e eles passaram a apresentar-se como uma continuação da “Igrejinha dos Ingleses” (a *Holy Trinity Church*) em postagens em sua página do Facebook. Alguns meses depois, ocorreu a saída da reverenda Giselle Gomes, que auxiliava o deão. Devido a questões financeiras, a comunidade foi obrigada a deixar o templo – visto que o local era alugado –, e passou a realizar os cultos no auditório do Shopping ETC, no bairro dos Aflitos, próximo à Catedral da Rua Carneiro Vilela. Embora use o nome suprarreferido, trata-se de uma Igreja Anglicana Independente que, até o momento, permanece como uma congregação isolada, sem nenhuma filiação a alguma instância associativa nacional ou mundial. Ao contrário das crises institucionais anteriores, esta última não teve maiores consequências para a Diocese Anglicana do Recife nem para a IEAB.

Também é digno de nota que, tempos depois, o reverendo Sérgio Andrade realizou casamentos entre pessoas do mesmo sexo, atendendo a famílias de classe média e alta da sociedade recifense. Em meio às críticas contrárias à inclusividade das pessoas LGBTQ+ na Igreja, as mesmas práticas passaram a serem adotadas pelo ministro, visto que ele é bastante conhecido pelos casamentos que celebra.

Por sua vez, o grupo que hoje forma a Paróquia da Santíssima Trindade, permaneceu em comunhão com a IEAB. Situando esta comunidade no atual contexto diocesano, ela é a herdeira da capelania inglesa, que teve a sua origem na

Catedral da Santíssima Trindade da Rua Carneiro Vilela. Após o rompimento de Paulo Garcia, mudou-se para o prédio alugado da Rua Alfredo de Medeiros. Com a saída de Sérgio Andrade, o grupo remanescente ficou sem um templo, e foi alocado na Igreja do Bom Samaritano. Não é incomum que, por questões financeiras ou por outras razões, duas Paróquias dividam o mesmo templo, embora permaneçam como comunidades distintas. Diante da necessidade de um novo pároco, o bispo Filadelfo Oliveira retornou ao Recife, para assumir a Trindade, devido à eleição do bispo Eduardo Grillo para a Diocese Anglicana do Rio de Janeiro, em setembro de 2017.

Para resolver a vacância de uma sé diocesana, foi convocado o XXXII Concílio, que aconteceu entre 15 e 18 de junho de 2017, nas dependências do templo do Bom Samaritano, contando com a participação maciça de clérigos e leigos das comunidades. Na pauta estava o futuro da Igreja local e as novas ênfases teológicas sobre a Inclusividade, que estavam sendo debatidas em toda a Província. Na celebração de encerramento, a Igreja foi elevada ao *status* de Catedral²²⁸ e o reverendo Gustavo Gilson de Oliveira instalado como deão²²⁹.

Na nova fase vivida pelo Bom Samaritano, a comunidade assumiu uma identidade moderada; a própria estética do templo foi remodelada e recebeu novos elementos litúrgicos, uma vez que o templo foi devolvido apenas com a mobília original. No altar, além da Cruz de São Damião, o presbitério ganhou um sacrário para guardar as hóstias consagradas e uma nova cátedra para o bispo diocesano. A comunidade também ganhou novos cálices, feitos em madeira, mantendo o aspecto da sobriedade na liturgia.

Dentro do templo foram hasteadas duas bandeiras – uma da Comunhão Anglicana e outra da IEAB – e, na entrada, foi colocado um círio pascal ao lado da pia batismal. Mas o que mais chamou a atenção foi a instalação de dois altares em madeira nas laterais, contendo um ícone do *Pantocrator do Sinai* – representando as duas naturezas de Cristo, divina e humana – e da *Theotokos de Vladmir* – o ícone da Virgem segurando o menino –, ambos ladeados por castiçais²³⁰. Tais mudanças estéticas dizem muito a respeito da nova identidade assumida pela comunidade que buscou manter um aspecto regionalista, não apenas na estética, mas, também, no discurso, valorizando a cultura e as tradições do Nordeste.

²²⁸ Vide Imagem 29, com fotografia da fachada da Catedral.

²²⁹ Vide Imagem 30, com fotografias da cerimônia.

²³⁰ Vide Imagem 31, com fotografias do interior da Catedral.

Embora bastante comuns em outras catedrais ou paróquias de países estrangeiros, na Diocese Anglicana do Recife, quaisquer ícones ou imagens esculpidas eram estritamente proibidos durante o período de Robinson Cavalcanti, que buscava prezar pela identidade evangélica e vetava o uso de tais elementos litúrgicos nos templos, o que gerou, até mesmo, episódios de iconoclastia em algumas comunidades, inclusive na Igreja do Bom Samaritano²³¹. Sobre a questão das imagens e do culto aos santos, vale a pena se aprofundar um pouco, embora a Teologia do Culto não seja o escopo deste trabalho.

Os anglicanos fazem um culto centrado na Trindade. Do início ao fim do culto há inúmeras referências à Santíssima Trindade. Nosso louvor, nossa adoração e nossas orações são todas feitas em direção a Deus, pela mediação de Jesus Cristo. A prática de se dirigir orações a Maria ou aos demais santos é inexistente na Igreja anglicana. Nossa compreensão das Escrituras só nos autoriza orar a Deus. Em função da doutrina da Comunhão dos santos, contudo, não há problemas em se aceitar que os Santos na glória orem e intercedam pela Igreja Militante, contudo esta oração é vista como uma intercessão no sentido lato ou genérico, e não no sentido estrito ou específico. Esta leitura compreende que, mesmo na glória, os santos continuam sendo ontologicamente seres humanos e, como tal, desprovidos de onisciência ou onipresença. Não cremos, portanto que os santos possam tomar ciência das orações que lhes são dirigidas (muitas delas mentais) pelos fiéis na terra (AQUINO, 2001, p. 8).

Os novos elementos no espaço celebrativo buscam, sobretudo, repensar temas que eram proibidos na Diocese à época de Robinson, não apenas no campo da Teologia – hoje, totalmente inclusiva em questões de gênero e de sexualidade –, mas também da Liturgia – cujas práticas identificadas como parte de uma liturgia *High Church* começam a ser utilizadas –, seguindo o princípio anglicano do *Lex credendi, Lex orandi*, uma Igreja que crê da mesma forma que ora. Entretanto, em sua maioria, as celebrações ainda seguem uma tendência litúrgica *Low Church*.

Outras comunidades como a Paróquia da Santíssima Trindade (Recife) e Jesus de Nazaré (Olinda), também seguem este mesmo perfil. Apropriando-se de um conceito utilizado pelo bispo Graham Kings – que esteve na Diocese em 2017 –, podemos dizer que as comunidades localizadas nestas cidades seguem uma linha

²³¹ Segundo relatos de membros da atual comunidade da Catedral, originalmente, o altar do Bom Samaritano possuía um ícone da Cruz de São Damião. Alguns anos após a inauguração do templo, membros da comunidade se juntaram para destruir a imagem, alegando que ela “estava possuída pelo demônio”. Segundo os mesmos relatos, atitudes de cunho fundamentalista e de intolerância não eram difíceis de ver nos grupos vinculados ao bispo Robinson, o que revelava uma tendência a ações extremistas, como aquelas que aconteceram durante a “Grande Crise do Recife”.

que varia entre a corrente Evangélica Aberta²³² (*Open Evangelical*) e a Teologia da Libertação. Porém, existem outras Paróquias, como a Ascensão (Recife), Virgem Maria (Natal) e Bom Pastor (Salvador), que são de perfil Anglo-católico.

Para auxiliar o Bispo na desafiadora tarefa de administrar um território que cobre todo o Nordeste, a Diocese Anglicana do Recife possui três Arcediados²³³. As comunidades do Arcediado Norte (Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí) e do Arcediado Sul (Bahia e Sergipe), seguem uma linha mais católica, influenciadas, desde o início, pela formação de suas lideranças. Já o Arcediado Oeste (interior de Pernambuco), possui um perfil voltado para a Teologia da Libertação, especialmente em cidades como Caruaru e Petrolina. Diante desse quadro, podemos apontar que, não apenas a nova Catedral Anglicana do Recife, mas a própria Diocese tornou-se um laboratório teológico-litúrgico-pastoral, podendo contribuir com as novas gerações de fiéis anglicanos no Brasil.

De 12 a 15 de julho de 2018 ocorreu o XXXIII Concílio Diocesano. Dentre as várias pautas, estava a atualização dos Cânones Diocesanos, que se mantinham vigentes desde a época de Robinson. Para se adequarem aos Cânones Gerais da IEAB, que foram alterados com o Sínodo Geral de 2018, a assembleia votou a questão da mudança canônica para a possível realização do casamento entre pessoas do mesmo sexo dentro do território diocesano. Esta foi a segunda Diocese a aprovar a proposta, porém, foi a primeira que realizou a cerimônia. Na celebração de encerramento, os reverendos Josafá Batista dos Santos e Edson Pimentel foram instituídos “cônegos honorários” da Catedral do Bom Samaritano, por serem os clérigos mais velhos, em idade e em tempo de ordenação, e devido ao histórico de serviços prestados à Igreja.

Nos últimos anos surgiram novas missões, especialmente nas regiões do Arcediado Oeste – em cidades como Carpina e Petrolina (Pernambuco) – e do Arcediado Norte – e em cidades como João Pessoa, Campina Grande e

²³² Os Evangélicos Abertos estão situados no espectro teológico por conta das posições que defendem, partindo de uma ênfase evangélica tradicional quanto à autoridade das Escrituras, dos Credos e outros ensinamentos doutrinários, mas que se abrem a uma abordagem mais ampla em relação à cultura local e outras questões teológicas. Estes Evangélicos Abertos tendem a ser mais inclusivos do que outras pessoas de linha evangélica. Na Igreja da Inglaterra, o bispo Graham aponta a diferença dos evangélicos abertos em relação aos "evangélicos conservadores" e os "evangélicos carismáticos". Dentre bispos que adotam esta posição teológica, temos, além do próprio Graham Kings, Nicolas Thomas Wright, Steven Croft e o Arcebispo de Cantuária, Justin Welby.

²³³ Atualmente são arcediagos os reverendos Bruno Almeida (Arcediado Sul), Gecionny Pinto (Arcediado Norte) e Cláudio Linhares (Arcediado Oeste).

Umbuzeiro (Paraíba), Maracanaú (Ceará), São Luís (Maranhão) e Batalha (Piauí). Também foram realizadas novas ordenações para o clero diocesano. As Ordens religiosas estão se reorganizando na região, através de novos integrantes, como a Terceira Sociedade de São Francisco (TSSF) e a Ordem de São Bento (OSB). Pessoas de várias cidades – principalmente no interior dos estados –, estão conhecendo a proposta da Igreja através da internet e das redes sociais, o que inviabiliza os regulares pedidos de abertura de comunidades nestes lugares. Entretanto, devido às distâncias, a expansão do trabalho missionário se torna difícil.

Apesar das dificuldades enfrentadas durante o início dos anos 2000, a Diocese Anglicana do Recife mostra sinais de renovação e crescimento, com o surgimento de novas lideranças e comunidades. Da mesma forma, com a recuperação dos templos, com uma nova gestão do patrimônio, e a chegada de novas pessoas que estão conhecendo a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, são sinais de que a Diocese deu continuidade à sua existência. Por essas razões, apontamos que, a partir de 2017, a Diocese vive um *Período de Reconstrução*, que, até os dias atuais, pode ser percebido na vida e no cotidiano da Igreja local.

3.7 A ATUAL SITUAÇÃO DO ANGLICANISMO NO RECIFE

O projeto de construir uma Igreja Anglicana autônoma, com sede no Recife, sempre fez parte dos planos de Robinson Cavalcanti. Após a Crise de 2005, o grupo deixou de ser apenas uma diocese autônoma no mundo anglicano, e passou a galgar espaços e influência na ala conservadora do campo evangélico brasileiro e também da Comunhão Anglicana. Por conta da sua incansável militância em torno da defesa da “ortodoxia” e da identidade evangélica, as publicações e vídeos de Robinson ganharam cada vez mais espaço em outras Igrejas e nas mídias digitais.

Suas posições, antes consideradas progressistas, tornaram-se cada vez mais conservadoras diante dos novos contextos do campo religioso brasileiro, tornando a sua causa e a sua própria figura ainda mais conhecidas no Brasil. O crescimento do novo grupo se dava através da abertura de missões em cidades do Nordeste. Porém, uma tragédia interrompeu abruptamente as suas trajetória e vida.

Na noite de 26 de fevereiro de 2012, Robinson e a sua esposa Miriam foram assassinados pelo filho adotivo do casal, Eduardo Cotias Olímpio Cavalcanti, à época com 29 anos. Após chegar do culto na Paróquia Emanuel, o bispo envolveu-

se em uma briga com o filho, que acabou esfaqueando-o em um dos quartos da casa em que viviam em Olinda. Ao tentar impedir a agressão, Miriam também foi esfaqueada, e ambos vieram a óbito. O bispo tinha 67 anos e sua esposa 64. O crime ocorreu na mesma semana em que o filho retornou da Flórida (Estados Unidos), onde residia.

O delegado contou que o investigado veio ao Brasil por causa de uma audiência marcada para maio que iria decidir a deportação dele dos Estados Unidos, onde ele responde a 15 processos na cidade de Miami, nenhum por homicídio. Em um deles, ele é réu por dirigir embriagado e sem habilitação e chegou a passar três meses preso. O suspeito vivia com uma norte-americana e tem três filhos com ela. "Ele voltou para a casa dos pais por causa do perigo de deportação e decidiu ficar e pedir ajuda financeira ao bispo para trazer a família dos Estados Unidos. Com a negativa do bispo, o sentimento de desprezo e de abandono por ele e pela família dele ficou exacerbado. Foi quando ele decidiu maquinar a morte deles", falou (G1 PERNAMBUCO, 05 mar. 2012).

O Arcebispo de Cantuária, Rowan Douglas Williams, assim como o primaz da IEAB à época, Maurício Andrade, emitiram nota de pesar sobre o falecimento, junto com outras lideranças religiosas e políticas do Brasil. As exéquias ocorreram na Paróquia Emanuel, em Olinda, onde ele havia celebrado na noite do crime. O casal foi sepultado no dia 29 de fevereiro, no Cemitério Morada da Paz, em Paulista. Ao longo dos anos seguintes, foram feitas várias homenagens ao bispo assassinado²³⁴.

Após sua prisão, Eduardo foi encaminhado ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, localizado na Ilha de Itamaracá (PE), onde aguardou o julgamento, ocorrido em 30 de outubro de 2017; pelo duplo homicídio, foi condenado a 57 anos e 4 meses de prisão.

3.7.1 A Igreja Anglicana no Brasil e o Cristianismo Hipster

Diante do quadro inesperado, a Igreja precisou realizar um processo de eleição episcopal. O presidente do Conselho Diocesano, reverendo Márcio Simões, ficou encarregado do processo, enquanto o bispo auxiliar, Evilásio Tenório, substituiu interinamente Robinson no comando. Após o Concílio, o reverendo Miguel Uchôa, escolhido para ser o novo bispo, foi sagrado na Paróquia Anglicana do Espírito Santo, em Jaboatão dos Guararapes, no dia 08 de dezembro de 2012.

²³⁴ Em fevereiro de 2013 foi fundado o Instituto Robinson Cavalcanti, para preservar o seu acervo.

Com a morte de Robinson Cavalcanti – um evangélico de linha reformada –, a Igreja passou a ser liderada pelo bispo Miguel Uchôa – um evangélico de linha pentecostal. Isso trouxe muitas mudanças na identidade da denominação que passou a girar em torno da Paróquia Anglicana do Espírito Santo. A PAES, sigla pela qual é conhecida, tornou-se uma espécie de Igreja-modelo, cuja retórica e práticas influenciaram muitos clérigos e lideranças leigas. Desde então, tais elementos constituem uma espécie de padrão seguido pelas outras comunidades.

Desde o início do seu episcopado, Miguel enfrentou alguns problemas herdados da crise iniciada por Robinson, como a batalha judicial pela posse dos templos no Recife e em outras localidades – questão que foi parcialmente resolvida em 2015, com a devolução deles à IEAB. Assim, foi necessário repensar a organização jurídica do grupo. Em 12 de março de 2016, ocorreu uma assembleia na qual se deu a fundação legal da *Igreja Anglicana – Diocese do Recife*, novo nome assumido pela denominação. Em pouco tempo, o grupo cresceu, através de uma ênfase no evangelismo e cultos dinâmicos, causando fortes mudanças identitárias.

O bispo Miguel Uchoa expandiu a sua supervisão sobre outras Igrejas na América Central e no norte da América do Sul, como a *Iglesia Anglicana La Vid*, da Colômbia. Em 2017, foram sagrados dois bispos para liderar novas dioceses: Márcio Simões, para a Diocese de Vitória de Santo Antão e Márcio Meira, para a Diocese de João Pessoa. Com isso, a Igreja podia tornar-se uma Província²³⁵.

Durante reunião ocorrida em abril de 2018, em Entebbe, Uganda, os Primazes da GAFCON confirmaram a eleição do bispo Miguel Uchoa, para se tornar o primeiro Arcebispo e Primaz da sua mais nova Província, a *Igreja Anglicana no Brasil* – IAB. No dia 12 de maio de 2018, Miguel Uchôa foi instalado como primeiro Arcebispo e Primaz da Igreja Anglicana no Brasil. A cerimônia ocorreu duas semanas antes do Sínodo Geral da IEAB que aprovou o casamento igualitário, o que foi utilizado como objeto do sermão, proferido pelo Primaz, para apresentar a nova Igreja como “defensora da ortodoxia anglicana e evangélica”.

Embora a Igreja Anglicana no Brasil seja reconhecida e patrocinada pelo Movimento Sul Global, ela não é reconhecida pela Sé da Cantuária como uma Província da Comunhão Anglicana. Assim, percebe-se no discurso do novo Primaz que, em sua perspectiva, o Brasil passava a contar com uma Província anglicana,

²³⁵ De acordo com a tradição e a eclesiologia anglicanas, três Dioceses juntas formam uma Província, a ser liderada por um Bispo Primaz. No entanto, uma Província pode ter inúmeras Dioceses.

“ortodoxa e evangélica”, em contraposição à outra, “liberal e herética”. Consideramos que tal discurso, de cunho maniqueísta, apenas reproduz pensamento do bispo Robinson. Da mesma forma, com o ato, Miguel conseguiu concretizar o sonho do seu antecessor de se ter uma segunda Província no país.

Utilizando como método a etnografia digital e a observação das publicações em redes sociais da Igreja como o Instagram e vídeos do Youtube, constatamos uma mudança radical na identidade do grupo. Após a sua sagração episcopal, a PAES passou a abolir gradativamente o uso de vestes litúrgicas largamente utilizadas no Anglicanismo (como a alva e a estola), com seus ministros passando a utilizar cada vez mais o *típete* (o cachecol preto do pregador) sobre a sobrepeliz (sem o uso da batina) ou, em alguns casos, usam somente a camisa clerical, algumas bastante estampadas, destoando da aparência clássica do clérigo, vestido de preto ou com cores sóbrias. Apenas os clérigos que viveram a época do episcopado de Robinson na DAR continuam a trajar o primeiro conjunto de paramentos litúrgicos.

Após alguns anos, a Paróquia Anglicana do Espírito Santo – a sede da Igreja e comunidade lideradas por Miguel Uchôa –, realizou reformas em seu templo, alterando o formato do altar, para uma simples parede de fundo onde se encontra um telão; a iluminação de todo o ambiente é feita por holofotes, de forma semelhante a um teatro. A mesa da ceia foi posta na lateral do palco, juntamente com a cruz, e ao centro, o tradicional púlpito foi trocado por uma mesa de vidro e uma cadeira para o pregador. A liturgia foi descaracterizada, não apenas na sua estética, mas, também, nos usos e costumes, visto que, em algumas comunidades (especialmente as fundadas recentemente), até mesmo ministros leigos presidiam a Eucaristia, sem ao menos terem sido ordenados presbíteros.

Outra característica que chama a atenção na reorganização da identidade da Igreja é a substituição do nome “Paróquia Anglicana do Espírito Santo” pela sigla “PAES”. A nova marca já foi absorvida por seus seguidores através de adesivos de carro que são vistos pelas ruas do Recife ou pelo uso da hashtag “#SOMOSPAES”, compartilhada no Facebook, Instagram e em outras redes sociais, o que se tornou um dos identificadores da instituição. Da mesma forma, regularmente são realizados eventos para apresentar a Igreja ao público local: “Semana da Virada”, “Lidere PAES”, “Dia do Sim” (como é chamado o rito da Confirmação), entre outros.

Ainda sobre a questão da Liturgia, ao analisarmos os cultos, percebemos que assemelham-se bastante ao modelo seguido por Igrejas como a Batista de Lagoinha (Niterói) e a Brasa Church (Porto Alegre)²³⁶. Tal inspiração estética tem origem em Igrejas como a Hillsong²³⁷, da Austrália. Seguindo esse padrão, outras comunidades que fazem parte da Igreja Anglicana no Brasil, a exemplo da Anglicana Comunhão²³⁸, aderiram à estética hipster – moderna e sentimentalista –, pelo uso de iluminação cênica, e bandas tocando louvores estilo *worship*. Isto tornou os cultos mais dinâmicos e, ao mesmo tempo, aboliu totalmente qualquer referência à liturgia anglicana tradicional – de característica formal e sóbria.

Os sermões veiculados lembram bastante o modelo de palestras realizadas por centros de conferências como o TED/TEDx, (sigla para *Technology, Entertainment, Design*, em português, “Tecnologia, Entretenimento, Planejamento”), com temas motivacionais e de superação de problemas do cotidiano, disseminando tais ideias entre o público jovem a partir de uma abordagem moderna, voltada para a sua aplicação pela Bíblia. Esse processo de “esvaziamento” da tradição é uma das características da religião na era pós-secular, quando ela busca conviver com as mudanças ocorridas na sociedade, atualizando as liturgias do passado e práticas seculares, ao apresentar os mesmos discursos sob nova estética, desde os temas apresentados nos sermões até a aparência e vestuário dos seus líderes.

Pode-se entender a sociedade pós-secular como aquela na qual a tradição perde a naturalidade e auto evidência, dissolvida pela concatenação entre a diferenciação das esferas institucionais da vida social, a consolidação do espaço público e a separação entre Igreja e Estado, entre outros fatores. Ao mesmo tempo, é uma sociedade que convive com as mais diversas buscas

²³⁶ A edição da revista Super Interessante “Brasil Evangélico”, de novembro de 2016, trouxe uma matéria, escrita por Melissa Schröder, intitulada “Para todas as tribos”, apresentando a Brasa Church junto com outras igrejas brasileiras contemporâneas (2016, p. 61): “Inspirada nas igrejas Bethel, dos Estados Unidos, e da Hillsong, da Austrália, cujo pastor já aconselhou até Justin Bieber, a Brasa Church é uma igreja hipster, digamos assim. Com sede em Porto Alegre, foi fundada pelo pastor Maurício Martins em 2013 e atrai um público jovem antenado em roupas chamativas, alargadores de orelha e bandas independentes. As lições da Bíblia são passadas com uma linguagem bem descontraída, que inclui memes, piadas e bandas de rock. Além dos cultos, a Brasa promove festas temáticas anos 80. Apesar de não impor regras, o ministério segue a mesma linha do movimento neopentecostal quando o assunto é homossexualidade, drogas e sexo antes do casamento”.

²³⁷ A Hillsong Church é uma denominação cristã localizada em Sydney, Austrália. Ela foi fundada em 1983 pelo pastor Brian Houston e sua esposa, Bobbie Houston. Segundo as informações contidas no site da Igreja, mais de 150.000 pessoas assistem aos cultos por semana. Presente nas principais cidades australianas, a megaigreja possui cerca de 50 mil filiais no país.

²³⁸ Fundada em 1999, a “Anglicana Comunhão” é a Catedral da Diocese de João Pessoa, liderada pelo bispo Márcio Meira, eleito em maio de 2017. Atualmente, o bispo Márcio é um dos maiores apoiadores do arcebispo Miguel Uchôa, juntamente com o bispo Márcio Simões; ambos auxiliam no projeto de expansão e implantação de novas comunidades da Igreja Anglicana no Brasil.

religiosas, presentes nos mais diversos cantos e recantos sociais. Indivíduos, movimentos e grupos anseiam por experiências exóticas e/ou éticas de ordem religiosa ou mágica, uns enfatizando as certezas ontológicas e a solidez da tradição, outros a liberdade da experiência pessoal e as promessas da pós-modernidade. Com isso, as instituições religiosas e seus discursos são afetados, interpelados e precisam reafirmar fundamentos (a palavra do fundador), reatualizar cosmologias e símbolos e acionar novos mecanismos de controle e exclusão discursiva, num processo que redundará, fatalmente, em deslizamentos ou endurecimentos (*In*: RIBEIRO; ROSA (orgs.), 2014, p. 57).

Em 2017, o bispo Miguel Uchôa deu início a uma campanha nomeada “Ano da expansão”, na qual o conceito anglicano de paróquia foi alterado, criando-se uma rede PAES. Foram, então, fundadas novas “marcas”, como a PAES Esperança, localizada no bairro de Candeias, em Jaboatão dos Guararapes; a PAES Cabo, no município do Cabo de Santo Agostinho; e no Recife, a PAES ZN (Zona Norte)²³⁹.

Um fato acerca da PAES ZN (hoje renomeada Igreja Anglicana Zona Norte), é que foi escolhido o mesmo edifício que serviu de templo da Catedral da Santíssima Trindade durante os períodos de tensões. Após a saída do deão, Sérgio Andrade, da IEAB e do espaço que era alugado, a nova Catedral da Diocese Anglicana do Recife foi instalada na Igreja do Bom Samaritano e aquele lugar foi comprado pela Província da GAFCON. No interior, foram feitas reformas para adequá-lo à estética de uma “Igreja Hipster”: As paredes e os vitrais foram pintados de preto. A cruz e a mesa da Ceia foram colocadas na lateral e no lugar do altar foi instalado um telão.

Entendemos este movimento de mudança estética e de ocupação do espaço como uma afirmação de posições não apenas simbólicas – suplantando um templo anteriormente pertencente à IEAB –, mas também urbana, visto que a PAES-ZN se encontra bem próxima à sede da Igreja Episcopal Carismática. Assim, evidencia-se uma disputa, e não apenas uma luta de âmbito político, entre as Províncias da Comunhão Anglicana e da GAFCON na região, mas, também, uma estratégia de conquistar os espaços do mercado religioso na Zona Norte da cidade do Recife.

Em obra *Anglicanismo – Identidade, Relevância, Desafios*, próprio Robinson Cavalcanti fará a sua crítica a esse tipo de estética eclesiástica – anos antes dela se tornar uma febre no Brasil (mas que já estava sendo implantada em outras partes do mundo). Nas palavras do bispo da então Igreja Anglicana – Diocese Recife:

²³⁹ Embora estas comunidades tenham mudado os seus nomes tempos depois, vale salientar que surgiram a partir de um modelo estabelecido pela PAES Piedade, sendo esta a “marca” padrão.

A identidade protestante no Brasil (e na maior parte da América Latina) foi construída não pela afirmação dos seus próprios princípios, mas pela negação de qualquer marca associada à Igreja de Roma, desvalorizadas todas, preliminarmente. O resultado dessa polarização e imaturidade foi a ausência de uma arquitetura protestante, ou de expressões de arte plástica na decoração e utensílios dos templos, nas vestes dos Ministros, ou na elaboração da Liturgia. Houve uma ruptura absoluta com a História da Arte Cristã, um bloqueio à criatividade, um empobrecimento estético evidente, quando se confundiu o legado “*católico*” (patrimônio comum) com o apenas “*romano*”. [...] Foi na região Nordeste, porém, onde a polarização (e a perseguição) entre católicos romanos e protestantes encontrou suas expressões mais extremadas, com danos à estética religiosa evangélica que persistem até o presente, e que, lamentavelmente, tem afetado a consolidação do anglicanismo na região (CAVALCANTI, 2009, p. 89-90)

Em suma, as críticas de Robinson recaíam sobre a Igreja Anglicana brasileira, para que não se afastasse de suas raízes, seja na Teologia, na Moral ou no Culto.

A cura emocional e espiritual do Protestantismo brasileiro passa pela re-inclusão da estética no sagrado, com a apropriação do legado artístico histórico e a liberdade para a criação autóctone, liberto do medo de se parecer “*católico*” (ou, mais exatamente, “*romano*”) (CAVALCANTI, 2009, p. 90).

Dessa forma, percebemos que, além da quebra na própria Liturgia – pelo uso não regular do LOC²⁴⁰ –, a nova concepção de Igreja, promovida pela marca “PAES”, também rompe com a eclesiologia anglicana, uma vez que a estrutura do Anglicanismo é definida a partir da hierarquia de uma Diocese enquanto área territorial do bispo – constituindo-se na Igreja Local –, e a Paróquia, como uma Igreja presente em um território, seja ele um bairro ou uma região dentro de um bairro.

A eclesiologia difundida pela PAES é uma prática estranha ao Anglicanismo histórico, pois se constitui numa espécie de abertura de uma filial de uma mesma paróquia em outro bairro ou cidade. Segundo a prática de “plantio de igrejas”, uma nova unidade é aberta em lugares estratégicos, seguindo o modelo de Igreja que se mostra atraente para o perfil de um público em outra região da cidade ou município vizinho, o que torna a Igreja local uma verdadeira marca comercial, mais conhecida do que a própria Diocese ou a Igreja como um todo.

Percebemos que esse marketing foi utilizado para atender a um novo público de classe média e alta da região, falando a linguagem que os *millennials* apreciam: música animada, luzes vibrantes e uso maciço de mídias sociais e geração de

²⁴⁰ Apesar do uso não regular do LOC, em 2021, a denominação lançou o Livro de Oração Comum Contemporâneo, elaborado pela Comissão de Liturgia da Igreja, composta apenas por seus bispos.

conteúdo. Ao se relacionarem com a Fé cristã, esses elementos dão um novo significado ao espaço que antes era um *night club* chamado Babilônia, hoje, convertido em um templo religioso, através de uma “purificação por meio do santuário” (ELIADE, 2013, p. 56).

Notamos o aumento de tais práticas a partir dos vídeos que vêm sendo postados no canal do Youtube do bispo Márcio Meira (da Diocese de João Pessoa); em algumas publicações, ele assumiu uma postura de “combate” à IEAB. Por meio do “ativismo virtual”, veicula um discurso apologético – inclusive lendo *ipsis litteris* trechos de obras publicadas pelo bispo Robinson Cavalcanti –, apresentando uma versão particular da história do Anglicanismo, na qual defende que a Igreja Anglicana no Brasil seria a “legítima herdeira” ou a deu “continuidade” ao legado do bispo Kinsolving e dos missionários episcopais, ao mesmo tempo em que combate o que chama, constantemente, de “liberalismo teológico”. Os vídeos do referido bispo tem se tornado um dos principais meios de divulgar a denominação para o público.

É preciso destacar que, embora siga a linha evangélica, a Igreja Anglicana no Brasil não é uma denominação de linha Neopentecostal, ou fruto da Terceira Onda – apontada por Paul Freston como a terceira fase do Movimento Pentecostal no Brasil. Ela, contudo, reproduz a maioria dos discursos teológicos e morais, assim como práticas litúrgicas e de catarse dos fiéis neopentecostais – como o “transe espiritual”, o “falar em línguas” e o “repouso no espírito” – que, em geral, também são presentes na maioria das Igrejas Hipsters.

Embora seja bispo anglicano, o próprio Miguel Uchôa se denomina abertamente como “pentecostal”; da mesma forma, a própria PAES Piedade e suas “filiais”, possuem algumas características destacadas pelos pesquisadores do fenômeno Neopentecostal ou Pós-Pentecostal no Brasil, tais como valorização do pragmatismo e da gestão empresarial dos templos, utilização maciça da mídia para o proselitismo e centralidade da teologia na “batalha espiritual”. Segundo Vagner Gonçalves da Silva:

A terceira fase do movimento pentecostal, iniciada nos anos de 1970, com grande projeção nas duas décadas seguintes, foi marcada por algumas diferenças significativas no perfil das igrejas surgidas e práticas adotadas, o que lhe valeu a classificação de “neopentecostal”. Pelo acréscimo do prefixo latino “neo”, pretendeu-se expressar algumas ênfases que as igrejas identificadas nessa fase assumiram em relação ao campo do qual, em geral, faziam parte: abandono (ou abrandamento) do asceticismo, valorização do pragmatismo, utilização de gestão empresarial na condução

dos templos, ênfase na teologia da prosperidade, utilização da mídia para o trabalho de proselitismo em massa e de propaganda religiosa (por isso chamadas de “igrejas eletrônicas”) e centralidade da teologia na batalha espiritual contra as outras denominações religiosas, sobretudo as afro-brasileiras e o espiritismo (*In*: TEIXEIRA; MENEZES (orgs.), 2006, p. 208).

Percebemos, pois, o interesse do bispo Uchôa em investir nesse modelo de Igreja Hipster²⁴¹, criando um “padrão” ou até mesmo uma “marca” que deve ser seguida por outras comunidades. Notamos, também, um desinteresse em investir em Paróquias que sigam a linha “reformada” e mais “tradicional” do bispo Robinson, e em levar adiante a luta pela posse dos templos que foram devolvidos à Diocese Anglicana do Recife. Seguindo esse modelo, a PAES e outras comunidades que dela surgiram, alcançam um público que, hoje, circula entre outras igrejas semelhantes no mercado religioso do Recife e sua Região Metropolitana²⁴².

É digno de nota que, após Miguel Uchôa assumir a Igreja Anglicana no Brasil, um grupo de clérigos se desligou da denominação, por não concordar com a forma de condução da Diocese pelo novo bispo. Entre eles, estava o reverendo Daniel Barbosa, que foi secretário de Robinson por muitos anos. Em 25 de novembro de 2017, em cerimônia realizada na Igreja Evangélica Congregacional Pernambucana, eles ingressaram na Igreja Anglicana Ortodoxa no Brasil²⁴³ e suas ordens foram reconhecidas pelo Bispo Primaz da IAOB, Dom Adolfo Batista Teodoro Júnior.

Diante do exposto, apontamos que, atualmente, coexistem dois modelos eclesiais dentro da Província da GAFCON que, embora aparentem fazer parte de uma mesma denominação, se encontram em constante conflito: uma “Igreja de Robinson” – “evangélica reformada” – e uma “Igreja de Miguel” – “evangélica pentecostal”, esta última, cada vez mais consolidada entre as comunidades.

Como consequência dos episódios que se desenvolveram durante a Grande Crise do Recife, hoje temos duas Províncias no Nordeste, a *Igreja Anglicana no*

²⁴¹ *Igreja Hipster* é um termo adotado pelo autor para classificar modelos de Igreja surgidos a partir dos anos 2000, que lançam mão de tecnologias, linguagens e estética modernas, voltadas especialmente para o público jovem, mas que mantêm um discurso conservador, sobretudo, em relação à moral, família e questões ligadas à sexualidade.

²⁴² Dentre aquelas que se apresentam como “Igrejas Hipsters” ou que seguem essa estética, destacamos algumas denominações: A Ponte, Igreja da Família, Igreja do Amor, Igreja Monte Sião. Todas essas Igrejas têm uma marca que é o estilo do culto, a presença maciça nas redes sociais e entre os jovens, ênfase na pregação e louvor e centralidade na figura do pastor principal ou fundador.

²⁴³ A Igreja Anglicana Ortodoxa no Brasil surgiu em janeiro de 2013, na cidade de Corumbá de Goiás (GO), a partir de um grupo de clérigos de diferentes denominações. O novo clero foi ordenado pelo bispo Josué Sousa Torres (da Igreja Evangélica do Evangelho Pleno), entre eles, os bispos Dirceu Falcão Ibaldo e Adolfo Batista Teodoro Júnior. Os seus membros intitulam-se como “anglicanos ortodoxos” de *ethos* “anglo-evangélico” e consideram-se parte do Movimento Anglicano Continuar.

Brasil – representando a GAFCON –, e a *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil* – representando a Comunhão Anglicana, por meio da Diocese Anglicana do Recife. Embora não seja uma situação simples, diante dos nomes parecidos das duas denominações, temos uma evidente diferença entre os valores, as crenças e identidades eclesiais, como dois ramos distintos do Anglicanismo na região: um bastante recente, fruto de uma crise, e outro histórico, fruto de missão.

3.7.2 A Igreja Episcopal Carismática do Brasil e a sua autonomia

Após a “Pequena Crise do Recife” a Igreja Episcopal Carismática do Brasil cresceu de maneira vertiginosa na região, com a ordenação maciça de clérigos e a abertura de novas comunidades. Quando o deão Paulo Ruiz Garcia saiu da IEAB, três paróquias o seguiram. Após a sua sagração episcopal, Garcia instituiu, em 2004, o Seminário Teológico Episcopal Carismático (SETEC), tendo como Reitor o então reverendo Alexandre Ximenes. Esta decisão facilitou a formação de novos clérigos e a implantação de igrejas na região.

Em 14 de abril de 2007 foram sagrados novos bispos para a denominação: Alexandre Barbosa Monteiro Ximenes (Diocesano do Litoral Sul e Estado de Alagoas) e Frederico Carneiro Rêgo Bastos (Diocesano de Vitória de Santo Antão). Com isso, Paulo Ruiz Garcia foi reconhecido como Arcebispo e Primaz da IECB. No final do ano, em dezembro, o Seminário formou a sua primeira turma. Três anos depois, o SETEC chegou à cidade de Vitória de Santo Antão, por iniciativa do bispo Frederico Bastos.

Posteriormente, foram sagrados outros bispos para a Igreja: Adonias Ramos de Souza, em 30 de novembro de 2007 (Diocesano de Paulista e Estado da Paraíba; André Novaes de Albuquerque Cavalcanti (Auxiliar do Recife), em 16 de novembro de 2009; Raniere Ribeiro Campos, em 10 de junho de 2010; Marcos Cefas Lopes de Barros, em 05 de abril de 2011; Roberto José Schuler, em 19 de maio de 2012, Alexandre Lins da Silva (Auxiliar para Missões no Estado do Rio Grande do Norte), em 02 de outubro de 2014; Edgar Batista Ferreira Neto (Diocesano da Mata Norte de Pernambuco), em 18 de julho de 2019; e Jean Clayton de Albuquerque do Nascimento (Auxiliar da Diocese de Vitória de Santo Antão), em 06 de fevereiro de 2020. No dia 20 de outubro de 2021, a Câmara dos Bispos elegeu

o reverendo Francisco Rubem da Silva foi eleito para ser o bispo para a Diocese de Olinda, que será criada no início de 2022, quando a nova unidade diocesana da Igreja será criada e o novo bispo da denominação será sagrado.

Atualmente, a Igreja Episcopal Carismática do Brasil possui nove bispos e cinco dioceses. Ao longo de sua história, alguns bispos saíram da denominação por divergências com a liderança de Paulo, como Raniere Campos, Marcos Cephas e Roberto Schuller, que se filiaram a outras igrejas. A Diocese de Limoeiro foi extinta e instituída a Diocese da Mata Norte. Porém, em outras regiões, a Igreja mostra-se mais dinâmica, como na Diocese de Vitória, em que foram instalados o primeiro Arcediago e o primeiro Arcipreste, juntamente com o bispo auxiliar, Jean Clayton. Esta Diocese, segundo avaliamos, tem maior expansão no interior de Pernambuco.

Na Igreja Episcopal Carismática do Brasil não existe uma instância sinodal ou democrática; nela, as decisões são tomadas de maneira hierárquica, sempre partindo da liderança de Paulo Garcia e dos demais bispos da Câmara, e são aplicadas a toda a Igreja. Em relação ao clero, o evento principal do qual participam é o Encontro Nacional do Clero (ENAC), o espaço mais “aberto” para que os reverendos saibam o que está acontecendo na Igreja e tenham maior integração.

Para tornar a liturgia mais dinâmica – uma vez que as músicas são longas e o sermão toma boa parte do culto – usa-se apenas a estrutura do LOC, escolhendo-se alguns trechos, sem seguir a sequência litúrgica em sua totalidade. Isto se percebe, sobretudo, no momento da Eucaristia, em que Oração Eucarística é iniciada pelos presbíteros a partir do Memorial²⁴⁴ e não da introdução da Anáfora²⁴⁵.

Desde o começo, a Comunhão Internacional da Igreja Episcopal Carismática (CIIEC) adotou a versão norte-americana, de 1979, do Livro de Oração Comum, como a base de sua liturgia. Na Igreja do Brasil a edição do LOC utilizada era a da IEAB, de 1984. Porém, percebemos que, nos últimos anos, para ordenações e sagrações episcopais, é usado o LOC de 2015, sendo omitida a linguagem neutra e utilizados somente pronomes masculinos, uma vez que na IECB não se ordenam

²⁴⁴ Este trecho da Liturgia é retirado de 1 Coríntios 11:23-26, em que o Apóstolo Paulo diz o seguinte: “Pois recebi do Senhor o que também lhes entreguei: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão e, tendo dado graças, partiu-o e disse: ‘Isto é o meu corpo, que é dado em favor de vocês; façam isto em memória de mim’. Da mesma forma, depois da ceia ele tomou o cálice e disse: ‘Este cálice é a nova aliança no meu sangue; façam isto, sempre que o beberem, em memória de mim’. Porque, sempre que comerem deste pão e beberem deste cálice, vocês anunciam a morte do Senhor até que ele venha”.

²⁴⁵ Na parte introdutória da Oração Eucarística se encontram algumas das fórmulas da Liturgia utilizada pela Igreja Cristã desde os primeiros séculos, como o *Sursum Corda* (“Elevai os corações”).

mulheres. Também se faz a troca do nome *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil* por *Igreja Episcopal Carismática do Brasil*, sempre que é mencionado no texto.

As atividades da Igreja continuam a gravitar em torno da Catedral da Trindade, sob a liderança do Arcebispo Paulo Garcia. Porém, existem movimentos voltados para diferentes tipos de público que frequentam a Igreja e as comunidades. Para as crianças, existe o Encontro de Crianças com Cristo e a Escola Dominical Infantil. Para os adolescentes, o Encontro de Adolescentes com Cristo, o Realidade e a Escola Dominical, voltada para essa faixa etária. Para os jovens, há o Encontro de Jovens com Cristo. E para os adultos, o Cursilho de Cristandade – principal evento da Igreja desde o seu início –, dividido em masculino e feminino, junto com a Escola Dominical. E para os casais, o Encontro de Casais com Cristo.

Ultimamente notamos uma grande movimentação através do Ministério Sinos, o qual é responsável pela comunicação da Igreja, que atua especialmente nas redes sociais como o Instagram, veiculando vídeos e mensagens da Catedral. O investimento maciço para colocar a Igreja nas mídias digitais, fez com que ela expandisse sua atuação na região Nordeste e fidelizasse o seu público. Se antes a Igreja era divulgada através dos programas de rádio conduzidos por Paulo Garcia, hoje, tal proselitismo se faz mediante a Internet e suas ferramentas de transmissão.

O perfil do público da Igreja Episcopal Carismática gira em torno das classes média e alta, sobretudo no Recife e Região Metropolitana. De igual modo, a Igreja tem um discurso alinhado à defesa de pautas conservadoras no tocante à moral, à sexualidade e às questões políticas.

Em 18 de setembro de 2018, durante a abertura das celebrações dos 50 anos de ministério pastoral e 80 de vida, ao final do seu sermão, Paulo Garcia citou o Salmo 33:12 (“Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”) e, em seguida, concluiu com o lema utilizado por Jair Bolsonaro em sua campanha presidencial: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Embora a IECB não tenha feito campanha aberta para o candidato, os posicionamentos do Arcebispo e da própria Igreja, sempre deixaram transparecer o apoio dado às pautas defendidas por Bolsonaro, como foi visto na visita do presidente ao Recife, em setembro de 2021.

Para lidar melhor com seu diversificado público, ao longo dos anos, uma série de Ministérios foram criados. Destacamos o citado Ministério Sinos, responsável pela comunicação nas redes sociais. Por meio de transmissões pelo Instagram,

Facebook e Youtube, a Igreja consegue alcançar um vasto público, não apenas no Brasil, mas também fora dele, de modo que a Igreja chegou a lugares nos Estados Unidos, como a Flórida, em cidades como Miami, localidade onde se concentra uma expressiva quantidade de imigrantes brasileiros e que a população brasileira costuma visitar. Isso, porém, causou um problema de jurisdição, relativo à presença de uma paróquia da Igreja brasileira em território da Igreja norte-americana.

Em agosto de 2018, Craig Bates, o patriarca da Comunhão Internacional da Igreja Episcopal Carismática, se reuniu, no Recife com o clero da Igreja e suas principais lideranças, incluindo o arcebispo Paulo Garcia e o bispo Alexandre Ximenes. Na pauta estavam, dentre outras questões, a padronização do culto – uma vez que a IECB divergia bastante do uso litúrgico da CIEEC –, e a aposentadoria compulsória de Garcia. Segundo os cânones da instituição, o arcebispo ao completar 80 anos deveria se aposentar, o que ocorreria no ano seguinte.

Todavia, ele procedeu de forma similar à que utilizou com a IEAB: resistindo à aposentadoria compulsória, culminando com um rompimento. Com esse ato, Paulo Garcia buscou garantir o patrimônio da sua denominação – em especial, a Catedral da Trindade –, de modo que tais tensões – de ordem disciplinar e patrimonial, respectivamente – aumentaram ainda mais para com o Patriarca Bates. No dia 24 de março de 2019 um comunicado foi publicado na página do Facebook e nos boletins das paróquias e catedrais, informando que a denominação brasileira havia se separado da Comunhão Internacional da Igreja Episcopal Carismática.

Por solicitação do Arcebispo +Dom Paulo Garcia, comunico aos integrantes do Clero que os Bispos da Igreja Episcopal Carismática do Brasil-IECB, após vários dias de oração, compreenderam, clara e consensualmente, que Deus estabeleceu uma nova orientação para a Igreja Brasileira. Esse novo tempo implicará na elaboração de nossos próprios Cânones, que reflitam nosso "ethos" específico, nossa cultura, nossa liturgia, nossa visão da obra da Igreja no mundo e que estejam rigorosamente fundamentados nos preceitos bíblicos. Entretanto, desejamos manter uma relação fraternal com a Comunhão Internacional da Igreja Episcopal Carismática-CIEEC. Estaremos sempre unidos em amor e oração mútua. O seu respectivo Bispo Diocesano está disponível para maiores esclarecimentos. Bispo André Novaes. Auxiliar da Diocese do Recife. Recife, 24 de Março de 2019 (CATEDRAL DA RECONCILIAÇÃO, 24 mar. 2019).

O comunicado foi recebido com grande surpresa pelos membros da Igreja, que se manifestaram nas redes sociais; alguns se posicionaram contra, mas a maioria foi favorável. Por questão de descrição, a saída da Comunhão Internacional

foi mantida dentro das paredes da instituição e somente foi revelada depois do Encontro Nacional do Clero. Dessa forma, a Igreja Episcopal Carismática do Brasil rompeu com a sua sede patriarcal, situada nos Estados Unidos da América.

O ano de 2019 foi decisivo para a Igreja Episcopal Carismática do Brasil, uma vez que consolidou o projeto de uma denominação independente, iniciado em 2002, a partir da crise com a Província Brasileira da Comunhão Anglicana. Em 05 de maio de 2019, como parte das comemorações daquele ano, foi feita a reinauguração do Órgão de Tubos da Catedral da Trindade²⁴⁶, após passar bom tempo sem uso. E, no dia 14 de setembro de 2019, foi celebrado o culto em ação de graças pelos 80 anos de idade e 50 anos de ministério de Paulo Garcia, quando ele foi instituído como Arcebispo do Recife e Primaz da Comunhão Episcopal Internacional (CEI), organização criada para abrigar as comunidades que congregam em torno da IECB.

Todavia, por conta dos desafios institucionais e das dificuldades da idade avançada, somados às baixas advindas com a Pandemia do COVID-19, os dois bispos mais antigos da IECB – Paulo Garcia e Alexandre Ximenes –, perceberam que não era mais possível estar a frente da Igreja, liderando todas as atividades, de modo que, no final de 2021, passaram a delegar funções, com a instituição dos primeiros deões para as catedrais da Trindade e Reconciliação. A partir do ano seguinte, as respectivas comunidades serão lideradas pelos reverendos Sirlan Pedrosa e Ivan Rocha. A Igreja Episcopal Carismática, apesar das dificuldades para construir a sucessão da sua liderança, se vê desafiada a abrir espaço para novas lideranças, que futuramente substituirão os bispos Garcia e Ximenes.

Como consequência desses eventos, temos um novo quadro religioso na cidade do Recife, no qual a Igreja Episcopal Carismática do Brasil passou a ser uma instituição independente e uma denominação de caráter nacional, uma vez que foi criada nova organização, em nível internacional – a Comunhão Episcopal Internacional – para administrar as missões da Igreja que estão se estabelecendo em outros países lusófonos, como Angola e Portugal. A partir de então, o Arcebispo Paulo Garcia passou a destacar, em seus sermões, o vínculo da IECB à sua nova Comunhão eclesial, como uma Igreja brasileira autônoma, que se denomina, ao mesmo tempo, como “sacramental, evangélica e carismática”.

²⁴⁶ Além do órgão de tubos da Catedral da Trindade, há, na cidade do Recife, um órgão na Igreja Madre de Deus, localizada no bairro do Recife Antigo, e outro no Instituto Ricardo Brennand, que fica na Zona Oeste.

3.7.3 A reconstrução da Diocese Anglicana do Recife

A partir de 2017, a Diocese Anglicana do Recife vem experimentando crescimento: surgem novos membros e são estabelecidas novas comunidades, sobretudo em áreas onde antes a Igreja não havia chegado, a exemplo do Piauí e do Maranhão. Também percebemos que o perfil dos membros, especialmente em Pernambuco, é de adultos jovens, contrastando com os membros mais velhos, acima da faixa dos quarenta anos, que estão presentes em outras Dioceses da Igreja, sobretudo na região Sul.

Diferente da realidade da Igreja estabelecida no Sul e no Sudeste do Brasil, onde ela é composta por famílias com anglicanos de várias gerações, algumas com ligação direta com os fundadores da Igreja e lideranças históricas, a Diocese Anglicana do Recife possui um perfil frágil, pois é difícil encontrar pessoas com mais de vinte anos de permanência na Igreja, o que remete ao desafio de fidelizar o público mais novo. Isso também gera inúmeros problemas com relação à quantidade de membros, o que repercute na sustentabilidade financeira. Caso não haja uma renovação de fiéis, essa baixa na quantidade de membros, somada à lacuna nas gerações de famílias que frequentam a Igreja, afetará não apenas a manutenção das missões e paróquias, mas, também, o trabalho de reconstrução da Diocese, pela falta de clero remunerado e incentivos a novas vocações sacerdotais. Caso estes problemas não sejam resolvidos em pouco tempo, será preciso repensar as estratégias de missão.

A consolidação do Anglicanismo no Nordeste só poderá ser vislumbrada com o passar dos anos do *Período de Reconstrução*. Aqui apontamos o atual período, vivido como momento de soerguimento após as crises, devido ao amadurecimento das comunidades em torno de sua identidade – tão cara a esta Diocese ao longo de sua história –, percebida, sobretudo, a partir do ano de 2017, quando novas comunidades passaram a surgir após a devolução dos templos. Isto, sem dúvida, marcou o início de um longo processo de reconstrução da Igreja, após a consciência dos verdadeiros problemas que a afligiram por tanto tempo.

Em virtude da centralização de poder em torno do Deão e do Bispo – contrariando a noção de “poder difuso” e organização sinodal da Igreja Anglicana –,

o projeto de construção da Diocese Anglicana do Recife se confundiu com os projetos pessoais que gravitavam em torno de uma determinada visão de Igreja – partidária, tanto política quanto teologicamente – cujos planos dependiam da aprovação ou reprovação de tais lideranças.

Os projetos pessoais, como o de Paulo Garcia – que buscava torna-se bispo da Diocese Anglicana do Recife –, e o de Robinson Cavalcanti – que buscava construir uma diocese de perfil 100% evangelical –, estavam centrados em um problema de ordem eclesiológica, que abordamos no capítulo seguinte, e que são aprofundados a partir de um problema levantado pelo teólogo anglicano Carlos Calvani. Esse problema, sempre presente nos processos de ruptura na Diocese Anglicana do Recife – e que ainda existe em algumas instâncias diocesanas – é o que entendemos como tensão entre a *Substância Católica* e o *Princípio Protestante* – também visto em outros processos de tensionamento, ruptura e continuidade do Anglicanismo.

Outro fator decisivo foi a falta de formação do laicato a partir do Seminário Anglicano do Recife (SAET), que criou um desconhecimento sobre a liturgia e pluralidade de identidades própria do Anglicanismo, gerou o esvaziamento de fiéis e o esfacelamento da Diocese Anglicana do Recife em outras Igrejas. Embora estas questões não possam ser respondidas de um modo simplório, é notória a crescente divisão das Igrejas Anglicanas e Episcopais após o acirramento das tensões entre grupos “conservadores” e “liberais” e após os dois processos de crise no Recife. Podemos apontar a centralidade da Diocese Anglicana do Recife no processo de fragmentação do Anglicanismo no Brasil, uma vez que os acontecimentos recentes na história dessa tradição religiosa no Nordeste, contribuíram para o surgimento de novas denominações não apenas na região, mas em todo o país.

No Brasil, isso se tornou ainda mais evidente com o surgimento de instituições que disputam a sua legitimidade com base nestes posicionamentos teológicos e identitários, os quais envolvem apenas lideranças que estão temporariamente no poder, excluindo em sua totalidade, os membros dessas denominações que, muitas vezes, passam por estas crises sem percebê-las ou tomar consciência do que está acontecendo nos bastidores.

Até a conclusão deste trabalho Paulo Garcia continua na liderança da Igreja Episcopal Carismática do Brasil como seu Arcebispo, assim como Leonides de

Menezes na Igreja Cristã Episcopal. Sérgio Andrade é o pastor da Igreja Anglicana da Santíssima Trindade, e Miguel Uchôa dá prosseguimento ao projeto iniciado por Robinson Cavalcanti, como Arcebispo da Igreja Anglicana no Brasil, hoje Província da GAFCON. Já a Comunhão Anglicana continua sendo representada no Nordeste pela Diocese Anglicana do Recife, liderada pelo bispo João Câncio Peixoto Filho.

Por causa da pandemia do COVID-19, a Diocese Anglicana do Recife decidiu realizar o seu Concílio de maneira virtual. Planejado para acontecer de 17 a 19 de julho de 2020, o encontro foi transmitido pela Plataforma Zoom, e teve como sede administrativa e tecnológica a capital pernambucana. Durante a pandemia, as comunidades começaram a realizar suas comemorações online, em plataformas digitais, com streams ao vivo no Facebook e Instagram. Esta experiência de liturgias e reuniões online durante os primeiros meses foi essencial para habilitar o pessoal diocesano a organizar o evento.

Por meio da Circular 01/2020, de 03 de março de 2020, todas as comunidades foram convocadas a se reunir online, até 31 de março, para escolher os nomes de seus representantes. No dia 4 de abril de 2020, o bispo Peixoto enviou a toda a Diocese o convite através do qual convocava oficialmente o Concílio.

O Concílio foi organizado em duas partes: um pré-Concílio – para a preparação dos membros – e a reunião do Concílio em si. Nesta primeira parte, os participantes foram divididos em três grupos que trabalhariam nos seguintes eixos estratégicos: 1) Missão, Pastoral e Diaconia; 2) Formação Teológica; 3) Gestão, Comunicação e Sustentabilidade. A missão desses grupos era criar planos de ação para a diocese a serem aplicados em breve. Em 04 de julho de 2020 (sábado), foi realizada a primeira das três reuniões do pré-Concílio. Nesse período, foi lançada uma série de treze vídeos sobre espiritualidade para os participantes meditarem. Na noite de sexta-feira, 17 de julho, a Santa Eucaristia de abertura foi presidida pelo Reverendíssimo João Peixoto, auxiliado pela Reverenda Rose Cunha e pelo Ministro Leigo Rafael Vilaça. A ordem do ofício e a música foram escolhidas para enfatizar a cultura local da região (COSTA, 2020, p. 85-86).²⁴⁷

Dada a situação atípica, que alterou todas as agendas das Igrejas, vale o registro, na história da Diocese, que o XXXIV Concílio da DAR foi o primeiro a acontecer de maneira virtual, entre as Províncias da Comunhão Anglicana, uma vez que, somente meses depois, a Igreja Anglicana de Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia, realizou o seu Sínodo online.

²⁴⁷ Vide Imagem 32, com fotografias do XXXIV Concílio.

O Serviço de Notícias da Comunhão Anglicana noticiou que, em 25 de julho, a Igreja Anglicana de Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia realizou uma reunião sinodal virtual no Zoom, para renovar a primazia tripla da Igreja, de acordo com a lei canônica. Assim, podemos dizer, de fato, que o 34º Concílio da Diocese Anglicana de Recife foi o primeiro Concílio Online na história da Comunhão Anglicana a acontecer durante a pandemia. O desafio aceito pela Diocese do Recife atraiu a atenção de outras partes da província. Durante as sessões, alguns bispos de outras dioceses estiveram presentes para ver como funcionava o Concílio Online, levando às suas igrejas locais a possibilidade de organizar um evento semelhante (COSTA, 2020, p. 89).

Por causa da Pandemia do COVID-19, o Conselho Diocesano decidiu realizar o XXXV Concílio Diocesano na cidade de Salvador (BA), após muitos anos ocorrendo em Recife. Desde os anos 2000 havia, na Diocese, a expectativa de que após realizar-se o processo de autonomia da região Norte – acontecido em 2006, com a criação da Diocese da Amazônia – começasse processo similar para com a Igreja no estado da Bahia.

A escolha daquela cidade para o próximo Concílio da DAR, indica mais do que uma descentralização dos encontros que geralmente são realizados na capital pernambucana. É possível que, em algum Sínodo futuro, seja levada uma proposta de desmembramento do território da Diocese Anglicana do Recife para a criação de uma nova unidade eclesial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: a Diocese Anglicana de Salvador. Entretanto, com as sucessivas crises, tal projeto foi adiado para um momento em que a Igreja tiver melhores condições.

Após analisarmos a construção, crise e reconstrução da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil nesta região, uma pergunta inevitavelmente surge: qual será o futuro da Diocese Anglicana do Recife? Esta resposta caberá às próximas gerações de fiéis que chegarem à IEAB. A missão da atual geração, que marcou sua presença e resistência nos mais importantes acontecimentos aqui narrados e analisados, foi sustentar a Diocese, nos momentos das lutas e das provas. Graças à obstinação destas lideranças, em sua maioria oriundas do Seminário Anglicano de Estudos Teológicos, hoje é possível dizer que a Igreja segue caminhando, com seus desafios e peculiaridades, como parte da história do Anglicanismo no Nordeste.

4 AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DA IEAB: UNIDADE NA DIVERSIDADE

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é uma denominação cristã centenária. Como fruto da confluência da missão episcopal norte-americana, das capelanias inglesas erigidas nas principais cidades do país e do trabalho missionário entre os membros da colônia japonesa, ela hoje se organiza como uma Igreja Nacional, a 19ª Província da Comunhão Anglicana. A partir da década de oitenta, novas ênfases teológicas começaram a surgir na Província. Nos últimos anos, a Igreja tem-se posicionado a respeito de diversos temas debatidos pela sociedade brasileira, buscando ser condizente com o seu discurso, através de uma postura pautada no conceito da *Inclusividade Anglicana*.

Embora tenha surgido na cidade de Porto Alegre – onde se encontra a Catedral Nacional da Santíssima Trindade –, ao longo da história ela se expandiu, passando por diversas mudanças em suas identidade, liturgia, teologia e até mesmo no seu *ethos*, o seu “jeito de ser”. Os próprios membros da Igreja compreenderam que a sua identidade não era algo pré-determinado e afixado por tradições seculares e fórmulas acadêmicas, mas, sim, algo a ser construído e reconstruído, dependendo do momento histórico e cultural. Hoje, a Igreja deixou de ter uma orientação “norte-americana” e “gaúcha” para se transformar em um mosaico anglicano que reflete a diversidade social, linguística e cultural que existe no Brasil. Assim, a Igreja também ganhou uma cara nordestina, amazonense, nortista, carioca, paulista, candanga.

No campo da eclesiologia, a Igreja ficou mais parecida com os católicos romanos brasileiros e estes mais parecidos com a IEAB. No âmbito das questões políticas e sociais, a Igreja se tornou altamente ecumênica, defendendo abertamente os Direitos Humanos e os movimentos sociais que se originam de suas pautas. Da mesma forma, como parte disso, ela absorveu o discurso e prática feministas, abrindo caminho para a ordenação de mulheres às três Ordens Sagradas e sua participação ativa na liderança da Igreja. Como consequência, também se discutiu o acesso pleno aos sacramentos por todas as pessoas, inclusive as homoafetivas. Não somente em relação ao Batismo e à Eucaristia, mas à Ordem e ao Matrimônio.

Na visão de cristãos e religiosos progressistas, a Igreja tem avançado em diversas questões para com as quais outras denominações brasileiras mantêm com restrições ou sequer permitem que sejam debatidas. Por essa razão, algumas

peças enxergam a denominação como vanguardista em muitos aspectos, não somente entre as Igrejas do Brasil, mas, também, dentro na Comunhão Anglicana. Já para outras lideranças religiosas e grupos conservadores, a postura inclusiva da IEAB é frequentemente denunciada como sendo herética, fruto de sua militância em pautas sociais, que seriam alheias ao Cristianismo e à própria mensagem bíblica.

O desafio enfrentado nos últimos anos foi a busca pela consolidação de uma Igreja inclusiva e em contínua reforma. A Ordenação Feminina não enfrentou resistências para a aceitação de mulheres no sacerdócio, porém, a eleição de bispos para a Província Brasileira levou mais tempo para concretizar-se. Embora esta seja uma das questões que mais divide as Igrejas da Comunhão Anglicana, no Brasil, a ordenação de pessoas homossexuais ao sacerdócio e a realização do casamento entre pessoas do mesmo sexo tornou-se a questão mais polêmica e debatida nos últimos vinte anos na Igreja, custando, inclusive, a unidade da própria Igreja.

Tais questões, por sua vez, estão intimamente ligadas a outros temas debatidos, como a Teologia Pública, e sua busca por inserir a Igreja na sociedade e nos problemas estruturais de nosso país, como a desigualdade social, a concentração fundiária, a violência doméstica, o racismo, a homofobia e a xenofobia. Da mesma forma, a Teologia e a Eclesiologia estão intimamente ligadas com a forma como a Igreja celebra. Assim, tais mudanças acompanharam também a publicação do novo Livro de Oração Comum, que, por meio de uma atualização da estrutura dos ritos e de sua forma – especialmente pelo uso da linguagem neutra – promoveu, em toda a Província, o que aqui chamamos de Inclusividade Litúrgica, a qual é inerente ao próprio *ethos* anglicano.

Para desenvolvermos este capítulo, elencamos quatro pontos que abarcam a questão da *Inclusividade Anglicana* e norteiam a formação das múltiplas identidades da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: a defesa de pautas sociais e políticas, a Reforma Litúrgica com a publicação do novo Livro de Oração Comum, a Ordenação Feminina e a inclusão plena das pessoas LGBTQ+ na vida sacramental da Igreja. A partir deles, fizemos uma análise das mudanças ocorridas nas últimas décadas. Por meio de um método quantitativo-qualitativo, foi feita uma análise dos dados estatísticos da IEAB. Através deles, será possível compreender como a Igreja se organiza, a quantidade atualizada de membros e de comunidades, os avanços e retrocessos. Também abordamos, neste capítulo, o Plano Estratégico Provincial

(2020-2023), elaborado após as diretrizes do Sínodo Geral de 2018. Por meio dessas informações, é possível entender como a Igreja construiu a sua identidade a partir de uma participação cada vez mais ativa das lideranças do clero e do laicato.

Os dados da quantidade de membros da Igreja foram obtidos através de registros feitos pelo Estatístico Provincial da época (reverendo Oswaldo Kickhöfel), que se encontram presentes nas Atas dos Sínodos da IEAB. Também foram utilizados os dados dos Censos do IBGE dos anos 2000 e 2010, com informações obtidas partir dos microdados da POF 2003 e da POF 2009. Da mesma forma, vários bispos e bispas, clérigos e clérigas, secretários e secretárias enviaram informações sobre suas Dioceses, sendo possível construir as tabelas que apresentamos neste capítulo.

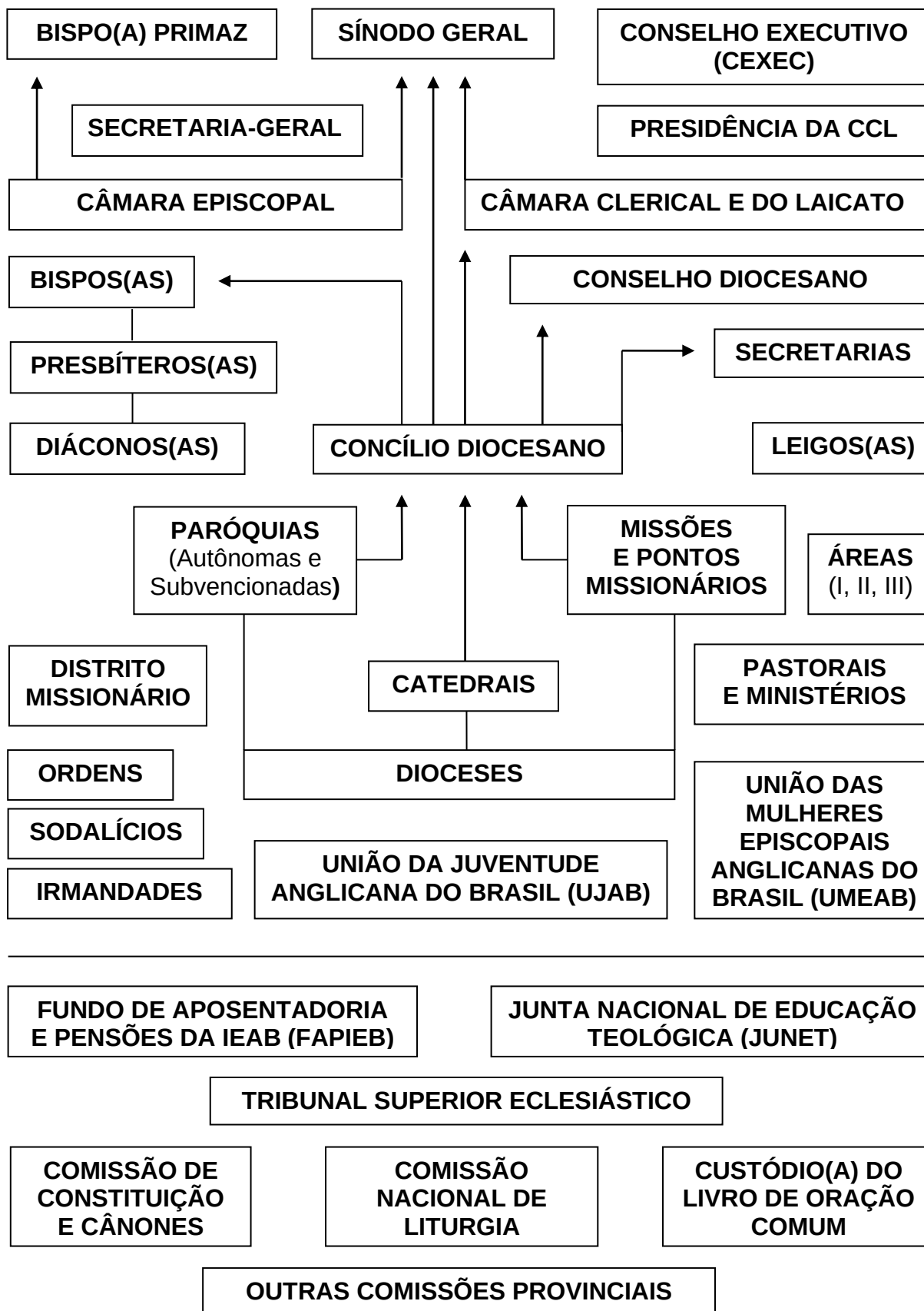
Somente por meio dessa radiografia da instituição, em seus aspectos teóricos e práticos, é que podemos entender como, nos últimos anos, diferentes pessoas, com distintas visões e vivências, contribuíram para a construção do mosaico que é a Província. Como resultado, será possível entender, de maneira mais didática, como ocorre a sua atuação na sociedade brasileira e na Comunhão Anglicana.

4.1 UMA IGREJA DE PROPORÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Para que se possa compreender como a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil construiu as suas múltiplas identidades ao longo da história, precisamos antes, compreender como ela se organiza. Essa organização é fruto da sua Teologia e da sua Eclesiologia. Ao mesmo tempo em que ela resulta de uma missão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, também é uma Província da Comunhão Anglicana, o que faz dela uma Igreja de proporções nacionais e internacionais.

A Eclesiologia dicotômica do Anglicanismo faz com que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil seja, ao mesmo tempo, Hierárquica e Democrática, Tradicional e Moderna, Canônica e Pastoral. A solução para este desafio eclesiológico se encontra no conceito da “Unidade na Diversidade”. Desse modo, é necessário se aprofundar na forma como a Igreja se constitui e funciona através dos seus diferentes órgãos, organizações e instituições internas, os quais são regidos e disciplinados pela Constituição e Cânones Gerais (atualizados em 2016 e 2018).

Tabela 1 – Estrutura da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil



Fonte: elaboração do autor da tese.

Antes de abordarmos a estrutura da Igreja, é necessário entendermos, em poucas palavras, a Teologia que fundamenta a organização do seu corpo eclesial, formado por clérigos e leigos. Existem funções específicas no Tríplice Ministério (Episcopado, Presbiterato e Diaconato), bem como para a participação dos leigos na vida das comunidades. Todas elas se encontram detalhadas na Constituição e nos Cânones Gerais da instituição.

Os bispos e bispas atuam ao mesmo tempo como pastores e principais lideranças da Diocese. São quem preside a celebração Eucaristia e demais ofícios litúrgicos. Eles e elas também são responsáveis pela ordenação às Ordens Sagradas, como sucessores dos apóstolos. Assim, têm como dever "conservar a fé, unidade e disciplina da igreja toda, proclamar a palavra de Deus, agir em nome de Cristo para reconciliar o mundo e edificar a Igreja; e ordenar outros para continuar o ministério de Cristo". Além das funções espirituais, também exercem funções administrativas, visto que a palavra "bispo" (do grego, *epískopos*) significa "supervisor", "administrador".

Como parte do tríplice ministério, os bispos e bispas são auxiliados pelos presbíteros e presbíteras, os quais lideram as comunidades locais. A palavra "presbítero" (do grego, *presbúteros*) significa "ancião". Assim, assumem o papel de representantes da autoridade diocesana, na celebração eucarística e pregação. Por sua vez, são auxiliados pelos diáconos e diáconas no trabalho missionário, da mesma forma no exercício do seu ministério no atendimento aos pobres e enfermos. Pela sua própria raiz etimológica, a palavra "diácono" (do grego, *diákonos*) significa "aquele ou aquela que serve", ou exerce a prática da dianonia.

Qualquer ministro ou ministra, oriundos de outra Igreja cristã, só podem ter sua ordenação reconhecida como válida, se a tiver recebido das mãos de um bispo ou bispa com sucessão apostólica. Outros critérios, segundo a Tradição, além do ministro ordinante (o epíscopo), incluem que estas ordenações tenham sido fiéis na matéria (o ato da imposição das mãos), forma (oração para a ordenação) e a intenção (que o ministro ordinante tenha sido fiel ao seu ministério e cumprido as funções para as quais foi ordenado). Por sua vez, ministros procedentes de igrejas evangélicas ou protestantes que não tenham sido ordenados segundo estes requisitos são "reordenados", de acordo com as normas canônicas.

Por sua vez, os leigos também possuem uma participação importante como parte do “sacerdócio universal de todos os crentes”. Diferentes dos membros do clero – separados para um “sacerdócio ordenado” para a condução do povo de Deus -, os leigos exercem um “sacerdócio batismal”, ampliado ou amadurecido através da Confirmação como membros do Corpo de Cristo, uma vez que, a própria palavra “leigo” (do grego, *laikós*) significa “aquele que não recebeu ordens sacras”.

No Anglicanismo, alguns membros do laicato, após a devida formação, são indicados para exercerem um ministério especial na condução de comunidades que geralmente necessitam de lideranças ou não contam com clérigos disponíveis; assim, são escolhidos pelos bispos para serem ministros leigos. É importante frisar que tais ministros são instituídos para mandatos, não são ordenados, podendo esta função cessar quando não mais for necessária, diferente dos membros do clero, que, uma vez ordenados, fazem parte de suas Ordens Sagradas para sempre, uma vez que elas são de caráter indelével e cumulativas. Quando ordenado, um bispo continua sendo presbítero e, ao mesmo tempo, diácono, embora faça parte de uma ordem distinta, dentro do ministério ordenado.

Sobre a estrutura da Igreja, esta é dividida em três níveis: Paróquia, Diocese e Igreja Nacional. A unidade mais básica é chamada de Paróquia (a depender do tamanho da congregação, as comunidades são consideradas Missões ou Pontos Missionários). As primeiras são lideradas por um(a) pároco(a) ou reitor(a), enquanto que as duas últimas, por serem menores, são lideradas por um(a) ministro(a) encarregado(a). Já a Diocese, formada pelas paróquias e missões de uma determinada área geográfica, é liderada por um bispo ou bispas.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é formada pela união das Dioceses. Dentro da Comunhão Anglicana, a Igreja Nacional é a sua 19ª Província, liderada pela figura do Primaz, que é escolhido a cada Sínodo. Este, por sua vez, é um *primus inter pares* (“o primeiro entre os iguais”), exercendo a primazia da Igreja entre os demais bispos e bispas que formam a Câmara Episcopal²⁴⁸.

²⁴⁸ Atualmente, a Câmara Episcopal é composta pelos seguintes membros: Bispo Naudal Alves Gomes, Primaz da IEAB; Bispo Maurício Andrade, Diocese Anglicana de Brasília; Bispo Francisco de Assis da Silva, Diocese Sul-Occidental; Bispo Humberto Maiztegui, Diocese Meridional; Bispo João Cândia Peixoto, Diocese Anglicana do Recife; Bispo Eduardo Coelho Grillo, Diocese Anglicana do Rio de Janeiro; Bispa Marinez Rosa dos Santos Bassotto, Diocese Anglicana da Amazônia; Bispa Meriglei Borges Silva Simin, Diocese Anglicana de Pelotas; Bispo Francisco César Fernandes Alves, Diocese Anglicana de São Paulo; Bispa Magda Guedes Pereira, Diocese Anglicana do Paraná; Bispo Clovis Erly Rodrigues, Emérito; Bispo Almir dos Santos, Emérito; Bispo Celso Franco, Emérito; Bispo

A história da criação das Dioceses teve início com o desmembramento do Distrito Missionário, em 1949. A partir deste marco, surgiram a Diocese Meridional (Porto Alegre), a Diocese Sul-Occidental (Santa Maria) e a Diocese Brasil Central (Rio de Janeiro). A primeira deu origem à Diocese de Pelotas, em 1988, enquanto que a última originou a Diocese Sul Central (São Paulo), em 1969; a Diocese Setentrional (Recife), em 1976; a Diocese de Brasília, em 1982; a Diocese do Paraná, em 2003; e a Diocese da Amazônia, em 2006.

Cada Diocese institui uma paróquia que se torna a sua Catedral. Dentre as funções do bispo ou da bispa, está a condução da Igreja Local, formada pelo laicato e pelo clero, e a manutenção da ordem apostólica, pela ordenação de seminaristas para as Sagradas Ordens do Diaconato e do Presbiterato. Juntamente com as funções pastorais também se encontra a administração da Diocese, feita em conjunto com o Conselho Diocesano e as Secretarias.

Todas as comunidades se reúnem anualmente²⁴⁹ em Concílio, para tratar de assuntos internos, escolher os oficiais diocesanos, atualizar os cânones, eleger os candidatos para a sucessão episcopal ou os seus representantes para o Sínodo Geral. As nove Dioceses e o Distrito estão distribuídos em áreas provinciais, a saber: Área 1, formada pelas Dioceses Meridional, Sul Occidental e Pelotas; Área 2, formada pelas Dioceses do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná; e a Área 3, formada pelas Dioceses do Recife, Brasília, Amazônia e o Distrito Missionário.

Da mesma forma é importante registrar a presença de Ordens Religiosas na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – também presentes em outras Províncias da Comunhão Anglicana –, como parte da espiritualidade monástica que ressurgiu no Anglicanismo após o Movimento de Oxford, no século XIX. Existem Ordens femininas, masculinas e mistas, somente para membros do clero, só para leigos ou mistas. Elas se organizam através de uma disciplina de vida, a regra, que rege não apenas a espiritualidade, mas, também, o comportamento de seus membros no cotidiano e impulsiona a vocação missionária da Igreja. Por se encontrarem dentro da Província e das Dioceses, as Ordens têm suas próprias obediências; também respeitam a hierarquia diocesana e possuem um bispo visitador. Elas são: Ordem de

Jubal Pereira Neves, Emérito; Bispo Orlando Oliveira, Emérito; Bispo Filadelfo Oliveira, Emérito; Bispo Saulo de Barros, Emérito; Bispo Renato Raazt, Emérito.

²⁴⁹ A periodicidade das reuniões conciliares varia entre as Dioceses, a depender dos seus Cânones Diocesanos, podendo ser anualmente ou a cada dois anos. O importante é que o Concílio se reúna com regularidade para tratar de assuntos vitais para a Igreja Local.

São Bento (OSB-EA)²⁵⁰, Ordem de São Tiago de Jerusalém (OST)²⁵¹, Ordem da Terceira Sociedade de São Francisco (TSSF)²⁵², e a Ordem das Filhas do Rei²⁵³. Algumas foram criadas, mas posteriormente foram extintas, como a Ordem de Santo Estêvão (OSE)²⁵⁴ e a Ordem de Santa Maria²⁵⁵. Atualmente existe uma que está em processo de reconhecimento oficial pela IEAB, a Ordem de São Patrício (OSP)²⁵⁶.

Já as Irmandades são grupos formados dentro de cada paróquia, com o objetivo de reunirem-se com regularidade para a oração e o serviço. Atualmente elas são a Irmandade de Santo André²⁵⁷ – também conhecida como “andrelinos”, formada exclusivamente por homens – e a Irmandade da Santa Cruz²⁵⁸ – formada

²⁵⁰ A origem da Ordem de São Bento (Episcopal Anglicana) se encontra no desejo de clérigos da IEAB de cultivarem a espiritualidade beneditina. Em 1990, o cônego Sebastião Teixeira recebeu o apoio da Congregação Beneditina do Brasil (da Igreja Católica), na pessoa do então Abade Dom Joaquim de Arruda Zamith, que orientou e deu uma benção especial para se organizar esse ramo anglicano beneditino no país. A Ordem foi oficialmente instituída em 04 de novembro de 1993, pelo bispo Cláudio Vinicius de Senna Gastal e difundida, mais tarde, pelo bispo Luiz Osório Pires Prado. Atualmente está presente em várias dioceses, tendo como Prior, o reverendo Fabiano Nunes.

²⁵¹ A Ordem de São Tiago de Jerusalém surgiu a partir de um grupo de seminaristas e clérigos que se reuniram para compartilhar questões relativas à Igreja. Foi fundada em 21 de janeiro de 1987, na cidade de Araranguá, com a presença de sete clérigos: Almir dos Santos, Elias Vergara, Flávio Irala, Francisco Machado, Jessé Ramos, Luiz Caetano e Ramacés Hartwig. É a única Ordem fundada na IEAB que possui um *karisma* essencialmente anglicano e brasileiro.

²⁵² A Ordem da Terceira Sociedade de São Francisco tem origem no Brasil, em 1998, na Diocese do Recife, a partir de encontros de clérigos e leigos que desejavam viver a espiritualidade franciscana. Ao mesmo tempo o reverendo César Alves, da Diocese de São Paulo, passou a entrar em contato com os membros da Primeira Ordem da Sociedade de São Francisco. Em 1999 a Ordem foi oficialmente fundada no Brasil, tendo como bispo protetor o então Primaz, Glauco Soares de Lima. Atualmente a Ordem faz parte da Província das Américas, região do Brasil, em plena expansão.

²⁵³ A Ordem das Filhas do Rei (*The Order of the Daughters of the King*) foi fundada em 1885, na cidade de Nova York. No Brasil, o primeiro capítulo surgiu em 1941, quando o bispo Athalício Pithan admitiu as primeiras sete integrantes. Tempos depois, a missionária Patrícia Powers, reorganizou a Ordem no Rio de Janeiro, em 1981, com o apoio do bispo Agostinho Sória, que é ativa até hoje.

²⁵⁴ A Ordem de Santo Estêvão foi fundada em 1985, por clérigos da Diocese do Recife, e tinha como principal articulador e difusor, o bispo Robinson Cavalcanti. A Ordem, embora tivesse um *karisma* de serviço diaconal, acabou se convertendo em uma espécie de “partido político” de Robinson, durante a “Grande Crise do Recife”, entre 2003 e 2005. Com a saída de Robinson da IEAB, junto com os seus clérigos partidários, a Ordem dissolveu-se, sobrevivendo por alguns anos na nova denominação anglicana que foi criada no Recife. Com a morte do bispo, em 2012, ela encerrou as suas atividades.

²⁵⁵ A Ordem de Santa Maria foi criada em 1980, na Diocese Meridional, pelo bispo Arthur Kratz. Incentivada por Kratz e pelo cônego Sebastião Teixeira, a Ordem teve como única vocação a senhora Maria Nylde Amaral da Cunha, conhecida como “Irmã Maria”. A ideia de criação da primeira ordem religiosa de freiras da IEAB não vingou, uma vez que não haviam mulheres na Igreja que desejavam seguir uma vida consagrada, mas a ordenação. A Ordem foi dissolvida e a Irmã Nylde foi ordenada ao diaconato e ao presbiterato pelo bispo Prado, exercendo seu ministério na Diocese de Pelotas.

²⁵⁶ A Ordem de São Patrício foi criada em 2010, por clérigos da Diocese Anglicana da Amazônia que desejavam vivenciar a espiritualidade do Cristianismo Celta a partir do contexto da Igreja local. Desde 2020, com o início da Pandemia, alguns membros da Diocese sentiram o desejo de reorganizarem a Ordem e novas pessoas passaram a aderir. Em breve será publicada uma nova constituição da OSP.

²⁵⁷ A Irmandade de Santo André é uma sociedade de homens da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, e tem por objetivo a evangelização de leigos. Foi fundada, oficialmente, em 29 de dezembro de 1935, em Porto Alegre, embora se tenham registros de reuniões desde 1892.

²⁵⁸ A Irmandade da Santa Cruz tem origem na cidade de Jaguarão, em 1939, quando o reverendo Virgínio Pereira Neves organizou um grupo de oração e serviço, voltado apenas para mulheres,

por mulheres. Também existem os Sodalícios, organizados para uma função específica (Sodalício do Altar, Oração e Intercessão etc.) e também as Pastorais ou Ministérios (Pastoral Afro, Pastoral da Diversidade, Ministério de Música etc.), os quais contribuem para envolver o laicato nas atividades paroquiais e diocesanas.

Por fim, têm-se os movimentos na IEAB que, em suma, são dois: a União das Mulheres Episcopais Anglicanas do Brasil (UMEAB) e a União da Juventude Anglicana do Brasil (UJAB) – a antiga União da Mocidade Episcopal. Estes movimentos se organizam primeiramente em cada diocese, reunindo-se como um só ao redor da Província. Regularmente são organizados encontros em cada uma das Áreas. Porém, após o Encontro Nacional da UJAB, de 2015, não se tem visto iniciativa para organizar eventos semelhantes. Somente em nível diocesano e a partir das três áreas geográficas da Igreja, são realizados encontros regulares.

O Sínodo Geral é o principal órgão e a maior instância deliberativa da Igreja, constituindo-se em assembleia que representa a todos os membros da Província²⁵⁹. Ele é composto pela Câmara Episcopal e pela Câmara dos Clérigos e dos Leigos²⁶⁰, cada uma adotando sua própria mesa e o seu próprio regimento interno. As duas Câmaras trabalham em conjunto, salvo nos casos previstos pelos Cânones Gerais, ou por solicitação de uma das câmaras. Quando o Sínodo não se encontra reunido, a Igreja é representada pelo Conselho Executivo (CEXEC)²⁶¹, convocado e presidido pelo Primaz. Os planos e programas definidos pelo Conselho Executivo são implementados pela Secretaria-Geral²⁶².

Esse sistema bicameral garante que todos os membros da Igreja tenham voz, sendo representados pelos delegados eleitos para a assembleia sinodal, embora se fale na necessidade de se alargar essa estrutura para um sistema tricameral²⁶³. Tal

inspirado na Irmandade de Santo André. A partir de então, mulheres episcopais oriundas da Sociedade Auxiliadora de Senhoras passaram a desenvolver as atividades da associação.

²⁵⁹ Do ponto de vista da Eclesiologia e da Teologia Anglicana, o Sínodo é o momento em que a Igreja escuta seus membros, escuta a Palavra de Deus, celebra a Comunhão/Eucaristia como sacramento e decide caminhar junto com todas as pessoas (da expressão grega, “syn odos”, caminhar juntos, na mesma perspectiva). O Concílio de Jerusalém, realizado no ano de 49 d.C. apesar de ter este nome, na realidade, foi um Sínodo, o primeiro de toda a Cristandade.

²⁶⁰ O atual presidente da Câmara do Clero e do Laicato é o reverendo Bruno Luiz Teles de Almeida.

²⁶¹ O Conselho Executivo é formado pelos seguintes membros: Bispo Naudal Alves Gomes; Bispo Eduardo Coelho Grillo; Bispo João Cândio Peixoto Filho; Bispo Francisco César Fernandes Alves; Revdo. Luiz Carlos Gabas; Revdo. Eraldo Carvalho; Sra. Gisara dos Santos; Sra. Eneá S. de Almeida; Sr. Joaquim Bertino Pereira; Revdo. Bruno Luiz Teles de Almeida (Membro *Ex-officio*).

²⁶² Atualmente a Secretaria-geral é ocupada pela bispa Magda Guedes Pereira.

²⁶³ Na década de 90 foi proposta uma nova estrutura eclesial composta por um sistema Tricameral: Câmara Episcopal, Câmara Clerical e Câmara Laical. Porém, até hoje tal proposta não foi aprovada.

característica democrática do órgão máximo de decisão da Igreja traduz não apenas a base da sua estrutura política – influenciada pelo sistema de governo da Igreja Episcopal dos Estados Unidos – mas, também, uma eclesiologia pautada na igualdade entre as pessoas, como parte da identidade e missão da Igreja.

Dentre os demais órgãos auxiliares na administração da Igreja, encontram-se a Junta Nacional de Educação Teológica (JUNET), o Fundo de Aposentadoria e Pensões da IEAB (FAPIEB), o Tribunal Superior Eclesiástico, a Comissão de Constituição e Cânones, a Comissão Nacional de Liturgia e o cargo de Custódio(a) do Livro de Oração Comum. Existem outras comissões especiais da Igreja para tratar de variados temas (Comissões Bilaterais, entre a IEAB-TEC, ARCIC, dentre outras). Todos os seus membros são eleitos pelo Sínodo Geral.

Dentre as várias Comissões Provinciais, damos destaque às que trabalham com o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso. Durante os Sínodos Gerais são eleitas lideranças (geralmente clericais) para representar a Igreja em órgãos ecumênicos como o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). Em nível inter-ecclesial, tem-se as comissões bilaterais nacionais e internacionais, como a Comissão Nacional Anglicana-Católica Romana (CONAC), a Comissão Nacional Anglicana-Luterana (CONAL) e a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (*Anglican-Roman Catholic International Commission* – ARCIC).

Em 1981, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Sínodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil começaram trabalhos para o estabelecimento da então chamada Comissão Bilateral Anglicana-Católica Romana, posteriormente intitulada Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana. Após as reuniões preparatórias, em 1982, a CONAC foi oficialmente organizada.

No campo teológico-acadêmico, sem dúvidas, a maior contribuição foi a tradução e estudo dos vários documentos produzidos pela Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC), organizada em 1966, a partir do histórico encontro entre o Papa Paulo VI e o Arcebispo de Cantuária, Michael Ramsey. Até o momento, foram publicadas as obras *Relatório Final* (1990), *Unidos no Diálogo: Anglicanos e Católicos* (1992), *O Dom da Autoridade* (1999), *Vida em Cristo* (2001), *Maria: Graça e Esperança em Cristo* (2005) e *Crescer Juntos na Unidade e na Missão* (2010). Existem muitos outros textos, porém ainda não foram traduzidos.

Um dos destaques nesse diálogo é o papel da Casa da Reconciliação²⁶⁴, de propriedade da Arquidiocese de São Paulo, que serviu de local para as reuniões e onde se encontra o arquivo da CONAC. O atual responsável é o padre José Bizon, o qual relata a sua composição: “a Câmara dos Bispos da Igreja Anglicana escolhe os seus representantes e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil escolhe os seus. A coordenação da Comissão se dá com um bispo de cada uma das tradições” (BIZON; DRUBI (orgs.), 2004, p. 12).

Também destacamos o trabalho voltado para a promoção do Ensino Religioso a partir de programas curriculares ecumênicos para escolas públicas, bem como a recomendação que a disciplina “Ecumenismo” fosse introduzida nos currículos das faculdades e seminários teológicos no Brasil.

Apesar dos esforços e dos frutos gerados pelo trabalho conjunto da CONAC, sobretudo nos anos 90 e início dos anos 2000, nos anos seguintes houve uma estagnação das reuniões da Comissão, especialmente no período do pontificado do Papa Bento XVI e das crises institucionais que afetaram internamente a IEAB. Por outro lado, o pontificado do Papa Francisco apresenta-se como um momento mais favorável para o Diálogo Ecumênico, o que deve fomentar avanços significativos nos próximos anos entre anglicanos e católicos brasileiros. Um desses avanços foi o convite para a participação de representantes da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no Sínodo para a Amazônia, realizado no Vaticano, entre 06 e 27 de outubro de 2019.

O convite endereçado ao leigo Daniel Lima e ao reverendo Cláudio Miranda, ambos da Diocese Anglicana da Amazônia –, foi feito pelo Secretário-geral da CNBB, intermediado por Dom Teodoro Mendes Tavares, Bispo da Diocese de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó (Pará). A participação dos anglicanos brasileiros no Sínodo em Roma foi importante como parte do testemunho ecumênico e da atuação de outras igrejas Cristãs na região. Durante os intervalos, houve um encontro

²⁶⁴ A Casa de Reconciliação tem origem na década de 80, com a chegada da Congregação dos Frades Franciscanos da Reconciliação, uma comunidade católica dos Estados Unidos que tinha como Carisma criar laços de Unidade e de Fraternidade entre os diferentes credos. Logo passaram a articular e facilitar o trabalho ecumênico já realizado pela Arquidiocese de São Paulo. Em 1994, com o retorno dos Frades da Reconciliação para os EUA, a casa foi doada para a Arquidiocese, que passou a utilizá-la como centro de estudos e reuniões de suas comissões e movimentos ecumênicos. Dentre os primeiros grupos que ali se estabeleceram, destacamos o Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs (MOFIC); a Comissão Arquidiocesana de Ecumenismo e de Diálogo Inter-religioso da Arquidiocese de São Paulo (CEDRA) – a antiga CEA; a Comissão Nacional de Diálogo Anglicano Católico-Romano (CONAC); e a Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico Judaico (DCJ).

informal entre o reverendo e o Papa, no qual aconteceu breve diálogo entre os dois clérigos, que portavam as suas *ecobags*.

Uma das questões mais difíceis relacionadas ao Ecumenismo entre anglicanos e católicos é a questão do reconhecimento das Ordens. Do lado do Anglicanismo não há muitas dificuldades para o reconhecimento e incardinação de sacerdotes ordenados por bispos com sucessão apostólica (sejam eles católicos ou ortodoxos). Já a Igreja Católica não reconhece as ordens anglicanas desde a publicação da Bula *Apostolicae Curae*, do Papa Leão X. Embora faça parte do Magistério da Igreja, esta posição pode ser revista, e já existem iniciativas de ambas as partes para se construir um novo diálogo em prol do reconhecimento de Ordens.

Em relação aos ministros vindos de Igrejas Protestantes e Evangélicas, o reconhecimento de Ordens Sagradas não é possível pelo fato de elas não possuírem o seu clero ordenado por bispos. Semelhante a outras Províncias, a IEAB estabeleceu relações ecumênicas com Igrejas que não possuem o episcopado histórico. Todavia, não é possível ter a chamada “Comunhão Plena”.

Tomando como exemplo as Igrejas históricas, os ministros e ministras da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) não podem concelebrar os sacramentos, como a Eucaristia, com membros do clero da IEAB. Mas, segundo a disciplina anglicana, padres católicos ou ortodoxos estão qualificados para concelebrar, pois foram ordenados por bispos com sucessão apostólica. Da mesma forma não é possível a Comunhão Plena com a Igreja Metodista do Brasil, por conta do mesmo problema na procedência das Sagradas Ordens por parte desta última. Porém, em âmbito internacional, já está sendo organizado um acordo bilateral para que a Igreja Metodista volte a integrar a Igreja da Inglaterra, de onde ela surgiu.

No campo institucional, a Comissão Nacional Anglicana-Luterana (CONAL) surgiu por iniciativa da IEAB e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Ela não se reúne com a mesma frequência da CONAC, de maneira que existiram apenas projetos para a tradução de documentos bilaterais internacionais e a construção de concordatas de Plena Comunhão como no diálogo visto entre a Igreja Luterana e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos. A Plena Comunhão e a Hospitalidade Eucarística, embora sejam alguns dos maiores desafios às Igrejas Cristãs até os dias atuais, não se configura impossível, o que se constata a partir de arranjos e convênios firmados nos últimos anos.

Desde a década de 1980, as Atas dos Sínodos da IEAB registravam que, em alguns lugares, anglicanos e luteranos já concelebravam a Eucaristia. Porém, no Brasil, devido a questões relacionadas à Teologia Sacramental e ao reconhecimento de Ordens Sagradas, esta prática nunca foi possível, diferente de celebrações entre anglicanos e católicos que ocorriam em décadas anteriores – mesmo que de modo discreto –, graças aos avanços promovidos pelo diálogo mútuo travado a partir da Teologia da Libertação. Outra possibilidade de Ecumenismo Prático, a ser experimentada e posteriormente adotada como ação pastoral e litúrgica, é o conceito da Paróquia Conjunta (*Joint Parish*, em inglês).

Ao trazer este conceito da Paróquia Conjunta para o Brasil, destacamos a mesma iniciativa recentemente adotada pelas Igrejas Católica Romana e Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. O acordo firmado entre as duas Igrejas, no dia 10 de julho de 2019, permitiu que ambas utilizassem o mesmo templo, pertencente aos luteranos, na cidade de Palmitos, em Santa Catarina, devido a problemas de estrutura do templo católico.

As comunidades conversaram a respeito dos símbolos, sobre a disposição do altar, a organização para zelar pelo patrimônio, bem como foram criadas as regras para uma boa convivência e utilização do espaço litúrgico. Um bom tempo antes, ambas as comunidades passaram a celebrar suas atividades na igreja evangélica luterana. O curioso é que os cultos e missas passaram a ter maior frequência, conforme relatam as lideranças locais. Agora, quando tem missa, os evangélicos participam. De igual modo, quando tem culto, os católicos também se integram. Todavia, há uma clareza quanto à confessionalidade das partes (CONIC, 23 jul. 2019).

Em 25 de outubro de 2020, luteranos e anglicanos de Manaus assinaram um convênio de companheirismo, para que as duas congregações utilizassem o templo luterano da cidade. O documento, firmado pela bispa Marinez Bassotto, da Diocese Anglicana da Amazônia, e pelo pastor Marcos Antonio, da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Manaus, abriu a possibilidade para que os membros das duas Igrejas possam participar, de forma direta, dos momentos litúrgicos, como já ocorre em outros lugares do mundo.

No âmbito do diálogo Anglicano-Ortodoxo, muitos avanços foram feitos nos últimos anos no campo litúrgico e doutrinário. Em 2018, foi assinada a Declaração Conjunta da Comissão Internacional Anglicana e das Igrejas Ortodoxas (AOOIC) chamada *A Procedência e a Obra do Espírito Santo*, que trata da Cláusula Filioque.

Desde 2015, o Livro de Oração Comum da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil utiliza a fórmula do Credo Niceno sem a Cláusula *Filioque*, alinhando-se com a Teologia Oriental. Outras iniciativas ecumênicas também foram vistas ultimamente com a organização da Campanha da Fraternidade Ecumênica, pelo CONIC.

Percebemos que, em geral, o Ecumenismo no Brasil foi bastante profícuo a partir da década de 1970, e ganhou espaço até os anos 2000. Porém, a partir da primeira década do século XXI, ele declinou, diante da ascensão de grupos de tradição evangélica, carismática e neopentecostal e seu desinteresse no diálogo. Assim, nos últimos tempos, o movimento ecumênico no Brasil vem perdendo espaço para novas formas de militância religiosa e de espiritualidade cristã.

4.2 UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS ESTATÍSTICOS DA IEAB

Coletar, calcular e analisar dados nunca foi uma tarefa fácil, ainda mais em uma instituição espalhada por todo o Brasil e com mais de cem anos de existência. Um dos problemas que a Igreja enfrentou, ao longo de sua história, foi a falta de organização institucional nas coletas dos dados estatísticos, que são apresentados, analisados e debatidos em cada Concílio das Dioceses e nos Sínodos. Como aponta o estatístico da IEAB à época, no relatório apresentado no Sínodo Geral de 2000:

Na década de 20, o *Estandarte Cristão*, publicou um artigo, que menosprezava a importância da estatística para a avaliação do trabalho da igreja. O argumento usado era que a igreja não estava interessada na quantidade, mas na qualidade de vida de seus membros. Esta estranha postura, que servia também para justificar nossa histórica inferioridade numérica em relação à Igreja de Roma, produziu consequências de comportamento, cujos efeitos ainda hoje estamos sentindo. A maioria das comunidades locais ainda não adquiriu o hábito de elaborar os seus relatórios paroquiais logo após o término do ano civil. Quando isso for feito, os estatísticos diocesanos terão condições bem mais favoráveis para desempenhar as suas funções e, como resultado, facilitar o trabalho do estatístico provincial (KICKHÖFEL, 2000, p. 94).

Percebemos que o problema ainda continua na Igreja, embora tenha melhorado muito nos últimos tempos. Todavia, devido à falta do hábito das secretarias e juntas paroquiais, e de uma maior supervisão dos clérigos e clérigas responsáveis por uma paróquia ou missão, muitos dados se perdem ao longo dos anos em algumas comunidades e até dioceses, por falta de uma cultura de regularidade no registro dos ofícios litúrgicos realizados, arrecadação feita a cada

ofício, ou, nos piores dos casos, à falta de registro civil dos templos, o que levou ao esbulho em episódios de crises institucionais, como foi visto na Diocese Anglicana do Recife, nos anos 2000, e na Diocese Anglicana de São Paulo, em 2013.

Iniciaremos a análise dos dados estatísticos da IEAB a partir do número de suas comunidades. Após consultar os responsáveis pelas estatísticas de cada Diocese, foi possível chegar a uma cifra atualizada. Na Igreja, existem quatro categorias de comunidades: Paróquias (incluindo as catedrais), Paróquia Subvencionada, Missão e Pontos Missionários (em alguns lugares chamados Pontos de Evangelização). Algumas Dioceses, por questão de reforma em seus cânones, aboliram as Paróquias Subvencionadas e os Pontos Missionários e permaneceram apenas com as categorias de Paróquias e Missões.

Os dados abaixo detalham os números obtidos da Diocese Meridional (DM); Diocese Sul-Occidental (DSO); Diocese Anglicana do Rio de Janeiro (DARJ); Diocese Anglicana de São Paulo (DASP); Diocese Anglicana do Recife (DAR); Diocese Anglicana de Brasília (DAB); Diocese Anglicana de Pelotas (DAP); Diocese Anglicana do Paraná (DAPAR); Diocese Anglicana da Amazônia (DAA) e o Distrito Missionário do Oeste (DMO). Dessa forma, até o final de 2020, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil possui 205 comunidades espalhadas por todo o país.

Tabela 2 – Número de Comunidades da IEAB em 2020

	Paróquias	Paróquias Subvencionadas	Missões	Pontos Missionários
DM	16		9	5
DSO	6	15	13	20
DARJ	10		7	1
DASP	5	8		3
DAR	9		16	
DAB	4		4	1
DAP	11		10	7
DAPAR	6		3	
DAA	3		2	6
DMO	3		2	
Total	73	23	66	43
Número de Comunidades da IEAB em 2020 = 205				

Fonte: dados fornecidos ao autor da tese pelas secretarias diocesanas.

Contabilizar o número de membros da Igreja é um desafio a ser superado nos tempos atuais, uma vez que, diferente das suas comunidades, que já se encontram

estabelecidas e consolidadas em mais de 150 localidades do Brasil, o número de membros é incerto, devido a alguns fatores. Em primeiro lugar, existe um fluxo de pessoas que chegam – mas que também saem –, fazendo com que os velhos problemas da regularidade na coleta de dados voltem a se manifestar, afetando, novamente, o registro estatístico da Província.

Outra questão importante relativa aos dados estatísticos da Província, diz respeito aos clérigos e clérigas que fizeram, que fazem, ou que em algum momento deixaram de fazer parte da IEAB. O registro do Clero Nacional é importantíssimo não apenas para preservar a memória dos reverendos e reverendas que passaram pela Igreja e suas Dioceses, mas, sobretudo, para garantir o acompanhamento e a supervisão dos ministros e ministras ordenados na Província ou daqueles que passaram pelo reconhecimento de suas Ordens Sagradas, e foram posteriormente, incorporados ao corpo eclesial. O registro desses dados também é uma forma de garantir a transparência acerca dos seus pastores para as comunidades e seus fiéis.

Na obra *Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*, o reverendo Oswaldo Kickhöfel apresenta uma lista do Clero Nacional, por ordem de ordenação ao diaconato (1995, p. 369-374). Porém, esta lista somente alcança o ano de publicação do livro. Desde então, o registro das pessoas que foram ordenadas na Igreja não está completo, sendo impossível saber com precisão quais reverendos e reverendas fazem, fizeram, ou voltaram a fazer parte da IEAB. Inicialmente buscamos dar continuidade a este registro feito por Kickhöfel. Porém, constatamos alguns problemas que nos impediram de continuar.

Para se reconstruir uma lista do Clero Nacional, também deve ser levado em consideração as duas Crises. Tomando como exemplo o caso da Diocese Anglicana do Recife, parte dos registros e atas se perdeu durante o período das Crises de 2002 e 2005 – sendo extraviados, perdidos ou até mesmo destruídos. Por meio da análise de textos históricos, registros estatísticos e relatos de membros, foi possível elaborar uma lista preliminar, embora reconheçamos que ela é cheia de “furos” na linha temporal, em decorrência da falta de um registro contínuo na Diocese.

Existe uma lacuna entre os anos 1995 a 2001, ano da publicação da obra de Kickhöfel, quando o bispo Clovis Rodrigues atuava no Recife, e o ano em que saiu o livro *Igreja – Multidão Madura*, do bispo Robinson Cavalcanti, quando este era o diocesano. Ao final do livro, o bispo Robinson apresenta uma lista de ordenações

diaconais e presbiterais feitas por ele (de 1997 até o ano de publicação da obra), mas não especifica as datas em que elas aconteceram, nem a ordem de cada uma (só coloca os nomes em ordem alfabética), de modo que não é possível saber quem foi ordenado antes ou depois. Após este período, ocorreram as duas Crises que levaram, junto com o patrimônio, muitos registros documentais soemnte reorganizados no episcopado seguinte. Citamos este percalço histórico para percebermos dificuldades para apontar a ordem cronológica das ordenações nesta Diocese, o que nos impede de incorporá-la a uma lista com a ordem do clero.

Sobre o número de membros do episcopado nacional desde a sagração de L. L. Kinsolving, em 1899, até o ano de 2021, a Igreja teve um total de 36 bispos e 3 bispas, com previsão de novas eleições episcopais para os próximos anos. O número atual de episcopos da IEAB é de 19, com 10 na ativa – contabilizando a última bispa eleita – e 9 aposentados-pensionistas. Já em relação ao clero, em 2021, existem 125 clérigos(as) na ativa e 30 aposentados-pensionistas.

A preservação da memória da Igreja é feita pelo Arquivo Provincial, localizado em Porto Alegre, cujo arquivista atual é o bispo Clovis Erly Rodrigues. Além de preservar o seu patrimônio material, ao longo da história a Igreja publicou muitas obras com este escopo. Em 1988, o reverendo Marçal Lopes de Oliveira publicou *Dados Biográficos do Clero da igreja Episcopal do Brasil*, obra em que apresenta a vida dos principais clérigos da Província até então. Nos últimos anos, o reverendo Kickhöfel estava organizando uma nova coletânea com mais de noventa biografias do clero mais recente, para lançar um livro atualizado. Porém, com sua morte, em 2017, este projeto até o momento se encontra estagnado. As últimas publicações do gênero foram *Sumio Takatsu – Vida e Teologia* (2019), da reverenda Carmen Kawano – lançado em comemoração aos 50 anos da Diocese Anglicana de São Paulo –, e a coletânea *35 anos de Ordenação Feminina na IEAB* (2021), organizada pelas reverendas Lílian Conceição da Silva, Selma Almeida Rosa e Tatiana Ribeiro, que contém biografias de várias clérigas, e é importante obra fonte na preservação e partilha de histórias e contribuições pastorais das mulheres na Igreja.

Acerca da história das Paróquias da IEAB, destacamos algumas obras que preservam a memória das mais antigas comunidades. Dentre elas, temos *Treze Anos na Paróquia de Bagé* (sem data), de Athalício Theodoro Pithan; *Catedral do Redentor 100 Anos de História* (1992), de Zênia de León; *Paróquia de Cristo – 100*

anos em Jaguarão (1998), *Catedral do Redentor* (1999), *Catedral do Mediador* (2000) e *Paróquia da Ascensão 1916-2016* (2016), de Oswaldo Kickhöfel; *Seikokai – A História da Primeira Construção Religiosa dos Japoneses no Brasil* (2008) e *João Yasoki Ito: A vida e a obra do missionário – História da Paróquia São João* (2010), de Carmen Akemi Kawano; e *Anglicanismo: um estudo antropológico da Catedral Anglicana do Recife* (2017), de Cristiany Moraes de Queiroz.

O eixo de publicações historiográficas que gira entre Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e São Paulo é evidente; há carência de publicações acerca da memória de comunidades antigas, como a Catedral Nacional da Santíssima Trindade, a Igreja do Salvador, em Rio Grande, ou de outras paróquias importantes de Dioceses como Rio de Janeiro, Brasília e Recife. As Atas do Sínodo Geral de 2000 apontavam que projetos desse tipo estavam em curso, porém, por conta das Crises que ocorreram nesta última Diocese – junto com outros problemas de ordem administrativa e de organização dos próprios cronistas eclesiásticos –, não foi possível levá-lo adiante.

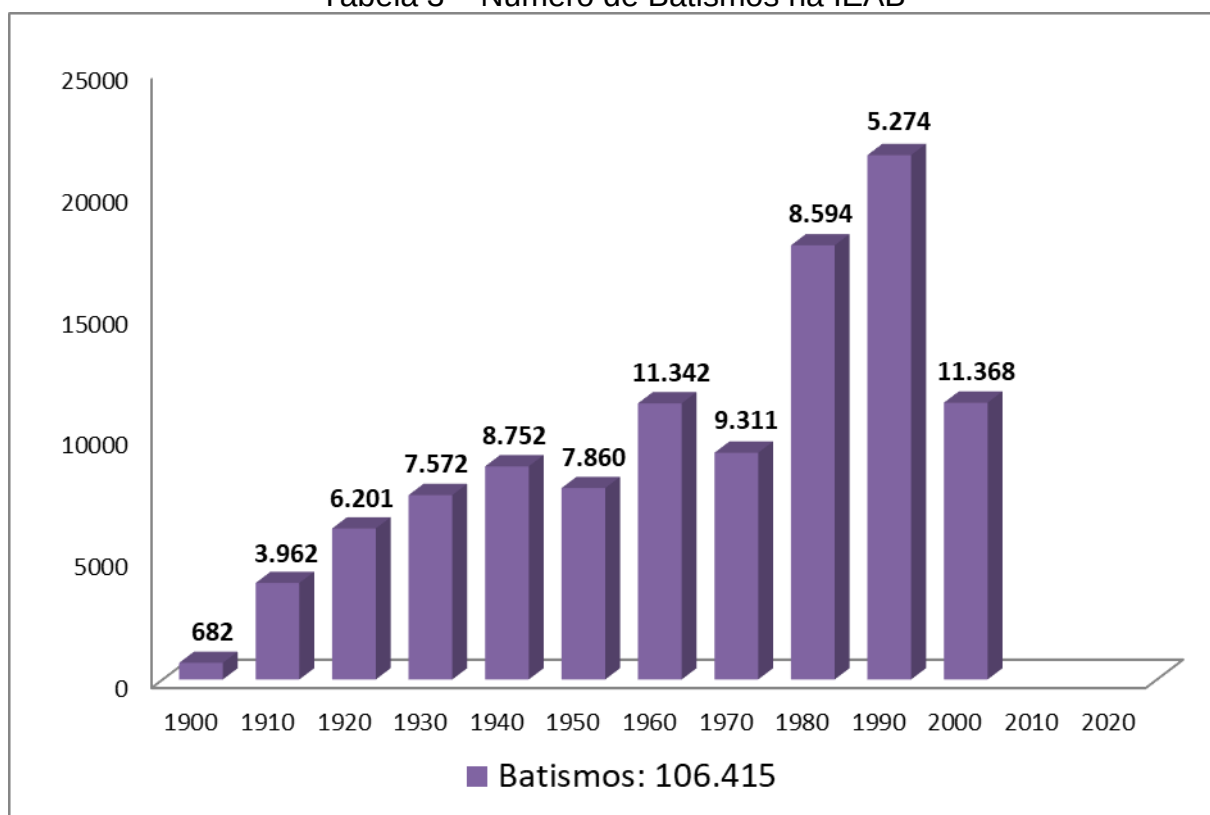
Um dos problemas mais recorrentes para a preservação da memória da Igreja – incluindo seus documentos, atas, e livros publicados ou conseguidos a duras custas –, é a falta de espaços apropriados, sejam eles bibliotecas ou memoriais destinados a este fim. Em Porto Alegre existe o Arquivo Provincial da IEAB, que cumpre o papel de preservar parte da memória da Igreja. Porém, o mesmo não é visto em todas as Dioceses; algumas já possuem espaços adequados em suas paróquias ou em algum centro diocesano para a guarda de tais documentos, a exemplo da Diocese Anglicana de São Paulo. Outras, como Recife, por ter passado por inúmeras crises no seu passado, ainda luta pela preservação da sua memória, sendo urgente a criação de espaços diocesanos semelhantes ao de Porto Alegre.

Acerca do número de leigos e leigas, segundo os Cânones Gerais da IEAB, há categorias distintas de membros, com seus direitos e deveres específicos. São “membros batizados” todas as pessoas que receberam devidamente o Santo Batismo em nome da Santíssima Trindade e estão arroladas em uma paróquia ou missão da Igreja. Já os “membros comungantes” são todas as pessoas batizadas que participam assiduamente da Santa Eucaristia. São “membros confirmados” todas as pessoas confirmadas segundo o uso e os preceitos do LOC e todas aquelas que, confirmadas por bispos de sucessão apostólica, são recebidas em comunhão por um bispo diocesano da Igreja.

Já os “membros em plena comunhão” são as pessoas confirmadas que participam assiduamente da Eucaristia dominical e demais ofícios e contribuem regularmente com ofertas e dízimos. Somente os membros em plena comunhão podem ser eleitos ou nomeados para cargos de responsabilidade em Capelania, Comunidade Religiosa, Missão, Paróquia, Diocese ou na Província.

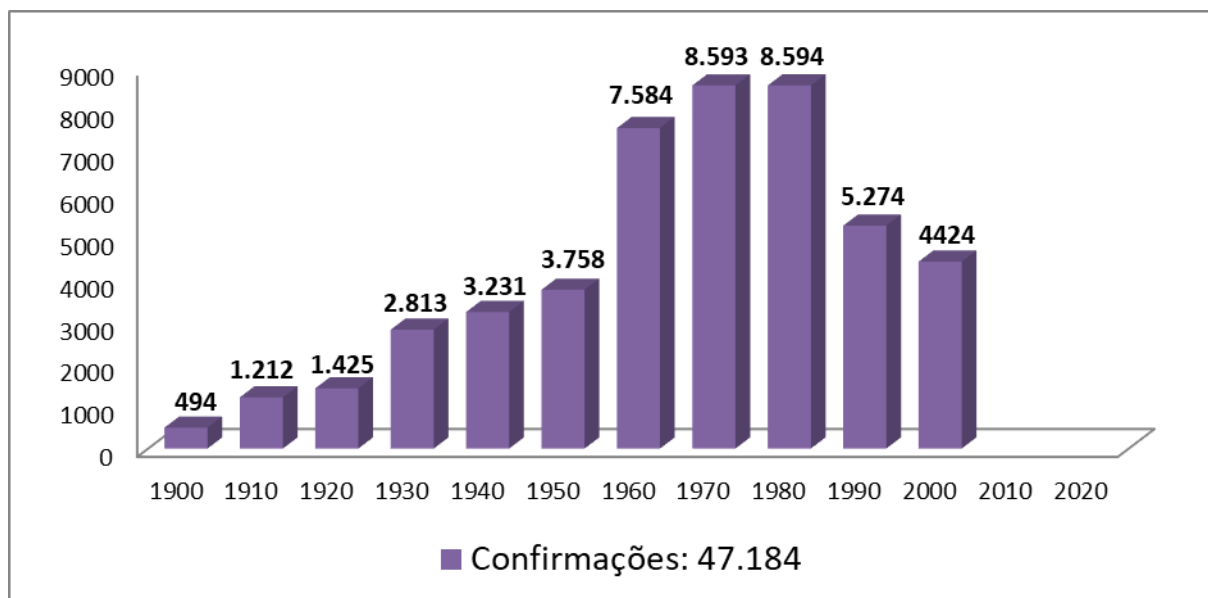
Durante o Sínodo Geral de 2000, o Estatístico Provincial, reverendo Oswaldo Kickhöfel, apresentou em seu relatório, uma tabela com os números de todos os membros batizados e confirmados na Igreja até então; tais informações podem ser encontradas nas Atas do Sínodo (2000, p. 94). Os dados mostrados nas duas tabelas abaixo são referentes aos membros da Igreja registrados até então. Entretanto, durante a redação desta pesquisa, tivemos dificuldades para encontrar dados mais precisos para o período entre 2010 e 2020, o que deixa uma lacuna nas estatísticas, devido a um problema de ordem metodológica, tanto da Igreja, quanto do Censo promovido pelo Governo Federal.

Tabela 3 – Número de Batismos na IEAB



Fonte: atas dos sínodos. Elaboração da tabela pelo autor da tese.

Tabela 4 – Número de Confirmações na IEAB



Fonte: atas dos sínodos. Elaboração da tabela pelo autor da tese.

Sem a regularidade e regularização de tais dados, o próprio trabalho da Igreja pode ficar comprometido, até mesmo para a promoção de projetos em longo prazo ou avaliação financeira para um projeto a ser realizado, inclusive, em parcerias com outras Igrejas ou Dioceses da Comunhão Anglicana. Sem um registro regular e uma arrecadação e prestação de contas transparentes, o financiamento e a condução de projetos para as Dioceses e suas comunidades pode ser prejudicado.

Para a análise a seguir, utilizamos os dados dos Censos realizados nos últimos vinte anos pelo IBGE. Diante dos números do Censo de 2000, temos que os anglicanos possuíam 16.591 membros, ou 0,20% da população.

Os menonitas, os anglicanos e os adeptos do Exército da Salvação, somados, contam com menos de 40.000 fiéis. [...] Já os anglicanos localizam-se, principalmente em alguns importantes centros urbanos do país, como Recife, São Paulo, Porto Alegre e Pelotas (JACOB *et al*, 2003, p. 72).

As estatísticas do *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil* apresentam o número de membros de cada Igreja do Brasil, com sua respectiva quantidade e a porcentagem dentro das denominações protestantes históricas. Um aspecto positivo que podemos apontar para esses dados, é o registro de membros naquele momento, considerando os que se auto-denominavam anglicanos, não levando em conta o registro da IEAB e exclusivamente os seus dados estatísticos.

Tabela 5 – Denominações protestantes históricas no Censo de 2000

Igrejas	População	% dos evangélicos de missão
Batista	3.162.700	37,31
Adventista	1.209.835	14,27
Luterana	1.062.144	12,53
Presbiteriana	981.055	11,57
Metodista	340.967	4,02
Congregacional	148.840	1,76
Menonita	17.631	0,21
Anglicana	16.591	0,20
Exercito da Salvação	3.743	0,04
Outros	1.533.562	18,09
Total	8.477.068	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Apesar do Censo de 2000 ter sido detalhado quanto às denominações e seus membros, o mesmo não aconteceu na década seguinte, quando o Censo de 2010 registrou os números das religiões brasileiras da seguinte maneira.

Tabela 6 – Censo 1970-2010

Religião	1970		1980		1991		2000		2010	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Católicos	85.472	91,8	105.861	89,0	121.813	83,0	124.980	73,6	123.280	64,6
Evangélicos	4.815	5,2	7.886	6,6	13.189	9,0	26.452	15,4	42.275	22,2
Outras	2.146	2,3	3.311	2,8	4.868	3,3	6.215	3,7	9.865	5,2
Sem-religião	702	0,8	1.953	1,6	6.946	4,7	12.492	7,4	15.336	8,0
Total	93.135	100	119.011	100	146.816	100	169.871	100	190.756	100

Fonte: ALVES *et al*, 2012, p. 153.

Embora diversos estudos acadêmicos tenham sido feitos sobre o assunto, o Censo de 2010 possui um problema metodológico que não permite conhecer as religiões no país com maior precisão, incluindo a quantidade de fiéis anglicanos.

Neste Censo, ao contrário dos anteriores, a Igreja Anglicana foi contabilizada como “Outras Evangélicas de Missão”. Dessa forma, as categorias do IBGE para registrar as intituladas “Igrejas Evangélicas”, foram divididas da seguinte maneira: Evangélicas de Missão: Igreja Evangélica Luterana, Igreja Evangélica Presbiteriana, Igreja Evangélica Metodista, Igreja Evangélica Batista, Igreja Evangélica Congregacional, Igreja Evangélica Adventista e Outras Evangélicas de Missão.

São mostradas as igrejas que compõem os três grandes “agregados cristãos”: católicos, evangélicos de missão e evangélicos pentecostais. Tal divisão apresenta algumas “heresias”, como chamar as Igrejas Luteranas de “evangélicas de missão”, unir católicos romanos e ortodoxos (coisa que vários concílios não conseguiram) e inserir os adventistas no conjunto dos evangélicos. [...] Essa tabela apresenta outros complicadores. Nela encontramos elencadas entre as igrejas evangélicas de missão (que seriam as não pentecostais) a presença de denominações como a Presbiteriana Renovada, a Metodista Wesleyana, a Batista Pentecostal, a Batista Renovada e a Igreja Adventista da Promessa, igrejas declaradamente pentecostais, algumas deixando isso claro até no próprio nome. Apesar de parecer ser um equívoco não incluí-las no grupo dos pentecostais, esse fato, devido ao tamanho reduzido de tais denominações, não distorce de forma significativa os resultados (ROCHA; ZORZIN, 2012, p. 5).

Aqui nos somamos tecendo as mesmas críticas à metodologia escolhida. Também é preciso questionar uma frequente generalização que aparece, inclusive, nos estudos de religião no Brasil: quem são os “evangélicos”? Diferente do Censo de 2000 que catalogou os anglicanos entre as Igrejas Evangélicas de Missão no Brasil, no Censo de 2010, além do reducionismo nas considerações acerca da pluralidade de denominações que, muitas vezes, se identificam com o nome de determinadas Igrejas, porém, na prática elas são pós-pentecostais; também houve uma redução das categorias antes contabilizadas, com a exclusão dos menonitas e do Exército de Salvação. Por sua vez, os anglicanos foram literalmente apagados do mapa do IBGE, o que, inclusive, dificulta as análises dos resultados nesta pesquisa.

Entre o Censo de 2000 e o Censo de 2010 do IBGE, foi feito um estudo pelo Centro de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), a partir dos microdados da Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) de 2003 e 2009, que apontaram um decréscimo no número de anglicanos, os quais passaram para apenas 0,01% da população brasileira, contabilizando um total de 19.400 membros. Outras estimativas, divulgadas em matérias jornalísticas entre 2011 e 2015, colocam o número de anglicanos entre 60 e 75 mil, o que não representa um número preciso.

Tabela 7 – Percentual da população brasileira por denominações protestantes históricas nos anos de 2003 e 2009

Denominações	2003	2009
Batistas	1,92	2,09
Luteranos	1,45	0,54
Presbiterianos	0,56	0,48
Metodistas	0,10	0,16
Congregacionais	0,09	0,07
Anglicanos	0,01	0,01

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da POF 2003 e da POF 2009.

Ao considerarmos que, entre os anos 2000 e 2010, aconteceram duas grandes crises na Província, o que resultou numa perda de fiéis para outras denominações que surgiram, e ao somarmos isto aos problemas metodológicos do último Censo do IBGE, e considerando, ainda, as lacunas estatísticas abertas pela própria IEAB no registro estatístico, a pergunta que fazemos é: quantos anglicanos existem hoje no Brasil? Infelizmente não temos como fornecer um número preciso.

Também existem fatores alheios que contribuem para o problema metodológico do Censo do IBGE: a saída de membros da IEAB e sua nova filiação religiosa. Como exemplo disso, hoje temos no Recife e em várias cidades do Nordeste, “ex-episcopais” que atualmente, são “carismáticos” e “anglicanos” que não se identificariam como tal, mas sim “Outros Evangélicos” no Censo de 2010. Também não podemos considerar como anglicanos apenas os membros da IEAB, pois, no conjunto atual, existem outras denominações intituladas “anglicanas” ou “episcopais” em solo brasileiro. Calvani aponta que o método utilizado pela instituição para a contagem do número de membros – apresentado pelo Estatístico nas Atas Sinodais –, registra todos os batizados desde 1890.

O número de membros é bastante impreciso, pois a teologia anglicana qualifica todos os batizados como membros da igreja, mesmo aqueles que, tendo sido batizados na infância, nunca se incorporaram à vida comunitária. Desse modo, a estatística oficial pode falar em pouco mais de cem mil membros (contando todos os batismos realizados desde 1890). Contudo, a soma dos membros “comungantes” (freqüentadores assíduos) e “em plena comunhão” (pessoas que assumem cargos de liderança leiga e contribuem financeiramente com a instituição) talvez não passe de vinte mil em todo o Brasil. O crescimento pouco significativo do anglicanismo no Brasil talvez se

explique por seu firme compromisso ecumênico, que inibe iniciativas proselitistas. O ecumenismo não é opcional na IEAB, mas parte da essência de sua autocompreensão eclesiológica (CALVANI, 2005, 40-41).

A única maneira de solucionar essa lacuna de dados e o problema metodológico do Censo, que ignora as mudanças que aconteceram na história recente do Anglicanismo brasileiro e da IEAB, é a Província convocar uma campanha interna para a realização de um censo entre os seus membros, de forma que este resultado seja apresentado e debatido no Sínodo seguinte.

Percebemos um decréscimo vertiginoso de tradições protestantes históricas, como o Luteranismo – representado no Brasil pelas Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) – e o Presbiterianismo – representado principalmente pelas Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB). Também apontamos que, desde o Censo de 2000, houve um encolhimento no número de fiéis anglicanos.

No capítulo sobre a História da IEAB, vimos que esses números ínfimos no quadro de membros, deve-se, sobretudo, à crise financeira oriunda do processo de autonomia em relação à Igreja Episcopal norte-americana, processo para o qual a Igreja Brasileira não estava preparada; essa tese também é defendida por Gustavo Gilson de Oliveira.

A IEAB possui algumas características muito peculiares que precisam ser destacadas neste contexto. Diferentemente da maioria das missões protestantes e pentecostais, que gradualmente enviaram missionários e abriram igrejas em todas as regiões do país na primeira metade do século XX, a missão episcopal concentrou seus esforços principalmente no estado do Rio Grande do Sul nesse período. As capelanias anglicanas no sudeste, nordeste e norte do país continuaram quase que exclusivamente dirigidas às comunidades inglesas até a década de 1950, quando foram oficialmente incorporadas à Igreja Episcopal Brasileira. Quando se deu o processo de emancipação financeira da Igreja brasileira em relação à Igreja Episcopal dos Estados Unidos, a partir da década de 1970, a Igreja nacional ainda contava com um pequeno número de membros e uma infraestrutura fortemente concentrada no sul, sem as necessárias condições de apoio à nacionalização que ocorreria nas décadas seguintes. Esse fator contribuiu significativamente para tornar a IEAB uma Igreja relativamente pequena no cenário religioso nacional. Tem uma presença significativa na região sul, mas números relativamente pequenos no resto do país (OLIVEIRA. *In*: SWAMY; SPENCER (orgs.), 2019, p. 158).

O Anglicanismo no Brasil revelou-se, desde o seu início, como uma tradição bastante tímida em número de fiéis, embora tivesse presença e atuação significativas no Sul do Brasil. Em sua análise, Robinson Cavalcanti aponta que, a

partir da década de noventa, houve a “substituição de um espírito de ‘*protestantismo de missão*’ por um ‘*protestantismo de migração*’, fechado, mais preocupado com a manutenção do que com a expansão” (2009, p. 120). Tal conclusão não está equivocada, uma vez que, no Sul, muitas comunidades se organizam de modo semelhante àquele das Igrejas Luteranas, girando em torno de famílias cuja presença na Igreja remete à época dos missionários episcopais. Assim, até hoje, essas comunidades encontram dificuldade para angariar novos membros.

Dentre outras razões externas, que se somaram às crises institucionais e problemas financeiros, a diminuição de membros pode ser explicada pelo atual quadro do campo religioso brasileiro, no qual temos uma gradual superação das religiões consideradas “tradicionais” como o Protestantismo histórico – e que também inclui, em outra categoria, a pertença dos brasileiros ao Catolicismo Romano.

Somando-se os percentuais dos representantes do protestantismo histórico, vê-se que este encolheu no período pesquisado: caindo de 4,13% para 3,35% da população brasileira no intervalo entre as duas pesquisas da FGV. Portanto, pode-se dizer que, ao contrário do que uma leitura apressada dos números parece indicar, juntamente com o catolicismo, o protestantismo histórico (ou tradicional, nos próprios dizeres da pesquisa) tem diminuído no Brasil. Representantes mais próximas do pensamento de Lutero e de Calvino, as igrejas luteranas e presbiterianas, respectivamente, são as principais responsáveis por essa queda (ROCHA; ZORZIN, 2012, p 7).

O aumento de fiéis nas Igrejas Batista e Metodista deve-se, sobretudo, às novas dinâmicas pastorais e mudanças em suas estéticas e liturgias. Em muitos casos, elas substituíram os antigos coros tradicionais e um culto formal (muitas vezes engessado), por celebrações mais dinâmicas, com músicas contemporâneas e pregações de cunho sentimentalista ou que abordam temas do cotidiano de seus fiéis. A partir da linguagem institucional, tais Igrejas se tornaram “renovadas”.

Nas sociedades pós-tradicionais, *et pour cause*, decaem as filiações tradicionais. Nelas os indivíduos tendem a se desencaixar de seus antigos laços, por mais confortáveis que antes pudessem parecer. Desencadeia-se nelas um processo de desfiliação em que as pertenças sociais e culturais dos indivíduos, inclusive as religiosas, tornam-se opcionais e, mais que isso, revisáveis, e os vínculos, quase só experimentais, de baixa consistência. Sofrem fatalmente com isso, claro, as religiões tradicionais (PIERUCCI, 2005, p. 19).

Em resumo, podemos apontar que a estagnação e a retração do Anglicanismo no Brasil, quando analisadas do ponto de vista das novas tendências do campo religioso brasileiro, se devem às mudanças de filiação religiosa, através das quais as Igrejas consideradas “tradicionais” perdem espaço para grupos que oferecem uma pertença “pós-moderna”, leia-se, aqui, Igrejas de perfil evangélico/pós-pentecostal, católico/carismático. Essa nova modalidade de filiação privilegia grupos religiosos emergentes baseados em linguagem contemporânea e uma estética “hipster” – contrastando com ética e moral conservadoras –, em detrimento dos grupos mais antigos – que se mostram resistentes a mudanças no aspecto litúrgico e estrutural, embora possam vir a ter maior flexibilidade em questões morais e doutrinárias. Esse novo quadro das religiões no Brasil tem, todavia, outro lado.

Fiéis que antes se vinculavam a uma única denominação durante boa parte de suas vidas, hoje transitam livremente, e com maior facilidade, entre diferentes grupos, o que afeta a quantidade regular de membros das novas Igrejas. Assim, de tempos em tempos, elas precisam atualizar sua oferta para o público como estratégia necessária para se manterem dentro do mercado religioso brasileiro.

Do ponto de vista financeiro, a evasão de membros na IEAB, na primeira década do século XXI, constitui-se em um dos problemas mais delicados a serem resolvidos desde a autonomia da Província. A partir do ano de 1965, foi posto em prática o “Plano Decenal de Emancipação Financeira”, quando a Igreja Episcopal dos Estados Unidos reduziu gradualmente sua participação no orçamento da Igreja Brasileira. Porém, esta não se organizou de modo concreto para seguir tal política, o que gerou uma gradual uma crise acerca das divisas que vinham do exterior.

Muitos clérigos foram forçados a procurar empregos seculares; além disso, instituições que antes mantinham os trabalhos sociais ou prestavam serviços à Sociedade Civil faliram ou foram fechadas, como recurso de contingenciamento de gastos. À guisa de exemplos, podemos citar muitas escolas da Igreja, no Rio Grande do Sul, e os Seminários Provinciais que foram fechados ao longo dos anos²⁶⁵.

²⁶⁵ No *Dicionário de Instituições Protestantes no Brasil*, lançado em 2019, tem-se o registro das instituições educacionais que pertenceram à Igreja desde a sua fundação, mas que, em sua maioria, não existem mais: Colégio Cruzeiro do Sul; Colégio John Kennedy; Colégio Santa Margarida; Faculdade Anglicana de Erechim; Faculdade Anglicana de Tapejara; Instituto Anglicano Barão do Rio Branco; Instituto Anglicano Mélanie Granier; Seminário Anglicano de Estudos Teológicos; Seminário Teológico Dom Egmont Machado Krischke. Atualmente, apenas o Instituto Livramento e o Colégio Anglicano de Araras continuam funcionando.

A situação foi relatada pelo Primaz, Olavo Ventura Luiz, em documento enviado ao Bispo Presidente da Igreja Episcopal norte-americana, em 24 de junho de 1988, que foi lido na Convenção Geral daquele ano.

Na consulta *Companheiros em Missão*, realizada em 1976, em plena fase do Plano Decenal, nossos companheiros consideraram o Fundo de Emancipação inexpressivo e sem seriedade em relação ao futuro. O tempo mostrou que eles estavam certos. É verdade que suas palavras não foram registradas no relatório, mas foram ditas. O programa *Venture in Mission* enviou 500.000 dólares à igreja brasileira no período de 1981 a 1986. A *Church School Missionary Offering* remeteu 72.975,11 dólares, uma significativa participação das crianças norte-americanas no trabalho da educação cristã da igreja no Brasil. A *United Thanking Offering* enviou recursos para projetos específicos e o *Departamento de Missões Além-Mar* conseguiu alguns recursos para alguns projetos. Contudo, as importâncias transferidas à igreja num país de dimensões continentais foram insignificantes. Apenas 2.240,05 dólares do montante acima foram destinados ao Fundo de Emancipação. Embora nosso Fundo de Emancipação não tenha sido razoável, foi um milagre o Fundo conseguir manter a administração provincial e ainda ajudar duas dioceses missionárias – Recife e Brasília – de maneira muito precária. Há quatro dioceses emancipadas. Outra diocese emancipada será criada na parte sul do Estado do Rio Grande do Sul com sede na cidade de Pelotas no próximo Sínodo. Mas elas enfrentam sérias dificuldades para construir o seu futuro, devido ao fato de que o seu povo sofre grande recessão econômica e uma inflação de 20% ao mês, enquanto o país sofre enormes consequências da dívida externa (KICKHÖFEL, 1995, p. 364).

A celebração do centenário da IEAB se deu em meio a uma das maiores crises financeiras do país, gerada pela alta inflação durante o governo do presidente José Sarney. Em 1990, foi instituída uma Comissão entre as duas Igrejas, buscando nova aproximação, não pautada numa dependência em relação à Província norte-americana, mas em busca de troca de experiências entre suas lideranças, de modo que a Província Brasileira pudesse se atualizar em suas ênfases teológicas e doutrinárias, e, também, se organizar e buscar recursos para as suas finanças. Movimentos de aproximação e parcerias bilaterais também ocorreram entre outras Igrejas da América Latina e do Caribe.

O alinhamento episcopal americano segue uma característica que está pautada na origem comum entre as Províncias que, em sua maioria, são fruto da missão da Igreja dos Estados Unidos, bem como a partir de uma relação de proximidade com suas identidades – marcadamente “liberais” em suas teologias e, ao mesmo tempo, mais “tradicionais” em suas liturgias e em outros aspectos. Na prática, com o passar do tempo, o movimento acabou transformando-se em uma reação ao realinhamento anglicano promovido pela GAFCON e as suas Igrejas.

Na prática, o que tem ocorrido é que as províncias e dioceses conservadoras se aliam com conservadoras e províncias e dioceses progressistas se aliam somente com seus pares. E isso tem dificultado a manutenção da unidade diocesana em várias partes do mundo (SOUZA, 2020, p. 75).

A construção de alianças entre Igrejas de perfis semelhantes é algo visível quando nos debruçamos nos recentes Encontros de Parcerias para a América Latina e o Caribe, promovidos pela Trinity Wall Street, uma tradicional paróquia da Diocese Episcopal de Nova York. Estas reuniões têm como função principal aproximar as Igrejas da Comunhão Anglicana na região, estimulando parcerias e promovendo a capacitação e sustentabilidade das Igrejas. Tais parcerias visam a organizar projetos para dioceses e paróquias que necessitem de suporte financeiro para o campo da educação teológica, para intercâmbios e promoção de eventos de formação destinados aos leigos e clérigos das Províncias e Dioceses. Nesses encontros também se dá a articulação entre bispos e bispas, para que possam conhecer-se e organizar-se para a próxima Conferência de Lambeth.

A Trinity Wall Street iniciou os Encontros de Parcerias em 2015, após a chegada do novo reitor da Igreja, o reverendo William Lupfer. O segundo encontro ocorreu em 2016, quando bispos, clérigos e leigos de várias dioceses da América Latina e do Caribe se reuniram na Cidade do Panamá. O terceiro aconteceu em 2017, na cidade de Montego Bay, Jamaica. O quarto aconteceu em 2018, na cidade de Cartagena, na Colômbia. O último evento ocorreu em Curitiba, de 24 a 29 de outubro de 2019, com o tema “Parcerias em liderança: identificar e equipar lideranças emergentes”²⁶⁶. A reunião seguinte aconteceria em outubro de 2020, em Barbados, mas foi adiada por causa da pandemia do COVID-19.

As Igrejas e dioceses da América Latina e Caribe possuem um perfil mais progressista, e isso aproximou, inclusive, representantes de Igrejas lusófonas e espanholas, a exemplo da Igreja Lusitana e da Igreja Episcopal Reformada da Espanha, que enviaram clérigos e seus respectivos bispos. Também percebemos um movimento de aproximação entre as Igrejas Anglicana de língua portuguesa, com a criação da Rede Lusófona da Comunhão Anglicana em 2016, que tem como objetivo ampliar a visibilidade dessas Igrejas dentro da Comunhão. A Rede congrega

²⁶⁶ O evento foi coordenado pelos reverendos Mark Bozzuti-Jones e Winnie Varghese, diretores para iniciativas globais, sob a liderança do reverendo William Lupfer, reitor da Trinity Wall Street.

a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Lusitana²⁶⁷, a Igreja Anglicana de Moçambique e Angola²⁶⁸.

A parceria da Trinity com a IEAB teve início através de diálogos estabelecidos durante a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, entre o bispo Francisco de Assis da Silva e o reverendo Arthur Cavalcante – então Primaz e Secretário-geral, respectivamente – que objetivaram construir um planejamento financeiro e missionário concreto para a Província brasileira. Após esses encontros internacionais, foi criado o GT Finanças que, após estudos, percebeu que a questão financeira só poderia ser resolvida a partir de um projeto de captação de recursos.

Os recursos da Província advêm de duas formas: as cotas pagas pelas Dioceses e a geração de receitas a partir do patrimônio da própria Igreja. Com essa segunda opção, o GT planejou que as Dioceses elaborassem projetos de sustentabilidade a partir do uso do próprio patrimônio local, uma vez que os recursos da Igreja não se encontram nos seus caixas, mas nos bens imóveis que ela possui. Não por acaso, estes foram os principais alvos de esbulho durante as Crises.

No Relatório apresentado no Sínodo Geral de 2018, foi feito um detalhamento do patrimônio da Igreja, chegando-se à conclusão de que a Província era muito rica em termos de bens, porém, não os utilizava para gerar renda. Assim, tinha-se uma possibilidade de crescimento da Igreja, tanto do ponto de vista financeiro, quanto em outros aspectos, através do uso correto do seu patrimônio. Em parceria com o GT Finanças, lideranças da Igreja Anglicana do México, juntamente com o apoio da

²⁶⁷ A Igreja Lusitana é a representante da Comunhão Anglicana em Portugal. Assim como a Igreja Episcopal Reformada da Espanha, ela também está sob a supervisão direta do Arcebispo de Cantuária. A Igreja Lusitana surgiu dentro do contexto da luta pela diferenciação religiosa, no século XIX. Em 1880, foi organizado um Sínodo, em Lisboa, sob a liderança do bispo anglicano Henry Riley, do México, congregando padres e leigos católicos romanos que contestavam o ultramontanismo e os dogmas do Concílio Vaticano I. Posteriormente, outras Igrejas evangélicas de Portugal se integraram à Igreja Lusitana. Em 1958, ocorreu a sagração do primeiro bispo português, Dom António Ferreira Fiador. Com a expansão pelo país, em 1980 a Igreja tornou-se membro da Comunhão Anglicana. O atual líder é o bispo Dom Jorge Pina Cabral, cuja sé episcopal fica na Catedral de São Paulo, em Lisboa. É formada por uma única diocese, dividida em arcediagados no sul e no norte de Portugal.

²⁶⁸ O Anglicanismo chegou a Moçambique através de missionários britânicos que criaram, em 1893, a Diocese dos Libombos. O primeiro bispo da Igreja em Moçambique foi o inglês Edmund Smyth (1893 a 1912). O português Daniel Pina Cabral foi o primeiro bispo lusófono a assumir a Diocese dos Libombos (1968 a 1976); em seguida, Dinis Sengulane tornou-se o primeiro bispo moçambicano (1976 a 2014). As primeiras dioceses em Moçambique foram: Niassa, Nampul e Libombos. Desde 2014, a Igreja é liderada pelo bispo Dom Carlos Matshinhe, eleito para suceder Sengulane. Já a Igreja em Angola surgiu recentemente, com o desmembramento da Diocese dos Libombos, em 2003. É liderada pelo bispo Dom André Soares. Ambas integravam a Igreja Anglicana da África Austral, porém, em 2021, após reuniões com os órgãos da Comunhão Anglicana, decidiu-se desmembrar estas Dioceses, formando a 42ª Província, a Igreja Anglicana de Moçambique e Angola, cujo caráter identitário que a define, é a língua portuguesa.

Trinity Wall Street, ajudaram na construção desse estudo sobre as finanças da Igreja brasileira. Para alcançar o objetivo, era preciso desenvolver um trabalho em conjunto entre a Província, suas Dioceses e comunidades.

Após o Sínodo de 2018, a Província contratou uma equipe para realizar um planejamento estratégico trienal para a Igreja. O processo transcorreu entre março e dezembro de 2019. Foram feitas rodadas de escuta e diálogo nas Dioceses, com mais de cem pessoas, das quais saíram relatórios que apontavam os principais problemas estruturais da Igreja que impediam seu crescimento. Um grupo de trabalho formado por membros das nove Dioceses, mais o Distrito Missionário e outros órgãos²⁶⁹ da Província se juntaram para criar um plano de ação. Tais oficinas de planejamento aconteceram em agosto de 2019, na cidade de Porto Alegre, em setembro, na cidade de São Paulo, e em outubro, na cidade de Brasília.

Na reunião ocorrida em Porto Alegre, foram sugeridos quatro eixos de atuação: Missão, Pastorais e Diaconia; Formação Teológica; Gestão, Comunicação e Sustentabilidade; e o eixo da Identidade. Na mesma reunião levantou-se a dúvida se a identidade seria um eixo isolado ou estava presente nos demais eixos. Nas reuniões seguintes, em São Paulo, chegou-se à conclusão que a questão da “Identidade Anglicana” perpassa todos os eixos e é o ponto de partida para lidar com os outros tópicos. Na última reunião, ocorrida em Brasília, o projeto foi apresentado aos integrantes do grupo; posteriormente, foi lançada uma cartilha com o Plano Estratégico Provincial 2020-2023. Todas as informações a seguir foram retiradas desta publicação (IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 2020).

As diretrizes do Eixo 1 – “Missão, Pastorais e Diaconia”, buscam transformar as comunidades em espaços seguros de acolhimento pastoral e serviço “às necessidades materiais, emocionais e espirituais de todas as pessoas”. Também buscam promover o protagonismo da juventude e desenvolver o “discipulado intencional” nas diversas pastorais. Outros objetivos específicos são: implementar um projeto para desenvolver o Distrito Missionário e traçar uma estratégia de crescimento social e territorial da Igreja.

As diretrizes do Eixo 2 – “Formação Teológica”, buscam revisar, atualizar e implementar o “Plano Nacional de Educação Teológica” – PNET, através da profissionalização da gestão. A formação para a educação cristã será voltada tanto

²⁶⁹ Também integram o grupo representantes do GT Gestão, GT Juventudes, JUNET, Câmara do Clero e do Laicato e da Assessoria.

para o ministério leigo quanto o ordenado. Como um dos objetivos específicos, será credenciado um curso de Bacharelado em Teologia, junto ao MEC, na modalidade EaD, ao mesmo tempo em que o Curso de Imersão em Anglicanismo, promovido pelo Centro de Estudos Anglicanos, será fortalecido. Dentro desse eixo, também será elaborado um curso de formação em juventudes e cidadania, para ser implementado nos grupos ligados à UJAB.

Já as diretrizes do Eixo 3 – “Gestão, Comunicação e Sustentabilidade”, buscam fortalecer a sustentabilidade da Província, Dioceses e Comunidades, por meio da dinamização patrimonial, com geração de recursos e boas práticas de gestão. Entre seus objetivos específicos estão a busca por uma política de comunicação que favoreça a integração da Igreja em nível interno e com a sociedade, por meio de um sistema de informação de dados que favoreça uma cultura de gestão eficiente e transparente em todas as instâncias eclesiais.

O referencial de identidade institucional para a Igreja é, sem dúvida, a Comunhão Anglicana, pois ela é uma Província desta. Porém, como Igreja Nacional, o Anglicanismo mundial não preenche todas as demandas requeridas pelos desafios surgidos atualmente. Por conta das crises que brotaram dos anos oitenta, a IEAB possui baixa adesão institucional e carência de elementos que a fortaleçam ao redor do país. Por outro lado, nos últimos anos, ela aprofundou seus valores e missão, a partir de práticas de acolhimento diante da diversidade que se tornou latente, em nível eclesial, enquanto fruto de todo o contexto da própria sociedade brasileira.

Acerca do Eixo 1 – “Missão, Pastorais e Diaconia”, o desafio da Igreja é avançar no perfil comum do trabalho pastoral, diante da diversidade da Igreja, e nos problemas a serem enfrentados, como a baixa frequência ou baixa quantidade de membros. Esta questão está intimamente ligada às iniciativas de diaconias como parte da vida da Igreja. E aqui a Diaconia não significa assistencialismo ou obras sociais. As pastorais precisam ser mais ativas, não apenas na promoção de ações coletivas, mas, no acompanhamento pastoral dos indivíduos como parte da dimensão do serviço na Igreja. Isso diz respeito tanto ao atendimento pastoral em cada Paróquia ou Missão, quanto às capelanias que existem em cada Diocese.

Como parte da missão da Igreja, também entra o desafio de implementar um projeto para o futuro do Distrito Missionário, uma vez que ele é vasto e diverso em sua composição. As comunidades se localizam em regiões muito distantes umas

das outras, com um número reduzido de clérigos e lideranças leigas, o que dificulta o atendimento regular a todas as comunidades. Se não há recursos para a missão, a manutenção delas torna-se ameaçada. Por isso, é preciso repensar os novos modelos de paróquias para estas regiões.

Sobre o Eixo 2 – “Formação Teológica”, o principal desafio está em estruturar um sistema financeiramente sustentável, para que a Província possa promover de forma mais efetiva sua identidade e unidade. A crise da formação teológica – que por muitos clérigos é apontada como anterior ao fechamento dos seminários em que eles estudaram – perdura até os dias atuais. Até 2020, pode ser estranho, mas a IEAB, enquanto Igreja de proporções nacionais e internacionais como foi colocado anteriormente, não possui um seminário para a formação do seu clero, mesmo que seja na modalidade EaD. Esta é uma das razões que impede o estímulo à promoção de novas vocações ao ministério ordenado. Com a carência de clérigos na maior parte das Dioceses, o desafio é evitar que a questão se torne um sério problema para a sobrevivência, inclusive, de comunidades históricas.

Com o fechamento dos dois Seminários Provinciais (SETEK e SAET), a Igreja ficou sem um curso de Teologia adequado para a formação daqueles que buscam o ministério ordenado em todo o país. Na legislação anterior, a graduação em Teologia era oferecida pelas instituições “em nível superior”, mas não garantia a emissão de um diploma registrado no MEC. Em 1999, quando foi reconhecido o Bacharelado em Teologia, foi dado um prazo para que as instituições se credenciassem. O prazo findou em 2003, e foi renovado até 2012. Com a criação da nova área da CAPES – Ciências da Religião e Teologia –, ficou ainda mais restrita a possibilidade de as instituições de ensino oferecerem tal curso. A partir dessa data, não existe mais a convalidação do curso de Teologia, embora ainda seja possível a criação de “cursos livres”.

Com o desejo de profissionalizar a educação teológica, a Província elaborou um projeto para credenciar um curso de Teologia, junto ao MEC, na modalidade de Ensino à Distância. Foram contratados dois assessores para criar a estrutura legal e pedagógica, juntamente com a mantenedora, a Associação Anglicana de Educação do Brasil, que ficará responsável por administrar as futura Faculdade Anglicana do Brasil (há o projeto dela se chamar *Faculdade Egmont Krischke*, em homenagem ao primeiro Primaz da IEAB). Em decorrência dos trâmites legais e dos atrasos

advindos da Pandemia do COVID-19, a previsão de funcionamento dessa nova instituição, e subsequente início do curso, está para o ano de 2022.

O projeto de criação de uma instituição de ensino superior da Província concretiza os sonhos e debates realizados durante o 1º Congresso Episcopal, cuja tese foi apresentada pelo arcebispo Antônio Guedes: “recomendamos, considerem as competentes autoridades eclesiais, a idéia enunciada do estabelecimento de uma Universidade Episcopal no Brasil” (*In*: KRISCHKE *et al*, 1960, p. 168).

Junto com a implementação do projeto de educação teológica, a Província conseguiu uma conquista importante relacionada a este Eixo, com a organização da Livraria e Editora Anglicana. A criação desse espaço para publicações de obras relativas à história, teologia e materiais que atendam ao Plano Nacional de Educação Teológica (PNET) é fundamental para fortalecer a formação. No passado, a Igreja teve a Publicadora Ecclesia, que foi responsável por organizar e lançar importantes obras sobre a Igreja, à época do Primado do bispo Egmont Krischke.

Vale frisar que a Igreja muitas vezes, possui materiais publicados sobre temas de Educação Cristã, que são desconhecidos pelos seus próprios membros. Ao mesmo tempo, as publicações atuais algumas vezes não são devidamente utilizadas nas paróquias, como materiais sobre o combate à violência contra a mulher e sobre gênero e sexualidade. O maior desafio, na última década, foi apresentar às comunidades estudos sobre questões e problemas sociais e educar os seus membros em um curto período de tempo. Uma saída para economizar tempo e dinheiro, seria a Igreja reaproveitar publicações do passado, reeditá-las – atualizando a linguagem – e utilizá-las em comunidades, facilitando o acesso de pessoas que, muitas vezes, não assimilam a formação acadêmica das lideranças.

Por último, o Eixo 3 – “Gestão, Comunicação e Sustentabilidade” tem como desafio, em primeiro lugar, desenvolver um senso estratégico na condução e administração da Província e, em segundo, buscar desenvolver uma cultura de gestão administrativa e financeira mais eficiente, que favoreça a sustentabilidade financeira. Vinculada à gestão, a comunicação da IEAB torna-se essencial como parte da sua inserção na sociedade, tornando-a mais pública e aberta e, como consequência, mais inovadora e missionária.

Para isso, será necessário profissionalizar a gestão relativa à comunicação, passando por um trabalho em conjunto com toda a Província, de modo a torná-la

mais conhecida em todo o Brasil, superando as deficiências ainda existentes em sua comunicação interna. Para garantir uma execução mais técnica, este trabalho deverá ser realizado por profissionais da área, se possível, por jovens paroquianos ou membros da UJAB. Só assim, a Igreja conseguirá superar um dos seus maiores problemas, pois, atualmente, ela aparenta estar em desvantagem no quesito da sua “propaganda”, quando a comparamos com outras denominações cristãs no país. Resumindo os desafios para a implementação do plano, como o próprio texto introdutório frisa, a sua incorporação nas decisões e afazeres da Igreja é urgente.

Por melhor que seja um Plano Estratégico e por mais participativo que tenha sido seu processo de elaboração, ele só ganhará efetividade na medida em que passar a orientar a vida prática da instituição. No caso da IEAB, o primeiro passo para isso é o plano tornar-se conhecido por todos na Igreja. Recomenda-se uma boa estratégia de comunicação e divulgação do Plano Estratégico, que atinja todas as instâncias da Igreja. Faz-se necessária também uma versão sintética e didática, com foco no plano de ação (partilha), para facilitar a todos/as a familiarização com o Plano. Para que o Plano Estratégico oriente, de fato, a vida da Igreja, faz-se necessário que todas as instâncias diocesanas, de áreas e provinciais o adotem como referência, alinhando a ele seus planos específicos. Imprescindível também é que o Grupo Gestor do Plano Estratégico assegure regular processo de monitoramento e avaliação do Plano, emitindo comunicados sobre seu andamento, avanços e dificuldades. O processo de incorporação do Plano Estratégico nas decisões e afazeres da Igreja é urgente (IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 2020, p. 7).

O Plano Estratégico Provincial coincide com as celebrações dos 130 anos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. O trabalho foi construído envolvendo a escuta de mais de cem pessoas, espalhadas pelas Dioceses e Distrito Missionário, cujo esforço coletivo é mais do que uma oportunidade de crescimento, é espaço para a reafirmação da identidade da Igreja, através de uma busca por sua maior visibilidade em todo o Brasil. Para isso será preciso divulgá-lo, de modo que atinja todas as instâncias, de suas lideranças até o povo.

4.3 AS NOVAS ÊNFASES TEOLÓGICAS

Considerando a questão das múltiplas identidades da Igreja a partir do texto apresentado no Plano Estratégico Provincial, é preciso compreender de que modo, e em que contexto histórico, político e social, surgiram estas as identidades que marcaram a Província brasileira na transição do século XX para o XXI.

Como uma Igreja histórica, surgida como fruto de uma confluência das capelanias inglesas, da missão episcopal norte-americana e do trabalho missionário entre a comunidade japonesa, tornou-se uma denominação progressista em suas pautas e em sua teologia, a partir de um conceito de inclusão para todas as pessoas em suas várias esferas eclesiais? Para responder a essa questão e compreender melhor as mudanças na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, precisamos analisar a história da formação do Cristianismo em nosso país.

A chegada do Protestantismo na América Latina não foi apenas um projeto missionário religioso; ela representou, também, um projeto de implantação de idéias progressistas e liberais na sociedade, em especial, a partir da chegada das Igrejas norte-americanas em solo brasileiro. O ideário liberal – do ponto de vista das liberdades filosóficas – marcou, sobretudo, a primeira metade do século XX, com a consolidação dessas Igrejas. Em virtude da presença inglesa e norte-americana, a Maçonaria teve um papel importante na promoção da Igreja Episcopal, através do seu clero, muitos dos quais, eram membros ativos da fraternidade, especialmente no Sul do Brasil, em cidades como Pelotas e Santa Maria²⁷⁰.

Em seu início, a Igreja não se preocupava com questões voltadas para os problemas sociais do país ou até mesmo para os Direitos Humanos, uma vez que, por causa da visão missionária norte-americana, atuava de forma muito mais assistencialista. Somente a partir de 1934 ela passou a se inserir cada vez mais na sociedade brasileira – influenciada pela visão social do bispo William Thomas, e a integrar a Confederação Evangélica do Brasil.

A partir da década de 1960, novas teorias sociais e abordagens teológicas passaram a influenciar a eclesiologia de várias denominações na América Latina. No final dessa década, a Teoria do Desenvolvimentismo²⁷¹ começou a entrar em declínio, e, junto com ela, o alinhamento de instituições políticas e religiosas com o eixo norte-americano. No Brasil, partidos políticos e Igrejas deixaram de lado a

²⁷⁰ Vários clérigos e bispos desta época foram membros da Maçonaria no Rio Grande do Sul, especialmente o bispo Athalício Pithan, que foi grão-mestre da Loja Maçônica da cidade de Santa Maria. Um estudo mais detalhado da relação desta instituição com a Igreja Episcopal no Sul do Brasil pode ser lida na tese de Berenice Lagos Guedes, intitulada “História da Educação no Rio Grande do Sul, Maçonaria e Igreja Anglicana: Algumas Imbricações, Contradições e Paradoxos (1901/1970)”.

²⁷¹ A Teoria do Desenvolvimentismo foi uma política de alinhamento entre países de Primeiro e Terceiro Mundo, buscando a cooperação econômica como um meio de desenvolver estes últimos a partir da industrialização. No Brasil, o período entre o último mandato de Getúlio Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek, foi marcado pelo estreitamento de relações com os Estados Unidos, ganhando ainda mais força durante a ditadura militar. Tal alinhamento também foi defendido por bispos católicos e pastores protestantes.

proposta do desenvolvimento continental – patrocinado pelos Estados Unidos e promovido por órgãos internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina, da ONU – para buscarem novas respostas aos desafios sociais do país.

No campo do Catolicismo, o Concílio Vaticano II, com sua perspectiva ecumênica – que incluiu a participação de teólogos de outras Igrejas não-católicas nos debates extra-oficiais entre os delegados católicos –, marcou a construção de uma nova Igreja, mais voltada para a realidade histórica. Encontros episcopais, como a Conferência de Medellín, convocada pelo Papa Paulo VI, em 1968, buscou alinhar as diretrizes do Concílio às necessidades da Igreja na América Latina, visando a superar o projeto de Igreja então vigente.

Medellín se encontra hoje no que chamamos de passagem do desenvolvimentismo para a teologia da libertação. O que significa o desenvolvimentismo? Que existem sociedades desenvolvidas e sociedades subdesenvolvidas, logo é necessário desenvolver as segundas. Mas o desenvolvimentismo pensa que deve-se desenvolvê-las segundo o modo e o modelo das desenvolvidas. (...) Isso é o que pensa o desenvolvimentismo e está um pouco presente ainda em Medellín (DUSSEL, 1972, p. 108).

A construção de Teologias autóctones na América Latina e a fundação de novos organismos da Igreja Católica – CEHILA, CLAI etc. –, convergiram para a difusão de novas idéias dentro de Igrejas históricas, como a Metodista, Presbiteriana, a Luterana e a própria Igreja Episcopal. Na mesma época, no meio evangélico surgiu, em 1961, o movimento Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), no Peru, após a 2ª Conferência Evangélica Latino-Americana. No mesmo período, foi fundada a Fraternidade Teológica Latino Americana, criada em 1970, um ano após o 1º Congresso Latino Americano de Evangelização.

Da mesma forma, no meio protestante internacional, o Congresso de Lausanne para a Evangelização Mundial (1974) influenciou a produção da Teologia da Missão Integral. No Brasil, essa corrente teológica foi promovida por muitos teólogos como Paul Freston, Elben Lenz César, Valdir Steuernagel, Ricardo Barbosa de Sousa, Ariovaldo Ramos, Carlos Queiroz, Jorge Henrique Barro, Joaquim Beato e João Dias de Araújo, entre outros. Na Igreja Episcopal Anglicana, o bispo Robinson Cavalcanti foi um dos maiores entusiastas e defensores das suas teses.

Em pouco tempo, esses movimentos se converteriam em espaços de debate para lideranças evangélicas engajadas nas lutas e em uma hermenêutica com o objetivo de compreender as rápidas transformações sociais na América Latina. Os

debates que traziam questões ligadas a políticas públicas, diminuição da pobreza, conjuntura da sociedade, moral e sexualidade, além de direitos fundamentais, foram sendo aprofundados dentro da Teologia, buscando compreender a real relação de tais temas com o Cristianismo. Temos como exemplo, no contexto anglicano, a declaração da “Conferência Nacional do Clero”, em 1967, que expressava as preocupações das lideranças da Igreja Episcopal do Brasil quanto ao cerceamento de direitos e a gradual perseguição do Regime Militar a opositores políticos.

Por outro lado, a aproximação entre as Igrejas que compunham o movimento ecumênico nacional teve um contraponto. Na mesma época chegaram ao Brasil diferentes grupos fundamentalistas, oriundos dos Estados Unidos, como parte de um projeto de setores do Governo Militar para desarticular as Igrejas que se mantinham socialmente engajadas. Esse momento foi marcado por movimentos que iam desde marchas católicas em defesa da família e de valores cristãos – e que se levantavam contra uma suposta “ameaça comunista” –, até algumas igrejas evangélicas que, durante a Ditadura, contribuíram diretamente com o Regime, denunciando e entregando militantes ou intelectuais de suas próprias fileiras. Nas palavras de Gustavo Gilson de Oliveira: “o movimento evangélico, menos engajado politicamente e mais conservador teologicamente, também teve uma fase de relativa influência entre os anos de 1970 e 1990” (*In*: SWAMY; SPENCER, 2019 p. 157-158).

Na Igreja Episcopal, entre os teólogos do período, destacam-se Jaci Correia Maraschin e Sumio Takatsu. As influências vindas da Igreja norte-americana rapidamente chegaram ao Brasil trazendo, com elas, mudanças nas perspectivas teológicas, doutrinárias, litúrgicas e pastorais, as quais marcaram o seu *ethos* nas décadas seguintes, especialmente a partir do conceito da *Inclusividade*, que abordamos ao final desse capítulo.

Para aprofundar a questão, fizemos uma abordagem histórica de quatro ênfases teológicas que elegemos nesta pesquisa, às quais consideramos cruciais para a construção das múltiplas identidades da IEAB: o engajamento social da Igreja, a ordenação de mulheres e de pessoas LGBTQ+, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o novo Livro de Oração Comum com sua Inclusividade Litúrgica. Em cada um dos tópicos, abordamos suas implicações, tanto em nível provincial quanto na Comunhão Anglicana.

4.3.1 Uma Igreja inserida nas questões políticas e sociais

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento ecumênico teve um papel importante na organização e aproximação das denominações históricas no debate público sobre o “papel social das Igrejas”. Um dos momentos marcantes do período foi a Conferência do Nordeste²⁷², organizada na cidade do Recife entre 22 e 29 de julho de 1962, pela Confederação Evangélica do Brasil. A Conferência teve um polêmico tema para a época: “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. O evento, de caráter ecumênico, ficou bastante conhecido, pois, reuniu estudantes, clérigos e intelectuais, como Gilberto Freyre, Celso Furtado, Paul Singer e outros.

Em uma das sessões, Edmund Knox Sherrill falou sobre a dimensão social da missão da Igreja. Em seu discurso, o bispo apontava para a urgente necessidade dos cristãos refletirem e agirem para amenizar os problemas sociais vividos no país.

Torna-se um imperativo relativo e moral associarmos-nos de mesma maneira positiva ao processo histórico e revolucionário da nossa época. Como cristãos, podemos divergir sobre as medidas a serem tomadas, pois a situação é de fato extremamente complexa, mas não podemos, a nosso ver, nem mesmo pensar em divorciar-nos da luta pela justiça e bem-estar sociais. Pela providência de Deus, temos chegado a este momento histórico, e, se pretendemos obedecê-lo, precisamos usar a capacidade que ele nos proporcionou, a fim de que os bens que presentemente mui poucos desfrutam passem à disposição de todos os nossos irmãos (*In*: CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, 1962, p. 119-120).

Da mesma forma, por meio de uma crescente aproximação, através dos novos movimentos sociais e políticos – especialmente em defesa dos direitos fundamentais –, católicos e protestantes foram capazes de articular pautas comuns que ganharam espaços na imprensa e voz dentro da sociedade civil, especialmente

²⁷² Após a realização da Conferência do Nordeste, em 1962, foram publicados dois cadernos intitulados “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Os documentos e seus respectivos autores foram: “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, Almir dos Santos; “Reflexões sobre a pré-revolução brasileira”, Celso Furtado; “O NE no processo revolucionário brasileiro”, Celso Furtado; “A missão total da Igreja numa sociedade em crise”, Edmund K. Sherrill; “A Igreja e a sua responsabilidade social”, Ernst Schilleper; “O artista: servo dos que sofrem”, Gilberto Freire; “A revolução do reino de Deus”, João Dias de Araújo; “Ideologia cristã como base para a ação social da Igreja”, Joaquim Beato; “Os profetas em épocas de transformações políticas e sociais”, Joaquim Beato; “Resistências à mudança social no Brasil”, Juarez R. B. Lopes; “Mudanças sociais na história contemporânea”, Paul Singer; “Cristo, a única solução para o Brasil”, Sebastião G. Moreira. Além disso, vários grupos de estudos foram formados, publicando os seguintes documentos: “Fronteira econômica, Grupo urbano”; “Fronteira econômica, Grupo industrial”; “Fronteira econômica, Grupo rural”; “Fronteira cultural, Grupo educacional”; “Grupo de arte e comunicação”; “Fronteira estudantil, Grupo estudantil”; com o encerramento da Conferência do Nordeste realizado por Curt Kleemann, foi publicado o Apêndice “Cidadania responsável nas situações históricas”.

nas grandes capitais, onde a resistência contra a Ditadura era mais forte, em alguns casos, à custa da liberdade de clérigos e leigos e, em outros, das suas vidas.

Tais idéias convergiram na construção de uma “Teologia da Libertação Protestante”, junto com a ascensão de lideranças eclesiais e intelectuais comprometidas com a inserção das Igrejas na sociedade e com a dimensão pública da Teologia. No campo da educação, a fundação de instituições como a Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE)²⁷³, foi essencial para a tradução e publicação de obras inéditas em língua portuguesa.

Os seminários da ASTE promoveram o debate entre membros de Igrejas brasileiras, difundindo as novas idéias surgidas de teólogos da América Latina, como José Comblin e Gustavo Gutiérrez, trazendo também novas teses desenvolvidas na Europa e dos Estados Unidos, especialmente de teólogos como Karl Barth e Paul Tillich, e de instituições e seminários considerados vanguardistas, como o Seminário Teológico da União (*Union Theological Seminary*), de Nova York.

Os teólogos apenas analisam a situação social, política e econômica do nosso mundo contemporâneo e apenas constataam a existência dessa luta de classes que é sempre deplorada por eles. Nenhum teólogo da libertação achará o evangelho classista no sentido sociológico moderno. Por outro lado, seríamos cegos se não percebêssemos no evangelho a clara condenação dos ricos e a mais clara ainda opção pelos pobres (MARASCHIN, 1989, p. 7-8).

Ainda acerca da produção teológica daquelas décadas, diferentes pensadores, articulados através da ASTE, foram capazes de construir uma hermenêutica baseada no contextualismo, entendido como a tradução de uma postura de fé em nível metodológico. Sumio Taktasu apresenta este modo de fazer

²⁷³ A Associação de Seminários Teológicos Evangélicos foi fundada no dia 19 de dezembro de 1961, em uma assembleia reunida no Seminário Teológico da Igreja Metodista, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Estiveram presentes na assembleia Paul Schelp, Nathanael do Nascimento, Aharon Sapsezian, Jaci Correia Maraschin, Harding Meyer, Othon G. Dourado, Carlos Cunha, José Del Nero, Isaías F. Sucasas, Júlio A. Ferreira, Martin Regrich e José Borges dos Santos Jr. Como a organização é voltada para a associação de instituições de educação teológica, os seus membros fundadores foram os seguintes: Seminário Presbiteriano do Norte (Recife/PE); Seminário Teológico Batista do Norte (Recife/PE); Seminário Teológico Presbiteriano do Centenário (Vitória/ES); Seminário Teológico Congregacional do Rio de Janeiro (Pedra de Guaratiba/RJ); Seminário Teológico Batista do Sul (Rio de Janeiro/RJ); Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente (São Paulo/SP); Faculdade de Teologia da Igreja Metodista Livre (São Paulo/SP); Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (São Bernardo do Campo/SP); Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas (Campinas/SP); Seminário Concórdia da Igreja Evangélica Luterana (Porto Alegre/RS); Seminário Teológico da Igreja Episcopal do Brasil (Porto Alegre/RS); e Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (São Leopoldo/RS).

teologia com uma ênfase na concretude e na contemporaneidade. Através da experimentação e fidelidade à mensagem das Escrituras, unindo a Revelação Bíblica à Teologia, seria possível elaborar novas leituras teológicas, condizentes com o contexto latino-americano. Tal pensamento é exposto na coletânea de textos *Tendências da Teologia no Brasil*²⁷⁴.

O contextualismo é um modo de se fazer teologia. Com isto pretende-se dizer que, embora sistemática e possuidora de metodologia própria, ela não é um sistema acabado com método consistentemente elaborado. Caracteriza-se, antes, por uma busca de diálogo com diversos métodos e perspectivas, tendo em vista a tarefa principal de reflexão sobre o discernimento da ação de Deus e da resposta do homem. Em função disso, o método intrínseco da teologia não está na apresentação da consistência interna com que uma determinada estrutura teológica impõe o respeito, isto é, não na consciência, mas no exame que lhe proporciona com referência à memória, imagística, linguagem, experiência e conceitos do Povo de Deus em jornada (ALVES *et al*, 1977, p. 19).

A partir desses parâmetros, seria possível construir uma relação dinâmica e dialógica entre o fenômeno e o seu referencial, as Escrituras e a própria Teologia, sem desconsiderar as suas distinções. Por outro lado, existiam alguns desafios, como o problema do próprio contextualismo em relação à ortodoxia – questão que até hoje é problema para as teologias contemporâneas. Da mesma forma, seria preciso inserir o contextualismo na realidade brasileira. A base para esta relação se dá a partir do reconhecimento da pluralidade de tendências teológicas existentes.

Sem dúvida, a situação na qual se coloca a teologia, seja qual for sua orientação, é pluralista. Essa situação é pressionada interna e externamente por perguntas de diversas ordens tais como as de identidade denominacional, de especificidade da mensagem e do serviço, de inconformidade e de insatisfação com o formalismo da ortodoxia doutrinária, ou litúrgica, ou moral, ou, ainda de pragmatismo a-crítico, com tendência a-teológica. Por outro lado, é verdade que o modo de se colocar a situação teológica e a sua interpretação é correlato à visão da teologia que se adota, ainda que exista a objetividade da situação. A situação teológica brasileira traz consigo possibilidade de realizações em N formas, é claro, como mera possibilidade. Sob essa perspectiva, a procura pela identidade se converte em denominacionalismo estéril. Semelhantemente, a preocupação pelo específico cristão pode terminar em confessionalismo infrutífero da ortodoxia não-dialógica. O inconformismo que busca a renovação da comunidade da igreja, com ênfase no êxtase, sem um contexto definido de teologia, pode descambar numa confusão, sem a capacidade de discernir entre o assombro dos maravilhados e o assombro diante daquele que faz

²⁷⁴ Publicada em 1977, pela ASTE, esta coletânea apresentava textos escritos por Rubem Alves, Sumio Takatsu, Hermann Brandt, Hubert Lepargneur e Jaci Maraschin. Embora não seja tão conhecida do público em geral, esta pequena obra teve grande contribuição para os estudos teológicos, nos anos seguintes, em Seminários e Faculdades de Teologia.

maravilhas. Isso seria o “cativeiro” da busca pela liberdade em si mesma. Do mesmo modo, a participação no mundo sem o específico cristão não teria sentido e não prestaria serviço a ninguém, em última instância. É claro que o específico cristão está sujeito, por sua vez, a N interpretações (In: ALVES et al, 1977, 28-29).

Os dois últimos textos supracitados traduzem o espírito das novas tendências teológicas que chegavam ao Brasil. Desde a década de 1970 é possível perceber uma busca pelas possibilidades e não pelo que já está concretizado. A posição de Sumio Takatsu e de outros teólogos da Igreja, como Jaci Maraschin, pautado, na pluralidade de interpretações, ganharia espaços nos debates acadêmicos nos Seminários e, por fim, na Província. A Igreja, pela primeira vez, viu-se livre das amarras das formalidades e formulários teológicos, para buscar construir seu próprio pensamento e práticas. À época, estava nascendo uma Teologia Anglicana, essencialmente brasileira, com forte ênfase social.

O maior destaque da IEAB no engajamento social e na denúncia dos problemas estruturais brasileiros, como parte de sua missão, deu-se no contexto de redemocratização do país. Podemos afirmar que, no mesmo período, a Igreja Brasileira, devido à sua maior participação em reuniões da Comunhão Anglicana e em encontros de movimentos ecumênicos – nacionais e internacionais –, bebeu de novas fontes para realizar a *Missio Dei*, aprofundando-se nos métodos e práticas da Teologia da Libertação, que havia chegado ao auge no campo religioso brasileiro.

A partir de 1988, com o estabelecimento das “Cinco Marcas da Missão”²⁷⁵ da Comunhão Anglicana, pelo Conselho Consultivo Anglicano, a Província Brasileira viu nesses cinco tópicos o referencial para a sua atuação no mundo e na sociedade, cuja missão se baseava no binômio “solidariedade-participação” em vez de “autoridade-obediência”. Para a IEAB, essas seriam as marcas de uma Igreja do novo milênio. A partir de então, ela passou a ter forte ênfase no engajamento social, a partir de uma nova visão de Teologia Pública e de missão, o que culminou em uma maior inserção nos problemas do Brasil e do mundo.

Quando a formação de movimentos e organizações sociais tornou-se possível novamente, após a abertura da democracia e a declaração da Constituição de 1988, a maioria das lideranças e modelos que formaram

²⁷⁵ 1) Proclamar as boas novas do reinado de Deus; 2) Ensinar, batizar e nutrir os novos crentes; 3) Responder às necessidades humanas com amor; 4) Procurar a transformação das estruturas injustas da sociedade, desafiar toda espécie de violência, e buscar a paz e a reconciliação; 5) Lutar para salvaguardar a integridade da Criação, sustentar e renovar a vida da terra.

esses "novos movimentos" vieram da militância religiosa cristã. Assim, eles mantiveram uma relação razoavelmente próxima com a língua e a cultura dos movimentos cristãos e, acima de tudo, eles mantiveram suas conexões com as redes de movimentos cristãos. As principais referências da atividade missionária da IEAB neste período vieram, sem surpresa, da concepção ecumênica da *missio Dei* - com forte ênfase na pastoral e *diaconia* - e da teologia da libertação, que foram aprofundadas e fortalecidas pelo desenvolvimento das "Cinco Marcas da Missão", desenvolvido pelo Conselho Consultivo Anglicano (ACC) em 1984, e revisado mais duas vezes, na segunda reunião da MISSÃO (Comissão Permanente para a Missão) em 1996, e pelo ACC em 2012 (*In*: SWAMY; SPENCER, 2019, p. 156).

A busca da inserção da IEAB nos espaços públicos do país requer, obrigatoriamente, uma articulação para além dos muros e dos dogmas institucionais. O aprofundamento do debate acerca da *Missio Dei*, em nível internacional – seja nas instâncias ecumênicas ou na própria Comunhão Anglicana –, demanda, inclusive, uma discussão mais aprofundada acerca dos problemas culturais, sociais, políticos e religiosos da conjuntura brasileira, os quais, nem sempre, encontram na Teologia e nos seus métodos tradicionais, os meios necessários para encontrar respostas. Nessa perspectiva, o modelo de missão vem sendo bastante criticado, tanto por evangélicos e neopentecostais, quanto por setores de dentro da própria Igreja.

Primeiro, uma das críticas mais recorrentes é que esta concepção de missão não enfatiza suficientemente a conversão individual e o crescimento da igreja. Em segundo lugar, os críticos afirmam que isso confunde o papel da Igreja com o papel dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (ONGs) e que isso tem levado a Igreja a se envolver em conflitos políticos e sociais que não deveriam ser de sua conta. Mais uma vez, as questões da relevância teológica, visibilidade e enfrentamento das desigualdades e conflitos sociais ocupam um lugar central na discussão. À luz deste debate, torna-se ainda mais importante examinar em que medida e como o "modelo" missiológico e missionário de reconciliação pode, de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento da ação missionária na IEAB e para o enfrentamento de seus principais dilemas e desafios. Para isso, no entanto, ainda é necessário buscar articular os desdobramentos dos últimos anos, nos debates internacionais, com uma discussão específica sobre a realidade cultural, social, política e religiosa brasileira (*In*: SWAMY; SPENCER, 2019, p. 156-157).

Sobre esse aspecto do "desvio" da "função" da Igreja, quando envolvida em temas considerados "irrelevantes" para a sua missão, a exemplo da política – visto frequentemente apontado pelos acusadores –, é preciso revisitar o passado da IEAB. A Igreja sempre esteve diretamente envolvida com a política brasileira – e não apenas a local, do Rio Grande do Sul. Na Era Vargas, a Igreja, sob o episcopado do bispo William Thomas, se envolveu diretamente na Revolução Constitucionalista de

1932, chegando a reunir-se com o então presidente da República, em apoio às propostas da nova Assembleia Constituinte.

Já enquanto Província da Comunhão Anglicana, durante o período do primado dos bispos Egmont Machado Krischke e Arthur Rodolpho Kratz, a Igreja se posicionou contra o Golpe Militar, o que levou alguns de seus clérigos a fugirem do país sob o risco de serem presos e algumas paróquias serem vigiadas pelo Regime. A própria Confederação Evangélica Brasileira – da qual a Igreja havia sido uma das denominações fundadoras –, foi fechada após a tomada de poder pelos militares. Na mesma época, devido ao contexto geopolítico, apesar de criticar a Ditadura, a Igreja não tinha aproximações com partidos ou movimentos de esquerda. Durante a campanha das “Diretas Já”, e no processo de redemocratização do país, a Igreja esteve fortemente envolvida em defesa dos valores discutidos na nova Constituinte.

Por isso, é estranho que surjam críticas sobre o engajamento social e político da Igreja em determinados assuntos, especialmente em anos mais recentes, como ocorreu durante a primazia dos bispos Maurício Andrade, Francisco de Assis e Naudal Alves Gomes. É correto afirmar que, a IEAB, ao longo de toda a sua história esteve presente na vida política do país, ora apoiando determinados movimentos, ora colocando-se contra pautas e governos que se fundamentaram a partir do enfraquecimento de instituições consolidadas na sociedade e dos direitos fundamentais – os quais são a base do Estado Democrático de Direito, reinstituído na Nova República, período que sucedeu o Regime Militar.

Por outro lado, é preciso que as lideranças tomem cuidado para que a atuação social e política da Igreja não ofusque seu principal objetivo enquanto comunidade religiosa cristã, representante da Tradição Anglicana histórica, cuja presença na sociedade tem por base as Cinco Marcas da Missão. Caso alguma dessas marcas seja esquecida nos processos de envolvimento da IEAB, ela corre o risco de atuar de modo semelhante ao que apontam os seus críticos: convertendo-se em uma espécie de “organização não-governamental” ou de “movimento político” de orientação cristã. Temos notado um gradual esvaziamento de algumas paróquias que seguem a Teologia da Libertação, uma vez que, boa parte delas se encontram em grandes centros urbanos, marcados por modelos de Igrejas que variam entre o mais contemplativo/tradicional até o carismático/gospel. Por isso, tais comunidades da IEAB não conseguem atender ao atual público de jovens e de novas famílias.

Como reflexo das mudanças sociais e políticas vislumbradas na sociedade brasileira ao longo das últimas décadas, a Liturgia também foi influenciada significativamente. A partir da década de setenta, músicos da Igreja começaram a compor cânticos que apresentavam uma comunidade eclesial voltada para os problemas do país. Cânticos para a comunhão abordavam a inclusão das pessoas marginalizadas e daquelas que sofrem, a exemplo das letras de *A Ceia do Senhor e Comunhão*, do reverendo Jaci Maraschin.

Partilhar o pão, distribuir o vinho,
Estender a mão a qualquer vizinho,
Alargar o chão, retirar o espinho,
Abrçar o irmão, não ficar sozinho.
(A Ceia do Senhor)

Na Ceia do Senhor nós celebramos
A esperança de um mundo de fartura.
E no partir do pão nós proclamamos
Que já podemos ter a paz futura.
(Comunhão)

Já as músicas do bispo Flávio Irala enfatizam a unidade da Igreja em meio à diversidade. A letra de *Canção da Chegada* destaca as diferentes ideias que brotavam na época, embora elas convergissem para a fé de todos em Jesus Cristo.

Estamos aqui, Senhor, cercando esta mesa comum
Trazendo idéias diferentes, mas em Cristo somos um.
E quando sairmos daqui, nós vamos para voltar,
Na força da esperança e na coragem de lutar.
(Canção da Chegada)

Outros cânticos, como os de Xico Esvael, enfatizam os novos tempos que a Igreja então vivia. A letra de *Em Missão*, deixa claro que não basta apenas acreditar na tradição da Igreja (que então completava cem anos de existência), mas ir além: denunciar os problemas sociais vividos no país e propor a construção de uma nova sociedade, baseada nos valores do Evangelho.

Do sul ao norte estamos no caminho,
Celebrando a vida, partilhando o pão.
Do mesmo cálice bebemos vinho,
Somos o Teu povo em peregrinação.

Na caminhada nossa voz ecoa,
Denunciando a morte e a escravidão.
Anunciamos nessa terra boa,

Que Tu renovas toda a Criação.
(Em Missão)

Percebemos que a música se tornou um dos principais instrumentos utilizados pela IEAB utilizou-se para comunicar aos seus fiéis a Teologia que estava construindo. Da mesma forma, a música produzida na época buscava refletir o princípio *Lex credendi, Lex orandi*, uma Igreja que crê da mesma forma que ora. Assim, em seu discurso, traduzido em forma de músicas, a Província comunicava seu compromisso social com os excluídos, e abria espaço, através da Liturgia, para questões que, posteriormente marcariam sua atuação, como o combate ao racismo, a defesa dos direitos de mulheres, povos indígenas e quilombolas e, também, a busca por incluir pessoas LGBTQ+ na vida comunitária e sacramental.

Se é com palavras que são escritas as regras que oprimem e consagram a opressão, com elas também os homens entre si podem falar e escrever frases e modos de saber que, pronunciados e exercidos, poderão um dia libertar o homem e os seus mundos (BRANDÃO, 1986, p. 13).

Juntamente com o engajamento pela conscientização dos problemas políticos do país, ao longo de sua história, a IEAB reafirmou seu compromisso no combate ao racismo. No Sínodo Geral de 2018, a Igreja concordou que o enfrentamento ao Racismo Estrutural era uma pauta prioritária. Assim, instituiu o período de 2015 a 2025, como a Década Internacional de Afrodescendentes. Daí resultou a criação da Pastoral Afro “Abraço Negro”, para atuar junto a outras pastorais. As ações são articuladas pela Comissão Nacional de Incidência Pública, Direitos Humanos e Combate ao Racismo, bem como pela Comissão Nacional de Relações Ecumênicas, para o trabalho conjunto com outras denominações.

No campo do Diálogo Inter-religioso, percebemos forte movimento de aproximação com as Religiões de Matriz Africana, por conta do crescimento dos casos de Intolerância Religiosa no Brasil. Desde o início do século XX, tais religiões ficaram marcadas pelas tentativas – tanto por parte do Governo Federal, quanto por Igrejas – de vincular suas crenças ao atraso, à marginalidade e à falta de cultura, em um cenário nacional em que o desenvolvimento e o progresso eram postos como objetivos a serem alcançados.

Atualmente, tal discurso ganhou as atenções da mídia, pelo seu caráter racista, de modo que o Racismo Religioso (termo preferencialmente utilizado para se

referir a tais práticas) é uma das questões combatidas publicamente pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, como parte de sua denúncia dos problemas sociais do país. Como consequência, esta postura também visa a reafirmar a defesa de direitos fundamentais que encontram apoio no artigo 5º, VI, da Constituição de 1988, o qual garante a liberdade de crença e consciência, bem como a proteção dos cultos e suas diversas expressões, além dos espaços para seu exercício. De modo especial, no Dia da Consciência Negra, em algumas paróquias são realizados cultos ecumênicos com a presença de sacerdotes de religiões afros.

Já o Diálogo com as Religiões Orientais não se dá por meio da aproximação entre lideranças anglicanas e budistas, a exemplo da amizade existente entre o arcebispo sul-africano Desmond Tutu e o Dalai Lama. No caso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a presença da cultura e das tradições japonesas é algo que está presente desde a época das colônias de imigrantes, no começo do século XX. A partir de conversas com membros da Igreja é possível perceber uma natural aproximação do Anglicanismo brasileiro com a cultura oriental, através de algumas paróquias no Estado de São Paulo. Até os dias atuais, são celebrados ofícios na língua japonesa, conduzidos por membros do clero que têm ascendência nipônica.

Em algumas delas, como a Paróquia de Todos os Santos, na cidade de Registro, ainda são realizados ritos de passagem em memória aos antepassados, como parte do legado da cultura japonesa que, por meio de um processo de inculturação, se encontra em conformidade com a Tradição Cristã, cuja prática de honrar aos fiéis falecidos se mantém como uma das celebrações do calendário litúrgico – o “Memorial de Todas as Almas” – também chamado de “Dia de Finados”.

Os avanços em questões sociais exigem compromisso institucional e transparência por parte da Igreja. Na medida em que novos desafios surgem, as Províncias precisam oferecer respostas concretas a antigos problemas. E aqui entra um tema bastante debatido, nos últimos anos, dentro da Comunhão Anglicana: Igreja Segura. A palavra “segurança” vem do termo em latim *securus*, que significa “sem temor, garantido”. Assim, esse conceito pode ser traduzido a partir da ideia da Igreja como um espaço em que as pessoas não temem e que garante as suas integridade, dignidade e proteção. Parte da missão da Igreja é cuidar das pessoas que chegam e daquelas que já são membros. Assim, entende-se a Igreja como um santuário, um local de abrigo.

O Movimento das Igrejas de Portas Vermelhas teve início na década de 1960, entre paróquias da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e da Igreja Evangélica Luterana na América, que passaram a pintar as suas portas na cor vermelha. Esse simbolismo possui várias interpretações teológicas²⁷⁶, o que remete aos tempos da Igreja Primitiva, em que a comunidade cristã era um refúgio para pessoas perseguidas. Durante a Idade Média, as igrejas eram solo sagrado, o que significava que um soldado não poderia perseguir um inimigo que houvesse cruzado as portas do santuário. Assim, as Igrejas tornavam-se local de abrigo, protegendo as pessoas que ali se encontrassem. Todavia, nem sempre o ambiente eclesial foi um lugar seguro para as pessoas.

No início do século XXI muitas denúncias de abuso sexual de menores por clérigos vieram à tona, e ganharam as manchetes do mundo inteiro. Os casos mais notórios aconteceram na Igreja Católica nos Estados Unidos, seguidos por outros em diferentes locais, como Reino Unido, Canadá, Portugal e Brasil. Na mesma época, acusações de abuso sexual também começaram a surgir nas Igrejas da Comunhão Anglicana. Ocorridos principalmente na Austrália, tais casos eram reconhecidos nas esferas da Igreja. Entretanto, os processos eram encaminhados apenas no âmbito judicial, e não no institucional. Alguns setores da Igreja Anglicana da Austrália eram resistentes a assumir o problema publicamente, sob o argumento de que a instituição poderia passar por uma crise de confiança, semelhante à vivenciada pela Igreja Católica em casos recentes.

Entretanto, a cúpula da Igreja australiana tomou um caminho diferente e levou o problema para as demais Províncias, que decidiram realizar uma inquirição através do Conselho Consultivo. A partir dos primeiros debates, foi criada a Rede de Igreja Segura da Comunhão Anglicana (*Anglican Communion Safe Church Network*). As reuniões do ACC 15, ACC 16 e ACC 17 foram responsáveis pela aprovação do estatuto e da comissão para trabalhar o tema; na última reunião foi ampliada a participação de lideranças de outras partes do mundo. Diante do grande interesse nos encontros, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil decidiu aplicar, de imediato, as diretrizes, e foi uma das primeiras Províncias a trabalhar o tema.

²⁷⁶ Dentre as várias explicações, as portas vermelhas aludem à passagem do Livro do Êxodo, capítulo 12, quando os israelitas aspergiram sangue do cordeiro sacrificado nos umbrais de suas portas e ficaram seguros diante da última praga do Egito. Também é um símbolo de redenção, ao remeter ao sacrifício de Jesus, como o Cordeiro Pascal, em 1 Coríntios 5:7.

Uma vez que na IEAB ainda não ocorreram casos de abuso sexual de menores, como em outros países, ela passou a trabalhar a questão de maneira mais ampla, buscando entender em que situações a Igreja passa a ser um espaço de abuso, para transformá-la em espaço seguro. Por meio da *Safe Church Network* busca-se construir uma Igreja que seja um ambiente que combata o racismo, o machismo, a homofobia e as diversas formas manipulação e de abusos contra as pessoas e os direitos de indivíduos ou coletividades dentro da instituição (abuso espiritual, financeiro, moral, sexual etc.). O conceito de abuso, conforme entendido pelo ACC é de “um comportamento de um terceiro que causa dano a outra pessoa, que tem a intenção de causar, ou que a coloca em uma situação que levará às consequências”.

É preciso entender que o abuso não está restrito apenas à relação vertical entre o clero e o laicato, mas que membros do clero podem também ser vítimas, por parte de seus colegas, ao passo que leigos podem cometer tais abusos contra seus párocos e párocas, ou contra outros membros da Igreja. Da mesma forma, é parte da missão da Igreja garantir o respeito à individualidade de cada membro ou liderança, o que inclui a pluralidade de correntes teológicas e, inclusive, a pluralidade de posições políticas e religiosas assumidas por tais pessoas.

Em situações de abuso, é essencial que haja apoio pastoral às vítimas, às suas famílias e às paróquias. Em nível institucional, a Igreja deve pensar uma estrutura com pessoas designadas para oferecer apoio adequado a vítimas, comunidades e acusados. Também deve ser promovida uma cultura de segurança a partir da formação e educação das comunidades eclesiais sobre a natureza e efeitos nocivos das diversas formas de abuso; igualmente deve ser ensinado como acolher e encaminhar as pessoas que necessitam de cuidado e como proceder com as denúncias para que o problema seja resolvido. Para isso, é preciso ir além dos GTs e ciclos de palestras, criando uma previsão canônica na Constituição e nos Cânones Gerais, para lidar de modo concreto com situações que venham a acontecer.

Em alguns momentos específicos de sua história, membros da IEAB foram vítimas de abusos dentro da Igreja – geralmente cometidos por parte do clero, inclusive contra colegas de ministério ordenado –, os quais sofreram de diferentes maneiras os efeitos de tais práticas. Tais casos abriram caminho para mudanças e avanços nas Teologia, Doutrina, Liturgia e práticas da Província que, nas últimas

décadas, aprofundou o debate sobre alguns dos temas mais controversos até hoje, nas esferas oficiais e extraoficiais da Comunhão Anglicana.

Acerca da defesa dos Direitos Civis e dos Direitos Humanos, desde a década de 1960, as Conferências de Lambeth têm abordado tais temas em suas resoluções e denunciado diversas situações de injustiça e opressão que violam os direitos de pessoas ou grupos marginalizados. Na Comunhão Anglicana, inúmeras campanhas foram organizadas nos últimos anos: desde a questão da pobreza, passando pela falta de acesso a serviços básicos, até a denúncia das várias formas de violências. Durante a Convenção Geral da Igreja Episcopal, de 2015, bispos e bispas se organizaram em uma marcha contra a violência armada nos Estados Unidos, e assinaram um documento intitulado “Episcopalians Against Gun Violence”, denunciando que o racismo, aliado à pobreza e à violência no país, aumentavam cada vez mais o número de vítimas, que em sua maioria, são pessoas negras.

Na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, um grupo de clérigos e leigos organizou, na Diocese do Rio de Janeiro, uma pastoral de Direitos Humanos chamada “Episcopaz”. Este movimento busca divulgar iniciativas em defesa da paz, da justiça social e da dignidade de todas as pessoas; ele apresenta iniciativas e publicações de outras Igrejas na promoção de uma sociedade mais fraterna. Em nível institucional, a Câmara Episcopal regularmente publica Cartas Pastorais, ou textos, posicionando-se em defesa dos Direitos Humanos e de grupos minoritários no país. Nos últimos anos, a Câmara tem sido mais incisiva nessas questões.

A questão ambiental também tem sido uma das mais recorrentes na pauta do Anglicanismo mundial. Diante disso, a Rede Ambiental da Comunhão Anglicana (*Anglican Communion Environmental Network* – ACEN) vem desenvolvendo uma série de campanhas ambientais em parceria com outras ONGs e entidades ecumênicas, encorajando os fiéis anglicanos a reduzirem o uso de plástico durante o período da Quaresma. A prática é chamada de “Jejum pela Terra”.

Durante os quarenta dias do período litúrgico as igrejas, comunidades e membros se abstêm ou diminuem o uso do plástico com o intuito de proteger o Meio Ambiente. Indo além, diante dessa campanha, a Diocese Anglicana de Brasília adotou uma política de “plástico zero” em suas comunidades, visando a substituir todos os materiais descartáveis pelo uso de utensílios reutilizáveis, como canecas

individuais para o uso de seus membros, bem como a diminuir o desperdício de água nas dependências de seus templos.

Outra campanha importante se chama *Tempo da Criação*. Trata-se de uma celebração global que teve início em 1989, com o reconhecimento do Dia de Oração pela Criação, instituído em 1º de setembro. Neste dia, as Igrejas são convidadas a celebrar os dons da criação e biodiversidade da Terra como um presente de Deus à humanidade. Da mesma forma, a comunidade cristã é chamada a refletir sobre como habitar o planeta de forma mais sustentável e fazer ouvir sua voz na esfera pública. Entre as organizações envolvidas, encontram-se o Movimento Católico Global Pelo Clima, A Rocha Internacional, Christian Aid, a Rede Ambiental da Comunhão Anglicana, ActAlliance e o Conselho Mundial de Igrejas.

Em nível global, em junho de 2020, bispos anglicanos de todo mundo assinaram a declaração *Juneteenth*, na qual reafirmam o compromisso das Igrejas Anglicanas com a questão ambiental e as questões sobre o racismo, levantadas após o assassinato de George Floyd, nos EUA, e a onda de protestos por todo o mundo. Essa luta contra o “racismo ambiental” se fundamenta, por exemplo, no fato de que o lixo tóxico industrial é, frequentemente, despejado em zonas urbanas periféricas ou em comunidades mais pobres.

Desse modo, a Comunhão Anglicana vem assumindo compromissos com pautas que considera de extrema importância para o mundo atual, não apenas pensando em novas formas de atuação e envolvimento das Províncias e suas comunidades, mas, também, apontando que elas são parte da própria vivência da Fé Cristã. Dentre os bispos signatários da Declaração, encontrava-se o Primaz do Brasil, Naudal Alves Gomes.

O Arcebispo de Canterbury e 13 outros bispos da Igreja da Inglaterra estão na lista dos 11 arcebispos anglicanos e 60 bispos de todo o mundo que assinaram a declaração. No marco da última sexta-feira, 19-06, conhecida como Juneteenth nos Estados Unidos, pelo aniversário do fim oficial da escravidão no país, assinada em 1865. [...] “Predominantemente vidas negras estão sendo impactadas pelas secas, inundações, tempestades e aumento do nível do mar”, atestam os signatários (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 25 jun. 2020).

No início de 2020, as Igrejas da Comunhão Anglicana viram-se diante de um doloroso desafio. A Pandemia da COVID-19 chegou junto com as notícias de que, para enfrentá-la, seria necessário implementar uma rígida política de distanciamento

social, de uso de máscara por toda a população e a adoção de protocolos sanitários para garantir a segurança de todos. Isso também significava que os templos teriam que ser fechados para as celebrações presenciais. Somente transmissões online poderiam ser realizadas, o que tirava a experiência sensorial das celebrações dos sacramentos em comunidade. Aos poucos, as Províncias viram-se forçadas a fechar as portas de suas paróquias como única maneira de enfrentar os tempos de crise.

Como consequência desse “retiro forçado”, a Pandemia também trouxe um impacto na produção teológica ao redor da Comunhão Anglicana. Durante os cem primeiros dias de isolamento, o bispo Nicolas Thomas Wright escreveu e publicou o livro *Deus e a Pandemia: Uma resposta cristã sobre o Coronavírus e suas consequências* (2020). Nessa pequena obra, Wright buscou responder aos anseios das pessoas e a algumas das perguntas mais frequentes quanto ao COVID-19: seria uma punição divina? Um sinal? Um aviso escatológico? Ou foi uma criação da China ou dos Estados Unidos? O bispo começa o seu texto apontando que as pessoas, os grupos sociais e até mesmo as Igrejas, sempre buscaram uma resposta para todas as questões. E esse era o principal problema. A pergunta que a Igreja deveria levantar no momento era: “o que é possível fazer nesta Pandemia?”.

Para o bispo Wright, era mais um momento em que as Igrejas experimentavam o seu papel fundamental de cuidar das pessoas em situações de calamidade, como em alguns casos o fez (e em outros deixou de fazer), ao longo da história. Mais uma vez elas estavam diante do desafio de mostrar suas relevância e compromisso com o Evangelho no local em que estão inseridas. Apesar de os templos estarem fechados, isso não significava que “a Igreja” estava fechada.

A mensagem principal do livro é a de que os templos é que permanecem fechados, mas a Igreja permanece consciente de que, nos tempos difíceis, sua missão deve ser o auxílio às pessoas necessitadas, independente de quem elas são. Da mesma forma, os cristãos são chamados a colocar de lado as suas diferenças para agirem em conjunto. Outrossim, a obra denuncia os problemas políticos e sociais decorrentes da Pandemia, ao passo que conclama os cristãos de todo mundo a se unirem na luta para conter a disseminação do vírus e contra fatores que atrapalham os esforços, como é o caso das *Fake News*.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil foi uma das instituições religiosas brasileiras que mais se posicionou de modo enfático contra as práticas de

disseminação de Fake News no país, seja por parte da população e das informações compartilhadas nas diversas redes sociais, seja por parte do Governo Federal e das falas que partiram do presidente Jair Bolsonaro. Como parte do discurso oficial da Igreja, diversos posicionamentos e Cartas Pastorais foram publicados, no ano de 2020, em que a Câmara Episcopal se posicionou de maneira crítica, externando sua preocupação em relação às políticas e posturas adotadas pelo Governo Bolsonaro e seus apoiadores.

O que isso significa, então, em um mundo onde alguns de nós pensamos que o lockdown não passa de um inconveniente mínimo, enquanto outros continuam aglomerados em campos de refugiados ou em cidades de países emergentes, nas quais "distanciamento social" é tão fácil quanto ir à lua? Devemos pensar globalmente e agir localmente, mas também trabalhar com líderes da Igreja do mundo todo a fim de encontrar políticas que impeçam uma corrida maluca de volta aos lucros à custa dos interesses da população mais vulnerável. É claro que, em meio a tudo isso, devemos fortalecer a Organização Mundial da Saúde e insistir que as nações adotem suas políticas e protocolos. Sem dúvida, há grandes perguntas a serem feitas a algumas das superpotências do mundo, que usam a crise atual como ocasião para manobras políticas. Boatos veiculados pela internet e canais de "fake news" também têm feito hora extra. Em meio a tudo isso, retorno ao tema do Lamento. Talvez não seja por acaso que Salmos 72, estabelecendo o plano de ação messiânico – colocando pobres e necessitados no topo da lista – seja seguido imediatamente por Salmos 73, no qual a reclamação é que ricos e poderosos fazem o que bem entendem, como de costume. Talvez seja assim que devemos viver: vislumbrando o que deveria ser e, depois, lutando contra o modo como as coisas realmente são. Entretanto, só enfrentaremos situações difíceis se orarmos, retendo o ideal ao lado do real enquanto gememos com toda a criação e o Espírito geme em nós para que a nova criação venha à luz (WRIGHT, 2020, p. 135-136).

De igual modo, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil se viu diante desse desafio, e precisou responder à pergunta do bispo N. T. Wright. As notícias da Pandemia de COVID-19 chegaram rapidamente ao país, junto com os primeiros casos, muitas mortes, uma crise econômica anunciada e grande instabilidade política do Governo Federal, o que trouxe medo, pânico e confusão nas primeiras semanas de quarentena. Em meio a essas incertezas, algumas perguntas surgiram: o que a Igreja deveria fazer? Como as comunidades irão sobreviver em caso de isolamento social? Como serão celebradas as principais festas anuais do calendário litúrgico? Como os clérigos irão realizar os ofícios funerários de fiéis que venham a falecer em decorrência do coronavírus?

Diante do quadro de instabilidade, em pouco tempo a Igreja precisou adaptar-se à nova realidade. Durante a Pandemia, as comunidades começaram a realizar

suas celebrações online, em plataformas digitais, com vidas no Facebook e Instagram, e com a presença de clérigos de outras Dioceses. A experiência de liturgias e encontros online, nos primeiros meses, foi essencial para o desenvolvimento das atividades que aconteceram durante o ano. Na Quaresma, Páscoa e Pentecostes, as Igrejas local e Nacional vivenciaram a experiência de celebrar juntas e desenvolver seminários de cuidados sanitários e de políticas de enfrentamento à Pandemia e ao isolamento.

Para lidar com a situação foi criado o GT da Crise da Pandemia. Como parte de suas ações de diaconia e serviço, a Igreja elaborou um Plano Emergencial de Combate à COVID-19. Foram criados canais de comunicação para auxiliar a população a se proteger. Diversos membros da Igreja das áreas de saúde foram colocados em regime de plantão para atender as pessoas que necessitassem de orientações ou consultas gratuitas nas áreas da Medicina, Enfermagem, Psicologia e Ortodontia. Também foram disponibilizados os contatos de reverendos e reverendas para atendimento pastoral a quem precisasse. Outras ações, como a criação da Rádio Anglicana, conduzida pelo reverendo Cláudio Linhares, foram essenciais para garantir a comunicação e a troca de experiências entre as comunidades e dioceses.

Por causa da Pandemia, a Diocese Anglicana decidiu realizar o Concílio de forma virtual. Previsto para ocorrer de 17 a 19 de julho de 2020, o “evento presencial” foi transferido para acontecer na Plataforma Zoom, tendo a cidade de Recife como sua sede administrativa e tecnológica. Dada a situação atípica, que mudou todas as agendas das Igrejas em nível local e global, registramos neste trabalho que este Concílio Diocesano foi o primeiro a acontecer virtualmente, entre as Províncias da Comunhão Anglicana. Por meio desse Concílio, foi possível perceber que era possível ser Igreja em período de crise e anunciar mensagens de vida em tempos de morte.

No contexto do Brasil, os efeitos da Pandemia foram sentidos em todo o país. As disputas políticas e retóricas entre o Presidente Jair Bolsonaro e seus opositores, somadas a atrasos na distribuição e na aplicação das vacinas, bem como políticas de negacionismo e de descrédito da ciência, através da disseminação de *fake news* – em discursos e ações promovidos pelo Governo Federal durante o seu mandato –, foram responsáveis por aumentar a propagação do vírus e o aumento no número de óbitos, retardando o controle das crises sanitária, social e econômica. Desde o início

de 2020, a IEAB apoiou as diretrizes adotadas pela Organização Mundial da Saúde e secretarias estaduais e municipais, para o melhor combate ao vírus. A Câmara Episcopal emitiu duas Cartas Pastorais sobre a Pandemia, nas quais recomenda ações pastorais e litúrgicas, e dá orientações de prevenção, com base nas medidas sanitárias adotadas. Ao mesmo tempo, os textos não poupam críticas à condução da gestão da Pandemia pelo chefe do Poder Executivo; assim, o discurso da IEAB alinhou-se ao de outras entidades ecumênicas e de movimentos sociais, apoiando, inclusive, o *impeachment* do Presidente Bolsonaro (CONIC, 21 jan. 2021).

A partir do monitoramento da curva de contágio oriunda dos dados fornecidos pelos órgãos públicos, e da gradual diminuição dos números, em 24 de julho de 2020, a Província elaborou um Protocolo de Reabertura dos Templos, que foi estritamente seguido, adaptando-o às condições das comunidades, para garantir a integridade de seus membros. Esse protocolo não significou um convite a uma liberação irresponsável para os ofícios, aglomerações, ou quaisquer atividades que exponham as pessoas a risco, mas tornou-se um teste para situações semelhantes.

No mês de agosto foi realizada uma Vigília em Memória das 117.000 vítimas da COVID-19 no Brasil, prática esta que vem sendo repetida nos últimos meses, com a progressão do número de vítimas. O aumento da curva de contágio no final do ano, requereu novo fechamento dos templos e que as celebrações fossem realizadas online, incluindo as do período do Natal. A única exceção foram algumas ordenações realizadas em dezembro, nas Dioceses do Recife e de São Paulo. Com o início do ano de 2021, e com mais de 350.000 vítimas (três vezes mais que no semestre anterior), a Igreja celebrou a Semana Santa de modo semelhante à 2020 (utilizando-se das redes sociais para as transmissões dos ofícios).

Devido ao contínuo aumento do número de infectados e mortos, os templos permaneceram fechados para cultos público, somente funcionando em alguns casos, para transmissões feitas por suas lideranças. Essas medidas possibilitaram que fiéis fossem contaminados nas dependências dos templos, o que colocava em risco membros do laicato e do clero²⁷⁷. Por outro lado, os desafios impostos pela Pandemia têm repercutido em toda a Igreja. Financeiramente, o fechamento das comunidades tem sido um problema para a sobrevivência das comunidades,

²⁷⁷ É digno de nota, que alguns clérigos faleceram em decorrência do Coronavírus. No dia 11 de abril, o reverendo Lauri José Wollmann foi a óbito. E no dia 31 de maio de 2021, o reverendo Leandro Antunes Campos, da Paróquia de Todos os Santos (cidade de Santos), também foi a óbito, sendo eles os primeiros clérigos da Igreja vítimas da Pandemia, ambos da Diocese Anglicana de São Paulo.

sobretudo as em que os clérigos dependem de contribuições regulares dos paroquianos.

Podemos dizer que, apesar da distância imposta, as pessoas e comunidades diocesanas nunca estiveram tão unidas em torno de uma mesma causa, não apenas celebrando juntas, mas, ao mesmo tempo, conhecendo as diferentes realidades da Igreja pelo país. Se existe algo positivo que a IEAB experimentou desde o início da Pandemia, foi o fortalecimento do senso de Província da Comunhão Anglicana. Por outro lado, apesar da grande incidência da IEAB em questões sociais na contemporaneidade, percebemos que a igreja precisa trabalhar melhor outros campos da Inclusividade, como, por exemplo, a questão carcerária – atuar nos presídios. Atualmente, poucos clérigos fazem esse trabalho, de modo que é preciso repensar a presença da Igreja em tais ambientes como desdobramento do discurso, veiculado pela instituição, em defesa dos Direitos Humanos e da dignidade da pessoa humana.

Também percebemos que a Província Brasileira precisa ter mais incidência no acolhimento de imigrantes no Brasil (especialmente venezuelanos, bolivianos e outros grupos nacionais da América Latina). Na Comunhão Anglicana essa questão é um dos principais focos de atuação social das Províncias, especialmente na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, que possui programas de proteção e apoio aos refugiados. Como alguns exemplos, existem o Ministério para Latinos e Hispânicos (*Latino/Hispanic Ministries*) e paróquias como *All Saints*²⁷⁸ (Todos os Santos), no Tennessee, e *St. Paul's Within the Walls* (São Paulo Dentro dos Muros), em Roma. Diante do atual quadro geopolítico mundial, o Anglicanismo tem-se tornando cada vez mais multicultural; nessa perspectiva tem criado comunidades interativas e inclusivas que acolhem diferentes grupos sociais, absorve suas particularidades e mantém diálogo com as culturas locais.

Desde o início do século XXI, o Anglicanismo não se mostra mais como um fenômeno religioso essencialmente anglófono, mas ganhou espaço em diferentes

²⁷⁸ A história da Paróquia de Todos os Santos, localizada na cidade de Smyrna, no Tennessee, foi contada no filme "A Colheita da Fé" (2017). Baseada em fatos reais, a história da pequena paróquia é recontada a partir da chegada de um grupo de refugiados da etnia *karen* – vindos da região oeste de Mianmar –, que desembarcam nos Estados Unidos e buscam auxílio numa Igreja Episcopal da região. Entretanto, ela era composta por poucos fiéis, de tendência conservadora e estava fadada a fechar pela falta de novos membros. A partir do trabalho do novo pároco, o Rev. Michael Spurlock, a gradual mudança de mentalidade dos fiéis sobre a presença dos imigrantes e com os esforços de todos, a Igreja acabou tornando-se um modelo de missão e de acolhimento para toda a Província norte-americana, com programas para refugiados e outros grupos minoritários no país.

culturas, unindo distintos países e suas tradições em torno de uma só tradição religiosa. A situação do continente americano é um bom exemplo. A Igreja Episcopal (antes chamada Igreja Protestante Episcopal nos Estados Unidos da América - PECUSA) realizou uma última mudança em seu nome em 1979²⁷⁹, e passou a chamar-se apenas *The Episcopal Church*. O uso da expressão, sem a referência aos “Estados Unidos da América”, também reflete uma característica da postura em busca da Inclusividade, adotada pela denominação.

Desde o início do século XXI, a Igreja Episcopal vem focando sua atuação também no público de imigrantes e refugiados de língua espanhola. A Igreja se tornou bilíngue. Muitas paróquias e catedrais, a exemplo da Catedral Nacional de Washington, mudaram suas celebrações, oficiando em inglês e espanhol. A Igreja vem mudando os seus rostos e jeito para acolher não apenas imigrantes latinos, mas também para criar espaços reais para lideranças femininas, pessoas negras, público LGBTQ+ e outros grupos sociais.

Diante de mudanças tão grandes na Igreja norte-americana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil também precisa repensar tais questões diante de uma maior integração latino-americana em nosso continente. A construção de uma Igreja multicultural, bilíngue – que além do português também fale espanhol ou guarani – e que atenda não apenas às demandas do público brasileiro, é uma necessidade para as próximas décadas, como desdobramento de uma Igreja inserida nas questões sociais e políticas do país e também da América Latina.

4.3.2 O novo Livro de Oração Comum e a Inclusividade Litúrgica

O Livro de Oração Comum é uma obra fundamental no Anglicanismo e também em algumas Igrejas reformadas; é considerado, entre os protestantes, como

²⁷⁹ A 66ª Convenção Geral votou em 1979 para usar o nome "A Igreja Episcopal" no Juramento de Conformidade da Declaração para Ordenação e na edição do seu Livro de Oração Comum daquele ano. O termo "Igreja Episcopal nos Estados Unidos da América" (com sua sigla em inglês, ECUSA) nunca foi um nome oficial da Igreja, mas é uma alternativa comumente utilizada na língua inglesa. Visto que outras igrejas na Comunhão Anglicana também usam o nome "Episcopal", incluindo o Brasil, a Escócia e as Filipinas, com o uso da Internet, os anglicanos adicionam a frase "nos Estados Unidos da América" para se referir à denominação. *The Episcopal Church* é o termo utilizado na Constituição da Igreja. Em outras línguas, também é traduzido da mesma forma. Por exemplo, em espanhol, ela se chama *Iglesia Episcopal de los Estados Unidos de América* ou *La Iglesia Episcopal*. E em francês, *Église Épiscopale des États-Unis d'Amérique* ou *L'Église Épiscopale*.

um manual litúrgico que melhor traduz a forma que a Igreja deveria celebrar. Mais que isso, ele é parte inerente da identidade do Anglicanismo.

Diferente da Igreja Católica, não existe um rito padronizado a ser seguido por todas as Igrejas da Comunhão Anglicana. Para os católicos, as formas ordinárias e extraordinárias dos ritos latinos (ou ocidentais), encontram-se determinadas pelas normas do Concílio Vaticano II (a exemplo da Missa de Paulo VI e da Missa Tridentina). Já entre os católicos orientais e os ortodoxos existe, por exemplo, a Divina Liturgia, que pode ser celebrada de quatro formas²⁸⁰.

Cada Província da Comunhão Anglicana é responsável por elaborar a sua versão do Livro de Oração Comum, tendo por base a influência que outras Igrejas tiveram no seu processo de elaboração. Por exemplo, algumas Províncias usam, como padrão, a versão inglesa do LOC. Outras usam a versão norte-americana (como foi o caso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil) ou da escocesa (que influenciou a versão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos).

Em alguns casos, devido ao processo de estabelecimento das Províncias em um determinado país, os manuais litúrgicos recebem outro nome, como é o caso do “Livro de Culto Comum” (*Book of Common Worship*), da Igreja do Sul da Índia. Da mesma forma, algumas Igrejas possuem livros com ritos que não são utilizados com frequência, mas que fazem parte da Liturgia oficial, a exemplo do “Livro de Culto Comum – Ofícios e Orações da Igreja da Inglaterra” (*Common Worship – Services and Prayers for the Church of England*) e o “Livro de Ofícios Alternativos”, da Igreja Anglicana do Canadá (*The Book of Alternative Services*). Todas essas obras fazem parte da Tradição estabelecida por cada Igreja; tornaram-se, portanto, o padrão litúrgico e doutrinário a ser seguido pelos membros (*Lex orandi; Lex credendi*). A importância da Tradição é tanta, que os anglicanos costumam dizer que todo fiel deve carregar consigo três livros: a Bíblia, o Hinário e o Livro de Oração Comum.

A edição de 1950, do LOC, da Igreja Brasileira, trazia gravada em suas últimas folhas os *39 Artigos de Religião*, nos quais em seu art. 34 reza o seguinte:

Não é necessário que as Tradições e Cerimônias sejam em toda parte as mesmas, ou totalmente semelhantes; porque em todos os tempos têm sido diversas e podem ser alteradas segundo a diversidade dos países, tempos e costumes dos homens, contanto que nada se estabeleça contrário à Palavra de Deus [...] Toda a Igreja particular ou nacional tem autoridade,

²⁸⁰ A Divina Liturgia de São João Crisóstomo, a Divina Liturgia de São Basílio, a Divina Liturgia de São Gregório Nazianzeno dos Dons Pré-Santificados e a Divina Liturgia de São Tiago.

para ordenar, mudar e abolir as Cerimônias ou Ritos da Igreja instituídos unicamente pela autoridade humana, contanto que tudo se faça para edificação (IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA, 1950, p. 610).

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é uma Igreja “credal” e não “confessional” ou “doutrinal”. No campo da Liturgia, toda e qualquer Igreja Anglicana é uma Igreja litúrgica e sacramental, ou seja, a celebração dos sacramentos constitui-se em um dos pontos centrais da vida da comunidade, e também é o elemento central no qual orbita a sua Teologia.

A noção de sacramento é central para o anglicanismo. Segundo o Catecismo da IEAB, os sacramentos são “sinais externos e visíveis de uma graça interna e espiritual, dados por Cristo como meios seguros pelos quais havemos de receber essa graça”. Nesse ponto, acompanha os 39 artigos: “os sacramentos instituídos por Cristo não são unicamente designações ou indícios da profissão dos cristãos, mas antes testemunhos certos e firmes e sinais eficazes da graça, e da boa vontade de Deus para conosco”. A tentativa de acomodar tendências católicas e protestantes levou o anglicanismo a afirmar a existência de dois sacramentos (batismo e eucaristia) e cinco ritos sacramentais (CALVANI, 2010, p. 171).

A ideia do sacramento, como parte da doutrina da Igreja, desde os primeiros séculos, continuou dentro da Tradição Anglicana a partir a Teologia Sacramental desenvolvida pelos teólogos carolinos do século XVII. Há uma vasta literatura sobre o assunto que pode ser encontrada em muitas obras e documentos históricos do Anglicanismo²⁸¹. Durante toda a Reforma Protestante os teólogos e pensadores disputaram e divergiram acerca do conceito e da importância da celebração dos sacramentos na Igreja, o que impediu uma unidade doutrinária dos grupos religiosos que se opuseram a Roma.

A questão “natureza-sacramento” coloca-se, sobretudo, a partir da Reforma Protestante. Lutero, segundo Tillich, não conseguiu elaborar “uma teoria clara e consistente” dos sacramentos, mas “o elemento místico” continuou presente. As divergências sobre o sacramento da Ceia do Senhor entre Lutero e Zuínglio impediram a unificação da Reforma, em sua origem. A teologia reformada [5] representa de modo pleno a aplicação do “princípio protestante”, um exemplo é a resposta do Catecismo de Heidelberg na questão da missa, considerando-a “maldita idolatria” (KLEIN, 2003, p. 40).

²⁸¹ Aqui destacamos a obra organizada por Paul Elmer More e Frank Leslie Cross (1962): *Anglicanism: The thought and practice of the Church of England, illustrated from the religious literature of the seventeenth century*.

O teólogo Paul Tillich, em sua obra *A Era Protestante*, aponta o fundamento do conceito de sacramento dentro da Igreja Católica, considerado um “veículo da Graça de Deus”, para que a humanidade possa aproximar-se da realidade divina.

O catolicismo pretende oferecer uma forma segura de superar a separação entre o ser humano e seu fundamento divino por meio de graças sacramentais e de exercícios ascéticos, cuja eficácia é garantida pela hierarquia e pelos poderes sacramentais (TILLICH, 1992, p. 188).

O reverendo Jaci Maraschin, em um ensaio sobre o Anglicanismo latino-americano, escreveu acerca da importância da dinamização e renovação da Tradição para os tempos atuais.

Queremos conservar do nosso passado o que nos parece fundamental, porém esse apego ao passado não pode ser cego. A própria tradição, se está viva, nos empurra em direção do futuro, pelo impulso deste mesmo passado. A tradição nos diz de um tempo em que ela não era tradição, mas inovação. A consciência da tradição como movimento dinâmico tira a tradição do mero conceito de arqueologia e traz à vida (*In*: KATER, 1987, p. 26-27).

Aqui devemos entender que a Tradição nunca se tornou engessada no Anglicanismo, nem mesmo por conta do uso constante e minucioso do Livro de Oração Comum. Como exemplo disso, temos as figuras dos reverendos Charles e John Wesley. Os principais líderes do Movimento Metodista e do reavivamento evangélico na Inglaterra, eram seguidores das práticas e rubricas do LOC, ao ponto de ele servir de base para o futuro livro do *Ofício de Domingo dos Metodistas na América do Norte*²⁸². Quando estavam em Oxford, John e Charles foram acusados de serem “sacramentalistas”, devido ao costume e à insistência de tomarem a comunhão regularmente²⁸³. A visibilidade dessas práticas rendeu-lhes vários apelidos: “Sacramentários”, “Entusiastas”, “Mariposas da Bíblia” e “Metodistas”. Esse

²⁸² Como o próprio Wesley disse certa vez: “Eu acredito que não há Liturgia no mundo, seja na linguagem antiga ou moderna, que respire mais de uma piedade sólida, escriturística e racional do que a Oração Comum da Igreja da Inglaterra”.

²⁸³ Convencidos do fundamento evangélico e da importância da prática, a Ceia do Senhor era vista, pelos irmãos Wesley, tanto como uma ordenança de conversão quanto de santificação. Eles costumavam comungar pelo menos uma vez a cada quatro ou cinco dias e, em seus sermões e publicações, incentivavam os paroquianos e metodistas a celebrarem a Ceia do Senhor semanalmente (diferente de outras Igrejas, inclusive a própria Igreja da Inglaterra que, em alguns lugares, celebrava mensalmente). Esta visão de “Igreja Alta” de John Wesley sobre a Eucaristia pode ser vista em seu sermão “O Dever da Comunhão Constante” e na obra *Hinos sobre a Ceia do Senhor*, de 1745.

último foi o único a ficar e tornou-se o codinome do movimento que passaram a liderar.

Séculos depois, o Livro de Oração Comum tornou-se novamente foco de disputas teológicas dentro do Anglicanismo. Uma das razões que motivaram as primeiras convocações da Conferência de Lambeth foi a chamada “Questão Cerimonialista”, que surgiu com a chegada das ideias e práticas do Movimento de Oxford, na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, no século XIX. A rápida ascensão dos grupos anglo-católicos e sua disseminação entre as paróquias e dioceses episcopais despertou desconfiança, receios e disputas dos evangelicais quanto ao cerimonialismo mais rebuscado e até então desconhecido, o que fez com que os clérigos e bispos que seguiam a cultura *Low Church* acusassem não apenas os partidários e seguidores da cultura *High Church* de desvirtuar a Liturgia da Igreja ou até mesmo de fazerem parte de uma conspiração em que o papado pretendia tomar conta da Igreja e de seus membros.

Os conflitos, naquele período, foram inúmeros em várias Igrejas, não apenas na Inglaterra e nos Estados Unidos: bispos a favor e contrários se debruçaram sobre temas que antes sequer existiam na Liturgia e na Teologia das Igrejas. Inicialmente, os líderes do Movimento de Oxford haviam buscado restaurar o conhecimento sobre a fé católica dentro do Anglicanismo. Assim, buscavam convencer seus companheiros de ministério ordenado de que os ensinamentos dos primeiros padres da Igreja – a Patrística –, junto com os teólogos carolinos da Igreja Alta, do século XVII, contribuíram, cada um a seu tempo, para manter viva a fé que a Igreja professava desde os tempos apostólicos.

Porém, com o avanço do Romantismo e a busca pelo Reavivalismo Gótico, rapidamente foram introduzidos elementos que incidiam sobre o cerimonial, com um estudo sobre os rituais da Igreja Pré-Reformada, resgatando o uso de vestes clericais, inspiradas nos modelos medievais (casulas e batinas), que haviam caído em desuso durante o período Puritano. Ao mesmo tempo, a estética medieval passou a ditar a regra, junto com a construção de templos cada vez maiores e mais elaborados, em estilo neogótico. Isso de certa forma assustou os clérigos e bispos que estavam acostumados com a simplicidade evangélica dos séculos XVII e XVIII (as igrejas mais antigas dos Estados Unidos são em madeira, em estilo colonial).

Poderíamos citar inúmeros conflitos acerca da disciplina litúrgica entre os anglo-católicos e evangélicos, mas cairíamos em uma dicotomia que hoje não é mais relevante (ou não deveria ser). Ao invés de falarmos dos conflitos, vamos trazer os consensos, que, na história da questão cerimonialista, tem como um dos seus apaziguadores o clérigo William Augustus Muhlenberg. Ele não considerava a si mesmo como um anglo-católico e era contrário aos rituais elaborados a partir do “modelo romano”. Entretanto, defendia que a Liturgia necessitava enfatizar a “Beleza da Santidade”. Assim, foi o responsável por introduzir o uso de velas e flores no altar, bem como a disposição de imagens da Virgem Maria e São João diante do Cristo Crucificado, que ficavam penduradas, acima, na nave, abaixo do santuário do templo.

As inovações litúrgicas introduzidas por Muhlenberg foram importantíssimas para a elaboração de uma Teologia que se tornasse mais acessível aos cidadãos americanos comuns, por meio da contemplação. Até hoje, é possível visitar templos do período que preservam e influenciaram alguns dos elementos mais comuns nas Igrejas Episcopais em solo americano. Ao mesmo tempo essas ideias foram sintetizadas e difundidas por todo o país em um documento, escrito em 1853, que ficou conhecido como “O Memorial de Muhlenberg”.

Nele Muhlenberg combatia o predomínio de um grupo em detrimento de outros e dizia que a Igreja não podia estar condicionada à atitude de um bispo. Na verdade, Muhlenberg não era nem anglo-católico nem evangélico, mas sim liberal do partido amplo. Sua catolicidade incluía o protestantismo, ao qual admirava profundamente. Achava expressão no ritual estético, de tipo ardente, vívido, não convencional. Poderíamos dizer dele que era um legítimo homem da via média. Foi ele quem introduziu na Igreja Americana o uso da oração diária, a comunhão semanal, os coros de homens e rapazes, as comemorações festivas. Além disso, fundou a primeira ordem feminina, e criou a “Enfermaria da Igreja”, que foi o germe do hospital São Lucas, o primeiro do mundo fundado por uma igreja cristã (OLIVEIRA, 2017b, 87).

A Convenção Geral de 1856 deveria ter apresentado uma resposta ao memorial, uma vez que na reunião anterior, o mesmo havia sido entregue a uma Comissão responsável pelo seu estudo. Porém, os delegados decidiram adiar a análise do seu texto: encaminharam, então, uma proposta que orientava as dioceses a fazerem concessões ou mudanças nas práticas litúrgicas, e que cada Convenção fosse organizada uma comissão especial para cuidar da questão da unidade da Igreja (visto que as inovações dos anos anteriores custaram a unidade, dando razão

a algumas divisões internas e à saída de algumas paróquias que fundaram outras denominações). No berço do Anglicanismo a situação não era diferente. Charges da época, publicadas na Inglaterra, mostravam um clérigo de cultura *High Church* e outro *Low Church*, disputando para si a posse do Livro de Oração Comum²⁸⁴.

Diante do impasse da questão cerimonialista, em razão das teses do “Memorial de Muhlenberg”, e diante do novo quadro em que as mudanças não seriam mais revertidas, a Igreja Episcopal organizou uma equipe para revisar o seu Livro de Oração Comum. Como resultado de tal revisão, foi elaborada a declaração de unidade da Igreja, que passou a ser adotada pela Conferência de Lambeth de 1988, e ficou conhecida como o Quadrilátero Chicago-Lambeth.

Podemos apontar que, pela primeira vez, as Igrejas da Comunhão Anglicana tomavam consciência do papel que a Liturgia exercia na unidade (ou na divisão) das Igrejas. Os resultados positivos dessa experiência de abertura e de escuta, de dissenso e de diálogo com o diferente, fez com que as Províncias de alguma forma se fortalecessem em torno da noção de que comungavam de elementos comuns, apesar das inúmeras diferenças e divergências entre seus partidos, correntes ou culturas eclesiais locais. A essa tendência de convergências teológica e eclesiológica através da Liturgia, presente em várias Igrejas Cristãs históricas – não apenas aquelas do Anglicanismo – damos o nome de Inclusividade Litúrgica.

A ideia de uma Inclusividade Litúrgica seria a capacidade de incluir e conciliar nas suas diferentes expressões – ritos, orações e vida devocional como um todo –, a rica tradição da Igreja com uma abertura e diálogo com as “coisas novas” que são reveladas na história, mediante um processo de ressignificação que brota de sua atividade no mundo (BERGER, 1985). A própria Conferência de Lambeth, de 1978, tratou em sua Resolução 23 – sobre Informações Litúrgicas – da necessidade de padronizar a estrutura da Eucaristia, como parte da identidade e da coesão da Comunhão Anglicana, e que se refletia, de maneira positiva, nas relações ecumênicas e nos esforços pela unidade cristã.

A Conferência acolhe e elogia a adoção de uma estrutura comum para a Eucaristia como um importante fator unificador em nossa Comunhão e ecumenicamente. Pedimos aos comitês litúrgicos provinciais que continuem

²⁸⁴ Publicada na *Punch, or The London Charivari*, revista britânica de humor e sátira, uma charge de 21 de fevereiro de 1856 mostrava a disputa entre clérigos “altos” e “baixos” da Igreja da Inglaterra, enquanto exibia o Arcebispo de Cantuária, ao fundo dizendo: “Meus amigos! Meus amigos! Vocês irão destruir este bom e velho Livro de Oração entre vocês”. Esta imagem resume bem tal contexto.

mantendo contato uns com os outros, circulando o trabalho em andamento aos presidentes dos outros comitês litúrgicos por meio dos bons ofícios do Secretário Geral do Conselho Consultivo Anglicano (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1978, p. 47).

Diante do crescente processo de inculturação e das novas edições do Livro de Oração Comum que estavam surgindo, a Conferência de Lambeth, de 1988, tratou em sua Resolução 47 – sobre a Liberdade Litúrgica – da autonomia de cada Província da Comunhão Anglicana para elaborar os seus manuais de culto.

Esta Conferência resolve que cada província deve ser livre, sujeita às normas anglicanas universais essenciais de culto, e à valorização dos materiais litúrgicos tradicionais, para buscar aquela expressão de culto que seja apropriada ao seu povo cristão em seu contexto cultural (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1988, p. 232).

A Conferência de Lambeth, de 1998, seguiu no mesmo sentido de apoiar as revisões litúrgicas de cada Província.

Esta Conferência: [...] (c) apela a todas as províncias para que mantenham o Conselho Consultivo Anglicano totalmente informado sobre todas as revisões litúrgicas oficiais por meio do Coordenador de Liturgia ou de outros membros da equipe do Conselho, conforme necessário (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1999, p. 401).

Revisitar a história da Liturgia – juntamente com seus percalços e avanços, suas construções e desconstruções –, é um exercício necessário e parte de uma arqueologia do Anglicanismo. O Livro de Oração Comum, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, está em sua quinta edição; a primeira foi publicada em 1898; a segunda, em 1930; a terceira, em 1950, a quarta, em 1988; a atual, em 2015. Até então, a única versão do LOC disponível em língua portuguesa, era a tradução rudimentar, feita em 1856, pelo reverendo Richard Holden²⁸⁵.

Quando a Igreja foi implantada no Brasil, em 1890, havia apenas a tradução do LOC americano, feita por Richard Holden. Usou-se, no começo, um livrete com os ofícios diários, Litania e porções dos Salmos. Em 1893, através do trabalho de dois pioneiros, Rev. Brown e Rev. Cabral realizou-se uma tradução mais completa do LOC americano, impressa nos Estados Unidos. O primeiro livro completo brasileiro surgiu em 1930, contendo todos os ofícios e criando pela primeira vez um padrão litúrgico para toda a Igreja (SILVA, 1999, p. 5).

²⁸⁵ Esta edição encontra-se até hoje preservada no Arquivo Provincial da Igreja, em Porto Alegre.

O primeiro Livro de Oração Comum, publicado no Brasil, data de 1898²⁸⁶; é uma tradução do LOC, de 1892, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, feita pelos reverendo William Brown e arcebispo Américo Vespúcio Cabral. Em sua estrutura não havia alteração, visto que tanto o seu certificado quanto o prefácio são da edição norte-americana. Diante da necessidade de uma edição mais atualizada, em 1925 foi publicado um livreto chamado *Offícios Divinos* que contém em sua folha de rosto um subtítulo autoexplicativo: *Formulas Provisorias de Oração para uso da Igreja Episcopal Brasileira autorizadas pelo Bispo da mesma, Revmo. Lucien Lee Kinsolving até a revisão do Livro de Oração Comum*.

Em 1930, a nova edição foi elaborada pela Comissão no Concílio da então Igreja Episcopal Brasileira, quando, seu Custódio era o reverendo Américo Vespúcio Cabral, que trabalhara na tradução de 1898. Por essa razão, muitos se referem à edição de 1930 como sendo a primeira edição brasileira do LOC, o que historicamente não é correto. Este *Livro de Oração Commum* era completo. Publicado em capa dura, possuía provisão para todos os ritos da Igreja. Assim, pela primeira vez, além de seus Ofícios diários, Saltério e Ritos Eucarísticos e Batismais, o LOC também possuía o Rito de Confirmação e Ordinal, e os ofícios para Casamento e Funeral.

A edição seguinte foi publicada em 1950. Ela passou por uma atualização linguística e teve todos os ritos publicados na íntegra. À época, o seu custódio era o reverendo John Wallace Suter, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Esta edição foi publicada em duas versões, uma com capa de couro semelhante à Bíblia, outra em capa dura, com relevo mais elaborado. A partir de 1967, passaram a circular na Igreja duas fórmulas experimentais da Santa Comunhão. Como os exemplares da edição vigente rapidamente se esgotaram, este livreto foi publicado contendo duas fórmulas experimentais da Santa Comunhão, juntamente com o Rito do Santo Batismo e o Rito da Santa Comunhão sob Circunstâncias Especiais.

As razões desses experimentos litúrgicos se justificavam devido ao uso de um vocabulário antigo e arcaico que permanecia nas celebrações, mas não na linguagem do povo brasileiro. Aliada às ideias de um Anglicanismo autóctone, desenvolvidas no 1º Congresso Episcopal, uma nova edição do Livro de Oração

²⁸⁶ A primeira edição, revisada algumas vezes, foi reimpressa em 1899, 1900 e 1903.

Comum foi requisitada, elaborada e aprovada em Sínodo, no ano de 1984, que teve por base a estrutura do Livro de Oração de 1979 da Igreja norte americana, adaptada às necessidades da Província Brasileira. Os princípios que nortearam a nova edição foram: “a) Fidelidade às Escrituras; b) Flexibilidade Pastoral; c) Inculturação; d) Inclusividade e Ecumenicidade” (ASSIS, 1999, p. 2).

Curiosamente, a nova edição do Livro de Oração Comum era abreviada e, ao contrário dos anteriores, não incluía, dentre as suas liturgias, o Ordinal, com os ritos de ordenação diaconal, presbiteral e episcopal. Por outro lado, representou um avanço em relação à atualização da linguagem e da praticidade para seu uso nas celebrações e nas comunidades, o que foi bem aceito pelo público. Este LOC, que passou a circular a partir de 1988, foi confeccionado em capa mole e acabamento mais simples, talvez por ser uma versão “provisória”, feita para durar no máximo cinco anos e, depois, substituída por uma versão completa.

O Livro de Oração utilizado na Igreja até o início dos anos 80, embora completo, era antigo na linguagem e no vocabulário. Em 1984 o Sínodo aprovou um novo Livro em edição abreviada e bastante influenciado pelo Livro de Oração Comum da ECUSA, aprovado naquele país em 1979. Os elementos mais significativos desse novo LOC foram a adoção do lecionário trienal contemplando a restauração das leituras do Antigo Testamento e dos Salmos e a diminuição das extensas leituras do antigo LOC que soavam monótonas nos lábios de alguns clérigos. O novo LOC mostrou-se mais leve e dinâmico que o anterior, conforme a linha seguida pela Comissão de Liturgia (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 214).

Naquela fase, a Igreja Brasileira passou por profundas mudanças em sua compreensão da Teologia Sacramental e na sua Liturgia, e posicionou-se cada vez mais, pela inclusão de diferentes grupos que existiam na Igreja há décadas, embora de alguma forma fossem excluídos da vida celebrativa e dos próprios sacramentos. Dentre elas, se encontra a inserção da Igreja no debate acerca dos problemas políticos e sociais do país, a maior participação das mulheres na vida celebrativa da Igreja, com a possibilidade de ordenação e de liderança, inclusive como bispas, e o acolhimento pleno das pessoas LGBT+ com a ordenação (na década de 1980 ainda não se falava em casamento entre pessoas do mesmo sexo). Assim, podemos dizer que a Província do Brasil foi vanguardista no debate dessas questões na Liturgia.

Dentro de uma concepção mais teológica, tais mudanças, ocorridas na IEAB nos últimos anos, seriam fruto da ação do Espírito Santo na Igreja, que a dirige à

renovação dos caminhos diante dos novos desafios, e conduziram a uma identidade “construída e remodelada na vivência prática do Evangelho e na fidelidade a Jesus Cristo” (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, 219). E essas novas ênfases somente podem ser vivenciadas através de uma liturgia que dialogue com as pessoas que delas participam e as celebram.

Na década de 1980, por exemplo, a Igreja repensou a participação das crianças na vida sacramental da Igreja. Até então, a Santa Comunhão era oferecida apenas às pessoas confirmadas. Uma vez que a Confirmação era feita somente na adolescência ou em idade adulta, as crianças, embora presentes na celebração, eram de certa forma “excluídas” do ato mais importante na vida das comunidades. Foi então que o bispo Sumio Takatsu desenvolveu uma série de reflexões e levou à Câmara Episcopal uma proposta de inclusão das crianças no momento da Eucaristia, recuperando uma prática da própria Igreja Primitiva, em que, junto com a administração do Batismo, a criança recebia os sacramentos da Confirmação e da Comunhão (costume ainda seguido pelas Igrejas Ortodoxas).

Alguns bispos se posicionaram contrários à “inovação”; argumentaram que isso acabaria por esvaziar o sentido do Rito de Confirmação (o qual era realizado pelo próprio epíscopo). Porém, aos poucos as dioceses foram aderindo, de modo que, hoje, as crianças participam plenamente da vida sacramental da Igreja, vivendo o seu Batismo junto com a participação no Corpo de Cristo, através da Comunhão (como afirma o apóstolo Paulo em 1 Coríntios 10:16-17). Tais mudanças nas práticas litúrgicas da Igreja foram explicadas no folheto *Santa Eucaristia Para Crianças*, publicado pelo antigo Departamento de Educação Cristã da Igreja.

Outro elemento essencial na experiência da Inclusividade Litúrgica diz respeito à capacidade de se adequar o rito a uma nova linguagem, de modo a transmitir a mensagem evangelística através da própria cultura e do tempo em que esta cultura e seus grupos estão inseridos. Aqui entra uma questão que, para muitos, é uma verdadeira controvérsia e, para outros, é um dos fatores de renovação da liturgia da Igreja no Brasil: o uso de novas músicas e compositores no lugar de hinos e composições clássicas da música sacra, especialmente, em relação ao uso da Música Popular Brasileira (MPB) nos ofícios religiosos²⁸⁷.

²⁸⁷ Estudos mais aprofundados sobre o uso da Música Popular Brasileira na Liturgia podem ser encontrados nas obras *Teologia e Mpb* (1998) e *Teologia da Arte* (2010), de Carlos Calvani.

Com a chegada cada vez maior de um público jovem nas comunidades da Diocese Anglicana de São Paulo, o reverendo Estevam Shigueru Yuba começou a realizar cultos, nas tardes de domingo, na Paróquia de São João, os quais eram dirigidos pelo reverendo Jaci Maraschin. Como professor do IAET, buscou realizar experimentos litúrgicos, através do uso de músicas de novos compositores, introduzindo, pela primeira vez, a música popular brasileira. A busca por criar uma nova linguagem e um ofício com mais espaço para a espontaneidade, sem fugir das orientações do LOC, fez com que a juventude encontrasse espaço na Igreja.

Tal experiência, iniciada no dia 08 de março de 1992, foi recebida com entusiasmo em toda a Igreja, sobretudo em comunidades que buscavam uma renovação na forma de celebrar. Desde então, esta paróquia continua a realizar seus ofícios com uma linguagem mais moderna, mais voltada para os jovens, ao mesmo tempo em que, celebra de uma maneira mais formal, tanto em português quanto em japonês, e mantém as raízes históricas contempladas desde os tempos do reverendo João Yasoji Ito, na busca por um diálogo com a contemporaneidade.

Após 1990, a influência do reverendo Jaci Maraschin na Liturgia e na Música da Igreja, pode ser considerada como um divisor de águas. Suas palestras e aulas nos seminários, bem como sua forma de celebrar “com os pés no chão”, direcionaram as lideranças a repensarem a função da Liturgia na vida das comunidades. Não apenas havia uma mudança na composição dos seus membros, mas a linguagem havia mudado, não comportava mais a rigidez que existia na edição do LOC de 1988.

Com a chegada de uma nova geração de clérigos e clérigas, renovadas ideias e práticas²⁸⁸ no campo litúrgico foram difundidas, a partir do contato com a realidade de outras Províncias e da disseminação de experiências feitas em diferentes Igrejas. O maior uso das redes sociais também facilita o conhecimento e a promoção de novas técnicas litúrgicas. Note-se que, na história da IEAB, sempre que membros do clero realizaram intercâmbios para outros países ou se aprofundaram nos estudos, aconteceram reformas consistentes, que marcaram toda a Província.

²⁸⁸ Especialmente no uso de ícones e outros elementos estéticos dentro dos templos. Dentre eles, temos a busca por criar novas disposições do espaço litúrgico a fim de aproximar mais os fiéis do clero. Ao invés de bancos em formato de auditório, em algumas paróquias como a Santíssima Trindade (Rio de Janeiro), resgatou-se a disposição em coro, colocando-os nas laterais. Em outras comunidades menores, as pessoas se colocam em círculo, com a mesa ao centro. Também se percebe um maior uso da MPB nas celebrações, influenciada pelos experimentos do reverendo Jaci Maraschin.

Nos anos 50 e início dos anos 60 clérigos como Jaci Maraschin, Sumio Takatsu, Gênio Vergara, Clauco Soares de Lima e outros, passaram longos períodos de estudo em Seminários nos Estados Unidos e Japão. Outros foram para a Inglaterra conhecer o berço do Anglicanismo. Tais intercâmbios foram significativos porque não eram viagens de turismo. Essas pessoas viajavam em nome da Igreja e por ela apoiados, a fim de estudar e conhecer a realidade da Comunhão Anglicana em outras regiões e também divulgar a Igreja. Essas viagens não resultaram apenas em benefícios pessoais. Todos os clérigos que passaram algum tempo no exterior voltavam ao Brasil dispostos a alargar a visão estreita que ainda predominava em algumas regiões de nosso país. A convivência com outras expressões litúrgicas e outras experiências missionárias os ajudou a perceber que nossa igreja precisava amadurecer mais e resgatar tesouros litúrgicos que eram seus, mas que ela mesma desconhecia (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 202).

Diante desse contexto de renovação que se processava desde as antigas gerações, as lideranças contemporâneas perceberam que era necessário elaborar uma edição do Livro de Oração Comum que contemplasse as novas ênfases teológicas que haviam-se estabelecido junto com as mudanças pelas quais a Igreja passara em mais de duas décadas.

Para a nova edição do LOC, a Província organizou uma comissão especial, com pessoas de diferentes Dioceses²⁸⁹. Dessa vez, foram estabelecidos cinco eixos.

A Comissão incumbida de preparar a nova edição do LOC estabeleceu cinco eixos norteadores de seu trabalho de revisão (renovação), a saber: a) Ênfase na tradição viva da Igreja; b) Enculturação / liturgias autóctones; c) Teologia popular (ampliação do Ano Eclesiástico com datas, festas, solenidades, próprios e santos/as); d) Aproximação ecumênica com as igrejas irmãs (adoção do Pai nosso na versão ecumênica e do *Lecionário Comum Revisado* e retirada da *Cláusula Filioque*); e) Inclusividade. Estes eixos norteadores foram fruto das reflexões internas da Comissão, que os compartilhou com a Câmara Episcopal, o Conselho Executivo e o Sínodo Geral da IEAB de 2013, o qual autorizou à Comissão a realização da nova edição do LOC brasileiro. Como se pode ver, o espírito que animou os trabalhos da Comissão foi indiretamente pertinente a uma maior ênfase étnico-racial no LOC 2015, ao menos e sobretudo em decorrência dos eixos norteadores “b” e “c”, que impulsionam o aproveitamento da realidade em que a Igreja está estabelecida (SANTOS, 2020, p. 11-12).

Para familiarizar as comunidades e seus membros com as novas liturgias, ao mesmo tempo em que supria algumas necessidades específicas para as celebrações de algumas quadras do Ano Cristão, como, por exemplo, o Advento, a

²⁸⁹ A Comissão foi composta pelo bispo Maurício Andrade (presidente); a Deã da Catedral Nacional de Porto Alegre e Custódia do Livro Padrão, reverenda Marinez Rosa dos Santos Bassotto; a reverenda Dilce Regina Paiva de Oliveira; a Sra. Noemi Kazuko Buyo; o reverendo Luiz Carlos Teixeira Coelho Filho; e a reverenda Rosemary Ferreira da Cunha.

Comissão Nacional de Liturgia criou um site que disponibilizava alguns ritos e traduções que estariam incluídos na futura edição. Em agosto de 2015, a Custódia do Livro Padrão, cônica Marinez Bassotto, emitiu o certificado de que a edição foi recomendada pela Câmara Episcopal e pelo Conselho Executivo. Em junho de 2016, as delegações do Sínodo aprovaram o novo LOC²⁹⁰ da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Uma das grandes novidades trazidas pelo novo LOC da IEAB foi a elaboração do Santoral, a lista de santos e santas considerados importantes pela Igreja. Diferente do Catolicismo, não existe canonização no Anglicanismo²⁹¹, de modo que as pessoas consideradas santas, e dignas de serem lembradas e suas memórias celebradas durante o Ano Cristão, são incluídas em um rol aprovado pelo Sínodo, com base no exemplo de vida, e na importância para a história da Igreja ou do país.

Em sua análise acerca do Santoral, o reverendo Adriano Portela dos Santos traz um quadro das mudanças que revelam o reconhecimento e a preservação da memória de algumas lideranças cristãs consideradas fundamentais pela IEAB em suas lutas pela Inclusividade, em temas como a igualdade étnico-racial, a ordenação feminina e a defesa dos direitos humanos, agrários e indígenas.

No que concerne ao Calendário, como esperado, o LOC de 2015 resgata a memória de algumas mulheres emblemáticas, como a de Florence Li Tim Oi (26/02), primeira sacerdotisa da Comunhão Anglicana, e a de Alice Kinsolving (10/11), esposa do primeiro bispo da IEAB, Lucien Lee Kinsolving – só para citar alguns exemplos. Mas o Calendário do mesmo LOC também demonstra claramente uma maior atenção às demandas étnico-raciais. [...] Foi inserido no Calendário a memória de algumas pessoas emblemáticas para a Comunhão Anglicana pertencentes a grupos étnico-raciais subalternizados (Absolom Jones, Janini Luwum, Mártires de Uganda, Enmegahbowh), e outras diretamente relacionadas à luta antirracista (Sepé Tiaraju, Martin Luther King, Zumbi dos Palmares e o próprio Absolom Jones, já mencionado). Impressiona que a rubrica do LOC de 2015, no caso de Absolom Jones e Enmegahbowh, especifique se trataram dos primeiros sacerdotes respectivamente afrodescendente e indígena da Comunhão Anglicana. Observemos, no que diz respeito à comunidade nipônica, que houve a retirada da memória de Samuel Isaac José Schereschewsky, Bispo de Xangai (15/10). No entanto, foi inserida a memória de duas pessoas emblemáticas para a IEAB, quais Sumio Takatsu, Bispo da IEAB, e João Yasoji Ito, sacerdote da IEAB – ambos membros da comunidade nipônica. Embora a inclusão dessas memórias aparentemente não se dê diretamente

²⁹⁰ Vide Imagem 33, com a nova edição do Livro de Oração Comum.

²⁹¹ O Rei Carlos Stuart, foi o último santo a ser canonizado pela Igreja da Inglaterra com um Rito. Tal fato ocorreu em resposta à sua deposição, condenação e execução durante o governo de Oliver Cromwell. Desse modo, em 19 de maio de 1660, durante as Convocações de Cantuária e York, ele foi canonizado pela Igreja, sendo conhecido e venerado entre os círculos monarquistas e anglo-católicos como São Carlos, Mártir.

por questões étnico-raciais, revela a valorização e o apreço da IEAB às pessoas anglicanas dessa comunidade. Em relação às memórias afins à África originadas no LOC da África do Sul de 1954 e não incluídas no LOC brasileiro de 1988, tivemos novas inclusões no LOC de 2015, com modificações às modificações já realizadas pelo LOC dos EUA (1979). [...] Observemos que quatro comemorações permaneceram não incluídas no LOC brasileiro de 2015. Entre as comemorações não incluídas, destacamos a memória de George Augustus Selwyn (1809-1878), primeiro bispo anglicano da Nova Zelândia, responsável pela evangelização das tribos maoris; Robert Gray (1809-1872), primeiro bispo da Cidade do Cabo, África do Sul. Atentemos ainda à inclusão da memória de pessoas brancas com lutas afins às comunidades negra e indígena, como é o caso do seminarista anglicano Jonathan Myrick Daniels, assassinado em 1965 no contexto da luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos; do Arcebispo católico Dom Helder Câmara, defensor dos direitos humanos e organizador da Missa dos Quilombos, em 20 de agosto de 1981, evento que denunciou o racismo no país e conclamou a igreja a se engajar na luta antirracista; da freira norte-americana Dorothy Mae Stang, assassinada em 2005 por causa de sua defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais da região do Xingu (Pará); e de Chico Mendes, assassinado em 1988 por causa de sua defesa dos povos da floresta (seringueiros, indígenas, castanheiros, pequenos pescadores, quebradeiras de coco e populações ribeirinhas) do Acre (SANTOS, 2020, p. 12-14).

Em relação aos Ritos, o LOC de 2015 trouxe novas Orações Eucarísticas, contextualizadas na busca pelo desenvolvimento de liturgias autóctones, enraizadas nas realidade e cultura brasileiras. Algumas fórmulas foram atualizadas em sua linguagem, visto que são traduções do Livro de Oração norte-americano, outras foram elaboradas a partir da nova realidade da Igreja.

A *Oração A* do *Rito 2* era a oração eucarística do *Rito 1* do antigo LOC. As *Orações B* e *C* que eram, respectivamente, a *Oração A* e a *Oração B* do *Rito 2* do LOC anterior, foram reorganizadas na nova edição. As *Orações D* e *E* foram criadas pela então cônica Marinez Bassotto, atualmente bispa diocesana da Amazônia. A *Oração F* foi criada pelos clérigos da Paróquia do Bom Pastor, de Salvador (Diocese Anglicana do Recife). E a *Oração G* foi criada pelo reverendo Luiz Coelho (Diocese Anglicana do Rio de Janeiro), que é o atual Custódio do Livro de Oração Comum²⁹².

O atual LOC da IEAB foi publicado no contexto celebrativo dos 125 anos da Igreja e dos 30 anos de Ordenação Feminina²⁹³. A Comissão Nacional de Liturgia focou seus esforços na adoção de linguagem inclusiva, a partir do uso do gênero neutro como parte da própria identidade eclesial, que se encontrava em um

²⁹² Custódio é o membro do clero, eleito pelo Sínodo, que tem sob sua responsabilidade autorizar a tradução, edição, publicação e cópias de partes ou de todo o LOC, garantindo que sejam fiéis ao Livro Padrão.

²⁹³ Em 2015 foram lançadas duas edições em capa dura, uma padrão e outra com folhas mais grossas, em celebração aos 125 anos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e dos 30 anos da Ordenação Feminina na Província. Em 2021 foi feita uma reimpressão, em brochura e papel-bíblia.

momento decisivo de sua construção. Assim, vemos, no prefácio da edição de 2015, a preocupação acerca da Inclusividade na linguagem.

Sabendo do valor das formas e dos ritos contidos neste livro, os quais apontam para a identidade da nossa fé e para o fortalecimento da nossa espiritualidade, buscou-se oferecer uma maneira mais contemporânea de se relacionar com essa fé a partir da atualização e da utilização da linguagem inclusiva, que nos envolve no contexto da adoração, transformando homens e mulheres em partes integrantes do ato de celebrar a vida e a vida em abundância (IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 2015, p. 19).

A mesma questão da linguagem neutra pode ser aplicada quando se trata da questão do rito de casamento entre pessoas do mesmo sexo. À época, o LOC foi construído antes da aprovação do casamento igualitário na IEAB; porém, a Comissão Nacional de Liturgia optou pelo uso da linguagem neutra no rito, antevendo a decisão que poderia vir em futuro Sínodo.

É importante ressaltar que a IEAB levou em consideração os paradigmas teológicos e a estruturação litúrgica expostos nesse documento, ao revisar seus ritos matrimoniais para o LOC 2015. Trata-se do primeiro livro de oração comum em português a seguir tais diretrizes. Entretanto, a Comissão Nacional de Liturgia da IEAB optou em usar linguagem neutra no rito, já antevendo a decisão de extensão do conceito de Santo Matrimônio a casais do mesmo sexo (COELHO FILHO, 2020a, p. 100).

A Inclusividade Litúrgica também passa pela valorização dos patrimônios teológico, ritualístico, musical e cultural da Igreja. Hoje, na IEAB, temos paróquias que celebram de forma mais elaborada, até outras em que a liturgia é bastante despojada. Aqui não se trata das clássicas correntes *High Church* ou *Low Church*, mas de perceber o potencial que a Igreja possui em termos de variedade litúrgica, uma vez que esta acaba convertendo-se em um dos cartões de visita para as pessoas que chegam às comunidades. Da mesma forma, em sentido contrário, a falta de zelo nas práticas litúrgicas pode afastar os membros novos e antigos.

A troca de experiências entre as Províncias vem garantindo uma aplicação do conceito da Inclusividade na Liturgia. O novo LOC da IEAB está sendo bem recebido por outras Províncias da Comunhão Anglicana que, por exemplo, já requisitaram o uso de trechos e orações dessa edição brasileira para incrementar os seus Livros. A próxima edição do Livro de Oração Comum da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, que está em elaboração, terá trechos traduzidos para o inglês do LOC, de 2015.

Vale salientar que existe um projeto de criação de um Livro de Ritos Alternativos, ainda em andamento. A Igreja possui liturgias alternativas, em nível diocesano, a exemplo do Livro de Ritos Ocasionais, organizado pelo reverendo Jorge Aquino e autorizado pelo bispo Robinson Cavalcanti²⁹⁴, quando este era diocesano do Recife. Parte das liturgias alternativas ao uso do LOC eram traduções dos livros de oração de outras Igrejas da Comunhão Anglicana, a exemplo das do Quênia, Canadá e Portugal. Outras, porém, foram criadas especialmente para este livro, a exemplo do “Rito Eucarístico de Caaporã” – uma liturgia anglicana na linguagem de cordel – composta por Israel Cardoso, então reverendo da Diocese Anglicana do Recife.

Em consonância com a publicação do novo LOC, está em andamento um projeto de atualização do Hinário Episcopal. Ainda não finalizado, é conduzido pela Comissão Nacional de Liturgia a partir de pesquisa realizada pelo reverendo Luiz Coelho, durante o seu doutorado na Sewanee: The University of the South²⁹⁵. Ainda não há previsão para a publicação do novo hinário. A edição atual data de 1962; em sua última edição, publicada em 2002, conserva a ortografia daquela década.

Algumas pessoas da Igreja, sobretudo no Sul e Sudeste, pedem uma atualização da linguagem, bem como dos hinos cantados, uma vez que outras Igrejas – a exemplo da Presbiteriana e da Luterana – atualizaram seus hinários recentemente. Por outro lado, as comunidades da IEAB no Norte e Nordeste ainda necessitam de uma maior apropriação e conhecimento dos hinos por parte do povo, que usa, ora o cancioneiro religioso popular – inspirado nas músicas católicas e da Teologia da Libertação – ora corinhos evangélicos ou músicas contemporâneas em estilo *Worship*, estas últimas, absorvidas por algumas comunidades de identidade evangelical no Anglicanismo brasileiro.

Existe, igualmente, um problema sobre a questão das vestes sacras. A Igreja possui grande variedade de paramentos – tanto laicos quanto clericais –, que podem ser utilizados da melhor forma e contextualizados com o local, cerimônia e comunidade, porém, ainda são pouco aproveitados. Não faz sentido um sacerdote debaixo do sol do Nordeste do Brasil, numa comunidade de periferia, vestir batina e sobrepeliz ou uma capa dourada e celebrar *ad orientem*.

²⁹⁴ Considerando que o Bispo Diocesano possui o *múnus litúrgico*, todas as liturgias criadas devem ser autorizadas pelo mesmo para uso da Diocese.

²⁹⁵ Finalizado em 2020, o título da tese do seu doutoramento em Liturgia foi: *Singing a common song: hymnal revision in a liturgical, contemporary, and ecumenical context*.

Por outro lado, a história, a tradição e até o *status* de algumas comunidades, requerem o uso de determinados paramentos e, inclusive, em decorrência da localidade em que encontram, demandam determinada postura celebrativa. Em catedrais, por exemplo, costuma-se usar casulas e capas, posto que a celebração tende a seguir a corrente *High Church* – uma vez que a catedral é, literalmente, a “Igreja Alta” da Diocese²⁹⁶. Na IEAB, as catedrais geralmente se encontram em bairros de classe média ou média-alta e, em consonância com a lógica das comunidades periféricas, não faz sentido pautar a eclesiologia, a condução pastoral e a liturgia a partir da Teologia da Libertação, como acontece em algumas delas.

É preciso que os membros do clero e do laicato redescubram a estética da liturgia e a sua beleza, inserindo-as em seu aspecto visual no cerimonial dos ofícios. A identidade litúrgica no Anglicanismo também passa pelas suas vestes, tanto clericais quanto laicas. Diante da diversidade nos usos e costumes observados na Comunhão Anglicana, é possível combinar uma variedade de paramentos, em diferentes contextos celebrativos.

Ao longo dos últimos anos, por conta da praticidade, optou-se pelo uso de paramentos mais leves – a alva e uma estola – no lugar dos trajes completos. Porém, nada impede um clérigo ou clériga de utilizar uma batina com a sobrepeliz e o típete – e até mesmo outros adereços como o chapéu de Cantuária ou a birreta, junto o colarinho duplo (também chamado colarinho do pregador), usado por parte do clero da Igreja da Inglaterra. Ministros leigos e acólitos podem usar vestes de coro – quando em catedrais e paróquias mais tradicionais –, ao passo que também podem usar uma simples alva em regiões quentes ou em comunidades que prezem pela simplicidade. Da mesma forma, bispos e bispas podem retomar o uso da chamarra preta – vestida em conjunto com a roquete e o típete – em tempos litúrgicos de penitência, como a Quaresma e a Semana Santa, em sinal de humildade e despojamento.

Um dos problemas que percebemos, ao longo dos últimos anos, é a falta de valorização de tal herança litúrgica, herdada pela IEAB. Nos Estados Unidos e no Canadá é cada vez mais comum ver o design de vestes litúrgicas inspirados nas suas culturas. Bispos e sacerdotes indígenas desses países se vestem com

²⁹⁶ O fato da Cultura *High Church* ter esse nome também deriva do fato de que ela surgiu entre os principais bispos e teólogos e nas principais Catedrais da Inglaterra. Por sua vez, estas eram as maiores construções da cidade, com as suas altas torres, sendo também a maior igreja da Diocese.

paramentos inspirados na cultura dos povos locais. Desse modo, o que impede, por exemplo, que um bispo ou bispa no Nordeste, em determinadas cerimônias, use mitras ou capas de asperge no estilo das vestes feitas em couro trajadas pelos vaqueiros nordestinos? Tais símbolos e motivos estéticos inspiraram Luiz Gonzaga a usar tais vestes como forma de identificá-lo como um artista desta região.

A própria Conferência de Lambeth de 1998, em sua Sessão III, Resolução 14, tratou da Inculturação do Culto: incentivando que cada Província busque, a seu modo, meios de tornar a liturgia mais próxima do povo, da cultura e dos costumes da região.

Esta Conferência, regozijando-se com sua própria experiência de culto multicultural, reafirma as Resoluções 22 e 47 da Conferência de Lambeth de 1988, encorajando a inculturação do culto e exorta cada província a buscar as melhores maneiras de inculturar suas formas e práticas de culto (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1999, p. 401).

Em termos de inculturação, o melhor exemplo vem da Diocese da Amazônia, cujos motivos estéticos marajoaras – oriundos da cultura da sociedade indígena que floresceu na Ilha de Marajó e ao redor do Rio Amazonas na Era pré-colombiana – inspiram as vestes, os vasos sagrados e a arte sacra utilizados pela Igreja²⁹⁷.

Tudo isso é possível, uma vez que não existe certo ou errado na liturgia anglicana. O que não está correto é criar uma devoção pessoal e alegar que ela tem alguma justificativa histórica, ou que esta dever ser de determinada maneira, a partir de uma visão individual. Durante décadas, a baixa-ritualística da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil era um problema causador de tensões. Desde as inovações litúrgicas – muitas vezes radicais, como as inseridas por Salomão Ferraz, no início do século XX –, até novas idéias advindas do Movimento Litúrgico mundial e do contato de clérigos brasileiros com práticas comuns em outros locais da Comunhão Anglicana, a Liturgia na Igreja Brasileira sempre foi uma questão delicada.

Dentre as razões, se encontrava a educação teológica no Brasil que era – e ainda é – bastante precária. Mesmo com a existência do Seminário Nacional, a IEAB era bastante fechada em termos litúrgicos, e não mantinha relações com outras correntes e expressões ritualísticas de diversificados lugares da Comunhão

²⁹⁷ Recentemente, um ícone intitulado de “Nossa Senhora da Amazônia”, foi escrito pelo reverendo Luiz Coelho, o qual apresenta a Virgem Maria como uma índia desnuda, sentada em uma planta de Vitória Régia, segurando o menino Jesus, representado como uma criança indígena.

Anglicana. Os seminaristas eram formados para serem bons pregadores, bons pastores, bons administradores de paróquias, mas toda e qualquer discussão que estivesse ocorrendo na Igreja norte-americana era desconhecida, inclusive, por clérigos renomados. Em decorrência, por muito tempo, a Igreja não desenvolveu o mínimo senso de respeito à diversidade de pensamento e práticas litúrgicas.

Desde o início, as polêmicas em torno de novas liturgias surgiram em comunidades hoje consideradas formais e modelos de uma ritualística mais elaborada. Na época do reverendo John Meem, a colocação de uma cruz no altar da Capela do Redentor, em Pelotas, gerou atrito entre os paroquianos. O reverendo Orlando Baptista, um pouco antes de sua morte, estava trabalhando em iluminuras para inseri-las numa próxima impressão do Livro de Oração Comum, algo inédito no Anglicanismo da América Latina. Décadas depois, conflitos similares continuaram a acontecer, embora, com o tempo, estas “novidades” fossem gradualmente adotadas e aceitas, quando os anglicanos percebiam que elas não eram contrárias à fé; pelo contrário, faziam parte dela desde o início e foram preservadas, em diferentes tempos e circunstâncias, como parte da tradição secular da Igreja.

Nos anos cinquentas, novas discussões litúrgicas começaram a surgir no Brasil através da atuação do missionário Herman Afonso Di Brandi, capelão do Colégio Cruzeiro do Sul. Di Brandi chegou ao Brasil em 1952 e, dentre as primeiras “inovações” litúrgicas que promoveu, trocou a batina preta e sobrepeliz por vestes litúrgicas tradicionais, colocou velas no altar, um crucifixo na capela e passou a usar incenso em algumas cerimônias. Na época, tais práticas soavam muito ofensivas à maioria do povo da Igreja. O bispo Pithan chegou a proibir o deão Jessé Krebs Appel de utilizar vestes eucarísticas na Catedral da Santíssima Trindade em Porto Alegre. O bispo Melcher escreveu a Di Brandi dizendo que “nós americanos temos que nos adaptar a muitas coisas de que não gostamos. Estamos aqui para ajudar e não para impor a nossa maneira de ser igreja. Introduzir inovações rápidas demais pode destruir a confiança que o povo deposita em nós”. Apesar dessa advertência, Di Brandi influenciou toda uma geração de seminaristas que, nos anos cinquentas estudavam em nosso Seminário de Porto Alegre. Um deles relata que, em seu primeiro trabalho paroquial, já depois de ordenado presbítero, encontrou muitas resistências por parte do povo que não desejava vela sobre o altar, até o dia em que faltou energia elétrica no Templo. O culto era à noite e ele não teve dúvidas: buscou na sacristia duas grandes velas e iluminou o altar. No domingo seguinte, inquirido por um membro da congregação sobre as velas que permaneciam no altar, ele disse que as manteria acesas para o imprevisto de faltar energia novamente. Assim os domingos foram se sucedendo e o povo foi se acostumando às velas (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 190-191).

A Liturgia Anglicana – como qualquer outra expressão litúrgica – é fruto de uma construção histórica e do consenso da comunidade eclesial através de suas

práticas e tradições, nas quais há uma mistura de inculturação, adequação, bom senso e espiritualidade, entre outras coisas.

Claro que o Livro de Oração Comum (LOC), enquanto regra e prática, é um fator de união entre as diferentes dioceses e províncias episcopais e/ou anglicanas. Afinal de contas, os LOCs são *Lex Orandi, Lex Credendi* (a lei de quem ora é a lei de quem crê): declarações do que cremos e de quem adoramos. Entretanto, ao longo do século XX, sobretudo após o movimento litúrgico, vieram a proliferar grandemente os textos alternativos (livros ou compêndios que não substituem LOCs mais antigos) e revisões de LOCs provinciais. Com novas discussões em torno de enculturação, simplificação da linguagem e renovação litúrgica, tanto a prática quanto os textos passaram a ter maior variação ao redor da Comunhão Anglicana. Nem o LOC inglês de 1622, tampouco os livros escoceses dos séculos XVIII e XIX, ou o livro norte-americano de 1928, são o padrão litúrgico da maior parte das pessoas que adoram a Deus na tradição anglicana (COELHO FILHO, 2020a, p. 100).

Manuais antigos, especialmente o LOC inglês, de 1662, não são mais utilizados pela maioria das Províncias da Comunhão Anglicana, sequer como livros-padrões para a formulação de novas liturgias²⁹⁸. Por isso não faz sentido apegar-se a tais livros para argumentar a defesa de uma “ortodoxia litúrgica”, como algumas Igrejas Continuanças ou Independentes buscam fazer.

Um desses exemplos se encontra na Igreja Episcopal Reformada da Espanha. Ao invés de elaborar os seus ritos e práticas a partir de uma tradução do Livro de Oração Comum, a liturgia espanhola segue o Rito Hispânico (inspirado no antigo Rito Moçárabe). Uma das grandes diferenças em relação a outras Províncias da Comunhão Anglicana se encontra no próprio calendário litúrgico. Por exemplo, nas Igrejas Cristãs do Ocidente, o Tempo do Advento possui quatro domingos antes do Natal. Já no Rito Hispânico, o período possui seis domingos em que se celebra a Parusia, a Segunda Vinda de Cristo.

Em outras paróquias e dioceses, vemos o uso do chamado “Missal Inglês” (*English Missal*), uma tradução do Missal Romano usado por algumas Igrejas paroquiais Anglo-católicas. Após sua publicação, foi rapidamente endossado pelo crescente movimento cerimonialista liderado por clérigos da “Igreja Alta”, que viam as liturgias do LOC como expressões insuficientes de um culto “plenamente

²⁹⁸ Em sentido contrário ao das demais Províncias da Comunhão Anglicana, a Conferência da GAFCON, reunida em Jerusalém, no dia 29 de junho de 2018, expressou o seguinte no artigo 6º de sua Declaração: “Nos alegramos em nossa herança sacramental e litúrgica anglicana, como expressão do Evangelho, e, defendemos o Livro de Oração Comum de 1662, como padrão verdadeiro de autoridade para adoração e oração, para ser traduzido e adaptado a cada cultura”.

católico”. A tradução do Missal Romano do latim para o inglês moderno elizabetano, que influenciou a linguagem estilizada do Livro de Oração Comum, permitiu a manutenção do uso da língua vernácula e a adoção dos textos católicos romanos e suas rubricas. Outro exemplo semelhante é o “Missal Anglicano”. Ele é um livro litúrgico usado por alguns anglicanos de cultura *High Church*, como suplemento ao Livro de Oração Comum. Foi publicado pela primeira vez, na Inglaterra, em 1921, pela *Society of SS. Peter and Paul*. O livro refletia uma maneira particular de celebrar a Eucaristia, fundamentada no rito romano tradicional, de acordo com o uso litúrgico anglicano.

Por outro lado, em toda a Comunhão Anglicana temos situações esdrúxulas em que a Liturgia pode ser deturpada em vários aspectos, como o caso da histórica Diocese de Sydney, em que os reverendos da Catedral de St. Andrew – por possuir uma identidade fortemente evangelical – passaram a abolir o uso das vestes clericais anglicanas básicas (batina, estola e sobrepeliz), trajando apenas ternos – à semelhança de pastores evangélicos –, enquanto que membros do coral e outros participantes da liturgia continuaram a usar as vestes talaras, criando um estranho contraste visível em fotos que podem ser facilmente encontradas na Internet.

Da mesma forma, no outro extremo do Anglo-Catolicismo, existem clérigos de determinadas paróquias que acabaram desviando-se da Liturgia padrão, e criaram devoções a santos que sequer fazem parte do calendário da Igreja da Inglaterra ou de outras Igrejas, a exemplo de Padre Pio, Luís de Montfort e até Papas. Devido à falta de uma diretriz da Igreja Nacional para ser seguida por todo o clero e pelos ministros leigos, em alguns casos, as celebrações acabam tornando-se reféns das ênfases demasiadamente políticas ou das visões estritamente pessoais dessas lideranças, que as conduzem de uma maneira que se afasta, muitas vezes, do próprio foco da liturgia anglicana, através de sermões longos, ao abordarem temas que não estão ligados à própria Igreja ou com as leituras do dia, ou até mesmo ao presidirem celebrações eucarísticas feitas sem os devidos cuidados e orientações para os membros da comunidade, alguns dos quais são recém-chegados.

Isso pode ser considerado uma espécie de “abuso litúrgico” no Anglicanismo, resultante da postura unilateral de membros do clero que acabam por reproduzir suas crenças pessoais, sem vínculo algum com a história e tradição da Igreja. Na história da IEAB, isso ocorreu por várias vezes, tanto no Nordeste quanto no

Sudeste, por parte de pessoas que vieram da Igreja Católica Romana ou de Igrejas Evangélicas, e continuaram a reproduzir *ipsis litteris* os ritos e práticas de suas denominações de origem, transformando a liturgia anglicana numa mera cópia ou em uma corrupção dessas tradições cristãs.

Devido ao fechamento dos dois Seminários Provinciais, a IEAB, até hoje, possui grande déficit quanto ao aprofundamento do ensino da Liturgia e ao desenvolvimento e realização de novos experimentos, contextualizados em relação à realidade de suas comunidades. A dificuldade para renovar o quadro clerical também contribui para duas situações extremas: o engessamento da liturgia com lideranças que não conseguem atualizar-se, e uma reprodução de expressões litúrgicas estranhas ao Anglicanismo, a partir de clérigos que são acolhidos pela IEAB e de leigos que não conseguem absorver e compreender o *ethos anglicano*.

Os problemas, acima citados, continuam a se repetir, desde o fechamento do SETEK e do SAET. Atualmente, os novos clérigos chegam às paróquias sem terem passado por aprendizados, que só podem ser adquiridos em espaços apropriados, como os seminários. O fechamento de tais instituições pode ter duras consequências em longo prazo, devido à quantidade de clérigos e clérigas que têm sido ordenados, desde a última década, sem passarem pela experiência da vida seminarística, e sem se aprofundarem na Liturgia da Igreja e seu rico patrimônio.

Também existe outro problema que diz respeito ao próprio clero *sênior*. Muitos faleceram, se afastaram, ou até mesmo saíram definitivamente da Igreja por causa das crises do passado. Essas diferentes situações criaram lacunas entre as gerações, em que as novas safras de clérigos poderiam ter aprendido com a experiência dos mais antigos, uma vez que, muitos daqueles estudaram e viveram no exterior e, em consequência, contribuíram com a renovação litúrgica, a partir dos debates e produções de outros locais. Sem esse contato com as experiências passadas, o futuro das vocações ministeriais fica comprometido.

Os anos 70 e o início dos 80 não foram fáceis para a Igreja Episcopal do Brasil. O fechamento do Seminário em 1972 criou um hiato na formação ministerial cujos reflexos são sentidos até hoje. Em muitas dioceses, por exemplo, há clérigos com idade mais avançada e outros bastante jovens, faltando uma geração intermediária, justamente a que não foi formada no Seminário durante o tempo em que este permaneceu fechado. Os muitos esforços diocesanos de educação teológica, por mais bem intencionados, nem sempre conseguiram suprir aquilo que o modelo de um seminário pode proporcionar: a vivência comunitária, o fortalecimento da amizade e do companheirismo entre os estudantes e o senso de pertença a uma Igreja

realmente nacional, e não apenas a uma diocese. Se as dioceses já enfrentavam dificuldades para arcar com os salários do clero ativo, mais difícil ainda seria contrair novas despesas com o sustento e formação de estudantes. A Junta Nacional de Educação Teológica tentou várias alternativas para suprir essa carência, mas o idealismo das pessoas interessadas na formação teológica muitas vezes esbarrava na realidade prática e concreta da falta de recursos financeiros das dioceses. Tal situação, convenhamos, não foi resolvida adequadamente até o momento (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 208-209).

Diante da extensão territorial em que se encontra a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – como uma denominação presente em todo o território brasileiro, mas dispersa em cidades distantes das sés diocesanas –, é urgente que se tenha um plano de reabertura dos Seminários, pelo menos em cada Diocese, para ir além da proposta de formação baseada em cursos oferecidos pela Faculdade Anglicana. O modelo de formação EaD, apesar de pensado para as demandas educacionais do nosso tempo, não supre necessidades atuais da Igreja, que precisa reavaliar a questão da preservação das suas múltiplas identidades – em especial, a Litúrgica –, o que deve ser feito, também, a partir da formação do futuro clero.

De igual modo, o modelo de Seminário Provincial (com dois pólos, como era antigamente), não faz mais sentido, pois o SETEK e o SAET cobriam uma vasta extensão territorial, o que dificultava a formação de pessoas que morassem em outros centros urbanos. Mais importante do que a abertura de Seminários presenciais (o que é possível graças aos prédios das Dioceses), é a maneira como a Igreja repassará o seu patrimônio, Teológico e Litúrgico, para as futuras gerações, e apresentar as ênfases surgidas nas últimas décadas como parte do jeito de ser da IEAB, de modo a descobrir outras vocações para o ministério ordenado, como aconteceu em anos anteriores, com a admissão de mulheres às ordens ministeriais.

4.3.3 A Ordenação Feminina

O processo de discussão acerca da ordenação feminina na Comunhão Anglicana começou em 1862, quando o Bispo de Londres, Tait, resgatou, na Igreja da Inglaterra, a prática das “diaconisas” (*deaconess*), responsáveis por trabalhar com educação nas escolas anglicanas ou com enfermagem, que receberam imposição de mãos por parte de bispos ingleses para exercerem tais funções, embora, sem acesso aos ministérios ordenados, então reservados aos homens.

Tais atos sacramentais, inspirados na instituição semelhante de diaconisas nas Igrejas Luterana e Metodista, foram vistos pelos anglicanos como ordenações por causa da presença dos elementos necessários: um bispo, matéria, forma e intenção. Porém, em pouco tempo tais atos foram deixados de lado e perderam o reconhecimento oficial das instâncias eclesiais, pois não constituíam, propriamente, um rito estabelecido pela Igreja da Inglaterra, mas, sim, uma bênção para o serviço a ser realizado.

Em 1917, a Igreja autorizou mulheres a exercerem o papel de ministras leitoras (*lay readers*). Ainda que esta posição limitasse o papel das mulheres em sua atuação como leigas, ela significou um avanço que beneficiou a Igreja, uma vez que muitas não se ativeram apenas a conduzir ofícios; algumas delas também passaram a liderar pequenas congregações, porém, não ao ponto de serem reconhecidas em suas funções e ordenadas para tal. Em 1920, Ronald Owen Hall, então bispo de Hong Kong, enviou uma carta ao Arcebispo de Cantuária, William Temple, relatando a difícil situação vivida pela Igreja na região. Devido à guerra e a ocupação japonesa, não havia mais sacerdotes para realizar os trabalhos pastorais e conduzir as comunidades. Naquele mesmo ano, a Conferência de Lambeth foi inovadora ao considerar a validade das Ordens Diaconais das mulheres. Todavia, dez anos depois, este consenso perdeu força entre os bispos.

Em 1931, Lucy Vincent foi ordenada na Catedral de São João, em Hong Kong, pelo bispo Robert Hall. Na homilia, o pregador chamava as mulheres a doarem suas vidas ao ministério na Igreja. Dentre as pessoas que estavam presentes na ordenação da nova diácona, se encontrava uma jovem chamada Florence Li Tim Oi. Após sentir-se chamada pelo sermão proferido, ela fez a sua formação no Canton Union Theological College e, posteriormente, trabalhou com refugiados durante a Guerra Sino-Japonesa.

Em 22 de maio de 1941, Florence foi ordenada ao diaconato pelo bispo Hall, na mesma Catedral em que assistiu à ordenação de Lucy Vincent anos antes. Por conta da ocupação japonesa, em Hong Kong e em partes da China, os padres anglicanos estavam impossibilitados de entrar na região de Macau, que permanecia neutra no período da Guerra. Diante da situação, o bispo passou a permitir que a reverenda celebrasse a Eucaristia na capela anglicana localizada na Praça Camões, em Santo Antônio, Macau. Com a falta de ministros para administrar o sacramento

nas pequenas vilas, em 25 de janeiro de 1944, após cruzar todo o território ocupado pelos japoneses, Florence Li Tim Oi foi ordenada pelo bispo Robert Hall, na Catedral de São João, como reconhecimento do seu trabalho pastoral entre o povo.

Embora a reverenda Florence tenha recebido das mãos do bispo as Sagradas Ordens que lhe permitiam celebrar os sacramentos que eram tidos como prerrogativa dos presbíteros, o Arcebispo de Cantuária não apoiou a decisão do Bispo Hall, devido às suas posições teológicas tradicionais.

Temple, embora não tivesse uma oposição teórica formal à ordenação de mulheres, condenou o ato do bispo de Hong Kong como “contrário às leis e precedências da Igreja”. Mesmo com a aprovação geral do seu sínodo diocesano, a presbítera Oi suspendeu, embora não resignasse, as suas ordens, após o término da Segunda Guerra Mundial. A Conferência de Lambeth de 1948 ratificou a posição conservadora da Igreja, em geral, proibindo a concessão de ordens às diaconisas anglicanas (OLIVEIRA, 2017a, p. 386).

Contudo, a ordenação de Li Tim-Oi abriu um precedente para que as Províncias ordenassem mulheres, isoladamente. Em dezembro de 1971, Jane Hwang e Joyce M. Bennett foram ordenadas ao presbiterato na Diocese de Hong Kong, o que tornou esta última, a primeira inglesa a alcançar o sacerdócio. As novas ordenações partiram do Bispo da Diocese de Hong Kong e Macau, John Gilbert Baker, que enviou uma carta ao Arcebispo de Cantuária, Michael Ramsey, pedindo permissão para ordenar aquelas diáconas ao sacerdócio, uma vez que a Igreja, na região, havia, realizado, no passado sua primeira ordenação feminina.

Embora as três ordenações em Hong Kong tenham aberto precedentes, a questão estava longe de ser pacificada na Comunhão Anglicana. Mas, devido às mudanças surgidas no Ocidente a partir da década de 1960, com a crescente busca pela participação das mulheres na sociedade e a intensificação da luta pelos seus direitos nos campos trabalhista, social e político, a Igreja foi progressivamente questionada quanto ao seu papel nas esferas eclesiásticas. Em 1963, o Programa de Mútua Responsabilidade e Interdependência do Corpo de Cristo, elaborado pela Igreja Anglicana do Canadá, indicava a necessidade de um "Ministério Suplementar" ou "Auxiliar". Em outras palavras, o documento expressava a necessidade de que as mulheres participassem efetivamente da vida da Igreja como clérigas.

Na Comunhão Anglicana, a questão foi levada para a apreciação dos bispos pela primeira vez, na Conferência de Lambeth de 1968. Na edição anterior, a

Resolução 93, sobre a *Contribuição das Mulheres*, apenas expressava o reconhecimento sobre “a contribuição particular das mulheres para a missão da Igreja”, recomendando somente “o aproveitamento de mulheres treinadas e qualificadas” em esferas de responsabilidade. Já havia um entendimento, na Comunhão Anglicana, no sentido de pensar a inclusão de mulheres na vida da Igreja. Na Conferência de Lambeth de 1968, pela primeira vez o tema foi discutido. Dentre as questões em pauta, encontrava-se a ordenação de Florence e a discussão, em cada Província, acerca do tema, para que, posteriormente, fossem relatados os resultados (na reunião do Conselho Consultivo Anglicano, em 1973).

A referida reunião do ACC definiu que, se algum bispo decidisse ordenar uma mulher com a aprovação integral de toda a sua província, “o Conselho Consultivo apelaria às demais províncias para que estas não suspendessem o seu relacionamento de comunhão com a província em questão” (OLIVEIRA, 2017a, p. 387). A decisão foi aceita como válida, uma vez que cada Província era autônoma em suas administração, jurisdição e disciplina eclesiais. Ainda na década de 1960, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos iniciou discussões sobre a Ordenação Feminina e acerca do desejo de que as mulheres integrassem o seu clero.

Esse trabalho viu o seu sucesso na convocação geral da Igreja Americana de 1970, a qual aprovou a ordenação de mulheres ao diaconato. Em consequência, três anos depois, havia 97 diáconas. No ano seguinte, em julho, onze mulheres foram ordenadas “irregularmente” na Filadélfia por dois bispos aposentados e um outro que havia se retirado da Igreja. Esta atitude foi denunciada pela Câmara dos Bispos da Igreja Americana e tentou retroceder ao obtido até aquele momento, a fim de prevenir que mulheres pudessem exercer o ministério presbiteral, portanto, sem ordenação para tal (OLIVEIRA, 2017a, p. 387-388).

Este polêmico episódio ficou conhecido, na história da Igreja Episcopal, como as “Onze da Filadélfia” (*Philadelphia Eleven*). Em 29 de julho de 1974, os bispos Daniel Corrigan, Robert DeWitt e Edward Welles, junto com o bispo Antonio Ramos, da Costa Rica, ordenaram onze mulheres²⁹⁹ ao presbiterato, sem a autorização da Comissão de Cânones, que é um dos requisitos para a realização do rito. Em razão da situação, tais ordenações foram consideradas “irregulares” pela Câmara dos Bispos. Vale ressaltar, que, boa parte das mulheres ordenadas na Filadélfia, era

²⁹⁹ As onze presbíteras foram: Merrill Bittner, Alison Cheek, Alla Bozarth, Emily C. Hewitt, Carter Heywatd, Suzanne R. Hiatt, Marie Moorefield, Jeannette Piccard, Betty Bone Schiess, Katrina Welles Swanson e Nancy Hatch Wittg.

lésbica, o que, à época, junto com a questão do sacerdócio, trouxe à tona, o debate sobre o lugar das pessoas LGBTQ+ no clero, tema que, ganhou cada vez mais espaço no mundo anglicano, nas décadas seguintes. Em setembro de 1976, as onze ordenações foram reconhecidas pela Convenção Geral da Igreja Episcopal.

Um pároco de uma igreja em Washington convidou a uma presbítera para celebrar a Eucaristia em sua comunidade e, no mesmo ano, a Igreja Americana o condenou por ter violado a lei canônica. Atitudes similares de desafio, no entanto, continuaram a acontecer até que no ano de 1975, uma nova Convenção Geral votou que “ninguém teria o acesso negado à ordenação para o diaconato, o presbiterato ou o episcopado, tendo como causa o seu sexo”. A partir daí, aquelas presbíteras que tiveram a sua ordenação considerada irregular foram regularizadas e, ao final deste ano, já havia cerca de cem mulheres presbíteras. Mesmo assim, embora houvesse bispos que se recusassem a ordenar mulheres, já por volta de 2004, havia somente três dioceses americanas que não reconheciam a ordenação feminina (OLIVEIRA, 2017a, p. 388).

Diante do novo panorama, a Conferência de Lambeth de 1978 tratou de modo mais amplo a questão na Resolução 20 – *Mulheres no Diaconato*, Resolução 21 – *Mulheres no Sacerdócio*, Resolução 22 – *Mulheres no Episcopado*. Até aquela data, a Diocese de Hong Kong, a Igreja Anglicana do Canadá, a Igreja Episcopal nos Estados Unidos da América e a Igreja da Província da Nova Zelândia admitiram mulheres no presbitério, e oito outras Províncias da Comunhão Anglicana concordaram, aprovaram e declararam não ter objeções teológicas à ordenação de mulheres ao triplo ministério. Algumas Igrejas declararam suas objeções à ordenação de mulheres, ao passo que outras não assumiram nenhuma posição.

A Resolução 21 era a mais importante de todas, uma vez que mexia com a questão mais delicada, pois tratava não apenas do acesso das mulheres ao sacerdócio na Igreja; ela também abordava as relações ecumênicas com outras Igrejas, decorrentes da aprovação da Ordenação Feminina na Comunhão Anglicana, o que implicava não apenas a unidade interna da instituição, mas, outrossim, a unidade do próprio Cristianismo.

3. A Conferência também reconhece (a) a autonomia de cada uma de suas Igrejas membros, reconhecendo o direito legal de cada Igreja de tomar sua própria decisão sobre a conveniência de admitir mulheres nas Ordens Sagradas; (b) que tal ação provincial neste assunto tem consequências da maior importância para a Comunhão Anglicana como um todo. 4. A Conferência afirma seu compromisso com a preservação da unidade dentro e entre todas as Igrejas membros da Comunhão Anglicana. 5. A Conferência, portanto (a) encoraja todas as Igrejas membros da Comunhão

Anglicana a continuarem em comunhão umas com as outras, não obstante a admissão de mulheres (seja no presente ou no futuro) ao ministério ordenado de algumas Igrejas membros; (b) em circunstâncias em que a questão da ordenação de mulheres tenha causado, ou possa causar, problemas de consciência, exorta a que todas as medidas possíveis sejam tomadas para garantir que todos os membros batizados da Igreja continuem em comunhão com seu bispo e que toda oportunidade seja dada a todos os membros de trabalharem juntos na missão da Igreja, independentemente de suas convicções a respeito deste assunto; (c) solicita ao Conselho Consultivo Anglicano (i) que use seus bons ofícios para promover o diálogo entre as Igrejas membros que ordenam mulheres e aquelas que não ordenam, com vistas a explorar maneiras pelas quais o uso mais completo possa ser feito dos dons femininos dentro o ministério total da Igreja em nossa Comunhão; e (ii) manter, e sempre que possível estender, o presente diálogo com as Igrejas fora da família Anglicana. 6. Consistente com o que precede, esta Conferência (a) declara a sua aceitação das Igrejas membros que agora ordenam mulheres, e exorta a que respeitem as convicções das províncias e dioceses que não o fazem; (b) declara sua aceitação das Igrejas membros que não ordenam mulheres e insta a que respeitem as convicções das províncias e dioceses que o fazem. (c) No que diz respeito às mulheres que foram ordenadas na Comunhão Anglicana sendo autorizadas a exercer seu ministério em províncias que não ordenaram mulheres, recomendamos que, caso a autoridade sinodal seja dada para capacitá-las a exercê-la, ela seja exercida apenas (i) onde a necessidade pastoral justifica e (ii) onde tal ministério é agradável ao bispo, clero e pessoas no lugar em que o ministério deve ser exercido e onde é aprovado pelo órgão legalmente responsável da paróquia, área ou instituição aonde tal ministério deve ser exercido (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1978, p. 45-46).

A Conferência reconheceu que o fenômeno da ordenação feminina era aceito por algumas Províncias, de modo que a decisão de cada uma deveria ser respeitada pelas demais. O problema que surgia, a partir de então, dizia respeito a como a Comunhão Anglicana lidaria com a questão frente a outras Comunhões eclesiais e Igrejas cristãs, uma vez que a prática não era aceita, sobretudo nas Igrejas de governo episcopal e com sucessão apostólica, como a Igreja Católica Romana, as Igrejas Ortodoxas e as Igrejas Vétero-Católicas. Em uma atitude inédita, a Conferência declarou o reconhecimento da pluralidade doutrinária presente no seio da Comunhão Anglicana, como parte da sua identidade, e também como uma prática benéfica ao diálogo ecumênico, através do exercício do sacerdócio feminino.

7. Reconhecemos que aceitar esta variedade de doutrina e prática na Comunhão Anglicana pode desapontar as Igrejas Católica Romana, Ortodoxa e Antiga Católica, mas desejamos deixar claro (a) que a união da diversidade dentro de uma unidade de fé e adoração são parte da herança anglicana; (b) que aqueles que participaram das ordenações de mulheres ao sacerdócio acreditam que essas ordenações foram para [sic.] o ministério histórico da Igreja conforme a Comunhão Anglicana o recebeu; e (c) que esperamos que o diálogo entre essas outras Igrejas e as Igrejas membros de nossa Comunhão continue, porque acreditamos que ainda

temos compreensão da verdade de Deus e de sua vontade de aprender com elas, à medida que todos juntos caminhamos em direção a uma catolicidade e uma comunhão mais profunda no Espírito Santo (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1978, p. 46).

Por fim, a Resolução 22, que versava sobre *Mulheres no Episcopado*, recomendava que, caso alguma Igreja membro desejasse consagrar uma mulher ao episcopado, os primazes da Comunhão Anglicana deveriam ser consultados, junto com o apoio público da maioria dos membros da Igreja em questão, de maneira a evitar que o episcopado feminino se tornasse razão de divisão no mundo anglicano e criasse ainda mais barreiras no diálogo ecumênico com outras Igrejas.

Embora reconhecendo que um membro da Igreja da Comunhão Anglicana pode desejar consagrar uma mulher ao episcopado, e aceitando que tal Igreja membro deve agir de acordo com sua própria constituição, a Conferência recomenda que nenhuma decisão de consagrar seja tomada sem consulta ao episcopado através dos primazes e do apoio esmagador em qualquer Igreja membro e na diocese em questão, para que o cargo de bispo não se torne uma causa de desunião em vez de um foco de unidade (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1978, p. 46).

Ao final da década de 1990, cerca da metade das Províncias já estavam ordenando mulheres ao diaconato e ao presbiterato. Porém, na Inglaterra, a situação da Igreja era diferente. Havia forte resistência à ordenação de mulheres, algo que ainda possui certa oposição em alguns círculos. Em 1973, duas moções de apoio à Ordenação Feminina foram apresentadas ao Sínodo Geral e repassadas às dioceses para que fossem realizados debates. Em 1975, a Igreja retornou moções nas quais considerava que “não havia objeções à ordenação de mulheres ao sacerdócio”. Em 1984, uma nova moção, pedindo que fosse elaborada uma legislação sobre o tema, foi levada ao Sínodo por meio das assembleias diocesanas: “que este Sínodo convoque o Comitê Permanente para apresentar uma legislação que permita a ordenação de mulheres ao sacerdócio nas Províncias de Cantuária e York” (GENERAL SYNOD OF THE CHURCH OF ENGLAND, 1988, p. 4).

Por causa das mudanças ocorridas na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, entre os anos de 1987 e 1988 o Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra publicou dois relatórios da Câmara dos Bispos sobre a Ordenação de Mulheres ao Sacerdócio, nos quais convidava toda a Igreja a se aprofundar em uma hermenêutica não apenas da Bíblia, mas também da Tradição sustentada durante séculos.

Quando a questão da ordenação de mulheres ao sacerdócio é colocada no contexto da tradição da Igreja, não é surpreendente que muitas pessoas fiquem impressionadas com o fato de que por quase dois mil anos a Igreja manteve um sacerdócio totalmente masculino. Mas, assim como deve haver uma hermenêutica da Escritura, também deve haver uma da Tradição. Precisamos perguntar o que a tradição de um sacerdócio totalmente masculino estava proclamando nos vários contextos culturais da história da Igreja. Só então, como no caso das Escrituras, podemos nos voltar para nossos dias, com suas suposições e padrões de vida muito diferentes e perguntar: essa prática ou doutrina ainda nos diz agora o que pretendia dizer à Igreja então? Ajuda a Igreja a anunciar o Evangelho ou impede de fato que se ouça a mensagem da reconciliação? (GENERAL SYNOD OF THE CHURCH OF ENGLAND, 1988, p. 90).

Como o Diaconato é a primeira Ordem Sagrada na hierarquia Anglicana e existem textos do Novo Testamento e na Tradição Cristã que, afirmam a existência de mulheres que exerceram o diaconato desde a Igreja Primitiva, a aceitação tornou-se mais fácil, inclusive entre os clérigos tradicionalistas anglo-católicos e os teólogos evangélicos. As polêmicas tiveram início com o acesso das mulheres ao Presbiterato.

No âmbito da Conferência de Lambeth, a reunião de 1978 reconheceu que desde a última Conferência (1968), a Ordenação Feminina já era uma realidade na Diocese de Hong Kong e Macau, na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, na Igreja Anglicana do Canadá, e na Província da Nova Zelândia. A mesma assembleia reconheceu que tanto a prática de ordenar mulheres ao sacerdócio, quanto o desconforto causado entre bispos e suas dioceses, eram um entrave a ser superado por ambos os lados. Foi feito um apelo para que as Províncias que não aceitavam a prática, pudessem se abrir ao exercício do ministério feminino.

Após décadas de debate na Comunhão Anglicana, a Conferência Lambeth de 1988, na primeira Resolução – sobre a *Ordenação ou Consagração de Mulheres para o Episcopado* –, aprovou formalmente o acesso, ordenação e reconhecimento do tríptico ministério (diaconato, presbiterato e episcopado).

Esta Conferência resolve: 1 Que cada província respeite a decisão e as atitudes das outras províncias na ordenação ou consagração das mulheres ao episcopado, sem que tal respeito indique necessariamente a aceitação dos princípios envolvidos, mantendo o mais alto grau possível de comunhão com as diferentes províncias. 2 Que os bispos exerçam cortesia e mantenham comunicação com os bispos que podem divergir, e com qualquer mulher bispa, garantindo um diálogo aberto na Igreja em qualquer medida que a comunhão seja prejudicada. 3 Que o Arcebispo de Cantuária, em consulta com os primazes, nomeie uma comissão: a) Para providenciar

um exame das relações entre as províncias da Comunhão Anglicana e assegurar que o processo de recepção incluía consultas contínuas com outras Igrejas também; b) Para monitorar e encorajar o processo de consulta dentro da Comunhão e oferecer outras orientações pastorais. 4 Que em qualquer província onde a reconciliação sobre estas questões seja necessária, qualquer bispo diocesano que enfrente este problema seja encorajado a buscar um diálogo contínuo e tomar providências pastorais para aqueles clérigos e congregações cujas opiniões diferem das do bispo, a fim de manter a unidade da diocese. 5 Reconhece a grave dor que resultaria do questionamento por parte de alguns sobre a validade dos atos episcopais de uma mulher bispo, e também a dor experimentada por aqueles cuja consciência seria ofendida pela ordenação de uma mulher ao episcopado. A Igreja deve exercer sensibilidade, paciência e atenção pastoral para com todos os interessados (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1988, p. 201).

A decisão ensejou a manifestação de fortes oposições da parte de vários bispos contrários à questão, o que dividiu as lideranças da Comunhão Anglicana, como já era esperado. A argumentação levada aos debates entre os bispos que defendiam a proposta era a de que as Escrituras eram flexíveis ao tema, devido à sua própria possibilidade de exegese, de modo que era inegável a presença de diáconas desde a Igreja Primitiva, inclusive mencionadas nos textos pós-apostólicos.

Já a presença de presbíteras e bispas era algo que demandava de maiores estudos no campo acadêmico; porém, no aspecto eclesiológico, era claro o chamado à vocação de mulheres ao ministério ordenado, com inúmeras passagens nos Evangelhos, na vida de Jesus, nas cartas de Paulo e nos primeiros escritos da Igreja. Os próprios relatórios do Sínodo da Igreja da Inglaterra instavam os membros à reflexão crítica sobre o assunto:

Temos que colocar lado a lado a longa história de um sacerdócio totalmente masculino com o fato de que houve mulheres que exerceram o ministério como confessoras, mestras, teólogas e, cada vez mais desde o século passado, como missionárias. Apesar do fato de que as mulheres não podiam ser ordenadas, há exemplos de mulheres abadessas que usaram mitra, receberam o báculo e anel, autorizadas a ouvir confissões, qualificada como sacerdotisas e lhes foram concedidas, por um período, autoridade eclesiástica e civil. E, desde meados do século passado, na Igreja da Inglaterra, as mulheres têm experimentado cada vez mais um chamado para ministrar em nome da Igreja, um ministério que tem sido reconhecido e credenciado (GENERAL SYNOD OF THE CHURCH OF ENGLAND, 1988, 91).

Quando a questão da Ordenação Feminina ao presbiterato e ao episcopado é discutida dentro do contexto da Tradição da Igreja, a situação é diferente, pois existem diferentes visões que se desenvolvem através dos anos.

Existem aqueles que acreditam que a Tradição da ordenação masculina não é absoluta. Já outros acreditam que ela é uma das maneiras de se preservar a fé e a revelação divina desde os tempos apostólicos, sobretudo em períodos de crise na Igreja. Para outros, ela é de tal modo importante, que deve estar em constante reflexão, o que inclui uma abertura para as mulheres em postos de serviço na Igreja, por exemplo, no diaconato. Também existem aqueles que apontam que a Tradição só pode ter sentido se a ordem diaconal das mulheres na Igreja for exercitada, em conjunto com os homens, no presbiterato e episcopado. E ainda os que, ao repensarem a teologia anglicana, argumentam que a Tradição não possui o mesmo peso que antes, sendo a Bíblia, ou até mesmo a Razão, os principais condutores da hermenêutica cristã para os nossos tempos.

Em meio a tantas posições presentes na Comunhão Anglicana, não existe uma que seja tomada como correta e, assim, deva ser seguida por todos, de modo que a Ordenação Feminina acaba sendo uma parte da Tradição da Igreja que se estabelece com o passar dos anos, sendo praticada e aceita pela maior parte dos membros da Igreja, o que inclui a ordenação de bispas.

Em 1986, na cidade de Toronto, aconteceu uma consulta acerca da sagração de mulheres ao episcopado, em que os Primazes discutiram o tema. Sobre isso, o bispo brasileiro Sumio Takatsu apresentou uma reflexão para Conferência de Lambeth que se seguiria.

Já é um fato a ordenação de mulheres ao diaconato e ao presbiterado é uma experiência reconhecida o seu ministério, em várias Províncias da Comunhão Anglicana. Então, é muito natural que as Províncias com experiência positiva das mulheres no presbiterado dêem o seu passo seguinte, isto é, elejam e sagrem mulheres para o episcopado. Com efeito, já houve consulta para a sagração da mulher, em nível dos Primazes reunidos em Toronto, em 1986 a pedido da Câmara dos Bispos da ECUSA, em 1985. E foi constituída uma comissão que ouvisse as Províncias e refletisse o que se ouviu e elaborasse um documento. Tal documento foi produzido e até enviado às Províncias para a devida apreciação. Por que consulta dessa natureza? Já não é implícita na ordenação das mulheres ao presbiterado a sua futura sagração? Há atrás dessa consulta cautelar uma história. Pois, na Conferência de Lambeth 1978, passou-se a moção de que houvesse reconhecimento de que três Províncias e uma Diocese já têm presbíteras, oito Províncias declaram não ter objeção teológica contra a Ordenação Feminina ao tríplice ministério histórico da Igreja, e que outras estão ainda em fase de deliberação. E que também houvesse a aceitação mútua das Províncias. Essa moção passou com 316 a favor, 37 contra e 17 abstenções. No que se refere à sagração da mulher ao episcopado, a Conferência reconheceu que as Províncias devem agir de acordo com sua constituição, porém recomendou que nenhuma Província tomasse a resolução de proceder à sagração sem que tenha antes consultado as

Províncias, em nível dos Primazes, e tenha a certeza do apoio da maioria da Província e da Diocese onde a mulher iria exercer o episcopado (*In: KAWANO, 2019, p. 166*).

Diante dos debates e da aceitação ampla da Ordenação Feminina na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, em 24 de setembro de 1988, a Convenção Geral elegeu Barbara C. Harris como bispa sufragânea para a Diocese de Massachusetts. Apesar de alguns membros da Câmara dos Bispos, acharem inadequado elevar uma mulher ao episcopado, o resultado da votação na assembleia da Igreja norte-americana foi apoiado pela ampla maioria dos delegados e delegadas presentes.

Desse modo, em 11 de fevereiro de 1989, ela foi ordenada no Centro de Convenções de Boston, por sessenta bispos, na presença de mais de mil e duzentos clérigos da Igreja e representantes ecumênicos. O ofício de sagração durou três horas e foi noticiado em todo o mundo. Assim, Barbara Harris tornou-se a primeira mulher e a primeira negra a ser sagrada bispa na Comunhão Anglicana. É importante destacar que, desde a sua ordenação presbiteral, Barbara tinha forte atuação na defesa dos Direitos Civis: participava de marchas em prol da liberdade de expressão e pelo fim da política segregacionista do Sul dos Estados Unidos, incluindo as Marchas de Selma a Montgomery, lideradas por Martin Luther King Jr. Como parte de sua atuação na Igreja, assim que se tornou bispa passou a defender a maior inclusão das mulheres na Igreja e os direitos das pessoas LGBTQ+, inclusive a questão do acolhimento de gays e lésbicas na Igreja.

Anos mais tarde, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos elegeu a primeira mulher para ser Bispa Presidente da denominação. Em 18 de julho de 2006, a 75ª Convenção Geral escolheu Katharine Jefferts Schori, então bispa da Diocese de Nevada, como a primeira mulher a chegar ao posto de Primaz na Comunhão Anglicana; ela foi investida na Catedral Nacional de Washington, em 04 de novembro do mesmo ano. A eleição da bispa Katharine abriu precedentes para a Comunhão Anglicana, inclusive acerca da presença de mulheres no Primado de outras Províncias, bem como nas reuniões do Encontro de Primazes.

Em 1992, o Sínodo Geral aprovou a ordenação de mulheres ao presbiterato. Apesar da grande controvérsia entre os grupos conservadores, as primeiras ordenações aconteceram em 1994. Um grupo de trinta e duas mulheres³⁰⁰ foram

³⁰⁰ Em ordem de ordenação, as mulheres ordenadas foram: (1) Angela Berners-Wilson; (2) Waveney Bishop; (3) Christine Clarke; (4) Judith Creighton; (5) Faith Cully; (6) Brenda Dowie; (7) Carol

ordenadas na Catedral Bristol, pelo Bispo Barry Rogerson. Elas receberam o sacerdócio em ordem alfabética, de modo que Angela Berners-Wilson é considerada a primeira mulher ordenada ao presbiterato na Igreja da Inglaterra.

O bispo Rogerson acreditava que levaria dez anos para que a Igreja elege-se sua primeira bispa. Somente vinte anos depois, em julho de 2014, o Sínodo Geral aprovou a ordenação de mulheres ao episcopado. E Libby Lane foi a primeira bispa da Igreja da Inglaterra, eleita, em 17 de dezembro de 2014, e consagrada em 26 de janeiro de 2015, na Catedral de York, pelo Arcebispo John Sentamu, tornando-se *Bispa de Stockport* (título para o bispado sufragâneo da Diocese de Chester). Em fevereiro de 2019 ela assumiu a Diocese de Derby.

Depois da sagração de Libby Lane, outra bispa ganhou notoriedade na Inglaterra e em toda a Comunhão Anglicana. Em dezembro de 2017, a Diocese de Londres ganhou os holofotes de toda a Comunhão Anglicana com a eleição de Sarah Mullally, que substituiu o Bispo Richard Chartres (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 20 dez. 2017).

Antes de assumir o episcopado na capital do Reino Unido, ela havia sido *Bispa de Crediton* (título para o bispado sufragâneo da Diocese de Exeter). Sarah Mullally foi instalada na Catedral de São Paulo, em 08 de março de 2018, pelo Arcebispo de Cantuária, Justin Welby, em solenidade que contou com a presença de muitos bispos e bispas da Igreja da Inglaterra e da Comunhão Anglicana.

Em 15 de julho de 2020, Sarah Mullally realizou a sagração episcopal de Hugh Nelson (*Bispo de St. Germans*, sufragâneo da Diocese de Truro) e Ruth Bushyager (*Bispa de Horsham*, sufragânea da Diocese de Chichester). Esta cerimônia foi uma quebra na tradição, uma vez que o Arcebispo de Cantuária age como o principal bispo sagrante; assim, pela primeira vez, uma bispa assumiu este papel na liturgia da Igreja da Inglaterra. A própria Mullally descreve a si mesma como uma feminista que assumira, desde o início, que ordenaria tanto homens quanto mulheres ao sacerdócio. Por conta de suas posições, é vista no meio

Edwards; (8) Annis Fessey; (9) Jan Fortune-Wood; (10) Susan Giles; (11) Jane Hayward; (12) Jean Kings; (13) Karen MacKinnon; (14) Audrey Maddock; (15) Charmion Mann; (16) Helen Marshall; (17) Glenys Mills; (18) Jillianne Norman; (19) Clare Pipe-Wolferstan; (20) June Plummer; (21) Susan Restall; (22) Susan Rose; (23) Susan Shipp; (24) Margery Simpson; (25) Sylvia Stevens; (26) Judith Thompson; (27) Anita Thorne; (28) Sheila Tyler; (29) Pauline Wall; (30) Rosemary Dawn Watling; (31) Valerie Woods; (32) Ailsa Newby.

anglicano como “teologicamente liberal”. Porém, ela própria defende a inclusão, na Igreja da Inglaterra, daqueles que são contrários à Ordenação Feminina.

Também vale destacar que a cátedra da Diocese de Londres está abaixo apenas dos Arcebispados de Cantuária e de York, na hierarquia eclesiástica inglesa, de modo que, com a sagração de Sarah Mullally, abriu-se precedente para que, no futuro, sejam eleitas Arcebispos para o Primado da Igreja da Inglaterra e da liderança espiritual da Comunhão Anglicana, como já aconteceu em outras Províncias, quando mulheres assumiram o maior posto de suas respectivas Igrejas.

Diferente do que aconteceu na Igreja Episcopal dos Estados Unidos e na Igreja Anglicana do Canadá, a aceitação de mulheres ordenadas na Inglaterra foi mais difícil, tanto por parte do povo quanto por parte de outros clérigos. Em meio às controvérsias foi necessário criar uma estrutura eclesial estranha à jurisdição da bispa diocesana. Com o estabelecimento de uma “supervisão episcopal” especial (em inglês, *provincial episcopal visitor*, popularmente chamados de *flying bishops*, ou “bispos supervisores”), as comunidades que não se sentiram a vontade sob a jurisdição de uma bispa ou que não concordavam e/ou não aceitavam o ministério ordenado feminino, tinham a possibilidade de requerer um “bispo supervisor” para realizar ofícios que necessitassem de sua presença.

Em algumas paróquias foram tomadas providências para que não se aceitasse como pároca uma mulher, e num arranjo teologicamente bizarro, uma estranha lei permitia que essas paróquias que não aceitassem o ministério da mulher pudessem sair do atendimento pastoral do seu próprio bispo diocesano e solicitar a supervisão episcopal de um outro bispo que não ordenasse mulheres. Este princípio da “supervisão episcopal ampliada” abriu um precedente perigoso que tem relação com as disputas sobre a ordenação de praticantes homossexuais (OLIVEIRA, 2017a, p. 388).

A situação parece ter sido prevista pela Conferência de Lambeth de 1988, quando esta, em sua primeira resolução, alertava sobre “a grave dor que resultaria do questionamento por parte de alguns sobre a validade dos atos episcopais de uma mulher bispa e, igualmente, a dor experimentada por aqueles cuja consciência seria ofendida pela ordenação de uma mulher ao episcopado”. Diferente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, onde o sacerdócio e o episcopado feminino são amplamente aceitos, movimentos de oposição à sagração de mulheres surgiram na Inglaterra.

Um deles é o *Forward in Faith* (em livre tradução para o português, *Adiante na Fé*). Como parte de sua missão, é um movimento que promove “a ordem e a doutrina católica dos sacramentos, e em particular o tríplice ministério em sucessão apostólica, presente na Igreja da Inglaterra”. A partir dele surgiu “A Sociedade” (*The Society*), uma associação de clérigos e leigos da Igreja da Inglaterra liderada por um Conselho de Bispos³⁰¹ que não apoiam nem promovem a ordenação feminina ao sacerdócio e ao episcopado (alguns aceitam a ordenação ao diaconato).

A situação da “supervisão episcopal” criava um sério problema relativo à autoridade, pois nesses casos, paróquias inteiras que não aceitavam a ordenação feminina pediam a supervisão de um bispo. Um exemplo disso aconteceu na Diocese de Londres, quando, em 2018, Sarah Mullally substituiu o bispo Richard Chartres. Esta é uma das maiores e mais tradicionais dioceses da Igreja da Inglaterra. Por causa da ordenação da nova bispa, esta Diocese também passou a figurar como uma das que se utilizam dos “bispos supervisores”. Por outro lado, isso não significa que o diálogo e o trabalho mútuo por meio da “supervisão episcopal” no território londrino se torne um problema institucional, como atesta a declaração do Bispo de Fulham, Jonathan Baker, que faz parte do movimento *Forward in Faith*.

Os tradicionalistas de Londres foram instados a confiar na próxima bispa diocesana, a Reverendíssima Sarah Mullally, pelo Bispo que os supervisiona, o Bispo de Fulham, o Reverendíssimo Jonathan Baker. [...] “Eu acho que será notável e um privilégio fazer parte de uma parceria que acho que terá um significado enorme para a vida de toda a Igreja, especialmente em Londres e além dela também. A Bispa Sarah e eu já entramos em contato várias vezes, e estou inteiramente confiante, e convidamos você a compartilhar essa confiança, que ela está totalmente comprometida com a continuação do ministério do Bispo de Fulham e com os sacerdotes e pessoas comprometidas com minha supervisão, de acordo com os princípios do Plano de Londres” (CHURCH TIMES, 27 dez. 2017).

Esse *Plano de Londres*, citado pelo Bispo de Fulham, foi um projeto criado pelo Bispo de Londres, David Hope. Este bispo, que era contrário à ordenação de mulheres ao sacerdócio, elaborou um plano de gerência de tensões institucionais na Diocese, diante da nova situação da Igreja da Inglaterra e da ressalva de algumas

³⁰¹ O Conselho de Bispos da Sociedade é liderado por Tony Robinson, Bispo de Wakefield e presidente do Conselho; Glyn Webster, Bispo de Beverley; Philip North, Bispo de Burnley; Martin Warner, Bispo de Chichester; Jonathan Goodall, Bispo de Ebbsfleet; Jonathan Baker, Bispo de Fulham; Norman Banks, Bispo de Richborough; Roger Jupp, Superior-Geral da Fraternidade do Santíssimo Sacramento; e Will Hazlewood, novo Bispo de Lewes, consagrado em julho de 2020.

paróquias que não aceitavam a liderança de mulheres no pastoreio das comunidades e na condução dos ofícios litúrgicos.

Outra questão a ser resolvida envolve a presença dos membros do episcopado da Igreja da Inglaterra no Governo do Reino Unido. O Parlamento Britânico é formado pela Câmara dos Lordes (ou *Senhores*, aqueles que possuem títulos de nobreza no Reino Unido) e a Câmara dos Comuns (de representantes eleitos pelo povo). Pela tradição estabelecida, a Câmara dos Lordes possui 26 bispos que participam das atividades do Parlamento, na condição de representantes da Igreja Nacional. Porém, com a eleição de Bispas, agora esta casa legislativa que antes só possuía *Lords*, agora também tem *Ladies* e necessitará rever tal nomenclatura em futuro próximo.

Além dessas situações estranhas na Igreja da Inglaterra, existe ainda outra questão delicada; o sacerdócio feminino, na Comunhão Anglicana, quando ele envolve mais de uma Província. O caso da Irmã Veronica Vasethe é um desses. Ela é uma freira da *Community of Sisters of the Church*, ligada à Igreja Anglicana da Melanésia. A religiosa desejava ser ordenada ao sacerdócio. Porém, como aquela Igreja não ordena mulheres, durante seus estudos no Reino Unido, ela foi ordenada por um bispo inglês, em setembro de 2012, o que gerou uma situação atípica. Quando encontra-se em sua Província, ela não pode exercer o ministério sacerdotal. Mas, uma vez que não se encontre em sua Província, é livre para celebrar em qualquer Diocese que permita a ordenação de mulheres.

Na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a discussão acerca do lugar da mulher na instituição é anterior aos debates sobre a Ordenação Feminina, e data da primeira metade do século XX, portanto, antes da conquista do direito ao voto feminino e a outras garantias legais no país. De acordo com os registros da Igreja, durante a mudança dos Cânones, no Concílio de 1933, foi aprovado que um terço dos cargos das Juntas Paroquiais fosse ocupado por mulheres (até então eles eram exclusivamente masculinos). Antes disso, elas participavam da vida da Igreja como meras expectadoras, acompanhando seus maridos – fossem eles clérigos ou leigos –, ou organizando-se em sodalícios exclusivamente femininos.

Com a divisão do Distrito Missionário em três dioceses, em 1950, as mulheres voltaram a ter seu papel apagado na Igreja, uma vez que os novos cânones ignoraram a decisão daquele Concílio e não criaram novas instâncias de liderança

da Igreja. Em 1965, o Concílio da Diocese Sul-Occidental, na cidade de Bagé, teve pela primeira vez mulheres como delegadas, porém, ainda não se discutia a possibilidade da Ordenação Feminina. Em consequência do processo de autonomia e estabelecimento da Província do Brasil, a Igreja tinha outras prioridades, especialmente nos aspectos missionário e financeiro.

Por ocasião do 24º Concílio da Diocese Sul Occidental, realizado entre 04 e 07 de janeiro de 1973, na cidade de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, a leiga Maria Elvira Zimmermann Noble proferiu a primeira declaração em defesa da Ordenação Feminina.

O assunto “Ordenação de Mulheres”, embora venha sendo tratado há mais de três décadas no seio do Anglicanismo, por nós no Brasil é apenas comentado quase de particular para particular. Mas, hoje, vamos falar oficialmente (e é bom que todos tenham consciência disso) repito, vamos falar oficialmente sobre a possibilidade de serem ordenadas mulheres (senhoras ou moças) ao ministério pleno da Igreja. Sei que perguntas virão de todas as formas e sei também que muitas ficarão sem respostas, ou, ao menos, com respostas que não vão satisfazer a todos. Uma pergunta que iremos responder antes mesmo de ser formulada por alguém do plenário, pois, sabemos que ela deve estar tomando conta da mente de todos: Por que mulher no Ministério Sagrado? Responderemos inicialmente com esta outra pergunta: Por que não? Irmãos, nós estamos no século XX, na era em que as viagens à lua não são mais tão incomuns - na era em que a moda é unissex, na era em que não existe mais uma profissão só para homens. Por que a Igreja deve ser a exceção? Uma vez que é inegável a existência de mais mulheres do que homens (as estatísticas podem provar) e, além disso, é comprovada a grande dedicação da mulher no trabalho religioso. Alguns poderão dizer “é... mas eu estou acostumado a ter um Reverendo como meu guia espiritual e não vou gostar de ter uma mulher na liderança da minha Paróquia”. Mas por quê? Se Deus não faz acepção de pessoas, o sexo não pode impedir as vocações. Se assim fosse, o mundo teria perdido muito em exemplo de dedicação e desprendimento com o não-surgimento de uma Maria Quitéria, Anita Garibaldi, Joana D’arc, e inclusive, Valentina Tereshkova, astronauta russa, entre muitas outras que poderiam ser citadas. É importante dizer aqui, a título de informação que: a Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal já aprovou a ordenação de mulheres. E embora isso não seja tudo, já é um começo. Trago hoje esse assunto porque as Dioceses podem levá-lo ao Sínodo, que é quem pode e deve aprovar. Senhoras e moças, atualmente, não podem ser admitidas como postulantes, mas temos a certeza de assim que puderem surgirão muitas diáconas e presbíteras (SILVA; ROSA; RIBEIRO (orgs.), 2021, p. 131-132).

Note-se que a fala de Maria Elvira não cita o surgimento de bispas, mas apenas diáconas e presbíteras, pois havia, na Comunhão Anglicana, intenso debate acerca do acesso de mulheres ao episcopado – e, como consequência, sobre a validade destas ordens – ou até mesmo se seria possível uma mulher pastorear as dioceses.

A partir de então, essa manifestação da assembleia diocesana direcionou a elaboração de um documento para o Sínodo, que estudou o assunto no ano seguinte. Porém, a comissão³⁰² que a Igreja nomeou para avaliar a matéria era totalmente formada por pessoas que se posicionavam contrárias ao ingresso das mulheres no ministério ordenado, e fundamentavam suas posições a partir da norma bíblica e da tradição eclesial, chegando à conclusão de que o assunto era “novo, polêmico e complexo”. Uma segunda reunião aconteceu, dando origem a um novo relatório que continha cinco conclusões:

A igreja americana havia rejeitado a ordenação feminina na Convenção Geral de 1973; a igreja canadense havia aprovado o ingresso de mulheres ao ministério ordenado no mesmo ano; o Conselho Consultivo Anglicano havia opinado em 1973 que a decisão de ordenar mulheres ficasse com as províncias, que os estudos prosseguissem e que fossem consideradas as implicações ecumênicas; a igreja brasileira devia continuar estudando a matéria, sendo prematuro adotar qualquer decisão; a igreja brasileira deveria incentivar o ministério feminino como leitoras leigas nos termos do cânon 23 (KICKHÖFEL, 1995, p. 316).

O Sínodo de 1975 recomendou a realização de estudos e debates amplos sobre a questão nas paróquias e missões, e que os resultados fossem encaminhados à Câmara Episcopal. Em 1978, o bispo Edmund Sherrill, então recentemente instalado na Diocese do Recife, enviou nova proposta de análise sobre a Ordenação de Mulheres; porém, a Igreja havia mudado o sistema tradicional da votação nos Sínodos: de maioria simples (metade mais um), para maioria absoluta (dois terços mais um), visando a garantir resultados mais concisos. Em decorrência, a proposta não foi aprovada. Nos Sínodos seguintes, 1980 e 1982, a Ordenação Feminina foi novamente rejeitada e, no de 1983, ela sequer constou na ordem de propostas.

Até mesmo a aceitação de mulheres no Seminário para estudar Teologia era mais uma barreira a ser superada. Após buscarem apoio pastoral, um grupo de três mulheres se juntou aos demais seminaristas, em Porto Alegre: Maria José Euriques, Carmen Suzana Gonçalves Bayon e Carmen Etel Gomes ingressaram na turma de 1981. À época, alguns bispos se posicionavam abertamente contra, não somente à ordenação de mulheres, mas também ao seu ingresso no Seminário.

³⁰² A comissão era formada pelo bispo Arthur Rodolpho Kratz, pelos reverendos Henrique Todt Júnior, Laudelino Correia Gusmão e Almir dos Santos e pelas senhoras Clódia Portugal Gomes e Sônia Hanssen.

O bispo Kratz, da Diocese Meridional, que acumulava também a função de primaz, alegava razões bíblicas, teológicas, históricas, ecumênicas e práticas que, no seu entender, desaconselhavam a adoção do ministério feminino ordenado. Não era ainda uma prática comum na Comunhão Anglicana, nem havia consenso entre os teólogos. Das 27 províncias da Comunhão Anglicana, apenas cinco ordenavam mulheres. Nos Estados Unidos, onde o assunto vinha sendo debatido há mais de três décadas, havia certa impaciência pelo fato de os homens continuarem retardando esta decisão, apesar do voto favorável do bispo presidente John Hines. Hines achava que a igreja deveria ordenar mulheres não porque não existiam objeções teológicas, mas quando existissem fortes razões teológicas para isso. No Brasil, o bispo Plínio Lauer Simões, então na direção da Diocese Sul-Occidental, onde as discussões sobre a matéria começaram primeiro, não temia nenhum movimento de impaciência por parte das mulheres brasileiras. Ao contrário, estava convencido de que tinha chegado a hora de enfrentar o assunto (KICKHÖFEL, 1995, p. 316-317).

Em 04 de março de 1984, o bispo Kratz faleceu, quando faltavam quatro meses para a reunião do Sínodo seguinte. A proposta, novamente apresentada à assembleia pelos bispos Sumio Takatsu e Olavo Ventura Luiz, tinha largo apoio da Igreja³⁰³. No escrutínio, foi aprovado o acesso das mulheres às Sagradas Ordens do Diaconato, Presbiterato e Episcopado, após longa caminhada que mobilizara toda a Província. As Atas do Sínodo Geral de 1984 registraram a histórica decisão:

Dando andamento à ordem de negócios, passa-se à questão da ordenação feminina. O plenário resolve que o assunto seja votado por maioria de dois terços dos votantes, em votação por ordens. Aprova-se. O revmo. Dom Sumio Takatsu apresenta a proposta com o devido arrazoado. Colocada em votação, por ordens, a ordenação feminina é aprovada com o seguinte resultado: Câmara dos Bispos, 5 votos favoráveis, isto é, unanimidade; delegados clericais, 12 votos favoráveis e 1 contrário; delegados leigos, 12 votos favoráveis e 1 contrário. Dos 31 votantes apenas dois (um clérigo e um leigo) votam contra. O resultado é recebido pelo plenário com forte salva de palmas". A aprovação nas três ordens (diácono, presbítero e bispo) foi um auspicioso acontecimento que permitiu às mulheres participarem do ministério ordenado em igualdade de condições com os homens (IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL, 1984, p. 21).

No ano seguinte, em 05 de maio, a Igreja realizou a primeira ordenação de uma mulher, quando a reverenda Carmen Etel Alves Gomes foi elevada ao diaconato na Matriz do Nazareno, na cidade de Livramento. O rito foi presidido pelo Bispo Primaz, Olavo Ventura Luiz, e contou com a participação dos bispos Cláudio Vinícius de Senna Gastal e Plínio Lauer Simões (o primeiro bispo da Igreja a

³⁰³ Uma verdadeira campanha em apoio à Ordenação Feminina foi organizada pelos episcopais brasileiros que, a cada Sínodo, levavam suas delegações com camisas, bandeiras, faixas, panfletos e outros meios de manifestação para expressar o amplo apoio à aprovação da matéria.

defender abertamente a Ordenação Feminina). No ano seguinte Carmen Etel foi ordenada ao presbiterato. Isto fez com que, no contexto da Comunhão Anglicana, a Província do Brasil figurasse como a terceira do continente americano a ordenar mulheres, logo após a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e a Igreja Anglicana do Canadá. Vale salientar que foi uma decisão inédita, uma vez que as Províncias que facultavam a Ordenação Feminina não incluíam a sagração ao episcopado.

No ano seguinte a reverenda Patrícia Ann Powers foi ordenada, na Diocese Anglicana de Brasília, sendo seguida por muitas outras mulheres³⁰⁴. Entretanto, desde a aprovação da ordenação feminina, a Igreja brasileira não mostrava sinais de que elegeria a sua primeira bispa. A primeira eleição episcopal em que uma mulher concorreu foi na Diocese Anglicana de Brasília, em 1988, quando estava cotada a reverenda Patrícia Powers, junto com outros candidatos. O pleito foi vencido pelo reverendo Almir dos Santos, que se tornou o segundo bispo daquela Diocese.

A Diocese Meridional sempre foi um dos espaços mais propícios da Igreja para o desenvolvimento de ideias sobre a Inclusividade. Por meio do SETEK as novas ênfases teológicas passaram a ser difundidas e debatidas na Província. Após a eleição episcopal, na Diocese de Brasília, em 1988, o momento em que uma mulher chegou mais próximo de ser elevada ao episcopado ocorreu no 121º Concílio da Diocese Meridional, em 15 de setembro de 2012, reunido em Porto Alegre.

Depois de quatro escrutínios, não foi alcançada a metade mais um de votos nas duas câmaras (clérigos e leigos). Verificado sempre o mesmo resultado nos quatro escrutínios, o bispo e o clero decidiram suspender a reunião e convocar outro concílio para o dia 20 de outubro, com o mesmo objetivo e no mesmo local. Concorreram ao cargo de bispo o Rev. Humberto Eugênio Maiztegui Gonçalves e a deã Marinez Rosa dos Santos Bassotto. A Constituição e os Cânones são omissos no caso do presidente do concílio votar na eleição de bispo, como foi o caso, e a prática não faz parte dos usos e costumes da igreja. No concílio em tela, foi o voto do presidente que criou o impasse, pois faltava apenas um voto para alcançar a metade mais um na câmara do clero. Ao tomar partido, o bispo dividiu o clero, seus colaboradores imediatos, de quem o próprio sucesso do episcopado em parte depende. Os aposentados não votam, salvo se estiverem exercendo alguma atividade. No segundo concílio extraordinário, realizado em 20 de outubro, foi eleito Humberto Eugênio Maiztegui Gonçalves, no primeiro escrutínio (KICKHÖFEL, 2016, p. 81-82).

³⁰⁴ Além da ordenação das reverendas Carmen Etel (Diocese Sul-Occidental) e Patrícia Ann Powers (Diocese Anglicana de Brasília), outras mulheres foram pioneiras em suas respectivas Dioceses, como as reverendas Maria Nilde Amaral da Cunha (Diocese Anglicana de Pelotas), Evanilza Loureiro (Diocese Anglicana do Recife), Leane Rachel Kurtz de Almeida (Diocese Meridional), Marilene Lázaro (Diocese Anglicana de São Paulo), Arlinda Pereira (Diocese Anglicana do Rio de Janeiro), Maria das Graças Bernardino (Diocese Anglicana do Paraná), Elineide Ferreira Oliveira (Distrito Missionário do Oeste) e Marinez Rosa dos Santos Bassotto (Diocese Anglicana da Amazônia).

O resultado daquela eleição criou uma espécie de clamor por parte das mulheres da Igreja, incluindo membros do clero e do laicato, que percebiam encontrar-se o discurso oficial da instituição significativamente distanciado da sua prática. Apesar da Ordenação de Mulheres estar prevista nos Cânones Gerais desde 1984, passados quase trinta anos ainda não havia sido eleita uma única bispa na Igreja Brasileira. Independente da pessoa eleita, o contexto vivido pela Igreja requeria maior participação das mulheres nos espaços eclesiais, inclusive na Câmara Episcopal. Diante do impasse, a eleição de uma bispa era apenas uma questão de tempo. E ele finalmente chegou.

Após a resignação do bispo Saulo Barros, a Diocese Anglicana da Amazônia iniciou o processo de eleição episcopal. Foram indicados dois nomes: a reverenda Marinez Rosa dos Santos Bassotto, deã da Catedral da Santíssima Trindade da Diocese Meridional, e o reverendo Sílvio Freitas, deão da Catedral da Diocese Sul Ocidental. O processo foi conduzido pelo bispo João Cândio Peixoto, da Diocese Anglicana do Recife. Em 20 de janeiro de 2018, a Reverenda Marinez Bassotto foi eleita a primeira bispa da história da América do Sul³⁰⁵.

O fato ocorreu na Segunda Sessão do Concílio da Diocese Anglicana da Amazônia (DAA), o qual elegeu no primeiro escrutínio a Reverenda Cônegua Marinez R. Santos Bassotto. O processo de eleição na Igreja Episcopal ocorre com participação de delegações paroquiais do laicato e também do clero residente, possibilitando a escolha de pessoas cujo perfil venha agradar às pessoas que serão pastoreadas pela bispa. O Bispo João Cândio Peixoto fez o pronunciamento após a confirmação dos votos entre as duas pessoas candidatas: Reverenda Cônegua Marinez (Diocese Meridional) e o Reverendíssimo Deão Sílvio Freitas (Diocese Sul Ocidental) (CONIC, 21 jan. 2018).

No momento da eleição, o Bispo Primaz, Francisco de Assis da Silva, se encontrava em viagem pela África. Em sua declaração, ele destacou a importância do papel das mulheres nos espaços de lideranças da Igreja.

Certamente vivemos um momento especial de nossa Província com a eleição de nossa primeira bispa. Uma brisa que vem soprar sobre a Igreja e que certamente representa novos tempos e novo jeito de exercício deste

³⁰⁵ Nerva Cot Aguilera foi a primeira bispa anglicana da América Latina e do Caribe. Ela foi ordenada ao sacerdócio em 1987, na Igreja Episcopal de Cuba. Em fevereiro de 2007 foi escolhida para se tornar bispa, sendo sagrada em 10 de junho do mesmo ano, na Catedral da Santíssima Trindade, em Havana. Especificamente, na América do Sul, Marinez Bassotto foi a primeira a ser sagrada bispa.

ministério tão especial. A Diocese da Amazônia e a IEAB dão um passo decisivo na direção da equidade de gênero e por isso estamos muito felizes. Desde Gana elevo minhas orações pela nossa Província e pela bispa eleita Marinez e sua família. Agradeço ao Bispo João Peixoto pela direção abençoada desta sessão conciliar histórica (DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA, 23 jan. 2018).

No dia 21 de abril de 2018, Marinez foi ordenada e sagrada na Catedral de Santa Maria, em Belém do Pará, em celebração transmitida para todo o país. O rito foi presidido pelo Bispo Primaz, Francisco de Assis da Silva, e a homilia realizada pela Bispa Linda Nicholls, da Diocese de Huron, da Igreja Anglicana do Canadá. A celebração também contou com a presença episcopal da Bispa Griselda Delgado del Carpio, da Diocese Episcopal de Cuba, e com outros sacerdotes e leigos da IEAB, em especial Carmen Etel Gomes, a primeira mulher ordenada na Província brasileira. Também estiveram presentes representantes das Igrejas Episcopal dos Estados Unidos, Episcopal Escocesa e outras³⁰⁶. A cerimônia de instalação da nova bispa aconteceu na manhã do dia 22 de abril, na catedral diocesana.

Uma segunda eleição episcopal aconteceu durante o XVI Concílio da Diocese Anglicana de Pelotas. Pela primeira vez duas mulheres concorreram ao episcopado: a reverenda Magda Guedes Pereira – Secretária-geral da IEAB e clériga de Pelotas – e a reverenda Meriglei Borges Simin – então reitora da Paróquia de São João, na cidade de Nova Lima, Minas Gerais. Meriglei foi escolhida no primeiro escrutínio. A eleição da segunda bispa da IEAB foi um marco na história da Província, pois aconteceu em uma Diocese de perfil bastante tradicional.

A sagração da nova bispa aconteceu na cidade na cidade de Canguçu, Rio Grande do Sul, na manhã do dia 17 de novembro de 2019. Devido às proporções do acontecimento, a cerimônia ocorreu no Ginásio do Esporte Clube Cruzeiro. Meriglei foi sagrada pelo Bispo Primaz, Naudal Alves Gomes, com a presença de outros bispos e bispas, membros do clero e do laicato vindos de várias dioceses da Igreja e da Comunhão Anglicana. A homilia foi feita pela bispa da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Catherine Waynick. A posse da nova diocesana aconteceu em 14 de março de 2020, na Catedral do Redentor, em Pelotas, que ficou pequena para a quantidade de membros do clero e do laicato que acompanharam a cerimônia. Meriglei substituiu o bispo Renato da Cruz Raatz, que havia se aposentado.

³⁰⁶ Vide Imagem 34, com a fotografia da sagração.

A terceira eleição episcopal da Província Brasileira ocorreu logo em seguida. Em 24 de abril de 2021, a Diocese Anglicana do Paraná elegeu a reverenda Magda Guedes Pereira. A nova bispa foi sagrada no dia 17 de outubro de 2021, pelo bispo Naudal Alves Gomes Primaz, Primaz da IEAB e Diocesano do Paraná. A cerimônia aconteceu na Catedral de São Tiago, em Curitiba, com restrições de público, devido à Pandemia do COVID-19.

Os episcopados das bispas têm sido marcados pela gestão do patrimônio e pela propaganda da Igreja local com vistas à sustentabilidade financeira e à expansão missionária das Dioceses. Apesar de pouco tempo de existência, as Dioceses de Pelotas e da Amazônia mostram-se como as que mais crescem na Igreja, graças ao empenho dos bispos diocesanos anteriores e, depois, das atuais bispas diocesanas. As primeiras eleições episcopais de mulheres têm grande relevância eclesiológica, pois evidenciam um amadurecimento teológico sobre a questão, junto com o reconhecimento da plenitude do ministério feminino na Igreja.

Aos poucos os processos de luta por espaços e a concretização da igualdade de gênero alcança vários setores da sociedade – é esperado que chegue a todos –, incluindo as religiões e as Igrejas. Quando analisamos a atual conjuntura, em relação à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, ao que tudo indica não existe preconceito ou ressalvas à ordenação de mulheres. É possível que ainda existam dificuldades em comunidades localizadas em cidades do interior, de perfil mais tradicional –, de modo que pequenos problemas quanto à regência e liderança femininas venham a surgir. No entanto, os eventuais percalços poderão ser resolvidos diante da estrutura de “Igreja Segura”, trabalhada, nos últimos tempos, em toda a Província brasileira.

É interessante perceber que, até hoje, boa parte das províncias não aceitaram a ordenação de mulheres ao episcopado. Contudo, não deixa de ser contraditório, já que se aceita ao diaconato e ao presbiterado. A argumentação de que não tem base bíblica e na Tradição da Igreja também valeria para o presbiterado e dessa forma estas Províncias só poderiam aceitar mulheres no diaconato. Outro aspecto relevante é que as províncias que aceitam mulheres em todas as ordens são as que também aceitam a ordenação e matrimônio dos homossexuais, já que argumentam que assim como a Bíblia está condicionada culturalmente em relação às mulheres também não pode ser o guia para questões de sexualidade (SOUZA, 2020, p. 73-74).

Atualmente, a Ordenação Feminina é praticada e aceita em boa parte da Comunhão Anglicana. Porém, o seu alcance e limites se dão de diversas maneiras, sendo preciso analisar a situação de cada Igreja³⁰⁷. O debate acerca da ordenação de mulheres e de pessoas homoafetivas permanece em aberto entre as Províncias, de modo que ainda existem divergências no que tange as normas canônicas, às condições e requisitos, e aos processos de postulância, candidatura e ordenação.

Ao que parece, a questão da ordenação de mulheres ao sacerdócio e ao episcopado é mais polêmica do que a ordenação de pessoas gays e lésbicas, pois, a primeira questão incide diretamente sobre a Teologia Sacramental e a natureza da procedência das Ordens Sagradas que, desde o início da história do Cristianismo, eram conferidas por bispos.

Por outro lado, o ato de ordenar pessoas homoafetivas está relacionado a uma questão de disciplina eclesiástica, uma vez que cabe à Igreja decidir se os membros do seu clero devem ou não ser celibatários. Todavia, a flexibilização da disciplina do celibato e a posterior permissão da ordenação de clérigos e bispos homossexuais, no início do século XXI, foi o estopim de uma disputa teológica e política ainda maior entre as Províncias da Comunhão Anglicana, envolvendo o desafio e as dificuldades para a inclusão de seus membros, de forma plena na vida sacramental da Igreja, através do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

4.3.4 A Ordenação e o Casamento de Pessoas LGBT+

A questão da Sexualidade Humana tem sido um dos temas mais debatidos, nos últimos tempos, na Comunhão Anglicana e também um dos assuntos mais caros à sua unidade. O debate acerca da ordenação de gays e lésbicas não-celibatários (ou que se encontram em uniões com seus respectivos parceiros), a bênção de casais e o casamento entre pessoas do mesmo sexo (também chamado por alguns de “casamento homoafetivo” ou “casamento igualitário”), ainda se encontra em discussão nas Províncias. Embora haja abertura por parte de algumas Igrejas, a maioria continua fechada à questão – inclusive à possibilidade do próprio debate institucional público. Desde a Conferência de Lambeth, de 1998, o tema gerou inúmeras controvérsias nas instâncias oficiais do Anglicanismo mundial.

³⁰⁷ Vide Anexo T, com o quadro da Ordenação de Mulheres na Comunhão Anglicana.

Para este trabalho optamos por utilizar a expressão “casamento” ao invés de “matrimônio”, uma vez que a primeira expressão aborda o tema relacionando-o com as implicações que possui na sociedade e no âmbito da Religião – o que configura, portanto, uma linguagem jurídica e da legislação civil –, enquanto a última expressão diz respeito ao seu sentido dentro da Teologia – o que caracteriza uma linguagem eclesial – e foge do escopo desta pesquisa, que não se propôs a efetuar análises bíblicas ou teológicas. Dessa forma, utilizamos, sempre que possível, os termos “casamento igualitário” (empregado por algumas lideranças da Igreja) e “casamento entre pessoas do mesmo sexo” (expressão mais adequada, diante do seu próprio sentido na Igreja e na sociedade).

Embora ao longo da sua história, a Igreja Cristã tenha ordenado inúmeros clérigos homossexuais, estes se encontravam sob a disciplina eclesiástica do celibato. Uma vez ordenado, acreditava-se que o clérigo não quebraria os votos do feitos diante do bispo, da comunidade e, sobretudo, de Deus. Em relação ao Anglicanismo, por meio de uma análise biográfica mais crítica, é possível deduzir que diáconos, presbíteros, e até bispos, cujas contribuições para a Igreja foram inúmeras, passaram a vida inteira, como se diz na expressão contemporânea, “dentro do armário”, sem possuírem liberdade para expressar a sua afetividade e sexualidade – especialmente em períodos marcados ferrenhamente pela repressão moral e sexual, como a Era Vitoriana na Inglaterra.

Na metade do século XX, os movimentos de contracultura, e em defesa dos direitos civis e das minorias sociais garantiram não apenas uma maior liberdade de expressão, mas, também, conquistas que marcaram a sociedade da época, como por exemplo, o da emancipação feminina. No âmbito da Comunhão Anglicana, temas diversos como, as questões políticas e sociais internacionais, do acesso das mulheres às Sagradas Ordens e da presença de fiéis e clérigos homoafetivos na Igreja, ganharam progressivo espaço nos debates institucionais; chegaram aos Concílios, aos Sínodos e às Conferências de Lambeth, e dividiram não apenas as opiniões dos bispos e as posições teológicas, mas até mesmo Províncias inteiras foram divididas.

Na Comunhão Anglicana, a questão da sexualidade humana – aqui entendida em sentido amplo –, começou a ser discutida, pela primeira vez, em 1978, quando os bispos buscaram estabelecer uma doutrina anglicana firmada nas Escrituras e na

Tradição, tanto sobre o laicato quanto acerca da disciplina que envolvia clérigos homossexuais. As Resoluções da Conferência abordaram a questão da sexualidade humana, enfatizando o matrimônio e a vida conjugal ao invés de uma orientação específica sobre as pessoas homossexuais. Entretanto, no que tange à orientação sexual, as relações heteroafetivas e monogâmicas eram reafirmadas como a norma bíblica, a ser seguida tanto pelos fiéis, quanto pelo clero, como afirmava a Resolução 10.3, sobre *Relacionamentos Humanos e Sexualidade*:

Enquanto reafirmamos a heterossexualidade como norma escriturística, reconhecemos a necessidade de um estudo profundo e imparcial da questão da homossexualidade, que levaria a sério tanto o ensino das Escrituras quanto os resultados da pesquisa científica e médica. A Igreja, reconhecendo a necessidade de cuidado pastoral para com os homossexuais, encoraja o diálogo com eles. (Notamos com satisfação que tais estudos estão agora em andamento em algumas Igrejas da Comunhão Anglicana). (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1978, p. 41).

Além da abertura à Ciência, o documento encoraja o diálogo com os homossexuais, e destaca que algumas Igrejas da Comunhão Anglicana já refletiam sobre o assunto. Por causa do teor desta resolução, muitos bispos ficaram incomodados com a possibilidade da próxima Conferência abordar a questão da homossexualidade de maneira mais aberta. Na Conferência de Lambeth, de 1988, a questão foi discutida na Resolução 64 – sobre os *Direitos Humanos para Pessoas de Orientação Homossexual*.

Esta Conferência: 1. Reafirma a declaração da Conferência de Lambeth de 1978 sobre homossexualidade, reconhecendo a necessidade contínua na próxima década de um “estudo profundo e imparcial da questão da homossexualidade, que levaria a sério tanto o ensino das Escrituras quanto os resultados da pesquisa científica e médica”. 2. Insta a tal estudo e reflexão que levem em consideração as pesquisas biológicas, genéticas e psicológicas realizadas por outras agências e os fatores socioculturais que conduzem às diferentes atitudes nas províncias de nossa Comunhão. 3. Convida cada província a reavaliar, à luz desse estudo e por causa da nossa preocupação com os direitos humanos, seu cuidado e atitude para com as pessoas de orientação homossexual (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1988, p. 237).

Junto ao tema, os bispos também deram destaque à castidade dentro e fora do matrimônio, ao acolhimento aos divorciados e a propostas de proteção à vida humana em relação ao aborto clínico e às implicações da engenharia genética que estavam surgindo. Porém, reconhecia a necessidade de que, na década seguinte, a

Igreja realizasse um “estudo profundo e imparcial” sobre a questão da homossexualidade a partir de uma releitura das Escrituras, em consonância com as novas pesquisas nos campos da Biologia, da Genética e da psicologia. O avanço obtido na Conferência de 1988 incentivou alguns bispos a irem além do discurso.

Em 1989, o bispo John Shelby Spong, da Diocese de New Jersey, ordenou a Robert Williams, um diácono gay que vivia com o seu companheiro, ao presbiterato. No ano seguinte, o bispo Walter Righter ordenou outro diácono homoafetivo em situação semelhante. Diante das novas ordenações, a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos convocou seus membros e Dioceses a estudarem mais profundamente o assunto. Em 1994, o bispo Spong escreveu uma declaração denominada *Koinonia*, endereçada à Câmara dos Bispos, assinada por 90 bispos e 140 delegados, na qual afirma que “tanto a homossexualidade como a heterossexualidade são moralmente neutras”, ao mesmo tempo em que condena a promiscuidade e os relacionamentos abusivos.

Desde 1976, a Convenção Geral da Igreja Episcopal debatia a questão da sexualidade humana, em conformidade com o diálogo estabelecido em toda a Comunhão Anglicana, sem constituir uma ação isolada desta Província. Os estudos realizados naquele tempo partiam da reafirmação do ensino tradicional da Igreja sobre a natureza do matrimônio cristão – leia-se entre um homem e uma mulher – ao passo em que não via obstáculos em levar adiante a ordenação de homossexuais cuja vida fosse “exemplar”. Aos poucos, diante da política da Igreja e da aprovação de medidas que pediam “a retirada de mitos e preconceitos contra os homossexuais” (Resolução D-081 da Convenção Geral de 1985), os episcopais estadunidenses passaram a “flexibilizar” a rígida disciplina do clero, para garantir maior inclusão dos homoafetivos.

A ordenação dos clérigos homossexuais gerou não apenas inúmeras controvérsias, mas, também, tentativas de processos canônicos disciplinares contra os bispos Spong e Righter. Porém, em 1996, este último foi absolvido pelo Tribunal Eclesiástico da Igreja Episcopal. É importante frisar que a questão da ordenação de homossexuais não era exclusividade da Província norte-americana, uma vez que tensões similares eram compartilhadas por outras Igrejas dos Estados Unidos.

A controvérsia de ordenação de homossexuais continuou com a ordenação de outros. Com o desenvolvimento dos fatos, a Igreja Episcopal chegou à

conclusão de que não há nenhum ensino doutrinal que inequivocadamente proíba a ordenação de homossexuais; mesmo que essa decisão tenha sido duramente condenada pelos círculos conservadores da Igreja, ela garantiu a independência de bispos e dioceses, individualmente, sobre decidir quem seria ordenado ou não na respectiva jurisdição. Outras igrejas americanas também enfrentavam essa realidade, tais como a Presbiteriana, a Igreja Evangélica Luterana na América, a Igreja Metodista Unida, a Igreja Unida de Cristo, a Associação Unitária Universalista também discutiram o assunto, umas proibindo, outras liberando a ordenação de pessoas homoafetivas (OLIVEIRA, 2017b, 126-127).

Em resposta à Declaração do bispo Spong e à absolvição do bispo Righter, em agosto de 1995, o bispo Halden, da Diocese de Pittsburg, fundou o Conselho Americano Anglicano sob a alegação de que a cúpula da igreja estava se afastando das suas raízes ortodoxas, fundamentadas nas Escrituras.

No mesmo ano, o reverendo Bill Atwood fundou a “Sociedade Ekklesia”, que aglutina anglicanos do “Sul Global”, de orientação evangélica e ortodoxa. Em fevereiro de 1997, aconteceu o Encontro das Províncias do Hemisfério Sul, em Kuala Lumpur, para discutir a unidade da igreja juntamente com a questão das ordenações de clérigos homossexuais. Dessa forma, pela primeira vez, os conservadores das regiões Norte e Sul da Comunhão Anglicana, se uniram para levar um posicionamento formal à Conferência de Lambeth de 1998.

Esta Conferência contou com a presença de 750 bispos, de 37 Províncias. Devidamente preparados pelas reuniões dos anos anteriores, os participantes do bloco conservador conseguiram que as Resoluções daquela Lambeth reafirmassem a postura tradicional da Igreja de se colocar contrária às relações. A Resolução 1.10 – *Sobre a Sexualidade Humana*, declarava o seguinte:

Esta Conferência: a. Recomenda à Igreja o relatório da subseção sobre a sexualidade humana; b. tendo em vista que o ensino da Escritura, defende a fidelidade no casamento entre um homem e uma mulher em união vitalícia e acredita que a abstinência é o correto para aqueles que não são chamados ao casamento; c. reconhece que existem entre nós pessoas que sentem que tem uma orientação homossexual. Muitas delas são membros da igreja e estão buscando o cuidado pastoral, a direção moral da Igreja e o poder transformador de Deus para viver suas vidas e a orientação dos relacionamentos. Comprometemo-nos a ouvir a experiência das pessoas homossexuais e queremos assegurar-lhes que são amadas por Deus e que todos os batizados, crentes e fiéis, independentemente da orientação sexual, são membros plenos do Corpo de Cristo; d. embora rejeitando a prática homossexual como incompatível com as Escrituras, apela a todo o nosso povo para ministrar pastoralmente e com sensibilidade a todos, independentemente da orientação sexual e a condenar o medo irracional aos homossexuais, a violência no casamento e toda banalização e comercialização do sexo; e. não pode aconselhar a legitimação ou bênção de uniões do mesmo sexo, nem ordenar os envolvidos em uniões do

mesmo sexo; f. solicita aos Primazes e ao ACC que estabeleçam um meio de monitorar o trabalho feito sobre o tema da sexualidade humana na Comunhão e compartilhem declarações e recursos entre nós; g. observa o significado da Declaração de Kuala Lumpur sobre Sexualidade Humana e as preocupações expressas nas resoluções IV.26, V.1, V.10, V.23 e V.35 sobre a autoridade das Escrituras em questões de casamento e sexualidade e pede aos Primazes e ao ACC para incluí-los em seu processo de monitoramento (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1999, p. 381-382).

Em seu *item d*, a Resolução 1.10 sustenta o argumento de que a homoafetividade é “incompatível com as Escrituras”. Ao mesmo tempo, o documento reconhece que existem pessoas de orientação homossexual na Igreja e que elas buscam uma sincera experiência de fé. Desse modo, a Igreja tem o dever de garantir o “cuidado pastoral” e de ouvir suas experiências. A Resolução também expressa que estas pessoas são “membros plenos do ‘Corpo de Cristo’”, independentemente de sua orientação sexual.

Na Comunhão Anglicana, as tensões surgidas em relação à questão da posição doutrinária sobre o *status* e a inclusão de pessoas LGBTQ+ na vida comunitária e sacramental nas Igrejas, rapidamente ganhou proporções dramáticas, quando o debate viu-se voltado não mais para responder a demandas relativas ao laicato, mas para o modo como a Igreja lidaria com uma nova configuração dos espaços das Igrejas pelas suas principais lideranças: os bispos.

Em maio, o bispo Michael Ingham, da Diocese de New Westminster, na Igreja Anglicana do Canadá, aprovou a bênção das uniões do mesmo sexo³⁰⁸ em seu território diocesano. Em junho de 2003, os delegados da Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, reunidos em Minneapolis, Minnesota, elegeram o cônego Vicky Gene Robinson para ser o bispo coadjutor da Diocese de New Hampshire. O episódio foi um divisor de águas, uma vez que ele foi o primeiro sacerdote gay não celibatário eleito bispo na Comunhão Anglicana.

Na época, Gene Robinson tinha 56 anos de idade e era divorciado de sua esposa havia treze anos, com quem teve dois filhos e mantinha boa convivência. Após a separação, ele estava vivendo uma relação matrimonial com outro homem. Independente de sua vida pessoal, Gene era uma liderança respeitada na Diocese de New Hampshire, o que o levou a ser apontado pelos seus membros para

³⁰⁸ Na Igreja Anglicana do Canadá, o bispo Michael Ingham, da Diocese de New Westminster, foi pioneiro em introduzir uma norma canônica que autorizava a bênção para casais LGBTQ+, sendo uma decisão pioneira sobre a questão.

concorrer à eleição episcopal. O novo bispo foi eleito com grande número de votos, e um dos seus apoiadores foi o próprio Bispo Presidente, Frank Griswold.

Logo em seguida à polêmica eleição norte-americana, em julho de 2003, o sacerdote Jeffrey John – um homossexual celibatário –, foi nomeado para ser bispo da Diocese de Reading, na Igreja da Inglaterra. Porém, ele acabou renunciando devido às inúmeras pressões surgidas. Estes acontecimentos dividiram as opiniões dos bispos e clérigos das Províncias, além de ter repercutido negativamente o Caso Jeffrey John. Porém, ao contrário da recusa do sacerdote, a sagração de Vicky Gene Robinson foi levada adiante, ocorrendo em 02 de novembro de 2003, pelas mãos do Bispo Presidente da Igreja Episcopal, Frank Griswold, junto com mais seis bispos co-sagrantes. A tradicional cerimônia aconteceu no campo do Whitemore Centre, da Universidade de New Hampshire, e foi marcada pela grande quantidade de membros do clero, convidados e jornalistas presentes, bem como pelas ameaças que o novo bispo vinha sofrendo desde a sua eleição, ao ponto de precisar usar um colete à prova de balas por debaixo de suas vestes.

Até o ano de 2004, Províncias como a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, a Igreja Anglicana do Canadá, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Igreja Anglicana do México, a Igreja Episcopal da Escócia e a Igreja Anglicana da África Austral permitiam a ordenação de clérigos homossexuais não-celibatários e a bênção de uniões do mesmo sexo. Diante destes episódios e da nova conjuntura mundial, o Arcebispo Robin Eames foi nomeado pelo então recém-empossado Arcebispo de Cantuária, Rowan Williams, como presidente da Comissão de Comunhão de Lambeth, formada por vários Primazes. Esta comissão avaliou os impactos que as ações das Igrejas estadunidense e canadense tiveram sobre a unidade no mundo anglicano. Como fruto desse estudo de caso, em 18 de outubro de 2004, foi publicado o polêmico *Relatório de Windsor (The Windsor Report)*.

Ao contrário do que muitos pensam o Relatório de Windsor não é uma avaliação dos Primazes da Comunhão Anglicana sobre a questão da ordenação de clérigos homossexuais e do *status* do seu ministério na Igreja. Antes de tudo, ele busca responder como as Províncias poderiam legislar e ensinar sobre uma mesma questão, apresentando diferentes posicionamentos e, ao mesmo tempo, manter a unidade, com base nos ensinamentos do próprio Cristo. Organizado em quatro partes, ele apresenta quatro questões e tenta respondê-las. Nas sessões A e B,

trata da Comunhão Anglicana e sua relevância para a história do Cristianismo. Na sessão C, analisa os Instrumentos de Comunhão e os princípios que mantêm a unidade entre as Igrejas. A sessão D, dedicada aos acontecimentos na América do Norte, busca solucionar as questões. O contexto político-eclesiástico do Relatório é bastante claro: Estava configurada a necessidade de buscar soluções práticas para evitar uma grande fragmentação institucional. Porém, as saídas encontradas não foram as melhores e o resultado do parecer foi um aprofundamento das controvérsias e da própria crise ao redor do mundo.

O Relatório recomendava o restabelecimento das relações entre as Províncias, fazendo com que cada Igreja ratificasse um "Pacto Anglicano" (em inglês, *Anglican Covenant*). Também exortou a todos que contribuíram para o abalo das relações interprovinciais e que estiveram envolvidos na consagração de Gene Robinson, que "manifestassem publicamente seu arrependimento" e "considerassem em suas consciências se deveriam retirar-se de funções representativas na Comunhão Anglicana". Em fevereiro de 2005, a crise institucional da Comunhão Anglicana foi discutida em uma reunião dos Primazes em Dromantine, na Irlanda do Norte. Eles emitiram uma declaração que reiterava a maioria das posições do Relatório Windsor, com o acréscimo de que as Igrejas Episcopal dos Estados Unidos e Anglicana do Canadá deveriam ser convidadas a se retirar, "voluntariamente", do Conselho Consultivo Anglicano e de outros órgãos representativos, até a Conferência de Lambeth seguinte, que aconteceria em 2008.

O Relatório de Windsor foi fortemente criticado por vários teólogos considerados liberais, a exemplo do texto *The Windsor Report: A Liberal Response*. Embora o Relatório de 2004 exigisse que conservadores e liberais buscassem urgentemente a reconciliação, por outro lado reconhecia que aqueles acabaram agindo por um "senso de dever" na defesa da fé. No entanto, o Relatório não reconhecia, de modo semelhante, um "dever pastoral" na postura inclusiva das Dioceses de New Hampshire e New Westminster, discorrendo que suas ações estavam equivocadas diante de toda a comunidade anglicana.

Em 2005 também foi publicado um documento sobre a questão da Sexualidade, no *Relatório Oficial do 13º Encontro do Conselho Consultivo Anglicano*, reunido na cidade de Nottingham, Inglaterra. Este foi o primeiro documento oficial de um órgão da Comunhão Anglicana após a sagração do bispo Gene Robinson. Por

causa das controvérsias surgidas e por terem protagonizado os eventos que levaram a uma crise ao redor do mundo anglicano, o relatório especial foi elaborado pelas Igrejas Episcopal dos Estados Unidos e Anglicana do Canadá.

Os textos foram elaborados pelo Primaz da Igreja Anglicana do Canadá, bispo Andrew S. Hutchinson, pelos bispos J. Neil Alexander, da Diocese de Atlanta; e Charles E. Jenkins, da Diocese de Louisiana, pelo reverendo Michael Battle, vice-presidente do Seminário Teológico de Virgínia; pela reverenda Susan Russell, da Igreja de Todos os Santos, de Pasadena, Califórnia, e por Jane Tully, representando as famílias de clérigos e leigos gays e lésbicas da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Os textos objetivam explicar a necessidade de acolhimento do público LGBT+, que busca as Igrejas como espaços de fé e de segurança. Em tom de conciliação, as declarações enfatizam a unidade como parte do testemunho cristão, e a diversidade, presente em toda a Comunhão Anglicana (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 2006).

Em 12 de fevereiro de 2008, o Arcebispo Rowan Williams anunciou a formação do Grupo de Continuidade de Windsor (*The Windsor Continuation Group*). O WCG foi organizado e presidido pelo bispo Clive Handford para tratar das questões remanescentes em torno do Relatório de Windsor e das respostas elaboradas pelas Províncias e demais órgãos da Comunhão Anglicana. O ambiente de tensão era evidente, e as especulações em torno de um esvaziamento da próxima reunião dos bispos anglicanos tornaram-se realidade.

A Conferência de Lambeth, de 2008, aconteceu de 16 de julho a 04 de agosto daquele ano. Entretanto, 200 bispos – dentre os 800 convocados –, se negaram a participar do encontro. Entre eles, estavam os Primazes das Igrejas da Nigéria, Uganda, Quênia e Ruanda, e o Arcebispo da Diocese de Sydney, Peter Jensen. Paralelo ao encontro de Lambeth, mais de 1.100 bispos e clérigos anglicanos conservadores se reuniram na primeira Conferência Global sobre o Futuro do Anglicanismo (GAFCON), em Jerusalém.

Na pauta da reunião realizada em Jerusalém, figuravam os dois grandes temas que haviam dividido as opiniões e Províncias no mundo anglicano: a Ordenação Feminina e a Questão da Homossexualidade. O Arcebispo da Nigéria, Peter Akinola, acreditava que o encontro seria uma espécie de “Reforma” na Comunhão Anglicana. Todavia, os impactos reais da reunião, além da formação do

bloco conservador, foram os inúmeros questionamentos sobre a autoridade do Arcebispo de Cantuária, Rowan Williams, que não havia convidado o bispo Gene Robinson para a Conferência de Lambeth de 2008, visando a evitar uma maior fragmentação entre as Igrejas e suas lideranças. Atualmente, tanto o Relatório quanto o “Pacto Anglicano” proposto por teólogos e bispos está sem uma aplicação concreta, dado que os instrumentos de diálogo institucional se concentram no Conselho Consultivo Anglicano e na própria Conferência de Lambeth, que são espaços próprios para o debate.

Desde a Conferência de Lambeth de 2008, os bispos ligados à GAFCON, assumiram um tom belicoso, que se avizinha da ideia de uma “batalha espiritual” dentro do mundo anglicano, entre conservadores e progressistas, como se o alvo da disputa, não fossem mais as relações de poder, mas, sim, uma luta constante por uma “ordem apostólica” e uma “verdade evangélica”. O próprio bispo Robinson Cavalcanti sempre se referia às disputas institucionais e aos jogos de poder ligados à Comunhão Anglicana como um verdadeiro “campo de xadrez”, no qual as peças principais, não seriam os “reis”, mas, literalmente, os “bispos”.

Em 1º de junho de 2015, durante a sua Convenção Geral, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A decisão foi tomada dias após a Suprema Corte legalizar as uniões homoafetivas em todo o país. Desse modo, a Igreja norte-americana foi a primeira Província da Comunhão Anglicana a realizar a celebração deste rito matrimonial.

“Como a lei permite, os cânones permitirão de agora em diante o casamento dentro da igreja de TODOS os casais”, anunciou a Igreja Episcopal em sua conta no Twitter, no momento em que celebra uma convenção geral em Utah. No entanto, a Igreja Episcopal não obrigará os clérigos com objeções a officiar as cerimônias (PRESSE, 02 jul. 2015).

Depois deste evento, o Encontro de Primazes tomou uma de suas decisões mais polêmicas. Após a reunião ocorrida em janeiro de 2016, os bispos anunciaram uma sanção à Igreja Episcopal dos Estados Unidos. A notícia, espalhada pela grande mídia ao redor do mundo, sugeria que a Província norte-americana havia sido suspensa ou até mesmo expulsa da Comunhão Anglicana. Na prática, o que houve foi a suspensão da Igreja em órgãos representativos da Comunhão pelo período de três anos, até a realização da Conferência de Lambeth programada para 2018. Logo após a reunião dos Primazes em que a sanção foi aplicada à TEC, a

Igreja Anglicana na América do Norte (ACNA) – fundada em 2009, após o encontro da GAFCON – solicitou seu ingresso na Comunhão Anglicana como uma Província formalmente reconhecida para os Estados Unidos da América e o Canadá; este pleito, entanto, foi rejeitado. Ainda assim, algumas questões devem ser avaliadas.

O ato de suspensão de uma Província não possuía precedentes na história, uma vez que o Encontro de Primazes não tem competência para aplicar tal sanção; tampouco existe uma instância punitiva de exclusão ou expulsão das Igrejas da Comunhão Anglicana. Por sua vez, a Igreja Episcopal acatou a decisão unilateral do Encontro de Primazes. Durante todo o primado do bispo Michael Curry, houve um tácito silenciamento institucional sobre a questão, talvez como alternativa na busca de apaziguamento dos ânimos, para deixar que o tempo resolvesse internamente a questão. Por outro lado, isto abriu a possibilidade de legitimação do discurso veiculado pelas Igrejas filiadas à GAFCON que, constantemente, direcionam seus ataques à Igreja norte-americana e às Províncias que mantêm relações com ela.

Ao mesmo tempo, a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos abriu caminho para que outras Províncias seguissem o mesmo itinerário, a exemplo da Igreja Episcopal Escocesa e, posteriormente, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Na IEAB, a Câmara Episcopal começou a se posicionar publicamente sobre a questão da homossexualidade a partir da década de 1990, embora existam relatos e memórias de que, desde a década de 1970 a Igreja exercia o acolhimento de pessoas da comunidade LGBT+ em seu meio. No episcopado do bispo Glauco Soares, por exemplo, havia a autorização para que fosse ministrada a “bênção de casais homoafetivos”³⁰⁹, de modo que, na Diocese Anglicana de São Paulo, já existia uma prática pastoral nesse sentido.

O início da discussão institucional sobre a questão, tem o seu marco no ano de 1997, quando a Câmara Episcopal expediu a “Carta Pastoral sobre Sexualidade Humana”³¹⁰, como resposta à Declaração do encontro das Províncias do Hemisfério Sul, na Malásia. O documento da IEAB destaca que “toda forma e expressão de amor entre as pessoas era válida”. Pela primeira vez, a Igreja reconheceu ser

³⁰⁹ À época, o bispo tinha autorizado o reverendo César Fernandes (atual diocesano de São Paulo) e o reverendo Aldo Quintão a realizar tais cerimônias, que, embora não conferissem o *status* de um matrimônio, eram reconhecidos pela autoridade diocesana como um ofício religioso igualmente válido como as bênçãos destinadas a casais héteroafetivos.

³¹⁰ Vide Anexo U, com o texto da Carta de 1997 na íntegra.

necessário enxergar a realidade das pessoas LGBTQ+ na Igreja e que, por muitas vezes e de diferentes maneiras, elas eram excluídas tanto na sociedade quanto nos ambientes eclesiais.

Em seu prólogo, a “Carta de 1997”, como passaremos a chamá-la, traz o seguinte: “a sexualidade é um dom de Deus. As relações sexuais exercidas no contexto do amor e do respeito mútuos são consideradas como as coisas boas que Deus criou. Como bispos, recomendamos o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade”. O documento foi bastante avançado para época, embora ainda utilize a expressão “homossexualismo” – hoje em desuso, por causa do preconceito que carrega.

Como exposto no ponto 3 da Carta, percebe-se que a Igreja buscou, sobretudo, “o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade”, livre de ideias pré-concebidas e a partir da visão de uma sexualidade cristã sadia, para que pudessem debater e analisar a questão “levando em conta o ensino das Escrituras, o conhecimento das ciências humanas, a experiência da tradição anglicana e uma compreensão contextualizada da controversa questão”.

O debate nas comunidades da Província brasileira teve início a partir de grupos de trabalhos e estudos promovidos pelo Centro de Estudos Anglicanos (CEA), que realizou em cada uma das dioceses, discussões de cunho bíblico e teológico. De tempos em tempos, artigos escritos por pesquisadores e teólogos da Igreja eram publicados na revista “Inclusividade”, dedicada aos estudos teológicos dentro da instituição. Da mesma forma, o “Estandarte Cristão”, periódico oficial da IEAB, trazia notícias sobre os debates e eventos ocorridos em torno do tema.

Em 2002 e 2004 foram realizadas duas Consultas Nacionais sobre Sexualidade Humana. A primeira foi organizada através de iniciativa do reverendo Mário Ribas, em parceria com a psicóloga Christina Winnischofer (ambos da Diocese Anglicana de São Paulo), e em conjunto com o então Secretário-geral, reverendo Maurício Andrade. A I Consulta Nacional de Sexualidade, realizada em 16 de fevereiro de 2002, tornou-se uma espécie de resposta da IEAB à Resolução 1.10, da Conferência Lambeth 1998.

Bom que se registre que nessa Consulta tiveram representações diversas da IEAB, independentemente da orientação sexual. Não era um encontro

GLS (*sic*), tal como propagado propositadamente por pessoas e pelo próprio bispo da DAR. O discurso na DAR não era tão diferente do que era falado em determinadas províncias da Comunhão acerca de que ali não havia gays e lésbicas, nem pessoas simpatizantes com a causa. É bom destacar a presença, na I Consulta, de Loui Crew (1936-2019), líder e fundador do grupo *Integrity* da *The Episcopal Church*. Crew era um leigo atuante na igreja americana, tendo participado por seis vezes seguidas nas Convenções Gerais, de 1996 a 2009. Não havia dúvidas de que sua presença no Brasil significaria uma maneira de fortalecer esse grupo de pessoas que estava se formando ao lado do Rev. Mário Ribas. Foi a partir desse contexto que surgiu o Grupo Integridade, para articular gays e lésbicas e pensar as próximas ações (CAVALCANTE, 2021, p. 6).

No primeiro texto, todas as lideranças da Igreja eram convidadas a promover debates e conhecer a realidade das pessoas LGBTQ+ que, em geral, eram excluídas na sociedade brasileira – e nos ambientes eclesiais. Já a II Consulta Nacional Sexualidade Humana, ocorrida em 08 de agosto de 2004, evidencia avanços no trato com o tema. Em sua Declaração, reafirma-se a necessidade da Igreja respeitar a vida privada, tanto de membros do clero quanto do laicato, no que diz respeito às suas relações afetivo-sexuais.

"Convidamos as lideranças leigas e clericais a promover debates que ajudem as comunidades a compreenderem melhor a complexidade e a beleza das relações sexuais humanas. É preciso conhecer e compartilhar as angústias daqueles e daquelas que a sociedade exclui". Declaração da I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana - 2002. "Entendemos que a sexualidade humana é dom de Deus e que deve ser vivenciada em paz, liberdade, amor e respeito ao próximo. Que a Igreja deve respeitar a privacidade das relações afetivo-sexuais de seus membros, sejam eles do clero ou do laicato". II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana da IEAB, 2004 (ESTANDARTE CRISTÃO, dez. 2018, p. 20).

Dez anos após a Carta de 1997, foi lançada uma segunda carta pastoral da Câmara Episcopal, em 2007. Emitida três anos após os episódios que dividiram a Diocese Anglicana do Recife, ela foi assinada pelos bispos diocesanos e também pelos eméritos dessa diocese – Edmund Sherrill e Clovis Rodrigues. Um dos pontos importantes da Carta de 2007 foi a declaração: "reafirmamos que cremos na inclusão". Além do mais, o documento reconhece problemas e divergências ainda existentes e recomenda a realização de mais debates para que o clero se aprofunde na questão³¹¹.

³¹¹ No trecho final da Carta, lê-se: "nas linhas de nossa I Carta Pastoral foram expressadas as conclusões de nossos I e II Congressos sobre Sexualidade Humana. Reconhecemos que há ainda entre nosso povo muitas dúvidas sobre questões de sexualidade humana. Por isso, recomendamos

Faz parte da tradição em nossa Comunhão o respeito às diferenças de opinião em relação a questões que não são essenciais ao princípio da Revelação divina. Este princípio diz que “Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo mesmo.” Tudo que a Bíblia diz que não se refira à essência desta Revelação é secundário, ou seja, faz parte da cultura e dos costumes daqueles que foram instrumentos de Deus para a redação dos textos escriturísticos. Para nós, a Bíblia é a Palavra de Deus no sentido de mensagem de Deus e não ditado de Deus. [...] Reafirmamos que cremos na inclusão. O estabelecimento de fronteiras ou divisões entre as pessoas, os grupos e os povos é fruto da exclusão que nos cega dentro de nossos limites e do dogmatismo fanático e inibidor da liberdade humana. Sob o amor ilimitado de Deus devemos construir os alicerces para a concretização de nossos sonhos. O Espírito Santo age por meio deles na construção de uma nova humanidade. Esta nova humanidade se realiza na aspiração de Nosso Senhor Jesus Cristo de que “todos sejam um”.³¹²

Para superar as lacunas existentes, foram articuladas várias discussões sobre a temática. Em 2014, a Igreja, através do CEA, deu início a encontros para reflexão, chamados “Indabas: Famílias e Diversidade Sexual”, as quais buscavam incluir, no debate, representantes de diferentes comunidades das nove Dioceses e do Distrito Missionário do Oeste.

Os estudos realizados pela Igreja não se baseavam apenas na pesquisa teológica e bíblica; recorreu-se, também, à contribuição de outras áreas das Ciências, no atendimento das orientações contidas na Resolução 64, da Conferência de Lambeth de 1988: “que levem em consideração as pesquisas biológicas, genéticas e psicológicas realizadas por outras agências e os fatores socioculturais que conduzem às diferentes atitudes nas províncias de nossa Comunhão”.

Nos campos acadêmico, pastoral e litúrgico, destacamos o trabalho desenvolvido pelos reverendos Mário Ribas, Carlos Calvani, Arthur Cavalcante, Gustavo Oliveira e Luiz Coelho, e pelos bispos Sumio Takatsu e Maurício Andrade e pela bispa Marinez Bassotto. No campo da educação teológica, instituições da Igreja como o Centro de Estudos Anglicanos (CEA), bem como as fomentadoras de ações sociais, como o Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento (SADD), também foram essenciais no processo do diálogo intraeclesial, tanto em nível diocesano quanto provincial, com destaque para Anna Luiza Oliveira e Ilcéia Alves Soares, da Diocese Anglicana do Recife, e Sandra Andrade, da Diocese Anglicana de Brasília.

ao clero que se aprofunde em seu conhecimento sobre o assunto para que tenha instrumentos pastorais adequados no atendimento de suas congregações”.

³¹² Vide Anexo V, com o texto da Carta de 2007 na íntegra.

Da mesma forma como a Ordenação Feminina foi um importante passo para garantir a igualdade de tratamento e espaços de liderança, na Província, para as mulheres leigas e clérigas, foi preciso travar uma luta retórica para garantir espaços seguros para pessoas LGBTQ+ que são membros do clero nacional. As novas diretrizes aprovadas pelo Sínodo Geral, em 2018, permitiram que tal inclusão alcançasse a Câmara Episcopal, com a eleição do primeiro bispo homoafetivo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Em julho de 2019, por ocasião do Concílio Extraordinário que elegeu o reverendo Francisco César Fernandes Alves como novo bispo coadjutor da Diocese Anglicana de São Paulo, ele pediu a palavra e, de forma serena, fez um comunicado sobre sua orientação sexual a toda a assembleia – o que, na verdade, já era de conhecimento público –, e isso não teve impacto negativo ou influenciou no resultado da eleição. A DASP, juntamente com outras pessoas homoafetivas da IEAB, pensando na segurança do bispo eleito, diante das ameaças e violências que lideranças e pessoas da comunidade LGBTQ+ com frequência recebem – e receberam ao longo da história recente –, decidiu não oferecer publicidade à questão, além do rito de sagração, que foi noticiado nos meios de comunicação.

Em sua sagração episcopal, realizada na Paróquia da Santíssima Trindade, o que se viu foi um sinal de unidade em meio à diversidade da Igreja, com o templo lotado, como não se via desde a última visita do Arcebispo de Cantuária ao Brasil. Estavam sob o mesmo teto pessoas jovens e idosas, homens e mulheres do clero e do laicato da Igreja, representantes de outras denominações cristãs e religiões, pessoas de várias origens, cores e orientações sexuais, para presenciar uma das cerimônias mais importantes do Anglicanismo e o início do ministério do novo bispo.

A sagração do bispo César como primeiro homoafetivo a alcançar o episcopado na IEAB é tão importante quanto a sagração da bispa Marinez como primeira mulher a se tornar bispa na Igreja. A partir dessa evidente ocupação dos diferentes espaços eclesiais, a diversidade torna-se realidade na vida da Província, que sai do mero discurso retórico para acrescentar mais uma peça no mosaico que forma a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Ainda não existem reverendos ou reverendas trans na Província brasileira, embora os membros da Igreja acreditam que, quando estes começarem os seus processos de postulância e de ordenação, serão igualmente acolhidos, e contarão

com o apoio não apenas dos membros do laicato, mas, também, do clero diocesano e nacional. Segundo o bispo Sebastião Gameleira, a questão da ordenação de pessoas LGBT+ no Anglicanismo não é um problema teológico, mas, sim, uma questão de hermenêutica bíblica, a qual está diretamente ligada à eclesiologia.

Na verdade, a ordenação de homossexuais não é um problema teológico. Pode ser um problema ético e será sempre, como a ordenação de qualquer pessoa, uma questão pastoral de discernimento de vocação e capacidade para o exercício do ministério. De fato, as Igrejas, ao longo da história, têm ordenado pessoas homossexuais. Quanto às mulheres, há a longa tradição bíblica e eclesial de só ordenar homens. De novo, trata-se de questão hermenêutica. É da natureza da revelação divina a exclusão de mulheres ou isso dependeu da multissecular cultura patriarcal? Uma comissão de biblistas e teólogos, nomeados por Paulo VI, respondeu a essa questão dizendo não haver nas Escrituras e na Tradição nenhum argumento decisivo para que se excluam as mulheres, como questão dogmaticamente fechada. Entendemos, segundo Gálatas 3, 28, que “somos uma só coisa em Jesus Cristo” (IHU ONLINE, 01 set. 2008).

Entre as Províncias da Comunhão Anglicana, a IEAB tornou-se vanguardista na inclusão de todas as pessoas na vida comunitária e sacramental da Igreja. O novo LOC, de 2015, tem como característica um elemento que une as novas ênfases teológicas da Igreja Nacional em torno do que chamamos de Inclusividade Litúrgica.

4.4 A INCLUSIVIDADE COMO PARTE INERENTE DO *ETHOS* ANGLICANO

O termo *comprehensiveness* (traduzido literalmente como *compreensividade*), foi apresentado, pela primeira vez, na Conferência de Lambeth de 1948. Em seu contexto, ele tratava da diversidade presente na Comunhão Anglicana, formada por uma mistura de povos, culturas e tradições oriundas dos diferentes continentes. Este quadro pluralístico tinha implicações na maneira como a autoridade das Igrejas era exercida, através da figura de seus bispos e lideranças, e na forma de a própria Igreja lidar com a questão da diversidade, frente a uma tradição que vem de séculos.

O Arcebispo Michael Ramsey, que ocupou este cargo na década de 1960, afirmou, em oposição aos que criticavam a *compreensividade*, durante várias Conferências, que a teologia anglicana não era confessionalista, mas que continha em si, o “método católico”, ou seja conforme o todo (significado básico da palavra católico). O método da *compreensividade* sugere que os grupos, ao menos quando estão abertos uns para os outros,

dão-se conta que cada um deles busca a verdade, mas nenhum deles a possui na totalidade (OLIVEIRA, 2017a, p 381).

Na Conferência de Lambeth, de 1968, uma das resoluções tratou do tema abordando a sua importância como parte do próprio *ethos* da Comunhão Anglicana.

A *compreensividade* implica que a apreensão da verdade é um processo crescente: nós somente temos sucesso no “conhecimento da verdade” ao crescer gradualmente... “*Compreensividade* implica no desejo de permitir uma liberdade de interpretação, com uma certa lentidão em apreender ou resistir ao pensamento exploratório” (CHAPMAN, 2006, p. 131).

No Brasil, este termo foi traduzido por Jaci Maraschin como *inclusividade*, que o contextualizou no momento histórico então vivido pelo Anglicanismo no país, que se aprofundava em várias questões doutrinárias e teológicas.

Na língua inglesa de onde vem o conceito de que estamos falando, se diz *comprehensiveness* que não tem muito a ver com a tradução literal dessa raiz que seria “compreensão”. Aliás, convém anotar que nossos melhores dicionários não registram a palavra *compreensividade* que, se insistíssemos, não passaria de deselegante anglicismo. Afirmar, pois, que uma das características da Comunhão Anglicana seria a *compreensividade* nos levaria a fazer uma afirmação incompreensível. Os melhores dicionários da língua inglesa nos ajudam a entender *comprehensiveness* como *inclusividade* ou abrangência. Sempre foi essa a intenção dos teólogos anglicanos quando empregaram a palavra. *Inclusividade* significa a disposição para incluirmos na nossa experiência cristã a longa e rica tradição católica da igreja Universal, ao mesmo tempo em que nos abrimos para as redescobertas da Reforma Protestante e para as “coisas novas” que o Espírito está constantemente ensinando à igreja. Haverá, certamente, outras formas de *inclusividade*, mas entre nós essa forma tem sido enriquecedora e geradora de valores e forças espirituais (MARASCHIN, 1995, p. 24).

A própria revista do Centro de Estudos Teológicos da IEAB levou o nome de *Inclusividade*. A Revista *Inclusividade* tornou-se o principal espaço de publicações de pesquisas acadêmicas sobre o Anglicanismo no Brasil e seus temas correlatos, durante o século XXI. Segundo Calvani:

Quando o Grupo Consultivo do CEA decidiu criar uma revista teológica em novembro de 2001, escolhemos o nome “*Inclusividade*” por imaginar que essa expressão refletiria bem o propósito da teologia anglicana: ser um espaço amplo e abrangente o suficiente para incluir pesquisas sérias e honestas, ainda que críticas. Com o passar do tempo, o conceito ‘*inclusividade*’ passou a ser invocado em discursos e textos diversos (CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS, 2006a, p. 123).

O seu primeiro número, lançado em março de 2002, trata do episcopado na perspectiva anglicana. Já o segundo, publicado em julho de 2002³¹³, aborda abertamente do tema da Sexualidade na perspectiva cristã. Como esperado, as publicações de tais artigos alcançaram toda a Igreja e promoveram consensos e discórdias em várias Dioceses – acentuando-se estas últimas, especialmente, na capital pernambucana, a exemplo do que aconteceu na Pequena Crise do Recife.

Em 2004, um evento provincial marcou os estudos na IEAB sobre o tema da Inclusividade. O Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana³¹⁴, ocorrido na cidade de Londrina, no Paraná, contou com a presença de mais de setenta pessoas, dentre bispos, clérigos e clérigas, leigos e leigas, e representantes de outras Igrejas, órgãos ecumênicos e pesquisadores da área de Ciências da Religião e Teologia. O evento buscou abordar a operacionalidade do conceito da Inclusividade na hermenêutica bíblica, na discussão teológica, na ética e na pastoral.

1. Nós, anglicanas e anglicanos de todas as regiões do Brasil, reunidos em Londrina/PR entre os dias 13 a 16 de julho de 2004, com o acolhimento amável e fraterno da Diocese Anglicana de Curitiba, conjuntamente com representantes de algumas Igrejas irmãs, órgãos ecumênicos e muitos visitantes, realizamos o 1º Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana no Brasil. 2. Éramos mais de setenta pessoas convocadas pelo Centro Anglicano de Teologia - CEA, em aprofundar o tema "inclusividade", apontando limites e desafios a partir da ótica bíblica, teológica, moral, pastoral e missionária (REVISTA INCLUSIVIDADE, 2004, p. 87).

A obra também foi uma homenagem ao jubileu de 50 anos de ordenação sacerdotal do reverendo Jaci Maraschin, figura ímpar no pensamento teológico da Igreja Episcopal durante o século XX e início do século XXI, responsável por influenciar inúmeras pessoas que ingressaram no ministério ordenado³¹⁵.

³¹³ O sumário desta edição apresenta os seguintes artigos: *Sexualidade - o Prazer que Liberta* (Robinson Cavalcanti); *Um Olhar Indiscreto e Desconstrutivo sobre as Interpretações do Cântico dos Cânticos* (Humberto Maiztégui Gonçalves); *Cântico dos Cânticos - Notas Erótico-Exegéticas* (Carlos Eduardo Calvani); *O Debate sobre a Homossexualidade na Comunhão Anglicana e a "Nova Moralidade" de John Robinson* (Mário F. Ribas); *Gemidos da Criação e Arrepios da Teologia - Sussurros Éticos nos Ouvidos da Igreja* (Carlos Eduardo Calvani); *Reflexões sobre o Divórcio - Mateus 19:3-9* (Jorge Aquino); *Rito do Divórcio* (Jorge Aquino); *Jesus e a Questão do Divórcio - Homilia* (Carlos Eduardo Calvani); e o texto contendo as *Declarações anglicanas sobre Sexualidade*.

³¹⁴ Este Simpósio supriu uma antiga necessidade da Igreja. O Congresso de 1960 e a Conferência Nacional do Clero, de 1967, não eram espaços de debate acadêmico, mas de diretrizes institucionais.

³¹⁵ O reverendo e professor Jaci Correia Maraschin, faleceu em São Paulo, em 30 de junho de 2009. Em seu legado, encontram-se inúmeros livros, hinos, liturgias e formas de pensar e celebrar. Como parte do reconhecimento de seu serviço nas décadas em que esteve à frente da Província e da Diocese Anglicana de São Paulo, seu nome se encontra junto de outros bispos e clérigos da Igreja, no Calendário de Santos e Santas na nova edição do Livro de Oração Comum. Dentre os reverendos que foram influenciados pelo seu legado, encontram-se Carlos Calvani e o autor desta tese.

12. Com gratidão a Deus pelos cinquenta anos de ordenação sacerdotal do Rev. Dr. Jaci Corrêa Maraschin, as dioceses e seminários da IEAB prestaram-lhe uma singela homenagem relembando alguns fatos de sua vida e do seu ministério pastoral, teológico e musical, entregando-lhe algumas lembranças e recordando fatos pitorescos e marcantes da vida do homenageado. Na oportunidade o CEA lançou o oitavo número da revista *Inclusividade*, intitulada: Jaci Maraschin: 50 anos de Ministério Ordenado.

13. O Revmo. Bispo Dom Sumio Takatsu foi igualmente lembrado. O coordenador do CEA informou que quando foi construído o programa do I Simpósio de Teologia Anglicana, Dom Sumio seria homenageado ao lado do Rev. Maraschin, porém Deus desejou chamá-lo antes. Dom Sumio foi sem dúvida um homem vocacionado para o ensino e para o saber. Vários de seus escritos e traduções continuarão sem dúvida a servir a Igreja em seu processo formativo (REVISTA INCLUSIVIDADE, 2004, p. 89).

Outra liderança importante na história da Igreja, homenageada no evento, foi o bispo Sumio Takatsu, que contribuiu bastante para a Teologia da Igreja, construída e encarnada durante as décadas de 1970 a 1990³¹⁶.

Cuidar desse encontro humano, encontro de pessoas, de vidas é cuidarmos da “convivência”, do “viver-com”, enfim é tentarmos recriar o como viver com o outro, o diferente e às vezes o divergente, se quisermos superar as relações superficiais influenciadas e controladas por modelos de vida apresentados pela mídia (PEREIRA, 2006, p. 81).

É importante destacar que o Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana foi realizado em meio à crise instaurada pelo bispo da Diocese Anglicana do Recife, em meio à disputa retórica e à troca de cartas e textos entre os membros da Província, episódios que culminaram com a fragmentação do Anglicanismo no Nordeste. Ao mesmo tempo, o evento serviu como uma espécie de retomada da ideia de pertença a uma Igreja Nacional. De acordo com Calvani,

entendemos que ainda é possível falar em inclusividade no anglicanismo e, particularmente, na IEAB. O Simpósio foi preparado para ser um momento de teste das capacidades criativas e reflexivas da Igreja e representantes de diversos segmentos teológicos foram convidados, bem como todos os bispos e as principais lideranças que exercitam o dom do ensino e da pesquisa teológica na Igreja. Infelizmente, algumas pessoas convidadas, e para as quais estavam reservadas passagens e hospedagens, se recusaram a participar. Nesse caso, a experiência da exclusão foi uma opção preferencial daqueles/as que, já convencidos de suas verdades, evitam qualquer diálogo ou só aceitam participar de eventos se lhes for conferido um lugar de honra. Essa experiência por si só já nos mostra que,

³¹⁶ O bispo Sumio Takatsu faleceu em 23 de janeiro daquele ano, sem poder participar do Simpósio de Teologia. De certa forma, o evento foi uma homenagem póstuma a toda a vida e obra do bispo que passou todo o seu ministério dedicado exclusivamente à Igreja (uma vez que nunca se casou nem teve filhos). Assim como o reverendo Jaci Maraschin e outros colegas de episcopado, o bispo Sumio também é lembrado no calendário do novo Livro de Oração Comum.

de fato, a inclusividade tem limites. Não é possível incluir quem não se deixa incluir. Se isso acontecesse, a inclusividade seria prisão e lavagem-cerebral, e não a rica experiência de viver a fé com todas as ambigüidades a ela inerentes e com a provisoriedade que nos impede de construir castelos ou muralhas, mas que nos impele a buscar continuamente as coisas novas que o Espírito de Deus nos quer revelar (*In*: CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS, 2006a, p. 129).

Vale ressaltar que, ao contrário do que algumas pessoas acabam pensando, ao se depararem com uma abordagem ampla e aprofundada acerca da diversidade sexual humana, a IEAB não é uma “Igreja Inclusiva”, uma vez que elas, no Brasil e no mundo, são voltadas para o acolhimento e pastoreio de pessoas LGBT+³¹⁷.

Ao tocar no tema da “inclusividade”, gostaria de ressaltar que a IEAB não faz parte das chamadas “igrejas inclusivas”, ou seja, não surgiu ou foi pensada para atender pastoralmente determinado perfil de pessoa fiel. A IEAB vai se tornando inclusiva para LBTQIA+ através de processos orgânicos que levaram aproximadamente duas décadas (1997-2018) para concluírem, desde a Carta Pastoral sobre Sexualidade Humana da Câmara Episcopal até a aprovação do cânon sobre o Casamento Igualitário no 34º Sínodo Geral. Creio que foi, e continua sendo, um processo de conversão de corações e mentes, de pessoas clérigas e leigas, no compromisso de acolhida. Lembro-me de que, inúmeras vezes, no diálogo com fiéis e lideranças de algumas igrejas inclusivas, fui questionado se a IEAB realizava casamento entre pessoas do mesmo sexo, e, por muitas vezes, tive que dizer não, e presenciar aquele ar de lamento nas faces de meus interlocutores. Não bastava a IEAB batizar, oferecer a santa comunhão e até ordenar gays e lésbicas, a grande prova de confiança na igreja era se havia casamento ou não (CAVALCANTE, 2021, p. 8).

Logo, tomando o conceito de inclusividade anteriormente apresentado a partir das idéias de Jaci Maraschin, seria necessário praticar também a Inclusividade Litúrgica, aqui traduzida como a capacidade de o Anglicanismo incluir e conciliar nas suas expressões litúrgicas – ritos, orações e a vida devocional como um todo –, a rica tradição da Igreja com uma abertura às “coisas novas”, mediante um processo de ressignificação que brote de sua atividade no mundo.

Se no campo da Teologia, as questões relativas à gênero e sexualidade foram cruciais para as disputas *intra* e *extra-ecclesiam*, que definiram o atual estado em que se encontra o Anglicanismo no Brasil, no campo da Liturgia elas podem ter implicações sacramentais e pastorais na vida dos e das fiéis. Na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, é nas celebrações dominicais que a comunidade expressa a

³¹⁷ Entre as mais conhecidas no mundo estão as Igrejas da Comunidade Metropolitana, uma comunhão internacional de Igrejas inclusivas. No Brasil, a pioneira foi a *Igreja Acalanto – Ministério Outras Ovelhas*, surgida em 2003, através do pastor Victor Orellana, na cidade de São Paulo.

sua fé. Desse modo, a Liturgia tem um papel fundamental na identidade eclesial da IEAB, e é por meio dela que muitas pessoas chegam à Igreja (e nela permanecem). Nesse sentido, algumas ações podem fazer a diferença na inserção de grupos antes excluídos da Igreja, a exemplo do público LGBTQ+.

Uma dessas ações foi a bênção do ícone de São Sérgio e São Baco – considerados os padroeiros dos homossexuais³¹⁸. A iniciativa partiu do reverendo Carlos Calvani, quando ele era pároco da Capela da Inclusão, em Campo Grande (MS). A cerimônia, realizada em 2011, foi noticiada por vários veículos de comunicação, repercutindo, na época, tanto dentro quanto fora dos muros da IEAB.

Com um cartaz com o versículo bíblico “Deus não discrimina ninguém”, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil fez a primeira missa com as imagens dos santos São Sérgio e São Baco, considerados padroeiros dos homossexuais. A celebração foi neste domingo (9), na Capela da Inclusão, no bairro Tiradentes, em Campo Grande. O líder da igreja, o reverendo Carlos Eduardo Calvani, disse ao G1, antes da missa, que toda a diversidade será bem vinda ao templo. “A igreja precisa difundir o direito de rezar sem ser discriminado. Não somos só uma igreja de gays, mas uma família. Não julgamos ninguém e acolhemos a todos”. O oratório é um pequeno quadro que foi feito por um artista plástico do Rio de Janeiro e encomendado por uma pessoa dos Estados Unidos. Quando os norte-americanos souberam do trabalho de inclusão de homoafetivos, realizado em Campo Grande, eles resolveram doar o oratório (G1 MATO GROSSO DO SUL, 10 out. 2011).

Não podemos falar de uma inclusividade pela metade, ou que seja seletiva, permitindo o acesso de determinados grupos aos sacramentos e à vida comunitária da Igreja, ao passo que outros grupos são parcial ou totalmente excluídos. Uma vez que a Igreja decide acolher e viver com o outro, com o diferente, e até com o divergente, inicia-se um processo que não pode ser estancado no meio do caminho. Por isso, Igrejas que decidem trilhar o caminho da inclusividade acabam por enfrentar uma série de problemas estruturais e barreiras doutrinárias e litúrgicas anteriormente vistas como imutáveis ou inalteráveis.

A atuação social da Igreja antes fôra vista como danosa à pregação do Evangelho, o que se coaduna com a visão que prega dever a religião preocupar-se apenas com os aspectos espirituais de cada indivíduo e da comunidade, sem envolver-se na transformação das estruturas injustas da sociedade. Da mesma

³¹⁸ Segundo algumas interpretações hagiográficas, Sérgio e Baco eram um casal de militares romanos e quando se converteram ao Cristianismo, permaneceram vivendo em união estável, o que justifica sua retratação, juntos, na iconografia. Quando foram descobertos em sua fé, acabaram sendo torturados e mortos sob as ordens do Imperador Maximiano, no século III.

forma, a Liturgia foi e ainda é vista como um conjunto de fórmulas rígidas que detém seus ritos e interditos, sendo perigoso criar padrões divergentes que renovem ou criem novas estruturas celebrativas. Tal rejeição às mudanças litúrgicas é até hoje perceptível em grupos tradicionalistas, oriundos, especialmente, do Catolicismo Romano. Por fim, temos a questão que ainda gera mais controvérsias – a ordenação feminina – em especial, a aceitação de que as mulheres sejam ordenadas ao sacerdócio e ocupem cargos de liderança na Igreja, atuando como bispas.

Todas estas questões levantadas foram – e ainda são – alvo de críticas internas e externas, por parte de setores conservadores das diversas Igrejas e até de lideranças do seu alto escalão. Atualmente, o discurso das Províncias da Comunhão Anglicana, em geral, enfatiza a renovação e evita engessar suas práticas e as estruturas eclesiais. No entanto, o que se tem visto são diversas atitudes – ou discursos muitas vezes velados – que acabam impedindo mudanças, por menores que elas sejam. E aqui não importa se estamos falando da incidência pública da Igreja na sociedade, da questão da reforma litúrgica, da ordenação feminina ou da ordenação e do casamento de pessoas homoafetivas.

Ser um “cristão inclusivo”, hoje, perpassa pela inclusão total e pelo pleno acesso das pessoas LGBTQ+ aos sacramentos e à vida comunitária da Igreja. O que também inclui postos de lideranças. Não faz sentido permitir o Batismo, mas negar a participação na Eucaristia a pessoas individualmente ou a um certo grupo por causa de determinado fator moral. Ou permitir que participem de postos de lideranças clericais e laicas, mas não possam casar-se. Percebemos que, quando as Igrejas decidem assumir a Inclusividade em suas identidades, elas acabam abrindo, gradualmente, estes espaços, até alcançar as pessoas LGBTQ+ – um dos grupos mais excluídos nas Igrejas Cristãs –, acolhendo-as de maneira integral nas comunidades e em sua vida sacramental da Igreja.

Por isso, nos últimos anos, diversas Igrejas históricas têm-se aberto à possibilidade de celebração do casamento entre pessoas do mesmo sexo³¹⁹. No Luteranismo, temos que, na Alemanha, tanto a Igreja Evangélica da Alemanha quanto a União das Igrejas Evangélicas permitem a bênção e o casamento. Dentre outras Igrejas Luteranas oriundas da Reforma, temos as Igrejas da Dinamarca, da

³¹⁹ Assim como no Anglicanismo, durante os debates acerca da Inclusividade, muitas dessas Igrejas também adotaram a linguagem neutra em suas respectivas Liturgias e manuais cerimoniais.

Noruega, da Suécia, a Luterana Evangélica na América, e a Evangélica Luterana no Canadá.

No Presbiterianismo, as Igrejas dos Estados Unidos e da Escócia também aderiram à Inclusividade, em diferentes contextos. A PCUSA já celebra o casamento igualitário, enquanto que a *Kirk* escocesa, aguarda a votação dos ritos matrimoniais, a ocorrer em 2022 (após adiamento). No Metodismo, há maior liberdade, a depender do país. A Igreja Metodista Unida, por exemplo, celebra tais ritos. Todavia, em outros lugares, cada congregação tem autonomia para decidir realizar, ou não, tais uniões.

Da mesma forma, em Igrejas Batistas e Congregacionais, a exemplo das Igrejas Americanas Batistas, nos Estados Unidos, cada comunidade é livre para apoiar os casamentos, se assim escolher. Por fim, é digno de nota que as Igrejas Moraviana e Unida de Cristo, nos Estados Unidos, a Igreja Menonita, na Holanda e no Canadá, e a Comunidade de Cristo (Mórmon), nos Estados Unidos e em outros países, também aprovaram os ritos de casamento.

Na Comunhão Anglicana, as Igrejas da África do Sul, Sul da Índia, Nova Zelândia, País de Gales e Canadá aprovaram as bênçãos de uniões do mesmo sexo e criaram instâncias para acolher estes casais, mesmo em meio à forte resistência de outras Províncias e Igrejas cristãs locais. Indo além disso, as Igrejas Episcopal dos Estados Unidos, Episcopal Escocesa e, recentemente, a IEAB, aprovaram a realização do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Na Igreja Anglicana do Canadá, em 2002, a Diocese de New Westminster votou pela realização de bênçãos de uniões e casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Desde 2013, a matéria foi encaminhada aos Sínodos, contudo, ainda não alcançou o número mínimo, nos escrutínios, para a aprovação. Em seu discurso oficial, a Igreja canadense não veta nem pune dioceses, bispos ou clérigos que oficiem tais ritos. De modo similar, na Igreja da Austrália, as dioceses de Wangaratta e de Ballarat aprovaram as mesmas práticas, embora as normas diocesanas não se estendam a toda a Província. Naquele país questão da Inclusividade ainda é bastante polêmica, semelhante à aceitação do episcopado feminino, por algumas lideranças clericais.

A lista que apresentamos mostra que, apesar de serem Igrejas centenárias, a maioria com mais que um século de história, elas se mostram mais abertas ao

acolhimento e aos aprofundamentos pastoral, litúrgico e teológico acerca do casamento entre pessoas do mesmo sexo, quando comparadas a outras denominações cristãs mais recentes. Aqui queremos evidenciar ser tal fenômeno uma tendência que vem sendo seguida por Igrejas Protestantes históricas que buscam atualizar seu discurso frente ao mundo contemporâneo e aos desafios ligados ao Cristianismo. No ano de 2018 foi a vez de a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil dar um passo a mais na consolidação de suas múltiplas identidades que vinham sendo construídas há décadas. E este importante momento na história da 19ª Província da Comunhão Anglicana, aconteceu durante o XXXIV Sínodo Geral.

5 UMA IGREJA PARA O SÉCULO XXI: O SÍNODO GERAL DE 2018

A partir dos anos 2000, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil passou a aprofundar o debate público acerca da sexualidade humana e de como ela deveria ser abordada diante da realidade de cada comunidade e diocese. Considerando a estrutura do Centro de Estudos Anglicanos, teólogos e teólogas e lideranças leigas oriundas, sobretudo, das Dioceses de Brasília, do Recife, de São Paulo e Meridional, foram fundamentais para o avanço dos debates acerca da inclusão plena das pessoas LGBT+ na vida comunitária e sacramental da Igreja.

As consultas realizadas pelos Centro de Estudos Anglicanos e SADD, assim como as publicações na Revista Inclusividade, fomentaram o debate para além do campo acadêmico, o que alcançou os bancos da Igreja e suas comunidades. Por fim, após longo processo de construção das múltiplas identidades da Igreja, a questão foi aprofundada pela própria Diocese Anglicana do Recife e suas lideranças, que se utilizaram da experiência obtida nos episódios do passado para redigir a proposta de mudança canônica que seria votada na próxima reunião do Sínodo.

Nos dias 30 de maio a 03 de junho de 2018, a Igreja realizou, em conjunto, a Conferência Nacional de Lideranças – CONFELIDER –, e a XXXIV edição do seu Sínodo Geral. O tema escolhido foi “Muitas Faces, Muitos Jeitos: Um Só Cristo”. O texto bíblico, retirado de 1 Coríntios 12:27, diz: “ora vocês são o Corpo de Cristo e são membros dele cada qual à sua maneira”. Dessa vez, os dois eventos mais importantes da Província foram sediados em Brasília. A escolha da capital Federal foi definida no Sínodo anterior, ficando aquela Diocese responsável pelo planejamento, juntamente com o Conselho Executivo do Sínodo (CEEXEC).

Na CONFELIDER foram realizados debates acerca de três temas: Missão e Ação Pastoral, Missão, Gênero e Sexualidades e ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável). A apresentação dos assuntos, seguida da reflexão, tinha como foco principal a troca de experiências entre as diferentes realidades da Igreja – comunidades e dioceses – espalhadas por toda a Província brasileira.

Quanto ao evento do Sínodo, dentre as propostas de votação para atualização dos Cânones Gerais, a mais importante era a alteração do texto sobre o matrimônio, para a aprovação – ou não – do casamento entre pessoas do mesmo sexo na Província brasileira. Tinha-se em mente que, após bom tempo de

discussão, havia chegado o momento de tomar uma decisão final sobre este tema que esteve tão presente na vida comunitária e na caminhada da Igreja e que, nos últimos anos, progressivamente marcou a construção da identidade eclesial e do *ethos* anglicano da IEAB.

5.1 OS SÍNODOS QUE PREPARARAM O CAMINHO

Passados quase dez anos desde que a Carta de 1997 foi publicada, pouco tempo após a Diocese Anglicana do Recife passar pelo sua “Grande Crise”, a proposta de alteração canônica para a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo foi, pela primeira vez, apresentada em um órgão deliberativo da IEAB, durante o Sínodo Geral de Curitiba, em 2006. Porém, ela não foi votada, por conta dos desgastes vivenciados anos antes no Nordeste.

Em 05 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal decidiu a favor do reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o que era uma decisão inédita no Brasil. Através do julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277, o STF reconheceu a união estável de casais do mesmo sexo como uma entidade familiar e, como consequência, detentora dos mesmos direitos e deveres legais que casais héteroafetivos. Da mesma forma, de modo análogo, foi possível estender o instituto jurídico da conversão de união estável em casamento também para os casais homoafetivos.

Quebrando um silêncio institucional, desde a Carta de 2007, da Câmara Episcopal, o então Primaz, Mauricio Andrade, realizou um pronunciamento público, em 11 de maio do mesmo ano, através da nota “Comprometidos com a Dignidade Humana”. Esse texto representa um amadurecimento da Igreja, e também reflete o pensamento de seus colegas de episcopado, pois anuncia, não apenas a defesa dos Direitos Humanos e da cidadania para todas as pessoas, mas, também, do Estado Laico, em um período em que diversas Igrejas brasileiras e lideranças religiosas passaram a realizar, cada vez mais, pronunciamentos evitados de preconceito, que alimentavam os tensionamentos sobre a questão.

Nosso reconhecimento é feito com base em sólida tradição de defesa da separação entre igreja e estado (e entre religiões e estado), que não significa a sujeição de um campo ao outro, nem a substituição de um pelo outro, mas a necessária junção da autonomia institucional e legal com a

liberdade de expressão e o pluralismo. Ou seja, a IEAB sente-se perfeitamente à vontade para expressar sua posição porque sua prática a recomenda e porque entende que o estado deve ser continuamente acompanhado em suas decisões, em qualquer esfera de poder, aprovando-o ou questionando-o em suas ações; [...] A decisão do STF levanta sérios desafios a todos os cristãos de todas as igrejas, pois requer abertura para reconhecer que as relações homoafetivas são parte do jeito de ser da sociedade e do próprio ser humano. A partir de agora, os direitos desse grupo tornaram-se iguais aos de todas as outras pessoas. Reconhecemos que há ainda muito que fazer nesse campo, pastoral e socialmente, para afirmar a dignidade da pessoa humana e seus direitos. Sabemos que um profundo e longo debate deve acontecer na sociedade brasileira a este respeito, e a IEAB não está isenta de nele participar, com profunda seriedade e compromisso de entender as implicações do evangelho de Jesus Cristo em nosso tempo e lugar; [...] - Neste momento de mudança, reafirmamos nosso compromisso de ser uma Igreja que Acolhe e Serve, reconhecendo o *sensus fidelium* declarado na última CONFELIDER: defender os Direitos Humanos e o Direito à Cidadania plena. Entendemos que esse compromisso é decorrência dos votos que fazemos perante o altar em nossa confirmação: "Defenderás a justiça e a paz para todos, respeitando a dignidade de todo ser humano" (Livro de Oração Comum pg 179) (ANDRADE, 2011, s.p).

O primeiro casamento civil entre dois homens, no Brasil, foi realizado em 28 de junho de 2011, no município de Jacareí, estado de São Paulo. Concomitantemente, no mesmo dia, em Brasília, foi realizada uma conversão em casamento de uma união estável entre duas mulheres.

Para evitar os obstáculos administrativos e burocráticos que atrasavam esse processo do instituto da conversão, em 15 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nova resolução, que estabelecia estarem os cartórios de todo o país autorizados a celebrar o contrato de núpcias e a converter a união estável homoafetiva em casamento, sem a necessidade de uma ação judicial.

Isto foi essencial para que a IEAB desse o seu primeiro passo concreto para a aprovação da mudança canônica. O XXXII Sínodo Geral de 2013, ocorrido no Rio de Janeiro, foi o primeiro a receber formalmente a pauta a ser debatida e votada pela Igreja. Incluída na programação, a questão foi levada aos delegados e delegadas sinodais, porém, não obteve o mínimo de votos para ser aprovada nas Câmaras do Clero e do Laicato, bem como na Câmara Episcopal.

Neste Sínodo foi decidido que a Igreja deveria tomar uma decisão sobre o assunto nos próximos quatro anos. Para isso, era preciso intensificar a reflexão bíblico-teológica sobre o acolhimento de todas as pessoas. Ao final da reunião também foi eleito um novo Bispo Primaz, Francisco de Assis da Silva, que substituiu o

bispo Maurício Andrade, após sete anos de exercício do cargo. Ambos foram importantes lideranças episcopais no processo de aprofundamento dos debates.

No Concílio de 2016, a Diocese Anglicana de São Paulo aprovou uma moção³²⁰, encaminhada ao Sínodo Extraordinário que aconteceu no mesmo ano, propondo o que foi chamado de “Celebração do Casamento Igualitário, a partir da experiência local”. Em outras palavras, se a Província não se sentia preparada, naquela ocasião, para aprovar uma mudança canônica para toda a Igreja, que permitisse as dioceses tomarem essa decisão em seus Concílios.

Em 19 de junho de 2016, durante reunião do Sínodo Extraordinário – convocado para atualizar a Constituição e os Cânones Gerais da Igreja –, a questão foi outra vez levada à assembleia, propondo-se novo cânon para incluir a questão do “casamento igualitário”, considerando-se os estudos já realizados e, também, a adequação para a linguagem neutra e o novo Rito de Matrimônio, presentes na edição atualizada do LOC. Nas sessões, os debates não trouxeram novos argumentos além do risco da “unidade da IEAB”. Apesar da quantidade de votos ter quase levado a um empate, pela primeira vez era possível vislumbrar que a proposta seria aprovada.

Diante do impasse, o Bispo Primaz nomeou um Grupo de Trabalho (GT) de biblistas e teólogos³²¹ para a construção de novos subsídios a partir de publicações do CEA e do SADD, e a organização de mais seminários e rodadas de formação nas paróquias e dioceses. No ano de 2016 foi lançada a “Cartilha de Gênero, Sexualidade e Direitos”, organizada por Ilcéia Soares, Marinez Bassotto e Sandra Andrade. Além de servir como recurso didático para as comunidades, a revista marcou a última publicação da Igreja acerca do tema antes da realização do Sínodo.

O último evento de formação foi o “Encontro Nacional LGBT”, que ocorreu entre 25 e 27 de maio de 2018, em Brasília. Por ser um espaço organizado para que as pessoas homoafetivas pudessem compartilhar suas experiências, dores e dúvidas, relativas à vida secular e da Igreja, o evento foi restrito a membros do laicato e do clero da IEAB e da Comunhão Anglicana; nele houve, inclusive, a participação de uma pessoa de Portugal, da Igreja Lusitana.

³²⁰ A proposta foi aprovada por 32 votos favoráveis e 04 votos contrários.

³²¹ O GT foi formado pelo Bispo Humberto Maiztegui (Diocese Meridional); Dr. Paulo Ueti (Diocese Anglicana de São Paulo); Dra. Ana Claudia Figueroa (Assessora do SADD); Dra. Bianca Daebis (Diocese Anglicana do Recife); Reverendo Dr. Gustavo Gilson de Oliveira (Diocese Anglicana do Recife); Reverendo. Dr. Pedro Triana (Diocese Anglicana de São Paulo).

O evento contou com a presença de 39 pessoas, inclusive um representante da Igreja Lusitana (Comunhão Anglicana em Portugal) e contou com os seguintes eixos temáticos: 1) Reconstrução histórica - Trata-se de uma tentativa histórica de traçar o relato de vidas e experiências das pessoas LGBT dentro da vida da Igreja. Foi feito um resumo de experiências pessoais, vividas pontualmente em comunidades e dioceses, de inclusão. E também foi traçado um histórico de documentos nacionais proferidos pelas antigas consultas de sexualidade e pela Câmara Episcopal, obtendo um resumo da caminhada da IEAB tanto oficialmente quanto extraoficialmente. 2) Pastoral - Através da fala do reverendo Jerry Andrei, o grupo vivenciou um momento de empatia e partilhou "a dor e a alegria de ser" LGBT tanto no contexto de Igreja quanto na família; lugares ainda atravessados por marcadores sociais normativos, abusivos e homofóbicos. A pastoral, foi espaço para que todas as pessoas pudessem falar e expor o que têm sofrido na igreja: os preconceitos, as lutas, as dificuldades, a invisibilização... Mas também relatar as bênçãos, os dons, as dádivas e as boas experiências que temos vivido. A intenção foi permitir que as pessoas presentes falassem, se apoiassem mutuamente, partilhassem suas experiências e se sentissem incluídas no amor de Deus. 3) Bíblia - A biblista Ana Cláudia Figuerôa, através da Teologia Queer, convidou o grupo a visitar textos bíblicos para além dos muros da tradição, da forma, do gênero literário e contextualizá-los na possibilidade de interpretação e analogias que a vida das pessoas e da comunidade evoca quando lê os textos. Na discussão durante o encontro, partiu-se de textos usados como condenação, a partir dos quais cada grupo elaborou sua própria hermenêutica, mas também identificou outros textos bíblicos (não necessariamente relacionados a amor conjugal ou sexualidade) que traziam esperança e refúgio às pessoas, face às lutas do dia a dia. 4) Teologia - Foi feito um exercício de produção teológica coletiva, também dividido em grupos, com vistas a gerar uma declaração final de fé daquelas pessoas que estavam ali presentes. Tal documento foi encaminhado a outras pessoas LGBT para apreciação e análise e, posteriormente, divulgado à Confelíder 2018 (ESTANDARTE CRISTÃO, dez. 2018, p. 21-22).

Ao longo dos anos a Igreja ouviu várias pessoas, com diferentes formações – não apenas na Teologia, mas profissionais da Educação, Sociologia e Psicologia. O maior feito do trabalho foi incluir as pessoas LGBT+ da Igreja como protagonistas, de modo que, os defensores de posições favoráveis ou contrárias ao tema, puderam apresentá-las durante os vários Concílios Diocesanos e encontros da Província, para levar aos Sínodos diferentes propostas de mudança canônica que permitissem a realização do então chamado “casamento igualitário”.

Por várias vezes, o argumento empregado – e aceito pela assembleia – foi o de que era necessário esperar mais tempo para que a questão estivesse pacificada entre as comunidades e o amadurecimento delas fosse visível em nível diocesano. A proposta foi novamente levada ao Sínodo Geral de 2018, realizado em Brasília. E foi nesta reunião que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil proferiu o seu “sim”.

5.2 O XXXIV SÍNODO GERAL: UM NOVO AMANHECER PARA A IEAB

No dia 14 de março de 2017, o Conselho Executivo do Sínodo (CEEXEC) divulgou o local onde ocorreriam a CONFELIDER e o Sínodo Geral: o Centro de Convenções Israel Pinheiro, localizado à beira do Lago Paranoá, em Brasília. Dentre as razões, encontravam-se a localização, próxima ao centro da capital federal e do aeroporto. O ambiente era amplo, com grande área verde e espaços abertos, o que garantia as condições necessárias para um acontecimento daquele porte e a devida acomodação das delegações nacionais e estrangeiras.

Com a proximidade do evento, entre 04 e 07 de abril, a Câmara Episcopal e o Conselho Executivo se reuniram em um retiro conjunto na cidade do Rio de Janeiro, para tratar do planejamento final para o evento. Na oportunidade, aconteceu a sagração do bispo Eduardo Coelho Grillo, para ser coadjutor da DARJ, em cerimônia realizada na Catedral do Redentor, na manhã do domingo. As últimas reuniões de planejamento para o Sínodo ocorreram de 21 a 23 de fevereiro de 2018. Naqueles dias, o grupo coordenado pelo bispo Maurício Andrade conheceu as instalações do evento. O então Secretário-Geral, reverendo Arthur Cavalcante, e a Tesoureira da Província, Silvia Fernandes, também visitaram o local.

A programação dos dois eventos foi dividida para que eles funcionassem de forma integrada. A CONFELIDER ocorreu nos dias 30 e 31 de maio. Já as sessões plenárias do Sínodo ocorreram nos dias 1º e 02 de junho, com duas Celebrações Eucarísticas, uma de abertura e outra de encerramento. Cada diocese enviou seu bispo ou bispa junto com a delegação eleita pelos Concílios Diocesanos: três membros do clero e três do laicato. Além dessa representação, mais três pessoas formaram as comitativas diocesanas para a CONFELIDER. Também estiveram presentes representantes de outras Províncias e de órgãos ecumênicos.

Dentre as principais lideranças internacionais destacamos a presença do bispo Mark Strange – *Primus* da Igreja Episcopal Escocesa – e a bispa Linda Nicholls – da Diocese de Huron, da Igreja Anglicana do Canadá. Ambos compartilharam suas experiências relativas ao tema. Também participaram o reverendo Alan Perry e Andrea Mann, Diretora de Relações Globais da Igreja Anglicana do Canadá; o bispo Edward Konieczny, da Diocese de Oklahoma – representando o Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Michael Curry; a reverenda Glenda McQueen,

do Departamento de Missão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos; o reverendo Mark Bozzuti-Jones, da Trinity Church Wall Street, de Nova York; o reverendo Duncan Dornor e Naomi Herbert, da USPG, Inglaterra; e o bispo Julio Murray, da Diocese Anglicana do Panamá e Primaz da Província Anglicana da América Central (IARCA). Todos os convidados foram incluídos nos debates das sessões plenárias através de tradução simultânea.

Na manhã da quarta-feira, 30 de maio, as delegações chegaram ao Centro de Convenções e, após o almoço, iniciaram-se as atividades. Durante toda a tarde/noite, após as apresentações dos painéis, seguiram-se debates em grupo – participação do clero e do laicato – que refletiam sobre os temas propostos. No dia seguinte, os painéis foram integrados e os relatórios e conclusões divulgados aos presentes.

Com esse formato – de apresentação das temáticas seguidas por debates –, criavam-se espaços de escuta e partilha entre os grupos, para que as comunidades e suas lideranças apresentassem os desafios e problemas existentes, os projetos já desenvolvidos ou propostas que pudessem servir para as dioceses trabalharem, no futuro, as questões. A dinâmica usada para o trabalho de grupo levou em consideração a realidade de cada comunidade, deu voz a bispos e bispas, clérigos e clérigas, leigos e leigas, e foi conduzido de forma inclusiva, de modo a aglutinar pessoas de diferentes idades, origens e opiniões.

No final da tarde, durante a apresentação do painel Missão, Gênero e Sexualidades, o reverendo Gustavo Oliveira, deão da Catedral do Bom Samaritano, apresentou a nova realidade vivenciada no Recife através do engajamento da comunidade na inclusão de pessoas LGBTQ+. Em sua fala, destacou eventos como o “Abraço”, promovido em todo o país pela Associação Brasileira de Famílias Homoparentais (ABRAFH), que a Catedral acolheu no final de 2017.

A comunidade do Bom Samaritano acabou servindo como um espaço de refúgio para acolher gente que, estava há muito tempo, sem exercer o ministério, ou sem participar da vida da Igreja. Outras sequer frequentavam a Igreja e chegaram, pela primeira vez, no “Abraço”. Essa experiência foi muito importante para a nossa retomada como comunidade. O templo do Bom Samaritano tinha ficado fechado por vários anos. Depois de ser tomado por pessoas do grupo cismático, elas não conseguiram sustentar a comunidade e a igreja fechou. O local estava sendo gradualmente deteriorado, por conta do abandono e do lixo acumulado. Quando recuperamos o templo na Justiça, fizemos um mutirão para restaurar o espaço, que acabou servindo de abrigo para muita gente. Foi um momento

que marcou a construção de uma nova identidade para a Paróquia, que se tornou Catedral. [...] Ou seja, foi um movimento em que a Igreja mostrou que ela tem uma perspectiva de acolher as pessoas, independente de orientação sexual, de identidade de gênero, de forma de constituição familiar. Essa demonstração de sua abertura, de que ela pode e deve ser um espaço de acolhimento e de refúgio, foi fundamental para que retomássemos a caminhada. Assim, aquele lugar passou a ser visto como um espaço de segurança (XXXIV SÍNODO GERAL DA IEAB, 2018).

O reverendo Luiz Coelho também trouxe um resumo sobre o Encontro Nacional LGBT, ocorrido no mês anterior. Foi apresentado um breve histórico sobre a busca pela Inclusividade na vida comunitária e sacramental da Igreja, junto com os desafios enfrentados ao longo dos anos na Província.

Esse é um assunto que oficialmente, em documentos oficiais da Igreja, está presente desde 1997. Mas extra-oficialmente, temos relatos desde 1970. De algum clérigo, bispo, comunidade, alguém que acolhia um casal, um filho, um parente, um irmão de bispo, e várias histórias do gênero. A gente foi escutando e entendendo as falas oficiais da Igreja, emitidas diversas vezes por determinados bispos, pela Câmara Episcopal, às vezes pelo Primaz, e em muitos momentos da vida da Igreja. Até situações mais recentes, de pessoas que chegaram à Igreja em outro estágio (XXXIV SÍNODO GERAL DA IEAB, 2018).

Dentre as várias moções e falas de encerramento da CONFELIDER, foi lido o documento redigido durante o Encontro LGBT+³²², que foi acolhido pelos presentes.

A abertura do XXXIV Sínodo Geral ocorreu na noite da quinta-feira – Dia de *Corpus Christi* –, com cerimônia na capela do Centro de Convenções Israel Pinheiro³²³. A Celebração Eucarística foi presidida pelo Bispo Primaz, Francisco de Assis da Silva, e o sermão feito pelo bispo Mark Strange, da Igreja Episcopal Escocesa, que em sua mensagem, destacou o momento histórico vivido pela IEAB.

A assembleia sinodal iniciou seus trabalhos na manhã da sexta-feira. Dentre as pautas – além da votação para estender o matrimônio cristão a casais do mesmo sexo – também estava a escolha da Primazia da Igreja e da Secretaria-geral. Na 1ª Sessão, as delegações tomaram suas mesas (divididas pelas Dioceses e Distrito Missionário), enquanto as pessoas que não eram delegadas assentaram-se nas laterais do auditório para acompanhar as plenárias. Pela manhã, foram feitas as nomeações para as Comissões, GTs e Secretaria.

³²² Vide Anexo W, com a transcrição do texto redigido ao final do Encontro Nacional LGBT.

³²³ Vale ressaltar que a autorização para o uso do templo – de propriedade dos Salesianos –, foi dada pelo Arcebispo de Brasília, dom Sérgio da Rocha, sendo tal ato fruto das boas relações ecumênicas entre o prelado católico e o bispo Maurício Andrade.

No início da tarde, a Câmara Episcopal e a Câmara do Clero e do Laicato se reuniram para deliberações próprias. Em seguida, iniciou-se a 2ª Sessão, dedicada às propostas de alteração no texto dos Cânones Gerais. Dentre as várias mudanças, o Sínodo realizou a votação sobre a questão do casamento, tendo esta transcorrido sem debates acalorados.

No sábado pela manhã foi realizada a 3ª Sessão, com uma dinâmica de apreciação dos Relatórios dos Cargos, Comissões e GTs. À tarde, a 4ª Sessão tratou da eleição da Primazia da Igreja, quando foi escolhido o oitavo Bispo Primaz da IEAB, Naudal Alves Gomes. Como parte de suas atribuições, ele indicou, para ocupar a Secretaria-geral, a reverenda Magda Guedes Pereira. Em seguida, os nomes escolhidos foram apresentados ao público e, após os agradecimentos, os trabalhos da última sessão do Sínodo foram encerrados.

5.3 A VOTAÇÃO E A MUDANÇA CANÔNICA

A votação do Cânon acerca do “Matrimônio Cristão” ocorreu na tarde de 1º de junho, data em que a Igreja celebrava o 128º aniversário de sua fundação. Na pauta, o tema foi chamado de “Adequação Estatutária da IEAB ao Novo Código Civil Brasileiro”, pois, no âmbito jurídico, era isto o que a atualização dos Cânones Gerais representava. Duas propostas para a mudança canônica foram levadas ao Sínodo, uma criada pela Diocese Anglicana do Recife e outra pela Diocese Meridional. Ambas foram lidas para toda a assembleia, que ouviu os artigos que seriam votados. Após a leitura dos textos das emendas canônicas, foram levantadas algumas questões quanto à redação e os condicionantes para a aprovação e realização dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo nas Dioceses.

Dentre os pontos debatidos estava o Art. 191, que condicionava a aprovação da matéria ao nível provincial, mas as dioceses eram livres para ratificarem, ou não, as diretrizes do Sínodo, nos seus respectivos Concílios. Da mesma forma, durante as falas foi enfatizado que a extensão territorial do Brasil e a diversidade também engloba os jeitos e tradições presentes no país, além das diferenças entre as comunidades localizadas em áreas urbanas e rurais, de modo que garantir a liberdade de ratificação pelas Dioceses também é uma maneira de respeitar o “jeito de ser”, pensar e agir das comunidades mais tradicionais.

Ouvidos os argumentos de vários clérigos e esclarecidas questões de ordem, a mesa encaminhou a votação do Art. 185, que continha a matéria do “casamento entre pessoas do mesmo sexo”. Após a leitura da proposta levada ao Sínodo, os delegados e as delegadas levantaram seus cartões de votação, manifestando suas escolhas³²⁴. De um total de 62 pessoas, constaram 57 votos a favor, 3 contrários e 2 abstenções. A matéria foi aprovada.

Os aplausos irromperam junto com as comemorações dos delegados e delegadas das Dioceses em gratidão e louvor a Deus pelo fim de uma questão que dividiu a Igreja, que deixou marcas em dioceses, comunidades e pessoas, mas que foi decidida pela assembleia em uma atmosfera de cordialidade e consenso. O Primaz, Francisco de Assis da Silva, presidente da mesa, tomou a palavra: “este Sínodo tomou a sua decisão, ouviu todas as vozes e é um momento de profundo respeito e silêncio... [neste momento ele foi tomado pela emoção] porque o Espírito de Deus falou. Isso não quer dizer que as pessoas, que por ventura não concordam com essa decisão, não sejam propriedade do Espírito de Deus”.

Após o término da votação do resto do Cânon sobre o Casamento, os presentes se juntaram em um clima de festa, e ao mesmo tempo, de emoção, com vários delegados e delegadas se abraçando e chorando, sobretudo pessoas da comunidade LGBTQ+. Desse modo, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil tornou-se a terceira Província da Comunhão Anglicana a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo em todo o seu território. Quanto à redação do novo Cânon sobre o Matrimônio, das duas propostas votadas³²⁵, foi aprovado o seguinte texto:

CÂNON 38 Do Matrimônio Cristão Art. 185 - O matrimônio cristão é um pacto solene e público de uma união espiritual e física entre duas pessoas, independente do gênero ou orientação sexual, na presença de Deus, celebrado diante da comunidade de fé, por consentimento mútuo e íntimo e com a intenção de que seja por toda a vida (CÂNONES GERAIS DA IEAB, dez. 2018).³²⁶

Um dos aspectos mais interessantes desse texto é que ele foi elaborado pela Diocese Anglicana do Recife – a mesma que sofreu com diversas divisões por causa

³²⁴ Vide Imagem 35, com a fotografia do momento da votação.

³²⁵ A segunda proposta, dizia o seguinte: “o matrimônio cristão é um pacto solene e público de uma união espiritual e física entre duas pessoas na presença de Deus, celebrado diante da comunidade de fé, por consentimento mútuo e íntimo e com a intenção de que seja por toda a vida”. Durante o debate, foi decidido que esse texto, construído pela Diocese Meridional, fosse retirado da votação.

³²⁶ Vide Anexo X, com o texto do Cânon na íntegra.

do tema. Por isso, buscou-se dar ênfase em relação à “união espiritual e física entre duas pessoas, independente do gênero ou orientação sexual”, como afirmação da postura inclusiva da Igreja. Outro aspecto importante foi a proteção do direito de escusa, deixando bem claro que, seguindo o direito canônico consolidado, nenhum clérigo ou clériga pode ser obrigado a celebrar casamentos de pessoas divorciadas, ou de casais do mesmo sexo, ou que se encontrem em qualquer outra situação, necessitando justificar a sua negativa diante da autoridade eclesiástica diocesana a que estejam submetidos.

Art. 191 - Qualquer clérigo(a) desta igreja pode, por motivos de consciência, recusar-se a officiar qualquer cerimônia matrimonial e tais razões não lhe são exigíveis pela Autoridade Eclesiástica. Parágrafo único: A ninguém é permitido officiar o matrimônio cristão entre pessoas do mesmo sexo sem que tenha sido expressamente autorizado nos Cânones Diocesanos, conforme as exigências ali estabelecidas e com autorização por escrito do(a) bispo(a) diocesano(a) (CÂNONES GERAIS DA IEAB, dez. 2018).

Em seguida, o Art. 192 destaca que “a inobservância, em parte ou no todo, dos preceitos estatuídos neste Cânon é razão suficiente para o procedimento disciplinar contra o clérigo responsável, de acordo com os cânones respectivos”. Dessa forma, as alterações canônicas garantiram a isonomia de tratamento para qualquer pessoa que deseje se casar na IEAB, “independente do gênero ou orientação sexual”, ao mesmo tempo em que garante que os membros do clero que não se sintam confortáveis para realizar as uniões matrimoniais entre casais homoafetivos – por razões pessoais, convicções teológicas ou de fé – não sejam constrangidos ou punidos disciplinarmente. Por outro lado, exige-se que o bispo dê a autorização para a realização de tal cerimônia.

Com a aprovação do casamento, várias lideranças clericais manifestaram suas impressões acerca dos acontecimentos no Sínodo. O reverendo Arthur Cavalcante deu testemunho acerca da questão, rememorando sua trajetória na Igreja e como ele, enquanto membro da comunidade LGBTQ+, lidou com o tema ao longo dos anos.

Como membro da comunidade LGBTQ, acompanhei esse debate desde seu início, primeiramente como leigo e depois como clérigo ordenado. Senti na pele a discriminação e a perseguição quando me assumi na Diocese do Recife, e vi colegas terem lutas similares. Algumas pessoas deixaram a Igreja, outras perderam fé nas suas estruturas. Quando fui escolhido Secretário-Geral em 2011, a Igreja estava ciente de minha orientação

sexual e do fato de que estava em união estável com meu companheiro, Dr. David Morales. Isso não foi impedimento a tal função crucial. Em 2016, tivemos um sínodo extraordinário de modo a discutir nossos cânones como um todo. A discussão acerca do Santo Matrimônio foi muito desafiadora porque convidou a Igreja a falar sobre o tema mais abertamente. Permitiu às dioceses participar de discussões aprofundadas num tópico que não tinha sido plenamente debatido em todas as partes da Igreja até então. Sinto-me orgulhoso em testemunhar esse dia histórico para a Igreja brasileira, que é também o dia em que celebramos o 128º aniversário de sua fundação pelos nossos pioneiros e pioneiras. Nos posicionamos como um farol num momento em que este país (e o mundo) encontram tamanhas dificuldades, como o fundamentalismo religioso e as intolerâncias. Termino meu mandato como Secretário-Geral plenamente realizado (CONIC, 01 jun. 2018).

Já o bispo Mauricio Andrade destacou o sentido teológico que esta diretriz do Sínodo teve para a vida comunitária e sacramental da Igreja.

Aprovamos o que já vínhamos refletindo há mais de 20 anos, ou seja, a compreensão de que o Evangelho nos chama a viver o maior mandamento: o amor. É o amor que lança fora todo medo e acolhe todas as pessoas, permitindo o acesso a todos os sacramentos e ritos sacramentais da Igreja. Agora cada diocese deverá encaminhar e normatizar em seus Concílios Diocesanos o Cânon que permitirá a realização do casamento de pessoas do mesmo sexo. Que possamos nos manter unidos para servir e viver a missão que é de Deus (DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA, 10 jun. 2018).

A partir de então, os Cânones Gerais permitiam a realização do rito, mas para que a decisão do Sínodo passasse a vigorar, era preciso que a nova regra também fosse ratificada por cada uma das nove dioceses da Igreja, uma vez que estas se organizam e funcionam como unidades autônomas umas das outras, sendo reunidas sob um mesmo território enquanto Província. Do ponto de vista da Liturgia, o rito matrimonial do Livro de Oração Comum, de 2015, elaborado utilizando a neutralidade de gênero em sua linguagem, não ensejou a necessidade de atualização na liturgia, uma vez que já contempla a fórmula a ser utilizada nas celebrações do casamento entre duas pessoas de quaisquer gêneros.

Na manhã do domingo, dia 03 de junho, a Celebração Eucarística de encerramento foi realizada na Catedral da Ressurreição³²⁷, com a presença de todos os participantes, membros do clero da IEAB e também de representantes de outras Igrejas e órgãos ecumênicos. Durante a cerimônia o novo Primaz e a Secretária-geral foram investidos nos respectivos cargos. No altar, estavam presentes os dois

³²⁷ Vide Imagem 36, com fotografias da Celebração Eucarística de encerramento do Sínodo Geral.

primazes anteriores, bispos Maurício e Francisco. Ao final da celebração, o bispo Naudal encerrou os trabalhos do XXXIV Sínodo Geral da IEAB, batendo com a cruz primacial três vezes no chão, seguido de uma salva de palmas.

Existe um detalhe peculiar quanto a esta Celebração. Antes do encerramento da cerimônia, em agradecimento pela Diocese Anglicana de Brasília ter acolhido o encontro, o bispo Maurício recebeu um ícone pintado pelo reverendo Luiz Coelho, representando Cristo Ressuscitado, segurando um girassol branco (em alusão à sede da Diocese, a Catedral da Ressurreição, e ao cartaz do 34º Sínodo Geral e da CONFELIDER, que apresentava um girassol). Na imagem do cartaz, a flor se encontrava incompleta, sem uma fatia do círculo formado pelas pétalas. Porém, nas mãos do Cristo, o girassol estava completo, simbolizando que, a partir de então, a Igreja passava a acolher todas as pessoas, sem distinção, assim como Jesus.

5.4 A RECEPÇÃO DAS DIRETRIZES DO SÍNODO NAS DIOCESES

Uma das diretrizes aprovadas pelo Sínodo³²⁸ orientava que cada diocese teria a possibilidade de se manifestar quanto à mudança canônica, levando o tempo que fosse necessário para debater, votar e decidir pela realização – ou não – de tais celebrações em seus territórios. Nesse caso, os Concílios³²⁹ seguintes seriam responsáveis por regulamentar canonicamente a questão em nível diocesano, escolher quais metodologia e procedimentos seriam adotados para conduzir a questão, sempre em conformidade com os novos Cânones Gerais da Igreja, aprovados na assembleia sinodal. Agora cabia às dioceses, se aprofundarem nos conhecimentos, discussões e diálogos sobre Gênero, Sexualidade Humana e Direitos, à luz da Bíblia, da Fé cristã, da Ciência e da realidade de cada Diocese.

A Diocese Meridional foi a primeira do país a autorizar o casamento homoafetivo. Em seu 126º Concílio Diocesano, realizado de 08 a 10 de junho – um final de semana após o Sínodo –, o colegiado aprovou a proposta de alteração

³²⁸ Diferente do conceito católico romano, no Anglicanismo o Sínodo é a instância máxima de decisão de uma Província sendo composto por representantes do episcopado, do clero e do laicato, os quais se organizam internamente em suas Câmaras. Geralmente é chamado de Sínodo Geral para evidenciar abrangência da Igreja Nacional (a exemplo do Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra ou o Sínodo Geral da IEAB). Outras Províncias adotam o termo Convenção Geral (*General Convention*), por conta do processo de formação histórica, como é o caso da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

³²⁹ Concílio é o termo utilizado no Anglicanismo para designar a reunião da Igreja local. Diferente do Sínodo Geral, em que toda a Igreja se reúne, o Concílio é a instância de decisão máxima da Diocese.

canônica, por 46 votos a favor, 06 contrários e 06 abstenções, resultado que permitiu a realização do rito. Entre 12 e 15 de julho, ocorreu o 33º Concílio da Diocese Anglicana do Recife. A votação, realizada no dia 14 de julho, teve o seguinte resultado: 37 votos favoráveis, nenhum contra e 03 abstenções. Dessa forma, a proposta também foi aprovada com ampla maioria.

Já a Diocese Anglicana de São Paulo realizou o seu Concílio Extraordinário em 11 de agosto de 2018, e foi a terceira a aprovar a mudança canônica junto com o seu novo estatuto. Vale ressaltar que a proposta de “Celebração do Casamento Igualitário, a partir da experiência local” havia sido proposta pelo Concílio de 2016, de modo que a ratificação passou por ampla maioria de votos³³⁰. Depois da DASP, seguiu-se a Diocese Anglicana de Brasília, na qual, em seu 35º Concílio, nos dias 1º e 02 de setembro de 2018, a delegação conciliar aprovou a mudança canônica que autorizou o casamento: foram contabilizados 14 votos a favor e 06 contrários.

O 13º Concílio da Diocese Anglicana da Amazônia também encaminhou a discussão e votação sobre o casamento. A maioria dos votos foi a favor da mudança canônica, porém, alguns conciliares – clericais e leigos – se abstiveram e, assim, a matéria não foi aprovada. A votação ocorreu novamente no 14º Concílio, realizado em abril de 2019, que aprovou a proposta, por ampla maioria, com 02 abstenções e nenhum voto contrário. A última a realizar a mudança canônica foi a Diocese Sul-Occidental que, entre os dias 1º e 03 de novembro de 2019, realizou o seu 67º Concílio, em Bagé, na Paróquia do Crucificado. A ratificação diocesana das diretrizes do Sínodo se deu com 64 votos favoráveis, 07 contrários e 02 abstenções.

No Paraná a situação foi diferente do resto da IEAB. Durante Concílio realizado em Londrina, em 2016, foi feita uma moção de apoio para levar o novo cânon para o Sínodo; a proposta foi aprovada apenas com dois votos contrários e uma abstenção. Uma vez que o Sínodo deu o seu “sim” em Brasília, a DAPAR somente homologou a decisão no Concílio ocorrido em abril de 2019. Por outro lado, até o momento, as Dioceses de Pelotas e do Rio de Janeiro não homologaram as diretrizes. Na primeira, a matéria não foi aprovada no 41º Concílio Diocesano,

³³⁰ De acordo com o bispo César, no âmbito da DASP, durante o processo de votação, infelizmente as pessoas que estavam na mesa secretariando não contabilizaram os votos favoráveis e contrários. A ratificação se deu no contexto da aprovação dos novos estatutos diocesanos, praticamente por consenso e, segundo ele, por uma maioria bem expressiva de votos, talvez com três ou quatro votos contrários. O novo Cânon que trata sobre o Matrimônio se encontra no Capítulo XI, art. 27. Porém, cabe salientar que a prática pastoral de plena inclusão já era, por assim dizer, antiga, como parte da Tradição da Diocese. Assim, o tema já estava pacificado em São Paulo antes do próprio Sínodo.

realizado de 25 a 26 de maio de 2019, em Canguçu. Na segunda, a matéria ainda não passou na assembleia diocesana, sendo necessários novos debates locais.

Em 22 de julho de 2018, foi realizado o primeiro rito de casamento de pessoas do mesmo sexo na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil após a mudança canônica. A cerimônia, oficiada pelo reverendo Eduardo Henrique Ribeiro, selou o matrimônio de Roberto Oliveira e Ivanildo dos Anjos³³¹, ambos anglicanos confirmados e que estavam juntos há 29 anos (COELHO FILHO, 2020b, p. 18). O reverendo também foi convidado para officiar o primeiro matrimônio de um casal formado por uma mulher trans e um homem cis – Genilde e Thiago –, realizado na cidade de Petrolina, no semiárido pernambucano, no dia 08 de dezembro de 2018.

Devido ao caráter intimista, estas não foram registradas em matérias jornalísticas, diferindo de outras que se seguiram. Em entrevista concedida ao canal do Youtube “Paz e Bem”, do jornalista Mauro Lopes, o clérigo falou um pouco sobre estas cerimônias, que foram as primeiras do gênero realizadas por uma Igreja histórica no Brasil, e acerca dos desafios institucionais para superar a exclusão de pessoas LGBTQ+ nas comunidades cristãs.

Nós entendemos com muita naturalidade. E naturalidade entenda aqui, é um casamento entre pessoas. Porque são pessoas. São pessoas que por serem gays, lésbicas, trans, às vezes as portas físicas das nossas Igrejas estão abertas, mas essas Igrejas estão fechadas para eles. Porque aceitam de forma condicionada. [...] Historicamente tem sido assim. Gays, lésbicas, trans, enfim... sempre estiveram nas Igrejas Cristãs. Sempre, desde sempre. Mas não foram reconhecidos nas suas identidades. Identidades de gênero. Não foram reconhecidas como são. Por conta dessa, não puderam participar de forma plena dessa Igreja. A gente entende até que essa Igreja possa dar um banco para essas pessoas se sentarem, para que elas escutem a Palavra de Deus, mas estas pessoas, Paulo, não participam da Igreja, literalmente. Elas, historicamente, estão mutiladas, excluídas, deixadas de lado. (RIBEIRO, 07 jan. 2019).

O primeiro casamento entre duas mulheres ocorreu no dia 24 de novembro de 2018, na Diocese Anglicana de São Paulo, com o reverendo Arthur Cavalcante como oficiante (REIS, 24 nov. 2018). Na Diocese Meridional, o primeiro casamento aconteceu em 26 de janeiro de 2019, na Catedral Nacional da Santíssima Trindade, oficiado pelo deão, Jerry Andrei, e pela reverenda Elaine Nascimento (FOGLIATTO, 28 jan. 2019). Na Diocese Anglicana de Brasília, o primeiro casamento ocorreu em

³³¹ Vide Imagem 37, com a fotografia oficial do casamento.

27 de abril de 2019, na sua catedral, e foi oficiado pelo bispo Maurício Andrade, e pela deã, Tatiana Ribeiro (CAIXETA, 28 abr. 2019).

Acredito que a experiência da IEAB é um modelo para as Igrejas Cristãs, e também para a Sociedade, não no sentido da perfeição na implementação da pastoral, mas por ter sido extremamente humana e honesta ao lidar com o assunto da diversidade sexual. O I Congresso Igrejas & Comunidade LGBT+, organizado pela Paróquia da Santíssima Trindade e Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, em 2019, foi uma das respostas práticas que a Igreja pôde oferecer à onda de reacionarismos políticos e fundamentalismos religiosos que atravessamos no Brasil e coloca em ameaça as conquistas que obtivemos até o momento. A Carta de São Paulo, documento final, foi construída de forma ecumênica conjuntamente com os movimentos sociais, seguindo a linha profética inclusiva iniciada pelo Rev. Mário Ribas. Foi perceptível como Ribas foi lembrado durante o Congresso, principalmente por nós, pessoas anglicanas (CAVALCANTE, 2021, p. 8).

O perfil dos casais que procuram a Igreja para realizar este casamento é de jovens, geralmente vindos da Igreja Católica Romana ou que desejaram realizar a cerimônia religiosa, porém, não encontraram quem a oficiasse, ou pela recusa do clérigo ou por desconhecimento de outros meios. Embora a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil seja a primeira denominação histórica, no Brasil, a celebrar oficialmente esta modalidade do rito, sabe-se que, no passado (e no presente), outros reverendos que deixaram a Igreja por conta do avanço da pauta do casamento LGBT+ também realizaram (e continuam a realizar) estes casamentos – embora de modo bastante discreto para não escandalizar suas congregações –, especialmente para membros das classes média e alta das grandes capitais do país.

O avanço da IEAB no campo da Inclusividade foi resultado das teologias e hermenêuticas construídas e debatidas ao longo dos anos, mas, sobretudo, é resultante de movimentos e iniciativas – ora individuais, ora comunitárias –, que pressionaram a instituição para que implementasse ações concretas em momentos decisivos. Antes da mudança canônica, houve bênçãos sendo feitas na IEAB. Em 11 de maio 2011, o reverendo Elias Mayer Vergara realizou uma bênção de alianças, cinco dias após o STF equiparar as uniões estáveis homoafetivas às dos casais heterossexuais. Também foram realizadas bênçãos de alianças e de casais homoafetivos em Porto Alegre, Curitiba e Vitória. Todavia, foi dado mais um passo além de uma simples bênção.

No dia 27 de setembro de 2011 foi realizado um casamento entre um casal de duas mulheres que eram fiéis da Paróquia da Inclusão, localizada na cidade de

Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Este rito, celebrado sete anos antes da aprovação da matéria no Sínodo Geral de 2018, foi oficiado pelo reverendo Carlos Calvani, seguindo a liturgia do Livro de Oração Comum da época (a edição de 1988, uma vez que o novo LOC só foi aprovado em 2015).

A cerimônia não havia sido autorizada pelo bispo Maurício Andrade³³² – responsável pelo Distrito Missionário e então Primaz da Igreja –, nem pelo Sínodo ou outra instância decisória, de modo que a sua publicidade causou polêmica entre os próprios membros da Província e da Câmara Episcopal. Porém, o clérigo não foi disciplinado por tal transgressão aos Cânones Gerais, nem era possível anular a bênção dada ao casal. No ano seguinte, o mesmo bispo instituiu uma das noivas como ministra leiga da comunidade e a caminhada dela seguiu, até se consolidar como uma paróquia ativa nos dias atuais, hoje liderada por novos clérigos.

É importante destacar que esta cerimônia não foi apenas uma bênção de uma união homoafetiva – cuja questão tornou-se o estopim das tensões e divisões então existentes na Comunhão Anglicana e na própria IEAB –, mas foi um rito de casamento, revestido de toda a solenidade, seguindo a Liturgia oficial da Igreja, e, portanto, aos olhos da doutrina da IEAB, continha todos os elementos necessários à validade sacramental. Assim, podemos dizer que, mesmo sem ter tido um caráter oficial, o primeiro casamento público entre pessoas do mesmo sexo na Igreja, foi realizado antes da reforma dos Cânones Gerais, para que casais homoafetivos pudessem ter acesso de modo igualitário aos mesmos sacramentos e ritos.

De modo semelhante, hoje vemos uma série de atos de transgressão canônica que acontecem na Igreja Católica na Alemanha, na Áustria e na Bélgica, onde bispos estão apoiando a realização de bênçãos de uniões homoafetivas, mesmo após o *responsum* da Congregação para a Doutrina da Fé, que proíbe que sacerdotes abençoem casais homossexuais. Um dos bispos que está desafiando tal norma do Vaticano é dom Franz-Josef Overbeck³³³, bispo da Diocese de Essen, na Alemanha, que assegurou que não irá suspender nenhum padre de sua diocese que celebre tal rito (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 15 abr. 2021).

³³² Embora tenha sido um dos primeiros bispos a apoiar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ele temia que a publicidade dos ritos, naquele momento, pudesse expor de modo negativo e colocar em risco a própria comunidade.

³³³ Franz-Josef Overbeck faz parte do movimento de resistência à proibição do Vaticano protagonizada por uma série de bispos alemães, austríacos e belgas, dentre os quais se encontram o Cardeal Christoph Schonborn, Dom Franz Josef Bode, Dom Georg Bätzing, Dom Peter Kohlgraf, Dom Helmut Dieser e Dom Heinrich Timmerevers.

Embora estes atos de resistência ao discurso oficial do Vaticano e do próprio Papa Francisco não tenham sido organizados como uma campanha, a questão rapidamente ganhou as redes sociais, com o uso da *hashtag* em alemão #liebegewinnt (“o amor vence”), que gera inúmeras polêmicas entre católicos conservadores e tradicionalistas.

Diante dos três elementos que constituíram esta importante mudança na eclesiologia da IEAB, o Sínodo enquanto evento, o novo texto dos Cânones Gerais e a recepção de suas diretrizes pelas Dioceses e suas comunidades, percebemos que pouca coisa, de fato, mudou após a aprovação do casamento religioso entre pessoas do mesmo sexo na IEAB. Durante décadas a Igreja vinha debatendo e amadurecendo a questão, de modo que a aprovação sinodal não causou problemas internos. A decisão tomada no Sínodo apenas ratificou uma prática pastoral que vinha sendo consolidada há décadas.

Apesar da repercussão na mídia, as notícias sobre o resultado do Sínodo Geral de 2018 não geraram tanto impacto para o público LGBTQ+, além da busca, por parte de algumas pessoas, de conhecer a IEAB. Mas, para outras Igrejas do Brasil, a questão repercutiu e foi compartilhada em sites e redes sociais e, em alguns casos, vem sendo utilizada por certas denominações como parte de suas crenças e posições contrárias às novas ênfases teológicas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

5.5 A RECEPÇÃO DAS DIRETRIZES DO SÍNODO EM OUTRAS IGREJAS

Após a votação histórica ocorrida no Sínodo, diferentes veículos de comunicação, entre sites e blogs da Internet, reproduziram a notícia como o portal G1, Sul21, Gaucha ZH, Observatório G da Uol, Revista Forum, Guiame e outros.

Manchetes como “Igreja Anglicana aprova casamento gay” logo atraíram comentários, em parte a favor – apoiando a postura inclusiva da Igreja – e em parte contrários, com comentários de cristãos de perfil evangélico – seguidos da citação de trechos específicos das Escrituras que se opõem às relações homoeróticas. Sites de notícias cristãs, como Gospel Mais, Folha Gospel, Portal do Trono e outros blogs evangélicos também replicaram a notícia, com a presença de comentários semelhantes que rotulam a decisão da IEAB como “blasfêmia”, “apostasia” e que a

Igreja “nunca fez parte do corpo santo de Cristo” ou que “são meros instrumentos dos caprichos e aberrações humanas”, e chamam seus membros de “infiéis”.

Da mesma forma, outros comentários dividiam os ataques, apoiando a decisão como “super correta”. Também encontramos afirmações dizendo que “precisamos de outras igrejas assim”, e parabenizando a Igreja “por ser sinal do amor de Deus e seguir o chamado a cuidar da vida em toda sua formação”. Após o Sínodo e a aprovação nas Dioceses, em notícias veiculadas em sites da Internet, como o G1 da Globo, houve comentários com alto teor condenatório, possivelmente pelo próprio público conservador e de mais idade que costuma acompanhar as notícias do portal.

Percebemos que sites do universo *gospel* compartilharam a informação inverídica de que a Igreja sofreu sanções da Comunhão Anglicana e afastamento de sua participação em órgãos da entidade internacional. As matérias mesclavam as notícias do resultado do Sínodo, junto com as posições emitidas pelo Arcebispo Miguel Uchôa, da Igreja Anglicana no Brasil – talvez pela similaridade dos nomes das duas Igrejas e o desconhecimento das crises que ocasionaram o surgimento da outra denominação. Destacamos, também, que, passados alguns meses do Sínodo, o site oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, e outros domínios nele hospedados, sofreram ataques sistemáticos, e saíram do ar em definitivo³³⁴.

Diante disso, a primeira manifestação de uma Igreja sobre a questão veio justamente da Igreja Anglicana no Brasil, instalada como Província da GAFCON uma semana antes da realização do Sínodo de Brasília. A escolha desta data para o estabelecimento do novo status da denominação perante o mundo anglicano, não aconteceu por acaso, ela foi pensada como parte do discurso oficial da instituição.

No Comunicado Oficial, intitulado “Quem somos, com quem comungamos, no que cremos”, o Arcebispo Miguel Uchôa enfatiza que a Igreja Anglicana no Brasil e a

³³⁴ Aqui se faz necessária uma explicação sobre este fato, que repercutiu diretamente no andamento da pesquisa. Até o momento não foi possível saber a origem desse ataque. Porém, ele derrubou não apenas o site oficial da Igreja, como também outros sites hospedados no domínio principal, como o da Comissão Nacional de Liturgia, que continha arquivos de liturgias experimentais para o calendário litúrgico, os antigos sites dos Seminários Provinciais – o SETEK e o SAET –, assim como o site da Diocese Anglicana do Recife e do Sistema de Notícias da IEAB (SNIEAB). Sobre estes dois últimos, todas as notícias sobre a Diocese e a Província acabaram deletadas. Décadas de informações sobre a história da Igreja – inclusive toda a documentação do processo canônico do bispo Robinson Cavalcanti – saíram do ar, uma vez que os textos publicados não puderam ser recuperados, o que é uma imensa perda para a memória da Igreja. Após isto, o site oficial foi reconstruído, mas tivemos que procurar outras fontes para suprir o prejuízo causado por esse ataque que, acreditamos, foi orquestrado por grupos contrários à IEAB (infelizmente, tal tese dificilmente poderá ser provada).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, são denominações diferentes, ressaltando que o motivo da divisão, ocorrida em 2005, foi a discordância “no que diz respeito à normalidade da prática homossexual e à ordenação de pessoas dela praticantes ao sagrado ministério”. O tom pesado no início do discurso se destaca na declaração.

Ontem foi um dia infame para a história do cristianismo bíblico e histórico no Brasil. E justamente no dia em que celebramos a chegada e estabelecimento do anglicanismo no nosso país, que aqui chegou na bagagem de dois jovens missionários norte-americanos, Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris, em 1º de junho de 1890. Jovens cheios de sonhos e fiéis ao evangelismo anglicano, de visão missionária e confessional. Nesta mesma data, 128 anos depois, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil mudou a sua forma litúrgica e canônica para afirmar que o casamento, nessa denominação, não se faz apenas entre um homem e uma mulher, mas entre quaisquer duas pessoas, independentemente do gênero de cada uma delas. Em poucas palavras, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil declarou sua aprovação ao casamento homoafetivo. Como Bispo Primaz da Província da Igreja Anglicana no Brasil e diante deste fato lamentável, pesa sobre mim, e sobre os demais bispos de nossa igreja, para evitar qualquer mal-entendido, a responsabilidade e a necessidade de deixar claro nosso posicionamento contrário a tal decisão, bem como de esclarecer quem somos, com quem comungamos e no que cremos (MIGUEL UCHÔA, 02 jun. 2018).

Este texto foi publicado, na íntegra, em 02 de junho de 2018, no blog pessoal de Miguel Uchôa e, posteriormente na página da denominação, sem conter esta introdução, mas somente o texto que a segue. O discurso, veiculado um dia após a votação do Sínodo Geral da IEAB, apresenta a militância do então bispo diocesano, Robinson Cavalcanti, e sua resoluta obediência à Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth de 1998. O texto aprovado desta Resolução, parece ter-se tornado o principal fundamento do discurso para justificar a divisão ocorrida na Diocese Anglicana do Recife e a consequente organização da nova denominação; ele funciona, ao mesmo tempo, como base retórica e mito de fundação do grupo. Este discurso oficial, sustentado até hoje, é constantemente reproduzido em diferentes falas, por outros bispos da denominação, como Márcio Meira, de João Pessoa.

Após o Sínodo de 2018, também percebemos uma maior aproximação entre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. A presença da pastora Romi Bencke, então secretária-executiva do Conselho Nacional de Igrejas Cristas, na condição de observadora ecumênica, traduz muito sobre os avanços que a Igreja tem alcançado no campo da inclusividade. Diferente da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), mais conservadora no campo

teológico, a IECLB tem assumido uma postura bastante semelhante à da IEAB em questões sociais, porém, ainda não avançou no campo da Inclusividade. Entretanto, a abertura ao diálogo, bem como a presença cada vez mais crescente de mulheres e de pessoas LGBTQ+ em cargos de liderança, aponta para a possibilidade de, em um futuro próximo, a denominação abrir-se a tais questões, e aprovar a realização de casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Denominações cristãs relevantes no campo ecumênico brasileiro, como a Igreja Católica Romana, não se manifestaram sobre a aprovação da mudança canônica na IEAB, embora a notícia tenha saído no site do CONIC. Esta postura é condizente com as ações de não intromissão nas decisões internas de outras Igrejas, como prática necessária para o convívio nas diferenças. Da mesma forma, a decisão do Sínodo em nada alterou as relações entre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em dezembro de 2020, a Igreja da Inglaterra deu início ao debate formal sobre a doutrina e práticas acerca do casamento e da sexualidade humana. A proposta vem sendo debatida, em solo britânico, desde 1987 e implicaria uma mudança radical na doutrina e práticas pastorais e litúrgicas sobre as condutas homossexuais. Os estudos se estenderão até o Sínodo de 2022, prazo limite estabelecido pelos líderes da Igreja para se chegar à conclusão da questão.

A iniciativa é liderada pela Bispa de Londres, Sarah Mullaly, e pelo Bispo de Coventry, Christopher Cocksworth, que “organizou um grupo de mais de quarenta pessoas para trabalhar por três anos em uma série de discussões sobre temas relacionados, ouvir histórias e compreender a opinião dos outros. O anúncio fez parte do lançamento dos recursos “Vivendo em Amor e Fé”.

Depois de três anos de debates a portas fechadas, a Igreja da Inglaterra debaterá de forma oficial a possibilidade de casamentos entre duas pessoas do mesmo sexo no próximo Sínodo Geral, que deve ser celebrado em 2022. Uma aceitação que mudaria a doutrina do pecado sobre as condutas sexuais gays. Isso foi anunciado pelos bispos que pediram perdão pelo “dano e prejuízo” que podem ter causado à comunidade LGBTQ. Estes prelados admitiram que “o discurso da verdade, a santidade e o discipulado foram assumidos rigidamente” e por isso anunciaram a decisão da incorporação desta questão no sínodo (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 12 nov. 2020).

Um livro de 480 páginas, a ser lançado, será o maior trabalho do gênero feito até então na Comunhão Anglicana. Em seu prefácio, o Arcebispo de Cantuária,

Justin Welby, e o Arcebispo de York, Stephen Cottrell, reconhecem os problemas e danos causados à comunidade LGBT+. Esta iniciativa é inédita na Igreja da Inglaterra; em primeiro lugar, por ela ser a Igreja-Mãe da Comunhão Anglicana e, em segundo, por partir da sua cúpula, e ter o apoio dos dois principais líderes religiosos.

Caso os debates avancem, é possível que, junto com a opinião pública da sociedade britânica – que hoje vive uma maior abertura para questões da inclusão de pessoas homoafetivas nas vidas civil, política e religiosa do país –, a Igreja venha a aprovar o casamento religioso entre pessoas do mesmo sexo.

O biblista Paulo Ueti, assessor teológico da Anglican Alliance e Diretor de Educação Teológica das regiões de línguas lusófona, francófona e espanhola da Comunhão Anglicana, pontua que o diálogo acerca da questão da homossexualidade na perspectiva cristã não é privilégio do Anglicanismo, uma vez que a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo também foi debatido e aprovado por outras Igrejas, o que gerou problemas similares aos registrados nas Províncias anglicanas.

No que diz respeito à conversa que tem se estabelecido em muitas Igrejas sobre matrimônio (termo que necessita de debate e desconstrução) entre pessoas do mesmo sexo, está em plena fase de conflitos, tensões e criatividade. Duas grandes igrejas nos últimos anos aprovaram este procedimento: a Igreja Luterana e a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e a Igreja Luterana da Suécia. Depois de mais de 10 anos de diálogo difícil e tenso, porém criativo e espiritual, chegaram à decisão de aprovar o casamento de pessoas do mesmo sexo. Esta decisão quase gerou uma quebra da comunhão entre igrejas luteranas do norte do mundo e do sul do mundo, especialmente as igrejas africanas. Os motivos são conhecidos por nós. Leituras fundamentalistas e completo desconhecimento do assunto e do processo levaram a comportamentos violentos e nada cristãos. Este assunto e essa realidade das homossexualidades, não somente do casamento de pessoas do mesmo sexo, ainda urge, em nossa parte do mundo, de escuta e de diálogo. Os documentos e as conversas (não sei se eu classificaria como diálogos) ainda não atingem as congregações locais das Igrejas. A discussão teológica e ética ainda é privilégio de um pequeno grupo (ESTANDARTE CRISTÃO, jan. 2017, p. 19).

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que este assunto está longe de um aprofundamento, pois, no complexo processo de “diálogo, escuta e tomada de decisões”, as Igrejas ainda carecem de linguagem para incluir não apenas as suas próprias congregações e membros, mas, também, para estabelecer e transmitir este mesmo diálogo para outras denominações cristãs e religiões, grupos sociais mais vulneráveis e, em um sentido mais amplo, todo o povo, a quem se destina a Missão.

Não creio que seja uma questão de ser a favor ou contra. Esse é o equívoco da discussão do aborto ou da interrupção da gravidez indesejada. Essa provocação de ser contra ou a favor impede (ou mascara) o debate, a tomada de posição, o pronunciamento de palavras que podem transformar e o desafio de dialogar (produzir argumento e enfrentar a normatização e os fundamentalismos políticos religiosos). A maioria das pessoas ainda não tem sequer vocabulário para essa conversa das homossexualidades, do matrimônio e do matrimônio de pessoas do mesmo sexo. Não há vocabulário suficiente ainda para a conversa sobre a família (outro debate árduo e normalmente esquivado nas igrejas) e a identidade cristã. Se não há vocabulário suficientemente democratizado, imagino que não haja uma gramática organizada para um diálogo que seja processo de intercâmbio e não simplesmente catarse verbal. A igreja é o espaço de dizer a palavra e evitar que palavras "mal/ditas" ou não ditas apareçam e tenham seu lugar. É parte do processo terapêutico de cura e salvação (ESTANDARTE CRISTÃO, jan. 2017, p. 20).

A questão da Inclusividade também envolve a comunicação e as diferentes linguagens que podem ser utilizadas para envolver os diferentes segmentos sociais e grupos cristãos na busca por construir pontes e não muros. Nesse sentido, somente com o passar do tempo será possível amadurecer o diálogo sobre a questão e evitar desgastes como os vividos atualmente. Nessa perspectiva, não são as Igrejas as que mais sofrem com a falta de escuta e compreensão, mas as próprias pessoas homoafetivas, que continuam sendo maculadas por uma série de adjetivos e visões distorcidos, seja por sua própria condição, seja por estarem em ambientes inóspitos, nos quais, muitas vezes, são apontadas como “responsáveis” pela divisão das instituições religiosas, apenas pelo fato de elas terem decidido incluí-las como parte de seu discurso teológico.

O diálogo aqui travado, diz respeito muito mais a um método de condução do tema, do que a dar publicidade à questão (inclusive tomando ares de propaganda eclesial). A Igreja não pode esquecer-se de que a inclusão de tais pessoas deve passar, em primeiro lugar, pelos âmbitos religioso e espiritual. A inclusão das pessoas homoafetivas deve passar não apenas pelo filtro das relações institucionais e do discurso oficial, mas, sobretudo, pela dimensão do amor e do cuidado, que visa a incluir a todos(as), uma vez que o Anglicanismo constitui um verdadeiro mosaico.

A Igreja tem uma temática que é sobre a Inclusividade. A Igreja Anglicana não é uma Igreja para um determinado público. Pelo contrário, ela abre um público bastante diverso: homens, mulheres, jovens, crianças, velhos, casais, não casais, casais que já vem de outro casamento, gays, lésbicas... que se encontram neste espaço (IGREJA ANGLICANA – CONVÍVIO DE DIFERENÇAS, 2016).

O principal desafio da Igreja para o século XXI é saber como sustentar este diálogo, tanto interna quanto externamente e, sobretudo, aprender a enfrentar as diversas violências que perpassam o amplo debate acerca do tema da Inclusividade como um todo (não apenas a questão da sexualidade humana). Para tanto, as instituições, a sociedade civil e seus membros, ainda precisam aprender a dialogar. Apesar da longa trajetória dos debates, a reflexão está longe de ser pacificada.

Já existem muitos argumentos utilizados, teses construídas e posições e decisões tomadas. Porém, nada disso será capaz de gerar um consenso mínimo entre os envolvidos, pois nunca será “o bastante”, como a própria história eclesial já evidenciou. Entretanto, o Cristianismo, com a sua mensagem de paz e de reconciliação, traz em si mesmo meios e métodos, a partir de seu próprio *ethos*, para promover uma cultura de diálogo mútuo e de respeito às diferenças.

6 ANGLICANISMO: TENSÕES, RUPTURAS E CONTINUIDADES

O Anglicanismo não pode ser considerado apenas como uma tradição Protestante. Em virtude da autodefinição da Igreja Anglicana como uma “Igreja Católica Reformada” e do conceito da *Via-Média* como um “caminho entre extremos”, que evita o Catolicismo Romano e, no outro extremo, o Calvinismo de Genebra, nós temos uma eclesiologia *sui generis*, que não se identifica com nenhum dos dois movimentos. Da mesma forma, os elementos internos que formam o Anglicanismo – a saber, o contexto histórico de formação da Igreja pré-Reforma, o LOC e sua liturgia, a diversidade de tradições e correntes teológicas, a forma de governo episcopal etc. –, o tornam uma figura estranha dentro do próprio processo da Reforma Protestante.

Quando tratamos da História da Igreja, existem tradições cristãs que seguem a doutrina da sucessão apostólica – adotada pelos católicos, ortodoxos, anglicanos e episcopais e luteranos escandinavos –, e outras que negam a sua existência – luteranos não-escandinavos, presbiterianos, metodistas etc. –, e aqueles que grupos que seguem a doutrina do sucessionismo marginal – defendido por igrejas que adotaram o Landmarkismo. Segundo o fundador dessa doutrina, o “Cristianismo puro” teria sobrevivido à apostasia e às perseguições através de grupos pequenos e marginais, normalmente tidos como hereges. Tal doutrina foi adotada, sobretudo, por denominações que surgiram nos Estados Unidos, a partir do século XIX.

Uma delas é a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, cujos membros são popularmente conhecidos como *Mórmons*. Ela não é considerada uma igreja “protestante”, mas, sim, parte do Movimento Restauracionista norte-americano do século XIX, – assim como os Adventistas e os Testemunhas de Jeová. Este ramo possui uma classificação própria, que leva o próprio nome da Igreja, sendo considerado como o Movimento dos Santos dos Últimos Dias³³⁵.

Dessa forma, cabe a pergunta se o Anglicanismo não deveria ser considerado um movimento único do gênero, tal qual o Catolicismo Romano, o Cristianismo

³³⁵ O Movimento dos Santos dos Últimos Dias, também conhecido pela sigla SUD, ou popularmente chamado de “Mórmons”, é um movimento restauracionista surgido no início do século XIX, nos Estados Unidos, fundado por Joseph Smith Jr. Existem várias Igrejas dentro deste movimento, da qual, a mais expressiva em número de membros e atuação é a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. A sua Teologia é baseada nas escrituras próprias do movimento chamado Livro de Mórmon (*The Book of Mormon*), publicado por Smith, em 1830, que alega ter restaurado a igreja cristã primitiva com revelações adicionais, na qual ele seria o primeiro dos profetas de nossa era.

Ortodoxo e o Protestantismo? Por possuir características distintas dos grupos citados, aqui sugerimos que ele deve ser incluído em uma categoria própria, como um ramo distinto da Tradição Cristã que inclui a Igreja da Inglaterra e outras Igrejas Anglicanas e Episcopais, historicamente ligadas a ela ou que têm crenças, práticas e estruturas semelhantes, pela sua identidade como uma “Igreja Católica Reformada”.

A Igreja Anglicana entende assim ser simultaneamente uma igreja católica e reformada. Ela é, como alguém já disse, “católica para toda verdade de Deus e protestante contra todo erro humano”. Sendo assim ela quer aceitar as doutrinas próprias da Reforma sem ter que, necessariamente, lançar fora ou abrir mão de toda a tradição e riqueza que foi elaborada e guardada durante tantos séculos na história da Igreja universal. Ao mesmo tempo ela também pretende acolher em seu seio outras vertentes que têm surgido com o passar do tempo e sob a iluminação do Espírito Santo, sem que com isso, gere conflitos e concorra para a desagregação da igreja. A Igreja Anglicana entende ser parte da Igreja una, santa, católica e apostólica de Cristo, assim como tantas outras denominações. Ela afirma isto, porque não acredita que haja uma outra Igreja além da única Igreja de Cristo, assim como também não há outro corpo além daquele que é exposto nas páginas do Novo Testamento e que é denominado de corpo de Cristo (AQUINO, 2000, p. 71).

Dessa forma, o Anglicanismo deve ser considerado como uma categoria própria dentro do Cristianismo, na qual as chamadas Igrejas Episcopais – oriundas da Igreja da Inglaterra e de missões norte-americanas – englobam o mesmo ramo do Cristianismo, diferindo, apenas em sua nomenclatura, por questões históricas.

Aprofundando ainda mais a questão e trazendo-a para o nosso contexto, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil compartilha o “Quadrilátero de Lambeth” como base de sua eclesiologia e, também, para o diálogo ecumênico, o que define sua postura em relação ao que considera inegociável em sua Teologia e nos acordos bilaterais entre igrejas cristãs. Diante disso, podemos afirmar que, assim como outras Igrejas Anglicanas e Episcopais, a IEAB é uma Igreja “credal” e não “confessional” (como a Presbiteriana) ou “doutrinal” (como a Católica ou Luterana).

Esse minimalismo na definição dos conteúdos da fé faz com que a Igreja Anglicana não seja uma igreja confessional ou doutrinal. É uma igreja “credal”, pois exige que seus membros vinculem a fé apenas aos credos históricos da igreja antiga. Contudo, a forma como a adesão a essa fé se concretiza varia muito. Ser credal, nesse caso, vincula-se mais à forma que ao sentido, pois contenta-se em reafirmar o que está dito nos créditos antigos sem especificar seus significados ou tentar interpretá-los em códigos doutrinários fechados. Por isso a Igreja Anglicana do Brasil recusa-se a adotar os “39 Artigos de Religião” porque esses não são credais, mas confessionais. Na época de sua redação era extremamente forte a influência calvinista na Inglaterra. Os 39 artigos definem muitas coisas

consideradas “não essenciais” e restringe o diálogo. Com a postura credal, a IEAB acaba permitindo mais pluralismo e diversidade hermenêutica. Em uma igreja assim, a capacidade de convivência com a alteridade é fundamental para a sobrevivência institucional (CALVANI, 2010, p. 170).

A questão da identidade anglicana passa a ser o centro do problema em um momento histórico no qual ela está em xeque ao redor do mundo. E aqui, muitas Igrejas e acadêmicos lançam algumas questões: afinal, o que é ser anglicano no século XXI? Que Igreja pode ser considerada anglicana ou não-anglicana? Qual a função da Comunhão Anglicana hoje, enquanto uma estrutura de poder fechada, quando o próprio Arcebispo de Cantuária mantém relações com Igrejas que integram outras Comunhões eclesiais?

Embora essas questões não possam ser respondidas de modo simplório, é notória a crescente divisão das Igrejas da Comunhão Anglicana após o acirramento das tensões entre “conservadores” e “liberais”. No Brasil, isso se tornou ainda mais evidente com o surgimento de instituições que disputam suas legitimidade e autoridade no campo religioso.

O centro do problema, que abordamos neste capítulo, gira em torno de dois conceitos cunhados pelo teólogo Paul Tillich, chamados “Substância Católica” e “Princípio Protestante”. Para analisar esta teoria e aplicá-la aos processos de *rupturas* e *continuidades* no Anglicanismo brasileiro, buscamos relacioná-la com a teoria de Pierre Bourdieu sobre a disputa dos campos simbólicos, aplicando-as às Igrejas episcopais e anglicanas existentes em nosso país.

6.1 O ANGLICANISMO A PARTIR DE PIERRE BOURDIEU E PAUL TILlich

Segundo Bourdieu, o mundo social poderia ser compreendido a partir dos conceitos de *Campo*, *Habitus* e *Capital Simbólico*. Cada campo terá as suas regras. Para ter sucesso dentro de um campo será preciso ter o capital mais valioso: o social, o financeiro, o intelectual, o linguístico etc. Em suas teorias, ele evita utilizar a palavra “ideologia”, uma vez que, segundo ele, esta teria sido aplicada, ao longo da história, de maneira bastante vaga. Por isso, prefere utilizar os conceitos de “dominação simbólica”, “potência simbólica” ou “violência simbólica”. Dessa forma, quem detém o “poder simbólico” é capaz de dominar aqueles que não o possuem, estabelecendo, assim, as tensões entre os diferentes grupos.

Em sua obra *As Regras da Arte*, Pierre Bourdieu discorre sobre o estudo conceito de “campo” – aplicado à literatura e à construção de discursos – nos quais estes determinam as relações de poder entre os seus produtores e os seus receptores. No caso das religiões e de seus agentes, os líderes religiosos, existe uma disputa por espaços em um “campo teológico”, que produz a doutrina, os símbolos e as linguagens seguidas pelos membros dos grupos.

O campo é uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo etc.) entre posições - por exemplo, a que corresponde a um gênero como o romance ou a uma subcategoria tal como o romance mundano, ou, de outro ponto de vista, a que localiza uma revista, um salão ou um cenáculo como locais de reunião de um grupo de produtores. Cada posição é objetivamente definida por sua relação objetiva com outras posições ou, em outros termos, pelo sistema das propriedades pertinentes, isto é, eficientes, que permitem situá-la com relação a todas as outras na estrutura da distribuição global das propriedades. Todas as posições dependem, em sua própria existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, de sua situação atual e potencial na estrutura do campo, ou seja, na estrutura da distribuição das espécies de capital (ou de poder) cuja posse comanda a obtenção dos lucros específicos (como o prestígio literário) postos em jogo no campo (BOURDIEU, 1996, p. 261).

Este campo, segundo a teoria de Bourdieu, se constitui a partir de

suas próprias regras, princípios e hierarquias. São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os autores sociais que são seus membros (CHARTIER, 2002, p. 140).

No caso desse campo específico, o “teológico anglicano”, as Igrejas constroem suas relações de poder por um processo constante de ressignificação de suas Teologias, doutrinas, atuação social e do próprio jeito de ser e agir, o que aqui chamamos de *Ethos Anglicano*. Essa relação se dá por meio de um capital simbólico que a rege, e também define como ela irá alterar-se ao longo do tempo.

A todo momento, as lideranças religiosas anglicanas produzem discursos que acabam por se conformar às apreciações individuais e coletivas do público alvo (chamadas por Bourdieu *habitus*³³⁶). Já a maneira como estes indivíduos receberão o discurso – a *recepção* –, passa, obrigatoriamente, por um filtro, um juízo – que, no

³³⁶ O *habitus* é estabelecido através das diferentes práticas dos indivíduos e dos grupos sociais. Ele é uma espécie de mediador que molda os comportamentos dos seus membros, criando modelos que agregam e separam, unem e fragmentam o grupo e seus membros, os quais interpretam de diferentes maneiras, sendo para Bourdieu uma “subjetividade socializada”.

caso dos fiéis e das lideranças religiosas das Igrejas Anglicanas, se traduz a partir de suas concepções pessoais sobre os aspectos centrais da fé e da moral cristã, o que pode e o que não pode dentro do vasto espectro da doutrina.

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 2006, p. 145).

Os discursos veiculados por uma liderança religiosa, têm o seu conteúdo habitualmente mascarado pela busca de uma fundamentação e coerência que são os fios condutores nas tensões que brotam do jogo de poder no “campo anglicano”, uma vez que a maneira como os interlocutores se expressam determina o tom do discurso oficial. O resultado dessa troca é baseado no grau de importância dado a determinado assunto debatido e na profundidade das relações entre as lideranças, as dioceses ou até as Igrejas, o que culmina na existência de um poder simbólico, dentro do Anglicanismo, que permanece em constante disputa e repercute na vida diária das denominações, em sua atuação, e no impacto sobre o fiel que a frequenta. Algo que, em geral, passa despercebido pelos líderes e pelos membros. Tal poder simbólico é

um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um *fide*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (BOURDIEU, 2006, p. 177).

Em outras palavras, esse poder simbólico seria a autoridade – real ou simbólica – exercida sobre o fiel de determinado discurso, doutrina, ou até figura carismática, representando, nesse campo de relações, o “discurso oficial”, construído a partir de uma luta por espaços a serem ocupados e posições reafirmadas. Nessa disputa, o poder de persuasão e de dominação determina que local as Igrejas e suas lideranças ocuparão no futuro, tanto no Anglicanismo no Brasil, quanto mundo afora. Essa dinâmica de organização religiosa é atestada pelo pesquisador Marcelo Camurça:

Aqui há uma nítida concepção sociológica de organização religiosa. No polo dominante estão a igreja com seus agentes autorizados para o tratamento

dos bens de salvação sistematizados enquanto Teologias e liturgias que apenas estes dominam e oferecem ao consumo dos leigos e fiéis. [...] No polo alternativo está a produção de capital religioso para autoconsumo nas comunidades religiosas independentes e nas chamadas “religiões populares”. Portanto podemos observar na dinâmica interna do campo religioso, de um lado, relações de concorrência entre os tipos Igrejas e comunidades independentes, e, do outro, relações de transação entre produtores e consumidores no tipo igreja. (*In*: PASSOS; USARSKI, (orgs.), 2013, p. 297).

No Anglicanismo, a disputa por esse “discurso oficial” se baseia em alguns pontos-chave, a saber: novas posições da política eclesiástica sobre a inserção da Igreja em questões sociais (pautas políticas e ambientais, temas controversos como eutanásia, aborto etc.), mudanças na Liturgia e no LOC, a ordenação feminina e de pessoas LGBT+ ao sacerdócio e, por último, novas concepções sobre o matrimônio e a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Analisando criticamente, percebemos que essa disputa por “espaços de poder” e “discursos oficiais” está diretamente ligada à necessidade de determinado grupo se estabelecer como a instituição que representa oficialmente o Anglicanismo, ou que está sempre à vanguarda dos demais, ou que se reafirma como defensora da ortodoxia e da tradição, como se isso fosse capaz de determinar qual é a verdadeira identidade anglicana. Nas palavras de Schlammelcher:

Eles lutam entre si por poder e dominação no campo. Os vencedores em uma situação histórica podem estabelecer regras. E eles podem definir o que é “boa arte” ou “religião verdadeira” (*In*: PASSOS; USARSKI, orgs., 2013, p. 269).

A “religião verdadeira” aqui pode ser interpretada como referência à legitimidade e fidelidade às doutrinas do Anglicanismo histórico. Nesse viés, algumas Igrejas acusam outras de terem-se afastado da ortodoxia ou da “crença correta”. Em sua maioria, tais críticas partem de grupos de tendências conservadoras em relação aos progressistas, tanto de dentro quanto de fora da Comunhão Anglicana.

Pierre Bourdieu trabalha seu conceito de campo a partir dos arranjos possíveis entre os produtores do capital simbólico. No “espaço dos possíveis”, podemos compreender como dentro do Anglicanismo – uma expressão religiosa, aparentemente rígida e tradicional –, é possível a existência de posições tão divergentes e diversas, chegando a discursos localizados nos extremos da retórica

teológica, até a atitudes radicais, como os episódios vivenciados durante a Grande Crise, conduzido através das ações e discursos do bispo Robinson.

A relação entre as posições e as tomadas de posição não tem nada de uma relação de determinação mecânica. Entre umas e outras se interpõe, de alguma maneira, o espaço dos possíveis, ou seja, o espaço das tomadas de posição realmente efetuadas tal como ele aparece quando é percebido através das categorias de percepção constitutivas de certo habitus, isto é, como um espaço orientado e preenche das tomadas de posição que aí se anunciam como potencialidades objetivas, coisas "a fazer", "movimentos" a lançar, revistas a criar, adversários a combater, tomadas de posição estabelecidas a "superar" etc (BOURDIEU, 1996, p. 265).

Assim, indagamos: como essa teoria de Pierre Bourdieu pode se relacionar com as tensões e disputas dentro do Anglicanismo brasileiro e mundial? Aqui precisamos lançar mão de conceitos teológicos próprios, que se aplicam ao “campo teológico anglicano”. Em um texto introdutório na obra *Teologia Protestante nos séculos XIX e XX*, Carl Braaten expõe como o pensamento de Paul Tillich tornou-se crítico da maneira como os protestantes norte-americanos e suas Igrejas lidam com a ortodoxia ou a busca por uma “doutrina correta” em suas relações institucionais.

Em 1950 pronunciou uma série de conferências na biblioteca da Catedral de Washington sobre o tema, “A redescoberta da tradição profética na Reforma”. [...] As grandes doutrinas da Reforma, que se mumificaram por muitos de seus herdeiros, são tratadas por Tillich como símbolos vivos na nova relação com Deus que deu a Lutero o explosivo poder de sua obra reformadora. A própria contundente crítica profética de Tillich das pseudo-ortodoxias do protestantismo americano, dos liberalismos superficiais, e dos moralismos puritanos, veio da sua compreensão da mensagem de Lutero. Observou que nos Estados Unidos a pregação protestante tendia a tornar a graça de Deus, isto é, a atitude de Deus para com o homem, dependente da disposição moral dos indivíduos, de sua devoção religiosa e da crença correta (TILLICH, 2010, p. 29-30).

Foi nos Estados Unidos que Paul Tillich construiu a sua carreira de teólogo e pensador cristão, mas, também, de crítico, o que lhe valeu muitos opositores que o acusavam de ser um radical e, até mesmo, “herege perigoso”. Entretanto, esse radicalismo tillichiano não era iconoclasta, mas fundamentado na própria Tradição da Igreja. E o termo que o teólogo utilizava para esse radicalismo era a expressão “Princípio Protestante”, movente das mudanças trazidas pela Reforma que, por sua vez contrastava com “Substância Católica”, mantenedora da Tradição da Igreja, sempre alicerçada sob a Revelação Divina e o conteúdo das Escrituras. Assim, esta “substância” manteria algo duradouro com o passar do tempo ou, nas palavras de

Tilich, uma “unidade permanente dentro da mudança”, enquanto que o “princípio” – uma espécie de “critério permanente em face de todas as coisas temporais” – seria capaz de fazer a permanente reflexão crítica da história e da própria religião.

Estes termos foram comentados por Paul Tilich durante os seminários que realizou na 1ª Igreja Batista de Granville, Ohio, em 1960. Das gravações feitas durante as palestras, foi compilado um pequeno livro intitulado *Paul Tillich in Conversation* (1988). Em suas falas, ele passou a comentar sua visão sobre o Anglicanismo, a partir da pergunta de um clérigo episcopal, presente na conferência, que questionava as tensões existentes entre católicos e protestantes.

Compreendo seu ponto de vista muito bem e tenho expressado isso em minha própria linguagem conceitual usando os termos Princípio Protestante e Substância Católica que sempre devem andar juntos. Concordo plenamente com sua preocupação. De fato, o protestantismo perdeu muito de sua substância, da essência da catolicidade, da liturgia e do simbolismo católicos (*In: ASHBROOK, 1988, p. 83*).

Nessa conferência, Paul Tillich explica o processo histórico pelo qual o Protestantismo gradativamente perdeu a “substância católica” devido às mudanças significativas que a Reforma promoveu, especialmente com a quebra da unidade da Igreja, e de sua Tradição, junto com a sua forma de governo episcopal. Entretanto, segundo o palestrante, esta mesma substância manteve-se inalterada dentro do Anglicanismo, a partir do conceito da “Via-Média”.

Admiro a linha que a Igreja Anglicana sempre tentou seguir – a de encontrar uma via média entre a Igreja Romana sem o autoritarismo do Papa, e o Protestantismo evitando os elementos racionalistas, éticos e intelectuais da ortodoxia protestante (...). O Princípio Protestante exclui a possibilidade de um Papa porque ele coloca toda igreja sob o julgamento divino. Isso o impossibilita de se afirmar como uma instituição divina como também torna impossível a fossilização de uma doutrina ou liturgia imutável. Tudo está sob julgamento e nada pode reivindicar ser absoluto. A Substância Católica é a expressão dessa unidade na grande tradição (...). Tenho muitos alunos e amigos que são da Igreja Episcopal e eles freqüentemente me perguntam: ‘Por que você não se torna episcopal, já que o seu slogan da unidade entre Princípio Protestante e Substância Católica se encaixam tão bem em nossa eclesiologia?’ Eu respondo que não faço isso porque você só pode chegar a uma via-média se tiver experimentado os extremos. Essa é a minha crítica à Igreja Anglicana. Por exemplo, o Anglicanismo nunca se aprofundou em questões teológicas radicais. Os alemães são um povo mais impetuoso, inclusive na teologia. Fazem questão de ir aos extremos e pensar de modo radical. Já os britânicos são um povo muito mais bem comportado. Eles raramente vão aos extremos e têm dificuldades para cultivar experiências radicais de pensamento. A via média é possível apenas se for alcançada após palmilhar as vias mais extremas. Mas isso nunca aconteceu. A Igreja Anglicana, de fato, preserva muito do que o Protestantismo perdeu, mas ela

não consegue oferecer à maioria dos protestantes uma resposta capaz de atraí-los. Então, eu gostaria muito que alcançássemos uma via média, mas que essa nascesse da experiência nos extremos mais radicais (*In*: ASHBROOK, 1988, p. 85-86).

Ao cunhar as duas expressões, Paul Tillich não está se referindo a duas tradições cristãs distintas e dicotômicas. Seguindo o pensamento aristotélico de “substância” (de algo permanente, duradouro, numa coisa sujeita à mudança), e tomando “princípio” por “consciência” (algo que orienta o primeiro termo). O teólogo aponta nestas duas expressões aquilo que em sua concepção é essencial, imutável e inerente à Fé Cristã. Ao contrário da noção que a História e a Teologia construíram ao longo dos séculos, definindo tudo o que é católico ou protestante como opostos, tais conceitos são apresentados por Tillich na obra *A Era Protestante* como uma síntese, cuja relação é de complementaridade e, também, no terceiro volume de Teologia Sistemática (TILICH, 1963, p. 245), quando ele aborda a Pneumatologia.

A catolicidade é uma das marcas da Igreja, segundo Tillich. Desse modo, o Protestantismo histórico também a possui, quando preserva o seu significado. Mas, ao contrário da catolicidade católico-romana, fundada sobre a instituição Igreja e sobre o princípio da unidade através da submissão ao Papa, a Catolicidade protestante está totalmente ligada ao conteúdo da sua pregação e ação, e nunca à sua forma de existência. Assim, a Substância Católica é entendida como a preservação dos Sacramentos e também do Sacerdócio – aqui não entendido a partir da ótica *In Persona Christi*, mas do *Sacerdócio Universal de todos os Fiéis* –, que servem de mediação da Presença Espiritual de Cristo, como sua corporificação concreta e expressa na própria vida celebrativa da Igreja. Por sua vez, também se verifica a existência de um Princípio Protestante, cuja raiz significa, para ele, uma capacidade de auto-crítica do próprio Cristianismo em seu sentido mais profundo.

O princípio protestante não é uma ideia particular religiosa ou cultural; não se submete às variações da história; não depende do momento ou da diminuição da experiência religiosa ou do poder espiritual. Trata-se do critério absoluto de julgamento de todas as religiões e de todas as experiências espirituais; situa-se nas suas bases, tenham ou não consciência dele. Este princípio expressa-se, realiza-se, aplica-se e se relaciona com outros lados da relação divino-humana de maneiras diferentes em diferentes lugares e tempos, grupos e indivíduos. O protestantismo enquanto princípio é eterno; é um critério permanente em face de todas as coisas temporais. O protestantismo, na dimensão histórica, é um fenômeno temporal sujeito ao princípio protestante eterno (TILLICH, 1992, p. 14).

Para ele o “Princípio Protestante” não possui substância, pois a própria substância seria a “Católica”, e as duas se correlacionam constantemente. Daí vem a compreensão tillichiana do significado permanente da Igreja Católica para o Protestantismo, que passa pela compreensão da dimensão sacramental da própria Igreja (TILLICH, 1941), através da ideia da “Presença Espiritual”.

Ao mesmo tempo em que comentou o lado positivo do equilíbrio entre a “Substância Católica” e o “Princípio Protestante” no Anglicanismo, Paul Tillich criticava o fato dessa tradição cristã não se aprofundar em suas posições teológicas. Ao mesmo tempo, isso não significa que as Igrejas Anglicanas não possuam um “discurso oficial” sobre determinadas questões. Diferente de outras Igrejas cristãs, não foi criada uma “doutrina anglicana”; todavia, com o passar do tempo, um conjunto de crenças passou a ser seguido na política eclesiástica e na experiência pastoral das Províncias, sempre evitando posições radicais, através da prática da “Via-Média”. Essa postura de “evitar extremos” pode ser compreendida, a partir da visão tillichiana, como um exemplo do que ele chama de “Catolicidade Evangélica”. Já sobre a ótica do Anglicanismo, isso é o mais próximo do que podemos chamar de “discurso oficial”.

Calvani atenta para o perigo de invocar-se a “Via-Média” como um dos elementos que distancia o Anglicanismo de Roma e, ao mesmo tempo, de Genebra, uma vez que ele rompeu com o Papado, mas nunca aderiu a todas as teses e ênfases da Reforma Protestante. Essa mesma postura da Igreja Anglicana, pautada neste conceito, acaba, muitas vezes, por apresentá-la como uma espécie de “ponte” ou “equilíbrio” que evita os erros e abusos de outras Igrejas cristãs, o que, na prática, sabemos ser uma imagem idealizada desta tradição.

O conceito de “via-média” não está isento de riscos. Ele dá a impressão de que a Igreja Anglicana seria de algum modo “superior” às igrejas protestantes reformadas ou ao catolicismo romano porque teria desenvolvido um pretenso equilíbrio que as demais igrejas não atingiram. Além disso, o conceito de “via-média” está associado a Aristóteles, particularmente sua expressão “in medio virtus”. Significaria que “a virtude está no meio”, no equilíbrio entre dois extremos. Porém, não devemos nos esquecer que do latim “medio” ou “médium” também deriva a palavra “mediocridade” e o adjetivo “mediocre”. A maior ambigüidade presente no conceito de “via-média” é o risco de a teologia anglicana tornar-se simplesmente mediana ou, na pior das hipóteses, medíocre. E nesse ponto, ao menos, Tillich parece estar certo porque o ethos anglicano sempre primou pela acomodação ou, em momentos de tensão na política eclesiástica, as autoridades optaram por deixar que o passar do tempo esfriasse os ânimos (CALVANI, 2010, p. 174).

Todavia, é preciso considerar que o Anglicanismo possui uma diversidade em suas Igrejas, e uma vez que esta pluralidade é expressa, hoje, de formas distintas, podemos encontrar comunidades que celebram de maneira espontânea, a exemplo das que seguem a linha carismática, passando por cultos formais e sóbrios, típicos da liturgia calvinista, até missas com incensos, velas e ritualística medieval (algumas paróquias chegaram a resgatar o Rito de Sarum, celebrado no Canadá e Inglaterra).

Minha intuição particular é de que a via-média anglicana não representa de fato um equilíbrio entre Substância Católica e Princípio Protestante. No anglicanismo prevalece muito mais a Substância Católica e talvez isso explique a capacidade que a Comunhão Anglicana tem, de manter vinculadas, igrejas que apresentam ênfases tão diferentes. O fenômeno carismático que se observa no catolicismo com as missas dos padres cantores também existe no anglicanismo e mesmo quando pessoas ligadas a esses movimentos de cunho mais pentecostal se dispõem a liderar uma reforma na igreja, a maneira como a instituição lida com isso acaba por desanimar os ânimos entusiastas. O resultado é que a Igreja nunca toma a iniciativa de excluir ou excomungar ninguém que esteja incomodando. As próprias lideranças entusiastas acabam por se afastar ou romper a comunhão criando novas igrejas. Desse modo, o seu iconoclasmo e seu anseio por reforma sempre migram para outras áreas (CALVANI, 2010, p. 174-175).

A situação exposta por Calvani revela a capacidade que tem as Igrejas da Comunhão Anglicana de acomodar correntes e tendências tão diferentes – e muitas vezes opostas. Desse modo, a deposição do bispo Robinson durante a Grande Crise do Recife, na qual a própria “excomunhão” de um membro do alto clero da Igreja, representou um ato extremo, ao qual se recorreu quando a situação tornou-se institucionalmente insustentável. Esse aparente paradoxo, realçado pela existência (e convivência) de tendências internas nas Igrejas e de Províncias com posicionamentos totalmente diferentes sobre as mais variadas questões, é sintetizada no conceito e jargão anglicano “Unidade na Diversidade”.

Quando abordamos a questão da identidade anglicana à luz da teoria bourdieuana, o conceito de *habitus* acaba rompendo com as visões deterministas e unidimensionais das crenças e práticas anglicanas, defendidas por alguns teólogos e lideranças do Anglicanismo brasileiro e mundial. Os atores sociais disputam espaços a partir do capital de que dispõem. No caso dos grupos e lideranças da Comunhão Anglicana, os teólogos e bispos lutam por espaços nos quais seus discursos e posições doutrinárias sejam validados pelos clero e laicato. Assim, eles

se articulam em torno de alianças entre lideranças que compartilham as mesmas ideias. Desse modo, o que fica em jogo é a conquista de postos de liderança ou a influência dos que os ocupam, para assim, obterem a legitimação e a confirmação de suas posições, agora como uma espécie de “discurso oficial” da Igreja Nacional ou da própria Comunhão Anglicana. Entretanto, como vimos, inexistia uma instância oficial que ratifique o pretense discurso a ser seguido por todos.

Ao relacionarmos as atuais disputas teológicas e pelos espaços de poder dentro do Anglicanismo – utilizando a teoria presente no pensamento de Pierre Bourdieu –, aplicando-a à teoria da “Substância Católica” e “Princípio Protestante”, elaborada por Paul Tillich –, compreendemos a razão pela qual, hoje, o campo anglicano, no Brasil e no mundo, se encontra tão dividido, o que nos leva elucidar melhor as crises eclesiais e as lutas fratricidas surgidas nos últimos tempos. Devido a essa pluralidade latente na forma como se expressa a fé anglicana, por muitas vezes vimos o Anglicanismo atingir os extremos dos quais ele dizia afastar-se, o que, em alguns casos, levou a disputas internas entre grupos que se identificavam com corrente “A” ou “B” – inclusive tentando impô-las a um determinado grupo, Diocese ou à Igreja inteira –, o que gera disputas pela “identidade anglicana” na política eclesiástica e na experiência pastoral.

Entretanto, veremos que, ao contrário do que alguns membros do clero e até bispos afirmaram ao longo da história do Anglicanismo – especialmente na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil –, não podemos apontar qual única expressão de fé anglicana pode ser considerada “pura”, “autêntica” ou “verdadeira”. Por causa disso, estamos diante da disputa por uma identidade anglicana múltipla.

6.2 A DISPUTA PELAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES ANGLICANAS

No seu livro *Anglicanismo: uma introdução*, o reverendo Jorge Aquino lança uma pergunta que é feita pelos anglicanos constantemente: quais são os elementos que identificam os anglicanos? Aquino afirma que a identidade anglicana não é definida pela estética litúrgica, pelas vestes do clero ou pela arquitetura sacra dos templos anglicanos, mas, sim, pelo seu jeito de ser e de viver. Esse *ethos anglicano* que intitula um capítulo da referida obra é aprofundado pelo próprio autor:

Cada comunidade de fé possui um jeito próprio de ser. Tenho certeza que se começasse a descrever alguns jovens carecas, vestidos com longas roupas alaranjadas e vendendo livretos nas rodoviárias e aeroportos, imediatamente nos viria a mente a figura dos Hare Krishna. Por outro lado, se fosse descrever um grupo de pessoas discursando em praça pública, vestidos com paletós e empunhando a Bíblia, certamente nos lembrariamos dos nossos irmãos pentecostais. Qual a imagem que fazemos do anglicanismo? Me parece fora de qualquer dúvida que o anglicanismo não está associado a um tipo exclusivo de paramento ou mesmo a gestos particulares. O que nos identifica como anglicanos não é a estrutura arquitetônica uniforme de nossos templos (mormonismo?) ou o fato de andarmos com pastas pelas ruas vendendo revistas religiosas de casa em casa. Parece também um certo consenso afirmar que o que nos determina e nos identifica como anglicanos está muito mais ligado ao que está em nossa forma de agir e de ser do que o que está em nossa crença (AQUINO, 2000, p. 122).

Apesar de possuir características externas marcantes – a saber, uma eclesiologia reafirmada pela “via-média” e uma auto-identificação como “Igreja Católica Reformada”, a administração exercida pelo governo episcopal, a unidade litúrgica (através do uso do Livro de Oração Comum), as vestes e paramentos específicos (roquete e chamarra dos bispos e típete dos ministros ordenados), e a arquitetura sacra diversa (desde a preferência por templos em estilo gótico e neogótico inglês, até pequenos espaços, pensados pela arquitetura moderna) –, o que marca o Anglicanismo é a pluralidade de posições, discursos e linhas teológicas seguidas pelas comunidades e lideranças, tendências estas que, muitas vezes, são opostas entre si e que, em algumas situações, acabam gerando tensionamentos.

As evidências dessa “via-média” ganham visibilidade em algumas peculiaridades anglicanas: tal como no catolicismo romano, nossa igreja tem estrutura episcopal e preserva as três ordens ministeriais (bispos, padres e diáconos), mas semelhante ao protestantismo, não se exige de ninguém o celibato. Tal como no catolicismo, o centro da vida litúrgica é o altar e a comunhão eucarística, mas grande ênfase é dada na pregação. Utiliza-se terminologia tipicamente católica (diocese, paróquia, eucaristia, missa, sacristia, padre, etc), mas ao mesmo tempo admite-se que padres sejam chamados de “pastores”, que a missa seja designada “culto” ou que a Eucaristia seja designada em algumas paróquias simplesmente como “Santa Ceia” ou “Ceia do Senhor”. Assim é o ethos anglicano – uma constante tentativa de acomodar diferenças em prol da preservação da comunhão (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 82).

A diversidade presente no uso de tais terminologias constitui uma das características do Anglicanismo. Essas terminologias são adiáforas, podem ser usadas, mas não há uma exigência. Nada impede o uso, mas há liberdade para fazê-lo ou não. O que importa aqui não são as palavras, mas o seu sentido na

Liturgia anglicana, no seu jeito de fazer Teologia e, sobretudo, na sua compreensão como Mistério. Quem explica isso é o teólogo e reverendo Jaci Maraschin, que traz exemplos sobre como os anglicanos compreendem a Eucaristia.

Antes de considerarmos o valor da Eucaristia na vida diária é necessário compreendermos o seu significado e o seu lugar na longa história do Cristianismo. Os muitos títulos que a qualificam apenas indicam a riqueza de seu conteúdo e a impossibilidade teológica de se encontrar uma palavra que transmita o seu significado cabal. Chamemos este Sacramento de Ceia do Senhor ou Missa, Divina Liturgia ou Santa Comunhão, Santa Ceia ou Santa Eucaristia, estaremos apenas dando testemunho da limitada apreensão humana das verdades celestiais e manifestando a nossa imensa necessidade de comunicação (*In: KRISCHKE et al, 1960, p. 77*).

O uso abrangente desses termos que, a princípio, parecem contraditórios entre si – por aparentemente terem sua aplicação exclusiva em determinada tradição cristã, ou por serem fechados em si mesmos nos seus significados –, na verdade estão inseridos na perspectiva anglicana como parte da tentativa da Teologia Anglicana, de viver, *a priori*, o Cristianismo como uma experiência do Sagrado, da Revelação Divina, e não como uma experiência da instituição.

Obviamente, a instituição religiosa chamada Igreja, como qualquer outra, possui elementos que constituem a sua identidade. Por exemplo, o pronome de tratamento consagrado ao longo da História para se referir aos ministros ordenados do Anglicanismo é *reverendo* ou *reverenda*, uma vez que, durante a Era de Ouro da Rainha Elizabeth I, no século XVII, buscou-se a identidade da Igreja da Inglaterra como uma Via-Média entre o Catolicismo Romano e o Protestantismo Calvinista, de modo a evitar seus extremismos e exageros, como pontuou Paul Tillich.

É comum ouvirmos no Sudeste pessoas chamando o reverendo de *padre* e a celebração eucarística de *missa*, por conta da influência trazida por reverendos brasileiros que foram estudar nos seminários episcopais de Nova York, durante a década de sessenta. Por outro lado, no Nordeste é mais comum os reverendos serem chamados de *pastores* e a celebração dominical de *culto*, devido à influência de lideranças evangélicas durante toda a história da Diocese Anglicana do Recife. Já no Sul, onde a Igreja surgiu, consagrou-se o termo *reverendo* e *culto*, devido à influência direta dos missionários do Seminário de Virgínia.

Tomando o exemplo do “jeito de ser” da Diocese Anglicana do Recife, este apresenta-se como único dentro da IEAB, pois a maneira como esta pequena parte

da Igreja brasileira construiu a sua identidade teve como principal marca uma identidade evangélica e missionária. Da mesma forma, outras Dioceses também construíram seu *ethos* de modo distinto. Assim, cada Igreja, Diocese, Paróquia ou Missão é única, dentro do vasto espectro do Anglicanismo, não podendo determinado grupo ditar o modo como outros construirão a sua identidade.

Podemos dizer que é a ética que mais define a fé ou a identidade de um grupo religioso, do que os seus aspectos externos e estéticos. Em outras palavras, “a fé das pessoas é descrita em livros teológicos, estruturada em organizações e expressa em culto. Ela também manifesta-se no estilo e no modo de vida. Na verdade, o estilo de vida sempre revela convicções teológicas e éticas básicas” (LEITH, 1997, p. 109). Aqui, as vidas comunitária, celebrativa e missionária da Igreja, se manifestam por meio da identidade anglicana que, antes de ser rígida, apresenta-se em sua diversidade e deve ser compreendida não como um bloco fechado em seus próprios conceitos, mas como caminhos pelos quais essa manifestação pode transitar através dos elementos que constituem essa identidade.

Os conceitos de “Igreja Alta” (*High Church*), “Igreja Baixa” (*Low Church*) e “Igreja Ampla” (*Broad Church*) – também traduzido como “Igreja Larga” –, são bastante utilizados no Anglicanismo quando se trata da questão da identidade; todavia, eles são pouco aprofundados em seus significados, implicações e, até mesmo, origens e evolução histórica. Estes termos, que passaremos a chamar, mais à frente, de *Cultura*, são entendidos em seu contexto original através da palavra inglesa *Churchmanship*, para se referir às tendências, correntes e partidos dentro da Igreja da Inglaterra. Este termo deriva de uma palavra mais antiga, *Churchman* (do inglês, clérigo, eclesiástico), que tem, em sua raiz, um contexto político e não teológico. No século XVII, era utilizada para definir pessoas que apoiavam a Igreja e seu governo episcopal e foi usada, pela primeira vez, em 1680.

Já no século XIX o termo foi utilizado para distinguir os anglicanos dos membros de grupos dissidentes (ex.: Presbiterianos, Metodistas, Congregacionais). Hoje, prefere-se utilizar o termo *Tradição*, ao invés de *Churchmanship*, devido ao seu sentido neutro. Dentro dessas “Tradições” ou “Culturas” eclesiais, encontram-se a da Igreja Alta e a da Igreja Baixa, as quais traduziam posições políticas favoráveis ou contrárias à monarquia inglesa e à Igreja da Inglaterra.

A expressão “*Igreja Alta*” (High Church) foi cunhada no final do século XVII para se referir à ala da Igreja da Inglaterra que, desde o período elizabetano resistia às investidas dos reformadores puritanos, enfatizando a continuidade histórica com a Cristandade Católica pré-reformada, o que implicava em um conceito “alto” sobre a autoridade da Igreja, especialmente no que diz respeito ao Episcopado e aos Sacramentos. No século XVI Bancroft e Hooker, e, no século XVII Andrewes e Laud, são tidos como representantes desse pensamento. Alguns aderiram ao cisma dos “*Non-Jurors*”, e outros permaneceram na Igreja Estabelecida, havendo um declínio dessa proposta no século XVIII, apesar da influência de nomes como Butler e Johnson. A tendência da “Igreja Alta”, de certa forma, veio a renascer, na terceira década do século XIX, com o Movimento de Oxford, conhecido, também, como Tratarianismo ou Anglo-Catolicismo (CAVALCANTI, 2009, p. 94).

Porém, quando aplicados apenas ao contexto eclesial e litúrgico, Igreja Alta e Igreja Baixa tornam-se posições adotadas no culto e na condução das comunidades. Dadas as limitações históricas da Igreja da Inglaterra da época que por conta da baixa quantidade de clérigos e das grandes distâncias entre as paróquias, não conseguia prestar seus serviços às comunidades localizadas nas zonas rurais; assim, por falta de ministros ordenados, muitas vezes o papel da liderança era assumido por ministros leitores (ministros leigos) que, além de conduzirem o culto de maneira mais simples e breve – com ênfase na pregação e não na celebração dos sacramentos –, e, em consequência, deixavam de lado o elaborado ritualismo típico da Igreja Alta ao focarem nos aspectos espirituais do cotidiano.

A expressão “Igreja Baixa” (Low Church), por sua vez, foi usada para se referir ao outro extremo do espectro eclesial inglês, àqueles herdeiros da tradição Reformada, mais influenciado pelos Puritanos, dando menor importância ao Episcopado, ao Sacerdócio e aos Sacramentos, cujas crenças se aproximavam, muitas vezes, dos Protestantes Não-Conformistas. O termo foi cunhado no século XVIII, em contraste com a “*Igreja Alta*”, e foi reavivado, no século XIX, em setores do Evangelicalismo (CAVALCANTI, 2009, p. 95).

Com o passar do tempo, o significado desses termos foi alterado, de maneira que, no final do século XIX, foram usados para rotular diferentes posturas teológicas e práticas litúrgicas desenvolvidas na Igreja da Inglaterra. Logo após a introdução da dicotomia “Alta” e “Baixa”, um novo grupo oriundo da Igreja Baixa foi apelidado de “Latitudinários”. O Latitudinarianismo foi uma doutrina surgida na Universidade de Cambridge, no século XVII, entre clérigos e teólogos anglicanos moderados. Estes, em face do acirramento das disputas religiosas no país, defendiam que aderir a sistemas doutrinários fechados, com liturgias estabelecidas e formas institucionais

rígidas, como faziam os puritanos e os teólogos carolinos, era desnecessário e poderia ser até prejudicial para a unidade da Igreja que se encontrava fragilizada.

Este grupo dos “Latitudinários” era rejeitado por adeptos dos partidos “Alto e Baixo”, não por conta de sua indiferença às questões doutrinárias, mas, sim, por sua posição política de moderação diante das disputas da época. Devido à sua postura “relativista”, como apontado por seus críticos, ela daria margem a uma interpretação mais “ampla” das Escrituras, Doutrinas e Disciplina eclesiásticas. Assim, deu-se a origem à corrente chamada Igreja Ampla ou Igreja Larga (*Broad Church*).

Uma terceira designação aparece no século XIX, com a “*Igreja Larga*” (*Broad Church*), com autores como Arnold, Hampden, Clough e Stanley, que contribuíram para a publicação de “*Ensaios e Revisões*” (1860). Eles opunham objeções a definições positivas na teologia, buscando interpretar as rubricas e formulários anglicanos de um modo “*largo*” ou “*amplo*”. Foram depois chamados de “*modernistas*”, precursores do Liberalismo. Na realidade, se pode traçar uma relação entre a “*Igreja Larga*” e os Latitudinarianos do século XVII, que emprestavam pouca importância à verdade dogmática, à organização eclesiástica e à liturgia, representados, por exemplo, pelos “*Platônicos de Cambridge*”, arminianos, e que influenciaram a atmosfera “*morna*” do Anglicanismo do século XVIII (CAVALCANTI, 2009, p. 95).

No passado, essas questões estiveram no centro de controvérsias profundas que dividiam a Igreja em verdadeiros partidos ou correntes, a exemplo das disputas entre anglo-católicos e anglo-evangélicos da Inglaterra. O cerimonialismo defendido pelos grupos de tendência *High Church* estava muito próximo das práticas da Igreja Católica Romana e incluía devoção ao Santíssimo Sacramento, culto aos santos, celebração dominical da Missa com intenções aos mortos, prática de confissão auricular, uso de paramentos eucarísticos, como a casula, e de elementos como a hóstia, ao invés do pão fermentado, e outros elementos litúrgicos como incenso, água benta e sinos nos rituais. Embora essas práticas não fossem completamente desconhecidas na Igreja da Inglaterra, elas caíram em desuso com o tempo e as disputas sobre o culto e a disciplina eclesiástica. Por outro lado, mesmo com a forte influência do Calvinismo e as tentativas de uma reforma radical da Igreja pelos puritanos, permanecia o senso de que havia uma continuidade com a Tradição.

Com a rápida ascensão dos anglo-católicos nas universidades e nas paróquias da Inglaterra, a questão alcançou dimensão jurídica quando o Parlamento Inglês aprovou a Lei de Regulamento do Culto Público, em 1874, com o objetivo de “derrubar” o grupo dos “ritualistas”. No entanto, as acusações de corrupção do *ethos*

da Igreja da Inglaterra foram superadas em 1906, quando a Comissão Real anulou a Lei, admitindo que era necessário mais pluralismo na liturgia. Assim, até hoje, os diferentes grupos convivem em meio à latente diversidade da Comunhão Anglicana.

Durante o século XIX, quando a Igreja Alta e a Igreja Baixa ganharam novos significados, surgiu a corrente chamada de Igreja Ampla ou Larga (*Broad Church*). O termo foi cunhado por Arthur Penrhyn Stanley, deão da Abadia de Westminster, a partir de 1864. O termo pretendia designar, inicialmente, o grupo que não conseguia se enquadrar claramente na condição de “evangélico” ou de “anglo-católico”. É uma espécie de “via-média interna”. Por sua vez, a Igreja Ampla originou o movimento, adjetivado de “Liberal”, durante o século XX.

Atualmente, as pessoas que se identificam com um destes três principais grupos são geralmente chamadas de Evangelicais, Liberais e Anglo-Católicos (este último é utilizado como sinônimo para se referir aos membros do Movimento de Oxford). Dadas as possibilidades de configuração e evolução dos próprios conceitos, hoje é possível mesclar tais correntes, a partir da própria identidade assumida pelo indivíduo, como “Anglo-Católico Liberal”, “Evangelical Liberal” ou “Anglo-Católico Carismático”, uma vez que a própria noção de “Igreja Ampla” não possui mais o sentido histórico de sua origem latitudinária; hoje, ela identifica anglicanos que não são totalmente “Altos”, “Baixos” ou “Liberais” (HYLSON-SMITH, 1993, p. 340).

Devido a essa pluralidade de tendências, configurações e elementos que as formam, aqui preferimos utilizar o termo *Cultura* ao invés de *Tradição* (pelo sentido de rigidez, que não permite a evolução, podendo também ser confundido com o terceiro elemento do “Tripé de Hooker”), *Partido* (pelo seu sentido político, já em desuso) ou *Corrente* (algo que flui, mas que, ao mesmo tempo, é abstrato). Antes, porém, precisamos definir as razões para a escolha do conceito de Cultura.

A palavra “Cultura” foi utilizada em diferentes campos semânticos em substituição a outros termos como “mentalidade”, “espírito”, “tradição” e “ideologia” (CUCHE, 2002, p. 203). Até o século XVI, esta palavra de raiz latina era usada para se referir ao cultivo, à proteção, ao “cuidado com algo”, seja com os animais ou com o crescimento da colheita. Com o advento da contemporaneidade, surgiram novas ideias sobre Cultura no âmbito das Ciências Sociais, da Filosofia e da Antropologia.

Dentre eles, podemos apontar duas características que marcam a cultura como os diferentes modos de vida de um determinado grupo e como a dinâmica que

produz a Arte, com seus signos, significados e linguagens, através dos quais se desenvolve a atividade intelectual e a construção dos diferentes modos de entretenimento “através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 2). Da mesma forma, apontamos que o próprio conceito deve ser aplicado em diferentes realidades sociais, inclusive na própria religião e suas relações coletivas, das quais surgem símbolos, valores, ideias e comportamentos.

Uma vez que a cultura de um grupo social abarca os seus conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes, e todo um sistema de símbolos compartilhados com aqueles que interpretam esta realidade, conferindo um sentido tangível aos que interagem com ela, igualmente podemos apontar que as mesmas características estão presentes nas Tradições-Partidos-Correntes do Anglicanismo, sendo mais plausível tomá-las como uma Cultura. Assim, podemos falar em diferentes Culturas Eclesiais: Anglo-Católica, *High Church*, Evangelical, *Low Church*, Liberal, *Broad Church*, Carismática.

Quando abordamos os três principais grupos, *High*, *Low* e *Broad*, estamos tratando de posições específicas dentro da cultura teológica e litúrgica do Anglicanismo, que envolvem questões sobre posturas teológicas acerca de determinados assuntos como o sentido da Igreja, a moral e a sexualidade humana, e o papel da Igreja na sociedade. Da mesma forma lida com questões relativas às práticas litúrgicas, costumes, devoções pessoais etc. Por isso, precisamos aprofundar a compreensão sobre a origem de tais palavras.

Quando falamos do Anglo-Catolicismo, estamos tratando de um fenômeno que surgiu do Movimento de Oxford, através de intelectuais e clérigos dessa universidade, e que se espalhou por outras Igrejas no final do século XIX e início do século XX, promovendo as culturas teológicas e litúrgicas *High Church*, em muitas Dioceses das Igrejas da Inglaterra e Episcopal dos Estados Unidos, como Salisbury e Nova York, por exemplo. Porém, o seu alcance foi restrito a determinados lugares.

Carece de qualquer fundamento histórico dizer que exista Anglo-Catolicismo no Brasil, seja em uma Diocese ou na própria Província, pois a IEAB não foi influenciada pelo Movimento de Oxford; ela surgiu da ação missionária do Seminário de Virgínia, de orientação *Low Church* e Evangélica. Em alguns casos, clérigos que

se identificam com os elementos teológicos e litúrgicos *High Church*, reproduzem-nos em suas crenças, na maneira de celebrar, de se vestir e no seu cotidiano de oração. Historicamente nunca houve um movimento anglo-católico organizado na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Isso também não impede que, no futuro, possa surgir algo similar, talvez influenciado pelo Catolicismo Popular e suas devoções, inclusive como aprofundamento das raízes da religiosidade brasileira.

Já o movimento Evangelical, do século XX, é uma resposta à expansão do Anglo-Catolicismo iniciada no século anterior. Ele não necessariamente caminha ao lado da cultura litúrgica *Low Church*. Esse movimento, por sua vez, foi o que permitiu o crescimento do Movimento Carismático no Anglicanismo ao redor do mundo, e ainda mantém sólidas raízes em toda a Comunhão Anglicana. Percebemos uma ênfase muito grande dele, sobretudo na Igreja da Inglaterra, que está retomando padrões evangélicos de culto, lançando mão de ofícios religiosos voltados para a juventude, com estética, música e linguagem modernas.

Também percebemos que, juntamente com o crescimento do movimento Evangelical na Inglaterra, temos uma ênfase teológica estranha dentro da própria Liturgia, com um acentuado caráter *Baixo* em algumas comunidades. Hoje em dia, podemos ver muitos batismos, na Igreja da Inglaterra, feitos por imersão total, geralmente em piscinas de plástico colocadas fora ou até mesmo dentro dos templos (o que reproduz uma prática comum no meio evangélico atual). É uma prática que diverge do costume, uma vez que, durante séculos, se utilizou – e ainda se utiliza – o batismo por aspersão, realizado em pias batismais, como forma já consagrada nas comunidades. No Brasil, as ênfases mais fortes do movimento Evangelical se fizeram sentir nas Dioceses do Rio de Janeiro e do Recife, especialmente nesta última, onde o Anglicanismo teve fortes bases missionárias.

Por sua vez, quando falamos nos “Liberais” dentro da Comunhão Anglicana, referimo-nos a um movimento acadêmico que teve início por meio de diferentes teólogos e teólogas, sobretudo a partir da década de 1960. Ele surgiu da construção de novos modelos de Teologia e da aplicação do método histórico-crítico na exegese bíblica, enquanto busca de novas respostas para os dilemas do século XX, de modo a compreender como a Revelação não se encontra dissociada dos problemas éticos, políticos, econômicos e sociais da contemporaneidade.

Atualmente criticada, sobretudo por lideranças de orientação tradicional ou ortodoxa, a Teologia Liberal foi importante para elaborar novas respostas da Fé Cristã para os problemas surgidos na contemporaneidade. Até mesmo dentro das Teologias sistemáticas desenvolvidas no século passado, com suas posições “neo-ortodoxas” e mais dialéticas, encontramos autores, a exemplo de Paul Tillich, que defendem a legitimidade de posições e hermenêuticas consideradas “liberais” como uma das saídas para se fazer um pensamento teológico sadio, evitando os extremos do fundamentalismo e seus vários modos de se expressar na vida da Igreja.

No curso desta tentativa mediadora, torna-se cada vez mais claro para mim que a realização da chamada teologia liberal tem de ser defendida com grande paixão religiosa, ética e científica; a saber, o direito e dever da crítica histórico-filológica da literatura bíblica sem qualquer apelo exceto à integridade da pesquisa e à honestidade científica. Qualquer interferência dogmática nesta obra nos levaria para dentro de novas ou velhas superstições – mitos e símbolos não compreendidos como mitos e símbolos – e, visto que isto não pode ser feito sem a inconsciente supressão da sã instrução, para o fanatismo. A força deste neo-biblicismo é óbvia na Europa continental, mas já pode ser sentida neste país também, e mesmo entre liberais à moda antiga (TILLICH, 2020, p 13).

Apesar do texto de Tillich, publicado em 1949, apontar para uma crescente onda de fundamentalismos surgindo na Europa e nos Estados Unidos da América, por outro lado, observava-se o surgimento nos seminários de Igrejas históricas, de uma postura cada vez mais progressista, chamada por alguns de “humanismo teológico” ou “liberalismo”. Dentre as Igrejas em que se via esse movimento de abertura às críticas teológica, bíblica e eclesiológica, encontravam-se a Luterana, a Presbiteriana e a Episcopal dos Estados Unidos.

As ideias que eram desenvolvidas em seminários como o Union, em Nova York, entre outros, rapidamente chegaram aos púlpitos das grandes Igrejas norte-americanas, em especial da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Entre os vários clérigos que estiveram na vanguarda encontra-se o bispo James Albert Pike, da Diocese da Califórnia. Ele foi uma das primeiras lideranças episcopais a defender abertamente questões ligadas à ordenação feminina, à ordenação de clérigos e clérigas homossexuais e o próprio casamento religioso entre pessoas do mesmo sexo. Acusado de heresia – dentro e fora da própria denominação –, o bispo Pike escreveu uma de suas obras mais famosas, *If This Be Heresy* (“Se isto for heresia”, em tradução livre), como resposta aos ataques sofridos.

Nos últimos anos, o aprofundamento das pautas defendidas pelos chamados “teólogos liberais” permitiu que estas ganhassem espaço para o debate em várias Igrejas da Comunhão Anglicana (embora em vários momentos tenham sido excluídas, sob argumentos de autoridade e de base fundamentalista). Apesar desta hermenêutica teológica mais aberta não ser exclusividade nem se encontre presente apenas na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, podemos dizer que tais ideias primeiramente se desenvolveram e amadureceram em solo estadunidense; posteriormente, foram divulgadas e recebidas em outras Províncias, o que torna esta Igreja “pioneira” em relação às pautas da Inclusividade.

Quando usamos rótulos específicos para definir membros ou grupos como Anglo-Católicos, Liberais, Evangélicos, Tradicionais, Fundamentalistas, ou Carismáticos, estamos entrando no perigoso campo do binarismo entre “Conservadores e Liberais”, “Tradicionais e Progressistas” e seus reducionismos. Em sua obra *Anglicanismo: Uma Introdução* (2000), o reverendo Jorge Aquino apresentou uma tabela intitulada de “Correntes do Anglicanismo”, dividindo-a em dois quadros, a partir do binômio “Católico” e “Protestante”. Esta tentativa de criar um organograma para apresentar a diversidade de Culturas Eclesiais carecia de uma análise mais aprofundada das configurações, engessando-as nas lacunas.

Em seu livro *Anglicanismo: Identidade, Relevância, Desafios* (2009), Robinson Cavalcanti também lançou mão das tipologias apresentadas por Aquino, dividindo as duas tabelas no que chamou de “Tendências”: A – Igreja Alta; B – Igreja Baixa; C – Igreja Larga. Elas são divididas em duas grandes alas: 1. Católicas e 2. Protestantes, sendo, depois, divididas em quatro lacunas: 1.1. Anglo-Católicos; 1.2. Moderados (substituindo a tipologia de Tradicionais); 1.3. Liberais; 1.4. Carismáticos; 2.1. Evangélicos; 2.2. Fundamentalistas; 2.3. Liberais; 2.4. Carismáticos.

Para a análise dos diferentes elementos que compõem a “identidade anglicana”, utilizamos as tabelas elaboradas pelo reverendo Jorge Aquino. Mas foi preciso ir além das linhas e colunas, e considerar a existência dos elementos que se cruzam, ziguezagueiam e transitam dentro do esquema proposto. A crítica que aqui propomos na análise a seguir, é uma tentativa de desconstruir uma visão que permaneceu durante muito tempo entre lideranças anglicanas no Brasil, de que essas identidades eram estáticas e que as pessoas deviam se enquadrar em alguma.

Tabela 8 – Correntes do Anglicanismo – Católicos				
Temas	Anglo-Católicos	Tradicionais	Carismáticos	Liberais
Ênfase Histórica	Pré-Reforma	Pré-Reforma	Pré-Reforma	Pré-Reforma
Afinidades	Ortodoxos e Romanos	Ortodoxos e Romanos	Ortodoxos e Romanos	Ortodoxos e Romanos
Fontes Teológicas	Patrística	Patrística	Patrística/ Pentecostais	Patrística/ Iluministas
Quadrilátero de Lambeth	Tradição, Episcopado, Credo, Escrituras	Tradição, Episcopado, Credo, Escrituras	Tradição, Episcopado, Credo, Escrituras	Tradição, Episcopado, Credo, Escrituras
Revelação	Tradição	Tradição	Tradição/ Experiência	Tradição/ Razão
Ferramentas Científicas	Não	Sim, com reservas	Sim, com reservas	Sim
Soteriologia	Sacramentalista	Sacramentalista	Sacramentalista/ Experiência	Universalista
Ética	Moralista	Moralista Moderada/ Social	Moralista	Situacional/ Social
Inserção Sociopolítica	Alienação/ Direita	Formal/ Direita	Formal/ Direita	Sim, tendência à Esquerda
Locus Litúrgico	Altar	Altar	Altar	Altar
Liturgia	Ritualista	Ritualista	Ritualista/ Emoções	Ritualista
Divórcio	Não	Sim	Sim, com reservas	Sim
Ordenação Feminina	Não	Divididos	Divididos	Sim
Ordenações/ Uniões Gays	Não	Não	Não	Sim

Fonte: AQUINO, 2000, p. 228.

Tabela 9 – Correntes do Anglicanismo – Protestantes				
Temas	Liberais	Carismáticos	Evangélicos	Fundamentalista
Ênfase Histórica	Reforma	Reforma	Reforma	Reforma
Afinidades	Protestantes	Protestantes	Protestantes	Protestantes
Fontes Teológicas	Reformadores/ Iluministas	Reformadores/ Pentecostais	Reformadores/ Evangélicos	Reformadores/ Fundamentalista
Quadrilátero de Lambeth	Escrituras, Tradição, Episcopado, Credo	Escrituras, Credo, Tradição, Episcopado	Escrituras, Credo, Tradição, Episcopado	Escrituras, Credo, Tradição, Episcopado
Revelação	Escrituras/ Razão	Escrituras/ Experiência	Escrituras	Escrituras
Ferramentas Científicas	Sim	Sim, com reservas	Sim, com reservas	Não
Soteriologia	Universalista	Conversão/ Experiência	Conversão (Calv./ Arm.)	Conversão (Calv./ Arm.)
Ética	Situacional/ Social	Moralista	Moralista Moderada/ Social	Moralista
Inserção Sociopolítica	Sim, tendência à Esquerda	Formal, tendência à Direita	Sim, difusa	Alienação/ Direita
Locus Litúrgico	Púlpito	Púlpito	Púlpito	Púlpito
Liturgia	Despojada/ Moderada	Despojada/ Emoções	Despojada/ Moderada	Despojada/ Extremada
Divórcio	Sim	Sim, com reservas	Sim	Não
Ordenação Feminina	Sim	Divididos	Divididos	Não
Ordenações/ Uniões Gays	Sim	Não	Não	Não

Fonte: AQUINO, 2000, p. 229.

Várias tentativas de análise dessas tabelas foram realizadas por inúmeros clérigos e lideranças leigas. Persistem, entretanto, alguns problemas contidos nela e que são merecedores de comentários. A nosso ver, não podemos compreender o Anglicanismo dentro da perspectiva da estereotipia, mas, sim, da fluidez, pois, ao se engessar tais Culturas Eclesiais, se perde a diversidade, a pluralidade e as diferenças que as enriquecem.

Portanto, tal como já foi apontado no título deste subcapítulo, não podemos falar em apenas uma “identidade anglicana”; devemos levar em consideração que ela é formada por diferentes elementos que se complementam e somam. Apontamos, portanto, para a existência de “múltiplas identidades” dentro de uma mesma Igreja – daí o título proposto para este trabalho. Não podemos definir o que é esta pretensa “identidade anglicana” apropriando-nos apenas de uma coluna ou linha das tradições apontadas por Aquino, como, por muitas vezes, esta leitura foi feita no passado, tanto por clérigos da Igreja quanto por pesquisadores do tema.

Embora uma Diocese, ou até mesmo uma Igreja inteira, não possam ser consideradas anglo-católicas ou evangélicas em sua totalidade – dada a particularidade de cada comunidade – notoriamente existe uma profunda tendência de nivelamento, especialmente através da liturgia, na qual as culturas “Alta” e “Baixa” ganham mais evidência pela sua apresentação estética nas celebrações e, em consequência, na forma como esta identidade se expressa na vida comunitária como um todo. Dessa maneira, por meio de uma síntese histórica, podemos apontar, em linhas gerais, a existência de um *ethos*, um jeito de ser de determinada comunidade ou Província da Comunhão Anglicana.

Quando nos debruçamos sobre a história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, percebemos que, no campo da Liturgia, ela possui um *ethos* voltado para uma cultura que transita entre *Low Church* e *Broad Church*. Já no campo da Teologia, temos alguns exemplos, como a Diocese Anglicana do Recife que, desde a sua fundação, segue uma linha Evangélica-Liberal ou Evangélica Aberta, ao mesmo tempo em que é influenciada pela Teologia da Libertação. Todavia, esta análise generalista não deve ser tomada como um rótulo, uma vez que estes são perigosos. Seja por parte do laicato ou do clero, qualquer pessoa pode transitar sem nenhum problema entre essas culturas. Mas, para realizarmos uma análise adequada, é preciso compreender o conceito de “múltiplas identidades”.

A bispa Marinez afirmou em documentário sobre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, produzido pela TV Brasil em 2016: “eu posso ser muito protestante e ser anglicana e ser muito anglo-católica, e ainda assim ser anglicana, e a gente convive com essas diferenças”. É preciso enfatizar que as lideranças clericais devem não apenas respeitar o que se chama de “temperamento anglicano”, expressão que se refere aos modos característicos de pensar e de se comportar de uma tradição. Segundo Jonh Westerhoff, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, o temperamento anglicano é, ao mesmo tempo, compreensivo, ambíguo, mente-aberta, intuitivo, estético, moderado, naturalístico, histórico e político; ele se expressa, no cotidiano, através da Via-Média, que evita os extremos.

É preciso que as lideranças da Igreja saibam identificar o perfil de uma comunidade (seja a sua ou outra que esteja visitando) e respeitá-la em suas visões teológica, litúrgica, e na sua cultura eclesial como um todo. Toda comunidade possui uma história que foi construída ao longo dos tempos, por isso é preciso que o clero saiba como conduzir, instruir e lidar com os seus fiéis, especialmente os neófitos. Nas palavras do reverendo Arthur Cavalcante, no documentário supracitado, o líder religioso “é aquele que vai acompanhar o seu povo por caminhos diversos. Ele não está ali para apenas rezar uma missa, é para estar perto dessas pessoas, caminhar com elas, não num papel frio, mas num papel que possa interagir”.

Desde a sua origem, o Anglicanismo tem sido um espaço de apresentação e de aprendizagem mútua entre diferentes identidades assumidas pelos seus membros e Igrejas. Um espaço anglicano saudável é aquele onde as identidades são apresentadas e acolhidas na perspectiva cristã. O teólogo norte-americano Jaroslav Pelikan chamou a Tradição de “a fé viva dos mortos”, enquanto o Tradicionalismo é a “fé morta dos vivos”.

Esse trocadilho traduz um dos principais problemas a serem resolvidos dentro do Anglicanismo, na qual, por muitas vezes, o enfoque na Tradição junto com a “Teologia Liberal” desenvolvida nos últimos tempos, geralmente é apontado como uma das razões da “morte” de muitas comunidades, especialmente na IEAB. A questão não é “se” a Tradição ou os Liberais estão sendo a razão da “morte” de comunidades, mas, sim, “como” isso acontece. E a resposta pode ser encontrada na maneira como as lideranças estão respondendo a esta questão. Além do mais, o Liberalismo é um posicionamento teológico e não eclesiológico ou denominacional.

Pessoas anglicanas que se identificam como “Liberais” também comungam das ideias de teólogos e teólogas liberais de outras Igrejas.

Para compreender melhor como é possível essa diversidade coexistir (mesmo em meio a períodos de crise), precisamos romper com a análise feita por teólogos como Jorge Aquino ou Robinson Cavalcanti, que ora engessaram algumas dessas posições adotadas, ora condenaram outras que se firmaram ao longo da história, não apenas no Anglicanismo, mas também em outras tradições cristãs. Para isso, usaremos a proposta de Thomas McKenzie e sua analogia com a Rosa dos Ventos.

Tabela 10 – A Rosa dos Ventos de Thomas McKenzie



Fonte: MCKENZIE, 2014, p. 18. Tradução do autor.

Na obra *The Anglican Way* (O Caminho Anglicano), o reverendo Thomas McKenzie apresenta as culturas teológicas e litúrgicas de forma mais abrangente, indo além das quatro categorias apresentadas por Jorge Aquino e outros estudiosos do Anglicanismo. Para além da dicotomia “católico-evangelical” ou “conservador-liberal”, temos a introdução de outras formas de conceber e viver o Anglicanismo em outras dimensões na devoção pessoal, correntes teológicas e práticas pastorais. McKenzie se utiliza da analogia das setas da Rosa dos Ventos que estão presentes no símbolo da Comunhão Anglicana para apontar outras categorias. Elas são classificadas da seguinte forma: “Católico”, “Evangélico”, “Ortodoxo”, “Carismático”, “Conservador”, “Liberal”, “Ativista”, “Místico”. Aqui trazemos a explicação do próprio clérigo sobre essa releitura para trabalharmos a questão das múltiplas identidades.

Na década de 1950, um sacerdote chamado Edward West projetou um logotipo para a Comunhão Anglicana: a Rosa dos Ventos. De acordo com o site da Compass Rose Society, “o centro da Rosa dos Ventos contém a cruz de São Jorge e é cercado pela inscrição em grego, 'a verdade vos libertará'. Os pontos da Rosa refletem a propagação de Cristianismo Anglicano em todo o mundo”. Neste livro, usarei a Rosa dos Ventos para apresentar a você aspectos importantes do Caminho Anglicano e como eles funcionam juntos. Estarei expandindo bastante a ideia original do Reverendo West. A propósito, muitas vezes há uma mitra, um chapéu alto usado por um bispo, retratado no topo da Rosa. Simplifiquei o símbolo removendo a mitra, mas apenas para facilitar a compreensão da Rosa. Você verá que, na Rosa dos Ventos, existem oito setas direcionais principais em quatro barras. As setas oeste e leste estão em uma barra, as setas norte e sul estão em outra, etc. Eu penso nas oito setas principais da bússola como oito direções que as pessoas ou igrejas podem seguir em sua busca para levar uma vida cristã. Individualmente, tendemos a nos encontrar em lugares diferentes em cada uma dessas barras. Alguns praticam sua fé nas bordas extremas, enquanto outros estão mais próximos do centro moderado (MCKENZIE, 2014, p. 19).

Logo, essa representação da Rosa dos Ventos traduz da melhor forma a atual conjuntura dos caminhos possíveis dentro do Anglicanismo. Thomas McKenzie quebra a ideia de que um fiel anglicano só pode seguir uma linha, ao dividir a Rosa dos Ventos em posições moderadas e extremadas. As pontas das setas seriam as posturas mais radicais dentro do Anglicanismo, as quais apontam para o risco de posturas fundamentalistas e de um distanciamento do *ethos* anglicano. Ao mesmo tempo, McKenzie considera que é possível a adoção de posturas moderadas e até mescladas em relação como “evangélicos-ativistas”, “católicos-liberais”, “ortodoxos-místicos”, “carismáticos-conservadores” e outras variações.

Em seu estudo, Thomas McKenzie explica e exemplifica cada uma das posições que podem ser adotadas dentro do esquema da Rosa dos Ventos pelos seguidores do *Caminho Anglicano*, a começar pela tradição evangélica.

Há uma tradição evangélica substancial no Caminho Anglicano. Começando especialmente na década de 1730, havia fortes pregadores desses valores evangélicos em nossas igrejas. John Wesley, cujos seguidores fundaram a Igreja Metodista, era um pregador evangélico anglicano. Outro evangélico foi o grande George Whitefield. Ele ensinou uma mensagem bíblica, engajada e centrada na cruz de salvação pessoal pelo sacrifício de Cristo. Charles Simeon foi o pastor anglicano da Igreja da Santíssima Trindade em Cambridge, Inglaterra, de 1783 a 1836. É muito tempo (54 anos) para ter o mesmo emprego. Quando chegou à Santíssima Trindade, foi seu primeiro pregador evangélico. Essa era a época em que os bancos eram propriedade de famílias que podiam pagar o privilégio. Os bancos tinham portas que seriam trancadas, impedindo que outros se sentassem neles quando o dono estivesse fora. Durante a primeira década do ministério de Simeão, os donos dos bancos trancavam seus bancos e se recusavam a ir à igreja e achou sua mensagem de salvação pessoal ofensiva. Muitas vezes, Simeon veio à igreja e descobriu que as portas externas estavam trancadas, impedindo-o de entrar. Ele perseverou. Ele pregou uma mensagem consistente do Evangelho e ensinou outros ministros a fazerem o mesmo. Por causa de sua fidelidade, Cambridge tornou-se o centro da fé evangélica na Inglaterra e transformou o Caminho Anglicano. [...] Na era moderna, os anglicanos evangélicos tiveram líderes como C. S. Lewis, John Stott, J. I. Packer, George Carey e N. T. Wright. Eles fundaram escolas, particularmente a Trinity School for Ministry em Ambridge, Pensilvânia. (MCKENZIE, 2014, p. 28-29).

Dando continuidade, ele apresenta a tradição católica no *Caminho Anglicano*, explicando alguns da origem dos movimentos católicos na história da Igreja.

Alguns movimentos católicos na Igreja Inglesa foram tentativas de se reunir com o Papa. Outras foram reações de autodefesa, como quando um evangélico chamado Oliver Cromwell depôs o rei Carlos I, de inclinação católica, e colocou sua cabeça em uma estaca. Isso resultou, cerca de uma década depois, com o rei Carlos II colocando a cabeça de Cromwell em uma estaca. Carlos II converteu-se ao catolicismo romano em seu leito de morte e foi sucedido por seu irmão Jaime II, que também era católico romano. Embora fossem católicos, e seu pai Carlos I tivesse sido morto por anglicanos evangélicos, esses dois reis continuaram no caminho moderado de Elizabeth I. Eles encorajaram os cristãos ingleses a ter um amplo entendimento de culto e teologia, o que permitia tanto aos evangélicos quanto aos ramos católicos a florescer. Movimentos católicos posteriores se concentraram menos na política real e mais no culto, ministério e teologia. O maior deles foi chamado de “Movimento Oxford”, que começou na década de 1830. Esse renascimento das práticas católicas deu origem aos anglo-católicos, um grupo que busca trazer de volta elementos romanos mais tradicionais para a igreja. Esses movimentos posteriores foram altamente influentes tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos no final do século XIX. Seu sucesso aproximou o Caminho Anglicano de suas raízes antigas. É por causa dos anglo-católicos que a maioria dos anglicanos modernos tenta encontrar um equilíbrio entre a Palavra e o sacramento (MCKENZIE, 2014, p. 28-29).

O texto prossegue destacando a postura dos fiéis anglo-católicos, cuja eclesiologia se fundamente, principalmente, na defesa da autoridade que advém das próprias marcas da Igreja, assim como da importância do episcopado, da tradição e dos sacramentos, como parte da herança católica que faz parte do Anglicanismo.

Especialmente os bispos são chamados por Deus para guardar a fé dos Apóstolos e constantemente nos lembrar de seus ensinamentos. Eles devem certificar-se de que os sacerdotes, diáconos e líderes leigos sob seus cuidados estejam pregando e vivendo o Evangelho. Os bispos são mensageiros de Cristo e seus apóstolos. Eles são os herdeiros espirituais de seu ofício por meio do ensino apostólico e da sucessão histórica. Isso significa que, supondo que estejam de acordo com o Evangelho, os bispos têm mais autoridade para interpretar a Bíblia do que os leigos. Não, isso não é democrático. Não se encaixa bem com nós, pessoas modernas. Mas é a maneira católica de fazer as coisas. É anglicano. Os anglicanos católicos acreditam na autoridade. Acreditamos que Deus deu papéis de liderança a certas pessoas. Também acreditamos que todos os seres humanos são pecadores. A pecaminosidade, mais do que qualquer outra característica humana, é distribuída uniformemente. Os que têm autoridade cometem erros, dizem e fazem coisas estúpidas, e às vezes se desviam totalmente. É tarefa da Igreja em geral – outros arcebispos, bispos e padres, bem como leigos comprometidos – chamar bispos e outros líderes para prestar contas de seus erros. Acreditamos na autoridade, mas não acreditamos que nossas autoridades estejam mais próximas de Deus do que qualquer outra pessoa. Eles não são mais cristãos, mais amados ou mais salvos. Eles são simplesmente aqueles que recebem o grande fardo e a alegria de liderar outros neste Caminho Anglicano (MCKENZIE, 2014, p. 44-45).

Em relação aos anglicanos carismáticos, por se tratar de um movimento recente dentro do Anglicanismo, o autor apresenta o seu conceito na tradição cristã.

“Carismático” é uma palavra usada para descrever os cristãos que acreditam que as manifestações sobrenaturais do Espírito Santo vistas no Novo Testamento podem ser normalmente experimentadas hoje. A palavra em si vem da língua grega antiga e está relacionada com as palavras para favor, dom, graça e regozijo (MCKENZIE, 2014, p. 47).

Ele também traça uma distinção entre o Pentecostalismo e o movimento Carismático, uma vez que há divergências teológicas entre ambos, sobretudo em relação à doutrina da Santíssima Trindade: “alguns grupos pentecostais negam a doutrina da Trindade. O Caminho Anglicano pode ser carismático, mas não somos pentecostais”. Da mesma forma, aponta algumas características do movimento dentro das Igrejas da Comunhão Anglicana, com suas conquistas e problemas.

Durante as décadas de 1960 e 1970, esse movimento tornou-se mais distinto do pentecostalismo e foi chamado de “movimento carismático”. O movimento carismático teve uma grande influência dentro da Igreja Anglicana. Isso é especialmente verdade em nações não ocidentais, em lugares onde a Igreja Anglicana tem visto o maior crescimento nas últimas décadas. O movimento foi parcialmente responsável por trazer a música moderna para dentro da igreja, além de estimular um ministério mais eficaz com os jovens. Houve momentos em que o movimento carismático violou o Caminho Anglicano. Pessoas bem-intencionadas fizeram coisas tolas, pecaminosas e prejudiciais em nome do Espírito Santo. Alguns de nós já viram os danos causados por esses excessos. Independentemente desses pecados, o movimento se tornou *mainstream* (MCKENZIE, 2014, p. 44-45).

Resumindo as características dos anglicanos carismáticos, o autor aponta alguns valores comuns. Entre eles estão: “1. Intimidade com Cristo; 2. Estar cheio do Espírito; 3. Poder sobrenatural; 4. Experiência mística” (MCKENZIE, 2014, p. 51).

Semelhante à distinção que faz entre os católicos romanos e os anglicanos católicos, McKenzie apresenta uma explicação e distinção entre os cristãos ortodoxos orientais e os anglicanos ortodoxos.

O Caminho Anglicano tem valores em comum com as igrejas ortodoxas orientais, que vale a pena explorar. Na Rosa dos Ventos, colocamos os ortodoxos na seta do norte e os carismáticos no sul, opostos um ao outro na compreensão de seu relacionamento com Deus. As pessoas carismáticas normalmente vêem Deus como muito pessoal e próximo, enquanto os cristãos ortodoxos vêem Deus como santo e imutável. Dado que as igrejas ortodoxas têm uma rica tradição de misticismo, isso não é totalmente justo. No entanto, espero que você ache a ideia útil. Tal como acontece com as outras palavras na Rosa dos Ventos, há uma diferença entre “Ortodoxo” e “ortodoxo”. Em maiúscula, a palavra refere-se às igrejas ortodoxas orientais como uma denominação. Sem a letra maiúscula, tem um significado maior. A palavra “ortodoxo” vem da língua grega. É uma combinação de duas palavras. O primeiro é orto, que significa “reto, certo ou verdadeiro”. A segunda palavra, doxa, não traduz perfeitamente para o inglês. Significa tanto “opinião” quanto “adoração”. Normalmente, um dicionário dirá que o adjetivo “ortodoxo” significa “conforme com a doutrina estabelecida, especialmente na religião; convencional”. É verdade que ser ortodoxo significa ter opinião correta. Mas também significa ter a adoração correta (MCKENZIE, 2014, p. 59).

Na descrição das características dos fiéis anglicanos ortodoxos, existem muitas crenças, práticas e posições comuns entre a Ortodoxia Oriental e o Caminho Anglicano, sobretudo em relação à Teologia, cuja autoridade vem da Patrística. Também encontramos um zelo especial pela liturgia (e como consequência uma aversão a mudanças radicais) e o uso de ícones nas devoções pessoais ou nos templos, em substituição às imagens de esculturas usadas por anglo-católicos, ou, como alternativa ao despojamento, muitas vezes extremo, por anglo-evangélicos.

Sobre a postura dos anglicanos ativistas, Thomas McKenzie inicia sua reflexão afirmando que “no Caminho Anglicano como um todo, comecei a ver que ‘ativista’ é uma grande palavra para nós” (MCKENZIE, 2014, p. 66).

A Igreja Anglicana definitivamente teve seus períodos letárgicos, mas também teve mais do que sua parcela justa de ativistas. O bispo anglicano Desmond Tutu ganhou o Prêmio Nobel em 1984 por sua liderança na luta contra o Apartheid. Seu apelo ousado para outros países paralisarem a economia de sua própria nação o tornou um alvo de seu governo. No entanto, sua liderança foi uma das principais razões pelas quais a opressão racista terminou na África do Sul. O bispo Tutu pegou sua fé e a aplicou a uma situação política. Ele não disse simplesmente: “Minha fé é pessoal” ou “religião e política devem ser mantidas separadas”. De jeito nenhum. Em vez disso, ele trouxe sua compreensão de Deus para um cenário internacional. Ele é um exemplo perfeito de ativista anglicano e está longe de ser o único (MCKENZIE, 2014, p. 67).

Mas o autor também destaca que, ao mesmo tempo em que, os anglicanos ativistas foram responsáveis por tirar a Igreja de sua letargia na História e inseri-la em questões políticas e sociais relevantes, por outro lado, estes debates também se tornaram o motor das tensões que dividem até hoje as Igrejas, dentro e fora da Comunhão Anglicana.

Os ativistas lembram à igreja que o pecado às vezes tem um componente político e que os cristãos têm poder em uma sociedade democrática. Eles empurram a sociedade para fazer mudanças políticas importantes. Onde estaria o país da África do Sul se ativistas anglicanos, como o bispo Tutu, não tivessem exigido soluções políticas para seus problemas? Quantas pessoas teriam permanecido escravizadas na Inglaterra se os ativistas anglicanos tivessem respeitado uma linha clara entre a Igreja e o Estado? Por causa das complexidades da vida política e da diversidade daqueles que se dizem anglicanos, às vezes nos encontramos em lados diferentes das lutas políticas. Por exemplo, a Igreja Episcopal dos EUA (membro oficial da Comunhão Anglicana, mas que está se tornando cada vez menos reconhecidamente anglicana) tem uma posição pró-escolha no debate sobre o aborto. Alguns líderes episcopais são ativistas pró-escolha. Por outro lado, a maioria dos anglicanos no mundo considera o aborto detestável. A Igreja Anglicana na América do Norte (ACNA) é definitivamente pró-vida. (MCKENZIE, 2014, p. 69).

Apesar das tensões ainda em alta, as características que marcam os anglicanos ativistas são a busca por mudanças políticas, valorização do profetismo bíblico e na história da Igreja, a luta contra a pobreza, e o esforço individual e coletivo para tornar o mundo um reflexo do que se acredita ser o “Reino de Deus”.

Sobre os anglicanos místicos (também chamados na obra de contemplativos), o autor aponta que a sua principal característica é a busca por uma vida equilibrada

em alguns pilares, como o trabalho, a oração, o silêncio, a vida em comunidade e a contemplação, sempre presentes nos atos litúrgicos: “A contemplação é mais uma postura ou um ponto de vista do que um conjunto de crenças e ações” (2014, p. 67). O objetivo principal dos anglicanos místicos é a busca pela paz interior. Um dos exemplos contemporâneos citados é do Arcebispo de Cantuária, Rowan Williams.

Por meio da oração e da prática, pedimos a Deus que reorganize nossos valores. Ficamos menos interessados no sucesso material. Os poderes e as glórias deste mundo tornam-se menos importantes que o seu Reino. Com uma nova compreensão do que é e do que não é valioso, amar os outros se torna mais fácil. Queremos amar menos as coisas do mundo para amar mais as pessoas do mundo. Como preciso menos dos outros, as necessidades dos outros se tornam mais cruciais para mim. O argumento do Dr. Williams é que esse cristianismo contemplativo torna o Evangelho mais atraente. A contemplação aumenta o evangelismo (MCKENZIE, 2014, p. 76-77).

Por fim, são apresentadas as características dos anglicanos conservadores e liberais, que em geral, se manifestam de forma equilibrada; desde o modo como dialogam com a sua fé, até como lidam com os problemas da contemporaneidade. “Os anglicanos geralmente mantêm valores liberais e conservadores. No nosso melhor, fomos cautelosos e generosos. Não temos medo de mudar quando nossas tradições se interpõem no caminho do Evangelho”. (MCKENZIE, 2014, p. 78).

Todavia, nos últimos anos, os anglicanos têm assumido posturas distintas em diversos assuntos no Anglicanismo. Como consequência, pesquisadores dividiram membros e Províncias inteiras por suas posições: “Os termos ‘liberal’ e ‘conservador’ assumiram papéis específicos na Comunhão Anglicana. Curiosamente, essas palavras tornaram-se parcialmente geopolíticas” (MCKENZIE, 2014, p. 81).

Há uma tradição liberal no Caminho Anglicano que vale a pena conservar. Existe um liberalismo cristão saudável, uma forma de permanecer curioso sem se afastar do Senhor. Estar aberto a novas possibilidades permite que os anglicanos permaneçam atualizados em nossa abordagem ao ministério. Ter o direito de questionar a tradição nos mantém abertos à mudança. Estudar a Bíblia com técnicas modernas como arqueologia e crítica literária nos dá novos insights sobre as culturas do mundo antigo. O ceticismo, o pensamento livre e a valorização dos direitos dos outros são importantes. A tolerância cristã, a crença de que podemos coexistir pacificamente com outras culturas e crenças, é um valor anglicano duramente conquistado. Seria uma pena se os seguidores do Caminho Anglicano reagissem com muita força contra o liberalismo extremo, levando-nos a jogar fora esses elementos há muito preciosos de nossa tradição. O Caminho Anglicano pode e deve permanecer fiel e aberto (MCKENZIE, 2014, p. 83-84).

Assim, as múltiplas identidades podem ser traduzidas de uma forma mais natural de lidar com a Fé Anglicana, sem a necessidade de a pessoa se enquadrar de uma forma fechada em uma das lacunas propostas nas tabelas de Jorge Aquino. O centro da Rosa dos Ventos é um lugar, ou território comum, onde as pessoas se encontram em uma espécie de ponto de tensão, de onde parte o “cabo de guerra”, formado pelas setas, sendo possível o trânsito entre elas. Ou como Thomas afirma:

A maioria dos cristãos se encontra em algum lugar em cada uma dessas barras. Talvez você esteja mais no meio em alguns tópicos e mais próximo das bordas em outros. Muitos de nós variam nossa posição dependendo do que está acontecendo em nossas vidas (MCKENZIE, 2014, p. 22).

O autor considera as múltiplas identidades presentes no Anglicanismo. Os seguidores do “Caminho Anglicano” fazem parte de uma mesma tradição religiosa, a qual é capaz de abarcar não apenas as identidades já existentes, mas também outras que venham a surgir no futuro. Uma vez que existe muito espaço para os adeptos se movimentarem, o conhecimento dessas identidades permite não apenas a liberdade necessária para um trânsito sadio, mas também maior segurança para conhecer os seus limites nos vários campos eclesiais, como na vida comunitária, litúrgica, moral, pastoral etc.

Os seguidores do Caminho Anglicano são evangélicos, mas também somos católicos. Somos carismáticos, mas também ortodoxos. Somos conservadores e liberais, contemplativos e ativistas. Alguns de nós são mais uma coisa do que outra, mas todos nós devemos ter uma dose saudável de cada um. Nenhum de nós deve estar nos extremos, e nenhum de nós pode estar perfeitamente centrado (MCKENZIE, 2014, p. 24).

O que mais chama a atenção na obra de McKenzie é o fato de que, no início do livro, ele alerta que não abordará “o que os grupos marginais pensam e fazem”. Em vez disso, ele mostrou como o Anglicanismo tem sido praticado ao longo dos séculos e como está sendo vivido por milhões de pessoas até hoje. Embora o reverendo Thomas não estivesse ligado a uma Província da Comunhão Anglicana – uma vez que ele era clérigo da Igreja Anglicana na América do Norte (ACNA)³³⁷ – sem dúvida, a sua obra é e continuará sendo de grande valia para reflexões sobre o contexto contemporâneo do Anglicanismo e de suas Igrejas ao redor do mundo.

³³⁷ Thomas nasceu em família anglicana e foi ordenado sacerdote na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, em 1998. Também serviu na Igreja Anglicana de Ruanda. Posteriormente, ligou-se à ACNA, onde foi pároco da Church of the Redeemer (Nashville). Faleceu em um acidente de carro, em 2021.

A exemplo de Thomas McKenzie, nos últimos anos temos visto esforços de muitos estudiosos do tema para melhor compreenderem a atual conjuntura do mundo anglicano. Diante do exposto, chegamos à conclusão de que a atual crise identitária do Anglicanismo é causada pela não aceitação da diversidade presente nos diferentes espaços eclesiais e nos modos de ser, de pensar e de se expressar dos seus membros. A busca por impor um modelo unitateral, a defesa da falsa ideia de que existe apenas uma identidade, ao invés de múltiplas, é o ponto de partida para a não aceitação de variáveis e possibilidades que convivem com um modelo hegemônico numa Província, a exemplo do que aconteceu nas duas crises na Diocese Anglicana do Recife e em situações semelhantes ao redor do mundo.

É preciso aceitar a pluralidade das Culturas Eclesiais no Anglicanismo, respeitando-as, sem deixar de afirmar-se ou identificar-se dentro de uma (ou várias ao mesmo tempo), como parte do “jeito de ser anglicano”, seja de um membro, uma paróquia, uma Diocese, ou mesmo uma Província inteira. E isto, deve partir primeiro dos bispos e do clero da Igreja, para, depois, chegar e se consolidar nas bases.

6.3 (DES)CONSTRUÇÕES NOS CAMPOS SIMBÓLICOS DO ANGLICANISMO

Se os principais campos simbólicos em disputa no Anglicanismo se encontram nas instâncias de poder e de discurso, então é preciso analisá-los para compreendermos como eles se organizam, e como suas lideranças estabelecem relações no cotidiano da Igreja e de suas comunidades. Para nos aprofundarmos nesta questão, primeiramente necessitamos compreender os *lôcus* desses campos: a Eclesiologia e a Teologia Anglicanas.

As bases da Eclesiologia Anglicana estão na sua própria Teologia. E sua forma material se encontra expressa na Liturgia. Ao invés de conceitos teológicos, que levam à elaboração de uma doutrina ou uma confissão – como nas Igrejas Católica, Luterana ou Calvinista –, a Igreja Anglicana é uma Igreja “credal”. É o Livro de Oração Comum e suas formas de celebrar a liturgia que apontam para a identidade anglicana e é o que diferencia esta de outras tradições cristãs históricas. Assim, o LOC se torna a principal fonte dessa identidade, pois, por meio dele, é possível expressar a eclesiologia do Anglicanismo nos diferentes espaços eclesiais, por meio de uma base comum para a Fé, sintetizada no Quadrilátero de Lambeth.

Entretanto, esta Ecclesiologia é plural³³⁸. A Igreja é, ao mesmo tempo, hierárquica e democrática, conduzida por meio de seu governo episcopal, porém assentada na autoridade dispersa dos bispos e na co-responsabilidade dos demais membros do clero e do laicato pelas decisões tomadas em Sínodo. Ela é tradicional e moderna, mantendo-se como uma Igreja histórica, que, por outro lado, continua a se atualizar com o passar do tempo. E ela também é canônica e pastoral, com leis que definem limites para todas as coisas, mas onde, ao mesmo tempo, há espaço para o diálogo sério e responsável entre as partes.

Aqui precisamos definir algumas das ideias que norteiam a compreensão da Igreja acerca dela mesma, os “elementos inegociáveis”. No Anglicanismo acredita-se que os seus bispos e bispas possuem a Sucessão Apostólica, e fazem parte de uma tradição que manteve a ordem apostólica e a verdade evangélica durante os séculos, mesmo em tempos difíceis e em períodos de crise do Cristianismo. Logo, o Episcopado torna-se, *pari passu*, uma afirmação de fé em que se assenta a Igreja³³⁹, ao mesmo tempo em que constitui um desses elementos inegociáveis, uma distinção para com as outras Igrejas Reformadas e Protestantes.

Embora haja episcopado, não há um “Papa” para dar a palavra final em questões de ordem, disciplina e doutrina. O Arcebispo de Cantuária atua como um *Primus inter pares*. Da mesma forma, o Bispo deve ser um “Pastor”, não um “Príncipe” da Igreja, e não existem cargos acima do Arcebispado (como reflexo de uma “primazia de honra”). Isso implica dizer que, embora haja eleições para bispos, como herança da tradição da Igreja, existe uma “hierarquia diaconal”, traduzida através do poder disperso compartilhado pelos bispos e membros do clero que, embora faça parte da Teologia Anglicana, mostra-se real através do Sínodo. Este, por sua vez, atua como instância máxima de decisão, não existindo uma “Cúria”.

Os bispos e bispas têm o “báculo” como símbolo de sua autoridade, porém, não estão sozinhos no governo da Igreja. Existem outras instâncias legais de administração, como conselhos e comissões nacionais e diocesanas. Desse modo, todas as pessoas são responsáveis para com a Igreja, e nela têm funções específicas. Porém, nem sempre estas funções são exercidas da maneira devida. Da mesma forma como existe uma tensão entre a “Substância Católica” e o

³³⁸ A própria definição da Igreja Anglicana como uma “Igreja Católica Reformada com uma forma particular de governo” expressa, por si só, um resumo desta mesma ecclesiologia.

³³⁹ Ou como sintetiza Inácio de Antioquia em sua famosa frase: “*Ubi episcopus, ibi Ecclesia*”, literalmente, “onde está o Bispo, aí está a Igreja”.

“Princípio Protestante”, segundo Paul Tillich, podemos apontar a existência de uma tensão entre a “autoridade” e a “liberdade”, o que demanda responsabilidade por parte de cada membro, uma vez que o discurso da “liberdade” pode ser utilizado como um “Cavalo de Tróia” para implementar projetos pessoais e colocar a liderança acima dos próprios Cânones e instâncias de autoridade da Igreja.

Cabe salientar que estes projetos pessoais podem ser conduzidos de várias maneiras, seja promovendo uma abertura maior às múltiplas identidades do Anglicanismo, ou sufocando-as para determinar uma única identidade a ser seguida pelo grupo. O modo como estes projetos serão conduzidos – com base no diálogo e no mútuo consenso, e não na imposição das ideias ou modelos pré-estabelecidos –, é que determinará se as consequências serão benéficas ou desastrosas para uma Igreja, diocese ou comunidade.

Quando abordamos a questão das múltiplas identidades, existe outro problema a ser resolvido: a pertença do fiel ou grupo que, muitas vezes, por falta de formação adequada, não possui a mínima consciência do que é “ser anglicano”, devido à complexidade existente no próprio conceito de identidade no Anglicanismo. Joanildo Burity aponta alguns problemas no conceito de “unidade na diversidade”, especialmente propagado pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

No esforço legítimo e louvável de estender o acolhimento da diversidade identitária na vida da Igreja, temos enfrentado esses dois lados da fragmentação. Unidade na diversidade é, também aqui, pregada, mas não vivida. Por ignorância, já que muitos vivenciaram a igreja de modo superficial, ao sabor de uma identidade de conveniência, seletivamente invocando a diversidade anglicana, sem aceitar suas exigências mais profundas. Ou por nos deixarmos com muita frequência influenciar pela cultura evangélica ou secular circundante, criando comunidades “especializadas” (cheias de gente que pensa, fala e faz do mesmo jeito) ou fortemente divididas nas mesmas linhas do embate social. O que este diagnóstico revela é uma crise do ethos anglicano tradicional. Nela, a pluralidade derrota a unidade. Unidade na diversidade torna-se um apelo dramático a assumir as consequências de sermos anglicanos(as), mas a resposta é uma escolha da pluralidade como divisão (conflitiva) ou como indiferença. E o pior é que nem tudo tem a ver com o controverso debate sobre sexualidade. Esses problemas estão em todas as dioceses e entre todas as correntes da Igreja (ESTANDARTE CRISTÃO, abr. 2017, p. 16-17).

A Unidade na Diversidade deve ser vivida na Igreja em seu cotidiano. O *ethos* anglicano não se estabelece pela imposição de regras e padrões por parte da autoridade de quem está no poder, mas, sim, pela pertença eclesial de seus

membros. O maior desafio para qualquer pessoa de fé anglicana é encontrar um espaço para si dentro dos múltiplos espaços, uma identidade pessoal em meio às múltiplas identidades, permanecer na Igreja “apesar de”. E muitas são as possíveis saídas para solucionar antigos problemas ainda existentes na Província. No Anglicanismo, as tomadas de decisão individuais devem sempre estar em consonância com as decisões colegiadas dos Sínodos.

No ano de 2004, diante da crise vivenciada pela Província, uma Comissão Especial foi nomeada pelo Bispo Primaz da época, Orlando Santos de Oliveira, com o objetivo de auxiliar a Câmara dos Bispos e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil na busca de caminhos para solucionar os problemas da época. Como resultado dos trabalhos, foi publicado o “Relatório da Comissão Especial da IEAB”, a ser apresentado nas reuniões seguintes do Conselho Consultivo Anglicano e do Encontro de Primazes. Este documento tem importância na história da Igreja por ser bastante atualizado ao abordar temas como as tensões que surgem no ambiente eclesial, as instâncias de tomadas de decisão institucional e individual, além de outras questões concernentes à Eclesiologia Anglicana. Infelizmente não é possível fazer uma análise mais profunda desse texto – pois demandaria, no mínimo, um artigo ou, até mesmo, uma obra a ser publicada –, porém, cabe destacar alguns trechos referentes à unidade da Igreja que, em relação à Comunhão Anglicana, não exige a conformidade de opiniões ou comportamentos.

Hoje é preciso admitir as tendências sociológicas à fragmentação, em tensão com as idéias de *conciliaridade/sinodalidade*, *interdependência* e *responsabilidade mútuas* e *colegialidade*. De um lado, crescem as manifestações de tribalismo e “congregacionalismo” – ênfase nas comunidades locais como partes de uma “rede”, que é a igreja particular ou a igreja universal, mas tendendo-se a negar a normatividade e mesmo a autoridade destas igrejas particular e universal, ao espiritualizá-las ou ao construir experiências locais que não se comunicam entre si, nem admitem “interferências” institucionais. Frequentemente há nestes casos, numa dada diocese ou denominação a justaposição de concepções e práticas eclesiológicas divergentes e incomunicáveis. De outro lado, temos as ênfases na tomada de decisões em Concílio e/ou Sínodo, na interdependência e responsabilização mútuas, num contexto em que se admite que decisões tomadas num lugar implicam ou trazem consequências em outros, podendo inclusive causar mal a outros. Na igreja indivisa, os concílios foram espaços por excelência de decisões normativas para o conjunto das igrejas, notadamente em matéria doutrinária. Com as cisões históricas do cristianismo, a normatividade das decisões conciliares passou a ser aplicada aos limites de cada ramo do cristianismo, devidamente reinterpretada no seu marco organizacional – por exemplo, no protestantismo, a conciliaridade se circunscreveu a instâncias denominacionais ou a associações e alianças internacionais de um mesmo

Percebemos que, em muitos lugares, ainda subsiste um “paroquialismo” ou “congregacionalismo” que gera a perda do sentido eclesiológico da Diocese. Ainda hoje existem dioceses sem paróquias “de fato”, onde comunidades não possuem renda e os reverendos não exercem seu ministério em tempo parcial ou integral, pois, em muitos casos, atuam no tempo que resta do dedicado ao seu trabalho secular e à vida familiar. A própria formação dos membros da comunidade fica comprometida, o que ocasiona a perda de identidade pela má formação teológica, com o seguimento de modelos pré-estabelecidos, ou, em outros casos, a formação de comunidades compostas por “especialistas”, muitas vezes construídas a partir e de conceitos individuais e isoladas do contexto diocesano.

Como os próprios bispos da IEAB afirmaram no Relatório da Comissão Especial, a comunidade local não pode ser o referencial último da verdade e de autoridade na Igreja: “esta não é a tradição anglicana. Mas ouvir e respeitar o ethos das comunidades onde a fé é efetivamente celebrada e anunciada é parte inseparável de uma eclesiologia viva e não formalista” (IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 2004, p. 7). Diante desses riscos, apontamos que uma possível solução para evitar o isolamento paroquial em torno dos próprios grupos, está no fortalecimento do Episcopado. É preciso incentivar uma maior participação e integração das comunidades e de seus membros em eventos diocesanos. Também é preciso consolidar a catedral como tal e não como uma “congregação” a mais. Por sua vez, a não solução destes problemas acaba repercutindo em nível provincial.

A Província é grande em território, diversa em sua composição, mas dispersa em suas relações internas. Isso acarreta a perda da própria identidade eclesiológica enquanto Igreja Nacional. O principal desafio é, justamente, o de como alcançar a difícil unidade em meio à diversidade. Outro problema, do ponto de vista das múltiplas identidades, é a complexa construção de um Anglicanismo com “a cara do Brasil”. Pouco se valoriza o que foi produzido pela Igreja em anos passados, sobretudo no aspecto celebrativo. Em muitos casos, as comunidades buscam inspiração em outras denominações cristãs brasileiras, ao invés de em outras Igrejas anglicanas ou episcopais. Como consequência, perde-se também a noção de que a IEAB faz parte de algo maior, de que ela é parte da Comunhão Anglicana.

Em nível mundial, nas relações estabelecidas entre as Províncias da Comunhão Anglicana, o desafio torna-se ainda maior, pois as instâncias de poder geram, como consequência, interesses ainda mais difusos. Apontar apenas que as questões da sexualidade e do avanço da “pauta liberal” são os temas que dividem as Províncias é um argumento carente de fundamentos. Basta lembrar que, em 1867, uma das razões para a convocação da Conferência de Lambeth foi, justamente, as questões da sexualidade e da moral cristã. Mais precisamente para se resolver a questão de um bispo que vivia em casamento poligâmico.

Naquele primeiro do episcopado anglicano, foram reafirmadas a validade e a necessidade premente da monogamia, uma vez que a cosmovisão cristã relativa à estrutura da família é monogâmica. A Resolução 26 diz o seguinte:

A Conferência sustenta a monogamia como o plano de Deus e o ideal de relação de amor entre marido e mulher. E também recomenda aos polígamos que respondam ao Evangelho. E aqueles que desejam juntar-se à Comunhão Anglicana possam ser batizados e confirmados junto com esta crença na monogamia, com suas esposas e suas crianças, com essa condição

Ao mesmo tempo é importante lembrar que as Conferências de Lambeth são espaços de aconselhamento, de apresentação das opiniões e práticas dos bispos naquele momento histórico, mas não têm força vinculante. Vale lembrar que, desde a primeira reunião, em 1867, não existe um instrumento legal para desvincular uma Província da Comunhão Anglicana. Trata-se de um espaço de colegialidade.

Desde a Conferência de Lambeth de 2008 – para a qual o bispo Gene Robinson não foi convidado após a sua sagração – foi abolido o instituto da Resolução, dadas as polêmicas acerca da interpretação e vinculação àquelas Resoluções. A partir dessa Conferência, foi criado o instituto chamado *Invitation* (expressão ainda não traduzida em nível institucional para o Português e para o Espanhol). Em tradução própria neste trabalho, a partir de então os bispos e bispas, e suas respectivas Dioceses e Províncias, receberão “convites”, “chamados” ou “convocações” aos compromissos oriundos dos debates durante as sessões.

Vale salientar, que, diante dos problemas enfrentados nas edições passadas, a Conferência de 2022 não terá espaço para votação e a aprovação de Resoluções. E aqui desejamos fazer um breve apontamento. Destacamos que, na Conferência de Lambeth, as Resoluções são análogas àquelas aprovadas por órgãos da ONU, a

exemplo da Assembleia Geral ou do Conselho de Segurança. Ou seja, não sendo normas elas acabam tornando-se uma legislação de caráter internacional, embora caiba apenas às Províncias transformarem-nas em leis eclesiásticas ou cânons.

Desta questão, surge o problema da recepção das Resoluções das Conferências de Lambeth, pois, ela diz respeito à eclesiologia anglicana, cuja forma de manifestar-se nas Províncias, possui um caráter totalmente oposto ao de um Magistério. Em outras palavras, não podemos aplicar no Anglicanismo o princípio do *Roma locuta, causa finita*³⁴⁰ (“Roma falou, questão encerrada”), pois, na eclesiologia anglicana, não existe o elemento do Magistério, presente na Igreja Católica Romana, e que forma o tripé teológico desta última (Bíblia, Tradição e Magistério).

Parece que, por muitas vezes, as lideranças das Províncias e de outras Igrejas Episcopais e Anglicanas ignoram os princípios do “Tripé de Hooker”, segundo o qual a teologia e a doutrina anglicanas estão apoiadas numa base formada pela Bíblia, Tradição e a Razão. Desse modo, a autoridade advinda das decisões ou dos discursos dos bispos não configura uma Doutrina uniformizada, a exemplo do Magistério da Igreja Católica, uma vez que a própria Eclesiologia do Anglicanismo não se funda em uma única Igreja, mas na Comunhão Anglicana, a qual se mostra, de forma visível, como uma família de Igrejas interdependentes, as quais seguem uma tradição milenar e estão em comunhão com o Arcebispo de Cantuária e umas com as outras, por meio de “laços históricos e de afeição”.

A menos que algum mecanismo seja aprovado e aceito dentro da Comunhão Anglicana, nem mesmo um Arcebispo de Cantuária pode agir como se fosse um “poder moderador” dentro da instituição, nem a última palavra em termos de doutrina, pois, o prelado exerce as suas funções somente como símbolo de unidade espiritual entre as Províncias, e em nível *intra-ecclesiam* como Primaz da Igreja da Inglaterra. Entre os seus demais colegas de episcopado ele é um *primus inter pares*, e não possui primazia especial sobre outros bispos, a exemplo do Papa.

De qualquer modo, o clima de tensão e polarização entre as Províncias da Comunhão Anglicana foi sentido entre o período da Conferência da GAFCON e a 17ª Reunião do Conselho Consultivo Anglicano (ACC), ocorrida entre 28 de abril e 05 de maio de 2019, em Hong Kong. A IEAB foi representada pelas reverenda Inamar de Souza (DARJ) e a leiga Anna Luíza de Oliveira (DAR). O tom dos debates

³⁴⁰ Santo Agostinho, Sermões, 131: 10.

foi acirrado, entre outras questões, pela proposta para estabelecer um grupo de trabalho, na Comunhão Anglicana, que discuta a unidade e restabeleça limites territoriais para as Províncias. Em suma, seria votada uma resolução para aprovar a existência mútua de duas ou mais Igrejas em um mesmo país.

O problema, levantado pela delegação brasileira, foi de que essa resolução abriria caminho para a existência de duas ou mais províncias em um mesmo território, sob o argumento de que isto contemplaria as lideranças eclesiais que não concordassem com a ordenação feminina ou questões sobre a sexualidade humana. Em outras palavras, caso fosse aprovada, a resolução abriria precedente para que a Igreja Anglicana no Brasil (a Província da GAFCON) fosse instituída como uma segunda Província da Comunhão Anglicana em solo brasileiro, junto com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. O mesmo poderia acontecer nos Estados Unidos e no Canadá, em relação à Igreja Anglicana na América do Norte. Todavia, na votação, realizada na última sessão, a proposta foi reprovada por 2/3 do plenário.

No início de 2020 foi publicado um documento elaborado pela Comissão Executiva Inter-Anglicana para a Unidade, Fé e Ordem (IASCUFO), intitulado “A caminho de uma sinfonia de instrumentos”. O objetivo do documento é contribuir para a unidade e coesão da Comunhão; assim, ele oferece uma exposição e uma reavaliação dos papéis dos Instrumentos de Comunhão na vida da Comunhão Anglicana. Desenvolvido entre 2010 e 2012, este texto foi gestado ao longo daqueles anos a partir de considerações históricas e teológicas sobre os Instrumentos de Comunhão. As afirmações do documento já são encontradas no Conselho Consultivo Anglicano. A proposta é que ele seja um recurso para se compreender a atual conjuntura do Anglicanismo, como se manifestam as tensões internas e como os próprios anglicanos podem enfrentá-las.

Dessa forma, o documento tem importância por apresentar a Comunhão Anglicana “como ela é”, com suas características, seus avanços e retrocessos, suas conquistas e desafios. Por isso a metáfora da sinfonia dos instrumentos. Existem identidades privadas, mas, ao mesmo tempo, coexistem identidades coletivas que se relacionam a todo momento. Assim, é preciso haver harmonia entre as partes, sem homogeneidade, para que se construa a Comunhão Anglicana como uma família de Igrejas que se relacionam, e não como grupos monolíticos que disputam espaços.

Este, provavelmente, é o mais importante documento já publicado nos últimos anos pela Comunhão Anglicana, uma vez que é fruto de um trabalho que abarcou a última década, marcada por tensões institucionais na Comunhão e em suas Províncias. Percebemos que o esforço pela busca da unidade das Igrejas – e não a homogeneidade – é a principal razão de ser do documento. Podemos esperar que a publicação seja utilizada, nos próximos anos, como parte dos processos de solução de conflitos dentro da Comunhão, de modo a fortalecer não apenas as Igrejas, mas a própria identidade do Anglicanismo ao redor do mundo, pois este se apresenta como fruto de um amadurecimento institucional frente aos desafios teológicos e pastorais surgidas com o século XXI.

6.4 O QUE É SER EPISCOPAL-ANGLICANO NA CONTEMPORANEIDADE?

O modo como a crise do Anglicanismo na contemporaneidade está se desenvolvendo no Brasil é interessante, pois, ao contrário do processo natural de tensões e rompimentos em grupos religiosos, no qual, geralmente, um grupo dissidente torna-se mais liberal devido às posturas conservadoras do grupo do qual se desligou, no caso da IEAB, atesta-se que, além de se desligarem por causa das posturas liberais adotadas por esta Igreja, tais grupos de desenvolveram a partir de projetos pessoais, delineando um perfil cada vez mais conservador em relação às suas moral e posturas teológicas.

Em virtude dessa progressiva fragmentação em várias Igrejas, as múltiplas identidades do Anglicanismo no Brasil foram jogadas em um obscuro “limbo”, que confunde não apenas os fiéis, mas também prejudica Igrejas mais antigas como a IEAB em seu trabalho missionário, dado o tamanho pequeno dessa denominação, quando comparada a outras Igrejas históricas presentes no Brasil.

Em maio de 2013, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil lançou um comunicado notificando a existência de, pelo menos, vinte e quatro Igrejas, dioceses e grupos denominados anglicanos, existentes no Brasil; tal nota foi compartilhada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

Aos Fiéis anglicanos/episcopais, Leigos (as), Bispos, Presbíteros (as) e Diáconos (as). E, aos Irmãos e Irmãs de caminhada ecumênica. Nos últimos anos no Brasil, temos acompanhado uma multiplicação de grupos se auto-intitulando “anglicanos” ou “episcopais” – usando muitas vezes conteúdos

oficiais, sites da Comunhão Anglicana e imagens de nossas autoridades eclesásticas. Assim com o propósito de esclarecimento ao público em geral, declaramos que as seguintes instituições abaixo enumeradas não têm vínculos com a IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL: 1- Diocese do Movimento Anglicano no Brasil-SP 2- Catedral Anglicana de São Paulo/Saint's Paul Anglican Cathedral-SP 3- Igreja Anglicana Tradicional do Brasil 4- Comunidade Anglicana de Curitiba-PR 5- Comunidade Anglicana de Goiânia-GO 6- Paróquia Anglicana de Santos-Santos-SP 7- Paróquia Todos os Santos- Santos-SP 8- Comunidade Anglicana de Araras-SP 9- Diocese do Recife-PE 10- Igreja Anglicana da Virgem Maria 11- Igreja Anglicana do Brasil Província Original da Igreja Anglicana – Sínodo Unido 12- Igreja Anglicana Independente 13- Igreja Anglicana Reformada 15- Igreja Apostólica Anglicana 16- Igreja Anglicana Ortodoxa no Brasil- Comunhão Anglicana Ortodoxa. 17- Igreja Cristã Episcopal- parte do movimento de convergência. 18- Igreja Episcopal Anglicana Livre 19- Igreja Episcopal Carismática- parte do movimento de convergência 20- Igreja Episcopal do Evangelho Pleno 21- Igreja Episcopal Latina do Brasil "Anglo-Católica" 22- Província Anglicana Sagrado Coração 23- Paróquia Anglicana São Judas Tadeu 24- Igreja Anglicana Betesda-MG (CONIC, 07 jun. 2013).

A fragilidade do Anglicanismo no Brasil, fica, assim, evidenciada, pela necessidade de se publicar um comunicado institucional para evitar que os fiéis não confundam tais Igrejas e dioceses, pensando pertencerem à IEAB, diante da vertiginosa multiplicação de instituições anglicanas, desde a Grande Crise do Recife, em 2005. Da mesma forma, percebe-se a busca de legitimidade, por parte da Província Brasileira, ao apontar que, no país, a Comunhão Anglicana é representada oficialmente por esta denominação, ou que estas Igrejas não possuem relação com os Instrumentos de Unidade: o Arcebispo de Cantuária, a Conferência de Lambeth, o Conselho Consultivo Anglicano e o Encontro dos Primazes.

o protestantismo "sempre foi divisionista, desde a Reforma, devido à sua "baixa eclesiologia". As Igrejas Ortodoxas e a Igreja de Roma apesar de também já terem experimentado alguns cismas, sempre tentaram (e conseguiram, em muitos casos), manter as diferenças "acomodadas" internamente. No protestantismo, a obsessão pela "verdade bíblica e doutrinária" ou pela "ortodoxia" sempre trouxe dificuldades para se manter diferenças doutrinárias ou teológicas sob o mesmo teto. Aos primeiros sinais de divergência, sempre pareceu mais fácil partir para o cisma ou a ruptura sem pesos na consciência (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 227-228).

Essa característica cismática, seguida até os dias de hoje pelas pequenas Igrejas pentecostais que surgem de um ramo maior, também se tornou uma espécie de marca (ou mácula) no seio do Anglicanismo brasileiro. Essa facilidade de se buscar o cisma, citada por Calvani, também é atestada pelo pesquisador Carlos Brandão: "se alguma coisa é realmente estável no mundo religioso essa coisa é a

dialética de sua constituição, onde a Igreja conquista o sistema e gera a seita que vira Igreja que produz a dissidência” (BRANDÃO, 1980, p. 113). Da mesma forma, Reginaldo Prandi tece comentário sobre como acontece o processo desse trânsito religioso:

As mais díspares religiões, assim, surgem nas biografias dos adeptos com alternativas que se pode por de lado oficialmente e se pode abandonar a uma primeira experiência de insatisfação ou desafeto, a uma mínima decepção. São inesgotáveis as possibilidades de opção, intensa a competição entre elas, fraca sua capacidade de dar a última palavra. A religião de hoje é a religião da mensagem rápida, da lealdade pequena, do compromisso descartável. Mas não somente o crente muda de um credo para outro, desta para aquela religião. As religiões mudam também e mudam muito rapidamente, muitas vezes suas transformações apontam para um outro público alvo, visando uma clientela anteriormente fora do alcance de sua mensagem (PRANDI, 2003, p. 28).

Nas Igrejas neopentecostais, por causa da característica personalista, totalmente centrada na figura do pastor, a identidade de um determinado grupo mantém-se quando há uma crise na Congregação. Porém, quando há uma fragmentação da unidade anglicana também é gerada uma fragmentação na sua identidade enquanto Igreja, o que repercute diretamente na relação que os fiéis possuem com a instituição antes da crise. Para o público em geral e até para os fiéis, é difícil distinguir a identidade de uma determinada Igreja no Brasil, as suas origens, se ela está afiliada a alguma associação mundial de Igrejas episcopais ou anglicanas, e de qual denominação faz parte, uma vez que o Anglicanismo no país ainda é bastante desconhecido enquanto Religião institucionalizada. Muitas vezes, em meio às crises, os membros de tal Igreja continuam junto ao grupo que se separou sem mesmo perceber o que está acontecendo ou, em muitos casos, achando que continuam na mesma Igreja que frequentavam antes do rompimento.

Na cabeça dos fiéis, em geral, existe uma confusão ainda maior quanto ao significado e origens dos termos das próprias Igrejas Anglicanas no país, como por exemplo, o caso do uso do termo “episcopal”. Quando se ouve falar em “Igreja Episcopal”, a maioria das pessoas, no Recife, logo liga tal expressão à Igreja Episcopal Carismática, do bispo Paulo Garcia, confundindo, inclusive, a origem desta denominação como parte do Anglicanismo histórico e missionário, quando ela sequer se denomina ou faz parte de um movimento anglicano.

Na Sociologia da Religião o termo “carismático” está bem definido no Brasil, sem risco “de ser confundido com movimentos norte-americanos, visto que atualmente nos EUA os dissidentes pentecostais de igrejas protestantes são denominados carismáticos” (ROSAS, 2009, p. 2). Porém, para qualquer cidadão recifense, o termo “Episcopal” é facilmente confundido, e imediatamente associado não à IEAB, mas à Igreja Episcopal Carismática.

Esse problema ainda persiste no território da Diocese Anglicana do Recife. Com a Grande Crise de 2005, provocado pelo então bispo, Robinson Cavalcanti, estabeleceram-se duas denominações na região, especialmente na capital pernambucana: a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e outra, filiada à GAFCON, a Igreja Anglicana no Brasil. Por causa disso, a imagem da Diocese da IEAB ficou abalada até mesmo nas relações inter-anglicanas, como, por exemplo, com as Dioceses de Rhode Island e de Central Pennsylvania, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, com quem a DAR manteve parceiras desde a sua fundação.

Dada a liberdade de crença no Brasil, que permite a abertura de Igrejas sem nenhum tipo de restrição do uso da nomenclatura “anglicana” ou “episcopal”, é preciso repensar a atuação da IEAB do ponto de vista da própria liberdade de crença, para qualquer instituição. Esse direito encontra-se protegido pela Constituição Federal, no artigo 5º, VI, que estipula ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegura o livre exercício dos cultos religiosos e garante, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias.

Dessa forma, a IEAB, em nível institucional, é impelida a reconhecer a existência dessa pluralidade de denominações e a encontrar um caminho, não apenas para o diálogo, mas, também, para esclarecer sua atuação enquanto Igreja para toda a sociedade brasileira.

Não somos os únicos anglicanos no Brasil. Essa constatação pode trazer angústia e consternação a algumas pessoas, porém, é uma realidade incontornável. Temos, no Brasil, outras igrejas que também se afirmam “anglicanas”, que preservam alguns referenciais da tradição do anglicanismo clássico, mas que não fazem parte da rede de instituições que compõem a Comunhão Anglicana (Arcebispado de Cantuária, Conferência de Lambeth, Encontro de Primazes e Conselho Consultivo Anglicano). Como deveria ser nosso relacionamento com essas igrejas? É preciso considerar que o mundo tem passado por mudanças muito rápidas nas últimas décadas e que, se antes podíamos nos orgulhar de ser os únicos anglicanos no Brasil, hoje essa realidade mudou (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 227)

Aqui a pergunta a ser feita não é “por que a IEAB não é a única Igreja anglicana no Brasil?”, mas “o que a IEAB deve fazer enquanto a Igreja Anglicana mais antiga do Brasil?” O desafio proposto é reconhecer não apenas esta realidade de que a denominação não é a única representante do Anglicanismo em território brasileiro, mas, sim, a primeira entre aquelas que se estabeleceram após o século XX. É preciso, também, que a Igreja mergulhe em sua própria história, de modo a preservá-la e promovê-la para as novas gerações deste novo século; busque apresentar uma proposta concreta ao campo religioso brasileiro como instituição e, acima de tudo, mantenha-se fiel às “Cinco Marcas da Missão”, por ela assumidas como um dos elementos do seu *ethos*.

Durante um século de existência, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil se manteve como a única Igreja histórica no país sem divisões, considerando as divisões ocorridas nas demais Igrejas Cristãs³⁴¹. A questão das crises carece de superação institucional. Não se pode continuar a tratar o processo de fragmentação da Igreja como uma espécie de ferida aberta que, em alguns casos, é utilizado como argumento para justificar a dificuldade de crescimento de comunidades em regiões como o Nordeste. Estes episódios negativos devem ser conhecidos e apresentados como parte da caminhada da Igreja e exemplo do que não deve ser repetido.

É preciso buscar o diálogo e reaproximação com as denominações que surgiram a partir da IEAB e também com as surgidas fora dela, pois o divisionismo apenas enfraquece e fragmenta cada vez mais o Anglicanismo no Brasil, o que prejudica os fiéis e aquelas pessoas que se identificam com a proposta da Igreja.

O processo de diálogo e reaproximação com grupos que se dividiram por motivos pessoais ou interesses políticos (os anglicanos “cismáticos”) não é fácil, sobretudo quando certas feridas ainda estão abertas. Por outro lado, é preciso reconhecer que, em tais rupturas, algumas pessoas são levadas pelos cismáticos sem saber ao certo o que está acontecendo, mas a amizade com colegas da instituição de origem permanece. Às vezes, até mesmo há laços familiares envolvidos entre os cismáticos e pessoas que permanecem fiéis à instituição [...] É preciso que se passem uma ou duas gerações para que os irmãos separados por brigas das gerações anteriores voltem a comungar juntos e a trabalhar unidos em missão e até, quem sabe, a se reunirem institucionalmente (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 232-233).

³⁴¹ Aqui destacamos a formação de novas denominações surgidas das Igrejas acima Cristãs: Igreja Luterana Renovada (1994); Igreja Metodista Wesleyana (1967) e Igreja Metodista Renovada (1993); Igreja Evangélica Brasileira (1879), Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (1903), Igreja Presbiteriana Fundamentalista do Brasil (1956), Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (1978).

O discurso oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é defendido em suas instâncias administrativas – Câmara Episcopal e Sínodo – ainda sustenta a posição de que somente ela é a representante legítima do Anglicanismo histórico, por ser, também, a única Província ligada à Sé de Cantuária. Essa proposta de esperar duas ou três gerações foi, em alguns casos, superada antes mesmo desse prazo, quando, grupos que estavam separados, retornaram à sua denominação de origem.

Da parte da IEAB, temos exemplos recentes da busca de um diálogo com os “outros anglicanos”. Um deles ocorreu no início de julho de 2019, entre o novo bispo da Diocese Anglicana do Rio de Janeiro, Eduardo Grillo, e o bispo Ronaldo Melo, que, posteriormente, deixou o Movimento Anglicano no Brasil (MANB) e hoje atua no sul de Minas, região que é parte do território da DARJ. O maior fruto deste diálogo *inter-anglicano* se deu no início de 2020, quando comunidades que saíram da IEAB, à época do rompimento da Catedral Anglicana de São Paulo, retornaram à sua comunhão com a Província e com as respectivas dioceses, em especial, na Diocese Anglicana de São Paulo, na cidade de Santos, na Diocese Anglicana do Rio de Janeiro, na cidade de Vitória-ES. Também houve um movimento de retorno à Diocese Anglicana do Recife por parte de clérigos da Igreja Episcopal Carismática.

Percebemos esse movimento de aproximação como resultado de negociações e conversas promovidas diretamente por lideranças clericais da IEAB, especialmente pelos novos bispos e bispas. Uma dessas lideranças é o atual bispo da Diocese de São Paulo, Francisco Cézar Fernandes Alves. Sua atuação com o diálogo ecumênico e inter-religioso – a exemplo da Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana (CONAC) e em outros órgãos –, pode ser útil na condução de processos de pacificação com dissidentes e na construção de possíveis pontes para a unidade.

Existem situações recentes – ou oportunidades – em que o diálogo se fez presente; porém, no diálogo com outras Igrejas Anglicanas Independentes, há alguns entraves que dificilmente serão superados nos próximos anos. Uma dessas questões é a Ordenação Feminina. Tanto grupos ligados ao Movimento Continuarista quanto Igrejas Independentes têm dificuldade em aceitar a ordenação de mulheres ao sacerdócio, uma vez que o seu clero é composto exclusivamente de homens, geralmente padres católicos que romperam sua comunhão com Roma.

Como a Ordenação Feminina já é amplamente aceita na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, o diálogo para a aceitação daqueles em relação à doutrina e às práticas desta, ficam estagnados, uma vez que, por convicção e crenças pessoais, tais sacerdotes têm dificuldade de aceitar uma liderança episcopal feminina – no caso de Dioceses lideradas por bispas – ou até mesmo de concelebrar com uma mulher.

Outro problema para o diálogo *inter-anglicano* é lidar com a fama adquirida e com a exposição midiática de outros reverendos. O Movimento Anglicano no Brasil (MANB), ganhou notoriedade e os holofotes do país por conta do trabalho e das posições do reverendo Aldo Quintão, voltadas, em especial, para questões relacionadas ao aborto, divórcio e casamento entre pessoas do mesmo sexo. Muitos de seus debates e entrevistas foram transmitidos em programas de televisão como Roda Viva, da TV Cultura, e Programa do Jô, da Rede Globo, tornando-o uma celebridade do mundo religioso em meio à alta sociedade paulistana.

Apesar de se expressar a favor das mesmas posições progressistas da IEAB, este grupo possui entraves em relação à ordenação feminina. Saliente-se que, até hoje, nenhuma mulher foi ordenada ao sacerdócio pelo bispo Roger Bird; tampouco Aldo Quintão sinaliza interesse para que isto ocorra, mesmo para dinamizar a expansão das comunidades ligadas à Catedral Anglicana de São Paulo.

Igualmente percebemos que a Igreja Episcopal Carismática do Brasil e a Igreja Anglicana no Brasil, continuarão a trilhar caminhos diferentes e, dificilmente, abrir-se-ão a um diálogo institucional com a IEAB, pois, a primeira organiza-se como movimento carismático independente do Anglicanismo – forma, inclusive, uma Igreja de proporções nacionais – enquanto a segunda recentemente firmou-se como província brasileira da GAFCON – reafirmando constantemente uma identidade oposta à IEAB e às Igrejas que seguem um modelo eclesial pautado na Inclusividade.

Por último, existe uma questão pouco debatida, que reflete diretamente na identidade eclesial e em como é recebida e compreendida pela sociedade brasileira. Existem alguns problemas com o uso do nome *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*. Embora hoje a sigla “IEAB” esteja consagrada entre os membros da denominação – muitas vezes é pronunciada por alguns como “IEÁB” –, sabemos que o atual nome surgiu a partir de uma mudança relativamente recente, mais precisamente através

de um debate que teve início a partir da década de 1980 e foi resolvido durante o Sínodo Geral de 1990, que celebrou os 100 anos da Província.

O primeiro nome adotado pelos missionários foi uma adaptação do nome da igreja de origem: *Igreja Protestante Episcopal no Sul dos Estados Unidos do Brasil*. Essa prolixa denominação foi adotada oficialmente na segunda convocação realizada em 1895, quando também foram adotados os primeiros cânones e a primeira constituição. Dois anos depois, em 1897, a quarta convocação decidiu subtrair a expressão *sul*, medida que se tornou efetiva no ano seguinte, passando a chamar-se *Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos do Brasil*. Este segundo nome perdurou até 1900, quando o reverendo James Watson Morris sugeriu que o concílio adotasse o nome de *Igreja Episcopal Brasileira* para todos os efeitos. A proposta foi aprovada por unanimidade. Esta nova denominação era mais condizente com a nova igreja que surgia. Talvez por isso tenha perdurado até 1965, quando o projeto de autonomia efetuou a penúltima alteração, passando a chamar-se *Igreja Episcopal do Brasil*. Na condição agora de uma província autônoma de Comunhão Anglicana, cresceu o senso de pertencer à grande família anglicana. Era preciso expressar essa ideia de alguma forma. Assim, o Sínodo de 1990, ano do centenário, fez a última alteração para *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*, numa justa homenagem aos 100 anos de história do anglicanismo em solo brasileiro (KICKHÖFEL, 1995, p. 233).

As discussões sobre a mudança do nome da Província ocorreram no contexto da preparação do “Ano do Centenário”, sob o argumento de que era preciso resgatar a anterior pertença histórica à Igreja da Inglaterra. Isso gerou uma série de debates institucionais, além da polarização entre as lideranças, que se dividiram em dois grupos: os que defendiam a manutenção do nome *Igreja Episcopal do Brasil*, e aqueles que desejavam a alteração do nome para *Igreja Anglicana do Brasil*.

Foi então que o reverendo Robinson Cavalcanti propôs uma espécie de “solução salomônica”, ao juntar o termo *Episcopal* – referente ao governo e estrutura eclesiástica, mantendo o vínculo com a Igreja estadunidense – e o termo *Anglicana* – para indicar a pertença ao Anglicanismo e sua ligação com a Igreja da Inglaterra. A questão foi votada durante a reunião do 24º Sínodo Geral, em Porto Alegre, onde a proposta foi aprovada em plenário; decidiu-se que, a partir de então, ela se chamaria *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*.

Após esclarecimentos do Revmo. Bispo Primaz sobre o assunto, volta-se a considerar a decisão tomada de mudar o Artigo 1º, da Constituição da Igreja Episcopal do Brasil que diz respeito ao nome da Igreja. Tendo sido votada e aprovada na vigésima-terceira reunião Sinodal a proposta de mudança do nome da Igreja para “IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL”, cumprindo o dispositivo constitucional no seu Artigo 51, passa-se a votação final nesta sessão e por ordens. Procedida a votação e o escrutínio, obtem-se o seguinte resultado: FAVORÁVEIS À MUDANÇA – Bispos 6 (seis), Presbíteros 15 (quinze), Leigos 16 (dezesseis), num total de trinta e sete

(37); CONTRÁRIOS À MUDANÇA - Bispos 0 (zero), Presbíteros 01 (um), Leigos 0 (zero), num total de (1). Obtidos os dois terços legais, fica aprovado que a partir da vigésima-quarta reunião do Sínodo o nome da Igreja passa a ser “IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL”, em substituição ao anterior “Igreja Episcopal do Brasil”, e que se cumpram as exigências legais e práticas que decorrem desta decisão (IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 1990, p. 21).

Em várias regiões, especialmente Sul e Sudeste, membros da Igreja de gerações mais antigas – e também de gerações atuais que, de certa forma, conviveram com os mais velhos –, costumam identificar-se e apresentar-se como “episcopais”. Em discursos proferidos por membros do episcopado e do clero, a expressão “Igreja Episcopal” é frequentemente citada. Até mesmo na memória de pessoas do Nordeste que frequentaram comunidades desde a época dos bispos Sherrill e Clovis, percebemos que, em seus relatos, guardam a história, a identidade e o nome da “Igreja Episcopal” quando se referem às suas comunidades originárias. Resta apontar, de maneira não menos importante, que a dupla pertença “episcopal anglicana” é, por vezes, mal compreendida pela população brasileira em geral; isso, inclusive, exige esforços dos próprios membros que, quando indagados, precisam explicar as razões do duplo nome da denominação.

Durante os anos em que empreendemos esta pesquisa, percebemos que o uso das terminologias “anglicana” e “episcopal” causa confusão na cabeça das pessoas quando se trata da dupla pertença “episcopal anglicana” dos membros da IEAB, especialmente na cidade do Recife. Ao abordarmos pessoas desta cidade, quando falamos a palavra “Igreja Episcopal”, elas fazem ligação com a “Igreja de Paulo Garcia”, mais precisamente com o templo da Catedral da Trindade, da Rua Carneiro Vilela. Por outro lado, quando falamos sobre a “Igreja Anglicana”, remetem à “Igreja de Miguel Uchôa”, ou à PAES, localizada no bairro de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes. Isso corrobora o que foi apresentado na pesquisa de Cristiany Moraes de Queiroz, acerca da “Pequena Crise do Recife” (2017, p. 127).

Os episcopais carismáticos continuam afirmando que a Igreja “continua a mesma”. Por diversas vezes, em suas publicações, a denominação carismática faz referências ao ministério do bispo Edmund Knox Sherrill como marco inicial de sua história, quando a Igreja teve sua fundação a partir da saída da comunidade que formava a Catedral Anglicana do Recife e o estabelecimento de Paulo Garcia como bispo da Igreja Episcopal Carismática, em 2004. Da mesma forma, por causa da maciça presença da nova Província da GAFCON, agora com três dioceses no

Nordeste (Recife, João Pessoa e Vitória de Santo Antão), a Igreja Anglicana no Brasil apresenta-se com um nome que busca ligar esta denominação à Igreja da Inglaterra e ao Anglicanismo histórico, embora, oficialmente, não tenha nenhum vínculo com a Igreja-Mãe ou com a Comunhão Anglicana.

Atualmente, a identificação das pessoas como “episcopais” e “anglicanas”, no Nordeste do Brasil, se dá através de dois processos totalmente opostos e que estão em constante conflito. Uma delas acontece através da memória afetiva, que agrega os fiéis via sentimento de pertença a um grupo específico. Apesar dos rompimentos institucionais, das mudanças ocorridas ao longo dos anos no “jeito de ser” da comunidade e de uma nova filiação, após deixarem as antigas denominações, seus fiéis permaneceram unidos em torno da figura do líder carismático e dos seus discursos de continuidade e de “defesa dos valores” do grupo em questão.

Este fenômeno ocorreu durante as duas Crises do Recife. Apesar das lutas fratricidas e do anúncio oficial de desfiliação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, seus fiéis continuaram ligados às novas denominações surgidas e sustentaram o discurso de que “permaneciam na mesma Igreja, apesar de...”.

As “novas expressões religiosas” surgidas na alta modernidade se mantêm através de comunidades carismáticas emocionais. No geral, não se observa um predomínio de uma linhagem de memória coletiva que seja proveniente de laços familiares, sociais ou confessionais. Enfim, essas “novas expressões religiosas” são constituídas basicamente, de relações afetivas, com manifestações físicas (beijos, abraços etc). A ideia de obrigação e permanência nestas instituições está ausente, pois elas se manifestam pela fluidez e instabilidade dos estados afetivos (QUEIROZ, 2017, p. 131).

O outro processo se dá através da disputa institucional pelos nomes “episcopal” e “anglicana”, pela, a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB) e a Igreja Anglicana no Brasil (IAB) conseguiram consolidar suas identidades na região com dois projetos eclesiais totalmente distintos e distantes do Anglicanismo histórico; ao utilizarem os nomes que identificam a sua denominação de origem e ao assumirem as identidades construídas nos poucos anos de existência, separaram o que era “episcopal” do que era “anglicano”. Assim, evitaram que ambas as instituições fossem confundidas pelo público local. Nesse quesito, a dupla pertença da IEAB – como uma Igreja “episcopal anglicana” –, em nada ajuda a reafirmar a identidade da denominação no Nordeste e em outras partes do Brasil.

Outro problema semelhante, diz respeito ao uso da sigla que representa o nome da Igreja. É necessário que os órgãos administrativos e as lideranças clericais e leigas deixem de lado o atual costume de se referirem à Igreja pela sigla *IEAB*. Este termo, embora seja muito prático, pois resume o extenso nome da denominação, acaba tornando-se uma expressão estranha à linguagem coloquial e, até mesmo, um artifício que afasta as pessoas que estão fora dos círculos da Igreja, uma vez que passa a ideia, não de uma comunidade eclesial, mas, de uma marca comercial – semelhante ao que Miguel Uchôa fez com o uso da expressão *PAES*, para se referir à “Paróquia Anglicana do Espírito Santo”.

Apesar das razões serem diferentes desta última – por se tratar de uma estratégia de marketing aplicada ao mercado religioso brasileiro atual, cuja marca deve sempre circular em determinada região –, o uso constante da sigla *IEAB*, veiculada em muitas publicações oficiais, acaba por converter o nome da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil em uma espécie de “produto” que, no caso, é consumido apenas pelos seus membros, sendo estranho a pessoas que não fazem parte do grupo; em decorrência, ela se fecha em si mesma, imersa em um mar de siglas não traduzidas.

Naturalmente, o uso de siglas e de acrônimos está associado a diferentes contextos linguísticos, à influência regional ou estrangeira em que grupos e instituições podem criar siglas e acrônimos que, por sua vez, estão vinculados às relações sociais, econômicas e políticas. Porém, este reducionismo no discurso e na redação – percebido desde as pregações nos púlpitos até em publicações dos órgãos da Igreja – acaba, muitas vezes, apresentando a sigla como se fosse uma agência governamental ou um espaço corporativista cheio de códigos traduzidos pelo uso constante desse artifício de economia linguística, cujo significado é de difícil compreensão. Ao contrário dessas práticas que, não apenas reduzem, mas também efetuam mudanças drásticas na linguagem institucional (inclusive em nível litúrgico), a Igreja deveria ser apresentada aos seus membros como a instituição histórica que ela é, ao passo que, ao mesmo tempo, para muitas pessoas, ela significa um espaço de fé, onde partilham suas experiências no seguimento do Movimento de Jesus³⁴².

³⁴² *The Jesus Movement* é uma expressão que vem sendo bastante utilizada pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos, especialmente nas pregações e publicações do seu Bispo Presidente, Michael Bruce Curry. Ao invés de se referir à Igreja através de sua sigla – TEC, *The Episcopal Church* –, por diversas vezes, inclusive em publicações oficiais, tem-se utilizado um conceito de que as pessoas que são membros da denominação pertencem ao “ramo episcopal do Movimento de Jesus”.

Diante disso, lançamos algumas provocações a serem refletidas pelos próximos anos acerca dos vários nomes adotados pela Igreja: Como uma Igreja centenária, que passou décadas sendo conhecida como *Igreja Episcopal*, em menos de trinta anos, mudou completamente a sua identidade, heráldica e até o seu nome, passando a ser conhecida e fazendo referência a si mesma apenas pelo uso do termo *Anglicana*? Da mesma forma, por quais razões, ao longo dos anos a mesma instituição passou a ser identificada através de uma sigla, como se fosse um grupo empresarial ou uma ONG? Essa troca de nome, somada ao uso constante de acrônimos, dificulta a comunicação e, até mesmo, a divulgação da Igreja entre o público brasileiro.

Enquanto a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil continua a sustentar o uso reiterado de suas siglas em discursos oficiais, outras denominações – inclusas as oriundas das duas Crises do Recife e, até mesmo, outras Províncias da Comunhão Anglicana – firmaram sua identidade e estabeleceram os limites de seus espaços divulgando seus respectivos grupos, através do uso do seu nome completo ou do nome que as identifica na sociedade local³⁴³.

Não se trata de retroceder a um passado distante – pautado por uma dependência dos episcopais norte-americanos, através do resgate do antigo nome da Igreja, mas de reconhecer que a mudança de nome ocorrida na década de noventa – que incluiu a adição do vocábulo *Anglicana* como parte da comemoração do centenário da denominação –, foi bem mais um dos elementos do projeto pessoal do bispo Robinson Cavalcanti de criar a sua própria Província, do que a reafirmação da identidade de uma Igreja de dimensões nacionais e internacionais.

Como consequência, as maiores prejudicadas com esse projeto foram não somente as Dioceses do Norte e do Nordeste, afetadas pelas crises que se sucederam, mas, também, as Dioceses do Sul e do Sudeste, que substituíram sua pertença como *episcopais*, e diluíram seus elementos identitários – litúrgicos, pastorais e inclusive patrimoniais –, em torno do projeto de uma Igreja que passou décadas tentando encontrar sua identidade em meio a uma luta fratricida para manter a tão difícil “unidade na diversidade”. Aqui cabe a crítica tecida por Joanildo Burity acerca da controversa questão.

³⁴³ Em praticamente todos os sermões proferidos pelos bispos e clérigos da Igreja Episcopal Carismática do Brasil e da Igreja Anglicana no Brasil, o nome da Igreja é dito na íntegra, como forma de marcar a memória de seus fiéis, por meio da pertença ao determinado grupo.

Eu diria que nossa celebração da unidade na diversidade não apenas tem se deparado com numerosos reveses e aplicações contraditórias, como enfrenta uma conjuntura, dentro e fora da igreja, bastante desfavorável à experiência do que nos une em meio a nossas diferenças ou mesmo apesar delas. Corremos o risco de proclamar algo que somos incapazes de viver coerentemente, num mundo (e num contexto eclesial brasileiro) que tampouco quer (vi)ver e ouvir isso. O que torna a afirmação da unidade na diversidade um desafio profético para a Igreja - e não uma marca já consolidada dela, como tanto se fala (ESTANDARTE CRISTÃO, abr. 2017, p. 14).

É preciso levar em conta a memória histórica da Igreja, onde na maioria absoluta dos templos antigos – e até nos mais recentes, como as placas de bronze da Catedral do Bom Samaritano³⁴⁴ – possuem registros, marcos e marcas, com o nome *Igreja Episcopal do Brasil*, gravados em suas pedras, paredes, portas, janelas, documentos e na lembrança dos membros. Da mesma forma, inúmeros estudos acadêmicos já consagrados – incluindo textos sobre história eclesial, publicados pelas editoras ASTE, Vozes e Loyola, além daqueles publicados própria Igreja – apresentam a denominação como “Igreja Episcopal” e seus fiéis como “episcopais”.

Durante cem anos a Igreja apresentou-se publicamente para a sociedade brasileira como “Episcopal”. Somente de uns trinta anos para cá passou a referir-se através do nome exclusivo de “Anglicana” (embora já fosse uma Província da Comunhão Anglicana, desde 1965, e ostentasse esta pertença nos letrados, publicações e discursos oficiais veiculados na mídia). Percebemos que, o período de mudança de nome e designação da Igreja coincide com o momento de construção e amadurecimento das suas identidade e eclesiologia, durante o final do século XX e início do século XXI. Porém, a dupla pertença *episcopal anglicana* mais confunde as pessoas do que explicita a identidade da Igreja, uma vez que se trata de uma redundância, como já debatido no início deste capítulo.

Inclusive, como foi apresentado no princípio deste trabalho, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos trilhou um caminho oposto, reduzindo o seu nome, até chegar a uma expressão bastante sucinta, que é utilizada até hoje: *The Episcopal Church*.

³⁴⁴ Nas duas placas que ilustram a Parábola do Bom Samaritano, incrustadas na porta de madeira, é possível ler algumas palavras que são quase imperceptíveis: “Igreja Episcopal do Brasil”. O nome da Igreja foi apagado após a Grande Crise do Recife, possivelmente a mando de Robinson, para extinguir qualquer ligação de sua nova denominação com a Igreja Episcopal, em prol de uma identidade “pura”, “moderna” e fincada na Tradição Evangélica do Anglicanismo, em detrimento do que era “corrompido”, “velho” e “liberal”, segundo a concepção do bispo. Isto, por si só, revela muito sobre o seu projeto de fundar uma segunda Província da Comunhão Anglicana no território brasileiro.

Diante do novo momento de estreitamento de laços entre a IEAB e a TEC (e que também vem sendo realizado com outras denominações no Brasil), deve-se pensar em uma reforma na identidade eclesiológica da Igreja Nacional, o que passa, obrigatoriamente, pelo seu próprio nome. Assim, deixamos aqui a sugestão, de que a instituição se identifique novamente apenas como *Igreja Episcopal do Brasil*³⁴⁵, resgate a sua antiga heráldica³⁴⁶ e, ao mesmo tempo, continue reafirmando a sua pertença como Província brasileira da Comunhão Anglicana.

Pelas razões acima apresentadas, podemos estar presenciando um verdadeiro retorno às origens dessas Igrejas, que tiveram como sua mãe a Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Desse modo, parece ser viável que seja dado um passo, não para atrás, mas no reconhecimento de equívocos do passado, com vistas a dar continuidade à Igreja construída durante os seus cem primeiros anos. Além disso, que sejam reconsiderados os problemas administrativos e missionários que a IEAB passou nas últimas décadas, a partir de um alinhamento permanente com a Igreja norte-americana, de maneira a reorganizar a Província brasileira no quesito de suas finanças, abrindo novas possibilidades no campo da Missão.

6.5 PARA ONDE CAMINHA O ANGLICANISMO NO BRASIL E NO MUNDO?

Em 2020 a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil completou 130 anos³⁴⁷, desde que os primeiros missionários episcopais norte-americanos chegaram à região Sul.

³⁴⁵ Aqui sugerimos que seja feita uma nova alteração do nome para constar somente “Igreja Episcopal do Brasil”, com a devida alteração dos nomes das dioceses, de “anglicana” para “episcopal” (ex.: Diocese Episcopal do Recife; Diocese Episcopal de São Paulo), ou suprimindo o termo episcopal, vinculando a sua sé à Igreja Nacional (ex.: Diocese Meridional – Igreja Episcopal do Brasil; Diocese de Brasília – Igreja Episcopal do Brasil). Da mesma forma, em publicações oficiais ou publicitárias, deve-se frisar a pertença à Comunhão Anglicana (ex.: Igreja Episcopal do Brasil – 19ª Província da Comunhão Anglicana). Tais alterações, ao invés de dificultarem a compreensão acerca da identidade da Igreja, facilitariam, sobretudo, pela assimilação do passado centenário e da sua origem, que está no seio da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

³⁴⁶ Outra questão que mexe com a questão da identidade em sentido lato, é a identidade visual da Igreja, representada, de modo especial, com seus símbolos. A atual heráldica – vide Imagem 6 – é composta a partir de um design da década de 90 que, embora seja moderno, hoje é de difícil representação – inclusive de assimilação – pelas pessoas. Durante o Sínodo de 2018, enquanto o autor realizava suas anotações, esta questão foi percebida pela primeira vez, ao tentar rabiscar o atual brasão, quando comparado ao anterior, inspirado no símbolo da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. O escudo anterior – junto com as suas formas e cores – é muito mais simples de se assimilar e reproduzir, estando presente em diversos documentos da Igreja. Esta é a razão pela qual a Igreja norte-americana não abriu mão deste símbolo em quase três séculos de existência. Se o conceito do atual brasão é passar a ideia de modernidade, ele é tudo, menos moderno.

³⁴⁷ Em 2020, por conta da Pandemia do COVID-19, a IEAB não realizou celebrações presenciais em comemoração aos 130 anos de sua fundação. Porém, seus bispos e bispas gravaram uma série de

Durante sua história, a contribuição dos pioneiros e daqueles que deram continuidade à consolidação de um Anglicanismo brasileiro, também ajudou a moldar o *ethos* da Igreja. De modo especial, os bispos tiveram um papel fundamental na construção dessa identidade eclesiástica que, a partir da segunda metade do século XX, foi marcada por uma série de reflexões teológicas e eclesiológicas sobre como a Igreja Nacional poderia tornar-se uma Província autônoma dentro da Comunhão Anglicana.

O processo de abertura, ou de um *aggiornamento no Anglicanismo*, – para utilizar termo cunhado pelo Concílio Vaticano II – pode ser aplicado ao contexto da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil para as demandas do século XXI. O aprofundamento e a aplicabilidade da ideia da Inclusividade anglicana, provocou, em diferentes momentos, crises institucionais e até divisões, ao mesmo tempo em que também atraiu novas pessoas – algumas das quais não tinham a pertença cristã –, que passaram a identificar-se profundamente com o perfil aberto e progressista da Igreja, ou que, estando em busca de aceitação e acolhimento, encontraram na IEAB um espaço seguro para viverem suas experiências de fé sem nenhum tipo de constrangimento quanto à sua sexualidade ou seus relacionamentos.

Desde que os primeiros missionários episcopais chegaram ao Brasil, em 1890, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil passou por diversas mudanças que abrangem as questões cerimoniais, a atuação pública e até a sua teologia. A Fé Anglicana continua a mesma nos pontos considerados “essenciais”. Juntamente com os pontos estabelecidos pelo Quadrilátero de Lambeth, a Igreja continua suas história e trajetória como instituição religiosa, pautada no conceito da *Via-Média*. Em sua Teologia, ela mantém a doutrina embasada nos Dogmas Cristológicos surgidos nos primeiros séculos. Na Liturgia, as cerimônias e a dinâmica espiritual permanecem regidas pelo Livro de Oração Comum. O regime hierárquico e o governo episcopal continuam a coexistir ao lado dos princípios democráticos que regem a administração da Província, com suas instâncias de decisão sinodal e conciliar. Então, o que mudou?

Como tantas outras Províncias da Comunhão Anglicana, ao longo de sua história ela também repensou seu projeto de missão e o lugar de seus membros no

vídeos contando a trajetória da Igreja a partir da história de cada uma das nove Dioceses e do Distrito Missionário. Tais vídeos, disponíveis no Youtube, constituem-se em um valioso registro que apresenta o passado, o presente e o projeto de Igreja que se encontra em construção.

corpo eclesial, dialogando e redimensionando questões consideradas “não essenciais” e que, por muitas vezes, acabam sendo “atualizadas” ou ganham abertura com o passar do tempo. Para alguns, isto significa que a Igreja afastou-se de suas missão, doutrina, crenças e/ou práticas. Para outros, isto significa que ela continua a caminhar junto com a história e a sociedade do seu tempo, e que estas mudanças são fruto dos desafios contemporâneos aos quais a “Igreja-instituição” é chamada a responder. Da mesma forma, é preciso entender que, em qualquer instituição, a identidade continua a ser construída e remodelada com o passar dos anos, de modo que isso é um processo no qual não é possível apontar qual será o futuro da Comunhão Anglicana ou do Anglicanismo no Brasil.

A identidade de um grupo nunca é estática. A identidade é um processo dinâmico que se estrutura a partir de fortes experiências do passado, novas demandas do presente e esperanças em relação ao futuro. Jamais nos arriscaríamos a dizer qual deveria ser a identidade eclesiológica da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil nas próximas décadas (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 219).

O discurso da “heterodoxia” *versus* “ortodoxia”, veiculado (muitas vezes de modo automático) pelas próprias lideranças anglicanas – e por outras pessoas externas à Igreja –, acaba caindo no lugar-comum de que estas mudanças trouxeram uma crise sem solução, um ponto sem retorno, que é o atestado de falência múltipla da Igreja, e que o Anglicanismo está fadado a se desintegrar: “Por ser tão moderna, arrebanhou milhões de fiéis pelos 5 continentes. Por ser tão moderna, está se desintegrando” (SUPER INTERESSANTE, 31 jul. 2008). As inúmeras críticas tecidas, muitas vezes pelos próprios bispos, ao longo do “Período de Crise”, foram mais perguntas do que respostas, sendo que, muitas delas, só puderam – e só poderão – ser respondidas com o passar do tempo.

Será que Kinsolving sonhou e trabalhou em vão? Será que Sherrill sonhou e trabalhou em vão? Será que tenho sonhado e trabalhado em vão? Será um dia a Diocese do Recife uma verdadeira diocese anglicana? Haverá um reavivamento na IEAB? Haverá um futuro para o anglicanismo evangélico e/ou carismático entre nós? Pelo muito que já vi, o que posso antever? “De boas intenções está pavimentada a estrada que conduz ao inferno.” Equívocos, inexperiência e ingenuidade constroem o acostamento dessa estrada e a ambição é sua sinalização. Por mais de meio século, vi e continuo vendo. Vejo aproximar-se a poeira do tropel do cavalo de Tróia (CAVALCANTI, 2007, p. 83)

Aqui, reiteramos nossa posição de que é preciso um diálogo com o passado para a IEAB tornar-se novamente a “Igreja Episcopal no País do Futuro”, o que um dia foi sonhado e planejado pelas teses do Congresso Episcopal de 1960: não apenas uma “Igreja Nacional”, mas também de relevância nacional. Isso vai além de uma simples mudança na nomenclatura da instituição, mas se encontra, sobretudo, na desconstrução de um projeto que quase minou uma diocese, apontando uma das possíveis saídas para a crise que se instalou na Igreja e no Anglicanismo brasileiro.

Respondendo à provocação – em todos os sentidos do termo – do bispo Robinson Cavalcanti, atualmente a Província brasileira da Comunhão Anglicana se encontra em um processo de continuidade em relação ao projeto iniciado pelo bispo Kinsolving, superando as dialéticas do rompimento pelas quais passou tantas vezes ao longo de sua história. Essa “hermenêutica da continuidade” deve estar em constante diálogo com o passado, sempre tomando como referência as dificuldades e desafios encontrados pelos primeiros missionários que, com muito esforço, construíram uma Igreja de proporções nacionais e internacionais. A partir de um diálogo sadio com as suas origens, é possível encontrar diferentes possibilidades e respostas para um “reavivamento” da IEAB em pleno século XXI.

Considerando o atual realinhamento anglicano mundial e a aderência de muitas denominações em torno da GAFCON – a exemplo da Igreja Anglicana no Brasil, a Província da GAFCON em nosso país –, é preciso que a IEAB também faça o seu realinhamento com Províncias da Comunhão Anglicana e Igrejas Cristãs em nosso país que possuem perfis semelhantes, teologias inclusivas e discursos de reconciliação. Mas a autocrítica também deve ser uma constante, para a pluralidade não se tornar particularismo e a unidade não ser uniformidade.

Mas, para isso, é preciso fazer as pazes com o passado, resolver questões que continuam em aberto, senão o discurso institucional nunca conseguirá sair do papel. Joanildo Burity aponta a necessidade urgente de a Igreja se debruçar sobre as reais causas dessa crise na IEAB, que nasce, em suma, por posturas reveladoras, em sua maioria, da má compreensão da identidade da própria Igreja.

Creio que não basta pedirmos um desarmamento dos espíritos ou reclamarmos da fraca identidade anglicana dos grupos que têm repetidamente nos deixado. Tantas defecções, no clero e de comunidades inteiras, ao longo de tanto tempo, expressa duas coisas: (a) não estamos agindo sobre as causas dessa crise; (b) não estamos enfrentando a questão do quanto nossa eclesiologia e nossa identidade realmente existentes estão

comprometidas por incoerências e por uma grave confusão entre abertura ao mundo e submissão ao mundo. Entre "conservadores" e "liberais". (ESTANDARTE CRISTÃO, abr. 2017, p. 17).

Percebemos em ações recentes que, as parcerias firmadas com a Trinity Wall Street, que está sendo a paróquia da Igreja dos Estados Unidos responsável por agregar as Igrejas Episcopais Anglicanas na América Latina, também estão indo muito além do que uma simples parceria de projetos para dioceses das Igrejas do Caribe e da América do Sul. Esse processo de aproximação institucional e da formação de laços de companheirismo com as Igrejas irmãs que fazem parte da Comunhão Anglicana – em especial a Igreja Anglicana do Canadá, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e a Igreja Lusitana de Portugal, junto com outras que fazem parte da Rede Lusófona – evidencia um maior amadurecimento da IEAB frente ao seu papel dentro da Comunhão Anglicana.

O Anglicanismo no continente africano está, atualmente, em plena expansão, inclusive em Angola e Moçambique, integrando a Igreja Anglicana da África Austral. Essa Província engloba diversos países da região do Sul da África. Porém, sendo a língua um fator identitário, isto acaba por separar estes dois povos lusófonos, uma vez que o sul da África tem o inglês como língua oficial. Por isso, após vários estudos foi apresentado o projeto de criação da Igreja Anglicana de Moçambique e Angola (IAMA), a 42ª Província da Comunhão Anglicana.

Moçambique e Angola têm o português como língua oficial. As igrejas anglicanas nos dois países atualmente fazem parte da Igreja Anglicana da África Austral. A proposta de uma nova Província de língua portuguesa tem o apoio do Primaz da África Austral, Arcebispo da Cidade do Cabo, Rev.mo Thabo Makgoba. As propostas veriam as atuais quatro dioceses anglicanas nos dois países aumentadas para 12. A única diocese servindo toda a Angola, que se tornou uma diocese de pleno direito no dia de Santo André (30 de novembro) 2019, após 16 anos como uma Diocese Missionária, se tornará quatro dioceses: Luanda Norte, Luanda Sul, Uíge e Central e Sul de Angola. Em Moçambique, as três dioceses existentes serão reorganizadas para criar cinco novas Dioceses Missionárias de Maciene, Inhambane, Pungue, Zambézia e Tete; além de dioceses menores com os atuais nomes de Libombos, Niassa e Nampula (ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE, 15 mar. 2021).

Em 24 de setembro de 2021, a nova Província foi instalada pelo Arcebispo de Cantuária e Dom Carlos Matshinhe foi investido como Primaz em exercício. A criação da nova Província africana aponta para o fortalecimento da Rede Lusófona da Comunhão Anglicana e o aprofundamento das relações entre as suas Igrejas.

Para alcançar esse escopo será preciso não apenas a boa vontade das partes envolvidas e projetos bem elaborados em reuniões que já presenciamos, mas, sobretudo, compromisso e seriedade na hora de executá-los. Mesmo que estejam sendo conduzidos pelas diretrizes da Província norte-americana, a sua implementação virá por mãos brasileiras. Será preciso uma “visão profética” para os tempos futuros em sua concepção, um “profissionalismo administrativo” em sua execução e um “zelo pastoral” na sua condução, para que a Igreja possa novamente crescer de maneira efetiva nas suas várias áreas de atuação.

Sobre o crescimento e o futuro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, vislumbramos três possibilidades: a) nova expansão, a partir de uma frente de atuação específica, que busque um público mais jovem e ao mesmo tempo familiar, identificado com uma Igreja aberta ao diálogo e às questões do nosso tempo; b) declínio, risco que, frequentemente, é alertado pelas próprias lideranças clericais e leigas da Igreja; c) estagnação por um longo período, uma vez que as consequências dos processos das crises e os problemas acerca da identidade ainda são sentidos em toda a Província, em especial na Diocese Anglicana do Recife.

Entendemos que a reflexão em cima dos Eixos elencados no Plano Estratégico Provincial – Missão, Pastorais e Diaconia; Formação Teológica; e Gestão, Comunicação e Sustentabilidade –, estão intimamente ligados ao desafio de construir uma Igreja enraizada na cultura brasileira, dotada de valores democráticos e que seja capaz de comunicar a sua mensagem de inclusão em uma sociedade tão dividida como a em que vivemos nos tempos atuais. Para isso, será preciso que a própria Igreja encare a realidade a ser enfrentada, sem se esquecer do seu passado.

No entanto, o desenvolvimento das novas ênfases teológicas, a partir da década de 1980, às quais levaram à construção das múltiplas identidades da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, trouxe consigo novos desafios e demandas que devem ser respondidas de maneira objetiva pela Província. Os episódios cismáticos de um passado recente não podem ser esquecidos, e o diálogo crítico, feito de forma sincera e sadia, é a melhor saída para dar continuidade ao processo de consolidação dessas múltiplas identidades.

Daí a importância da continuidade das pesquisas acadêmicas feitas por membros da Igreja, iniciadas no início deste século. Aqui, mais uma vez cabe a

reflexão feita por Joanildo Burity, que abarca os três eixos do Plano Estratégico Provincial, acima citados.

(a) Precisamos enfrentar as fragilidades administrativas, doutrinárias e éticas de nosso modelo eclesial real. Falta-nos adesão e observância séria a estatutos e cânones (de leigos a bispos!); falta-nos seriedade na gestão dos bens e no planejamento da missão; falta-nos liderança visionária para enfrentar o descompasso entre unidade e diversidade que hoje vivemos. Precisamos de nada menos que uma repactuação geral, e precisamos intensamente de gente "diplomata", pacificadora, reconciliadora, não de mais divisões teológicas, de classe ou identitárias. Aí está um tema indeclinável para o próximo sínodo! (b) Num mundo de fragmentação e polarização, precisamos desenvolver um programa de formação teológica anglicana sério, com boa pedagogia e forte ênfase pastoral e ética, tanto para o clero (embutido em sua preparação ministerial e formação continuada), quanto para os leigos. Algo está muito mal nessa área. Estamos claramente perdendo a batalha neste campo e sendo minados pela cultura da intolerância, da polarização e da competição socioeconômica agressiva, que acirram a rejeição dos pobres e das minorias e banalizam a violência; (c) Precisamos desafiar o clero a integrar em sua pregação e pastoral as Cinco Marcas da Missão na vida de todas as paróquias e missões, desafiando a igreja toda a assumir proativamente a inseparabilidade da pregação, do testemunho profético, do cuidado com a natureza e da prática da reconciliação e da paz. Missão é da igreja toda. Sem isso, nossa pequenez e nossas divisões nos levarão aos poucos ao declínio, num cenário de profundas mudanças religiosas e sociais no país e no próprio mundo anglicano (ESTANDARTE CRISTÃO, abr. 2017, p. 17).

Após a “Grande Crise do Recife”, em 2005, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil desenvolveu um maior amadurecimento e transparência quanto às suas posições, principalmente pela regularidade de campanhas voltadas para os Direitos Humanos, e de combate às várias formas de expressão do machismo, do racismo, da homofobia e da intolerância religiosa. A sua presença em instâncias de cunho ecumênico, como o Conselho Mundial de Igrejas e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, também reforçou o perfil que a Igreja tenta construir desde então. Essa promoção, por parte da IEAB, de um modelo de Igreja e sua atuação no mundo a partir de uma relação global e ao mesmo tempo contextualizada com os problemas locais, está bem próxima da concepção da “cidadania cosmopolita” de Boaventura de Sousa Santos, a qual se baseia no “reconhecimento da diferença. [...] Essa nova cidadania requer invenção de processos dialógicos de construção de novos modos de intervenção política” (SANTOS, 2003, p. 24).

As novas gerações de anglicanos, no clero e no laicato, em especial, os jovens que fazem parte da UJAB, têm consciência de que esses trabalhos de reestruturação e nova expansão da IEAB pelas próximas décadas serão

encabeçados por eles, com a missão de consolidar as novas ênfases teológicas construídas nos últimos anos. Com a renovação do clero e da Câmara Episcopal – via eleição de bispos e bispas que não estiveram envolvidos diretamente nos episódios cismáticos –, também é possível vislumbrar uma nova política eclesial de superação do passado por intermédio do diálogo, da busca por reconciliação, e da promoção da Igreja na sociedade brasileira através do uso das novas mídias sociais e da ocupação de ambientes e espaços geográficos que antes não eram possíveis.

Embora não tenha sido um processo exclusivo do Brasil, diante de outros casos de crises e divisões, como os da Igreja Episcopal dos Estados Unidos (que culminou com a criação da ACNA), e da Igreja Anglicana da Austrália – com disputas internas entre os bispos e respectivas dioceses –, a “Grande Crise do Recife” configura-se como um dos principais fenômenos na história contemporânea para se compreender melhor o realinhamento anglicano ao redor do mundo, e como ele repercute em nosso país, onde o Anglicanismo possui duas grandes frentes institucionais: a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – como Província da Comunhão Anglicana alinhada teologicamente com as Igrejas do “Norte Global” – e a Igreja Anglicana no Brasil – como Província da GAFCON alinhada teologicamente com o “Sul Global”.

Atualmente, a GAFCON/FCA vem ganhando força através de três principais lideranças, a saber, o bispo Foley Beach, atual primaz da Igreja Anglicana na América do Norte e também presidente do Conselho de Primazes da GAFCON³⁴⁸; o bispo Nicholas Okoh, primaz da Igreja Anglicana da Nigéria e ex-presidente da entidade, sucedido por Foley; e o bispo Miguel Uchôa, primaz da Igreja Anglicana no Brasil, sucessor de Robinson Cavalcanti.

Essa presença de primazes oriundos de três continentes centrais no plano geopolítico do Anglicanismo mundial (África, América do Norte e América do Sul) é bastante significativo, pois os dois últimos foram palcos de grandes crises nas

³⁴⁸ O Conselho de Primazes da GAFCON é formado por dez bispos das Igrejas que participaram e formalizaram seu alinhamento com as Conferências da GAFCON. É, atualmente, composto pelo Arcebispo Foley Beach, presidente do Conselho e primaz da Igreja Anglicana na América do Norte; Arcebispo Laurent Mbanda, primaz da Igreja Anglicana de Ruanda; Arcebispo Zacharie Masimango Katanda, primaz da Igreja Anglicana do Congo; Bispo Gregory Venables, primaz da Igreja Anglicana da América do Sul; Arcebispo Jackson Ole Sapit, primaz da Igreja Anglicana do Quênia; Arcebispo Miguel Uchôa, primaz da Igreja Anglicana no Brasil; Arcebispo Stephen Than Myint Oo, primaz da Província Anglicana de Myanmar; Arcebispo Justin Badi Arama, primaz da Igreja Episcopal do Sudão do Sul; e o Arcebispo James Wong Yin Song, Primaz da Província Anglicana do Oceano Índico.

Províncias norte-americana e brasileira da Comunhão Anglicana, o que acabou por fragilizar a atuação destas Igrejas em seus países. Ao mesmo tempo, facilitou o crescimento e a influência do grupo conservador perante outras denominações, inclusive algumas que fazem parte da Comunhão Anglicana.

Para além das análises da política eclesiástica, é preciso compreender as razões históricas que levaram ao realinhamento anglicano, e porque existe um peso tão grande que vem das Províncias da África, enquanto que, por outro lado, a autoridade espiritual e a liderança do Arcebispo de Cantuária (e como consequência, as instâncias de poder da Comunhão Anglicana), são contestadas e postas de lado. E a resposta para isso se encontra no processo de descolonização africana.

A descolonização (ou processo de emancipação das antigas colônias Britânicas na África e na Oceania) teve repercussões religiosas, já que as antigas igrejas anglicanas criadas nessas regiões passaram a contestar certas diretrizes teológicas e litúrgicas oriundas da Europa e depois dos EUA. Eles buscaram sua autodeterminação, assimilando elementos culturais próprios como a poligamia e uma liturgia dançante dentro da espacialidade circular tão cara: as origens tribais. A influência do Islamismo e a aceitação de uma ortodoxia teológica levam as Igrejas do chamado Sul Global a rejeitarem a ordenação de homossexuais não castos e a bênção matrimonial de pessoas do mesmo sexo. Outro aspecto por demais controvertido é a questão da emancipação religiosa das mulheres, já que ocupam postos de comando na vida civil, militar e religiosa na América e na Europa, o que é incomum na África (SOUZA, 2020, p. 142).

Sobre a Igreja Anglicana de Uganda, notamos um alinhamento cada vez maior com a GAFCON, o qual influencia nas relações com outras Igrejas, uma vez que ela é uma das maiores Províncias da Comunhão Anglicana e apresenta um vertiginoso aumento do números de fiéis. Durante o período em que exerceu a primazia, o bispo ugandês Stanley Ntagali manteve uma relação próxima com o Arcebispo Justin Welby.

Em 03 de março 2020, Ntagali passou a cruz primacial para Stephen Kaziimba, que se tornou o 9º Arcebispo e Primaz de Uganda. Mas o perfil do novo líder só poderá ser avaliado com o passar do seu mandato. Em relação à GAFCON, o Primaz de Uganda não tem assento no Conselho de Primazes, mas é provável que, com o realinhamento visto durante a última Conferência do grupo, realizada em 2018, em breve seja oficializado o seu ingresso naquele órgão.

Da mesma forma, percebemos que a criação da Província Brasileira da GAFCON, ocorrida um mês antes do Sínodo Geral da IEAB que aprovou o

casamento entre pessoas do mesmo sexo, foi um ato político e de reafirmação de posições teológicas desta denominação, como foi atestado pelo próprio sermão proferido pelo Arcebispo Miguel Uchôa, no dia da sua instalação. Hoje, a Igreja Anglicana no Brasil ocupa um lugar de destaque na Fraternidade de Anglicanos Confessantes junto com as Igrejas de Uganda, da Nigéria e Anglicana na América do Norte, embora não seja reconhecida oficialmente pelos órgãos da Comunhão Anglicana como representante do Anglicanismo no Brasil³⁴⁹.

Para nós, o projeto das Igrejas que fazem parte da GAFCON é bastante claro: dar continuidade ao crescimento e expansão das suas Províncias para que, em algum momento passem a integrar a Comunhão Anglicana, mesmo que dividam seu território com outra Província já estabelecida em um determinado país. Isto ficou bastante nítido durante a 17ª reunião do Conselho Consultivo Anglicano, cuja proposta da existência de duas Igrejas dentro de uma mesma região foi rejeitada.

Embora tenha sido adiada duas vezes (a primeira, por razões de ordem política e, a segunda, em decorrência da Pandemia do COVID-19), ela se tornou o centro de diálogo e dissenso na comunidade anglicana mundial, sendo aguardada como uma espécie de fórum, de proporções ainda maiores que a anterior, no sentido de que temas e problemas sociais que abrangem, inclusive, esferas além da Comunhão, serão o centro dos debates oficiais e dos bastidores.

É preciso que as Províncias respeitem-se mutuamente, e considerem que a Conferência de Lambeth é consultiva, não legislativa. As Igrejas são autônomas e independentes, fazem parte de uma família, em que, semelhante às famílias humanas, seus membros não pensam, agem ou são iguais, muito menos concordam sobre os mesmos temas. A diversidade anglicana talvez seja expressa da melhor maneira pela própria estrutura da Comunhão Anglicana, na qual as Conferências devem ser momentos especiais, pois nelas, além da refeição partilhada nos momentos celebrativos, deve haver espaços de diálogo mútuo e troca de experiências, não de farpas e imposição de políticas que não dialogam, nem respeitam os contextos particulares de cada Igreja.

Além da existência da Província da Comunhão Anglicana e da Província da GAFCON no Brasil, nas últimas décadas notamos o surgimento de Igrejas

³⁴⁹ Existe uma informação no site da instituição, em que se afirma que a Igreja Anglicana no Brasil é a 41ª Província da Comunhão Anglicana. Porém, como consta na lista oficial, a Província criada na época, foi a Igreja Anglicana de Alexandria e, no ano seguinte, a 42ª Província, a Igreja Anglicana de Moçambique e Angola.

Anglicanas Independentes. A sua existência e realidade em meio ao Anglicanismo histórico não pode ser negada, nem a Igreja pode afirmar que estas “ovelhas de outro aprisco” não podem ser consideradas como tais, pois tal postura em nada condiz com a posição de diálogo e abertura da IEAB com outras questões. Dessa forma, o melhor tipo de relacionamento que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil pode ter para com outras denominações é buscar ao máximo o sentido da *Ecclesia* como *koinonia*, uma “comunhão de pessoas”.

Isto também se reflete no conceito da “Comunhão Anglicana” e nos problemas que giram em torno do seu “mito” e da sua “operacionalidade” entre as Províncias. De acordo com Calvani: “instituições não são capazes de manter comunhão. Instituições mantêm, no máximo, acordos bilaterais enquanto for conveniente para ambas as partes. Quem mantém comunhão são pessoas” (*In: CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS*, 2006b, p. 16).

O futuro do Anglicanismo – e da própria Comunhão Anglicana –, exige uma habilidade dialógica por parte das lideranças laicas e clericais, assim como de seus representantes oficiais e dos representantes das Províncias que se encontram sob os laços históricos e de afeição mútua. Nunca foi tão necessário a construção de pontes e caminhos para além daquilo que Carlos Calvani chama de “mito fundante”. Para o Anglicanismo, as origens do conceito da “Comunhão” remontam à primeira Conferência de Lambeth, em 1867.

No século XX, devido às novas hermenêuticas eclesiais, os anglicanos encontraram na expressão “laços de afeição”, a melhor forma de traduzir a *koinonia* que existia entre eles. Segundo o discurso oficial, reproduzido até hoje, não são as doutrinas, dogmas ou as formas de interpretação bíblica que os unem, mas a partilha das experiências em suas comunidades, dioceses e Províncias.

Assim, existem dois sentidos distintos para uma mesma palavra, que, segundo Calvani, são constantemente confundidos pelos anglicanos espalhados pelo mundo. O uso teológico da expressão “comunhão” frequentemente é interpretado como uma espécie de “unidade institucional”; uma suposta unidade entre as Províncias que estão sob a liderança espiritual do Arcebispo de Cantuária. Mais importante do que a “Comunhão Anglicana” – de cunho institucional – é a “comunhão anglicana” – baseada no respeito às diferenças e na liberdade que cada grupo ou Província possui para construir e consolidar as suas múltiplas identidades.

Por esses e outros motivos o que chamamos “Comunhão Anglicana” é um mito que, em seu potencial libertador, convida-nos à inclusividade a considerar a liberdade de cada grupo que se abriga sob o guarda-chuva da “comunhão anglicana” de viver sua fé em Cristo de modo diferente. Os interesses particulares afloram sempre que alguns grupos tomam decisões mais ousadas em relação a tradições do passado. Houve época em que os bispos reunidos em Lambeth se preocuparam muito com a prática da poligamia em contextos africanos. Na época da polêmica sobre a ordenação feminina houve várias reclamações de grupos conservadores exigindo que antes de se tomar tal decisão, as igrejas deveriam consultar-se mutuamente e esperar que houvesse consenso. Porém, esperar pelo consenso de todos é impossível e se isso fosse praticado, nada de novo teria acontecido nas Igrejas. A ECUSA ou a IEAB não precisaram pedir autorização de Cantuária para ordenar mulheres ao sagrado ministério, assim como a Igreja Católica Romana a ninguém consultou quando promulgou os dogmas marianos. Exigir que todas as igrejas locais (províncias) esperem o aval de todas as outras no mundo inteiro para tomar certas decisões é hipocrisia, pois ninguém faz isso. A “Comunhão” não é sustentada pelo consenso de idéias, mas pela disposição de aceitar o/a outro/a com suas diferenças (*In: CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS, 2006b, p. 17*).

Talvez essa seja a melhor forma de construir pontes e caminhos em busca da unidade, não necessariamente militando por um retorno delas ao “aprisco”, mas buscando evitar, ao máximo, o sectarismo ou qualquer forma de exclusivismo que possa levar a novas divisões. Cabe às novas gerações de clérigos e leigos, a tarefa de estabelecer diálogos sérios – de bases teológicas, políticas e institucionais –, mas, sobretudo, de superar as feridas do passado, uma vez que, esta mesma geração tem conhecimento dos erros do passado e a oportunidade de não repeti-los.

O mundo tem passado por mudanças muito rápidas nas últimas décadas, assim como o Anglicanismo. A Comunhão Anglicana não é mais a mesma, nem as suas Províncias. No Brasil esta realidade não é diferente. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil está aprendendo a se reinventar diante dos novos desafios do Cristianismo no Brasil. Assim como o diálogo ecumênico e inter-religioso é importante, hoje também é preciso fazer o diálogo *intra-religioso*, no âmbito das Igrejas Anglicanas. O discurso da “unidade na diversidade” agora chama a IEAB a um novo tipo de desafio – dialogar com os “irmãos separados” –, de modo que seja possível diminuir o atual estado de fragmentação do Anglicanismo no Brasil.

A diversidade tão defendida por alguns, também significa a existência de outras Igrejas de uma mesma tradição, que dividem espaços, práticas, discursos e até mesmo mesas. E esta diversidade também implica o direito de coexistir em meio às diferenças, para, quem sabe, um dia, do que era dividido fazer nova unidade.

6.6 A CONFERÊNCIA DE LAMBETH DE 2022 E A PARTICIPAÇÃO DA IEAB

Os bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil sempre estiveram presentes nas Conferências de Lambeth; desde a época do episcopado de Lucien Lee Kinsolving³⁵⁰, representam a Província em suas reuniões, junto a outros membros do clero e do laicato que atuaram como consultores e assistentes.

Nas várias edições do encontro mundial do episcopado da Comunhão Anglicana, os bispos sempre buscaram a comunhão com toda a Igreja, mesmo que, em alguns casos, tenham expressado votos isolados ou discordantes. Sempre existiram diferentes posições sobre qualquer tema dentro do Cristianismo. As Províncias da Comunhão Anglicana já estiveram divididas quanto à escravidão, aos casamentos inter-raciais, à questão cerimonialista, à ordenação feminina, à ordenação de clérigos homossexuais, ao casamento e à inclusividade de pessoas LGBTQ+ nas Igrejas. Sem falar sobre missiologia, hermenêutica bíblica, e acerca de qual deve ser o papel da Igreja no mundo.

Durante décadas, a Comunhão Anglicana se debruçou sobre o debate da aprovação ou não da ordenação sacerdotal de mulheres. Somente na década de 1970 as ordens de Li Tim Oi foram reconhecidas. E, até hoje, a Ordenação Feminina é praticada em diferentes Províncias, e o Episcopado Feminino não dividiu a Igreja. Durante o processo de discernimento sobre a questão da Ordenação Feminina na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, também ocorreram as mesmas conversas, controvérsias e disputas retóricas. Todavia, após a sua aprovação a Igreja sobreviveu. Sempre existiram “conservadores” e “progressistas” no Anglicanismo e na Comunhão Anglicana. Ao que tudo indica, isso nunca deixará de ser um dado da realidade.

³⁵⁰ Os bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil presentes nas Conferências de Lambeth são os seguintes: 1908 – Lucien Lee Kinsolving; 1920 – Lucien Lee Kinsolving; 1930 – William Matthew Merrick Thomas; 1948 – Athalício Theodoro Pithan; 1958 – Egmont Machado Krischke, Plínio Lauer Simões; 1968 – Egmont Machado Krischke (Primaz), Plínio Lauer Simões, Edmund Knox Sherrill; 1978 – Arthur Rodolpho Kratz (Primaz); Agostinho Guillon Sória; Edmund Knox Sherrill; e Sumio Takatsu. 1988 – Olavo Ventura Luiz (Primaz); Agostinho Guillon Sória; Sydney Alcoba Ruiz; Clovis Erly Rodrigues; Sumio Takatsu; e Cláudio Gastral. 1998 – Glauco Soares de Lima (Primaz); Almir dos Santos; Luiz Osódio Pires Prado; Edward Robinson de Barros Cavalcanti; Almir dos Santos; Orlando Santos de Oliveira; Jubal Pereira Neves; Sumio Takatsu. 2008 – Maurício José Araújo de Andrade (Primaz); Saulo Maurício de Barros; Roger Douglas Bird; Renato da Cruz Raatz; Orlando Santos de Oliveira; Almir dos Santos; Jubal Pereira Neves; Sebastião Armando Gameleira Soares; Celso Franco de Oliveira; Naudal Alves Gomes; Filadelfo Oliveira Neto.

Após a conturbada Conferência de Lambeth de 1998, os episódios que marcaram o início da crise da Comunhão Anglicana, em 2003 – junto com as divisões sofridas em Províncias como o Brasil, Canadá e Estados Unidos –, os fiéis anglicanos e os jornalistas do mundo inteiro esperavam que a Conferência de Lambeth de 2008 fosse uma continuação dos debates da edição anterior. Porém, o que aconteceu foi o contrário. Tendo como tema e texto base o Evangelho de João - expressas nas palavras de Jesus "Eu Sou" –, desde o início, aquele encontro do episcopado começou com orações e reflexões conduzidas pelo Arcebispo de Cantuária. Os bispos e bispas foram divididos em grupos de 40 membros, que compartilharam experiências de suas respectivas Igrejas. Ao contrário da Conferência anterior, não houve a preocupação de criar normas, resoluções ou decisões formais.

As celebrações eucarísticas de abertura e de encerramento, na histórica Catedral de Cantuária, foram marcadas pela diversidade da língua e da hinologia. A participação da comitiva brasileira foi importante como uma reafirmação da importância da Província enquanto membro da Comunhão Anglicana. Os bispos da IEAB foram responsáveis por conduzir uma das orações diárias. A comitiva foi bem recebida e incluída na programação. Tanto os bispos, esposas, membros da imprensa eclesiástica e os consultores foram recepcionados pelo bispo Marc Andrus, da Califórnia, e pelo deão de Londres, Colin Slee, intercalando os momentos de reunião, estudo e celebração, com passeios e descanso.

No relato do bispo Roger Bird, a Conferência de Lambeth criava um senso de unidade em torno da pertença ao Anglicanismo para todos os participantes.

No Domingo, dia 20 de julho, tivemos a emocionante Eucaristia de Abertura na Catedral, com quase duas mil pessoas presentes. Só a procissão de entrada contou em torno de 750 pessoas, incluindo os 650 bispos anglicanos presentes na conferência, bem como representantes de outras igrejas cristãs e membros clericais da Catedral. Um dos pontos altos foi quando o Evangelho foi colocado em um barco e carregado a mais de 100 metros para o lugar onde foi lido e sempre escoltado e protegido por guerreiros da Melanésia. Na segunda-feira, iniciamos a conferência propriamente dita. Cada dia seguia a mesma rotina. Às 07h15min da manhã tivemos a Santa Eucaristia dirigida por uma das províncias com músicas típicas da região. Algumas das leituras ou orações foram feitas na língua nativa. Havia sempre tradução simultânea em oito línguas, inclusive Português. O "Pai Nosso" era dito na língua da preferência do participante, mas o que foi incrível foi que a oração sempre começou e terminou ao mesmo tempo. O que me impressionou foi o fato de que, independentemente da língua, senti que estávamos numa celebração anglicana (ESTANDARTE CRISTÃO, jul./ago. 2008, p. 24).

Por outro lado, a Conferência de Lambeth de 2008 marcou o seu maior esvaziamento, diante das polêmicas surgidas desde o início do milênio, juntamente com a realização da Conferência da GAFCON, em Jerusalém, no mesmo ano.

A maior crise anglicana da história, o que podemos afirmar pela ausência de 250 dos 900 bispos(as) na Conferência de Lambeth 2008 começou a ocorrer quando da ordenação feminina ao sacerdócio e chegou ao clímax quando da ordenação de homossexuais declarados e a realização de bênçãos matrimoniais para pessoas do mesmo sexo (SOUZA, 2020, p. 69-70).

Sobre a presença dos bispos na Conferência de Lambeth de 2008, alguns fatos merecem destaque. A participação do episcopado anglicano se dá mediante convite do Arcebispo de Cantuária. Rapidamente notaram-se a ausência, na lista de convidados, dos bispos Gene Robinson e Martyn Minns. A ausência de um convite a Gene Robinson foi justificada pelo fato de ele estar envolvido nas polêmicas que ocorreram após a sua sagração, em 2003, de modo que sua presença poderia gerar conflitos com outros bispos durante as sessões.

Já a ausência de Martyn Minns, se deu por causa de seu status como chefe da Convocação dos Anglicanos na América do Norte (organização de parceria missionária entre a Igreja da Nigéria e a Igreja Anglicana na América do Norte). Como ex-reitor da Paróquia Episcopal de Truro, em Fairfax, Virgínia, e então atuando como chefe de um grupo dissidente, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos protestou contra a sua presença na Conferência. Da mesma forma, em 2008 estiveram ausentes quatro Primazes, que anunciaram a pretensão de boicotar a conferência de Lambeth por conta de sua oposição às decisões da Igreja Episcopal nos Estados Unidos em favor do clero homossexual e da realização de uniões do mesmo sexo. Eles representavam as Províncias da Nigéria, Uganda, Quênia e Ruanda. Além disso, Peter Jensen, Arcebispo de Sydney, e Michael Nazir-Ali, Bispo de Rochester, entre outros, anunciaram suas intenções de não comparecer ao encontro do episcopado, como parte da política adotada pelas Igrejas alinhada em torno da GAFCON.

Essa dispersão ou realinhamento das Igrejas e lideranças foi ainda mais notada nos dez anos seguintes, uma vez que a Conferência de Lambeth, prevista para acontecer em 2018, foi adiada, pelo próprio Arcebispo de Cantuária, sob o argumento de que era necessário dar mais tempo para que os ânimos se

acalmassem e os enfrentamentos diminuíssem. No mesmo ano ocorreu a terceira Conferência da GAFCON, na cidade de Jerusalém. Naquela ocasião, o Arcebispo da Igreja de Uganda, Stanley Ntagali, que era, então, é uma das principais lideranças da GAFCON, anunciou que a Igreja africana cortou relações com as Igrejas Episcopal dos Estados Unidos e Anglicana do Canadá, dizendo que "a menos que a Igreja Anglicana na América do Norte e a nova Província do Brasil sejam convidadas para a Conferência de Lambeth, a Igreja de Uganda não irá comparecer a quaisquer encontros promovidos por Cantuária" (GAFCON OFFICIAL, 19 jun. 2018).

No início de maio de 2019, o Arcebispo de Cantuária se envolveu em uma polêmica entre as Igrejas da Comunhão Anglicana e as Igrejas ligadas à GAFCON. Dentre os convites para observadores ecumênicos participarem da Conferência de Lambeth, também foram enviados aos representantes das Igrejas Anglicana da América do Norte, Anglicana no Brasil e Anglicana Evangélica Reformada da África do Sul, atendendo à solicitação do Arcebispo Ntagali.

Além de líderes de igrejas em Comunhão e parceiros ecumênicos, representantes de Igrejas formadas por pessoas que deixaram a Comunhão Anglicana também estão sendo convidadas a enviar observadores. Essas igrejas – a Igreja Anglicana da América do Norte (ACNA), a Igreja Anglicana do Brasil e a Igreja Anglicana Evangélica Reformada da África do Sul (REACH-SA) – não são formalmente parte da Comunhão Anglicana, mas são reconhecidas em diferentes níveis por algumas das províncias da Comunhão (ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE, 03 mai. 2019).

Essa notícia foi recebida de diferentes maneiras no mundo anglicano: o Arcebispo de Cantuária foi elogiado por Províncias alinhadas ao “Sul Global”, e criticado por aquelas ligadas ao “Norte Global”. Sua atitude também foi interpretada por estudiosos do Anglicanismo como uma jogada diplomática para evitar um esvaziamento ou até mesmo um boicote da próxima Conferência de Lambeth.

Por causa da pandemia do COVID-19 e pela necessidade de garantir a segurança dos participantes, no início de 2020, o Arcebispo de Cantuária anunciou a adiamento da Conferência de Lambeth que estava para acontecer em julho de 2020, e foi remarcada para acontecer entre 27 de julho e 8 de agosto de 2022. Apesar do novo adiamento, Welby teve o apoio integral dos primazes e das suas Províncias, que prontamente aderiram às políticas sanitárias da Organização Mundial da Saúde.

Como acontece na maioria dos eventos de larga escala e encontros internacionais dessa natureza, é difícil planejar e preparar eventos em um

clima tão instável. Desde o meu anúncio em março de que remarcaríamos a conferência para 2021, a Lambeth Conference Company e as equipes organizadoras continuaram monitorando a crise da pandemia e considerando as prováveis implicações para a conferência. Juntos, consultamos uma série de Primazes e bispos/as da Comunhão Anglicana sobre o impacto da COVID-19 em seus países e seguimos as orientações relevantes das autoridades de saúde pública conforme disponibilizadas. Falei pessoalmente com todos os/as Primazes em serviço durante as últimas três semanas. A orientação dos/as Primazes das Províncias que planejavam participar da conferência se tivesse ocorrido em 2020 foi unânime: Primeiro, 2021 é muito arriscado. É provável que a pandemia ainda seja generalizada. As economias do mundo estarão sofrendo. As restrições e quarentenas de viagem provavelmente ainda estarão em vigor. Não esperamos que uma vacina esteja amplamente disponível. Em segundo lugar, devemos nos reunir para orar juntos e buscar a orientação do Espírito e um entendimento comum, através do estudo das escrituras, para que sejamos A Igreja de Deus para o Mundo de Deus. Devemos nos encontrar em algum momento. Terceiro, toda a família Anglicana, na medida em que deseje e seja possível, deve estar envolvida. Assim, depois de muita oração e extensos conselhos, tomei as seguintes decisões: • Primeiro, adiar a reunião presencial de bispos/as e cônjuges para 2022, por um período de cerca de aproximadamente 12 dias em julho e/ou agosto. As datas serão confirmadas em breve. • Em segundo lugar, desenvolver e realizar, nos próximos dois anos, uma série de reuniões virtuais, precedidas de ações de assistência à capacitação em áreas onde as comunicações são difíceis na medida do possível. Essas reuniões serão inter-regionais e baseadas em assuntos intra-regionais, e incluirão bispos/as, cônjuges, padres e leigos/as de diferentes maneiras e em diferentes combinações. Ao assim fazer, refletimos nossa catolicidade com o episcopado histórico localmente adaptado e nossa tradição reformada, afirmando o sacerdócio de todos/as os/as crentes e o chamado para servir uns aos outros. • Os assuntos abordados serão aqueles planejados para a conferência este ano e outros mais. Também haverá discussões sobre os assuntos que nos dividem. O objetivo deste período é que bispos/as e cônjuges cheguem em 2022 muito bem preparados/as e com muito trabalho realizado. • Após a conferência de 2022, dedicaremos tempo a acompanhar nosso senso do chamado de Deus por mais dois anos, seguindo um padrão semelhante ao da reunião pré-conferência (LAMBETH CONFERENCE, 08 jul. 2020).

Através de informações fornecidas por Paulo Ueti (da Diocese Anglicana de Brasília e do escritório da Anglican Alliance), foi possível ter acesso à programação detalhada da próxima edição da Conferência. A Lambeth 2022 terá doze dias de duração e ocorrerá na Universidade de Kent. O tema desta edição foi escolhido da Primeira Carta de Pedro: “Igreja de Deus para o Mundo de Deus” (*God's Church for God's world*). Diferente do que as notícias e os arranjos políticos entre os diferentes grupos apontavam, esta edição da Conferência de Lambeth não foi esvaziada. Inclusive, ela contou com o maior número de bispos e bispas inscritos desde as últimas reuniões. Ela também contará com a presença de 54 bispas, que serão acompanhadas pelos seus respectivos cônjuges. A grande diferença para 2022 será a organização em três fases: uma virtual, uma presencial e outra de *feedback*.

As três fases da Conferência de Lambeth 2022 foram intituladas “Escutando Juntos” (*Listening Together*) – será a pré-Conferência, com encontros virtuais entre os bispos e bispas –, “Caminhando Juntos” (*Walking Together*) – onde ocorrerão os encontros presenciais na Universidade de Kent e as celebrações na Catedral de Cantuária –, e “Testemunhando Juntos” (*Witnessing Together*) – quando os bispos e bispas levarão para as suas respectivas Dioceses os compromissos assumidos durante os encontros. Para facilitar o debate dos temas e inteirar os participantes acerca da conjuntura atual das Províncias, foram lançados três livros³⁵¹, escritos conjuntamente por bispos, clérigos e leigos de todo o mundo.

A partir de 2021, o foco da primeira fase será a introdução de alguns dos principais temas e pilares estratégicos do programa da conferência. A comunidade de bispos/as e cônjuges da conferência – e o público Anglicano mais amplo – serão convidados a participar do Diálogo de Lambeth de diferentes maneiras. Isso será facilitado por meio de uma combinação de reuniões online, regionais e intrarregionais e recursos de apoio. Com bispos/as e cônjuges convidados/as de 165 países da Comunhão Anglicana, a comunidade da conferência representa uma diversidade de culturas e tradições Cristãs. A fase virtual da conferência dará mais tempo para as pessoas se encontrarem, começarem a discutir os tópicos da conferência e terem mais oportunidade de compartilhar ideias e experiências de suas províncias e comunidades religiosas. A modalidade também garante o uso mais eficaz possível dos recursos da conferência e o planejamento para resultados futuros na vida da Comunhão Anglicana (LAMBETH CONFERENCE, 21 out. 2020).

Seguindo o cronograma estabelecido, em julho de 2021 terá início a série de “Conversas Episcopais” na modalidade on-line da pré-Conferência de Lambeth. Na programação, será contemplado um tempo para oração e estudo bíblico da Primeira Carta de Pedro que, conforme afirmamos, é o tema escolhido para o encontro. Também se espera que os bispos e bispas compartilhem as experiências e histórias de ministério e como as Províncias da Comunhão Anglicana poderão responder às necessidades em tempos de incerteza e de dificuldades, diante da Pandemia e da crise que assolou o mundo. A ideia é que estas rodadas de conversação ajudem os participantes a se aprofundarem nos temas, encaminhando os trabalhos presenciais que serão desenvolvidos em 2022. Por outro lado, a Conferência de Lambeth tem alguns desafios a serem superados, como a grande variedade de línguas faladas e os diferentes fusos horários das Províncias.

³⁵¹ Os três livros são *Walking Together: Global Anglican Perspectives on Reconciliation* (2019); *Witnessing Together Global Anglican Perspectives on Evangelism and Witness* (2019); e *Listening Together: Global Anglican Perspectives on Renewal of Prayer and the Religious Life* (2020).

Acerca da programação da fase presencial, está previsto que, antes da celebração de abertura será realizado um retiro de dois dias com os participantes. O chamado *Business Time* acontecerá de segunda a sexta, e cada dia será dedicado ao estudo de um dos capítulos do texto-tema. O grupo que organizou o estudo bíblico em inglês lançou um livro da Conferência, *God's Church for God's World: A Practical Approach to Partnership in Mission*, cuja tradução foi realizada para o português, espanhol, francês, suaíli e mandarim. Por outro lado, o acesso aos espaços da Lambeth 2022 se tornou mais controlado. De forma diferente das anteriores, nos quais a circulação de pessoas nos seminários, debates e feiras era livre, nesta edição, o acesso à Universidade de Kent estará restrito aos participantes credenciados.

Apesar do fato de as questões de gênero e sexualidade não ocuparem um espaço central, nem serem o foco do debate teológico entre as Províncias Anglicanas, eventualmente, no próprio painel de debates sobre Gênero, é possível que os participantes levantem a questão específica da sexualidade, e realimentem as velhas posições tomadas pelas Conferências anteriores. Outras questões mais importantes e urgentes – como os próprios desafios da Pandemia do COVID-19 e questões relacionadas ao Meio Ambiente e à fome devem persistir como as principais pautas a serem tratadas pelos bispos e bispas. Até que algo relevante ou algum evento semelhante ao estopim da crise do Anglicanismo mundial traga de volta a polêmica questão, as Províncias continuarão com suas posições.

Porém, é possível que, com a crise instaurada pela Pandemia do COVID-19, as Províncias busquem um diálogo maior, no sentido de encontrarem soluções para as dificuldades enfrentadas e proporem novos caminhos de atuação de suas respectivas Igrejas. Apesar do tempo ser de calamidade, ele pode tornar-se uma ocasião para curar feridas abertas no passado e aproximar os que estavam separados, unindo as diferentes lideranças episcopais em uma casa comum, em Cantuária, semelhante a uma família, como a Comunhão Anglicana se propõe a ser.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo destas páginas, apresentamos a jornada do Anglicanismo brasileiro e mundial, uma “Anglicanodisseia”³⁵² em busca de manter a “unidade invisível”, em meio a uma “diversidade visível” que, muitas vezes, acabou cruzando a História em tendo em redor a “adversidade”, como uma ponte instável sobre as tormentas institucionais, muitas vezes necessárias, para que as mudanças ocorram, “mesmo do pior, para o melhor”, como diria o teólogo inglês setecentista Richard Hooker.

É possível fazer uma crítica aprofundada e, simultaneamente, uma análise razoável dos elementos que constituem a *Ecclesia Anglicana* enquanto instituição que possui suas particularidades, tanto em nível nacional (Províncias), quanto internacional (Comunhão Anglicana), ao mesmo tempo em que se abre à possibilidade de aprofundar as reformas eclesiais conduzidas ao longo da história e apontar as que são necessárias ao enfrentamento dos desafios do nosso século de modo menos agressivo, como ocorreu após o início dos anos 2000.

No capítulo 2, desenvolvemos um panorama histórico do Anglicanismo, apresentando a conjuntura da Comunhão Anglicana e a sua chegada no Brasil, com a confluência das capelanias inglesas, e da missão episcopal norte americana e japonesa. A criação da Província em, 1965, fez com que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil amadurecesse a ideia de uma Igreja Nacional e construísse suas múltiplas identidades a partir das ênfases teológicas surgidas desde 1985. Junto com o século XXI, também vimos o surgimento de novos movimentos anglicanos e episcopais, que contribuíram para a crise e igualmente, para a fragmentação do Anglicanismo ao redor do mundo, através das disputas entre diferentes grupos.

No capítulo 3, o estudo de caso sobre a Diocese Anglicana do Recife, revelou o processo de construção, crise e reconstrução da Igreja no Nordeste. Através de um resgate histórico do período das capelanias e do aprofundamento no episcopado de cada bispo diocesano, foi possível compreender os avanços e retrocessos, as construções e tensões dentro do território diocesano, que culminaram com a

³⁵² Este termo é inspirado em outro termo criado pelo historiador e professor da Vilanova University (EUA), Massimo Faggioli. A “Eclesiodiceia”, segundo ele, seria uma defesa razoável da existência da Igreja institucional e da possibilidade de reformá-la. Aplicando ao que foi apresentado sobre a trajetória recente do Anglicanismo mundial e brasileiro, compreendemos esse processo que levou à atual crise na Comunhão Anglicana como uma “Anglicanodisseia”.

Pequena Crise do Recife, em 2002, e a Grande Crise do Recife, em 2005. Por meio da análise desses episódios, foi possível perceber que a crise que se instaurou em toda a Província, e chegou até mesmo às instâncias oficiais da Comunhão Anglicana, não teve motivações teológicas ou doutrinárias, mas foi baseada em projetos pessoais de suas lideranças. De tudo isso, resulta o atual quadro do Anglicanismo no Nordeste do Brasil: bastante diverso, conflituoso e, muitas vezes, confuso, como fruto do estabelecimento de diferentes denominações na região.

No capítulo 4, foi desenvolvida uma “radiografia” detalhada sobre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; nele foram apresentadas sua estrutura, dados estatísticos e sua administração atual, o Plano Estratégico Provincial para os próximos anos, que pensa a denominação como uma Igreja de proporções nacionais e internacionais. Também expusemos uma análise detalhada das novas ênfases teológicas adotadas pela IEAB, que constituem a base de suas múltiplas identidades, a saber, sua inserção nas questões políticas e sociais, a publicação do novo Livro de Oração Comum, a aprovação da Ordenação Feminina, e a Ordenação e o casamento de pessoas LGBTQ+. Com isso, foi possível compreender como uma Igreja histórica e tradicional pode, ao mesmo tempo, ser progressiva e adotar o discurso da Inclusividade como parte da sua teologia e doutrina.

No capítulo 5, desenvolvemos uma análise sobre o Sínodo Geral de 2018, quando a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil aprovou em assembleia e passou a realizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo em suas comunidades. Trouxemos a repercussão das novas diretrizes da Província para as suas dioceses e como outras Igrejas cristãs do Brasil lidaram com essas mudanças.

Após a apresentação da História, eclesiologia e ênfases teológicas que construíram, fragmentaram e ressignificaram o Anglicanismo no Brasil e no mundo, no capítulo 6 desenvolvemos um estudo sobre as razões dessas constantes disputas entre as Igrejas da Comunhão Anglicana, a partir da relação da teoria dos campos, de Pierre Bourdieu, e do pensamento do teólogo Paul Tillich acerca da tensão entre a “Substância Católica” e o “Princípio Protestante” dentro da tradição anglicana. Esta disputa é fundamentada pela busca de apontar qual seria a identidade anglicana “verdadeira”, quando, por conta dos vários elementos históricos, teológicos e litúrgicos das diferentes *Culturas* (também chamadas de *Correntes*, *Tendências* ou *Partidos*), não podemos falar de uma identidade

monolítica, mas, sim, de “múltiplas identidades”. Estes elementos que formam o “jeito de ser” da Igreja são únicos em cada Província. As disputas políticas e teológicas que hoje se desenvolvem dentro e fora das instâncias oficiais da Comunhão apenas contribuem para a sua fragmentação e para a fragilidade das relações ecumênicas e, sobretudo, *inter-anglicanas*.

Por fim, tratamos da participação da IEAB na próxima Conferência de Lambeth, que foi adiada para 2022 em consequência da Pandemia do COVID-19. Diante dos acontecimentos nas últimas edições, espera-se que esta próxima reunião do episcopado anglicano mundial tenha um tom mais conciliatório, ante as novas demandas surgidas com as crises sanitária, política e econômica ao redor do mundo. Desse modo, o Anglicanismo passa por transformações que o levarão a novos patamares institucionais, os quais só poderão ser analisados com o passar do tempo. Concluímos esta parte da pesquisa deixando tais questões em aberto, para que futuros estudos possam abordar a 15ª edição da Conferência.

O caminho percorrido pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil seguiu os passos deixados pela sua Igreja-Mãe, colocando-se à vanguarda na promoção de novas ênfases teológicas entre as Igrejas históricas brasileiras. Da mesma forma que a Igreja Episcopal dos Estados Unidos incorporou a defesa de pautas sociais, a IEAB mergulhou cada vez mais nestas questões, desde a década de 1960, quando ela se tornou uma Província da Comunhão Anglicana. Se nos Estados Unidos a Igreja Episcopal realizou, em 1979, uma reforma nos seus ritos e manuais, que quebra a rigidez de suas celebrações e contextualiza a Liturgia com a nova realidade social, na Província brasileira, o novo Livro de Oração Comum de 2015 também representou renovação em uma Igreja centenária que busca estar mais próxima da realidade do povo, ao mesmo tempo em que preserva um patrimônio rico em sua diversidade e possibilidades de culto, através do conceito da Inclusividade Litúrgica.

Do mesmo modo que a Ordenação Feminina tornou-se um dos meios para promover a isonomia nos postos de liderança, com a eleição e sagração episcopal de Barbara Harris, nos Estados Unidos, a aprovação da Ordenação Feminina, no contexto brasileiro, também garantiu que as mulheres tivessem maior espaço na Província, e pudessem chegar até as instâncias de liderança mais altas, como aconteceu, com a sagração das primeiras bispas da IEAB. A questão da

Inclusividade como parte do *ethos* anglicano passa, obrigatoriamente, pelo acolhimento e pela inserção das pessoas LGBTQ+ em todos os espaços da Igreja. Nos Estados Unidos, a eleição do bispo Gene Robinson tornou-se, ao mesmo tempo, um sinal de divisão e de novos ventos na Província norte-americana. Junto com este ato de reconhecimento do valor das pessoas homoafetivas, a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2015, permitiu que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil trilhasse o mesmo caminho pela inclusão de todas as pessoas nas relações eclesiais.

Diante de tudo o que foi exposto ao longo deste trabalho, a tese que apresentamos é a seguinte: a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil iniciou a construção da sua identidade a partir da sua autonomia administrativa e instituição como 19ª Província da Comunhão Anglicana. Todavia, somente a partir da década de oitenta, as novas ênfases teológicas começaram a consolidar o projeto de uma Igreja “inclusiva, e em contínua reforma...”. Ao longo da pesquisa, apontamos a existência destas novas ênfases a partir de quatro pontos: a inserção da Igreja nas questões políticas e sociais, influenciada por correntes como o Evangelho Social e a Teologia da Libertação; a Inclusividade Litúrgica, com a publicação do novo Livro de Oração Comum, em 2015; a Ordenação Feminina, aprovada em 1985, e consolidada no Brasil com a eleição da primeira bispa, em 2018; e a inclusão plena das pessoas LGBTQ+ na vida sacramental da Igreja, com as ordenações ao sacerdócio e ao episcopado, em conjunto com a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, concretizada pelo Sínodo Geral, em 2018.

Atualmente apenas as Províncias do Brasil, da Escócia e dos Estados Unidos aprovaram o rito de casamento, e a da Nova Zelândia, a bênção de casais do mesmo sexo³⁵³. Apesar dos percalços históricos e disputas retóricas em cima da realidade das múltiplas identidades do Anglicanismo, foi durante o Sínodo de 2018 que a Igreja amadureceu, ainda mais, a sua identidade eclesial, ao permitir que as pessoas LGBTQ+ pudessem participar da vida sacramental da Igreja, sem distinção, como “membros plenos do Corpo de Cristo”. Em 2020, a sagração do primeiro bispo homoafetivo reiterou suas posições no campo da Inclusividade, ao buscar construir uma Igreja pautada na promoção do diálogo e no respeito às diferenças.

³⁵³ É importante frisar que, diante da Ecclesiolgia do Anglicanismo, é possível que os processos decisórios sejam tomados apenas dentro de uma Diocese, se os Cânones de uma Província assim permitirem. Ou no caso de uma decisão semelhante da IEAB, o Sínodo Geral pode aprovar tais ritos.

Por sua vez, esta identidade eclesial não é monolítica, como alguns enxergam e, inclusive, algumas lideranças da Igreja a promoveram dessa maneira durante os períodos de crise. Ela se constitui no que chamamos de “múltiplas identidades”. Entretanto, o custo dessas mudanças foi a fragmentação do Anglicanismo brasileiro em diversas Igrejas presentes no país, especialmente após as duas principais crises ocorridas na Diocese Anglicana do Recife. Deste modo, o perfil da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil segue, não um modelo eclesial fechado – representado pelo projeto de Igreja do bispo Robinson Cavalcanti, traduzido pelas duas tabelas apresentadas e analisadas por Jorge Aquino –, mas um “modelo aberto”, traduzido pela existência de múltiplas identidades coexistentes na Igreja.

Por outro lado, não se pode falar da IEAB como uma “Igreja inclusiva” somente por conta do avanço e da aprovação de pautas consideradas “progressistas” – pelos seus defensores –, tampouco uma “Igreja liberal” – pelos opositores que a acusam de ser “heterodoxa” ou até mesmo “herética” –, sendo esta última uma adjetivação forjada pelos mesmos grupos que romperam com a Igreja ou acusam-na de se distanciar de um “Cristianismo puro” e “original”, que ignoram a real estrutura e organização da Igreja e as particularidades presentes em cada uma das Dioceses e comunidades. É mais adequado apontar que a IEAB segue uma eclesiologia ao mesmo tempo “democrática” e “plural”, traduzida pelas “múltiplas identidades” presentes na Igreja. Este perfil também é encontrado em outras Províncias da Comunhão Anglicana.

Do ponto de vista da identidade eclesial, a Igreja necessita reafirmar o conceito da *Ecclesia Anglicana*, apresentado pelo então Secretário-Geral da Comunhão Anglicana, o Bispo Kenneth Kearon, durante visita à Diocese Anglicana do Recife, após seu processo de reconstrução. Como outras Províncias da Comunhão Anglicana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é uma Igreja de tradição “Católica Reformada”. E assim deve apresentar-se, por via institucional, através da forma e condução de seu governo episcopal; ao seu público, por meio de seus ritos e da apresentação de sua estética; mas, sobretudo, à sociedade, dando destaque à sua identidade de denominação centenária, cujo passado dialogou com a própria história do país. Para isso, é preciso que haja a união dos bispos e bispas, das lideranças clericais e leigas, além do envolvimento dos membros e de suas comunidades nesse “Pacto Episcopal”.

Nesse sentido, as múltiplas identidades da IEAB, construídas nas últimas décadas, devem estar presentes através de um diálogo constante com o passado, mas, também, em uma busca constante em relação ao futuro. O desafio da Província, para o século XXI, é ser uma Igreja brasileira, sustentável, democrática e teologicamente mais enraizada. Até porque, mesmo após 130 anos de existência, a Igreja ainda é – fazendo uso de uma analogia bastante utilizada por seus membros – , um mosaico em construção que, como tal, ainda não está terminado³⁵⁴.

Parte do que foi escrito neste trabalho para realizarmos esta radiografia atualizada da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, foi baseado em leituras e releituras do documento produzido pelo “GT Identidade”, elaborado durante as reuniões de Planejamento Estratégico Provincial 2020-23³⁵⁵, entre os meses de agosto a outubro de 2019. Da mesma forma, além dos textos escritos utilizados ao longo dos anos de produção, a observação da oralidade, dos sermões, dos discursos institucionais veiculados em diferentes eventos, bem como os depoimentos informais colhidos pelo autor foram importantes para redigir este trabalho que, acima do esforço para produzir uma tese de doutoramento ou um documento acadêmico, deve ser tomado como um texto provocativo e de incentivo a novas produções acerca do tema.

Sobre o atual Estado da Arte, nos meses finais para a conclusão deste trabalho, realizamos uma minuciosa pesquisa em diferentes plataformas – desde a lista de publicações do Arquivo Geral da IEAB, passando por banco de Teses e Dissertações da CAPES, até uma busca por livros raros ou fora de catálogo sendo vendidos em sebos e em sites de compras da Internet. Desse modo, foi possível elaborar um panorama geral, englobando as pesquisas realizadas no Brasil em Programas de Pós-Graduação e obras sobre temas ligados ao Anglicanismo. Ao final deste trabalho disponibilizamos uma lista das pesquisas acadêmicas em Mestrado e Doutorado e de obras publicadas em português³⁵⁶, apresentando tanto livros, quanto folhetos lançados pela Igreja desde a sua fundação, bem como outros materiais históricos preservados no Arquivo Geral da Igreja, em Porto Alegre.

Notamos que, nos últimos anos, a temática da Sexualidade e da Inclusividade na Igreja Anglicana tem sido uma das mais abordados em pesquisas recentes,

³⁵⁴ Vide Imagem 38, com o mosaico da Igreja no contexto da Pandemia e os novos desafios.

³⁵⁵ Vide Anexo Y, com o texto do Planejamento Estratégico da Província.

³⁵⁶ Vide Anexo Z, para a lista de pesquisas acadêmicas realizadas e de obras publicadas no Brasil.

desenvolvidas em diferentes cursos de Mestrado e de Doutorado – tema este que começou a ganhar destaque na época das duas Crises do Recife. Também percebemos que pesquisas nas áreas de Ciências da Religião, História, Sociologia e Antropologia, são as mais recorrentes, de modo que ainda existem muitos assuntos a serem abordados sobre o Anglicanismo brasileiro e mundial.

Por outro lado, a lista de publicações da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil ainda é bastante “reduzida”, quando comparada a outras denominações cristãs, pois são, até o final do século XX, em sua maioria, traduções de textos vindos de outras Províncias da Comunhão Anglicana (sobretudo da Igreja dos Estados Unidos), ou materiais oriundos de cursos sobre história e teologia anglicanas. As publicações da Igreja passam a ganhar uma nova dinâmica a partir da elaboração do Projeto Memória e do livro *Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*. Da mesma forma, a organização do Centro de Estudos Anglicanos, a publicação periódica da Revista Inclusividade e uma nova onda de obras escritas por clérigos e pesquisadores independentes, fizeram com que as pesquisas sobre o Anglicanismo no Brasil ganhassem um aspecto mais técnico e muito mais crítico, possibilitando, inclusive, que nos próximos anos novas obras sejam lançadas no mercado editorial.

Por meio desta análise da história, da estrutura e das relações existentes entre as múltiplas ênfases teológicas, doutrinárias e eclesiológicas que moldam a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, foi possível realizarmos um resgate do seu passado e, ao mesmo tempo, tecermos uma crítica acerca dos caminhos construídos até o presente – trazendo à tona o projeto que a Igreja pretendia desenvolver, a partir das ideias apresentadas durante o 1º Congresso Episcopal, em 1960. Esta vasta pesquisa não apenas buscou contribuir para os estudos, no Brasil, sobre o Anglicanismo, mas ela também objetiva abrir possibilidades no campo dos estudos de religião para uma análise da atual conjuntura do Anglicanismo, aproveitando-se da consolidação da área acadêmica em que está inserida: Ciências da Religião e Teologia.

Uma vez que as teses do 1º Congresso abriram caminho para a construção do projeto de uma Igreja Nacional, esperamos que, por meio do que foi apresentado, a leitura deste trabalho possa ser útil às futuras gerações de fiéis e clérigos, de modo que, a Província da Comunhão Anglicana no Brasil possa trilhar novos caminhos e reafirmar a sua identidade de Igreja Episcopal no País do Futuro.

REFERÊNCIAS

Livros

- ANGLICANISMO. In: LACOSTE, Jean Yves. *Dicionário crítico de Teologia*. 2. ed. São Paulo: Paulinas; Loyola: 2004. p. 124-131.
- AQUINO, Jorge. *Anglicanismo: uma introdução*. Recife: Perfilgráfica, 2000. 232p.
- ASHBROOK, James B. *Paul Tillich in Conversation*. Bristol: Wyndham Hall Press, 1988. 156p.
- ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979. 284p.
- ALVES, Rubem et al. *Tendências da Teologia no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1977. 152p.
- BETTENSON, Henry. *Documentos da Igreja Cristã*. São Paulo: ASTE, 2001. 452p.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia comemorativa 200 anos do Anglicanismo no Brasil – 1810-2010*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. 864p.
- BÍBLIA. Português. *200 Anos de presença anglicana na Bahia*: Paróquia Anglicana do Bom Pastor. Petrópolis: Vozes, 2015. 1598p.
- BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (orgs.). *A unidade na diversidade: coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto Unitatis redintegratio sobre o ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 2004. 260p.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 311p.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 431p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação popular*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 86p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 306p.
- BRANDRETH, Henry. R. T. *Episcopi vagantes and the Anglican Church*. Berkeley: Apocryphile Press, 2006. 79p.
- CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. Inclusividade – tentativa de avaliação. In: CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS. *Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana no Brasil*. Porto Alegre: CEA; JUNET, 2006a. p. 123-129.
- CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. O mito da comunhão anglicana. In: CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS. *Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana no Brasil*. Porto Alegre: CEA; JUNET, 2006b. p. 9-29.
- CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. *Teologia da arte: espiritualidade, igreja e cultura a partir de Paul Tillich*. São Paulo: Fonte Editorial; Paulinas, 2010. 407p.
- CALVANI, Carlos Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. *Nossa identidade: história e teologia anglicanas*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012. 232p.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. Religião como organização. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. (orgs.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. p. 287-300.

- CAVALCANTE, Arthur. Reflexões sobre o artigo do Rev. Mário Ribas “O debate sobre a homossexualidade na comunhão anglicana e a ‘nova moralidade’ do John Robinson”. In: COELHO FILHO, Luiz Carlos Teixeira (org.). *Os crimes do Padre Mário*. Porto Alegre: Livraria e Editora Anglicana, 2021. No prelo.
- CAVALCANTI, Robinson. *Anglicanismo: identidade, relevância, desafios*. Recife: s.n., 2009. 186p.
- CAVALCANTI, Robinson. *Igreja: multidão madura*. Maceió: Gráfica Editora Gazeta, 2001. 169p.
- CAVALCANTI, Robinson. *Libertação e sexualidade: instinto, cultura e revelação*. São Paulo: Temática Publicações, 1990. 143p.
- CAVALCANTI, Robinson. *Reforçando as trincheiras: análise da problemática do homossexualismo à luz do cristianismo histórico*. São Paulo: Vida, 2007. 143p.
- CHAPMAN, Mark. *Anglicanism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2006. 168p.
- COELHO FILHO, Luiz Carlos Teixeira. *Elementos de liturgia anglicana: compilação e análise das declarações da Consulta Internacional de Liturgia Anglicana*. Porto Alegre: Editora e Livraria Anglicana, 2020a. 224p.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002. 260p.
- DAVISON, Randall Thomas. *The five Lambeth Conferences*. London: Society for Promoting Christian Knowledge, 1920. 459p.
- DUSSEL, Enrique. *Caminos de la liberación latinoamericana I*. Buenos Aires: Latinoamérica Libros, 1972. 176p.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 191p.
- EPISCOPI VAGANTES. In: CROSS, Frank L.; LIVINGSTONE, Elizabeth A. (orgs.). *The Oxford Dictionary of the Christian Church*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 558.
- FREITAS, Sérgio Luiz Gonçalves de; OLIVEIRA, Eli Fernandes de; REGA, Stélio. Brazil: 2. Religious, Ethnic, and Gender Factors Affecting Sexuality. In: FRANCOEUR, Robert T.; NOONAN, Raymond J. (orgs.). *The Continuum Complete International Encyclopedia of Sexuality*. London; New York: Continuum, 2004. p. 98-113.
- GARCIA, Paulo. *Bem-vindo à Paróquia da Trindade*. Recife: s.n., 1987. 84p.
- GENERAL SYNOD OF THE CHURCH OF ENGLAND. *The ordination of women to the priesthood*. London: Church House Publishing, 1988. 128p.
- GRAMMER, Carl E. *The origin of the brazilian mission*. New York: [s.n.], 1897. 27p.
- HACK, Osvaldo Henrique Hack. *Reforma Protestante no Sul do Brasil*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017. 452p.
- HEIN, David; GARDINER, H.; SHATTUCK, Jr. *The episcopalians: denominations in America*. Chicago: Westport, Conn.: Praeger, 2004. 384p.

HYLSON-SMITH, Kenneth. *High churchmanship in the Church of England*. Edinburgh: T&T Clark, 1993. 424p.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. *Livro de Oração Comum*. Porto Alegre: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2015. 1120p.

IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA. *Livro de Oração Comum*. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1950. 611p.

IVO [pseudônimo s.n.]. *Kinsolving*. Porto Alegre: Publicadora Ecclesia, 1961. 80p.

JACOB, Cesar Romero et al. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. 240p.

JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA. *Amazônia e o Anglicanismo*. São Paulo: Fonte Editorial, 2016. 119p.

KAWANO, Carmen Akemi. *João Yasoki Ito: a vida e a obra do missionário – história da Paróquia São João*. São Paulo: Maluhy & Co., 2010. 227p.

KAWANO, Carmen Akemi. *Sumio Takatsu: vida e teologia*. São Leopoldo: CEBI; Editora e Livraria Anglicana, 2019. 594p.

KICKHÖFEL, Oswaldo. *Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*. Porto Alegre: IEAB, 1995. 283p.

KICKHÖFEL, Oswaldo. *Paróquia da Ascensão 1916-2016*. Porto Alegre: ESTEF, 2016. 104p.

KRISCHKE, Egmont M. et al. *A Igreja Episcopal no país do futuro*. Porto Alegre: Publicadora Ecclesia, 1960. 187p.

KRISCHKE, George Upton. *História da Igreja Episcopal brasileira*. Rio de Janeiro: Tupy, 1949. 202p.

LEITH, John H. *A tradição reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1997. 393p.

MARASCHIN, Jaci Correia. La liturgia y el anglicanismo latinoamericano. In: KATER, John L. (org.). *Somos anglicanos*. Ciudad de Panamá: Iglesia Episcopal – Diócesis de Panamá, 1987. p. 25-38.

MCKENZIE, Thomas. *The Anglican Way: a guidebook*. Nashville, Tennessee: Colony Catherine, Inc, 2014. 302p.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 3. ed. Recife: Massangana, 1987. 335p.

MUELLER, Bonifácio. *Convento de Santo Antônio do Recife – 1606-1956: esboço histórico*. 1. ed. Recife: Imprensa Oficial, 1956. 217p.

OLIVEIRA, Gustavo. Reconciliation, conflict and renewal: dilemmas and paths of missionary action in the Anglican Episcopal Church of Brazil. In: SWAMY, Muthuraj; SPENCER, Stephen (orgs.). *Walking together: global anglican perspectives on reconciliation*. London: The Anglican Communion Office, 2019. p. 153-168.

OLIVEIRA, Marçal Lopes de. *Dados biográficos do clero da Igreja Episcopal do Brasil*. Porto Alegre: Departamento de Comunicação da Secretaria Geral da Igreja Episcopal do Brasil, 1988. 58p.

- OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. *História do Anglicanismo na Inglaterra*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017a. 403p.
- OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. *História do Anglicanismo nos Estados Unidos da América*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017b. 146p.
- ORO, Ivo Pedro. *O outro é o demônio: uma análise sociológica do fundamentalismo*. São Paulo: Paulus, 1996. 176p.
- PETERKIN, George W. *A history and record of the Protestant Episcopal Church in the Diocese of West Virginia*. Charleston, West Virginia: Tribune Company, 1902.
- QUEIROZ, Cristiany Moraes de. *Anglicanismo: um estudo antropológico da Catedral Anglicana do Recife*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017. 286p.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 536p.
- ROSA, Wanderley Pereira da; RIBEIRO, Osvaldo Luiz (orgs.). *Religião e sociedade (pós) secular*. São Paulo: Academia Cristã; Vitória: Editora Unida, 2014. 276p.
- ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. 344p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 616p.
- SCHLAMELCHER, Jens. Teorias econômicas no estudo da religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. (orgs.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. p. 257-274.
- SEMINÁRIO ANGLICANO DE ESTUDOS TEOLÓGICOS. In: RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto; MATOS, Alderi Souza de; MENDES Marcel (orgs.). *Dicionário Enciclopédico de Instituições Protestantes no Brasil: instituições educacionais*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2019. p. 36-38.
- SHERRILL, Edmund K. A missão total da Igreja numa sociedade em crise. In: CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. *Cristo e o processo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Loqui LTDA, 1962. p. 119-130.
- SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. Salvador: Saga Editora, 2017. 335p.
- SILVA, Lílian Conceição da; ROSA, Selma Almeida; RIBEIRO, Tatiana (orgs.). 35 *Anos de ordenação de mulheres na IEAB: vivências e contribuições pastorais*. Porto Alegre: Editora e Livraria Anglicana, 2021. 155p.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Transes em trânsito: continuidades e rupturas entre Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006. 264p.
- SOUZA, Gecionny Rodrigo Pinto de. *Os desafios da Igreja Anglicana na atualidade*. Joinville: Clube de Autores, 2020. 162p.
- THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL. *The report of the Lambeth Conference 1978*. London: Church Information Office, 1978. 127p.

THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL. *The Lambeth Conference 1988: the reports, resolutions & pastoral letters from the bishops*. London: Church House Publishing, 1988. 352p.

THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL. *The official report of the Lambeth Conference 1998*. Harrisburg, Pennsylvania: Morehouse Publishing, 1999. 534p.

THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL. *Living communion: The official report of the 13th meeting of the Anglican Consultative Council*, Nottingham, 2005. New York: Church Publishing Incorporated, 2006. 739p.

TILLICH, Paul. *A era protestante*. São Bernardo do Campo: Ciências da Religião, 1992. 332p.

TILLICH, Paul. *Systematic theology*. Vol. 3. Chicago: University of Chicago Press, 1963. 441p.

TILLICH, Paul. *Perspectivas da teologia protestante nos séculos XIX e XX*. 4. ed. São Paulo: ASTE, 2010. 254p.

TILLICH, Paul. *Textos selecionados*. São Paulo: Fonte Editorial, 2020. 80p.

VOGT, W. P. *Dictionary of statistics & methodology: a nontechnical guide for the social sciences*. 2 ed., London; New Delhi: Thousand Oaks; Sage, 1999. 376p.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. 586p.

WRIGHT, N. T. *Deus e a pandemia: uma resposta cristã sobre o coronavírus e suas consequências*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020. 138p.

Artigos, Monografias, Dissertações e Teses

ALVES, J. et al. A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia. *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Águas de Lindoia-SP, p. 145-174, 2012.

AQUINO, Jorge L. F. Maria na tradição da Igreja Anglicana. *Centro de Estudos Anglicanos*, 2001. Disponível em: http://www.centroestudosanglicanos.com.br/bancodetextos/teologiaanglicana/maria_na_tradicao_da_igreja_anglicana.pdf, 2001. Acesso em: 04 abr. 2021.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

CAVALCANTI, Robinson. Sexualidade: o prazer que liberta. In: *Revista Inclusividade*, Porto Alegre, n. 2, Centro de Estudos Anglicanos, p. 5-9, jun. 2002.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. Deus e o diabo na terra do frevo: o maniqueísmo retórico de Dom Robinson Cavalcanti. *Revista Eletrônica Correlation*, n. 4, p. 206-233, dez. 2003.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. Anglicanismo no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 37-47, set./nov. 2005.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. A tensão entre substância católica e princípio protestante no anglicanismo. *Revista Eletrônica Correlatio*, n. 10, p. 75-86, nov. 2006.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. *Debate com José Leite Lopes. Palestra proferida na UFRJ*, Rio de Janeiro, 30 abr. 2002.

COELHO FILHO, Luiz Carlos Teixeira. Inclusivity the brazilian way: the road to same-sex marriage in the Episcopal Anglican Church of Brazil. *Journal of Anglican Studies*, p. 9-28, 2020b.

CORREIA, M. C. A Observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, n. 13 (2), p. 30-36, 1999.

COSTA, Rafael Vilaça Epifani. The online council of the Diocese of Recife in 2020: new ways of Church in time of crisis. *Scottish Episcopal Institute Journal*, v. 4.3, p. 77-90, Autumn 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

KLEIN, Carlos Jeremias. Os meios da presença espiritual: considerações sobre a teologia sacramental de Paul Tillich. *Revista Eletrônica Correlatio*, n. 3, p. 39-53 abr. 2003.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Fundamentalismo: uma gestão autoritária do sagrado. *Vida Pastoral*, n. 176, p. 19-25, mai/jun. 1994.

MARASCHIN, Jaci. A Teologia da Libertação torna-se adulta. In: *A maioridade da Teologia da Libertação*. Estudos de Religião, n. 6, p. 7-8, abr. 1989.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. *Homens de negócio, de fé e de poder político: a Ordem Terceira de São Francisco do Recife, 1695-1711*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. 242f.

MARTY, Martin. E. O que é fundamentalismo?: perspectivas teológicas. In: *Concilium: Revista Internacional de Teologia*, Petrópolis, v. 28, p. 333-346, 1992.

PEREIRA, D. F. F. *Revisitar Paulo Freire: uma possibilidade de reencantar a educação*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. 209f.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Bye bye Brasil: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2005.

PRANDI, Reginaldo. Religiões afro-brasileiras e seus seguidores. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 15-33, jun. 2003.

RACHED, Mary da Silva. *As tramas azulejadas nas fachadas da arquitetura moderna e contemporânea brasileira*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. 178f.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. Duas instituições inglesas em Pernambuco. n. 56, v. 10, p. 526-536, 1902.

ROCHA, Daniel; ZORZIN, Paola La Guardia. Os evangélicos em números: algumas observações sobre o que revelou (e o que não revelou) o estudo Novo Mapa das Religiões sobre o “agregado evangélico brasileiro”. *Revista Plura, Anais dos Simpósios da ABHR*, Vol. 13, p. 1-15, 2012.

ROSAS, Nina Gabriela. O desenvolvimento do neopentecostalismo brasileiro: esboços sobre a positividade da experiência religiosa nos dias de hoje. *IX Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*, Goiânia, p. 1-13, 2009.

SANTOS, Adriano Portela dos. As feições étnico-raciais do LOC. *Conciliação: diversidade em perspectiva inclusiva*, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://adrianoportela.files.wordpress.com/2020/07/as-feic3a7c3b5es-c3a9tnico-raciais-no-loc-brasileiro.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2020.

SCHRÖDER, Melissa. Para todas as tribos. *Dossiê Superinteressante: Brasil Evangélico*, São Paulo, n. 78, p. 56-61, nov. 2016.

SILVA JUNIOR, Josias Machado da. *Preservação da memória nos seminários e igrejas protestantes centenárias na cidade do Recife*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. 249f.

TILLICH, Paul. *The permanent significance of the Catholic Church for protestantism*. *Protestant Digest*, III, p. 23-31, 1941.

WOLFF, Elias. *Ordenação de mulheres no debate teológico no Brasil: questões para a Igreja “Casa de Todos/as”*. Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, São Leopoldo: EST, v. 5, p. 186–203, 2017.

Sites

ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE. *Archbishop of Canterbury arrives in Brazil; nglican leaders meet in Gramado*. 20 mai. 2003. Disponível em: <https://www.anglicannews.org/news/2003/05/archbishop-of-canterbury-arrives-in-brazil-anglican-leaders-meet-in-gramado.aspx>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE. *Arcebispo de Canterbury convida observadores ecumênicos para a Lambeth Conference 2020*. 03 mai. 2019. Disponível em: <https://www.anglicannews.org/news/2019/05/noticias-da-semana-do-anglican-communion-news-service-sexta-feira-5-de-abril-de-2019.aspx>. Acesso em: 09 mai. 2019.

ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE. *Anglican communion welcomes 42nd province- the Igreja Anglicana de Mocambique e Angola*. 24 set. 2021. Disponível em: <https://www.anglicannews.org/news/2021/09/anglican-communion-welcomes-42nd-province-the-igreja-anglicana-de-mocambique-e-angola.aspx>. Acesso em: 25 set. 2021.

ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE. *Potential new anglican communion province proposed for Mozambique and Angola*. 15. mar. 2021. Disponível em: <https://www.anglicancommunion.org/communications/press-and-media/press-releases/potential-new-anglican-communion-province-proposed-for-mozambique-and-angola.aspx>. Acesso em: 21 mai. 2021.

BATISTA JR. João. *Cansados da solidão, padres católicos migram para Igreja Anglicana*. Revista Veja, 29 jun. 2018. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/brasil/cansados-da-solidao-padres-catolicos-migram-para-igreja-anglicana/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRUM, Eliane. *O Código Milani: polícia procura fundador de igreja que criou faculdades fajutas e vendia diplomas pelo Brasil*. Época, 19 dez. 2005. Disponível em: <https://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,,EPT1091768-1659,00.html>. Acesso em: 23 mai. 2020.

CAIXETA, Fernando. *Igreja anglicana do DF celebra primeiro casamento homoafetivo*. Metrôpoles, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/religiao/igreja-anglicana-do-df-celebra-primeiro-casamento-homoafetivo>. Acesso em: 16 fev. 2020.

CATEDRAL DA RECONCILIAÇÃO. *Comunicado*. Boletim 24 mar. 2019. Disponível em: <https://issuu.com/reconciliacao/docs/boletim-238-24-03-2019>. Acesso em: 27 mar. 2019.

CHARISMATIC EPISCOPAL CHURCH. *International Communion of the Charismatic Episcopal Church Constitution and Canons*. 2016. Disponível em: <https://www.cec-na.org/wp-content/uploads/2017/01/ICCEC-Canons.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CHURCH TIMES. *Have confidence in your new Bishop, London traditionalists are urged*. 27 dez. 2017. Disponível em: <https://www.churchtimes.co.uk/articles/2018/5-january/news/uk/have-confidence-in-your-new-bishop-london-traditionalists-are-urged>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CONIC. *Imprensa generaliza uso “episcopal anglicano” e confunde fiéis da IEAB*. 07 jun. 2013. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/noticias/675-imprensa-generaliza-uso-episcopal-anglicano-e-confunde-fieis-da-ieab>. Acesso em: 18 set. 2019.

CONIC. *IEAB: anglicanos elegem primeira bispa para Câmara Episcopal*. 21 jan. 2018. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/noticias/2487-ieab-anglicanos-elegem-primeira-bispa-para-camara-episcopal>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CONIC. *Igreja Anglicana em Belém sagra a primeira bispa da América do Sul*. 17 abr. 2018. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/noticias/2594-igreja-anglicana-em-belem-sagra-a-primeira-bispa-da-america-do-sul>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CONIC. *IEAB emenda cânones e permite o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo*. 01 jun. 2018. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/noticias/2655-ieab-emenda-canones-e-permite-o-matrimonio-entre-pessoas-do-mesmo-sexos>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CONIC. *Luteranos e católicos irão compartilhar templo em Palmitos-SC*. 23 jul. 2019. Disponível em: <https://conic.org.br/portal/noticias/3184-luteranos-e-catolicos-irao-compartilhar-templo-em-palmitos-sc>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CONIC. *IEAB vê “razões suficientes” para o impeachment do Presidente*. 21 jan. 2021. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/noticias/3758-ieab-ve-razoes-suficientes-para-o-impeachment-do-presidente>. Acesso em: 27 jan. 2021.

DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA. *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil elege a primeira bispa para Câmara Episcopal*. 23 jan. 2018. Disponível em: <https://www.dab.org.br/project/igreja-episcopal-anglicana-do-brasil-elege-a-primeira-bispa-para-camara-episcopal/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA. *Confelíder e Sínodo da Igreja Episcopal Anglicana aconteceu em Brasília*. 10 jun. 2018. Disponível em: <https://www.dab.org.br/project/confelider-e-sinodo-da-igreja-episcopal-anglicana-aconteceu-em-brasilia/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FOGLIATTO, Débora. *Igreja Anglicana celebra primeiro casamento LGBT do Rio Grande do Sul*. Sul21, 28 jan. 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2019/01/igreja-anglicana-celebra-primeiro-casamento-lgbt-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

G1 MATO GROSSO DO SUL. *Igreja anglicana abençoa oratório de padroeiros dos gays em MS*. 10 out. 2011. Disponível em: <https://www.g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/10/igreja-anglicana-abencao-oratorio-de-padroeiros-dos-gays-em-ms.html>. Acesso em: 03 abr. 2020.

G1 PERNAMBUCO. *Rancor e dinheiro motivaram morte de bispo, diz polícia*. 05 mar. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/peernambuco/noticia/2012/03/heranca-do-odio-rancor-e-dinheiro-motivaram-morte-de-bispo-diz-policia.html>. Acesso em: 04 de jan. 2020.

G1 REGIÃO SERRANA. *Padre é preso em flagrante suspeito de tráfico de drogas em Nova Friburgo, no RJ*. 07 mai. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2021/05/07/padre-e-preso-em-flagrante-suspeito-de-traffic-de-drogas-em-nova-friburgo-no-rj.ghtml>. Acesso em: 08 mai. 2021.

GOUVEA, Eduardo. *Padre Theodoro é ordenado bispo de diocese anglicana*. Gazeta de Votorantim, 18 fev. 2015. Disponível em: www.gazetadevotorantim.com.br/noticia/12337/padre-theodoro-e-ordenado-bispo-de-diocese-anglicana.html. Acesso: 23 mai. 2020.

IGREJA ANGLICANA DO BRASIL. *Comunicado importante: a Igreja Anglicana do Brasil encerrou suas atividades em 30/10/2017*. 30 out. 2017. Disponível em: <https://anglicanchurch.weebly.com>. Acesso em: 23 mai. 2020.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Ecumenismo a portas fechadas*. 03 fev. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/539562-ecumenismo-a-portas-fechadas>. Acesso em: 02 nov. 2017.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Igreja da Inglaterra nomeia primeira bispa de Londres*. 20 dez. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574827-igreja-da-inglaterra-nomeia-primeira-bispa-de-londres>. Acesso em: 02 jun. 2018.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Onze arcebispos e 60 bispos assinaram os compromissos anglicanos contra o racismo ambiental*. 25 jun. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/600326-onze-arcebispos-e-60-bispos-assinaram-os-compromissos-anglicanos-contra-o-racismo-ambiental>. Acesso em: 30 jun. 2020.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *A Igreja Anglicana estudará o casamento gay em seu Sínodo de 2022*. 12 nov. 2020. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/604583-a-igreja-anglicana-estudara-o-casamento-gay-em-seu-sinodo-de-2022. Acesso em: 30 nov. 2020.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Bispo alemão autoriza padres a abençoar uniões homossexuais*. 15 abr. 2021. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/608402-

bispo-alemao-autoriza-padres-a-abençoar-unioes-homossexuais. Acesso em: 20 abr. 2021.

IHU ONLINE. *Novas visões na fé não podem ser invenções individuais*. 01 set. 2008. Disponível em: www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2099-dom-sebastiao-gameleira. Acesso em: 04 fev. 2020.

LAMBETH CONFERENCE. *Carta aos/às bispos/as e cônjuges da Comunhão Anglicana sobre a Lambeth Conference*. Archbishop of Canterbury, 08 jul. 2020. Disponível em: <https://www.lambethconference.org/wp-content/uploads/2020/07/POR-Carta-aos-a%CC%80s-Bispos-as-e-Co%CC%82njuges-da-Comunha%CC%83o-Anglicana-sobre-a-Lambeth-Conference.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

LAMBETH CONFERENCE. *Anunciadas as datas para a Lambeth Conference*. 21 out. 2020. Disponível em: <https://www.lambethconference.org/pt/anunciadas-as-datas-para-a-lambeth-conference/>. Acesso em: 21 out. 2020.

PARÓQUIA DE SÃO JOÃO. *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil emenda seus cânones e permite o matrimônio igualitário*. 04 jun. 2018. Disponível em: <https://psj.org.br/2018/06/04/igreja-episcopal-anglicana-do-brasil-emenda-seus-canones-e-permite-o-matrimonio-igualitario/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

PEREIRA, Francisco Bonato. *Os episcopais anglicanos em Pernambuco*. Revista Olhar Cristão, Recife, n. 02, p. 26-28, nov./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistaalqomais.com.br/edicaodigital/Olharcristao2/files-2013-06-17/assets/basic-html/index.html#26>. Acesso em: 03 jun. 2019.

PRESSE, France. *Igreja Episcopal aprova casamento de pessoas do mesmo sexo nos EUA*. G1, 02 jul. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/07/igreja-episcopal-aprova-casamento-de-pessoas-do-mesmo-sexo-nos-eua.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

REIS, Vivian. *Igreja Anglicana realiza primeiro casamento gay de SP*. G1 São Paulo, 24 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/11/24/igreja-anglicana-realiza-primeiro-casamento-gay-de-sp.ghtml>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SUPERINTERESSANTE. *Igreja Anglicana: do começo ao fim*. 31 jul. 2008. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/igreja-anglicana-do-comeco-ao-fim/>. Acesso em: 20 out. 2020.

UCHÔA, Miguel. *Comunicado oficial*. Blog do Bispo Miguel Uchôa, 02 jun. 2018. Disponível em: <https://www.migueluchoa.com/comunicado-oficial/>. Acesso em: 10 out. 2020.

VEJA SÃO PAULO. *Fé, botox e celebridades: Aldo Quintão, o pároco moderninho*. BATISTA JR. João Batista, 01 jun. 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/perfil-reverendo-aldo-quintao>. Acesso em: 02 jan. 2019.

THE WEST AUSTRALIAN. *WA bishop Gary Nelson rejects new female Perth Archbishop Kay Goldsworthy*. Nick Buttlerly, 15 fev. 2018. Disponível em: <https://thewest.com.au/news/wa/wa-bishop-gary-nelson-rejects-new-female-perth-archbishop-kay-goldsworthy-ng-b88745278z>. Acesso em: 06 abr. 2020.

Atas, Documentos e Publicações da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

ANDRADE, Maurício José Araújo de. *Comprometidos com a dignidade humana*. Brasília: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2011.

BURITY, Joanildo. In: ESTANDARTE CRISTÃO. n. 1822, abr. 2017. Disponível em: https://issuu.com/ieab/docs/ec_1822_abr_2017. Acesso em: 05 fev. 2020.

CAVALCANTI, Robinson. In: ESTANDARTE CRISTÃO. s/n, 2002.

CAVALCANTI, Robinson. In: ESTANDARTE CRISTÃO. s/n, jan./fev. 2003.

COMISSÃO EXECUTIVA DA SOCIEDADE MISSIONÁRIA DA IGREJA AMERICANA (ACMS). *Ata da reunião de 21 de maio de 1889*. Igreja Episcopal da Santíssima Trindade, Filadelfia.

ESTANDARTE CRISTÃO. s/n, 15. set. 1913.

ESTANDARTE CRISTÃO. s/n, ago, 1961.

ESTANDARTE CRISTÃO. n. 1595, 1976.

ESTANDARTE CRISTÃO. n. 1809, jul./ago. 2008. Disponível em: <https://issuu.com/ointerior/docs/1809>. Acesso em: 07 mar. 2020.

ESTANDARTE CRISTÃO. n. 1821, jan. 2017. Disponível em: https://issuu.com/ieab/docs/ec_1821_jan_2017. Acesso em: 05 fev. 2020.

ESTANDARTE CRISTÃO. n. 1825, dez. 2018. Disponível em: https://issuu.com/ieab/docs/ec_1825_dez_2018. Acesso em: 07 mar. 2020.

IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL. *Atas e Outros Documentos da XXI Reunião do Sínodo*. Porto Alegre. Porto Alegre: Departamento de Comunicação da IEB, 1984.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. *Atas e Outros Documentos da XXIV Reunião do Sínodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB)*. Porto Alegre: Departamento de Comunicação da IEAB, 1990.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. *Atas e Outros Documentos da XXVIII Reunião do Sínodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB)*. Porto Alegre: Departamento de Comunicação da IEAB, 2000.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. *Relatório da Comissão Especial da IEAB*. Centro de Estudos Anglicanos, 2004. Disponível em: http://www.centroestudosanglicanos.com.br/bancodetextos/historiadaigreja/relatorio_da_comissao_especial_ieab.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. *Plano Estratégico Provincial 2020-2023*. Porto Alegre: JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA, 2020.

KICKHÖFEL, Oswaldo. Relatório do Estatístico. In: DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DA IEAB. *Atas e Outros Documentos do XXVIII Sínodo da IEAB*. Porto Alegre, abr. 2000.

MARASCHIN, Jaci Correia. *A Inclusividade Anglicana*. In: Estandarte Cristão, n. 1733, mar./abr./mai. 1995.

MELCHER, Louis Chester. *Atas do 7º Concílio da Diocese Central*, 1956.

Documentários e Vídeos

ANGLICANISMO. Direção: Luca Pacheco. Produção: Débora Ramalho. Cinegrafista: Alex Costa. Reportagem: Bruna Lima. Observatório Transdisciplinar das Religiões no Recife, ago. 2007. (18 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=49mZG3rg9sA>. Acesso em: 28 mai. 2019.

ENTREVISTA COM O REV. EDUARDO HENRIQUE RIBEIRO. 07 jan. 2019.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RKDSKR8gsdM>. Acesso em: 28 mai. 2019. (75 min).

GAFCON OFFICIAL. Archbishop Stanley Ntagali on why Uganda won't be attending Lambeth 2020. 19 jun. 2018. Disponível em: <https://vimeo.com/275835778>. Acesso em: 09 mai. 2019.

IGREJA ANGLICANA. Direção: Pedro Alves. Produção: Breno Nogueira; Luciana Gomide; Frederico Nogueira. TV BRASIL. Série Retratos de Fé, 2016. (26 min).

Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/retratosdefe/episodio/igreja-anglicana-convivio-de-diferencas>. Acesso em: 28 mai. 2019.

XXXIV SÍNODO GERAL DA IEAB: Gravação feita por Rafael Vilaça Epifani Costa. Brasília: Centro de Convenções Israel Pinheiro, mai./jun. 2018. 5 faixas (120 min).

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Arcebispos de Cantuária

ANEXO B – Províncias da Comunhão Anglicana

ANEXO C – Bispos e Bispas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

ANEXO D – Bispo e Bispas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil por Diocese

ANEXO E – Primazes da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

ANEXO F – Acordo sobre as capelanias

ANEXO G – O primeiro Concílio da Diocese Setentrional

ANEXO H – Carta Pastoral Amor E Verdade

ANEXO I – É possível responsabilizar os gays e lésbicas pelos conflitos de poder na Comunhão Anglicana?

ANEXO J – Carta ao Bispo Presidente da ECUSA

ANEXO K – Decreto da Câmara dos Bispos da IEAB

ANEXO L – A Verdade Canônica na DAR

ANEXO M – Decreto Episcopal Nº 001/2004

ANEXO N – Resolução 001/2005

ANEXO O – Resolução 002/2005

ANEXO P – Resolução Diocesana da DAR 001/2005

ANEXO Q – Robinson Cavalcanti é Deposto da IEAB

ANEXO R – Clérigos são Excluídos da DAR por Abandono de Comunhão com a IEAB

ANEXO S – Declaração do Primaz da IEAB ao Primaz da Província do Cone Sul

ANEXO T – Ordenação de Mulheres na Comunhão Anglicana

ANEXO U – Primeira Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana

ANEXO V – Segunda Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana

ANEXO W – Texto da Reflexão Teológica feita durante o Encontro Nacional LGBT, que aconteceu de 25 a 27 de maio de 2018, na Diocese Anglicana de Brasília

ANEXO X – Texto em vigor do Cânon 38 dos Cânones Gerais da IEAB (2018)

ANEXO Y – Documento Planejamento Estratégico IEAB 2020-23

ANEXO Z – Estado da Arte da pesquisa e publicações sobre Anglicanismo no Brasil

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Sua Graça, Justin Welby, 105º Arcebispo de Cantuária

IMAGEM 2 – Catedral de Cantuária, a Igreja-Mãe da Comunhão Anglicana

IMAGEM 3 – A Rosa dos Ventos, símbolo da Comunhão Anglicana

IMAGEM 4 – Reverendíssimo bispo Lucien Lee Kinsolving e o reverendo James Watson Morris, os primeiros missionários da Igreja Episcopal no Brasil

IMAGEM 5 – Reverendíssimo Athalício Theodoro Pithan, o primeiro bispo brasileiro da Comunhão Anglicana

IMAGEM 6 – Heráldica da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

IMAGEM 7 – Documento assinado em 25 de abril de 1965 pelo Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, John Elbridge Hines, outorgando autonomia à Igreja Episcopal do Brasil⁵

IMAGEM 8 – Reverendíssimo Egmont Machado Krischke, o primeiro Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a 19ª Província da Comunhão Anglicana

IMAGEM 9 – Heráldica das Dioceses

IMAGEM 10 – Reverendíssimo Naudal Alves Gomes, 8º Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e 1º Bispo da Diocese Anglicana do Paraná

IMAGEM 11 – Reverendíssimo Humberto Eugenio Maiztegui Gonçalves, 6º Bispo da Diocese Meridional

IMAGEM 12 – Reverendíssimo Francisco de Assis da Silva, 5º Bispo da Diocese Sul-Occidental

IMAGEM 13 – Reverendíssimo Eduardo Coelho Grillo, 7º Bispo da Diocese Anglicana do Rio de Janeiro

IMAGEM 14 – Reverendíssimo Francisco César Fernandes Alves, 7º Bispo da Diocese Anglicana de São Paulo

IMAGEM 15 – Reverendíssimo João Câncio Peixoto Filho, 5º Bispo da Diocese Anglicana do Recife

IMAGEM 16 – Reverendíssimo Maurício José Araújo de Andrade, 3º Bispo da Diocese Anglicana de Brasília

IMAGEM 17 – Reverendíssima Meriglei Borges Silva Simin, 5ª Bispa da Diocese Anglicana de Pelotas

IMAGEM 18 – Reverendíssima Magda Pereira Guedes, 2º Bispa da Diocese Anglicana do Paraná

IMAGEM 19 – Reverendíssima Marinez Rosa dos Santos Bassotto, 2ª Bispa da Diocese Anglicana da Amazônia

IMAGEM 20 – Os quatro primeiros bispos da Diocese Anglicana do Recife

IMAGEM 21 – Capela do Cemitério dos Ingleses do Recife (2020)

IMAGEM 22 – Holy Trinity Church (1885)

IMAGEM 23 – Exterior da Igreja da Santíssima Trindade (*Holy Trinity Church*), Recife

IMAGEM 24 – Interior da Igreja da Santíssima Trindade (*Holy Trinity Church*), Recife

IMAGEM 25 – Igreja do Bom Samaritano (1990), Recife

IMAGEM 26 – Matéria publicada no Estandarte Cristão sobre a inauguração da Pró-Catedral

IMAGEM 27 – Interior da Catedral da Santíssima Trindade após as reformas (2020)

IMAGEM 28 – Alterações no selo da Diocese Anglicana do Recife e o uso do termo “Comunhão Anglicana” após a Grande Crise do Bispo Robinson Cavalcanti

IMAGEM 29 – Catedral Anglicana do Bom Samaritano (2017)

IMAGEM 30 – Inauguração da placa durante a instalação da Catedral e do novo deão (2017)

IMAGEM 31 – Interior da Catedral Anglicana do Bom Samaritano (2018)

IMAGEM 32 – 34º Concílio da Diocese Anglicana do Recife, o primeiro Concílio Online na história da Comunhão Anglicana

IMAGEM 33 – O novo Livro de Oração Comum da IEAB (2015)

IMAGEM 34 – Ordenação da Bispa Marinez Rosa dos Santos Bassotto, a primeira bispa anglicana da América do Sul e da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

IMAGEM 35 – Votação da alteração canônica que aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no Sínodo Geral de 2018

IMAGEM 36 – Celebração Eucarística de encerramento do Sínodo Geral de 2018

IMAGEM 37 – Celebração do primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo da IEAB

IMAGEM 38 – A IEAB durante a Pandemia e os novos desafios após 130 anos de história

ANEXO A

Arcebispos de Cantuária

(Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_dos_arcebispos_da_Cantu%C3%A1ria)

597-604 – Agostinho

604-619 – Lourenço

619-624 – Melito

624-627 – Justo

627-653 – Honório

655-664 – Adeodato

-664 – Vigardo (eleito, mas morreu antes de sua consagração – *sede vacante*)

668-690 – Teodoro de Tarso

693-731 – Bertualdo

731-734 – Tatuíno

735-739 – Notelmo

741-760 – Cuteberto

761-764 – Breguíno

765-792 – Jamberto

793-805 – Etelhardo

805-832 – Vulfredo

832-832 – Siredo (?)

832-832 – Feologildo (?)

833-870 – Ceolnodo

870-888 – Etelredo

890-923 – Plegmundo

923-925 – Etelmo

926-941 – Vulfelmo

941-958 – Oda, o Severo

958-959 – Elfino

959-959 – Birtelmo

960-988 – Dunstano

988-990 – Etelgar

990-994 – Sigerico, o Sérico

995-1005 – Elfrico
1006-1012 – Alfege
1013-1020 – Lifingo
1020-1038 – Etelnodo
1038-1050 – Edsino
1051-1052 – Roberto de Jumièges
1052-1070 – Estigando
1070-1089 – Lanfranco
1093-1109 – Anselmo (morto em 1109 – *sede vacante*)
1114-1122 – Raul de Escures
1123-1136 – Guilherme de Corbeil (morto em 1136 – *sede vacante*)
1139-1161 – Teobaldo de Bec (morto em 1161 – *sede vacante*)
1162-1170 – Thomas Becket (morto em 1170 – *sede vacante*)
1173 – Rogério de Bailleul (eleito, mas recusou o cargo)
1174-1184 – Ricardo de Douvres
1185-1190 – Baudoíno de Exeter
1191 – Reginaldo Fitz Jocelin (morto em 1191 – *sede vacante*)
1193-1205 – Hubert Walter
1205-1206 – Reginaldo (eleito, mas afastado pelo papa)
1205-1206 – João de Grey (eleito, mas afastado pelo papa)
1207-1228 – Stephen Langton
1228-1229 – Walter d'Eynsham (eleito, mas afastado pelo rei e pelo papa)
1229-1231 – Ricardo le Grant
1231 – Ralph Neville (eleito, mas afastado pelo papa)
1232 – João de Sittingbourne (eleito, mas afastado pelo papa)
1232-1233 – John Blund (eleito, mas afastado pelo papa)
1234-1240 – Edmond Rich
1241-1270 – Bonifácio de Savóia
1270-1272 – William Chillenden (eleito, mas afastado pelo papa)
1273-1278 – Robert Kilwardby
1278-1279 – Robert Burnell (eleito, mas afastado pelo papa)
1279-1292 – John Peckham
1294-1313 – Robert Winchelsey

1313 – Thomas Cobham (eleito, mas afastado pelo rei e pelo papa)
1313-1327 – Walter Reynolds
1328-1333 – Simon Mepeham
1333-1348 – Jean de Stratford
1348-1349 – John de Ufford (morreu antes da sua consagração)
1349 – Thomas Bradwardine
1349-1366 – Simon Islip
1366 – William Edington (eleito, mas recusou o cargo)
1366-1368 – Simon Langham
1368-1374 – William Whittlesey
1375-1381 – Simon Sudbury
1381-1396 – William Courtenay
1396-1397 – Thomas Arundel (acusado de traição pelo rei Ricardo II, fugiu)
1398-1399 – Roger Walden
1399-1414 – Thomas Arundel (cargo restaurado pelo rei Henrique IV)
1414-1443 – Henrique Chichele
1443-1452 – John Stafford
1452-1454 – John Kemp
1454-1486 – Thomas Bourchier
1486-1500 – John Morton
1501 – Thomas Langton (morreu cinco dias após sua eleição)
1501-1503 – Henry Deane
1503-1532 – William Warham
1533-1555 – Thomas Cranmer (primeiro arcebispo anglicano, morto em 1556)
1557-1558 – Reginald Pole (último arcebispo católico romano)
1559-1575 – Matthew Parker
1575-1583 – Edmund Grindal
1583-1604 – John Whitgift
1604-1610 – Richard Bancroft
1611-1633 – George Abbot
1633-1645 – William Laud (morto em 1645 – *sede vacante*)
1660-1663 – William Juxon
1663-1677 – Gilbert Sheldon

1678-1691 – William Sancroft
1691-1694 – John Tillotson
1694-1715 – Thomas Tenison
1716-1737 – William Wake
1737-1747 – John Potter
1747-1757 – Thomas Herring
1757-1758 – Matthew Hutton
1758-1768 – Thomas Secker
1768-1783 – Frederick Cornwallis
1783-1805 – John Moore
1805-1828 – Charles Manners-Sutton
1828-1848 – William Howley
1848-1862 – John Bird Sumner
1862-1868 – Charles Thomas Longley
1868-1882 – Archibald Campbell Tait
1883-1896 – Edward White Benson
1896-1902 – Frederick Temple
1903-1928 – Randall Thomas Davidson
1928-1942 – Cosmo Lang
1942-1944 – William Temple
1945-1961 – Geoffrey Fisher
1961-1974 – Michael Ramsey
1974-1980 – Donald Coggan
1980-1991 – Robert Runcie
1991-2002 – George Carey
2002-2012 – Rowan Douglas Williams
2013 – Justin Welby

ANEXO B
Províncias da Comunhão Anglicana

PROVÍNCIAS

Igreja Anglicana da África Austral
Igreja Anglicana da América do Sul
Igreja Anglicana da Austrália
Igreja Anglicana da Coreia
Igreja Anglicana da Melanésia
Igreja Anglicana da Tanzânia
Igreja Anglicana de Hong Kong (*Sheng Kung Hui*)
Igreja Anglicana de Moçambique e Angola
Igreja Anglicana de Papua Nova Guiné
Igreja Anglicana do Canadá
Igreja Anglicana do Chile
Igreja Anglicana do Japão (*Nippon Sei Ko Kai*)
Igreja Anglicana do México
Igreja Anglicana do Quênia
Igreja Anglicana em Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia
Igreja Anglicana na América Central
Igreja da Inglaterra
Igreja da Irlanda
Igreja da Nigéria
Igreja da Província da África Central
Igreja da Província da África Ocidental
Igreja da Província de Mianmar
Igreja da Província de Uganda
Igreja da Província do Oceano Índico
Igreja da Província do Sudeste Asiático
Igreja de Bangladesh (Unida)
Igreja do Norte da Índia (Unida)
Igreja do Paquistão (Unida)
Igreja do Sul da Índia (Unida)

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
Igreja Episcopal da Escócia
Igreja Episcopal dos Estados Unidos
Igreja Episcopal em Jerusalém e no Oriente Médio
Igreja Episcopal nas Filipinas
Igreja na Província das Índias Ocidentais
Igreja no País de Gales
Província da Igreja Anglicana de Ruanda
Província da Igreja Anglicana do Burundi
Província da Igreja Anglicana do Congo
Província da Igreja Episcopal do Sudão do Sul
Província da Igreja Episcopal do Sudão
Província Episcopal Anglicana de Alexandria

IGREJAS EXTRA-PROVINCIAIS

Igreja Anglicana das Bermudas
Igreja do Sri Lanka
Igreja Episcopal Reformada da Espanha
Igreja Lusitana
Paróquia das Ilhas Malvinas

IGREJAS DISSOLVIDAS

Igreja da Índia, Paquistão, Mianmar e Sri Lanka³⁵⁷
Igreja do Havaí³⁵⁸
Igreja Episcopal Protestante nos Estados Confederados da América³⁵⁹
Igreja Unida da Inglaterra e Irlanda³⁶⁰
Província Episcopal Anglicana da China (*Chung Hua Sheng Kung Hui*)³⁶¹

³⁵⁷ Foi estabelecida em 1930, pelo Reino Unido. Através do diálogo ecumênico, foram estabelecidas as Igrejas Unidas do Sul da Índia, em 1947, e do Norte da Índia e do Paquistão, em 1970.

³⁵⁸ Foi estabelecida em 1862, a partir da iniciativa do Rei Kamehameha IV e da Rainha Emma. Seu primeiro bispo foi Thomas Staley, consagrado em 1861. Com a anexação do Havaí pelos Estados Unidos da América, a Igreja foi dissolvida em 1902, e tornou-se uma Diocese da Igreja Episcopal.

³⁵⁹ Foi estabelecida pelas dioceses do sul da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, durante a Guerra Civil Americana. A primeira diocese a se separar foi a de Louisiana, em 1861. À época, várias Igrejas dos Estados Confederados tornaram-se Igrejas “nacionais”, por conta das divisões políticas entre Sul e Norte. Com o fim da Guerra, em 1865, a Igreja também foi dissolvida e as dioceses reintegradas.

³⁶⁰ Esta Igreja Unida foi estabelecida em 1800, após a união da Irlanda com o Reino da Grã-Bretanha, pelo Ato de União. Por conta do alto custo para manutenção dos bispos, ela foi dissolvida em 1871.

³⁶¹ Foi estabelecida em 1912, pela união de missões das Igrejas da Inglaterra, dos Estados Unidos e do Canadá. Com a Revolução Cultural, foi dissolvida em 1958 e vinculada ao Movimento Patriótico das Igrejas Protestantes da China. Em 1998, foi criada a Igreja Anglicana de Hong Kong.

ANEXO C

Bispos e Bispas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

- 1893 – George William Peterkin, bispo visitante
- 1897 – Waite Hockin Stirling, bispo visitante
- 1899-1926 – Lucien Lee Kinsolving
- 1925-1949 – William Mathew Merrick Thomas
- 1940-1955 – Athalício Theodoro Pithan
- 1949-1958 – Louis Chester Melcher
- 1950-1971 – Egmont Valle Machado Krischke
- 1956-1975 – Plínio Lauer Simões
- 1959-1985 – Edmund Knox Sherril
- 1971-1984 – Elliott Lorenz Sorge
- 1971-1977 – Arthur Rodolpho Kratz
- 1976-1993 – Olavo Ventura Luiz
- 1977-1988 – Agostinho Guillon Sória
- 1977-1989 – Sumio Takatsu
- 1984-1998 – Cláudio Vinícius de Senna Gastal
- 1985-1997 – Clovis Erly Rodrigues
- 1985-1998 – Sydney Alcoba Ruiz
- 1987-2000 – Luiz Osório Pires Prado
- 1989-2002 – Almir dos Santos
- 1989-2003 – Glauco Soares de Lima
- 1993-2011 – Jubal Pereira Neves
- 1997-2005 – Edward Robinson de Barros Cavalcanti (Deposto)
- 1998-2013 – Orlando Santos de Oliveira
- 1998-2017 – Filadelfo Oliveira Neto
- 2000-2013 – Sebastião Armando Gameleira Soares
- 2000- – Naudal Alves Gomes
- 2001-2006 – Celso Franco de Oliveira
- 2002-2006 – Hiroshi Ito
- 2003- – Maurício José Araújo de Andrade
- 2006-2017 – Saulo Maurício de Barros

2007-2012 – Roger Douglas Bird
2007-2020 – Renato da Cruz Raatz
2011 – Francisco Assis da Silva
2012-2017 – Flávio Augusto Borges Irala
2013- – Humberto Eugenio Maiztegui Gonçalves
2013- – João Cândia Peixoto Filho
2017- – Eduardo Coelho Grillo
2018- – Marinez Rosa dos Santos Bassotto
2019- – Meriglei Borges Silva Simin
2019- – Francisco César Fernandes Alves
2021- – Magda Guedes Pereira

ANEXO D

Bispo e Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil por Diocese

VISITANTES (Das Dioceses de West Virginia e das Ilhas Malvinas)

1893 – George William Peterkin

1897 – Waite Hockin Stirling

MISSIONÁRIOS (Enviados do Seminário de Virgínia para Porto Alegre-RS)

1899-1926 – Lucien Lee Kinsolving

1925-1949 – William Mathew Merrick Thomas

DIOCESANOS E DIOCESANAS

Diocese Anglicana Meridional (Porto Alegre-RS)

1940-1955 – Theodoro Athalício Pithan

1950-1971 – Egmont Valle Machado Krischke

1971-1884 – Arthur Rodolpho Kratz

1984-1998 – Cláudio Vinicius de Senna Gastal

1998-2013 – Orlando Santos de Oliveira

2013- – Humberto Eugenio Maiztegui Gonçalves

Diocese Anglicana Sul-Occidental (Santa Maria-RS)

1950-1958 – Egmont Valle Machado Krischke

1956-1975 – Plínio Lauer Simões

1977-1992 – Olavo Ventura Luiz

1993-2011 – Jubal Pereira Neves

2011- – Francisco de Assis da Silva

Diocese Anglicana do Rio de Janeiro

1950-1955 – Louis Chester Melcher

1956-1976 – Edmund Knox Sherrill

1977-1984 – Agostinho Guillon Sória

1985-2000 – Sydney Alcoba Ruiz

2000-2008 – Celso Franco de Oliveira

2008-2017 – Filadelfo Oliveira Neto

2017- – Eduardo Coelho Grillo

Diocese Anglicana de São Paulo

1971-1977 – Elliott Lorenz Sorge

1977-1989 – Sumio Takatsu

1990-2002 – Glauco Soares de Lima

2002-2006 – Hiroshi Ito

2007-2012 – Roger Douglas Bird

2012-2017 – Flávio Augusto Borges Irala

2017-2018 – Francisco de Assis da Silva (Interino)

2018-2020 – Naudal Alves Gomes (Interino)

2020- – Francisco César Fernandes Alves

Diocese Anglicana do Recife

1976-1985 – Edmund Knox Sherrill

1986-1997 – Clovis Erly Rodrigues

1997-2005 – Edward Robinson de Barros Cavalcanti (Deposto)

2005-2006 – Filadelfo Oliveira Neto (Interino)

2006-2013 – Sebastião Armando Gameleira Soares

2013- – João Câncio Peixoto Filho

Diocese Anglicana de Brasília

1985-1988 – Agostinho Guillon Sória

1988-2002 – Almir dos Santos

2003-2003 – Glauco Soares de Lima (Interino)

2003-2003 – Orlando Santos de Oliveira (Interino)

2003- – Maurício José Araújo de Andrade

Diocese Anglicana de Pelotas

1988-2000 – Luiz Osório Pires Prado

2000-2006 – Sebastião Armando Gameleira Soares

2006-2019 – Renato da Cruz Raatz

2019- – Meriglei Borges da Silva Simin

Diocese Anglicana do Paraná

2003- – Naudal Alves Gomes

2021- – Magda Guedes Pereira

Diocese Anglicana da Amazônia

2006-2017 – Saulo Maurício de Barros

2018- – Marinez Rosa dos Santos Bassotto

ANEXO E

Primazes da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

1965-1971 – Egmont Valle Machado Krischke
1971-1972 – Plínio Lauer Simões (interino)
1972-1984 – Arthur Rodolpho Kratz
1984-1986 – Edmund Knox Sherrill (interino)
1986-1988 – Olavo Ventura Ruiz (interino)
1988-1993 – Olavo Ventura Ruiz
1993-1994 – Cláudio Vinícius de Senna Gastal (interino)
1994-2003 – Glauco Soares de Lima
2003-2006 – Orlando Santos de Oliveira
2006-2013 – Maurício José Araújo de Andrade
2013-2018 – Francisco de Assis da Silva
2018- – Naudal Alves Gomes

ANEXO F

Acordo sobre as capelanias

(Fonte: Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, p. 360-362)

Acordo assinado em 1955 entre a Igreja da Inglaterra e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos sobre as capelanias inglesas no Brasil.

1. (a) Salvo as disposições contidas na sub-cláusula seguinte, toda a Comunhão Anglicana no Brasil estará incluída nas dioceses constituídas pela autoridade da Igreja Episcopal Protestante dos Estados Unidos da América. Poderão ser nomeados bispos para exercer jurisdição nestas dioceses nos termos da constituição e cânones da referida Igreja.

(b) O Arcebispo de Cantuária poderá eventualmente, e pelo tempo que julgar necessário, nomear um bispo da Igreja da Inglaterra para exercer jurisdição episcopal exclusiva nas capelanias inglesas, presentes e futuras, no Brasil, independente da diocese em que tais capelanias estejam situadas ou venham a se situar. O Arcebispo nomeará um bispo e o credenciará ao Bispo Presidente, que por sua vez o aceitará para o propósito aqui especificado.

(c) Os problemas decorrentes deste acordo serão solucionados por mútua discussão entre o Arcebispo e o Bispo Presidente.

(d) O acordo poderá ser extinto pelo Arcebispo ou pelo Bispo Presidente a qualquer tempo, mediante comunicação num prazo não inferior a dois anos.

2. Na elaboração deste acordo, o Arcebispo e o Bispo Presidente respeitarão (inter alia) as observações seguintes e suas variações ou adições, que eventualmente tenham acertado entre si:

(a) O Bispo Presidente credenciará junto a Igreja da Inglaterra um bispo americano da Igreja Episcopal com jurisdição diocesana no Brasil.

(b) O Arcebispo e o Bispo Presidente regularão as relações entre o bispo credenciado da Igreja da Inglaterra e o bispo americano com jurisdição no Brasil nos termos do presente acordo.

(c) O bispo credenciado com responsabilidade exclusiva pelas capelanias inglesas poderá organizar as ditas capelanias em arcediagados, nomear um arcediago sob sua jurisdição, providenciar que as capelanias tenham os seus próprios fundos e contribuir para o seu salário. Todos os direitos de propriedade das capelanias permanecerão intocáveis.

(d) O bispo credenciado, por ora, continuará exercendo jurisdição independente como bispo da Argentina, América do Sul e Ilhas Falklands, ou outra função episcopal fora do Brasil para a qual o Arcebispo de Cantuária o nomear.

(e) No Brasil, o bispo credenciado e o bispo americano colaborarão com todos os meios possíveis para garantir o melhor ministério pastoral tanto para os cidadãos ingleses como para os cidadãos americanos. O bispo credenciado zelará para que as capelanias inglesas proporcionem toda a ajuda possível aos americanos e a igreja brasileira. O bispo americano estará pronto para ajudar as capelanias inglesas e aos cidadãos ingleses no Brasil, sempre que possível.

(f) O bispo americano terá direito de estabelecer novas missões para congregações de fala portuguesa-inglesa em qualquer lugar que julgar necessário e vantajoso para o crescimento da Comunhão Anglicana no Brasil, mas sempre com a devida consideração para com as atuais e futuras capelanias inglesas, e onde elas forem afetadas, em consulta com o bispo credenciado. Semelhantemente, o bispo credenciado poderá, em consulta com o bispo americano, estabelecer novas congregações de fala inglesa em qualquer área onde já existam capelanias ou alhures para os seus próprios compatriotas.

(g) Espera-se que haja harmoniosa cooperação entre o bispo americano como bispo diocesano da igreja no Brasil e o bispo credenciado da Igreja da Inglaterra como bispo com jurisdição sobre as capelanias inglesas. Mas se, por ventura, surgirem diferenças de opinião ou motivos para denúncia, que não possam ser satisfatoriamente dirimidos entre eles, a questão será referida ao Arcebispo de Cantuária e ao Bispo Presidente para decisão.

3. O acordo aqui firmado é testemunho da aceitação dos seguintes princípios:

(a) A Igreja Episcopal dos Estados Unidos é reconhecida como a Igreja responsável da Comunhão Anglicana no Brasil, com ampla liberdade para se expandir em todas as direções, sujeita apenas às disposições especiais aqui acordadas para as atuais e futuras capelanias inglesas.

(b) O acordo preserva o princípio segundo o qual na área de uma mesma diocese anglicana haverá somente um bispo diocesano, enquanto houver disposições sobre a jurisdição episcopal para um grupo particular de capelanias existentes nas dioceses da Igreja Episcopal no Brasil.

+ Geoffrey Cantuar

+ Henry Knox Sherrill

ANEXO G

O primeiro Concílio da Diocese Setentrional Texto do Dr. Jairo E. W. de Castro, primeiro guardião da Paróquia da Santíssima Trindade, Recife, PE, 1976

(Fonte: Estandarte Cristão, nº 1595, 1976, p. 8)

Teve lugar em Recife, Pernambuco, do período de 25 a 27 de junho passado, o primeiro concílio da Diocese Setentrional da Igreja Episcopal do Brasil. A esse conclave, de inegável significado histórico, em boa hora convocado pelo bispo diocesano Edmund Knox Sherrill, estiveram presentes representantes das paróquias da SS. Trindade (Recife), de Santa Maria (Belém, Pará) e da Missão Cristo Redentor (Salvador, Bahia). O objetivo do concílio foi reunir os cristãos que vinham há muito cooperando para a divulgação da boa nova do Evangelho, e em conjunto, estudar os principais problemas e definir diretrizes para a expansão e consolidação do trabalho da Igreja Episcopal nesta estratégica área de nosso país. O instrumento final que consolidou esse esforço de análise, sistematização e síntese foi a proposta de orçamento para o exercício de mil novecentos e setenta e sete. Assim, num clima de abertura, cordialidade vontade de servir, o primeiro concílio da Diocese Setentrional foi o início da conferência, a partir da qual dá início a uma nova e esperançosa fase da Igreja Episcopal do Brasil no norte e nordeste do país.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Além das atividades devocionais, como cânticos de hinos e coros, leituras da Bíblia e orações, o concílio foi dividido basicamente em dois momentos: o primeiro foi orientado para algumas comunicações sobre assuntos de atualidade nacional no âmbito nacional; o segundo esteve focalizado no estudo criterioso dos problemas e obstáculos das congregações regionais e na busca de soluções viáveis para as questões fundamentais. No primeiro caso, destacaram-se as comunicações sobre o III Encontro de Treinamento de Líderes, realizado em Porto Alegre no princípio deste ano, e sobre a filosofia de trabalho da JUNEK, feitas respectivamente pelo dr. Jairo de Castro e rev. Paulo Garcia. No segundo caso, verificou-se um esforço por parte de todos os participantes de visualizar saídas e respostas eficazes para os

problemas locais identificados numa perspectiva agora não mais isolada, porém, dentro de um esquema comum de trabalho integrado e intercomplementar.

RECOMENDAÇÕES

Dentro dessa perspectiva, as principais recomendações foram: encontros e maior intercâmbio entre clérigos locais, aquisição de material para a Escola Dominical, treinamento de líderes, experimentação de novos métodos de evangelização, distribuição de literatura, fortalecimento da liderança nacional e adoção de um programa de rádio, maior sistematização do trabalho em processo de crescimento e contratação de equipe qualificada, funcionando em regime de tempo integral. Com base nestas recomendações, o bispo diocesano Edmund Knox Sherrill apresentou uma proposta preliminar de orçamento para 1977, determinando as principais fontes de receita e fazendo a indicação alternativa dos principais itens de aplicação de recursos.

Em culto festivo realizado no templo da Paróquia da SS. Trindade, às 20 horas, tendo como comunicativo pregador o rev. Stuart Broughton, encerrou o histórico concílio da Diocese Setentrional da Igreja Episcopal.

OS QUE PARTICIPARAM

Participaram do histórico concílio cinco clérigos, quatro delegados leigos, dois suplentes e diversos membros da congregação local e da Missão do Salvador. CLÉRIGOS: Dom Edmund Knox Sherrill, bispo da Diocese Setentrional e presidente do concílio; Anselmo João Stein, da Paróquia de Santa Maria, Belém, Pará; Joselino Lobato de Souza, da Paróquia de Santa Maria, Belém, Pará; Paulo Ruiz Garcia, da Paróquia da Santíssima Trindade, Recife, Pernambuco; Stuart Roger Broughton, da Missão de Cristo Redentor, Salvador, Bahia. DELEGADOS LEIGOS: Josina Correa de Souza Stein, da Paróquia de Santa Maria, Belém, Pará; Antônio Carlos Pereira dos Santos, da Missão de Cristo Redentor, Salvador, Bahia; Dr. Jairo Eugênio Wanderley de Castro, da Paróquia da Santíssima Trindade, Recife, Pernambuco; SUPLENTE: profa. Noeni Cavalcante de Araújo, da Paróquia da SS. Trindade, Recife; e Maria de Lourdes Ribeiro Miranda, da Missão de Cristo, Salvador, Bahia.

ANEXO H

Carta Pastoral Amor e Verdade

(Considerações sobre a problemática da homossexualidade)

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

Ao Clero e Fiéis da

Diocese Anglicana do Recife

Neste Dia de Pentecostes, Dia do Pastor e Dia da Unidade Cristã, somos tomados por preocupações que gostaria de refletir:

1. A imprensa noticia as declarações de um pastor luterano da Dinamarca que "não crê em Deus, nem na ressurreição de Cristo". 90% (noventa por cento) dos escandinavos se dizem protestantes, mas apenas 5% (cinco por cento) comparecem regularmente aos cultos. Apenas "igrejas mortas"? Nestas últimas décadas, agências missionárias luteranas escandinavas (minorias vivas) geraram uma das mais dinâmicas denominações cristãs da África, a Menkele Yesu, da Etiópia, com 7 (sete) milhões de membros. Há vida, onde parece haver apenas morte;

2. O Jornal "Nuevo Siglo", do CLAI (Ano 3, nº 05, Maio, 2003), em sua página 22 traz a fotografia do Rev. Stephen Van Kuiken, da Igreja Presbiteriana de Mount Auburn, nos Estados Unidos, que realizou casamento de pessoas do mesmo sexo. Nestas últimas décadas a Igreja Presbiteriana da Coreia se tornou a principal denominação daquele país asiático, com o Cristianismo superando o budismo. Há vida, onde parece haver apenas morte;

3. A Diocese Anglicana de New Westminster, no Canadá, autoriza a celebração de uniões homoeróticas. A televisão noticia a eleição de um bispo gay confesso (vivendo com o seu parceiro), na Diocese de New Hampshire, nos Estados Unidos. Nesta última década, a Igreja Anglicana da Nigéria passou de 10 (dez) para 17 (dezessete) milhões de membros. Há vida, onde parece haver apenas morte.

O Espírito Santo está vivo hoje, e realiza milagres no meio da Igreja, onde, desde a Era Primitiva, subsistem obediência e pecado. Qual a situação da Igreja Anglicana?

1. Continuamos a crer na doutrina dos apóstolos e a ensinar a ética bíblica e histórica em nossos documentos oficiais. Tal postura é sustentada por 90% (noventa por cento) dos bispos e das Dioceses. O que não é assim é exceção e infração. Se a posição da Igreja não mudou, e se somos maioria, não há razão para nos sentirmos abalados, ou para se deixar a Igreja. Nunca na Igreja Cristã uma maioria "rompe" com a minoria e deixa a instituição em suas mãos;

2. O homossexualismo como fenômeno de massa e contra-cultura é um fenômeno ascendente no Primeiro Mundo, particularmente nos Estados Unidos, e se faz presente, como grupo de pressão, nas diversas denominações religiosas. É uma das faces do secularismo e de rupturas de valores da cultura local. Devemos orar por esses países, para que retornem às raízes cristãs da sua fundação, e pela maioria dos cristãos - inclusive anglicanos - que resiste a essa mudança. **Um fenômeno norte-americano:** não um fenômeno episcopal (como norte-americana é a cultura da violência, do individualismo, e da arrogância imperial);

3. Nos últimos anos a incompatibilidade da prática homossexual com as Sagradas Escrituras foi reafirmada pela Conferência de Lambeth, pelo Arcebispo de Cantuária *George Carey* e pela maioria dos primazes. O Conselho Consultivo Anglicano (ACC) votou contra práticas inovadoras locais que colocassem em risco a unidade da nossa Comunhão. O Arcebispo de Cantuária *Rowan Williams* tem assegurado a vontade da maioria e a colegialidade. Ao mesmo tempo os órgãos internacionais denominacionais (Conferência de Lambeth, Aliança Batista, Federação Luterana etc.) estabelecem diretrizes, mas não possuem autoridade legal para intervir nas Igrejas nacionais autônomas. *New Westminster* e *New Hampshire*, legalmente são questões disciplinares das suas respectivas Províncias, extrapolando a autonomia diocesana e desobedecendo a suas próprias normas.

É verdade que, por um lado, somos inclusivos, não aceitamos hierarquia de pecados, condenamos o orgulho espiritual, somos contra a discriminação contra a pessoa humana, reafirmando o amor (fruto do Espírito Santo), defendemos os direitos civis de todos os cidadãos, por outro lado, como cristãos bíblicos e históricos, afirmamos absolutos éticos inegociáveis, dentre eles a heterossexualidade. Acolher, escutar, amar, apoiar, solidarizar-se, pastorear, não anulam a docência da verdade, a correção, a busca da santidade e a promoção da conversão.

Que fazer diante desse problema?

1. Tomar ciência e procurar melhor conhecê-lo, à luz da Teologia, da Filosofia e da Ciência.
2. Interceder, com fé, amor e humildade.
3. Reafirmar e ensinar a verdade.
4. Viver as dores de um mundo globalizado e em crise.
5. Descontar o sensacionalismo da imprensa.
6. Repudiar a manipulação dos hipócritas.
7. Resistir a Satanás e às suas hostes.

A Diocese Anglicana do Recife tem um bispo que votou com a maioria em Lambeth, tornando pública, nacional e internacionalmente, a sua posição, tem uma Resolução Conciliar sobre "Ética, Santidade e Disciplina" e um Cânon Diocesano que torna normativa a diretriz de Lambeth. Temos uma agenda missionária ampla e integral. Concordamos com o pensamento recente do Primaz da Província Anglicana das Índias Ocidentais, Drexel Gomez: "Não podemos nos descuidar do tema; não devemos priorizá-lo às custas da missão da Igreja". Apesar de um Cisma e de calúnias, respondemos com trabalho missionário. cremos que há um amplo consenso entre nós sobre isso, e disso não devemos nos afastar.

Trago a cada irmão e irmã, nesse momento de preocupação legítima (e quando sofremos críticas descaridas de grupos religiosos extremistas e hipócritas), a nossa palavra pastoral de apoio, as nossas orações, o apelo à serenidade e a humildade, e a redobrada tarefa de esclarecer aos domésticos da fé a Sociedade Civil, sobre a verdade.

Em termos práticos, iremos propor ao Conselho Diocesano, em sua próxima reunião, a aprovação de uma moção em que a Diocese Anglicana do Recife:

- 1. Reafirma o seu apoio à Resolução sobre Sexualidade Humana da Conferência de Lambeth, 1998;**
- 2. Reafirma o seu compromisso em implementar o seu Cânone Diocesano específico;**

3. Protesta contra práticas de minorias agressivas e arrogantes, desobedientes e infratoras, que ameaçam a unidade da Comunhão Anglicana, promovem o escândalo e obstaculam as relações ecumênicas;

4. Considerando que as Dioceses de New Hampshire, EUA e New Westminster, Canadá, de facto et de jure, romperam com a Comunhão Anglicana, esta Diocese suspende, por tempo indeterminado, e enquanto durar essas irregularidades, qualquer relacionamento institucional com as mesmas, expressando, por outro lado, a sua solidariedade fraternal para com os anglicanos fiéis e inconformados que as integram.

Estamos abertos para observações e sugestões na construção da nossa idade ética, doutrinária, litúrgica e canônica.

Em Cristo, Senhor da Igreja

+ Dom Robinson Cavalcanti, ose

– Bispo Diocesano –

ANEXO I

É possível responsabilizar os gays e lésbicas pelos conflitos de poder na Comunhão Anglicana?

(Fonte: Carta do Rev. Mário Ribas cedida pelo Rev. Arthur Cavalcante)

1. Eu não poderia deixar de reagir a carta pastoral dirigida ao clero da diocese do Recife, uma vez que a mesma foi encaminhada a todo o clero da província, Falo enquanto teólogo questionador, e também enquanto sacerdote cujo ministério tem sido marcado pelo atendimento pastoral prestado a muitos gays e lésbicas de todo o Brasil.

(a) Com frequência sou procurado por essas pessoas, e na maioria das vezes ouço histórias parecidas. Histórias de rejeição, violência, e desemprego. Essas pessoas têm, constantemente, se tornado objetos de violência verbal e física, e como se não bastassem as rejeições familiares, elas enfrentam ainda rejeição das igrejas, sendo excomungadas, ou ignoradas. Perdem o emprego, ou são violentadas, quando não assassinadas. Pagam um preço alto pela orientação que nem todos eles escolheram, sendo acusadas pela igreja de reacionárias, ou como ameaça à família tradicional.

(b) Não tenho esta questão como bandeira do meu ministério, mas sim como parte da minha preocupação com essas minorias, que já sofreram muito com as inquisições, romana, pentecostal e social, e merecem um tratamento diferenciado da Igreja Anglicana, que se diz uma igreja aberta e acolhedora, onde constantemente são acolhidos e recolhidos os divorciados e mães solteiras, que encontram em nosso meio a possibilidade de pertencerem e terem o seu senso de dignidade restaurados.

(c) Lamento dizer que, se a carta tinha o objetivo de ser uma carta pastoral, ela na verdade pareceu ser uma encíclica papal, com o objetivo de alimentar o sentimento de culpa do ser humano exatamente como o fez a última encíclica onde o papa exorta as pessoas “que vivem constantemente em pecado” (i.e. os divorciados), a se absterem da comunhão. Novamente gays e lésbicas se tornam os bodes expiatórios, para não dizer cavalos de batalha, para os conflitos de poder dentro da Igreja. Por quê? É mais fácil usar um grupo de pessoas que a sociedade ainda tem dificuldade para reconhecer e

aceitar, a fim de manter nosso status num meio machista e hipócrita, ou para evitarmos que nossas comunidades que mesmo capengando lutam para crescer se esvaziem mais ainda. Nisso eu pergunto: Que tipo de igreja estamos vivendo? Ou, que tipo de igreja queremos viver? Uma igreja da inquisição, que precisa perseguir uns e outros a fim de manter sua credibilidade frente a uma sociedade que por um lado é secularizada, e por outro tem oferta excessiva de religiosidade pentecostal, e espírita? Ou queremos uma Igreja que deixa de lado a busca pelo poder e posição no mundo, para exercer a sua vocação profética no mundo e ser serva de Deus para o mundo?

Apelar para o crescimento das igrejas protestantes na Etiópia, Coréia, ou a Anglicana na Nigéria, até parece ser um bom caminho para legitimar determinado preconceito. Mas temos alguns problemas nessas igrejas que não são tratados na carta. E temos outras igrejas que servem de exemplo de crescimento e ortodoxia, que também são ignoradas. Que tipos de igrejas são essas? Será possível simplificarmos e dizer *“Há vida, onde parece haver apenas morte”*?

(a) A Igreja Presbiteriana na Coréia cresceu graças a teologia da prosperidade. A teologia da prosperidade deu certo num contexto capitalista, marcado pelas superstições budistas, pois oferecia a possibilidade de enriquecimento fácil e sucesso a qualquer custo a uma nação que estava ressurgindo das cinzas da segunda guerra mundial.

(b) Na Etiópia, a igreja pode ter crescido e muito, mas por outro lado qual a diferença que isso fez a uma nação massacrada pela fome e miséria? Será esse mais um exemplo de um cristianismo engessado pela ideia de salvação ou espiritualidade verticalista, que salva a alma somente e deixa aqueles corpos famintos aos poucos virarem comidas para os urubus?

(c) A Igreja da Nigéria teve um grande crescimento devido o esforço missionário da CMS (Church Mission Society), que na época acreditava que os diálogos entre presbiterianos e outras igrejas protestantes dariam certos a fim de criarem uma nova igreja unida. Por esta razão os missionários da CMS não fizeram nenhum esforço no sentido de ensinarem e estabelecerem uma estrutura episcopal naquele país. Desta forma, a Nigéria pode ser um exemplo não muito bem sucedido de Igreja Anglicana que cresce, levando em

consideração os sérios problemas que essa igreja enfrenta hoje. Em um estudo realizado pelo Revd. Paul Inman (*estudo apresentado na St. Deiniol's Library, Wales 2000*), que foi deão da catedral de Owerri, Nigéria, é questionado se a igreja da Nigéria é Episcopal ou tribalista. O estudo apresenta sérios conflitos de poder naquela igreja onde bispos têm sido banidos de suas catedrais por pertencerem a uma tribo diferente do deão e da congregação da catedral. As dioceses nigerianas, segundo esse estudo, são hoje menores do que os arcediagados planejados pelos bispos do período colonial. A maioria dessas dioceses foram criadas para satisfazer os anseios tribais sob a desculpa de que era necessário para que os bispos estivessem mais próximos do povo, no entanto os palácios episcopais são maiores do que as casas dos bispos coloniais, sendo deste modo necessário passar por dois altos muros, e portões guardados por policiais armados para se ter acesso a qualquer bispo.

(d) Mesmo tendo sucesso e crescimento em vários países, sabemos que a comunhão anglicana enfrenta sérios problemas na África, e a maioria deles são conflitos de poder. No Zimbábue, por exemplo, temos um bispo que é rejeitado pelo seu clero devido seu apoio à política do governo de Mugabe. Ou a história de clérigos perseguidos pela própria igreja por adotarem uma postura diferente de seus bispos, denunciando as injustiças cometidas pelo presidente daquela nação. (*Harare, Financial Gazette, 28 de junho, 2001*).

(e) Em Uganda, temos o problema de um bispo que seria empossado pela câmara dos bispos mesmo sendo o candidato rejeitado pelos clérigos durante o processo eleitoral. Esse processo foi questionado até mesmo por um parlamentar que pediu que o governo do país instaurasse um inquérito na diocese de Muhabura para averiguar qualquer falcaturia, ou quebra das leis canônicas. Nesse conflito, a sagração do candidato da câmara dos bispos seria realizada em outra diocese, devido a possibilidade de reações violentas por parte do povo da diocese onde o novo bispo atuaria. Além desse fato, devemos lembrar aquele em que a Igreja de Uganda deixou um bispo aposentado sem sua pensão e sem casa, após o mesmo ter se envolvido na luta para acolher as pessoas homossexuais nas igrejas. Esse bispo sempre atendeu homossexuais, juntamente com a sua irmã que faleceu

recentemente, e hoje enfrenta hostilidade por parte de seus colegas de ministério, por não se conformar com dogmas que tratam determinadas pessoas como seres humanos de segunda categoria. Será que alguém merece esse tipo de tratamento por parte da igreja?

(f) A Igreja em Ruanda tem experimentado grande crescimento, e tem dado grande apoio para as paróquias cismáticas dos Estados Unidos, no entanto esquecemos do envolvimento das lideranças das Igrejas de Ruanda no massacre da etnia Tutsi. Bispos e clérigos, quando não estiveram apoiando diretamente este massacre, simplesmente se acomodaram, permitindo que o genocídio acontecesse bem debaixo de suas batinas ou mantos episcopais.

(g) Também poderíamos citar a diocese de Sidney, uma diocese grande e o centro do conservadorismo anglicano. Por outro lado é mais uma diocese com sérios problemas de liderança, enfrentando o descontentamento do povo em relação ao seu arcebispo que é acusado de nepotismo. Ele, nesse caso, nomeou sua esposa para um alto cargo na liderança da diocese, e o seu irmão para deão da catedral, sem falar na tendência de permitirem a presidência leiga na eucaristia sem a permissão dos bispos australianos, e da Comunhão Anglicana. Mas todas essas são exemplos de igrejas que crescem, mas não aparecem na sua carta, por quê?

(h) A Igreja na África do Sul tem dez milhões de membros, e é uma Igreja viva, com forte presença na sociedade, no entanto é uma província que no último sínodo reconheceu a grande contribuição que gays e lésbicas tem trazido para a vida daquela igreja, e nomeou uma comissão para estudar a possibilidade de abençoar as relações entre pessoas do mesmo sexo. Ela também não é mencionada na sua carta, no entanto é mais um exemplo de *“Há vida, onde parece haver apenas morte”*.

3. Dizer que a homossexualidade é um fenômeno de primeiro mundo, uma das faces do secularismo, ou um fenômeno norte-americano, é mostrar desconhecimento do assunto. Devo lembrar que, o homossexualismo sempre esteve presente em todas as culturas, e em todas as épocas. Isso não foi inventado pelos norte americanos, muito menos pelo secularismo, ou individualismo.

a) Antes dos Estados Unidos ou Canadá, a Igreja da Inglaterra já se preocupava com a questão dos direitos humanos para um grande número

de homossexuais que eram tratados como criminosos pela legislação inglesa. No começo da década de cinquenta, ela estabeleceu uma comissão para estudar o assunto da homossexualidade, e o resultado desse estudo influenciou o governo britânico a estabelecer o *Wolfenden Committee*, que levou a legislação a ser alterada, dando a cada pessoa o direito de manifestar a sua sexualidade. Sem falar que a benção para casais do mesmo sexo acontece em várias paróquias da Inglaterra, com o conhecimento de vários bispos. E além do mais, duas semanas antes da eleição de New Hampshire, a Inglaterra já havia dado um passo a frente nomeando para bispo coadjutor de Oxford o cônego Jeffrey John que viveu vinte e cinco anos envolvido numa relação homossexual. Por quê? Porque ele era considerado uma pessoa bem qualificada para exercer o cargo, e não porque é homossexual.

- b) O padrão estabelecido para os relacionamentos humanos adotados pela maioria dos países cristãos, é na verdade fruto do imperialismo, e não vice-versa. Foi o imperialismo cristão que massacrou muitas culturas, impondo a maneira ocidental de ser e de viver com toda a culpa e vergonha agostiniana em relação à sexualidade e ao corpo. Valores que foram reforçados nas colônias britânicas pela mentalidade vitoriana, que agia como se o pênis e vagina fossem órgãos humanos inseridos pelo demônio, e qualquer prazer sentido nessas áreas no momento do orgasmo poderia ser o prenúncio da condenação às chamas do inferno. Temos como exemplo os missionários católicos e protestantes que foram evangelizar os índios brasileiros e não podiam admitir que os mesmos se tornassem cristãos sem antes esconderem a nudez. Nisso a evangelização das colônias, e a própria conquista puseram fim as atitudes variadas que os povos conquistados tinham em relação à sexualidade humana, inclusive a aceitação da homossexualidade. Na África, várias tribos sul africanas tinham a homossexualidade como um comportamento aceito (AANA, Kenya, maio 2003) e no geral a poligamia. Portanto a nossa postura, enquanto povos conquistados, são posturas que trouxemos conosco da Europa, ou nos foram impostas. Dessa maneira, é impossível afirmar que a homossexualidade é um fenômeno dos países de primeiro

mundo, ou do imperialismo, pois o único fenômeno imperialista em relação ao sexo que eu já ouvi falar é o da culpa e da vergonha.

4. Questiono se a sua atitude enquanto bispo, de romper as relações com a diocese de New Hampshire, e também de New Westminster também não ferem os nossos princípios enquanto anglicanos, e o conceito do episcopado exercido em colegialidade com outros bispos? Não acredito que romper com essas dioceses sob a alegação que as mesmas romperam com o anglicanismo se justifique, pois até agora não ouvi dizer que o arcebispo de Cantuária excomungou essas dioceses da Comunhão Anglicana. Se o arcebispo de Cantuária ainda mantém comunhão com essas igrejas, por que diocese do Recife deveria agir de modo diferente? Ou será que os arcebispos de Sidney, Malásia, Nigéria e Ruanda tem interesse em criar uma nova comunhão, em que um deles seria o centro de tudo, e outras adeririam a esse novo sistema?

5. Se o protesto é contra a chamada minoria liberal que detêm o poder na Comunhão Anglicana, eu deveria lembrar que a Comunhão Anglicana não tem um centro de poder, mas sim apenas um centro de unidade. Se os liberais estão no poder nas províncias mais ricas é porque eles foram eleitos para tais posições pelas suas próprias igrejas e devemos respeitar a democracia anglicana, ou será que não? Nos Estados Unidos, os fundamentalistas podem ser a minoria, mas eles sabem muito bem como aplicar rios de dinheiro nas províncias africanas para internacionalizarem os seus conflitos internos, e dessa forma fazer da comunidade gay o cavalo de batalha para uma luta que é intrinsecamente pelo poder. Será que esse é um modo de agir mais cristão?

6. E para provocar uma reflexão sobre o assunto sobre a benção das relações entre pessoas do mesmo sexo – a pouco tempo atrás o senhor solicitou que fosse elaborados liturgias para pessoas que estivessem se divorciando, e também para bênçãos de animais (apesar, creio eu, que liturgias, mesmo que alternativas, deveriam antes passar pela comissão de liturgia, e também pelas comissões provinciais), deste modo eu pergunto: será que a benção de animais é mais importante do que abençoar casais que se amam e querem construir um relacionamento duradouro, independente de sua orientação? Nosso chamado enquanto igreja não é para sermos uma benção para todas as nações e culturas? Podemos considerar que mesmo que a homossexualidade ainda não seja uma

questão resolvida pela igreja (se é que tem qualquer assunto relacionado a sexo resolvido pela igreja), a monogamia é encorajada em qualquer situação. A Igreja tem sido unânime em combater a promiscuidade entre pessoas de qualquer orientação, no entanto ela tem dificuldade para abençoar aqueles que escolheram exercer a sua sexualidade compromisso e monogamia.

7. E quanto ao bispo eleito de New Hampshire, e ao nomeado para ser sufragâneo de Oxford, ambos foram eleitos/nomeados, devido suas competências pastorais e acadêmicas, e não devido a sua orientação sexual. A vocação sacerdotal é Deus quem dá, e ele a dá a qualquer pessoa independente de sua orientação. Se a Igreja de New Hampshire escolheu este caminho, mesmo estando num dos estados mais conservadores, é porque a competência pastoral de Eugene Robinson ultrapassa qualquer questão relacionada com a sua orientação, e o mesmo podemos dizer da nomeação de Jeffrey John. A igreja sabe que tem homossexuais trabalhando no seu meio, assim como temos homossexuais trabalhando como motoristas de táxi, ou de consultores em grandes empresas, e se eles sobressaem, o sucesso deles não é devido ao que fazem na sua vida privada, ou se a noite dormem com homem ou mulher, e sim pela vocação e capacitação de cada um. Nisso, devemos lembrar a estimativa de que vinte e cinco por cento do clero britânico são homossexuais, sendo que a maioria deles atuam nas áreas pobres e violentas das periferias onde normalmente muitos clérigos heterossexuais de classe média não querem ir. Portanto causar cisma quando alguns desses elementos são eleitos ao episcopado não demonstra nem um pouco o comprometimento com a justiça, com a misericórdia e generosidade Cristã, e sim, novamente com desejo pessoal de poder.

8. Se por um lado a diocese de New Westminster e New Hampshire tomaram decisões unilaterais, por outro lado Recife também toma uma posição unilateral tentando fechar o debate sobre a questão estabelecendo cânones diocesanos específicos. Será que esqueceram que a Conferência de Lambeth '98 deixa o debate sobre o assunto em aberto? Esqueceram a recomendação para que os primazes continuem monitorando a maneira como a questão é trabalhada em cada província da Comunhão Anglicana? Tentar fechar o debate com cânones diocesanos é agir também de forma unilateral, e fugir de uma questão que não irá terminar aqui, principalmente quando a própria sociedade brasileira começa a reconhecer a legitimidade das relações homossexuais no seu meio. Estabelecer

dogmas, não é a maneira correta de tratar uma questão. Durante a idade da razão o papa tentou contornar as ameaças que o racionalismo representava à igreja estabelecendo dogmas que no final serviram mais como muros que impedem a igreja de manter diálogo com a sociedade, e esteja sempre em processo de mudança para melhor servir essa sociedade. Estabelecer dogmas, 'ou uma profissão de fé inquestionável, com objetivo de eliminar para sempre toda e qualquer dúvida, não tem nada a ver com os julgamentos de natureza científica, e sim com um desejo pessoal de poder (Alfred Kinsey, 1948). Eliminar ou isolar aqueles que são diferentes, não é a melhor maneira de construirmos e vivermos igreja. Devemos lembrar que a igreja começou com os conflitos culturais que existiam entre judeus e gentios, mas apesar desses conflitos, ambos os grupos estavam juntos trabalhando em missão. Da mesma forma, eu espero que possamos manter-nos unidos com aqueles que têm uma postura diferente da nossa, e assim permitir que o diálogo continue em aberto e a igreja não cometa erros como no período da inquisição.

Revd. Mário Ribas
Paróquia de Todos os Santos
Santos, SP

ANEXO J

Carta ao Bispo Presidente da ECUSA

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

Dom Frank T. Griswold

Revmo. Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos

Querido irmão:

Foi com surpresa, tristeza e preocupação que recebemos a notícia da participação do Bispo Robinson Cavalcanti, Diocesano da Diocese Anglicana do Recife, da Província da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, em um Ofício de Confirmação de 110 pessoas em Ohio, juntamente com cinco Bispos aposentados da ECUSA, sem a permissão do Bispo Diocesano, “como uma ilustração do apoio internacional para tais medidas”, conforme noticiado pela Imprensa.

Queremos fazer chegar a Vossa Revma. nossa veemente desaprovação da atitude realizada pelo bispo brasileiro D. Robinson Cavalcanti, que além, de um gesto deselegante e desrespeitoso, violou a Constituição e Cânones da ECUSA, participando de um ato episcopal e sacramental na Diocese de Ohio, sem o conhecimento e a permissão do Bispo da Diocese de Ohio. Bispo Cavalcanti, neste ato e em qualquer outro durante sua presença nos USA, não representou oficialmente a Província Anglicana da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Sua presença foi iniciativa pessoal e não um mandato de nossa Província. Não obtive e jamais ele obteria permissão para tal ato, e sequer fomos informados de sua intenção a este respeito. Também em nossa Província Brasileira, este ato representaria uma violação disciplinar de nossa Constituição e Cânones, conforme a tradição mais primitiva da Igreja.

Posso também afirmar, como Primaz que participou da reunião de Outubro de 2003, nos dias 15 e 16, que a alegação de alguns bispos terem arrogado para si o direito de realizar estes atos sacramentais e episcopais, sem autorização do bispo diocesano, estaria de acordo com o mandato do Arcebispo de Cantuária e dos Primazes, não é verdadeiro. O que a nossa Declaração afirmou é que toda a provisão episcopal das “minorias dissidentes” é matéria a ser resolvida pela

Província em questão, e reafirmado o ensino das sucessivas Conferências de Lambeth de que todos os bispos devem respeitar a autonomia e a integridade territorial das dioceses e províncias, as quais não pertencem. E mais, “que as Províncias se preocupem com uma supervisão episcopal adequada às “minorias dissidentes”, dentro das suas próprias áreas de cuidado pastoral, consultando o Arcebispo de Cantuária em nome dos Primazes”.

Assim sendo, quero em meu próprio nome, da Câmara dos Bispos, do Clero e do Povo da Província da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, expressar a Vossa. Revma. as nossas desculpas por tal ato desrespeitoso e deselegante realizado por um de nossos bispos brasileiros. E reafirmar que, de modo algum compactuamos e autorizamos tal violação canônica, num total desrespeito à autonomia de vossa província e da Diocese de Ohio. Outrossim, informo que tal assunto será examinado em nossa próxima reunião da Câmara dos Bispos, em 22 e 23 de março de 2004.

Queremos também reafirmar o nosso respeito pelas decisões da Convenção Geral de Mineápolis, reconhecendo a autonomia de nossos irmãos e irmãs da ECUSA, que, através de processos canônicos regulares e democráticos, em seu contexto eclesial e cultural, confirmaram a eleição do Bispo Gene Robinson.

Finalmente, queremos reafirmar a nossa comunhão e companheirismo com a nossa igreja irmã ECUSA. Cremos que a família a qual pertencemos, a Comunhão Anglicana espalhada pelo globo, deve ser um instrumento do amor de Deus para com o mundo, e isto significa que, buscando o nosso fortalecimento na unidade e na comunhão, estaremos buscando servir a este propósito e não a qualquer outro. Assim, entendendo que tentando trabalhar em meio às nossas diferenças dentro de nossa Família, poderemos chegar a um melhor discernimento do objetivo para o qual fomos chamados a realizar na Missão de Deus. Reafirmamos o nosso de companheirismo na Missão com a ECUSA.

Tenha certeza de nossas orações por sua vida pessoal e pelo ministério pastoral que Deus lhe confiou, e também por todo o Clero e o Povo da ECUSA.

“E nós sabemos que Deus coopera em tudo para o bem daqueles que O amam, daqueles que são chamados segundo o seu desígnio” (Rm 8.28).

Com nossa saudação e bênção.

Graça e Paz.

Nota: Dois boletins sobre a Confirmação em Ohio saíram no Serviço de Notícias da Igreja Episcopal dos Estados Unidos (ENS) e podem ser encontradas no seguinte link: <http://www.episcopalchurch.org/ens/>

Revmo. Orlando Santos de Oliveira
Bispo Primaz da IEAB

ANEXO K

Decreto da Câmara dos Bispos da IEAB

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

Aos Irmãos e Irmãs da IEAB

Ao Povo de Deus da DAR

Graça e Paz!

A Câmara dos Bispos, reunida extraordinariamente na cidade de Porto Alegre, sob a Presidência do Bispo Primaz, diante da solicitação de clérigos e clérigas da Diocese Anglicana do Recife, e de seu Bispo Sufragâneo, em face dos últimos acontecimentos ocorridos naquela diocese, deliberou o seguinte:

- * Considerando a solicitação dos clérigos e clérigas a seguir relacionados: Revmo. Sérgio L. Andrade (Deão da Catedral Anglicana da SS. Trindade), Rev. Gustavo Gilson S. de Oliveira, ose (Reitor do Seminário Anglicano de Estudos Teológicos), Rev. Fábio Vasconcelos (Paróquia do Mediador e Capelão do Seminário Anglicano de Estudos Teológicos), Rev. Edmar Pimentel (Catedral da SS. Trindade), Rev. Cláudio Linhares, osf, (Paróquia da Reconciliação), Revda. Lílian Linhares, osf, (Paróquia da Reconciliação), Rev. Israel Pereira C. da Silva, osf, (Paróquia Boas Novas), Rev. Bruno Luís Teles de Almeida, osf, (Paróquia do Bom Pastor e Capela Cristo o Salvador), Rev. Severino Abel da Silva, ose (Paróquia Jesus de Nazaré), Rev. Cláudio Norberto Melo da Silva, osf (Paróquia da Reconciliação), Rev. Francisco Sales de Melo Silva, osf, Rev. João C. Peixoto Filho e Rev. Josafá Batista dos Santos, os quais se sentem em clima de tensão, intranquilidade e estremecimento das relações pastorais com seu bispo diocesano, Revmo. Dom Robinson Cavalcanti, a despeito de todo esforço na direção da unidade diocesana;
- * Considerando as manifestações recebidas das paróquias, missões e pontos missionários, as quais manifestaram por suas lideranças leigas o apoio a seus respectivos ministros ordenados na busca da unidade da Igreja e da comunhão com a IEAB;

- * Considerando as freqüentes manifestações do Bispo diocesano da DAR, Dom Robinson Cavalcanti, no sentido de intimidar clérigos e clérigas, leigos e leigas com pretensas medidas disciplinares em razão de divergências teológicas e pastorais;
- * Considerando a necessidade de reafirmar a unidade da IEAB e a preservação dos laços de afeição e de respeito à diferença;
- * Considerando o que estabelece o Capítulo 1, Cânon 3, dos Cânones Gerais da IEAB, em seu art. 1º e alíneas,

RESOLVEU:

1. Decretar a supervisão episcopal especial das comunidades e clérigos e clérigas da Diocese Anglicana do Recife que se sentem pastoralmente desassistidos por seu Bispo diocesano, face a divergências teológicas e pastorais.
2. Nomear o Revmo. Bispo Dom Mauricio Andrade, bispo diocesano de Brasília para desempenhar a função de supervisor episcopal especial para o clero e as comunidades em dissenso com a orientação pastoral e teológica do bispo diocesano da DAR, respondendo pela assistência espiritual e sacramental das respectivas comunidades e seus ministros e ministras.
3. A presente decisão, naturalmente supõe que o Bispo Sufragâneo, Dom Filadelfo Oliveira, de acordo com suas prerrogativas canônicas, continua seu ministério pastoral junto às comunidades da Diocese Anglicana do Recife.

Porto Alegre, 16 de setembro de 2004.

Revmo. Orlando Santos Oliveira
Bispo Primaz da IEAB

ANEXO L

A Verdade Canônica na DAR

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

Logo que foi decretada a Supervisão Episcopal na Diocese Anglicana do Recife (DAR), começaram a surgir acusações de que a determinação da Câmara dos Bispos, em reunião extraordinária, não tinha amparo canônico – uma das justificativas apresentadas pelo Bispo Diocesano da DAR para recusar tal supervisão. Diante disso, o Dr. Senomar Teixeira, que está acompanhando juridicamente a situação vivida na DAR, divulgou a seguinte nota de esclarecimento:

1. Por determinação do Bispo Primaz da IEAB, Dom Orlando Santos Oliveira, ouvida a Câmara dos Bispos e com o seu unânime apoio, foi designada, provisoriamente, supervisão episcopal alternativa para clérigos e clérigas, leigos e leigas e suas respectivas paróquias, que estavam vivendo há recentes semanas um clima de tensão e estremecimento das relações pastorais com o seu Bispo Diocesano.

2. Após ser cientificado da decisão, o Bispo Diocesano, Dom Robinson Cavalcanti, expressou não reconhecer a sua validade, “por falta de amparo canônico” e sob a alegação de que “a DAR é uma Diocese autônoma” segundo os cânones da própria IEAB, entre outras afirmações.

Pois bem,

3. A decisão do Bispo Primaz tem sim respaldo nos cânones da IEAB, segundo o que preceitua o Capítulo IV, Cânon 1, Art. 3º, §2º, dos Cânones Gerais, in verbis: No caso de transgressão disciplinar de um bispo, o Bispo Primaz deve agir pastoralmente, podendo ouvir a Câmara dos Bispos. O artigo citado na Decisão do Revmo. Bispo Primaz comporta tal aplicação, vez que estatui que “Compete ao Bispo Primaz, vínculo de unidade, exercer a liderança espiritual e pastoral da IEAB, bem como:... I) exercer as demais funções determinadas pela Constituição e pelos Cânones da IEAB”.

4. As graves denúncias sobre a atuação do Bispo da DAR, com provas e testemunhas de informação, em reunião para qual o mesmo foi convocado e não compareceu, instaram a providência cautelar deliberada, de natureza provisória, em proteção do apoio pastoral, pela unidade da comunhão da IEAB, até que se possa decidir através do devido processo canônico, a instalação de Tribunal Eclesiástico

ou não, a procedência ou improcedência dos fatos apresentados perante a Câmara dos Bispos e a aplicação ou não de sanções cabíveis.

5. No tocante aos fatos, além dos que já são de conhecimento público, existem questões de igual ou maior gravidade quanto ao Bispo Diocesano da DAR que, todavia, por expressa previsão nos Cânones, devem ser protegidos pelo sigilo que o processo canônico requer, sendo conferido ao denunciado amplo direito de defesa na instância adequada. Está existindo um aproveitamento do segredo processual para desviar a atenção para a questão da homossexualidade, que não é a tônica do estremecimento das relações pastorais que estão em jogo.

6. Por seu turno, a autonomia da DAR é de ordem administrativa, na gestão civil e eclesiástica, sempre dentro dos parâmetros da IEAB. A Diocese é estabelecida pelo Sínodo Geral da IEAB, estando submetida em ordem infra-canônica à Constituição da IEAB e aos seus Cânones Gerais.

7. Preceitua o artigo 20, da Constituição da IEAB: “A diocese se rege pelos seus próprios Cânones, respeitado o estatuído nesta Constituição e nos Cânones Gerais da IEAB”. A DAR, por conseguinte, tem autonomia relativa, tanto que não é pólo ativo da Comunhão Anglicana. A IEAB, sim, é quem tem comunhão com Cantuária, sendo a 19ª Província da Comunhão Anglicana. Quem estiver fora da comunhão com a IEAB estará fora da Comunhão Anglicana, seja Bispo, clérigo e clériga ou leigo. No Brasil, apenas quem pertence à IEAB integra a Comunhão Anglicana.

9. As ações do Bispo Diocesano da DAR violam flagrantemente os Cânones, a doutrina e a Disciplina da IEAB. Se antes haviam fatos a serem apurados, a sua insubordinação e insubmissão expressa pela postura de desacordo com os seus pares, quebrando a colegialidade do governo episcopal, não respeitando uma decisão de instância hierarquicamente superior, adequada e legítima, convola as acusações contra si existentes e adiciona conduta igualmente transgressora, de igual ou maior gravidade.

O Bispo da DAR está quebrando os compromissos disciplinares assumidos espontaneamente em sua ordenação e em sua sagração episcopal. Está quebrando o seu juramento de sagração. Senão vejamos.

10. O art. 26 da Constituição da IEAB estampa que: “Para ser ordenado diácono, presbítero, ou ser sagrado Bispo, os candidatos devem primeiramente cumprir os requisitos canônicos e assinar a seguinte declaração: ” Creio que as Santas

escrituras do Antigo e do Novo Testamento são a Palavra de Deus e contém todas as coisas necessárias à salvação; prometo solenemente conformar-me à doutrina, ao culto e à disciplina da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.” (GRIFO NOSSO)

O comportamento de insubordinação e insubmissão para com a IEAB é conduta típica, para o direito canônico, de quebra dos votos de ordenação e de sagração episcopal.

11. Portanto, uma diocese no Brasil só pode ser Diocese Anglicana se estiver filiada e em Comunhão com a IEAB, que é a 19ª Província da Comunhão Anglicana. Bispos, clérigos e clérigas, leigos e leigas somente integram a Comunhão Anglicana quando em estrita obediência com a Doutrina e a Disciplina da IEAB. Aqueles que apóiam ou corroboram com a insubordinação do Bispo Diocesano da DAR devem ter ciência do destino que o caminho tomado os leva, a renúncia da Comunhão. Não existe nenhuma possibilidade de ligação provincial com Cantuária no Brasil fora da IEAB.

12. O Capítulo IV, Cânon 1, Art. 1º, §1º dos Cânones Gerais, elenca as situações consideradas transgressões disciplinares dos ministros ordenados, dentre as quais: b) comportamento indigno, desonroso ou imoral; d) pregação ou ensino contrários à Doutrina da IEAB; f) o não cumprimento dos votos de ordenação; i) a violação deliberada e habitual da Constituição dos Cânones da IEAB e dos Cânones da Diocese à qual está canonicamente vinculado.

O artigo 2º do mesmo dispositivo estabelece que: São passíveis de julgamento por essas transgressões bispos, presbíteros e diáconos.

13. Na forma do Cânon 4, nos termos do artigo 1º, as penas vão desde a advertência verbal, passando por suspensão das funções canônicas e pela deposição do ministério ordenado, até a suspensão da comunhão.

14. O movimento de resistência à disciplina da IEAB é em verdade uma ação cismática disfarçada, levando os que a ela integram a serem desligados da Comunhão Anglicana como consequência inevitável. A conveniência dolosa dos líderes, entretanto, deve preservar os liderados que por desconhecimento da verdade canônica pensam estar agindo à sombra da ordem, mas estão à margem dos cânones.

Nestes termos, concluímos que:

(i) A decisão do Bispo Primaz é amparada nos Cânones da IEAB, sendo providência de natureza cautelar e provisória, de cunho pastoral, não invadindo a autonomia administrativa da DAR, tendo legitimidade porque praticada por quem de direito na forma do Capítulo IV, Cânon 1, Art. 3º, §2º dos Cânones Gerais, ouvida inclusive a Câmara dos Bispos;

(ii) A resistência em reconhecer e dar cumprimento à decisão da IEAB, através de seu Primaz, caracteriza-se como transgressão disciplinar dos cânones, na forma estatuída nas alíneas “f” e “i” , do Capítulo IV, Cânon 1, Art. 1º, §1º dos Cânones Gerais, sendo tanto clérigos e clérigas, como o Bispo Diocesano da DAR (artigo 2º, Cânon 1, do Capítulo IV dos Cânones Gerais) passíveis de sanção desde advertência verbal ou escrita, passando por suspensão das funções canônicas e deposição do ministério, até suspensão da Comunhão Anglicana;

(iii) A IEAB é a 19ª Província da Comunhão Anglicana e as suas decisões tem o reconhecimento e o respaldo de Cantuária e, em consequência, das demais províncias que integram a Comunhão Anglicana;

(iv) Está assegurado ao Bispo Diocesano da DAR o seu direito de defesa, nas instâncias adequadas da IEAB e na forma processual disposta nos Cânones Gerais da Igreja. Sendo o foro legítimo para que decline suas razões.

(v) A supervisão episcopal dos clérigos e clérigas, suas paróquias e da Catedral da Santíssima Trindade, pelo Bispo Diocesano da DAB, Dom Maurício Andrade, assim como, pelo Bispo Sufragâneo da DAR, Dom Filadelfo Oliveira, está em plena validade e é reconhecida em toda a IEAB, no Brasil, por Cantuária e, por conseguinte, em toda a Comunhão Anglicana. Qualquer ato atentatório a essa supervisão episcopal é violação dos Cânones, da sã doutrina da Igreja e da Disciplina da IEAB.

É o que me parece, salvo melhor juízo, rogando a Deus que conceda a este servo um coração entendido para formar juízo de discernimento entre o bem e o mal.

Fonte: Bel. Senomar Teixeira Júnior (Advogado, OAB-PE – DF – SP, especialista em Direito Processual Civil, seminarista do SAET)

ANEXO M

Decreto Episcopal Nº 001/2004

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

Após deliberações sobre a situação da Diocese Anglicana do Recife e sobre as recentes ações do seu Bispo Diocesano, o Conselho Executivo do Sínodo, com a assessoria da Comissão de Constituição e Cânones Provincial, aprovou as medidas tomadas através do seguinte Decreto do Primaz:

DECRETO EPISCOPAL Nº 001/2004

O Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Dom Orlando Santos de Oliveira, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição e os Cânones Gerais da Igreja

CONSIDERANDO

- * os graves problemas vivenciados pela Diocese Anglicana do Recife relativos a questões pastorais envolvendo o Bispo Diocesano, Dom Edward Robinson de Barros Cavalcanti e parcela do seu clero e membresia leiga;
- * a necessidade de atuação pastoral, de caráter preventivo e cautelar;
- * a recusa do Bispo Diocesano, Dom Edward Robinson de Barros Cavalcanti, em acatar o Decreto de Supervisão Episcopal Especial de 16 de setembro de 2004, consubstanciada em documento de sua autoria no qual declara publicamente a ineficácia da decisão provincial;
- * a concordância formal do Bispo Diocesano da Diocese Anglicana do Recife quanto à proposta de reunião de conciliação, aprazada para o dia 17 de dezembro de 2004, com vistas ao melhor delineamento dos cenários possíveis para o futuro, ao nível pastoral e institucional,
- * parecer da Comissão de Constituição e Cânones da Igreja reconhecendo o poder e a competência do Bispo Primaz para a expedição do presente Decreto Episcopal.

RESOLVE

1. Determinar a suspensão da realização do Concílio Diocesano da Diocese Anglicana do Recife, convocado para os dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2004, enquanto perdurarem os conflitos pastorais ensejadores da medida especial de Supervisão Episcopal.
2. Declarar como ato de insubordinação e indisciplina de natureza gravíssima a não observância da presente determinação;
3. Reputar nulos e sem nenhum efeito, perante a IEAB, quaisquer atos contrários ao presente decreto episcopal.

Notifique-se. Registre-se. Divulgue-se.

Porto Alegre, 26 de novembro de 2004.

Revmo. Orlando Santos de Oliveira
Bispo Primaz da IEAB

ANEXO N

Resolução 001/2005

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

O Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Dom Orlando Santos de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 6º, alínea a, da Constituição da IEAB.

RESOLVE:

Pela Suspensão do exercício do Ofício e Ministério, em caráter preventivo, de Dom Edward Robinson de Barros Cavalcanti, medida indispensável à garantir o andamento adequado e a imparcialidade do processo nº 001/2004 instaurado pela Câmara dos Bispos, visando, ainda, resguardar os interesses da Diocese Anglicana do Recife e da IEAB, de acordo com o capítulo IV, Cânon 5, art. 2º, dos Cânones Gerais.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2005.

Dom Orlando S. de Oliveira

Bispo Primaz da IEAB

Registre-se

Publique-se

E intime-se

ANEXO O

Resolução 002/2005

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

O Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Dom Orlando Santos de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 6º, alínea a, da Constituição da IEAB.

RESOLVE:

Tendo em vista a Resolução nº 001/2005, que suspendeu do exercício do ofício e ministério, em caráter preventivo, DOM EDWARD ROBINSON DE BARROS CAVALCANTI, com vistas a garantir a normalidade pastoral, NOMEIO, COMO AUTORIDADE ECLESIAÍSTICA DA DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE, enquanto durar os efeitos da supra-citada resolução, DOM FILADELFO OLIVEIRA NETO, com base no art. 21, parágrafo único, capítulo IX, da Constituição da IEAB.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2005.

Dom Orlando S. de Oliveira
Bispo Primaz da IEAB

Registre-se.

Publique-se.

Intime-se.

ANEXO P

Resolução Diocesana da DAR 001/2005

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

O Bispo da IEAB, Dom Filadelfo Oliveira Neto, Autoridade Eclesiástica da Diocese Anglicana de Recife, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 21, Parágrafo Único, Capítulo IX, da Constituição da IEAB, e nas resoluções 001/2005 e 002/2005 emitidas pelo Bispo Primaz da IEAB,

RESOLVE:

Declarar nulo de fato e de direito qualquer decisão, deliberação e atos normativos e administrativos emanados do Concílio Extraordinário convocado para ser realizado no dia 26 de fevereiro de 2005, na Cidade de Recife, pelo Bispo Robinson Cavalcanti, que se encontra suspenso do Ofício e do Ministério. A participação por parte de qualquer clérigo ou delegado leigo da DAR neste Concílio constitui ato de insubordinação gravíssima, passível das sanções canônicas cabíveis.

Recife, 25 de Fevereiro de 2005.

Dom Filadelfo Oliveira Neto – Bispo da IEAB

Autoridade Eclesiástica da Diocese Anglicana de Recife

Resgiste-se

Publique-se

E intime-se

ANEXO Q

Robinson Cavalcanti é Deposto da IEAB

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

PROCESSO CANÔNICO Nº 001/2005 DO BISPO EDWARD ROBINSON DE BARROS CAVALCANTI

O BISPO PRIMAZ DA IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, na presença da Câmara dos Bispos reunida extraordinariamente na cidade de Porto Alegre, no dia 10 de junho do ano de dois mil e cinco, Anno Domini, na forma dos Cânones Gerais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, vem dizer o seguinte:

DOS FATOS

Tendo em vista a denúncia apresentada, dentro das normas canônicas, pelo Procurador Eclesiástico, e por decisão do Tribunal Superior Eclesiástico a ele encaminhada tribunal, após verificação da procedência da denuncia e do parecer do Tribunal Superior Eclesiástico contra o Bispo Edward Robinson de Barros Cavalcanti, considerando os seguintes fatos:

1. O acusado transgrediu os Cânones Gerais da Igreja, conforme o estipulado no Capítulo IV, Cânon 1, Artigo 1º, parágrafos 1º, letras “f” e “i”. Na letra “f” o cânon fala do “não cumprimento dos votos de ordenação”. A letra “i” fala sobre a “violação deliberada da Constituição, dos Cânones Gerais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e dos cânones da Diocese Anglicana do Recife, a qual está canonicamente vinculado”.
2. O acusado, de forma deliberada, fez declarações unilaterais de suspensão do relacionamento da Diocese Anglicana do Recife com a Província do Brasil, proclamando a Diocese Anglicana de Recife como uma Diocese autônoma da Comunhão Anglicana, sem mais vínculos com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil conforme carta de sua autoria, datada de 25 de janeiro de 2005.
3. O bispo acusado também fez alteração do selo original da Diocese Anglicana do Recife, de onde retirou a referência à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

4. Ainda transgredindo os Cânones da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, neste mesmo parágrafo e alíneas, o acusado tomou atitudes de indisciplina grave por não só não acatar convocações provinciais, como publicamente usar linguagem ofensiva contra o Bispo Primaz e a Câmara dos Bispos, conforme pode se verificar em seus sucessivos e vários pronunciamentos.
5. O acusado, além disso, participou em Confirmações na diocese de Ohio, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos da América (ECUSA), nos Estados Unidos, sem o conhecimento do bispo diocesano local, bem como do Bispo Primaz e da Câmara dos Bispos da igreja brasileira, em março de 2004, o que implica em quebra ostensiva da colegialidade dos bispos em nossa Província.
6. O acusado, apesar da inibição do exercício de sua jurisdição, realizou um Concílio Diocesano, apesar da proibição do Bispo Primaz, em dezembro de 2004.
7. Além disso, o acusado moveu uma ação junto a Tribunais da Justiça Civil contra a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil para preservar seus direitos como titular da Diocese Anglicana do Recife, sem que a Província do Brasil tivesse tomado qualquer iniciativa para retirar-lhe tais direitos. Tal ação foi julgada improcedente em 1ª e 2ª instâncias nos Tribunais da Justiça Civil, conforme sentença lavrada em 1ª e 2ª instâncias, em 15 de abril de 2005.
8. Atendendo ao que reza o parágrafo 2º, do Artigo 3º, do Cânon 1, Capítulo IV dos Cânones Gerais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que diz que “no caso de transgressão disciplinar de um Bispo, o Bispo Primaz deve agir pastoralmente, podendo ouvir a Câmara dos Bispos”, o Bispo Primaz procurou diálogo não só por via epistolar, como por via pessoal, conforme Ata da Câmara dos Bispos, e os seguintes registros: De 26 a 28 de agosto de 2004, o Bispo visitou o Seminário Teológico Provincial de Recife (SAET) e aproveitando a sua viagem agendou, previamente, e realizou uma entrevista pastoral com Dom Robinson, no seu Escritório Diocesano. Em novembro de 2004, Dom Robinson foi convocado para o retiro dos bispos, em Santa Maria, RS, de 20 a 23, e para as reuniões do Conselho Executivo do Sínodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (26 a 27), mas não compareceu, estas datas já estavam previamente marcadas desde de março de 2004. Ele declinou de sua presença em carta enviada ao Primaz datada de 10 de novembro de 2004. Em 17 de novembro de 2004, o bispo Primaz convoca uma reunião para 17 de dezembro de 2004, na cidade de Recife, com Dom Robinson e

seus assessores diretos, para diálogo com o Primaz, com o Bispo Sufragâneo e o Bispo Supervisor Interino. Não compareceram, nem o acusado, nem seus assessores. Em 19 de novembro Dom Robinson, respondeu a carta convocatória, aceitando a reunião sob condições que foram acolhidas pelo Primaz. Em 9 de dezembro de 2004, o bispo Primaz envia nova correspondência para confirmar a reunião marcada para 17 de dezembro, apesar dos fatos ocorridos da suspensão do Concílio Diocesano e a desobediência a esta suspensão, bem como das decisões tomadas no concílio realizado e proibido, de carta de Dom Robinson ao Arcebispo de Cantuária e aos Primazes solicitando o desligamento da diocese Anglicana do Recife da Província brasileira. Tal reunião não aconteceu devido ao não comparecimento de Dom Robinson e seus representantes. Em 17 de janeiro de 2005, o Primaz enviou carta a Dom Robinson e a todos o clero da Diocese Anglicana do Recife para um encontro de diálogo em Recife, no dia 2 de fevereiro de 2005, visando possível reconciliação. Os clérigos que se mantiveram com o Bispo Diocesano, bem como Dom Robinson, não compareceram e enviaram carta ao Primaz com alegações sobre o não comparecimento.

9. Em 26 de maio de 2005, o Arcebispo Rev. Miguel Uchoa Cavalcanti, representando conforme sua expressão “toda a Diocese Anglicana do Recife”, conseqüentemente o seu Bispo Diocesano, Dom Robinson, profere palestra na reunião de uma entidade da Inglaterra chamada “Anglican Mainstream”, onde profere acusações e ofensas a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, ao Bispo Primaz, afirmando não aceitar “a supervisão do Bispo Primaz tendo em vista que o mesmo age ilegalmente e aprova prática não bíblicas e contra o ensino da Comunhão Anglicana”.

DO EXPOSTO

Tendo em vista os fatos articulados acima, e que o Tribunal Superior Eclesiástico, por unanimidade de seus membros, reconhece a culpabilidade do Bispo Dom Edward Robinson de Barros Cavalcanti, o Bispo Primaz decreta, na forma do Capítulo IV, Cânon 4, Artigo 1º, alínea D, dos Cânones Gerais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a sua deposição do exercício do ministério ordenado desta Igreja. Em decorrência do que cessam todos os seus vínculos canônicos,

sacramentais, pastorais e litúrgicos, bem assim com seus direitos, prerrogativas e deveres do ministério ordenado da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Dado e passado sob nosso selo e assinatura, na cidade de Porto Alegre, no dia 10 de junho de 2005, Anno Domini.

D. Orlando Santos de Oliveira

Bispo Primaz

ANEXO R

Clérigos são Excluídos da DAR por Abandono de Comunhão com a IEAB

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

DECRETO DIOCESANO Nº 01 de 2005

A Autoridade Eclesiástica da Diocese Anglicana de Recife, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, nomeado pelo bispo Primaz da IEAB e referendado pela Câmara dos Bispos, no uso de suas atribuições canônicas, oriundas do art. 3º e seu parágrafo único, do Cânon 5, do Capítulo IV, dos Cânones Gerais da IEAB, e tendo em vista as razões relatadas na Exposição de Motivos dirigida aos bispos da Igreja (vide texto após a listagem)

DECRETA:

Art. 1º – Ficam excluídos da Comunhão da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e, conseqüentemente, das Sagradas Ordens, os clérigos a seguir mencionados:

Rev. Antônio Costa de Oliveira

Rev. Cézar Romero Leal Vieira

Rev. Daniel Barbosa da Silva

Rev. Décio da Silva

Rev. Elias Leôncio de Brito Filho

Rev. Estevão Menezes Chiappetta

Rev. Evilásio Tenório da Silva Junior

Rev. Fernando Acosta Rodriguez

Rev. Fred de Melo Souto Lima

Rev. Geison Sávio de H. Vasconcellos

Rev. Henrique César de Almeida Lacerda

Rev. Ian Meldrum

Rev. Josias Pereira de Souza Júnior

Revda. Juciara Maria R. do Nascimento

Revmo. Deão Luiz Souza de França

Rev. Manoel Nunes da Silva Neto

Rev. Manoel S. Moraes de Almeida
Revda. Maria Gorete Correia M. Silva
Rev. Márcio Medeiros Meira
Rev. Marconi Alves de Oliveira
Rev. Marcus Throup
Rev. Maurício Roberto Fernandes Coelho
Rev. Miguel Ângelo de A. Uchôa Cavalcanti
Revda. Nadjá Maria Lins da Silva
Rev. Quintino José Orengo da Silva
Rev. Raniere Almeida de Oliveira
Revda. Siméa de Souza Meldrum
Revda. Solange Cristina Pereira
Rev. Tibério Marques da Silva
Revda. Veralúcia Lins Silva
Revda. Vera Lúcia Melo do Nascimento
Rev. Washington Santos Franco

Art. 2º – Revogam-se todas as disposições em contrário.

Recife, 23 de agosto de 2005.

Dom Filadelfo Oliveira Neto
Autoridade Eclesiástica da DAR

Carta de Exposição de Motivos aos Bispos da IEAB

À Sua Graça Revma. Dom Orlando Santos de Oliveira e, demais bispos da Câmara de Bispos da IEAB
Recife, 23 de agosto de 2005.

Saudações em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo!

Venho por meio desta, na qualidade de Autoridade Eclesiástica Diocesana, da Diocese Anglicana do Recife, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, devidamente nomeado pelo Bispo Primaz e referendado pela Câmara dos Bispos, expor e ao final comunicar, na forma do que preceitua o parágrafo único, do artigo 3º, cânon 5, do Capítulo IV, dos Cânones Gerais da IEAB, que decreta a exclusão dos clérigos da Diocese Anglicana do Recife, por abandono de Comunhão, arrolados em anexo.

(Doc. 1).

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Já ha algum tempo, os clérigos da Diocese Anglicana do Recife, conforme nomeados no anexo I, vêm afirmando, reiteradas manifestações de desacato, desobediência e, como eles mesmos afirmam suspensão de relacionamento com o estamento de poder que dirige a IEAB.

Em 4 de julho do ano em curso, este expositor de motivos, no uso da sua autoridade eclesiástica, convocou por carta (anexo II), os clérigos citados no anexo 1, para prestarem esclarecimentos quanto ao vínculo deles com a IEAB, em razão de tais manifestações.

Os clérigos não atenderam à convocação e declararam, via carta (anexo III), resposta que: continuamos a honrar os nossos votos de ordenação, mantendo plena comunhão com o bispo diocesano Revmo. Dom Edward Robinson Cavalcanti,...

A declaração de plena Comunhão com o bispo destituído de suas ordens e, por via de consequência, do cargo de Bispo Diocesano, constitui, clara e insofismavelmente, uma declaração firmada de abandono da doutrina, culto e disciplina da IEAB, estabelecido no artigo 1º, do Cânon 5, do Capítulo IV, dos Cânones Gerais da IEAB.

A vista do exposto, esgotadas as tentativas de diálogo e de demover ditos clérigos de suas manifestações intransigentes e rebeldes, o expositor decidiu adotar as seguintes providências canônicas de sua competência, conforme DECRETO DIOCESANO em anexo.

Em Cristo, o Príncipe da Paz,
Dom Filadelfo Oliveira Neto
Autoridade Eclesiástica da DAR

ANEXO S

Declaração do Primaz da IEAB ao Primaz da Província do Cone Sul

(Fonte: Processo Canônico de Robinson Cavalcanti, Arquivo Provincial da IEAB)

Revmo. Bispo Gregory Venables

DD. Primaz da Província Anglicana do Cone Sul

Buenos Aires, Argentina

Porto Alegre, 12 de outubro de 2005.

Caro irmão Bispo: Saudações em Cristo Jesus!

Lamento profundamente vossa carta, reconhecendo e acolhendo para supervisão o bispo deposto e um grupo de clérigos depostos que pertenceram à Diocese Anglicana do Recife. Lamento essa atitude tomada, mesmo após termos tido várias oportunidades, pessoalmente e por telefone, de explicar-lhe a verdade sobre este assunto. Numa dessas ocasiões, passei-lhe às mãos vários documentos esclarecedores sobre a verdade dos fatos. Coisa que fiz, também, pessoalmente, ao Arcebispo de Cantuária e ao Secretário-Geral, bem assim como documentos foram enviados ao Painel de Referência.

Pareceu-me ter ficado bem claro que os fatos referentes à Província Anglicana do Brasil, foram acontecimentos que precederam Mineápolis, que somente desencadeou e fez recrudescer o que já vinha correndo. E, portanto, matéria que não se referia ao Painel de Referência ou a qualquer outra instância. Volto a frisar que as questões referentes ao Brasil são disciplinares, devidamente amparadas pelos Cânones Gerais da Igreja, e não, como tem sido propagado pela Comunhão Anglicana, é uma guerra santa entre evangélicos e liberais; esse tratamento é ofensivo à nossa inteligência e à verdade dos fatos. A acusação de perseguição a evangélicos e ortodoxos(?) é uma versão que foi ardilosamente construída e alimentada pelo bispo deposto, com apoio de algumas instâncias dentro e paralelas à Comunhão Anglicana.

Não nos alegramos com a realidade atual na Comunhão Anglicana. Muito menos com as ações de províncias, grupos, redes e pessoas, que estão nessa crise e divisão, cruzando fronteiras provinciais, diocesanas e paroquiais, numa total e agressiva atitude de desrespeito à nossa autonomia como Província. Infelizmente, como bem disse Sua Graça Dr. Rowan Williams:

Um ponto central para algumas pessoas que professam a fé cristã é a afirmação de que Deus criou um mundo no qual Ele não se intromete para resolver problemas. Deus criou o mundo de tal maneira que as opções de maldade e ódio não podem ser simplesmente frustrados ou abortados (pois assim Ele teria de intervir a cada instante na história), mas, sim, eles têm de ser confrontados, sofridos, curados, e isso em meio a um processo complexo que é a história humana, sempre em colaboração com o que fazemos, dizemos ou rezamos – (*Writing in the Dust*, p. 12).

Não estamos desrespeitando os Primazes, o Arcebispo de Cantuária ou o Painel de Referência, como V. Revma afirma, indevidamente, pois, para exercermos a disciplina legítima e contida em nossos cânones, não necessitamos de instâncias externas. O que parte da Comunhão Anglicana não entende, ou intencionalmente não quer entender, é que os fatos no Brasil são matéria de tratamento disciplinar canônico, de alguém que desrespeitou as leis eclesásticas, na qual as pessoas legalmente constituídas zelam pelas mesmas e pela comunhão e unidade da Província brasileira. O bispo deposto, Robinson Cavalcanti, foi afastado do ministério ordenado da Igreja, não por um ato sumário do Primaz, mas após um longo processo canônico e trabalho de uma Comissão de Investigação dos fatos; foi condenado pelo Tribunal Superior Eclesiástico, constituído por três (3) bispos canonicamente eleitos pelo Sínodo provincial e referendado unanimemente pela Câmara dos Bispos. Em nenhum momento do processo, o acusado, usando do direito de defesa, contestou o conteúdo das denúncias a ele imputadas, mas, sim, ateu-se a discorrer, segundo ele, sobre problemas formais do processo.

Nós seguimos a tradição anglicana, que intencionalmente parece não interessar a muitos hoje, reconhecendo o direito de cada província agir conforme os seus Cânones para exercer a disciplina, sem que tal decisão afete a vida e as decisões das outras Províncias. A Vossa ação, sim, foi a de interferência na jurisdição da Província brasileira, sem qualquer contato prévio com o seu Primaz, conforme

promessa feita pessoalmente a mim inúmeras vezes. Lamentamos e refutamos esta ação de vossa parte.

Em nome e por solicitação da Câmara dos Bispos e dos Clérigos e Leigos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, oficialmente protestamos e repudiamos essa ação de ingerência em nossa jurisdição. Em todo esse tempo de crise, temos respeitado as posições e decisões da Província do Cone Sul e das demais Províncias da Comunhão Anglicana. Como bem disse Vossa Reverendíssima, ações têm semeado confusão e dor, como foi a vossa ingerência no Brasil.

Que o Senhor Deus Todo-poderoso tenha misericórdia e ilumine a Igreja e a todo o Povo de Deus.

Em Cristo Senhor,

Dom Orlando Santos de Oliveira

Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

ANEXO T

Ordenação de Mulheres na Comunhão Anglicana

Por Província, indicando a Ordem, o ano da aprovação e da primeira ordenação
(Fonte: en.wikipedia.org/wiki/Ordination_of_women_in_the_Anglican_Communion)

Província	Ordenação de Diáconas	Ordenação de Presbíteras	Ordenação de Bispas
África Austral	Aprovada (1982) e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (1992). Primeira presbítera ordenada (1996).	Aprovada e com ordenações ao episcopado (2012).
África Ocidental	Aprovada (1987). Primeira diácona ordenada (1987).	Aprovada (2000) e com ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.
África Central	Não aprovada.	Não aprovada.	Não aprovada.
Alexandria	Informações desconhecidas.	Informações desconhecidas.	Informações desconhecidas.
América Central	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
América do Sul	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2015). Primeira presbítera ordenada (2015).	Não aprovada.
Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia	Aprovada (1976). Primeira diácona ordenada (1976).	Aprovada (1976). Primeira presbítera ordenada (1977).	Aprovada (1976). Primeira bispa ordenada (1977).
Austrália	Aprovada (1985). Primeira diácona ordenada (1986).	Aprovada (1992). Primeira presbítera ordenada (1992).	Aprovada (2007). Primeira bispa ordenada (2008).
Bangladesh	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Bermuda (extra-provincial)	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2009) e com ordenações ao presbiterato.	Informações desconhecidas.
Brasil	Aprovada (1983). Primeira diácona ordenada (1984).	Aprovada (1983). Primeira presbítera ordenada (1985).	Aprovada (1983). Primeira bispa ordenada (2018).
Burundi	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.

Província	Ordenação de Diáconas	Ordenação de Presbíteras	Ordenação de Bispas
Canadá	Aprovada (1969). Primeira diácona ordenada (1969).	Aprovada (1975). Primeira presbítera ordenada (1976).	Aprovada (1986). Primeira bispa ordenada (1994).
Chile	Não aprovada.	Não aprovada.	Não aprovada.
Congo	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Informações desconhecidas.	Não aprovada.
Coreia	Aprovada (2005) e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2008) e com ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.
Escócia	Aprovada (1986). Primeira diácona ordenada (1986).	Aprovada (1994). Primeira presbítera ordenada (1994).	Aprovada (2003). Primeira bispa ordenada (2018).
Espanha (extra-provincial)	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Informações desconhecidas.
Estados Unidos	Aprovada (1970). Primeira diácona ordenada (1970).	Aprovada (1976). Primeira presbítera ordenada (1974).	Aprovada (1976). Primeira bispa ordenada (1989).
Filipinas	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Gales	Aprovada (1980). Primeira diácona ordenada (1980).	Aprovada (1996). Primeira presbítera ordenada (1997).	Aprovada (2013). Primeira bispa ordenada (2017).
Hong Kong	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (1971). Primeira presbítera ordenada (1944).	Não aprovada.
Ilhas Falkland (extra-provincial)	Informações desconhecidas.	Informações desconhecidas.	Informações desconhecidas.
Índias Ocidentais	Aprovada (1992). Primeira diácona ordenada (1994).	Aprovada (1995). Primeira presbítera ordenada (1996).	Não aprovada.
Inglaterra	Aprovada (1985). Primeira diácona ordenada (1987).	Aprovada (1992). Primeira presbítera ordenada (1994).	Aprovada (2014). Primeira bispa ordenada (2015).
Irlanda	Aprovada (1984). Primeira diácona ordenada (1987).	Aprovada (1990). Primeira presbítera ordenada (1990).	Aprovada (1990). Primeira bispa ordenada (2013).

Província	Ordenação de Diáconas	Ordenação de Presbíteras	Ordenação de Bispas
Japão	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (1998). Primeira presbítera ordenada (1998).	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Jerusalém e Oriente Médio	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2011). Primeira presbítera ordenada (2011).	Não aprovada.
Moçambique e Angola	Aprovada (2015). Primeira diácona ordenada (2020)	Aprovada (2015). Primeira presbítera ordenada (2020)	Não aprovada
Melanésia	Não aprovada.	Não aprovada.	Não aprovada.
México	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Myanmar (Birmânia)	Aprovada, mas sem ordenações ao diaconato.	Aprovada, mas sem ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.
Nigéria	Aprovada, mas sem ordenações ao diaconato.	Não aprovada.	Não aprovada.
Norte da Índia	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato (1984).	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Oceano Índico	Aprovada (2002). Primeira diácona ordenada (2002).	Aprovada (2006). Primeira presbítera ordenada (2006).	Não aprovada.
Paquistão	Aprovada e com ordenações ao diaconato (2000).	Não aprovada.	Não aprovada.
Papua Nova Guiné	Não aprovada.	Não aprovada.	Não aprovada.
Portugal (extra-provincial)	Aprovada e com ordenações ao diaconato (1997).	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Informações desconhecidas.
Quênia	Aprovada e com ordenações ao diaconato (1983).	Aprovada (1990). Primeira presbítera ordenada (1992).	Não aprovada.
Ruanda	Aprovada e com ordenações ao diaconato (1996).	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.

Província	Ordenação de Diáconas	Ordenação de Presbíteras	Ordenação de Bispas
Sri Lanka (extra-provincial)	Aprovada e com ordenações ao diaconato (2003).	Aprovada e com ordenações ao presbiterato (2006).	Informações desconhecidas.
Sudão	Aprovada (2000) e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2000) e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada (2000). Primeira bispa ordenada (2016).
Sudão do Sul	Aprovada (2000) e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2000) e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada (2000). Primeira bispa ordenada (2016).
Sudeste asiático	Não aprovada.	Não aprovada.	Não aprovada.
Sul da Índia	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada e com ordenação ao episcopado (2013).
Tanzânia	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Uganda	Aprovada e com ordenações ao diaconato (2013).	Aprovada e com ordenação ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.

ANEXO U

Primeira Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana

(Fonte: https://www.ieab.org.br/wp-content/uploads/sites/410/2019/08/c_past_97.pdf)

Carta Pastoral dos Bispos da IEAB, 1997

Sexualidade Humana

A sexualidade é um dom de Deus. As relações sexuais exercidas no contexto do amor e do respeito mútuos são consideradas como as coisas boas que Deus criou. Como bispos, recomendamos o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade.

1. Afirmamos que a sexualidade é um dom de Deus e que as relações sexuais, exercidas no contexto do amor e do respeito mútuo, não só devem ser aceitas, mas também consideradas como as coisas boas que Deus criou. Por outro lado, a promiscuidade sexual entre pessoas do mesmo gênero ou gêneros diferentes deve ser combatida, por ser contrária ao ensino das Escrituras.

Entretanto, a Igreja deve receber com amor pessoas de qualquer raça, cultura, classe social ou orientação sexual. Afinal, como cristãos, somos portadores da promessa do Espírito Santo, que nos conduz à Palavra feita carne, que acolhe os abandonados, os incompreendidos, os marginalizados, que demonstra amor e compaixão à mulher apanhada em adultério, que conversa com a mulher samaritana e afirma a santidade do homem e da mulher em santo matrimônio.

1. A sexualidade é parte integrante do ser humano. Essa realidade abençoada se expressa em atos de conduta, que se convertem em atos de afeição, relação mútua e conhecimento recíproco entre homem e mulher. Isso envolve sempre uma comunidade. Por isso, o povo bíblico estabeleceu um determinado padrão de conduta, porque as relações sexuais não realizam toda sua potencialidade, se não levar em consideração o amor e a justiça em relação às outras pessoas. Portanto, os atos de violência sexual são iníquos.

2. A Conferência de Lambeth de 1988, no que concerne a família e matrimônio, não conseguiu eliminar a confusão, provocando ensino sobre sexualidade humana. Algumas províncias vêm afirmando que o homossexualismo é pecaminoso,

enquanto outras adotam uma atitude pastoral contextualizada. A questão sexual, que abrange todos os aspectos da vida social e individual, ainda não está de todo resolvida. Os estudos dos fatores que contribuem para as diferentes compreensões em relação ao homossexualismo continuam; e, como bispos, recomendamos o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade. Não podemos assumir posições finais sobre a ordenação de homossexuais ou a benção de uniões de pessoas do mesmo sexo, porque na própria Comunhão o assunto ainda está em processo de amadurecimento. A Bíblia, em alguns textos, condena explicitamente o relacionamento homossexual, embora, em sua maioria, seus textos condenam a promiscuidade, a orgia ou o deboche. Entretanto, devemos entender que a Bíblia não é um ditado de Deus, mas sim a Revelação de Deus carregada pela interpretação de seus autores, que trazem nela as influências de sua cultura e época (viviam eles numa sociedade patriarcal e machista).

3. É necessário que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil inclua em seus programas educacionais e pastorais estudos e orientações sobre a sexualidade humana, levando em conta o ensino das Escrituras, o conhecimento das ciências humanas, a experiência da tradição anglicana e uma compreensão contextualizada da controvertida questão, para que os seus eclesianos, livres de idéias pré-concebidas e na visão de uma sexualidade cristã sadia, possam assumir o dom da sexualidade no contexto da comunidade da fé e respeitar os outros.

Dom Glauco Soares de Lima (Bispo Primaz)

Dom Sumio Takatsu

Dom Cláudio V. de Senna Gastal

Dom Clovis Erly Rodrigues

Dom Sydney Alcoba Ruiz

Dom Luiz Osório Pires Prado

Dom Almir dos Santos

Dom Jubal Pereira Neves

ANEXO V

Segunda Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana

(Fonte: www.ieab.org.br/wp-content/uploads/sites/410/2019/08/c_past_sex_07.pdf)

Segunda Carta Pastoral dos Bispos sobre Sexualidade Humana - 2007

*“Se seus sonhos estiverem nas nuvens, não se preocupe,
eles estão nos lugares certos; agora, construa os alicerces”. (Shakespeare)*

*“A relação sexual não se realiza na sua potencialidade,
se não levar em consideração o amor e a justiça em
relação à outra pessoa”. (I Carta Pastoral dos Bispos, 1997)*

Celebramos os 10 anos da I Carta Pastoral dos Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil sobre a Sexualidade Humana. O que nela foi dito ainda é atual para a Igreja hoje. No entanto, diante dos acontecimentos posteriores àquela época, que implicaram na deserção de um bispo e de vários clérigos no Nordeste e noutras partes da Comunhão Anglicana no mundo, resolvemos voltar ao assunto, divulgando de novo aquela carta e chamando a atenção para sua leitura e aprofundamento.

Faz parte da tradição em nossa Comunhão o respeito às diferenças de opinião em relação a questões que não são essenciais ao princípio da Revelação divina. Este princípio diz que “Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo mesmo.” Tudo que a Bíblia diz que não se refira à essência desta Revelação é secundário, ou seja, faz parte da cultura e dos costumes daqueles que foram instrumentos de Deus para a redação dos textos escriturísticos. Para nós, a Bíblia é a Palavra de Deus no sentido de mensagem de Deus e não ditado de Deus. Por isso, ao longo dos séculos, a Igreja vai discernindo o que é essencial e o que é secundário, o que é revelação divina e o que é mediação humana, sempre ligada a cada época e cultura. Esse discernimento não se faz simplesmente por opiniões de indivíduos ou de grupos. Para isso, todo o povo da Igreja é chamado a colaborar com seu “senso de realidade” e seu “bom senso”, formado pela fé e pela própria experiência de vida. A Tradição é isso, é a Bíblia sendo lida, ao longo dos séculos, na vida do povo de Deus, sob a guia do Espírito Santo. A luz da Razão também nos é de grande auxílio. É necessário examinar as Escrituras com a ajuda da reflexão

teológica e das ciências para discernir, em cada tempo, o que Deus nos quer dizer, para que possamos experimentar na vida a obra divina da reconciliação.

Vemos que em nosso seio têm surgido elementos cismáticos e desagregadores que não se conformam com o fato de que há na Comunhão Anglicana correntes que divergem de seu modo de pensar. Percebemos que há quem tenha convicções autênticas; a esses, o nosso respeito, com a afirmação de que são nossos irmãos e irmãs. Há quem se dedique a fomentar a divisão por razões não teológicas, tais como orgulho e anseio pelo poder ou fatores de outra natureza. Ora, isso gera perversas distorções, tanto em relação à natureza da comunhão da Igreja (Eclesiologia), quanto em relação à maneira de interpretar a Bíblia (Hermenêutica). Tanto uns como outros, chamamos ao bom senso e à união. Não é da nossa Tradição a submissão a uma Cúria ou qualquer outro órgão autoritário de doutrina ou prática. Cremos na liberdade de pensamento, pois “a verdade nos libertará”. Cremos na virtude da tolerância, tão característica do Anglicanismo, que é capaz de sustentar a comunhão em redor da mesa do Senhor e o companheirismo na missão de Deus. Isso é um processo que se desenvolve e amadurece lentamente, com diálogo e paciente escuta uns dos outros, e resulta naquilo que a Igreja chama de *sensus fidelium*, isto é, o sentir comum do povo crente.

Reafirmamos que cremos na inclusão. O estabelecimento de fronteiras ou divisões entre as pessoas, os grupos e os povos é fruto da exclusão que nos cega dentro de nossos limites e do dogmatismo fanático e inibidor da liberdade humana. Sob o amor ilimitado de Deus devemos construir os alicerces para a concretização de nossos sonhos. O Espírito Santo age por meio deles na construção de uma nova humanidade. Esta nova humanidade se realiza na aspiração de Nosso Senhor Jesus Cristo de que “todos sejam um”.

Nas linhas de nossa I Carta Pastoral foram expressadas as conclusões de nossos I e II Congressos sobre Sexualidade Humana. Reconhecemos que há ainda entre nosso povo muitas dúvidas sobre questões de sexualidade humana. Por isso, recomendamos ao clero que se aprofunde em seu conhecimento sobre o assunto para que tenham instrumentos pastorais adequados no atendimento de suas congregações.

PORTO ALEGRE, dezembro de 2007

Dom Maurício José Araújo de Andrade, Primaz

Dom Edmundo Knox Sherrill

Dom Clovis Erly Rodrigues

Dom Luiz Osório Prado

Dom Almir dos Santos

Dom Glauco Soares de Lima

Dom Jubal Pereira Neves

Dom Orlando Santos de Oliveira

Dom Celso Franco de Oliveira

Dom Naudal Alves Gomes

Dom Sebastião Armando Gameleira Soares

Dom Filadelfo Oliveira Neto

Dom Hiroshi Ito

Dom Saulo Maurício de Barros

Dom Renato da Cruz Raatz

Dom Roger Douglas Bird

ANEXO W

Texto da Reflexão Teológica feita durante o Encontro Nacional LGBT, que aconteceu de 25 a 27 de maio de 2018, na Diocese Anglicana de Brasília

Nós, membros leigos e clericais LGBT da IEAB, reunidos(as) em estudo, oração e discernimento, afirmamos que:

- Por virtude do nosso batismo, fomos feitos filhos e filhas de Deus, nomeados “de Cristo para sempre” infundidos(as) com o Espírito Santo (LOC pág. 558).
- Esse mesmo Espírito sopra como, onde e quando quer (Jo 3.8) e nos tem dado o discernimento em viver nossa fé com a liberdade e a coragem de sermos quem somos.
- Deus nos criou em amor e conhece o íntimo do nosso ser: nossos desejos, frustrações, anseios e esperanças. Cabe a Deus, ultimamente – e não às pessoas – julgar a nossa vivência e experiência.
- Temos buscado dar testemunho de Cristo em plenitude de amor e em ações concretas e reais como seus(suas) seguidores(as), dentro e fora das estruturas eclesiais, tentando viver no poder do Espírito e trabalhar na Igreja de Cristo à qual nos sentimos chamados(as).
- Apesar da invisibilização, afastamento, demonização e toda sorte de violência que a sociedade – muitas vezes com a omissão da Igreja – nos impõe, temos dado, há muito tempo, testemunho em amar e caminhar “mais uma milha” (Mt 5.41) com quem se sente desconfortável com nossa presença.
- Esperamos uma Igreja que não somente nos acolha, mas, sobretudo, nos inclua plenamente em seu meio, dando testemunho profético da nossa presença, combatendo toda forma de preconceito (sobretudo lesbofobia, homofobia e transfobia) e também na perspectiva de ensino e formação sobre a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais.
- Em nossas vidas e relacionamentos afetivos, se manifestam os frutos (Gl 5.22-23) e dons (Is 11.1-2) do Espírito Santo. A IEAB é desafiada, neste momento, a reconhecer a sacralidade de nossas vidas e uniões, de modo a responder à ação da *Ruah* divina, manifesta em nossas vidas e nas de todo o povo fiel.

- Temos esperança de que nossa caminhada no deserto chegará a um fim, com a certeza de que o Espírito Santo, que nos insta a ver coisas novas (Is 43.18-19) guiará a Igreja ao entendimento de nossos sofrimentos e lutas e, finalmente, nos garantirá plena inclusão nas estruturas eclesiais e pleno acesso aos sacramentos, dando por fim testemunho efetivo de que somos cidadãos(ãs) do Reino de Deus.

Brasília, DF, 26 de maio de 2018

Adiel Santos (DAR)
Alex Barata da Silva (DAA)
Alfredo Barbetta (DAR)
Aline Fernandes da Silva (DAP)
Alison Solyom (DAC)
Ana Claudia Figueroa (DM)
André do Nascimento Guterres Garcia (DM)
Andriane Soares dos Santos (DAP)
Arthur Cavalcante+ (DASP)
Carlos Ernesto Retamales (DM)
Carlos José Araújo+ (DAR)
Carolino Augusto Silva+ (DASP)
Cláudio Gomes da Silva (DAR)
Cledson da Silveira Garcia (DM)
Cristiano Bernardo (DASP)
Daniel Aflalo (DAB)
Darlan Silva Fernandes (DSO)
Edson Alves Pimentel+ (DAR)
Egon Kunrath (DM)
Eliel Rodrigues Lucena (DAR)
Francisco Cézar Alves+ (DASP)
Fernanda Lipert Magnus (DM)
Fernando Lucas Figueiredo (DARJ)
Filipe Gomes Nogueira (DARJ)
Gabriel Vitor dos Santos (DARJ)

Glauber Jânio Santos+ (DAR)
Ivan Cândido Vieira+ (DASP)
Jeferson Dimbarre (DASP)
Jerrey Andrei Silva dos Santos+ (DM)
Joelson Félix da Silva (DAR)
Joceni de Almeida (DARJ)
Juliano Cavedon (DM)
Kauana Rodrigues (DM)
Kapynan Junior (DAR)
Linneu Rezende Haldermann (DARJ)
Lucia Borges+ (DAB)
Lucas Schumacher (DM)
Luiz Coelho+ (DARJ)
Marcel César Pereira (DAC)
Marcello Ikijire Bessa (DASP)
Marcos Cezar Simioni da Cruz (DAC)
Marcos Thadeus (DASP)
Maria Auxiliadora Vasconcelos (DAR)
Maria das Graças Oliveira (DAB)
Mayara Silva Machado (DM)
Mônica Lima (DAR)
Niedja Dias (DAR)
Paulo Ueti (DAB)
Patrícia Rios Castilhos (DAP)
Philip de Lacy White (DM)
Roberto de Jesus (DASP)
Simone Silva Dorneles (DM)
Sued Henrique (DAB)
Vitor de Jesus Freitas (DM)
Wagner Batista (DAC)
Wesley Tondatto (DAC)
Zélia Soares (DM)
Mais 15 outros que preferiram não se identificar.

Em solidariedade e comunhão:

Fernando Santos+, presbítero da Igreja Lusitana;

Bryan Alexis Vélez, seminarista da Diocese de Porto Rico, Igreja Episcopal;

Sandra Andrade, assessora do SADD;

Ilcélia Soares, assessora do SADD.

ANEXO X

Texto em vigor do Cânon 38 dos Cânones Gerais da IEAB (2018)

CÂNON 38

Do Matrimônio Cristão

Art. 185 - O matrimônio cristão é um pacto solene e público de uma união espiritual e física entre duas pessoas, independente do gênero ou orientação sexual, na presença de Deus, celebrado diante da comunidade de fé, por consentimento mútuo e íntimo e com a intenção de que seja por toda a vida.

Art. 186 - O matrimônio cristão somente pode ser oficiado, de acordo com o rito desta igreja, depois de cumpridas as seguintes condições:

- I. Prova de habilitação para o casamento, de acordo com a legislação civil vigente;
- II. Publicação dos proclamas, na forma prescrita pelo Livro de Oração Comum, durante três domingos consecutivos, nos ofícios de maior afluência de fiéis, ou afixação dos proclamas à entrada principal da igreja durante as duas semanas imediatamente precedentes à data da celebração do casamento;
- III. Palestras do celebrante com os nubentes de caráter pastoral, versando sobre a doutrina cristã do casamento e da família, sobre o Ofício Matrimônio Cristão e sobre a importância do ministério da Igreja para a saúde da vida conjugal;
- IV. Verificação de que, ao menos, um(a) dos(as) nubentes tenha recebido o batismo cristão;
- V. A celebração do matrimônio cristão é feita na presença de, no mínimo, duas testemunhas, em dia, hora e local previamente divulgados;
- VI. Não se pode officiar o Matrimônio Cristão por procuração.

Art. 187 - Não podem casar:

- I - As pessoas casadas, ainda que só no religioso;
- II - As pessoas impedidas, na forma da lei civil do país.

Art. 188 - Por decisão favorável do(a) bispo(a) diocesano(a), podem casar pessoas divorciadas, de acordo com a lei civil.

Parágrafo único- Para os efeitos do presente Artigo, além das exigências do Artigo 190, deve ser formalizado processo em que conste translado da sentença de divórcio transitada em julgado, o qual será encaminhado ao(a) bispo(a) diocesano(a).

Art. 189 - O oficiante faz o assentamento do casamento no Livro Paroquial, fornecendo aos nubentes, em todos os casos, a respectiva certidão.

Parágrafo único- No caso de matrimônio religioso com efeito civil, é arquivada na paróquia ou missão a certidão de habilitação fornecida pelo Oficial de Registro Civil, devendo o ministro providenciar a sua averbação no prazo legal.

Art. 190 - Declarado nulo ou anulado um casamento civil, o ministro dá ciência do fato ao bispo, que declara pública e formalmente nulo o matrimônio religioso, mandando fazer nos Livros Paroquiais a respectiva anotação.

Art. 191 - Qualquer clérigo(a) desta igreja pode, por motivos de consciência, recusar-se a officiar qualquer cerimônia matrimonial e tais razões não lhe são exigíveis pela Autoridade Eclesiástica.

Parágrafo único: A ninguém é permitido officiar o matrimônio cristão entre pessoas do mesmo sexo sem que tenha sido expressamente autorizado nos Cânones Diocesanos, conforme as exigências ali estabelecidas e com autorização por escrito do(a) bispo(a) diocesano(a).

Art. 192 - A inobservância, em parte ou no todo, dos preceitos estatuídos neste Cânon é razão suficiente para o procedimento disciplinar contra o clérigo responsável, de acordo com os cânones respectivos.

Parágrafo único - Em casos não previstos neste cânon, é de competência do bispo diocesano definir pastoralmente o procedimento a ser adotado.

ANEXO Y

Documento Planejamento Estratégico IEAB 2020-23

(Fonte: <https://www.ieab.org.br/wp-content/uploads/sites/410/2019/10/IDENTIDADE-ANGLICANA-.pdf>)

GT - IDENTIDADE ANGLICANA: REFLEXÕES E DESAFIOS

Documento Planejamento Estratégico IEAB 2020-23³⁶²

Rev. Me. Victor Hugo de Oliveira Marques, OASB

Rev. Me. Arcediago Elias Mayer Vergara, OST

Gisara Cunha dos Santos

1. Uma palavra inicial

A ideia de identidade é muito antiga. Ela remonta as primeiras civilizações humanas. Porém, foram os gregos que primeiro disseram algo importante sobre a identidade. Para eles, identidade era um **princípio lógico-matemático**: “A é igual a A” ($A = A$). Isso não podia ser diferente, caso contrário feriria o princípio **de não contradição**: “uma coisa não pode ser uma e outra coisa ao mesmo tempo”. Essa forma de entender a identidade matemática incidiu sobre o modo de compreender as coisas e as pessoas de modo geral. Ela passou a significar aquilo que identifica alguma coisa na sua singularidade. É aquilo que confere **unidade e ao mesmo tempo delimitação, distinguindo-a de todas as outras coisas**.

Contudo, a ideia de identidade, ao ser usada pela filosofia grega, recebeu uma característica filosófica. Além de seu sentido comum de identificação e delimitação, ela passou a ser vista como “essência”, aquilo que não pode mudar. Assim, a identidade de alguém ou de algo é aquilo que é inato a cada um e não sofre influência nem da história nem da cultura. Mudam-se os “acidentes” (o cabelo cai, a pessoa pode engordar, pode aumentar de tamanho, pode envelhecer, etc.), mas a essência (identidade) continua sendo a mesma. Esse tipo de compreensão de identidade não se expressa em algo visível aos olhos, mas ela é puramente

³⁶² Ensaio produzido pelo “GT Identidade” por ocasião das reuniões de Planejamento Estratégico Provincial ocorridas entre os meses de agosto a outubro de 2019. Este deve ser lido como um manuscrito provocativo e provisório a título de incentivar novas produções a respeito do assunto.

conceitual. Não se vê os elementos da identidade, ela apenas se constata racionalmente e o que muda não pertence a ela. A identidade “enquanto essência” alcançou o cristianismo primitivo e o determinou profundamente. Até hoje, percebemos em algumas tradições cristãs milenares a defesa da “Tradição Teológica” como algo intocável.

Na idade moderna, com o advento da ideia de “Sujeito” e “subjetividade”, a ideia de identidade sofre uma mudança. Se até então a identidade era uma “essência” inata (algo único e imutável), agora a identidade é entendida como “aquilo que cada um quer ser”. Entendeu-se que nada no mundo é isolado e tudo está em relação. Não existe um mundo imutável como se pensava no passado, mas o mundo é movimento. Assim, a identidade é aquilo que cada um ou grupo toma para si como seu. É o processo de reconhecimento de si em algum tipo de relação. Não é algo mais que já está dado, mas é algo que pode ser construído e reconstruído, dependendo do momento histórico e cultural que se vive. É a subjetividade ou intersubjetividade que definem aquilo que querem ser. Sua expressão, com efeito, se dá ao contrário do passado, não mais como algo (uma essência, um núcleo interior) que está atrás da aparência, mas na própria aparência. É no modo de vestir, no modo de falar, no modo de comportar-se que se vê a identidade. Esse modo de compreender a identidade incidiu diretamente nos movimentos protestantes modernos que retiravam das autoridades clericais seu poder eterno e imutável. A “Tradição” como algo intocável deixa de ser incluída na Identidade e apenas a fonte das origens (sagradas escrituras) deve a ela pertencer, ficando livre a interpretação dessas origens.

Por fim, vivemos em mundo em transição. O sujeito moderno já não é mais aquele que tem autonomia do momento. Pelo contrário, vivemos em um mundo da crise das mediações: Estado, Religião, Moral, Família, Sociedade, nada disso mais nos é referência. A liquidez nos consome e a rapidez das tecnologias nos faz sentir que sempre estamos aquém daquilo que deveríamos estar. O perigo do relativismo e do subjetivismo nos ronda e toda ideia de estabilidade é visto como *démodé*.

Hoje, não existe mais a ideia de “uma” identidade que pode ser alterada ou incrementada por “outra”. O que ocorre é a perda da ideia de identidade. As pessoas já não querem mais ser identificadas ou delimitadas, elas querem ter a liberdade de viver uma eterna mudança de modos de ser de acordo com a conveniência.

Identidade não é aquilo que me identifica, que mostra quem eu sou, mas simplesmente mostra aquilo que quero expressar no momento, no segundo (as vezes). Esse tipo de identidade se expressa não exatamente no modo de se comportar, mas justamente na rapidez e na liberdade de reconstrução das identidades utilizadas ao mesmo tempo.

Tendo em vista essas três definições de identidade, nos parece que a compreensão da identidade moderna é ainda a nossa compreensão de identidade. Com a influência protestante, não aceitamos a rigidez e a imutabilidade da Tradição Romana. Por outro lado, também não entendemos que a visão pós-moderna seja aquela que deva nos traduzir, nos sucumbindo em densos relativismos e anarquias (tal como as pessoas creditam ser o anglicanismo). Temos sim certa “Tradição Cristã-Católica” que nos precede e que consideramos importante manter. Nesse sentido, parece que nossa compreensão de identidade ainda nos pende para a modernidade.

De modo geral, somos uma instituição religiosa que, muito mais do que cultivar apologeticamente uma Tradição que está para além das influências históricas e culturais, nos reconhecemos como protagonistas de nossa própria Tradição. Essa é construída e reconstruída à luz dos desafios culturais e históricos de cada tempo, sem, com isso, nos levar a uma total anarquia. Nossa identidade, com efeito, se manifestaria muito mais nos elementos práticos e aparentes (visíveis aos olhos) do que a um conjunto doutrinário mental constituidor de uma essência. Somos o que expressamos ser. Mostramo-nos como somos e podemos, à luz da prática pastoral, nos amalgamar, mas para continuarmos a ser.

2. Identidade da IEAB, uma síntese!

A Identidade da IEAB, no início do século XXI, se conforma ao longo de sua história, aos limites e possibilidades religiosas do Livro de Oração Comum - LOC. No seu conteúdo litúrgico, ela se identifique com a teológica encarnada; possui uma pastoral voltada preferencialmente aos necessitados do mundo; sustenta certa governança democrática e participativa; e se inclina a uma missão voltada aos pequeninos da terra. Tais condições tornam possíveis: a garantia de todos os fiéis o exercício pleno do sacerdócio de todos os cristãos, abrindo, a cada nova versão do

LOC, novas possibilidades de diálogo desta Igreja com as muitas partes que compõem a rica diversidade de nossa cultura.

Em sua última versão de 2015, o LOC garante a todas as pessoas o acesso pleno a todos os sacramentos. Somos, portanto, protestantes/evangélicos, católicos/sacramentais, que se expressa em: uma liturgia teológica encarnada/social; práticas ecumênicas, inclusivas, não normativas em usos e costumes, defensora dos direitos humanos e de todas as suas demandas sociais dos que historicamente foram colocados nas periferias; aberto ao diálogo com os 4 avanços humanitários e civilizatórios da sociedade. Somos a arte viva de um mosaico em construção, nunca plenamente acabado, num esforço permanente de ver em suas práticas, refletir o rosto plural da cultura brasileira e latino americana.

3. A Expressão da Identidade da IEAB

3.1 Somos Protestantes/evangelic@s: A IEAB (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil) se instala no território brasileiro no final do século 19, no conjunto das missões das principais igrejas protestantes históricas, que com a queda do Império e início da República, ganham o direito de aqui se instalarem, legalmente, obrigando assim que o catolicismo apostólico romano rompa de fato com o Estado e deixe de ser a igreja cristã hegemônica. A Igreja Anglicana neste seu início, bem como as demais igrejas protestantes históricas construíram a sua identidade na negação de tudo o que era do sistema simbólico religioso católico romano. O anglicanismo das primeiras décadas no Brasil, era portanto, protestante ligado à reforma do século 16 e Evangélico por defender a Bíblia como única fonte doutrinária e assim a Igreja Anglicana, bem como as demais Igrejas Protestantes, tornam-se uma grande alternativa religiosa ao catolicismo feudal/autoritário, semianalfabeto, que rezava em latim, mágico e supersticioso. As igrejas protestantes vão promover uma mudança em nossa cultura: Cada templo, uma escola! O fiel precisava sair do analfabetismo para dominar os conteúdos bíblicos, agora estruturantes da nova fé, moderna, racional e democrática. Estava pois firmada a identidade protestante/evangélica frente a um catolicismo que continuava sendo arcaico, rezando em latim, e estimulando a fé mágica. Assim se estabeleceu a identidade dos primeiros 50 anos de anglicanismo no Brasil. Aqui ainda não se pode dizer que somos um mosaico. Somos mais um retrato das diferentes faces do protestantismo histórico recém chegado no Brasil.

3.2 Somos católicos/sacramentais: Com o fortalecimento do Seminário Teológico Anglicano no Sul do Brasil e posteriormente em São Paulo, a partir das décadas de 50/60, muitos estudantes foram buscar especializações teológicas na Igreja da Inglaterra. Lá conheceram outras heranças teológicas anglicanas, dentre elas a catolicidade que desde sempre esteve presente nesta tradição. Uma Igreja sacramental, que propõem a relação do fiel com Deus através do sacramento/objeto. Com o retorno destes estudantes, agora clérigos da Igreja, iniciou-se o 5 movimento de fortalecimento da raiz católica/sacramental nas terras brasileiras. Velas foram trazidas para o altar, a eucaristia e os demais sacramentos passaram a fazer parte do centro da vida litúrgica da igreja, a vestimenta dos sacerdotes assemelhou-se a dos padres católicos. Estabeleceu-se então o primeiro grande conflito na IEAB: diálogo/crise, entre a tradição primeira protestante/evangélica/bíblica que vê o acesso entre o fiel e Deus de forma direta, sem mediações e a tradição recém chegada católica/sacramental, que admite a mediação/acesso entre o fiel e Deus, através dos objetos sagrados/sacramentos.

3.3 Ficamos mais parecidos com os católicos romanos e estes mais parecidos com os anglicanos! A teologia encarnada/social vai encontrar no Brasil e na América Latina, uma grande reverberação na Teologia da Libertação e no Concílio Vaticano Segundo, que promove uma grande mudança na conduta da tradição Católica Romana na América Latina. Os padres e as freiras largam suas batinas, os fiéis foram estimulados a ler e conhecer a bíblia, o discurso da igreja romana desceu dos altares e ganhou as ruas, abandonam o latim e em seu lugar, se fala a língua do povo. E nós anglicanos, ainda muito marcados pela herança evangélica/protestante, vimos a Igreja Católica se evangelizar. Perdemos então o trunfo da novidade. O que entendíamos ser nossa identidade, agora está dito também pela tradição católica/romana. Não foi mais possível estabelecer a identidade anglicana como negação de tudo o que era católico romano. Ficamos muito parecidos. Neste tempo se estabelece uma outra forte crise de identidade: Os católicos romanos nos vêm como muito protestantes/evangélicos e os protestantes/evangélicos nos vêm como muito católicos. Ambas tradições nos olham com desconfiança, como se fossemos uma falsa tradição católica ou uma falsa tradição evangélica.

3.4 Somos ecumênicos e defensores dos Direitos Humanos e dos movimentos sociais que deles demandam: A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) que surge como um antídoto a intransigência humana que promoveu a barbárie da segunda guerra mundial, motiva as igrejas cristãs, em tempo histórico concomitante, a criar o Conselho Mundial de Igrejas por perceberem sua responsabilidade/pecado, na reconstrução da Paz no mundo. O Ecumenismo portanto, tem em seu DNA, a mesma natureza histórica e compromisso que construiu a Carta Magna dos Direitos Humanos.

Portanto, por influencia do ecumenismo, acordou-se por um Jesus histórico/encarnado, que desceu dos céus para viver entre os seres humanos, que se importa com tudo quando implica na vida das pessoas, da sociedade e de toda a criação. Assim sendo, o testemunho da IEAB e das igrejas ecumênicas, vai consolidar-se com o comprometimento as várias demandas dos direitos humanos nos movimentos sociais que defendem a vida plena e o acesso a direitos. Nossa identidade vai agregar ao ainda precário desenho de nosso mosaico, o ecumenismo (casa-comum). É portanto no campo do ecumenismo, nas suas mais diferentes formulações no Brasil, na América Latina e no mundo, que as grandes pautas do avanço libertário das Igrejas começa a surgir. O movimento ecumênico tornou-se um espaço de vanguarda e de profecia que era impossível no interior enclausurado das igrejas amedrontadas com a ditadura militar no Brasil e na América Latina. O Jesus encarnado vai no ecumenismo ganhar o rosto de mulheres, de negros, de pobres, de indígenas, de refugiados, que jovens e crianças, deficientes físicos, de homossexuais e tantos outros rostos de gente oprimida.

3.5 Somos cada vez mais brasileiros: A IEAB começa então a sair de sua característica binária católica/protestante e gaúcha e vai adquirindo outras formas de rostos identitários. O episcopado antes todo estrangeiro, agora começa a sagrar os primeiros bispos nacionais. O anglicanismo sai do RGS e ganha o sudeste, o norte, o nordeste, o centro-oeste e a Amazônia. Assim, a igreja que antes era de marca norte-americana e gaúcha, agora se torna Paulista, Carioca, Nordestina, Candanga, Amazonense. As lideranças clericais e leigas começam a sair de seu gueto. O sul recebe dezenas de líderes anglicanos nordestinos e o nordeste se abre igualmente a presença de líderes de outras partes do Brasil. A partir da década de 1980, a IEAB torna-se muito mais brasileira em sua composição comunitária e nos diferentes

níveis ministeriais e de sua governança. O mosaico do anglicanismo passa a ser falado em muitos sotaques brasis!

3.6 cremos que lugar de mulher é onde ela quiser: O movimento ecumênico ajudou a abrir o diálogo da Igreja com os movimentos feministas e nasce a partir daí a teologia encarnada feminista que depois de 30 anos de militância conquista a possibilidade das mulheres equipararem-se aos direitos dos homens no acesso a qualquer lugar ministerial/sacramental, na vida da Igreja. Hoje as mulheres compõem a maioria da base das comunidades onde são leigas, 7 diáconas, presbíteras e bispas. A inclusão plena das mulheres na vida da IEAB, aperfeiçoou o incipiente mosaico da diversidade anglicana.

3.7 Sacramentos para tod@s: Também se deve ao movimento ecumênico, as primeiras discussões sobre sexualidades humana nas igrejas. Ao lado do movimento pela ordenação feminina e com a aprovação pela igreja da possibilidade de casamento de pessoas divorciadas, iniciou-se no Brasil, no final da década de 90, os primeiros ensaios/estudos sobre diversidade sexual e a sua relação com a IEAB. Este movimento enfrentou toda a carga dos tabus que historicamente constituíram a sociedade brasileira como machista e heteronormativa. Em junho de 2018, em seu Sínodo/Assembléia Geral, depois de 30 anos de diálogo com a sociedade e com os seus fiéis, a IEAB assume ser uma igreja que acolhe todas as diversas orientações sexuais e aprova o casamento para pessoas do mesmo gênero sexual. Assim, nosso mosaico ganha mais cores e mais peças. Podemos enfim dizer: agora os 7 sacramentos são oferecidos a tod@s as pessoas, indistintamente!

3.8 Incidência pública e diaconia: Com o processo de redemocratização na política brasileira a partir da década de 80, a IEAB, através da liderança de leigos, clérigos e bispos, pouco a pouco, vai firmando uma postura apoiadora dos grupos de direitos humanos, dos movimentos sociais que defendem a vida, assumindo a defesa de minorias sociais, apoiando e defendendo os projetos políticos e sociais que viabilize as demandas do Evangelho e denunciando todos os agentes e as práticas que geram a morte, promovendo arbitrariedades que ameaçam o acesso dos direitos de todos e da democracia. Muitas comunidades locais acolhem programas e projetos de diaconia/serviço. Dioceses formulam comissões de defesa dos direitos humanos e pastorais de minorias são criadas. A câmara episcopal, como nunca antes em sua história, unanimemente, tem produzido cartas abertas a

nação denunciando os desmandos políticos que negam os direitos fundamentais dos cidadãos. Assim quanto mais a democracia e os direitos humanos são atacados, maior tem sido a necessidade da IEAB se pronunciar, claramente na “renúncia ao mal e a todos os seus poderes que se rebelam contra Deus, corrompem e destroem as criaturas e nos afastam do amor de Deus” (LOC pg. 552, rito batismo).

4. Desafios para Identidade da IEAB

4.1 Não somos apenas uma peça, somos o mosaico em construção!

Como atualizar a herança protestante/evangélica e a herança católica/sacramental ? Estamos erradamente vivendo um processo em que a tradição protestante/evangélica está sendo identificada com a tradição mais antiga da Igreja e por conseguinte como arcaica e conservadora. É preciso atualizar o sentido de ser evangélico/protestante. Da mesma forma que é necessário que se compreenda que a tradição católica não é apenas a colagem da experiência católica romana trazida por inúmeros sacerdotes provenientes desta denominação. Há uma compreensão anglicana do ser católico/sacramental que igualmente requer uma atualização. A Igreja Anglicana é a única tradição cristã, que mantém dentro de si, a positiva tensão de pertença protestante/evangélico e católico/sacramental. O grande desafio é como a tradição religiosa (católica ou protestante) trazida pelos novos anglicanos migra para incorporar, como nova identidade, o já construído mosaico anglicano. Não se pode ser apenas uma peça, precisamos ser o mosaico!

4.2 LOC para tod@s. O Livro de Oração Comum como normatizador da identidade, precisa ser popular, de domínio pleno de tod@s. Cada novo anglicano precisa tomar posse plenamente de todos os recursos que o LOC promove aos seus fiéis, inclusive os analfabetos. Há que se construir uma prática em que o leigo assuma aquilo que se afirma em uma das importantes orações do batismo: “Somos membros do corpo de Cristo, filhos e filhas do mesmo Pai Celestial, cidadãos do Reino de Deus. Confessamos a fé no Cristo crucificado, proclamamos a sua ressurreição e compartilhamos do seu eterno sacerdócio.” (LOC 559, Ofício de Batismo). Portanto precisamos a partir do batismo, quebrar uma herança clericalista onde o leigo foi desautorizado de seu compromisso sacerdotal, missionário, evangelizador. O LOC, juntamente com a bíblia, devem ser os dois principais instrumentos de catequese dos novos membros da igreja. Nossa última versão do

LOC, contem todos os principais parâmetros identitários com os quais nos identificamos neste início do século 21. É urgente pois, CONHECER o LOC. Viver seu espírito litúrgico e empoderar os leigos com as suas possibilidades. Assim como a Bíblia escrita na língua do povo permitiu a libertação deste povo do jugo hermenêutico do sacerdotes até o século 16, o LOC de Thomas Cranmer de 1549 libertou o povo do controle litúrgico sacerdotal que só rezava em latim. O leigo com o LOC, pode enfim ser também um sacerdote! 9 Precisamos ainda resolver a equação de que somos uma igreja dos livros em uma cultura ainda marcada pelo analfabetismo, deficiências de visão e de fala. Como podemos transformar o conteúdo do LOC para os iletrados e os analfabetos? Poderíamos pensar em versões do LOC que pudessem falar aos vários brasis: nordestino, amazonense, nortista, carioca, paulista, candango, gaúcho, etc...? O LOC pode vir a ser um banco de dados na internet com o texto oficial disponível, com uma coleção de outras versões regionais que também poderiam fazer parte deste processo permanente de construção do mosaico anglicano.

4.3 Fraco testemunho: Há uma generalizada vergonha de ser anglicano! O Testemunho do que somos é quase inexistente. A liturgia e as práticas de fé ainda não reverberam na construção de um ente/fiel religioso com sua estima positiva/falante. Talvez precisamos assumir nosso tamanho. Somos uma igreja pequena! Somos poucos e estamos presentes em poucos lugares. Mas a pergunta é: Como a sociedade nos vê? Nossa presença tem incidência pública? Nossa liturgia responde as demandas subjetivas de quem nos assiste e visita. O que dizem os outros a nosso respeito? Parece que em muitos lugares, nossa presença é como a de uma relíquia, tão importante e valiosa, que precisa ser escondida. É necessário rasgar o véu. Descortinar. Mostrar quem somos e no que cremos e a quem nossa mensagem se destina!

4.4 Pouca nacionalidade, muita dependência. Ainda somos uma Igreja no Brasil e muito pouco do Brasil. Já avançamos muito ao sairmos de uma consciência de Igreja norte-americana e gaúcha. Porém nossas mãos do labor da subsistência ainda se voltam demasiadamente aos recursos das igrejas mais ricas de nossa comunhão anglicana. Somos ainda uma igreja muito colônia! Em nossos pratos precisa estar o feijão com arroz. Somos uma Igreja pobre e vivemos ainda como se ela fosse rica, norte-americana, ou primeiro mundista. Somos brasileiros, terceiro-

mundistas. Assumir o feijão com arroz nos ajudará a pleitear também um assado, um cozido, um prato mais completo e sofisticado. Precisamos construir, pouco a pouco, uma cultura da autonomia, do nacional. Nossos membros precisam sustentar com os seus recursos e o patrimônio da igreja, o projeto de igreja que desejamos. Temos desperdiçado historicamente muito recurso econômico. Os leigos precisam ter maior compromisso com a Igreja presente e futura e o clero precisa permitir que os leigos, de fato, participem nos processos decisórios da administração da Igreja. Precisamos ser mais uma Igreja de chão/estrada e menos uma igreja de avião/aeroporto! Precisamos ter o mesmo rigor no tratamento dos recursos da 10 igreja que temos com os nossos próprios recursos. Promover a autonomia financeira e a plena transparência administrativa é o grande desafio!

4.5 Liturgia Alegre: Não é compreensível que com um LOC tão rico de conteúdo, tenhamos uma sensação tão grande de tristeza e cansaço ao final de nossos cultos em nossos fiéis. A liturgia precisa ser alegre. O investimento na liturgia é muito pequeno. Uma peça de teatro com uma hora de duração, tem pelo menos 50 a 100 horas de ensaio. Tem cenário, tem figurino, tem o preciosismo do som, da iluminação, da marcação de cada cena. Os atores que não assume o papel que interpretam, não convencem a plateia. A liturgia, como sabemos, tem o teatro como berço de seu nascimento. Quantas horas cada comunidade gasta para construir uma hora de culto. Quanto investimento na música, metade da construção do culto, cada comunidade tem feito? Temos sido displicentes com o valor da liturgia. Se ela é tão central, precisa ser de fato colocada no centro de tudo. Precisa ser o centro de nossos investimentos financeiros e humanos. Se a liturgia não promover conversão, todo o restante de nosso planejamento estratégico estará comprometido e não produzirá os resultados esperados. Precisamos avançar nos processos de enculturação em nossa liturgia. O Brasil é alegre, festivo, poético, musical, corporal. Este Brasil precisa se instalar em nossa maneira de produzir o culto e em nossas reuniões de assembleias de decisão. Alegria, alegria – brasilidade!

4.6 Afinar os discursos, às práticas – Nosso texto é de excelente qualidade, mas nem sempre correspondem as nossas práticas. Temos produzido excelentes avanços nas conferências de lideranças, nos concílios, nos Sínodos, porém vemos as palavras ganharem os ventos. Falamos que na identidade precisamos incluir tod@s, mas quantos, de fato, já compõem o mosaico em

construção? Ainda temos uma fotografia da IEAB muito branca, classe média, intelectual no corpo constitutivo de nossas comunidades. A diversidade da IEAB ganhou a diversidade da geografia do Brasil, mas não conseguiu ainda ganhar a diversidade étnica e social que nos constitui como o país mais miscigenado do planeta. Há muitos lugares vazios no mosaico em construção: os negros estão ausentes, os índios estão ausentes, os pobres estão ausentes, os deficientes físicos estão ausentes e tantos outros.

5. Uma Palavra final – Se estas provocações se identificam com a natureza daquilo que até aqui construímos, então precisaremos entender que nunca estará concluída a construção de nossa identidade – viveremos sempre a angústia de nossa provisoriedade. Estaremos sempre no exercício do aprendizado daquilo que trazemos como nossa ancestralidade, nossa tradição – a imagem do mosaico já definida estaremos tensionados/desafiados ao novo, aos que ainda não chegaram, aos diálogos que ainda não fizemos. O LOC como dorso de nossa identidade precisará de tempos em tempos de novas atualizações na medida que, o mosaico identitário tiver criado novas possibilidades. Porém em um tempo civilizatório em que o mundo e as pessoas estão divididas em apenas duas possibilidades, pensar em uma identidade plural, é pensar em ser identidade/instituição contra-cultura, contra/mão civilizatória, não adequada a adesão das massas. Teremos, pois, feito historicamente uma escolha! – seremos, pois, uma IEAB das minorias em um mosaico multicolor. Seremos poucos! Um pequeno rebanho! Um resto de Israel – Uma IEAB incomodante, viva, de quem, talvez, muito se vá ouvir falar! ...ou então nossa pequenez nos levará a outro lugar... Amém!

ANEXO Z

Estado da Arte da pesquisa e publicações sobre Anglicanismo no Brasil

(Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e pesquisa feita pelo autor)

Teses e Dissertações que abordam temas ligados ao Anglicanismo

Autor(a)	Título	Ano
Alisson Mary Milard	Escritura, Tradição e Razão: debate sobre a ordenação de mulheres ao sacerdócio	1995
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Ciências da Religião	Universidade Metodista de São Paulo (São Bernardo do Campo-SP)	

Autor(a)	Título	Ano
Elizete da Silva	Cidadãos de outra pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia	1998
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Doutorado em História Social	Universidade de São Paulo (São Paulo-SP)	

Autor(a)	Título	Ano
Carmen Etel Alves Gomes	Liturgia e missão na perspectiva feminista	1999
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Teologia	Escola Superior de Teologia (São Leopoldo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Mário Ferreira Ribas	Escritura, tradição e razão no debate sobre a homossexualidade no Anglicanismo	2001
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Ciências da Religião	Universidade Metodista de São Paulo (São Bernardo do Campo-SP)	

Autor(a)	Título	Ano
Aldenor Alves Soares	O ritual, a crença e o sistema de poder da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB)	2002
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Sociologia	Universidade Federal de Pernambuco (Recife-PE)	

Autor(a)	Título	Ano
Enrique Antonio Illarze Delgado	As funções litúrgicas das ordens sagradas ao longo da história, com ênfase especial no Anglicanismo	2003
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Teologia	Escola Superior de Teologia (São Leopoldo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Carla Irina Ostrowski	La eucaristía y los/las niños/as: aportes históricos, teológicos, pedagógicos y litúrgicos para la práctica eucarística inclusiva	2003
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Teologia	Escola Superior de Teologia (São Leopoldo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Carolina Bortolotti de Oliveira	O gosto inglês no Brasil: A presença britânica na formação dos subúrbios do Rio de Janeiro, Salvador e Recife no século XIX	2004
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Urbanismo	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas-SP)	

Autor(a)	Título	Ano
Cristiany Moraes de Queiroz	Ethos Anglicano e Movimento Carismático: Um estudo etnográfico de suas relações	2004
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Antropologia	Universidade Federal de Pernambuco (Recife-PE)	

Autor(a)	Título	Ano
Ernesto Regino Xavier de Carvalho	A história do cemitério dos ingleses da Bahia - uma necrópole renascida	2006
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	Universidade Federal da Bahia (Salvador-BA)	

Autor(a)	Título	Ano
Alessandro Carvalho Bica	Ginásio Santa Margarida: Um estudo sobre a gênese e a consolidação de uma instituição escolar anglicana de ensino na cidade de Pelotas	2006
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Educação	Universidade Federal de Pelotas (Pelotas-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Onyemauche Cletus Chukwujioke	A eucaristia no ecumenismo entre as Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)	2007
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Ciências da Religião	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Goiânia-GO)	

Autor(a)	Título	Ano
Berenice Lagos Guedes	História da Educação do Rio Grande do Sul, Maçonaria e Igreja Anglicana: Algumas Imbricações, Contradições e Paradoxos (1901/1970)	2010
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Doutorado em Educação	Universidade Federal de Pelotas (Pelotas-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Heraldo Batista da Costa	A criação de cemitérios ingleses no Brasil Colônia (Rio de Janeiro, 1808-1811)	2010
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em História	Universidade Salgado de Oliveira (Niterói-RJ)	
Autor(a)	Título	Ano

Autor(a)	Título	Ano
Aldenor Alves Soares	O Bispo é Gay: Conflito Ritual e Homossexualidade no Anglicanismo Contemporâneo (2003-2010)	2011
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Doutorado em Antropologia	Universidade Federal da Bahia (Salvador-BA)	

Autor(a)	Título	Ano
Cristiany Moraes de Queiroz	Um estudo antropológico na Catedral Anglicana do Recife: Rumos, Rumores e (Re)construções	2012
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Doutorado em Antropologia	Universidade Federal de Pernambuco (Recife-PE)	

Autor(a)	Título	Ano
Flavio Lemos Alencar	A política religiosa da monarquia inglesa sob Jaime I e a crítica de Francisco Suárez na “Defensio Fidei” (1613)	2012
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em História	Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ)	

Autor(a)	Título	Ano
Enrique Antonio Illarze Delgado	Altar e Ambão: a presença de Cristo na palavra e na Eucaristia, visível no espaço sagrado da comunidade	2013
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Doutorado em Teologia	Escola Superior de Teologia (São Leopoldo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Vinícius Drey	Cruz, esquadro, compasso e quadro-negro: uma história do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco Erechim/RS (1929-1953)	2013
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Educação	Universidade de Passo Fundo (Passo Fundo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Bruna Pereira Caixeta	Man in the Moon (1638): Utopia, Ciência e Jesuitismo – Anglicanos na Inglaterra Pré-Revolução Inglesa	2014
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Teoria e História Literária	Universidade Federal de Campinas (Campinas-SP)	

Autor(a)	Título	Ano
Elton Roney da Silva Carvalho	(Homo)sexualidade em diálogo: imaginário cristão, intolerância religiosa e cisma anglicano.	2014
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Ciências da Religião	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa-PB)	

Autor(a)	Título	Ano
Josias Machado da Silva Júnior	Preservação da Memória nos Seminários e Igrejas Protestantes centenárias na cidade do Recife	2016
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Ciência da Informação	Universidade Federal de Pernambuco (Recife-PE)	

Autor(a)	Título	Ano
Adriana Gelinski	As vivências espaciais dos membros LGBT da Igreja da Comunidade Metropolitana em Maringá e da Igreja Episcopal Anglicana em Curitiba e a constituição das significações de suas sexualidades	2017
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Geografia	Universidade Estadual de Ponta Grossa (Ponta Grossa-PR)	

Autor(a)	Título	Ano
Diogo Marialva Moraes	A Igreja Anglicana e a Homossexualidade: Uma análise dos debates sobre sexualidade nas Conferências de Lambeth entre 1988 a 2008	2018
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em História	Universidade Salgado de Oliveira (Niterói-RJ)	

Autor(a)	Título	Ano
Solange de Oliveira Schmitt	Maria e a unidade dos cristãos: Uma leitura ecumênica da devoção mariana nas Igrejas Católica e Episcopal Anglicana	2018
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Teologia	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba-PR)	

Autor(a)	Título	Ano
Paulo Henrique Silva Vianna	Fé, oração e atividade: a inserção da Igreja Episcopal Brasileira no campo religioso santamariense a partir das estratégias de missionários e leigos (1899-1906)	2019
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em História	Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Silvia Geruza Fernandes Rodrigues	Discursos e Práticas relativas à Homossexualidade na Igreja Episcopal Anglicana a partir das conferências de Lambeth 1978-2008	2020
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Doutorado em Ciências da Religião	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo-SP)	

Autor(a)	Título	Ano
Wilton da Silva Rocha	Políticas Sexuais na Diocese Anglicana do Recife: Um estudo antropológico	2020
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Mestrado em Antropologia Social	Universidade Federal de Alagoas (Maceió-AL)	

Autor(a)	Título	Ano
Rafael Vilaça Epifani Costa	Unidade na Diversidade, Unidade na Adversidade: A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e as múltiplas identidades do Anglicanismo no século XXI	2021
Curso	Instituição de Ensino Superior (Cidade-Estado)	
Doutorado em Ciências da Religião	Universidade Católica de Pernambuco (Recife-PE)	

Livros publicados em português sobre História e Temas de Anglicanismo

Autor(a)	Título	Ano
Richard Holden	Livro de Oração Commum	1856
William Cabell Brown; Américo Vespúcio Cabral	Livro de Oração Commum	1898
Diogo Cassels	A Reforma em Portugal: Uma narrativa vivida da luta pela diferenciação religiosa no Portugal de Oitocentos	1908
Lucien Lee Kinsolving	Offícios Divinos	1925
Igreja Episcopal Brasileira	Livro de Oração Commum	1930
George Upton Krischke	Religiões do Mundo	1934
George Upton Krischke	Origens e Desenvolvimento da Igreja Episcopal Brasileira	1937
George Upton Krischke	O Dinamismo do Credo Cristão	s.d.
Egmont Machado Krischke	Vozes do Calvário	1938
Athalício Theodoro Pithan	Meditações sobre a Vida, a Imortalidade, a Dor e a Morte	1940
Egmont Machado Krischke	Nos Dias da Tua Mocidade – Sexo sob uma nova luz	1941
Egmont Machado Krischke	Perspectivas da Juventude	s.d.
Athalício Theodoro Pithan	O Divino Mestre	1942
Athalício Theodoro Pithan	Treze Anos na Paróquia de Bagé.	s.d.
Athalício Theodoro Pithan	Labaredas (poesias)	s.d.
Athalício Theodoro Pithan	Curso Bíblico	s.d.
Athalício Theodoro Pithan	Caminhos da Fé	s.d.
Gilberto Freyre	Ingleses no Brasil	1948
George Upton Krischke	História da Igreja Episcopal Brasileira	1949
Igreja Episcopal Brasileira	Livro de Oração Comum	1950
Nataniel Duval da Silva	A Igreja Militante	1951
Egmont Machado Krischke	A Estrutura da Fé	1952

Autor(a)	Título	Ano
Maurice Clarke	Adoração e Adoradores na Igreja	1953
Igreja Episcopal Brasileira	Sermonário	1954
Egmont Machado Krischke	Numa era de inquietação	1956
Massey H. Shepherd Jr.	Adoração e Vida	1957
W. W. Sloan	Panorama do Antigo Testamento	1957
Igreja Episcopal Brasileira	Mais do que palavras	1958
L. Rumble	Os Episcopalianos	1959
Marcella Prugh Igreja Episcopal Brasileira	Descobrimos a nossa Igreja: Um Programa de Educação Religiosa para o Curso Intermediário	s.d.
James Albert Pike; William Norman Pittenger	A Fé que Professamos	1960
Egmont Machado Krischke (org.)	A Igreja Episcopal no País do Futuro	1960
Giuseppe Regina	O Anglicanismo – Panorama Histórico e Síntese Doutrinária	1960
Robert C. Dentan	Redenção e Salvação	1960
Robert C. Dentan	As Santas Escrituras	1961
Ivo [pseudônimo]	Kinsolving	1961
Nataniel Duval da Silva	História da Igreja do Redentor	1962
Igreja Episcopal Brasileira	Hinário Episcopal	1962
Sírio Joel de Moraes	Festas da Mocidade	1964
Nataniel Duval da Silva	A Igreja Militante (2ª edição atualizada)	1966
Egmont Machado Krischke	Crise e Renovação	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Como Ensinar Adultos	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Enfrentando a morte	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Jesus Amigo das Crianças	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Meu Lugar no Mundo de Deus	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Rol do Berço	s.d.

Autor(a)	Título	Ano
Igreja Episcopal do Brasil	Treinamento para Professora da Escola Dominical	s.d.
Douglas Webster	Em Dívida com Cristo	s.d.
José Antônio Gonçalves de Mello	Ingleses em Pernambuco	1972
Jaci Correia Maraschin	O Ministério Cristão – Guia de Estudos	1979
Jaci Correia Maraschin Simei Monteiro	A Canção do Senhor na Terra Brasileira	1982
Evanilza Correia	Pais cristãos, filhos cristãos	1986
Jaci Correia Maraschin	Por causa do Reino: A Igreja de Deus e a Nova Criação	1986
Jaci Correia Maraschin	O Novo Canto da Terra	1987
Paulo Ruiz Garcia	Bem-vindo à Paróquia da Trindade	1987
Igreja Episcopal do Brasil	Livro de Oração Comum	1988
Marçal Lopes de Oliveira	Dados biográficos do Clero da Igreja Episcopal do Brasil	1988
Igreja Episcopal do Brasil	A Natureza da Fé Cristã – Uma Declaração e Exposição da Câmara dos Bispos do Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra	1988
Igreja Episcopal do Brasil	Relatórios do Conselho Consultivo Anglicano – O Tempo é Agora – Limuru 71 & Companheiros na Missão – Dublin 73	1988
Igreja Episcopal do Brasil	Relatórios do Conselho Consultivo Anglicano – Quinto Encontro – Inglaterra 81 & Laços de Afeição – Nigéria 84	1989
Igreja Episcopal do Brasil	Cânticos	1990
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação	Relatório Final: Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana	1990
Jaci Correia Maraschin	Igreja a Gente Vive: uma Introdução ao Pensamento de Frederick Denison	1991
Michael McCoy	O Povo das Boas Novas: Década de Evangelização 1991-2000	1991

Autor(a)	Título	Ano
Igreja Lusitana	Liturgia da Igreja Lusitana	1991
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Os Sinais do Amor de Deus – Explicação da Santa Eucaristia para Crianças	1992
Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana	Unidos no Diálogo: Anglicanos e Católicos	1992
Jaci Correia Maraschin	Celebração da Vida – Canções	1992
Zênia de León	Catedral do Redentor 100 Anos de História	1992
Estevam Shigueru Yuba	O Imigrante Que Virou Pastor	1993
Hermes Ferraz	Dom Salomão Ferraz e o Ecumenismo	1995
Oswaldo Kickhöfel	Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	1995
Jaci Correia Maraschin	A Beleza de Santidade: Ensaio de Liturgia	1996
Rostand Paraíso	Esses Ingleses...	1997
Oswaldo Kickhöfel	Paróquia de Cristo – 100 anos em Jaguarão	1998
Oswaldo Kickhöfel	Mulheres anglicanas – vida e missão	1998
Jaci Correia Maraschin	Rastro de São Mateus	1998
Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana	O Dom da Autoridade	1999
Oswaldo Kickhöfel	Catedral do Redentor	1999
Oswaldo Kickhöfel	Catedral do Mediador	2000
Jorge Aquino	Anglicanismo: uma introdução	2000
Catedral da Santíssima Trindade	Paulo Ruiz Garcia: 30 Anos de Pastorado 1970-2000	2000
Catedral da Santíssima Trindade	Bíblia Sagrada – Paulo Garcia 31 Anos de Pastorado – 1970-2001	2001
Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana	Vida em Cristo: Moral, Comunhão e a Igreja	2001
Robinson Cavalcanti	Igreja: multidão madura	2001

Autor(a)	Título	Ano
Diocese Anglicana do Recife	Livro de Ritos Ocasionais	2002
Fernando Peixoto	Diogo Cassels: 1844-1923	2005
Igreja Episcopal Reformada dos Estados Unidos da América	Livro de Oração Comum	2005
Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana	Maria: graça e esperança em Cristo	2005
Carlos Eduardo Brandão Calvani (editor)	Pão da Vida: Comentários ao Lecionário Anglicano – Ano B	2005
Carlos Eduardo Brandão Calvani (editor)	Pão da Vida: Comentários ao Lecionário Anglicano – Ano C	2006
Carlos Eduardo Brandão Calvani	Entre o Púlpito e a Universidade - Sermões e Homilias de um Professor	2006
Centro de Estudos Anglicanos	Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana: O conceito de Inclusividade	2006
Carlos Eduardo Brandão Calvani (editor)	Pão da Vida: Comentários ao Lecionário Anglicano – Ano A	2007
Robinson Cavalcanti	Reforçando as trincheiras: Análise da problemática do homossexualismo à luz do cristianismo histórico	2007
Robinson Cavalcanti; Diocese do Recife	Livro de Oração Comum Brasileiro	2008
Carmen Akemi Kawano	Seikokai – A História da Primeira Construção Religiosa dos Japoneses no Brasil	2008
Catedral Anglicana de São Paulo	Bíblia comemorativa 200 anos do Anglicanismo no Brasil – 1810-2010	2008
Carlos Eduardo Brandão Calvani	Nossa Missão: Caderno de estudos para comunidades e formação no ministério leigo	2008
Carlos Eduardo Brandão Calvani; Luiz Osório Pires Prado	Nossa Fé: Estudos nos Credos Apostólico e Niceno	2009
Robinson Cavalcanti	Anglicanismo: Identidade, Relevância, Desafios	2009

Autor(a)	Título	Ano
Carmen Akemi Kawano	João Yasoki Ito: A vida e a obra do missionário História da Paróquia São João	2010
Aldo Quintão	Conheça a Igreja Anglicana	2010
Jaci Correia Maraschin	Da leveza e da beleza: Liturgia na Pós- Modernidade	2010
Carlos Eduardo Brandão Calvani (org.)	Bíblia e Sexualidade – Abordagem Teológica, Bíblica e Pastoral	2010
Carlos Eduardo Brandão Calvani	Teologia da Arte: Espiritualidade, Igreja e Cultura a partir de Paul Tillich	2010
Carlos Eduardo Brandão Calvani; Jocineia Saldanha Perpetuo	Boa Semente: Homilias para o Lecionário Dominical – ANO A	2011
Carlos Eduardo Brandão Calvani	Boa Semente: Homilias para o Lecionário Dominical – ANO B	2011
Carlos Eduardo Brandão Calvani; Vera Lúcia Simões de Oliveira	Nossa identidade: História e Teologia anglicanas	2012
Cathy Ross (org.)	Missão que amplia a vida: Perspectivas globais da Comunhão Anglicana	2012
Dirceu Falcão Ibaldo	História do Anglicanismo	2012
Marcus Throup (org.)	Robinson Cavalcanti: Reflexões de uma vida – memórias de um ministério	2013
Arthur Pereira Cavalcante	AIDS e Igreja: Sexualidade, Dogma e Espaço Terapêutico	2013
Josué Soares Flores	A Maternidade de Deus em Juliana de Norwich	2013
Paróquia de São João	Eu e a Paróquia de São João – Histórias de fiéis por ocasião dos 80 anos de fundação da Paróquia 1933-2013	2013
Catedral Anglicana de São Paulo	Novo Testamento – Bem-Vindo à Catedral Anglicana de São Paulo	2014
Paróquia Anglicana do Bom Pastor	Bíblia Sagrada – 200 Anos de presença anglicana na Bahia.	2015
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Livro de Oração Comum	2015

Autor(a)	Título	Ano
Ester Fraga Vilas-Bôas do Nascimento; Newton Darwin de Andrade Cabral; José Roberto de Souza (orgs.)	Lideranças Protestantes no Brasil – Ensaaios Biográficos	2015
Junta Nacional de Educação Teológica	Amazônia e o Anglicanismo	2016
Oswaldo Kickhöfel	Paróquia da Ascensão 1916-2016	2016
Vera Lúcia Simões de Oliveira	História do Anglicanismo na Inglaterra	2017
Vera Lúcia Simões de Oliveira	História do Anglicanismo nos Estados Unidos da América	2017
João Virgílio Ramos André	Inserção do Protestantismo em Pernambuco	2017
Cristiany Moraes de Queiroz	Anglicanismo: um estudo antropológico da Catedral Anglicana do Recife	2017
Elizete da Silva	Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia	2017
Lidice Meyer Pinto Ribeiro; Alderi Souza de Matos; Marcel Mendes	Dicionário Enciclopédico de Instituições Protestantes no Brasil: instituições educacionais	2019
Carmen Akemi Kawano	Sumio Takatsu – Vida e Teologia	2019
Elizabeth Cady Stanton; Ruth Barros (Trad.); Bianca Dáebs Seixas Almeida (orgs.)	A Bíblia para as mulheres	2019
Luiz Carlos Teixeira Coelho Filho	Elementos de Liturgia Anglicana: compilação e análise das declarações da Consulta Internacional de Liturgia Anglicana	2020
Gecionny Rodrigo Pinto de Souza	Os desafios da Igreja Anglicana na atualidade	2020
TSSF Brasil	Companheira Devocional	2020
Lílian Conceição da Silva; Selma Almeida Rosa; Tatiana Ribeiro (orgs.)	35 Anos de Ordenação de Mulheres na IEAB vivências e contribuições pastorais	2021
Luiz Carlos Teixeira Coelho Filho (org.)	Os Crimes do Padre Mário	2021

Livretos e Folhetos publicados pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Autor(a)	Título	Ano
Igreja Episcopal Brasileira	Prometemos	1937
Igreja Episcopal Brasileira	Adoração e Adoradores na Igreja: Curso para Adolescentes e Jovens	1951
Igreja Episcopal Brasileira	Adoração e Adoradores na Igreja: Curso para Adolescentes e Jovens (Livro do Professor)	1951
Igreja Episcopal Brasileira	O Livro de Oração Fala a Estes Dias Incertos: I – A Luta pelo Livro de Oração II – A Força que o Culto nos dá para Viver III – Dificuldades do Cristão IV – A Maneira de Orar com o Livro de Oração V – O Livro de Oração e Sociedade Cristã Abrindo o Livro de Oração aos Adultos (Manual para Líderes)	1951
Edith Weir Perry	Manual do Sodalício do Altar	1955
Igreja Episcopal Brasileira	Manual da Irmandade de Santo André	s.d.
Igreja Episcopal Brasileira	Jesus, o Amigo das Crianças	s.d.
Egmont Machado Krischke	Adolescência	s.d.
Egmont Machado Krischke	O que é a Igreja Episcopal?	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Pequeno Devocionário – Intercessões	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Ofícios Litúrgicos: Santa Eucaristia – Santo Batismo – Oração da Manhã e da Tarde	1973
Igreja Episcopal do Brasil	Celebração da Santa Eucaristia e Administração da Santa Comunhão	1975
Igreja Episcopal do Brasil	Publicações Avante – Série I - Vencendo Nossos Temores - Por que Acontece Isto Comigo? - Credulidade e Fé - Enfrentando a Morte - Boas Novas para Todos Publicações Avante – Série II	s.d.

Autor(a)	Título	Ano
	- A Solidão é Assim - Depois do Pecado - Você precisa ser Cristão - Pode a Fé Curar? - Aqueles a quem Deus uniu	
Igreja Episcopal do Brasil Diocese Sul-Occidental	Manual do Acólito	1983
Igreja Episcopal do Brasil	Bênção do Presépio e Ofício de Nove Lições para o Natal	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Ofício Memorial	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Ordem para a Minистраção aos Enfermos	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Ordem para o Ofício de Trevas	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Ofício de Completas	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Vinde, Adoremos!	1985
Igreja Episcopal do Brasil	Igreja Episcopal do Brasil – Província da Comunhão Anglicana	1986
Igreja Episcopal do Brasil	Resumo da Fé Cristã – Comumente chamado Catecismo	1988
Leslie E. Stradling	A Quaresma com as Parábolas de Jesus	s.d.
Lessie Newbegin	Missão à maneira de Cristo – Estudos Bíblicos	1989
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Conheça a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	s.d.
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Renova Nossa Visão na Evangelização	1993
Seminário Teológico da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Liturgias Alternativas: Orações Eucarísticas e Intercessões	1993
Diocese Anglicana de Pelotas	Devocional	1994
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	A Conferência de Lambeth 1998	1998

Autor(a)	Título	Ano
Jorge Aquino	Pequeno vocabulário anglicano	1998
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Caderno Reflexões	
	01 – Estruturas da Comunhão Anglicana	1998
	02 – Diaconia e Evangelho	1998
	03 – Conferências de Lambeth 1878 e 1988	1998
	04 – Sacramentos: Uma Abordagem Teológica e Pastoral	1998
	05 – Sagradas Escrituras: Centralidade e Autoridade numa perspectiva Anglicana	1998
	06 – Liturgia Anglicana: Evolução, Diversidade e Espiritualidade	1999
	07 – Oração, Comunhão e Compaixão: Lambeth 98	2000
	08 – Resoluções da Conferência de Lambeth 98	2000
	09 – Relatório de Virgínia – Relatório da Comissão Interanglicana de Teologia e Doutrina	2001
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Escrevendo a História de Nossas Paróquias	2001
John Baycroft	O jeito de ser anglicano	2003
Robinson Cavalcanti	A Diocese Anglicana do Recife e a sua Doutrina	2005
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Diocese Meridional	Responsabilidade Cristã e Missão	2007
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Diocese Meridional	Administração Comunitária no Exercício da Responsabilidade Cristã e Missão	2007
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Diocese Meridional	O Ministério Cristão no Exercício da Responsabilidade Cristã e Missão	2008
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Diocese Meridional	Graça: Comunhão e Partilha	2008
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	“Alegrei-me quando me disseram: Vamos à Casa do Senhor.” (Sl. 122.1)	2010

Autor(a)	Título	Ano
Diocese Meridional		
Maria de Lourdes da Rocha Pirangine; Edison Mattos da Rosa	Kinsolving – O Abnegado Homem de Deus	2019

Outras publicações

As publicações aqui apresentadas não se enquadram nas categorias de pesquisas acadêmicas, nem de obras publicadas em formato de livros ou livretos. Em sua maioria, são documentos oficiais da Igreja, que se encontram registrados no Arquivo Geral da Igreja (AG-IEAB, também chamado de Arquivo Provincial). Outros são periódicos publicados desde os primeiros anos do Distrito Missionário. Algumas delas, por se já se encontrarem esgotadas, somente podem ser encontradas no Arquivo Geral. Ele se encontra instalado na Paróquia da Ascensão, da Diocese Meridional, à Rua Eng. Ludolfo Boehl, 300, bairro de Teresópolis, Porto Alegre.

Publicações Oficiais da Igreja	
Fonte: KICKHÖFEL, Oswaldo. Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Porto Alegre: 1995, p. 378-382	
Atas das Convocações	Publicadas de 1892 a 1898
Atas dos Concílios	Publicadas após cada reunião da assembleia conciliar: - Concílios do Distrito Missionário (de 1899 a 1949) - Concílios da Diocese Meridional (desde 1950) - Concílios da Diocese Sul-Occidental (desde 1950) - Concílios da Diocese do Rio de Janeiro (desde 1950) - Concílios da Diocese de São Paulo (desde 1970) - Concílios da Diocese do Recife (desde 1976) - Concílios da Diocese de Brasília (desde 1982) - Concílios da Diocese de Pelotas (desde 1988) - Concílios da Diocese do Paraná (desde 2003) - Concílios da Diocese da Amazônia (desde 2006)
Atas das Reuniões do Conselho Executivo	Publicadas a cada encontro do Conselho Executivo.
Atas dos Sínodos	Publicadas após cada reunião desde 1952.
Estandarte Cristão	Periódico oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, fundado em 1893, ainda em atividade.

Sementes	Devocional diário publicado pela Diocese Meridional desde 1980, fundado pelo bispo Clovis Erly Rodrigues.
Revista Inclusividade	Revista Teológica do Centro de Estudos Anglicanos Ano I – Mar. 2002, nº 1 – Ministério Episcopal Ano I – Jul. 2002, nº 2 – Sexualidade Ano I – Nov. 2002, n. 3 – Educação Teológica na IEAB Ano II – Mar. 2003, nº 4 – Poder e Autoridade na Igreja Ano II – Jul. 2003, nº 5 – Teologia Prática Ano II – Nov. 2003, nº 6 – Liturgia Anglicana Ano III – Mar. 2004, nº 7 – Missiologia Ano III – Jul. 2004, nº 8 – Jaci Maraschin: 50 anos de Ministério Ordenado Ano III – Nov. 2004, nº 9 – Temas atuais em Teologia Anglicana I Ano IV – Mar. 2005, nº 10 – Temas atuais em Teologia Anglicana II Ano IV – Jul. 2005, nº 11 – Bíblia, História e Teologia Ano IV – Nov. 2005, nº 12 – 20 anos de Ordenação Feminina na IEAB Ano V – Mar. 2006, nº 13 – Ecclesiologia Ano VI – Abr. 2007, nº 14 – Sacramentos Ano VII – Jul. 2008, nº 15 – Comunhão Anglicana Ano VIII – Jun. 2009, nº 16 – Anglicanismo e Cultura Brasileira Ano IX – Abr. 2010, nº 17 – As muitas faces do Anglicanismo
Publicações preservadas no Arquivo Geral da Igreja (AG-IEAB)	
Diários de Richard Holden	Entre 1860 e 1864, Holden tentou implantar a Igreja Episcopal no Brasil e escreveu um diário, ainda inédito e à espera de editor, que foi traduzido pela genitora do professor David Gueiros Vieira, da Universidade de Brasília, detentor dos direitos, cedidos à Igreja em 1990 para uso interno. (AG-IEAB)
Diário de Meem	Em 1891, chegaram ao Brasil os missionários John Gaw Meem, William Cabel Brown e Mary Packard. Dessa experiência pioneira, Meem deixou um diário, que escreveu entre 03 de janeiro de 1891 e 16 de janeiro de

	1892, no qual conta os preparativos para ser missionário, a longa e perigosa viagem pelo navio Aliança, a passagem por vários portos brasileiros antes de chegar a Porto Alegre e os primeiros meses de atividade no sul do país. Uma cópia da primeira parte do diário está no Arquivo Geral da Igreja à espera de tradutor e editor. (AG-IEAB)
The Echo	Revista Mensal da Sociedade Missionária da Igreja Episcopal dos Estados Unidos entre 1893 e 1903, especialmente para apoiar o trabalho dos primeiros missionários no Brasil e em Cuba. Registra informações detalhadas do início das atividades da Igreja e do contexto social e religioso da época (AG-IEAB)
The Origin of the Brazilian Mission	Artigo publicado por Carl E. Grammer, em 1897, na <i>Protestant Episcopal Review</i> , do Seminário Teológico de Virgínia, sendo o primeiro relato detalhado e fiel sobre a origem da Igreja no Brasil (AG-IEAB).
Epítome Histórico da Igreja Episcopal Brasileira	Pequeno opúsculo sobre a chegada dos primeiros missionários e o desenvolvimento da Igreja até o final da década de trinta. O autor, Inácio Oliveira Valle Machado, foi clérigo da Igreja entre 1908 e 1934. (AG-IEAB)
Relatórios dos Historiográficos	Um registo oficial dos principais fatos históricos que eram apresentados aos concílios anuais. (AG-IEAB)
Sociedade Auxiliadora de Senhoras	Pequeno opúsculo que descreve o início das atividades desse sodalício feminino. A autora, Sarah Thomas, foi esposa do bispo William Matthew Merrick Thomas e teve destacada atuação no trabalho das Mulheres na Igreja Episcopal. (AG-IEAB)
Pródomos e Preâmbulos em Ligeiro Escorço Inicial do Estabelecimento da Igreja Episcopal Brasileira na Cidade de Santos	Pequena história ainda inédita do início do trabalho da Igreja Episcopal na baixada santista, de José Orthon. Os originais manuscritos estão no Arquivo Geral da Igreja. O autor foi missionário pioneiro naquela região entre 1910 e 1936. (AG-IEAB)
Origens e Desenvolvimento da Igreja Episcopal Brasileira	Uma publicação da Irmandade de Santo André, de 1937, escrita por George Upton Krischke. (AG-IEAB)
Relação entre a Igreja Episcopal Brasileira e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos	Tradução das atas da reunião especial da Câmara dos Bispos da Igreja norte-americana realizada em 1939. (AG-IEAB)
Flâmula	Revista mensal da União da Mocidade Episcopal (UME),

	que circulou de 1940 a 1966. (AG-IEAB)
History of the Missionary District of Southern Brazil	Texto do bispo William Matthew Merrick Thomas, na edição de dezembro de 1942, publicado na Historical Magazine of the Protestant Episcopal Church.
Relatórios dos Historiógrafos	Um registo oficial dos principais fatos históricos que eram apresentados aos concílios anuais. (AG-IEAB)
Efemérides Episcopais	Uma sequência de datas e fatos cronologicamente ordenados apropriados para consulta. Escrito por Nataniel Duval da Silva, abrange o período de 1805 e 1949. (AG-IEAB)
História da Igreja Episcopal Brasileira (edição original)	Escrito pelo reverendo George Upton Krischke, foi o primeiro livro sobre a história dos anglicanos no Brasil. Publicado em 1949, descreve o desenvolvimento, o progresso e os ideais da Igreja Episcopal desde os seus primeiros anos, sem pretensões literárias ou de interpretação (AG-IEAB).
Documentos do AG-IEAB	São três documentos que foram escritos para servir de subsídios para o projeto de autonomia administrativa da Igreja, em 1965. Contém informações gerais sobre o país, um resumo histórico da Igreja, uma descrição das dióceses, paróquias e missões, dados estatísticos e mapas. Foram arquivados sob a sigla AG-IEAB, por terem sido escritos por membros de comissões e grupos de trabalho, cujos nomes não puderam ser identificados.

IMAGEM 1

Sua Graça, Justin Welby, 105º Arcebispo de Cantuária

(Fonte: U.S. Department of State from United States/ Public Domain)



IMAGEM 2

Catedral de Cantuária, a Igreja-Mãe da Comunhão Anglicana

(Fonte: <https://www.canterbury-cathedral.org/wp-content/uploads/2020/02/Cathedral-Exterior4-scaled.jpg>)



IMAGEM 3

A Rosa dos Ventos, símbolo da Comunhão Anglicana

(Fonte: <https://www.anglicancommunion.org/>)

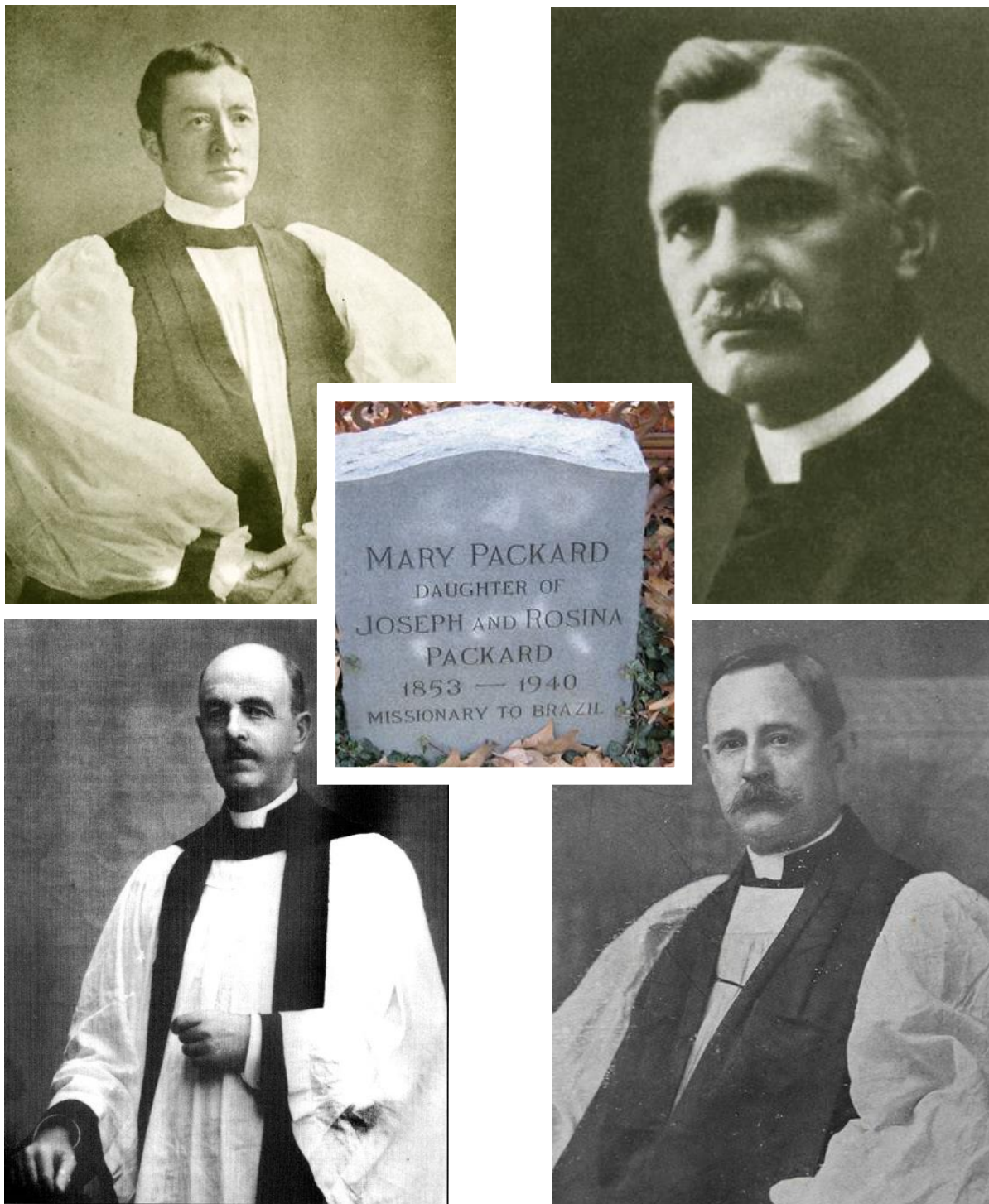


IMAGEM 4

Bispo Lucien Lee Kinsolving; Reverendo James Watson Morris; Reverendo William Cabell Brown; Reverendo John Gaw Meem e a leiga Mary Packard³⁶³.

Primeiros missionários e fundadores da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

(Fonte: Fonte: Arquivo Provincial da IEAB; Montagem feita pelo autor da tese)



³⁶³ Até hoje não foi encontrada uma fotografia de Mary Packard. O único registro existente é uma foto do seu túmulo. Imagem retirada do site: <https://pt.findagrave.com/memorial/23850124/mary-packard>.

IMAGEM 5

**Reverendíssimo Athalício Theodoro Pithan, primeiro bispo brasileiro da
Comunhão Anglicana**

(Fonte: Arquivo Provincial da IEAB)



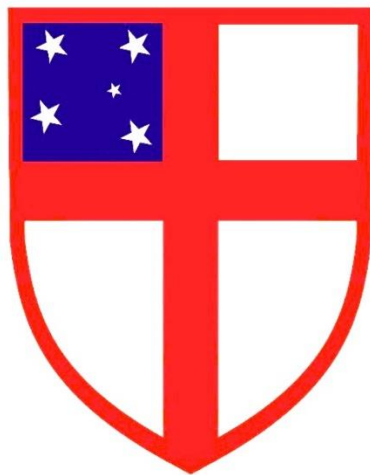
IMAGEM 6

Heráldica da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

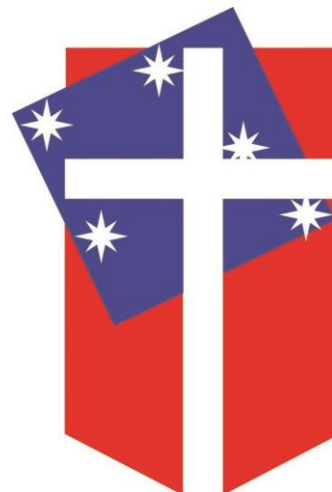
(Fonte: Arquivo Provincial da IEAB)



Botom do 1º Congresso da Igreja Episcopal Brasileira (1960)



Igreja Episcopal do Brasil
(1965-1990)



Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
(1990 até os dias atuais)

IMAGEM 7

Documento assinado em 25 de abril de 1965 pelo Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, John Elbridge Hines, outorgando autonomia à Igreja Episcopal do Brasil

(Fonte: Arquivo Provincial da IEAB)

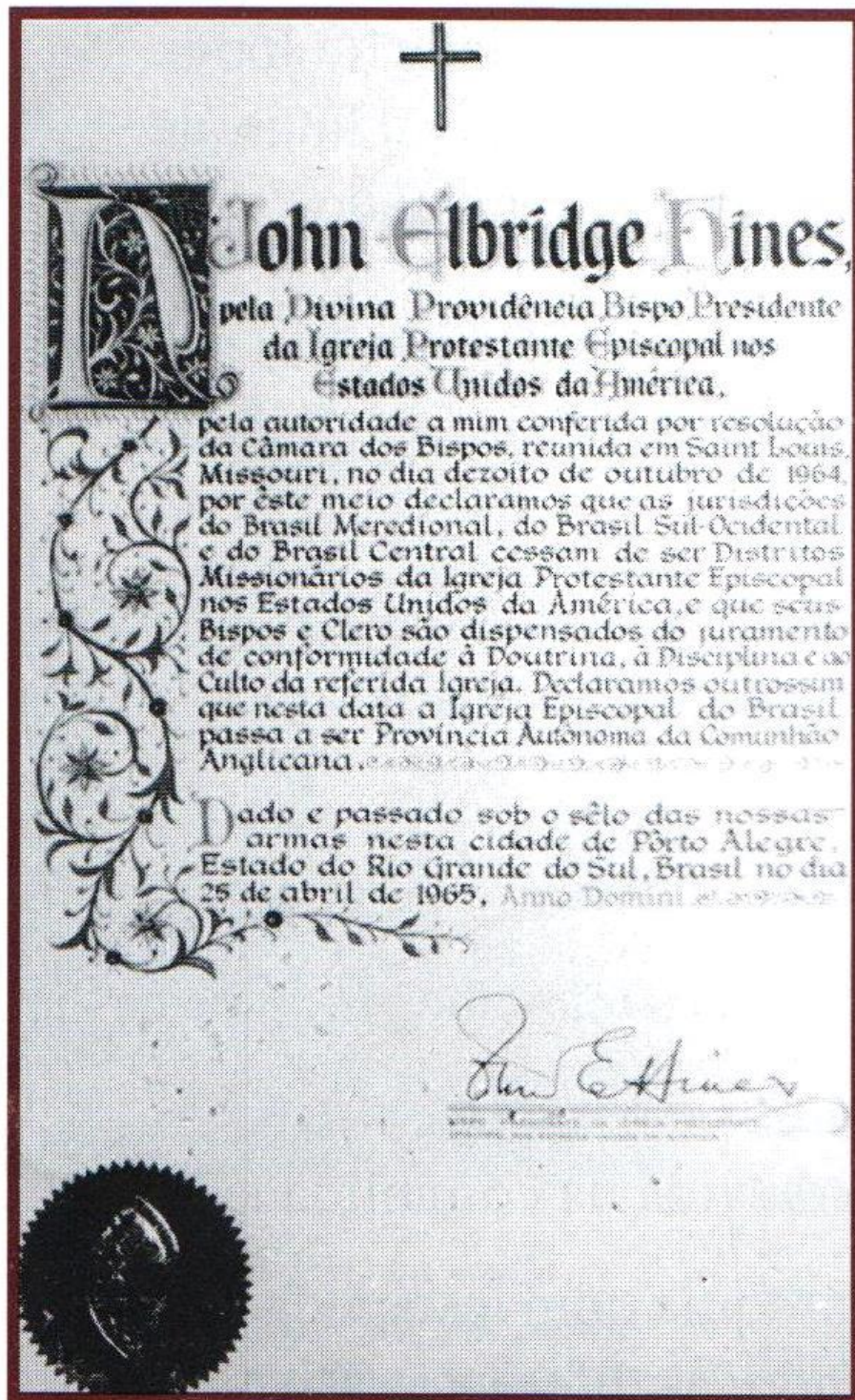


IMAGEM 8

Reverendíssimo Egmont Machado Krischke, o primeiro Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a 19ª Província da Comunhão Anglicana

(Fonte: Arquivo Provincial da IEAB)



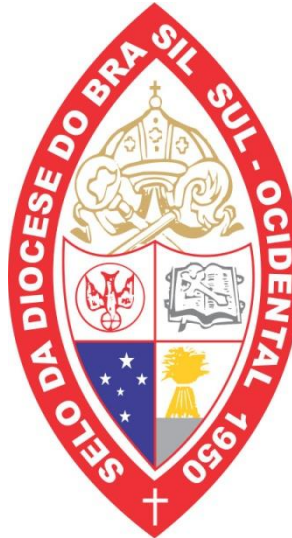
IMAGEM 9

Heráldica das Dioceses

(Fonte: Secretaria das Dioceses)



Diocese Meridional



Diocese Sul-Occidental



Diocese do Rio de Janeiro



Diocese de São Paulo



Diocese do Recife



Diocese de Brasília



Diocese de Pelotas



Diocese do Paraná



Diocese da Amazônia

IMAGEM 10

**Reverendíssimo Naudal Alves Gomes,
8º Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e
1º Bispo da Diocese Anglicana do Paraná**
(Fonte: Perfil do Facebook do Bispo)



IMAGEM 11

**Reverendíssimo Humberto Eugenio Maiztegui Gonçalves,
6º Bispo da Diocese Meridional**

(Fonte: Perfil do Facebook do Bispo)



IMAGEM 12

**Reverendíssimo Francisco de Assis da Silva,
5º Bispo da Diocese Sul-Occidental**
(Fonte: Perfil do Facebook do Bispo)



IMAGEM 13

**Reverendíssimo Eduardo Coelho Grillo,
7º Bispo da Diocese Anglicana do Rio de Janeiro**

(Fonte: Perfil do Facebook do Bispo)



IMAGEM 14

**Reverendíssimo Francisco César Fernandes Alves,
7º Bispo da Diocese Anglicana de São Paulo**

(Fonte: Perfil do Facebook do Bispo)



IMAGEM 15

**Reverendíssimo João Cândio Peixoto Filho,
5º Bispo da Diocese Anglicana do Recife**

(Fonte: Perfil do Facebook do Bispo)

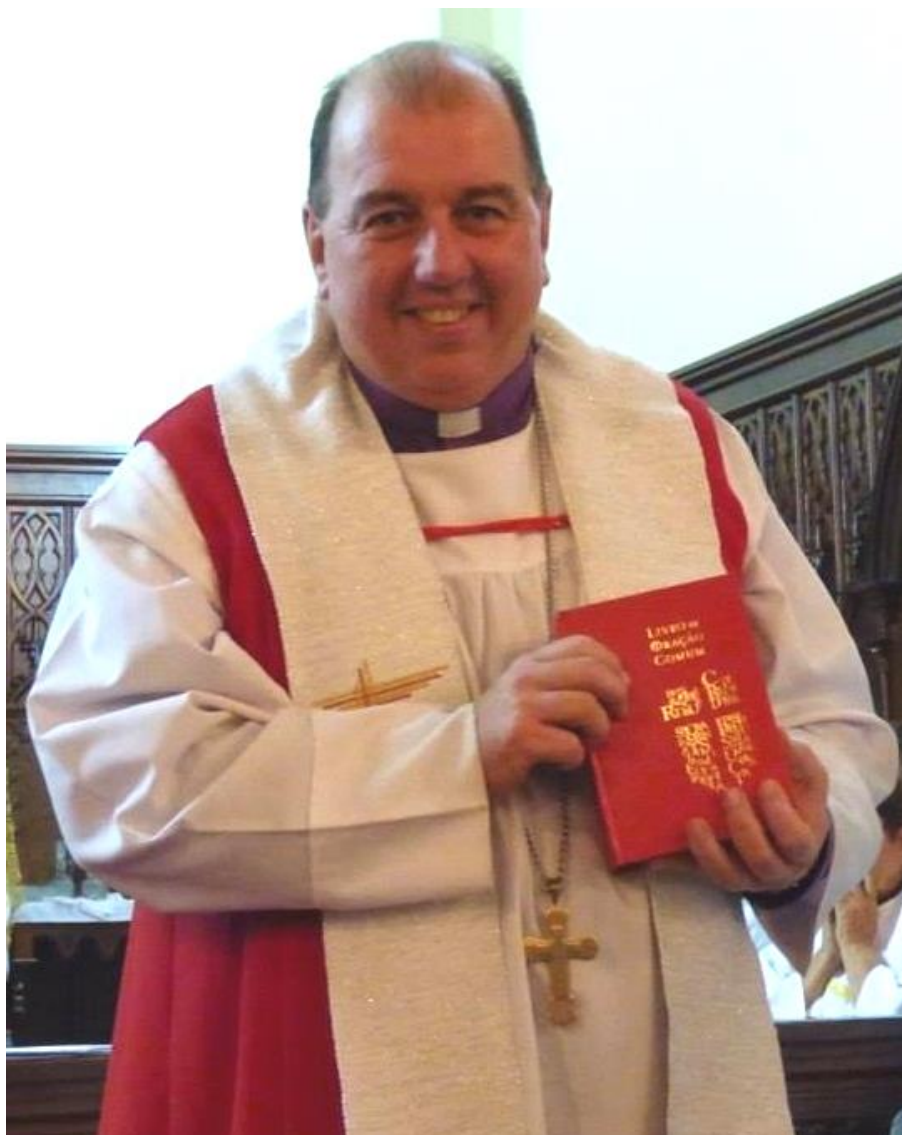


IMAGEM 16

**Reverendíssimo Maurício José Araújo de Andrade,
3º Bispo da Diocese Anglicana de Brasília**

(Fonte: Perfil do Facebook do Bispo)



IMAGEM 17

**Reverendíssima Meriglei Borges Silva Simin,
5ª Bispa da Diocese Anglicana de Pelotas**
(Fonte: Perfil do Facebook da Bispa)



IMAGEM 18

**Reverendíssima Magda Guedes Pereira,
2ª Bispa da Diocese Anglicana do Paraná**
(Fonte: Perfil do Facebook da Bispa)



IMAGEM 19

**Reverendíssima Marinez Rosa dos Santos Bassotto,
2ª Bispa da Diocese Anglicana da Amazônia**

(Fonte: Perfil do Facebook da Bispa)

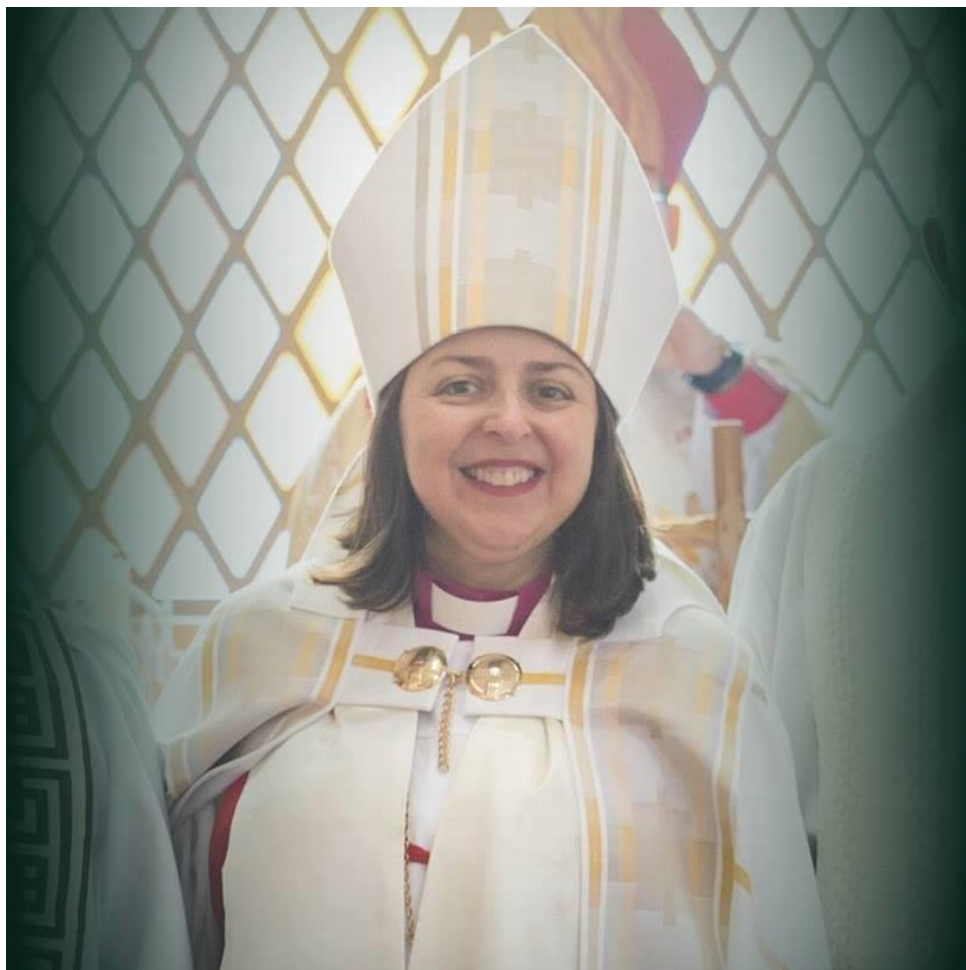
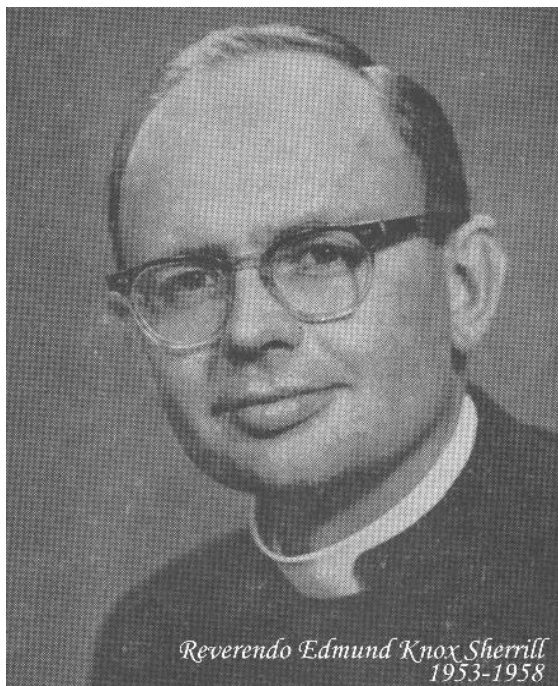


IMAGEM 20

Os quatro primeiros bispos da Diocese Anglicana do Recife

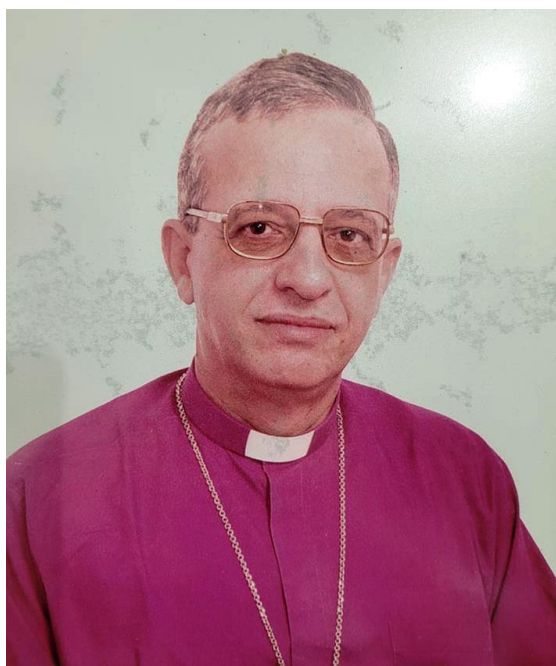
(Fontes: Site da Paróquia da Santíssima Trindade – IEAB; Arquivo Provincial da IEAB; Página do Facebook Dom Sebastião Armando Gameleira)



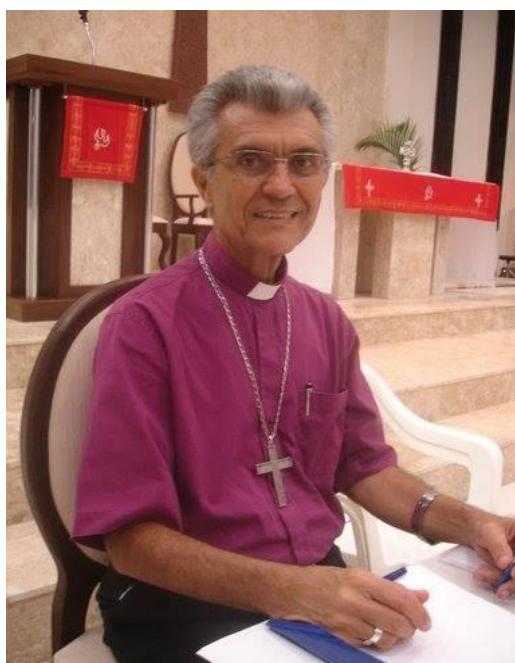
Edmund Knox Sherrill
1º Bispo Diocesano (1976-1985)



Clovis Erly Rodrigues
2º Bispo Diocesano (1985-1997)



Edward Robinson de Barros Cavalcanti
3º Bispo Diocesano (1997-2005 – deposto)



Sebastião Armando Gameleira Soares
4º Bispo Diocesano (2006-2013)

IMAGEM 21

Capela do Cemitério dos Ingleses do Recife (2020)

(Fonte: Arquivo pessoal do autor)



IMAGEM 22

Holy Trinity Church, Recife (1885)

(Fonte: Gilberto Ferrer, Instituto Moreira Salles)



IMAGEM 23

Exterior da Igreja da Santíssima Trindade (*Holy Trinity Church*)

(Fonte: Folheto *Holy Trinity Church* (1954), Biblioteca José Antônio Gonsalves de Mello do Instituto Ricardo Brennand, Recife, PE, Brasil)



IMAGEM 24

Interior da Igreja da Santíssima Trindade (*Holy Trinity Church*)

(Fonte: Folheto *Holy Trinity Church* (1954), Biblioteca José Antônio Gonsalves de Mello do Instituto Ricardo Brennand, Recife, PE, Brasil)



IMAGEM 25

Igreja do Bom Samaritano (1990), Recife

(Fonte: SILVA, Geraldo Gomes. Igreja do Bom Samaritano. *In*: Revista Projeto Design. São Paulo; nº 137, p. 42-44, 1990)

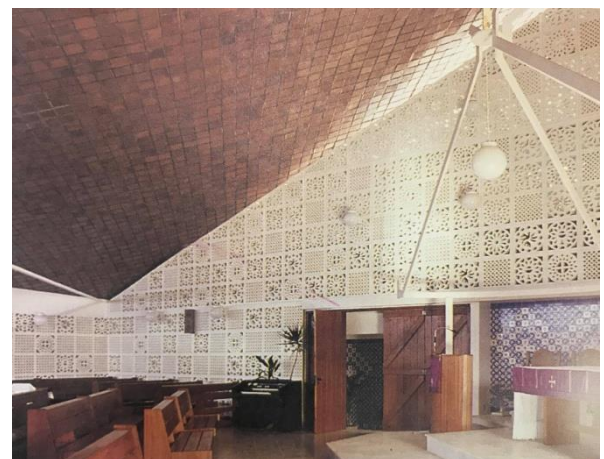


IMAGEM 26

Matéria no Estandarte Cristão sobre a inauguração da Pró-Catedral

(Fonte: Arquivo Provincial da IEAB)

Aconteceu nas dioceses

Consagrada pró-catedral da diocese de Recife

Com a presença do Bispo Primaz, do bispo George Hunt III, da Diocese Companheira de Rhode Island e de Dom Helder Câmara foi consagrada a Pró-Catedral do Bom Samaritano, em Recife.

O dia dez de fevereiro de 1990 ficará nos anais da IEAB nordestina. Com a presença do Bispo Primaz Olavo Ventura Luiz, do bispo da Diocese de Rhode Island, dos Estados Unidos, George Hunt III e de dom Helder Câmara, um sinal visível da ecumenicidade, foi consagrada a pró-catedral do Bom Samaritano, localizada no bairro de Boa Viagem, em Recife (PE). Quando dom Clóvis Rodrigues, bispo da Diocese de Recife, ao golpear a porta com o báculo diz "que sejam abertas as portas", estas se abrem pela primeira vez. A procissão de clérigos entra. O coral da Santíssima Trindade canta. E o povo procura lugar para sentar-se. Quase a metade da congregação fica de pé. Vieram irmãos de Belém e João Pessoa. Praticamente todo clero da diocese também estava presente. Junto com o bispo de Rhode Island, dos Estados Unidos, veio o reverendo Braan e um grupo de leigos trazendo o senso de pertencer à Igreja Universal. O candidato às Sagradas Ordens, Francisco de Assis da Silva, desdobrava-se com eficiência como Mestre de Cerimônia. Havia alegria em todos os

rostos.

A presença do Primaz, que foi o pregador, é o sinal de que a consagração do templo do Bom Samaritano se insere na Província. Após ressaltar a beleza da obra concluída, Dom Olavo desafiou a comunidade dizendo: "Agora é que se inicia o trabalho, a construção da comunidade, uma comunidade de serviço".

A Missão do Bom Samaritano começou no dia 30 de junho de 1979. Em 1981 foi construída uma capela com material pré-moldado. Em 1983 esta capela foi transferida para a Várzea, onde está até hoje. Inicia-se a construção do novo templo. Com a chegada do reverendo Marston Price, da Diocese de Rhode Island, (Diocese Companheira da Setentrional), que também é arquiteto, reinicia-se a construção, parada durante os anos de 85 a 87. Com a ajuda do arquiteto Petronio Cunha chegou-se a este magnífico resultado. Uma verdadeira obra de arte. Um estudioso de arquitetura interessou-se pela obra que deverá aparecer em revista especializada de circulação nacional. (Bispo Clóvis Rodrigues)



Construção: área de 300 m²

Cidade de Deus terá templo da IEB

O bispo Sydney Ruiz, da Diocese Central (Rio de Janeiro), lançou a pedra fundamental do templo da paróquia de Cristo Rei localizada no bairro operário da Cidade de Deus, distrito de Jacarepaguá, RJ. A cerimônia aconteceu no dia 25 de dezembro p.p. logo após a celebração eucarística.

O espaço em construção ocupa uma área de 300 metros quadrados com o templo e acomodações de apoio: uma sala, secretaria, um pequeno apartamento para pernoites, quatro sanitários e um banheiro, completando, assim, o complexo onde funciona o Centro de Atividades Diárias.

A parte reservada para a realização dos cultos será também utilizada para reuniões com pais e celebrações com aqueles que não podem frequentar dominicalmente os cultos.

Os recursos para esta obra liturgicamente atraente vêm de várias fontes. A paróquia tem usado o item salário para completar os recursos de financiamento. Além disso, nos últimos oito anos, recebeu-se doações de Daughters of the King (Filhas do Rei), da Igreja Americana; de uma paróquia em Middlesex, da Inglaterra; da Alternatief Adoption e Diakonaat, agências de ajuda dos cristãos da Holanda. Segundo informações da Alternatief, sua doação veio dos Velhos Católicos, da Holanda.

Além disso, vários membros da paróquia São Lucas, Women's Society (Sociedade Auxiliadora) da Igreja Anglicana e da Sociedade Americana do Rio fizeram doações, a quem se é imensamente grato.

Os Vitraux, com quatro cenas dos Mistérios da Salvação, foram encomendados e serão oferecidos em memória de Fany Bopp, uma gaúcha, membro fiel da comunidade São Lucas.

Espera-se que a construção, já em fase de cobertura, esteja concluída até a visita do Arcebispo de Cantuária, em maio deste ano, quando será feita a dedicação como parte das comemorações do Centenário da Igreja Episcopal do Brasil, nesta diocese.

A propriedade é usada diariamente e a comunidade paroquial assume o compromisso de estar sempre voltada à evangelização e ao serviço. São dadas graças a Deus pela realização deste sonho e visão. Deus mesmo mandou os doadores, arquiteto, engenheiro e os operários empenhados na construção. (Rev. Jorge Oliveira de Macedo, pároco)



Pró-Catedral: uma obra de arte
E Cristão/14

IMAGEM 27

Interior da Catedral da Santíssima Trindade após as reformas (2020)

(Fonte: Arquivo pessoal do autor)

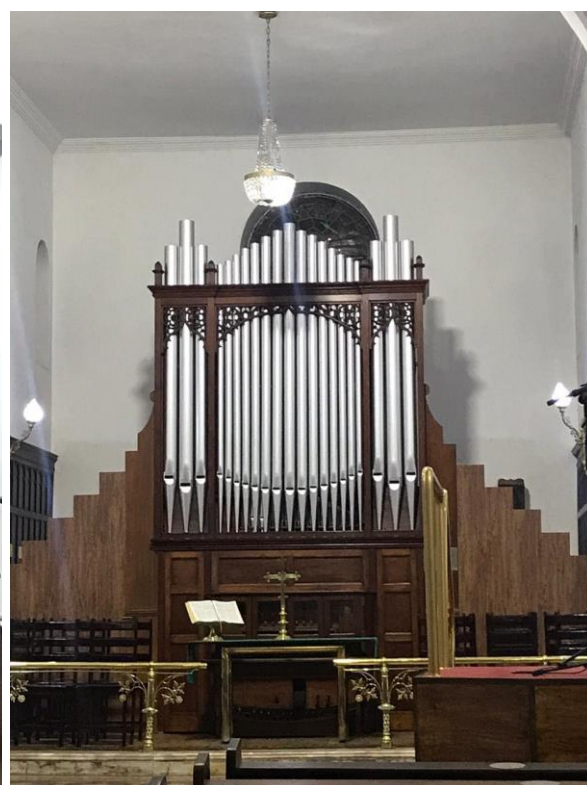
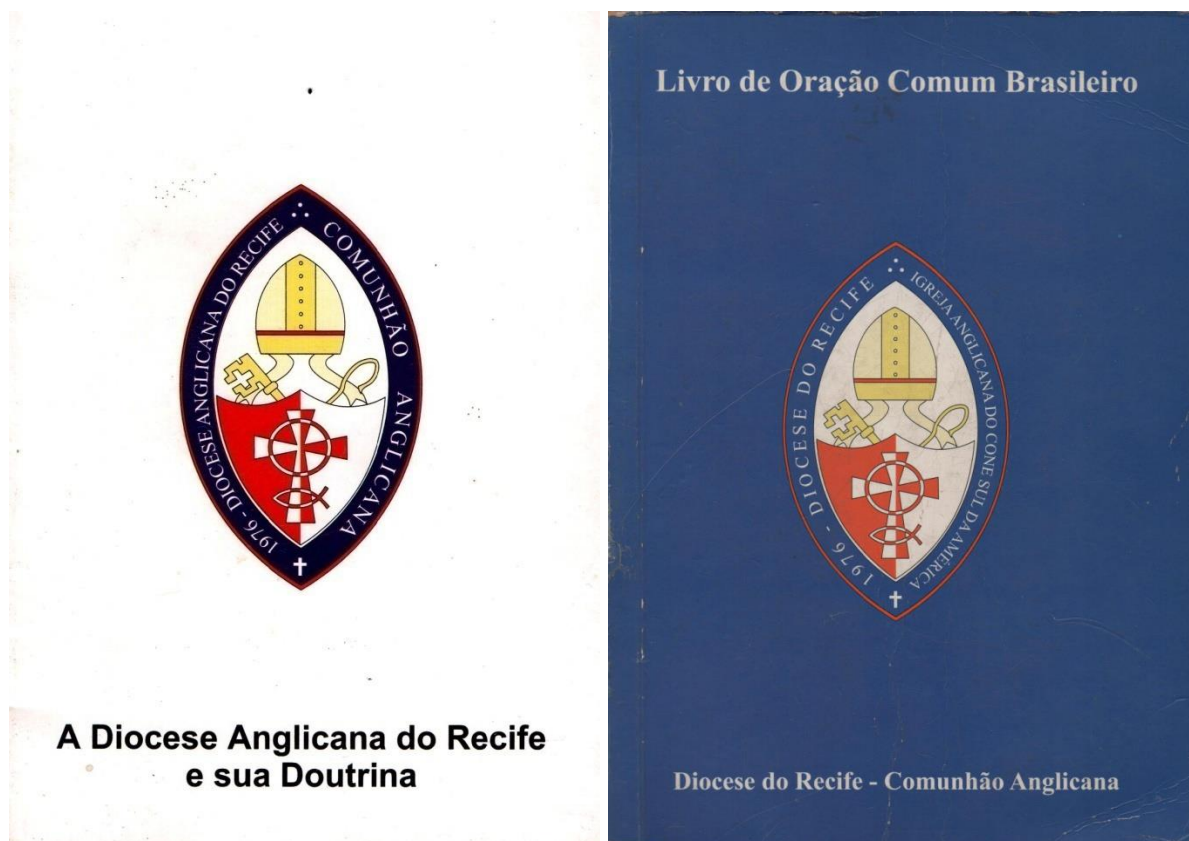


IMAGEM 28

Alterações no selo da Diocese Anglicana do Recife e o uso do termo “Comunhão Anglicana” após a Grande Crise do Bispo Robinson Cavalcanti

(Fonte: Fotos das capas dos livros – Arquivo pessoal do autor)



Obras publicadas pelo Bispo Robinson Cavalcanti após a “Grande Crise do Recife”.



Placa da Paróquia Anglicana Jardim das Oliveiras, no bairro de Setúbal, em Recife, que carregava o nome da denominação à época da Grande Crise.

IMAGEM 29

Catedral Anglicana do Bom Samaritano (2017)

(Fonte: Arquivo pessoal do autor)



IMAGEM 30

Inauguração da placa durante a instituição da Catedral e do novo deão (2017)

(Fonte: Arquivo pessoal do autor)



IMAGEM 31

Interior da Catedral Anglicana do Bom Samaritano (2018)

(Fonte: Arquivo pessoal do autor)



IMAGEM 32

34º Concílio da Diocese Anglicana do Recife, o primeiro Concílio Online na história da Comunhão Anglicana

(Fonte: Arquivo pessoal do autor)



Celebração de Abertura do 34º Concílio da Diocese Anglicana do Recife

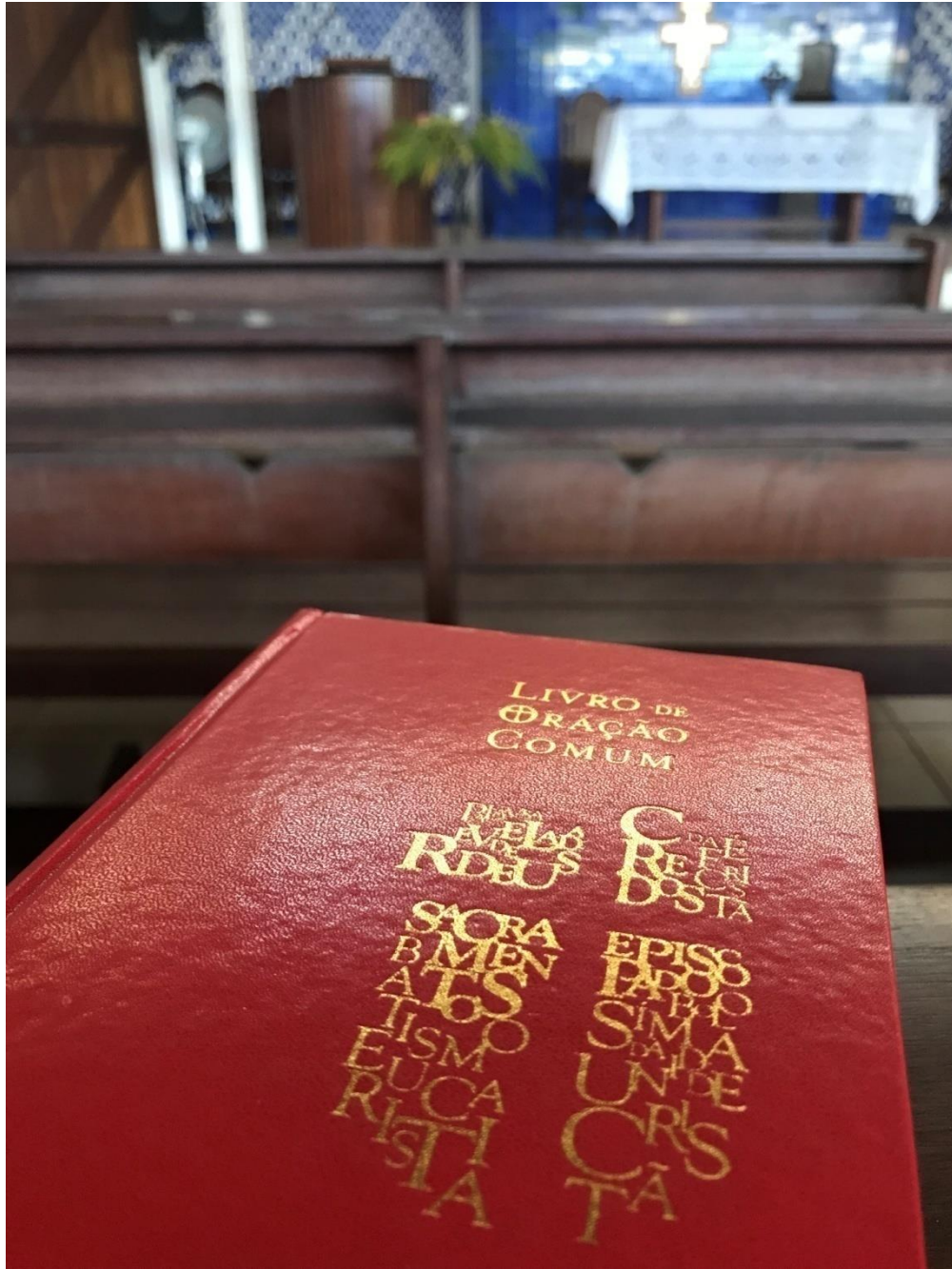


Sessão do 34º Concílio da DAR, realizada na plataforma Zoom.

IMAGEM 33

O novo Livro de Oração Comum da IEAB (2015)

(Fonte: Arquivo pessoal do autor)



A imagem da capa do novo LOC traz o brasão da IEAB construído através de um jogo de palavras embaralhadas, que remonta ao Mistério da Fé, envolvendo as pessoas na procura pela mensagem inicialmente oculta, que quando desvelado o sentido do texto, abre espaço para a descoberta de uma das essências da história anglicana: o Quadrilátero de Lambeth. Palavra Revelada de Deus; Credos da Fé Cristã; Sacramentos: Batismo, Eucaristia; Episcopado, símbolo da unidade cristã. O vermelho, cor do Pentecostes, simboliza a presença do Espírito Santo, que norteia as ações da Igreja; e o dourado, a Epifania de Cristo, Sol da Justiça.

(LIVRO DE ORAÇÃO COMUM, 2015, p. 8)

IMAGEM 34

Ordenação da Bispa Marinez Rosa dos Santos Bassotto, a primeira bispa anglicana da América do Sul e da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

(Fonte: Página do Facebook da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil)



Na fotografia, ao centro, a bispa Marinez Bassotto, ladeada das bispas Linda Carol Nicholls (Primaz da Igreja Anglicana do Canadá) e Griselda Delgado del Carpio (Diocese Episcopal de Cuba), que participaram da cerimônia como co-sagrantes.

IMAGEM 35

Votação da alteração canônica que aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no Sínodo Geral de 2018

(Fonte: Página do Facebook da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil)



IMAGEM 36

Celebração Eucarística de encerramento do Sínodo Geral de 2018

(Fonte: Site da Diocese Anglicana de Brasília)



Os três últimos Bispos Primazes da IEAB. Da esquerda para a direita, os bispos Maurício Andrade, Naudal Alves Gomes e Francisco de Assis da Silva.



Clero da IEAB reunido em frente à Catedral Anglicana de Brasília.

IMAGEM 37

Celebração do primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo da IEAB

(Fonte: Facebook do Reverendo Eduardo Henrique)



IMAGEM 38

A IEAB durante a Pandemia e os novos desafios após 130 anos de história

(Fonte: Colegem com imagens da página do Facebook da IEAB)

